

ISSN 0100-2953



Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1.º de novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

VOLUME LXXVIII

SÃO PAULO
1982

DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 1981/1984

Presidente	José Pedro Leite Cordeiro
1.º Vice-Presidente	Lycurgo de Castro Santos Filho
2.º Vice-Presidente	Pedro Brasil Bandecchi
3.º Vice-Presidente	Heliodoro Tenório da Rocha Marques
1.º Secretário	Mário Savelli
2.º Secretário	Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
3.º Secretário	Geraldo Dutra de Moraes
4.º Secretário	Maria Helena Brancante
1.º Tesoureiro	Pedro Ferraz do Amaral
2.º Tesoureiro	Adriano Campanhole
1.º Orador	Vinício Stein Campos
2.º Orador	Duílio Crispim Farina
1.º Bibliotecário	José Leandro de Barros Pimentel
2.º Bibliotecário	Pe. Hélio Abranches Viotti
Hemerotecário	Raul de Andrada e Silva
Diretor do Museu, Arqui- vo e Documentação	Álvaro da Veiga Coimbra

Presidente Honorário .. Prof. Ernesto de Moraes Leme

Redação da Revista

- 1 — Prof. Antenor Romano Barreto
- 2 — Padre Hélio Abranches Viotti
- 3 — Prof. José Benedicto Silveira
Peixoto
- 4 — Prof. Vinício Stein Campos
- 5 — Prof. Pedro Ferraz do Amaral
- 6 — Dr. Célio Salomão Debes
- 7 — Dra. Nílva Rogick de Mello

Í N D I C E

	Pág.
Diretoria do Triênio — 1981/1984	3
Saudação ao Instituto na abertura do ano social — Vinício Stein Campos	7
Paulista sou há quatrocentos anos! — Mário Pires	11
Aos meus amigos do Rio Grande do Sul — Paulo Bomfim..	22
Hino Nacional Brasileiro — Odilon Nogueira de Matos...	24
Francisco Peixoto de Lacerda Werneck — Francisco Klors Werneck	42
Pesquisando e Registrando — Carlos Penteado de Resende ..	49
Nilo Peçanha: tentativa de síntese e compreensão — Roberto de Paula Leite	61
O Físico-Mor Justiniano de Melo Franco — Duílio Crispim Farina	76
Antônio Cardoso Fontes — Lycurgo de Castro Santos Filho ..	96
Joaquim Nabuco no cenário histórico — Moisés Gicovate..	101
As cadeiras do Ouvidor — Celso Maria de Mello Pupo	121
“Da Febre Tyfoide” — Duílio Crispim Farina	159
Conde do Parnaíba, perfil de um estadista — Roberto Machado Carvalho	166
A Liga Nacionalista — Paulo da Silveira Santos	176
Aloísio de Castro (Centenário de Nascimento) — Lycurgo de Castro Santos Filho	184

Professor Dr. Álvaro Lemos Torres — Ulysses Lemos Torres	192
General Manoel Rabello — João Rabelo de Aguiar Vallim ..	200
José Carlos de Macedo Soares — Alcindo Brito	207
José Carlos de Macedo Soares na Academia Brasileira de Filologia — Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	214
José Carlos de Macedo Soares — O economista, o industrial, o financista e o jornalista — João Mendes Neto	256
José Carlos de Macedo Soares o professor — Chiquinha Rodrigues	295
A Cruz de Cristo no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Alvaro do Amaral	302
Alarico Silveira — J. Gabriel Sant'Ana	312
VASP — Seus dez primeiros anos de vida — Aristides Pileggi	323
O Pátio do Colégio e o Morgado de Mateus — José Alves Palma	363
Homenagem aos Sócios Falecidos em 1981 — Vinício Stein Campos	377
Revolução Constitucionalista de 1932 — Pedro Chaves. Apresentação — Brasil Bandecchi	384
Atas do ano de 1981	399
Relatório da Diretoria — Exercício 1981	431
Quadro Social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	441
Balanço em Dezembro 1981	457

SAUDAÇÃO AO INSTITUTO NA ABERTURA DO ANO SOCIAL

Vinício Stein Campos

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO se engalana, nesta tarde festiva de São Paulo, 25 de janeiro de 1981, para dar início, com as solenidades do estilo, ao seu 87.º período de atividades cívico-culturais.

E para nós paulistas, Senhor Presidente, tanto os nascidos neste Estado, como os que a ele deliberadamente se associaram, voltados ao empenho de seu engrandecimento e ao nobre culto de suas tradições, — o venerando Sodalício da rua Benjamin Constant se alteia, na paisagem intelectual da cidade, como um de seus instrumentos mais eficazes, instituído providencialmente para a preservação do fabuloso acervo histórico nacional, que se contém no opulento passado bandeirante.

Quando, em 1894, esclarecidos e beneméritos patricios se uniram para fundar, na São Paulo provinciana de então, esta Casa, vivíamos crise material, demográfica e política das mais sérias, embora não tão grave e profunda como a que hoje nos assoberba, desencadeada por tremendos fatores de ordem interna e externa.

A implantação da República ainda trazia, vivas, todas as suas cicatrizes; as correntes imigratórias inundavam o nosso Estado, modificando costumes, comportamento social, regimes alimentares, sistemas de trabalho; a administração via multiplicarem-se, em seu caminho, as incompreensões e as dificuldades, e da radicalização das posições sectárias em que se ia dividindo a sociedade, nasciam os julgamentos apaixonados e facciosos, que injustiçavam, demagogicamente, sem misericórdia, vultos e fatos do passado da nação, ao mesmo tempo em que a emulação da autonomia federativa, perfilhada pela nova ordem institucional, ia separando as antigas províncias em antagonismos irreversíveis, em prejuízo da unidade nacional.

Foi nesse momento histórico, decisivo da vida paulista, que se ergueu em nossa terra este templo augusto, consagrado, absorventemente, ao culto cívico do glorioso passado brasileiro de

São Paulo, templo onde se recolheram, carinhosamente, em guardados preciosos, os testemunhos de nossos passos na Colônia, na Monarquia e na República! Escola que se abriu, à margem das questiúnculas políticas e religiosas, graças aos esforços de Jaguaribe, Leão Bourroul e Toledo Piza, a princípio, firmemente continuados — a seguir — por Cesário Mota, Torres de Oliveira, Afonso de Taunay, Washington Luiz, Altino Arantes, Ernesto de Souza Campos, Carlos da Silveira, José Pedro Leite Cordeiro, Aureliano Leite, Ernesto de Moraes Leme, entre outros, e que através de sua riquíssima Biblioteca Histórica, de sua Hemeroteca, de seu Museu José Bonifácio, de seu Arquivo, desenvolveu fecunda ação social do mais alto interesse cívico-cultural, promovendo sessões comemorativas, seminários de estudos, publicações, exposições e cursos, nos quais a brasilidade de São Paulo se fez ouvir com toda sua eloquência e a História do Brasil foi a radiosa meta onde se fundiram, indestrutíveis e magníficos, os laços de nosso patriotismo.

Hoje, Senhor Presidente, a presença do Instituto em nosso contexto sócio-cultural é fundamental para que São Paulo se encontre a si mesmo e os líames da unidade nacional se afervorem no coração dos moços, consolidando a vitalidade emotiva que forjou, no passado, este formidável país-continente.

A cidade de São Paulo, coração industrial da América Latina, que as rodovias asfaltadas do norte, do oeste e do sul colocaram ao alcance de legiões de brasileiros dos mais distantes e sofridos recantos da Pátria, viu-se, de repente, convertida na Canaã do trabalho e da sobrevivência para milhões de migrantes, que se derramaram pelas suas artérias centrais, povoaram os descampados da periferia, atulharam os espaços da Grande São Paulo, irradiaram-se pelo interior e modificaram, substancialmente, em tempo recorde, a paisagem humana da outrora tranqüila província dos cafezais.

E em meio a essa febricitante transformação, quando novas e copiosas gerações se escalonam na terra dos paulistas, como elementos totalmente desvinculados das tradicionais estruturas bandeirantes, mais e mais se faz presente a necessidade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nesse oceano demográfico em ebulição, a fim de que não se percam as raízes de nossas origens e a histórica brasilidade de São Paulo se afirme, medularmente, como a grande força operativa da unidade nacional, salutarmente implantada na consciência de nossa gente, numa corrente contínua de identidade, firmemente ancorada no remoto passado vicentino de nossa terra.

E se por um lado, bem diversos são os problemas paulistas, em volume e intensidade, dos enfrentados por Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Campos Sales, Francisco Glicério, Rodrigues Alves, Rubião Júnior, não é menos certo que o Ins-

tituto Histórico e Geográfico de São Paulo não é mais aquele edifício solitário, levantado no coração do Triângulo para recolher a memória da cidade e doutrinar os jovens sobre a vida e a obra de seus antepassados, ilustrando-os com o conhecimento das páginas envaidecentes de nossas tradições e orientando-os para perseverarem nessa trilha radiosa, a serviço de São Paulo e do Brasil.

Ao Instituto se juntam, hoje, magníficas fundações culturais e educativas, tais como a Universidade Armando de Sales Oliveira, a Universidade Júlio de Mesquita Filho, as Universidades mantidas pelas confissões religiosas e particulares, a importantíssima rede de escolas superiores, secundárias e elementares que cobrem o Estado inteiro, o maravilhoso parque de museus históricos em pleno desenvolvimento, as academias de história, o Instituto Genealógico Brasileiro, as associações cívicas e culturais, em suma, um conjunto de órgãos e serviços admiravelmente dotados e que estão apenas à espera de que o venerando Sodalício com eles se articule, para cumprir em nosso Estado, com firmeza e desassombro, essa tarefa urgentíssima que o país espera de nossa entidade — a reconciliação do presente com o passado, para ordenação da caminhada histórica da sociedade, em marcha decidida para um melhor futuro para a Nação Brasileira.

Parece-nos, Senhor Presidente, ser esta a grande tarefa que São Paulo espera do Sodalício neste ano singular, que assinala o início da década histórica em que se vai comemorar o centenário da abolição do trabalho servil, em que vamos comemorar o centenário da proclamação da República e o quinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932.



Ao agradecer aos generosos consócios a indicação de nosso nome para o desempenho deste cargo tão honroso do Sodalício — seu Orador Oficial no triênio — 1981-1983, pedimos vênias para declinar, neste instante, os titulares que de 1894 a 1980 emprestaram o brilho de sua cultura e de sua eloquência a esta tribuna: Teodoro Sampaio, Rafael Corrêa Sampaio, Afonso de Taunay Afonso de Freitas, Spencer Vampré, José Soares de Melo, Ulisses Coutinho, José Carlos de Ataliba Nogueira, José Pedro Leite Cordeiro, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Alfredo Gomes, Mário Savelli e Padre Hélio Abranches Viotti. A todos eles, as palmas e a gratidão do Instituto.

Senhores:

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, reúne-se hoje, solenemente, por disposição estatutária, para abrir o ano

social de 1981 e reverenciar, simultaneamente, a data magna de nossa Capital.

Desde a escalada do planalto, no século XVI, e a fundação da Casa de São Paulo, ponto de partida do povoado que aí se desenvolveria, a partir do Pátio do Colégio, entre a Escola e a Cruz, — São Paulo passou a comandar, resolutamente, a formação do Brasil.

Não importa, como querem alguns, que a união das duas Coroas, de Espanha e Portugal, em 1580, tenha facilitado a destruição da linha de Tordesilhas e a abertura do coração do continente aos povoadores de Piratininga. A expedição de Raposo Tavares, em 1622, desmente a assertiva. Mas o que não padece dúvida é que foram os paulistas que em levadas e levadas contínuas, de Raposo Tavares a Manuel Preto, de Pedro Leme a Fernão Dias Pais, de Moreira Cabral a tantos e tantos outros, que por terra ou pelas bacias do Tietê, do Paraná, do Paraguai, do Uruguai, do Amazonas, arrostando os mais exasperantes embaraços e os mais atrozes sofrimentos, devassaram esses sertões, fundaram estabelecimentos e povoados e traçaram com o seu sangue, os seus sacrifícios, a sua bravura indômita, o preço de suas próprias vidas, o gigantesco mapa territorial do Brasil.

São Paulo comandou, com José Bonifácio, o processo da Independência; derramou, com Badaró, o seu sangue pela Liberdade; na hora incerta da Regência, deu ao País um Ministro da envergadura de Feijó; fundou, na sua Academia de Direito, uma verdadeira escola de estadistas; promoveu a Convenção Republicana de Itu, desfecho brilhante da campanha desenvolvida por Glicério, Campos Sales, Cesário Mota, Bernardino de Campos, Américo Brasiliense na província bandeirante; deu à República os consagrados Presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luiz; pela Constituição e pela Lei ergueu-se heroicamente em 23 de maio e 9 de julho de 1932. E jamais deixou de encarnar nas suas lutas e nas suas campanhas os supremos interesses do Brasil. Porque São Paulo foi sempre, e acima de tudo, o mais brasileiro dos Estados. Se nos demormos na meditação dos grandes lances históricos da terra paulista, veremos que o passado desta cidade gloriosa nos ensina que não deveremos duvidar nunca do maravilhoso destino que Anchieta vem mui firmemente tutelando para nossa muito amada São Paulo. Não há, a nosso ver, maneira melhor de cultuá-la, do que acreditando firmemente no admirável papel que está reservado à metrópole paulistana na realização futura do Brasil, em marcha batida para um porvir luminoso, fruto destes quase quinhentos anos de esforços pelo bem, pela felicidade, pela grandeza de nossa Pátria.

PAULISTA SOU HÁ QUATROCENTOS ANOS!

Mário Pires

A impressão que a orgulhosa e enfática frase possa causar ao leigo e principalmente aos filhos de outros Estados, de um acentuado e extremo bairrismo, é absolutamente falsa.

O inteligente e culto autor do consagrado livro "Vida e Morte do Bandeirante", o piracicabano José de Alcântara Machado de Oliveira, obra que em boa hora e feliz decisão o governo do Estado fez reeditar na excelente e rica "Coleção Paulística", com todo o seu extremado amor à terra natal, enfileirou-se, também, entre os mais sinceros e ardorosos cultores de brasilidade.

Já o afirmei, em meu opúsculo "A Brasilidade dos Paulistas", publicado no ano p. passado e tendo realizado palestra sobre o mesmo assunto neste mesmo sodalício, em maio de 80.

A maior demonstração de bairrismo, que parece correr abundante em seu sangue, é a do campineiro, sem que isso se traduza por um menosprezo aos sentimentos pátrios. Para ilustração, lembremos alguns testemunhos que se consagraram, inclusive de não campineiros, como podemos encontrar no romance do professor João de Souza Ferraz, "Aguapés Flutuam na Ribeira", em cuja página 57 o autor escreve, referindo-se à vila de Iporanga:

"Não estava disposta a "pagar pecado morando num lugar deste." *E voltou para Campinas, que era cidade de gente civilizada. Nunca se deu bem no interior.*"

Certo, porque o campineiro jamais considerou sua cidade, interiorana...

Campos Sales era outro grande bairrista e não fazia disto segredo. Dizia ele: "Eu tenho apego a "isto", à terra e à gente antiga, porque aqui vivi meus primeiros dias e é sempre confortante recordar essa época tão feliz!"

Monsenhor Luís Fernandes de Abreu, o venerando sacerdote, membro da Academia Campinense de Letras e vigário da Capela da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, em 1971, por ocasião do centenário do Hospital, assim falou: "Campinas era designada como orgulhosa e de seus filhos afirmava-se: "São pretensiosos e tão altivos que interrogados no estrangeiro, se eram brasileiros, respondiam apenas: "Sou Campineiro!"

Ainda agora, para confirmar o extremado bairrismo, o acadêmico Mário Donato, voltando às raízes, compõe o poema de exaltação à sua terra, com os versos de "Sou Campineiro!"

Encontro a poesia retumbante no número 97, da Revista da Academia Paulista de Letras, quando o autor de "Presença de Anita" confessa:

"Oferecido a J. P. Leite Cordeiro. Depois da eleição do autor para a Academia Paulista de Letras, perguntava-lhe Leite Cordeiro, então Presidente da Academia, "se tinha Campinas no coração." O poema foi a resposta, em abril de 1978."

Não vou aqui reproduzir todos os versos, por muito extensos; apenas a primeira e a última estrofes:

*"Aqui estou, afinal, Leite Cordeiro.
Passei mais fácil noutras sabatinas.
Como a vitória adoça! De bom grado,
Perdôo aos não nascidos em Campinas.*

*Sou campineiro, e com orgulho o digo!
Outras gentes o são, mas inquilinas,
não natas — nem donatas — da República
dos Estados Unidos de Campinas!"*

Apesar de todo esse bairrismo, o campineiro jamais descurou seus sentimentos pátrios e sua decisiva contribuição de toda ordem, sempre que o país o exigiu. É de um dos mais ilustres filhos de Campinas, Monsenhor José de Castro Neri, o feliz pronunciamento "Patriotismo e Patriotice", inserido em seu brilhante discurso de posse na A.P.L. Focalizando com carinho e entusiasmo a figura de seu antecessor na Cadeira n.º 13, o ilustre Erasmo Braga, o ínclito sacerdote assim se expressa:

"Erasmo, pelo menos, não se acumpliciou aos estafermos. Entendia que o patriotismo não consiste no êxtase sorna ante a magia da natureza, ou no estentorar, porque os vizinhos ouçam, o "laranja da china" que faz saltar da cama os paralíticos. Patriota é Rui quando desce a manguara sobre certos defeitos nacionais. É patriota Lobato quando pega da açoiteira e deslomba os alfenins trianônicos. Patriota, Belisário Pena quando descobre atrás do Brasil-vitrina e do Brasil-parada, um Brasil desconhecido, embarbeirado e papudo. Se um cristão por esta ben-

dita terra das cacatuas, toma da pena e entalha, em lugar bem visível, para que todos enxerguem, um consciencioso "Porque não me ufano", há sempre louros que revidam: Olha o anti-patriota!... Anti-patriota é o que se cala, e aquiesce, e silencia, e concorda, e pactua. Patriotices e patrioteiras podem ser estrondejadas uma ou duas vezes por semestre; mas de patriotismo, de heroísmo cívico, de crítica construtiva e sã, precisamos nos trezentos e tantos dias de cada ano."

E o recipiendário vai mais além:

"Não sei se me iludo. Quando penso nesses heróis antigos que sururucavam trezentas léguas de sertão com a mesma naturalidade com que o sola-fina petroniza nas ruas do Triângulo — quando cuido que esses comedores-de-chão, tão nômades quanto o goitacá, não se fixavam nos ranchos que por acaso improvisavam, — quando me lembro de que, atrás do paulista, jornadeavam o mascate e o emboava, o fiscal e o contratador, o negociante e o onzeneiro, — encasqueta-se-me na cabeça a idéia que a missão do paulista é esta: *conquistar para dar*. Ouro que lhe pinte nas mãos é ouro que distribui pelo país. Terras que lhe caíam vencidas sob o tacão, são terras que largeia depois aos cutros menos sedentários. Toda a história de São Paulo poderia ser escrita numa palavra: *Generosidade!*"

Castro Neri comenta agora a interessante descoberta de Alcântara Machado, do livro deste, "Vida e Morte do Bandeirante", que reproduzirei linhas próximas. Diz o sacerdote:

"Não me comoveu tanto, quando li a "Vida e Morte do Bandeirante", como a vista dessa página roída de caruncho, cujo anverso é o testamento de Pero Araújo e cujo verso são oitavas dos Lusíadas. "Dir-se-ia, — comenta o autor — que o gênio de Camões aparece à beira da sepultura em que descansa o herói desconhecido, para associar na mesma glória as caravelas arro-gantes, vencedoras do oceano, e as canoas humildes dos sertanistas."

E não posso esquivar-me às palavras finais do novo académico, tão ardentes e exatas sobre os destinos do Brasil, nas mãos dos paulistas de todas as gerações:

"Não posso acreditar se tivessem abatido as araucárias do Anhembi; nem quero crer no historiador que afirma haver desaparecido "com a morte do segundo Anhanguera, o último abencerragem do vicentismo conquistador." Senhores, o "fenômeno" das bandeiras é eterno. Mudou de nome diversas vezes, mas continua o mesmo "espantoso ondear" que se propaga do planalto às demais unidades da nação. Toda a vez que escutardes, na história, um grito que sacuda o país, ou modifique a sua fisionomia, atentai melhor, ouvi de mais perto, perscrutai com mais tento as direções do som, e perceberéis que esse rebão se alongou de São Paulo. De primeiro, a entrada do índio; depois, a do ouro,

a da prata, a dos diamantes. Mas há outras não menos heróicas e não menos caladas pelos historiadores: a da colonização, a da imigração, a da independência, a do civismo, a da instrução, a da constitucionalização... e outras bandeiras ainda que, a seu tempo, se hão de desfiar, provando ao Brasil que não morreram, nem morrerão jamais os bandeirantes. Aqui mesmo, da esplanada da Academia, já tendes assistido ao botafora de muita expedição. Vozes asperejantes, como só as possuem os que estão "habituaados a falar de pés juntos", ecoaram por estes Brasis, — tão silenciosos, que se diriam mergulhados na mironga seiscentista. Ordens rápidas, de comando, eletrizaram estes vales e fundões, onde o caçara soturna ao pé do rancho, e foram estrouvinhar as energias da nação, em prol de uma literatura nacionalista, bem marcada por aquilo que é nosso, bem articulada com a vida e os problemas do meio, e ao mesmo tempo alevantada por um grande sentimento humano, batida de espiritualidade, compenetrada da sua missão educativa e dos seus imensos destinos sociais.

Hoje, como há trezentos, quatrocentos anos, os Paulistas estão de pé, na posição histórica, dentro nas botas altas. Badala o sino na torre do Colégio, com tanta força que até os surdos poderão ouvir. O tiro de mosquete parte em dois pedaços o silêncio da manhã piratiníngana. Clangora a buzina, longamente, chamando. A flâmula verde drapeja, no azul, esfolada pelo vento da serra. Todas as dexttras dos velhos, todas as mãozinhas das crianças estão espalmadas, em sinal de bênção. É a bandeira que abala. A bandeira que arranca.

A Academia Paulista de Letras que marcha, numa emocionante entrada de cultura, para aquilo que é nosso: para o Brasil!"

As divagações sobre bairrismo, paulistanismos e brasilidade, como acabamos de ver, foram cansativamente testemunhadas. Retratemos, agora, com as tintas coloridas de uma grande simpatia e admiração, o perfil humano, profissional e intelectual do notável paulista José de Alcântara Machado de Oliveira.

A magnífica fotografia colorida da capa do número 85, Ano XXXII, de dezembro de 1975, da Revista da Academia Paulista de Letras, mostra uma fisionomia perfeita de Alcântara Machado, cabelos negros, olhar penetrante, nariz aquilino e bigode negro, bem aparado, e nosso biografado ostenta o caro fardão da Academia Brasileira de Letras.

O exemplar da Revista homenageia o sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II e o centenário de nascimento (19-10-1875), do autor de "Vida e Morte do Bandeirante". Tendo falecido em 1941, Alcântara Machado viveu, pois, 66 anos, idade que nos dias atuais proporciona ainda muitas oportunidades de produção, até mesmo material.

A morte ocorreu a 1.º de abril de 41; portanto, este ano transcorre o quadragésimo aniversário do passamento, o que me ensejou a publicação de artigo a respeito, no "Diário do Povo" de Campinas, em 5 do mesmo mês, domingo.

Na palestra proferida na Academia Paulista de Letras, em 28-10-75, Rui Nogueira Martins, com o título de "História de Um Advogado", assim retrata Alcântara Machado:

"Era sua maneira de ser. Fisionomia séria, ar grave, parcimonioso na palavra e no gesto. Cortês, sem expansões. Sua altivez e pudor o inibiam de cortejar a popularidade; mas explodia em combatividade na permanente dedicação ao público, ao comunitário, ao social. Não era de derramar-se em efusões. Pai e filhos guardavam meia-distância, no ambiente característico da época: respeito e autoridade.

As alegrias que a família lhe proporcionava transpareciam no brihi dos olhos. Fora do lar, a mesma linha de sobriedade. Nada de tapinhas nas costas.

Mergulhava cedo no trabalho, a estudar e escrever, na biblioteca quase centenária, enriquecida de mês para mês: durante anos na rua Sebastião Pereira, de onde contemplava o lampião esgalhado do largo Santa Cecília; a partir de 1927, na rua Frederico Steidel."

Ah! ruas do bairro de minha adolescência e mocidade! Residi na casa paterna, de 1929 a 32, na bela e arborizada Alameda Barros e a partir de 1935, quase na esquina, na rua Martim Francisco, por onde transitavam os velhos bondes "Vila Buarque". De lá, ia a pé à Escola Normal da Praça, onde fiz o ginásio e me formei professor normalista. E, sem nem por sonho saber, quantas vezes não teria o jovem adolescente cruzado com um dos Alcântaras, o pai ou o filho!

A propósito, vale lembrar a confusão de muitos, misturando os dois clássicos livros como se de um só autor: o "Vida e Morte do Bandeirante", do pai e o "Brás, Bexiga e Barra Funda", do filho, o saboroso cronista dos carcamanos da Paulicéia. Talvez porque este antecederá o outro...

Continuemos, porém, ouvindo o conferencista:

"O tempo escorria entre os livros, a Faculdade de Direito, o escritório de advocacia e as atividades políticas. Vida social pouquíssima. Dificilmente abria mão do chá-das-cinco na cidade, com alguns companheiros que reuniam inteligência, bom gosto e o prazer dos "potins", sublinhados, de sua parte, com o sorriso de Gioconda que lhe emoldurava a ironia. Bem posto, elegante, não dispensava a bengala. Tanto por ser de uso na época, como para corrigir discretamente a ligeira falha no andar, consequência do acidente ferroviário em Itatiba."

Alcântara Machado tinha a volúpia da concisão, tanto no que escrevia, como nos discursos ou nas preleções de suas aulas.

"Detestava textos derramados, o discurso sem fim, as divagações em que a lógica da argumentação se perdia e o tempo se esbanjava — prossegue o ilustre conferencista. Elaborou dois Códigos; o de Processo Civil e Comercial do Estado, como membro da Comissão do Senado, antes de 1930 (o que substituiu, em São Paulo, o venerando Regulamento 737, de 1850) e o Código Criminal, depois de Senador da República, em 1938. Sozinho. Também nessas obras a clareza, a simplicidade, a precisão da linguagem denotam o escritor que conhecia o idioma".

O ilustre paulista, porém, foi, antes de tudo, entranhadamente político e dizia mesmo "aquela classe a que pertenço, a dos políticos." "Incrível como sua incansável operosidade de professor, jurista e historiador ainda lhe permitisse sobras para a ação política."

"Seu espírito público jamais esmoreceu, integrando, mais tarde, o partido situacionista no Estado, como deputado e senador ou inflamando, antes e durante a Constituinte Nacional de 1933, a causa constitucionalista de São Paulo, que nele teve seu grande líder, encaminhando o país para o regime da lei.

Personalidade forte, nascera para líder, não para liderado. Não seria exatamente um homem de partido, mas um homem para os partidos. Inspirado na lúcida consciência da problemática nacional não hesitava em colocar-se acima de grupos, quando julgava de seu dever bater-se pelo interesse de sua terra".

Alcântara Machado tinha um poder de síntese e uma fibra extraordinária de lidador incansável. Apesar de ter na política, talvez sua maior atenção, dedicava-se à advocacia, à jurisprudência, à história, à cátedra, à oratória e à literatura com o mesmo interesse e brilho.

Seu livro "Vida e Morte do Bandeirante", escrito à luz dos documentos e na febre do amor a São Paulo, é o mais fiel repositório da vida e dos costumes de seus ancestrais.

Assim é que descobre num retalho de papel — porque São Paulo, na época do bandeirismo era paupérrimo de recursos — o registro do escrivão paulista, de um inventário, e no verso do retalho, para sua surpresa e encanto, algumas estrofes camonianas. E comenta:

"Ninguém há que não compreenda o simbolismo dessa obra maravilhosa do acaso, que é um fragmento da epopéia dos Gamas e dos Albuquerque, a servir de fecho ao inventário do bandeirante obscuro!"

Escreveu, ainda, a biografia de seu pai, o barão Brasília Machado, em que se derramou em enlevo filial. Pena que não pode concretizar seu grande desejo de completar a elaboração de seu livro sobre a biografia do rio Tietê e dizia a Cândido Mota Filho:

“O progresso pode modificar ou desfigurar a índole paulista e sua população pode perder, na sua aparência, as características de sua formação. Mas, São Paulo nunca deixará de ser o que foi enquanto correrem as águas milagrosas do Anhembi...”

E perto da agonia — prossegue o biógrafo — disse a seu filho Brasília: “O Mota que complete a biografia...”

O idealismo de Alcântara Machado foi dedicado à vida pública. Vereador, deputado, e senador da República, presidiu com a juventude do Partido Republicano, a Ação Nacional.

Não li em livro algum, mas visualizo com as tintas e as cores mais refulgentes e brilhantes, a engalanada noite da sessão solene de posse de Alcântara Machado no Petit Trianon.

Assistência das mais seletas, em que se fundem o social e o intelectual; inúmeros acadêmicos ostentando o vistoso e rico fardão e a mesa, com o presidente, o recipiendário, o erudito membro que responderá ao discurso do néo-acadêmico, o médico-escritor Afrânio Peixoto, e as mais altas autoridades.

Estamos em plena noite de 20 de maio de 1933, quase há um ano do 23 de maio, que imolou, na Praça da República, Martins, Miragaia, Drausio e Camargo.

Sessão eletrizante, nervosa, porque a maioria sabia do ardor bandeirante do novo acadêmico e São Paulo sangrava ainda as feridas da sacrossanta Revolução Constitucionalista de 32!

Dada a palavra ao novo membro que era recebido em noite de gala, faz-se silêncio completo, impressionante, absoluto. Vai falar a voz do paulista arrebatado que não disfarça, no entanto, o seu acendrado brasileiro.

Disseram, os que tinham a ventura de escutá-lo, que Alcântara Machado falava com entonação macia, velada, quase imperceptível, mas, ao se aproximar do climax da oração, sua voz ia se alterando e o orador transformava-se, transfigurava-se.

Dir-se-ia a impressionante peça sinfônica de Tchaikowsky, a famosa “Abertura 1812”, que principia com notas e melodia calmas, suaves, sutis e vai, aos poucos, se avolumando, até chegar ao máximo da excitação e do volume, quando os instrumentos musicais fundem-se com os carrilhões e os canhões!

Deve ter sido assim, também, a oração de Alcântara Machado, com a sua voz estrondejando quando já no final ele proclama, inflamado, o seu acendrado amor a São Paulo e quase indignado, sua formação de brasileiro;

— Assim, nem por gracejo se lembraria alguém de por em dúvida o meu brasileiro, porque PAULISTA SOU HÁ 400 ANOS!”

Que de emoção, que de arrebatamento não deve ter coroados com os aplausos quentes e infundáveis, as palavras finais do novo acadêmico! E sob o impacto do acontecimento — parece que aquela noite era uma noite predestinada! — ergue-se outra

fulgurante e arrebatada voz, a de Afrânio Peixoto, em seu discurso de recepção.

Fala o médico-escriptor:

“— ... vós constituís singular e honrosíssima exceção: sois o único bacharel, professor de Medicina Legal de uma Faculdade superior, após concurso público de provas que vos deram renome; sois hoje o príncipe dessa Medicina Legal no Brasil. Vossas memórias, escritos, lições, tratados, instruem minhas afirmações, que não serão contestadas. Por elas estarieis bem aqui, como os grandes médicos ou jurisconsultos que se assentaram na Academia Francesa.”

E o orador fala do livro consagrado:

“No melhor de vossa obra, “A Vida e a Morte do Bandeirante”, em que sentistes e dissestes a obra formidável dos que, devassando o Brasil, lhe fizeram a periferia regional dilatada, há, debruçado sobre o vosso ombro de escritor, a sombra ancestral de Machado d’Oliveira, bandeirante moderno que, pela ação, vos daria os hereditários acentos de evocação comovida... Esse livro vos conduz à Academia, que vosso ilustre avô imaginou, para vós... Esse livro é trecho de história do Brasil, o melhor da nossa história colonial, a que não se aprende nos tratados formais, escumadeira do que sobrenada, por leve ou visível, mas que não diz da vida que ferve e tumultua obscura, ignorada, aos que não sabem sentir e observar. No vosso livro é que se sente nascer e vagir o Brasil infante. O Brasil que ia ser e seria, e será o Brasil, porque nasceu e cresceu forte e digno. Tanto, que não conseguimos acabar com ele, nós, desse Brasil, leviano e tonto, o Brasil superficial”.

E, já no auge da emoção, Afrânio Peixoto exclama:

“— Como vós amais a esse Brasil, senhor Alcântara Machado, no vosso amor a São Paulo! Tanto, que sois um retrato de vossa terra, um resumo de vossa gente, quando exclamais que “São Paulo não é apenas uma terra de fartura e de prosperidade: é para todos aqueles que trabalham conosco pela grandeza do Brasil, uma terra de hospitalidade e de justiça.”

Ainda devem ecoar por todo o salão da Academia Brasileira de Letras, as palavras desses dois grandes de nossas letras e de nossas ciências. Mas, naquela noite de 20 de maio de 1933, lá estava outro paulista arrebatado e arrebatador, exuberante e humaníssimo médico-poeta santista, Martins Fontes. Coração mole, alma emocionável ao extremo, podemos adivinhá-lo, olhos umedecidos, no extremo da emoção.

Tanto que pouco tempo depois, em sua São Vicente, Martins Fontes entrega a outro grande amigo de Alcântara Machado, o saudoso acadêmico Cândido Mota Filho, o soneto glorificando o autor de “Vida e Morte do Bandeirante” e que este lê para o homenageado, num grande clima de emoção:

“— Por sua vez, — diz Mota Filho — fui obrigado a lê-lo para Alcântara Machado, porque sua emoção o impedia de fixar as letras e altear a voz. Vou agora repeti-lo, em homenagem ao poeta, e ao escritor:

*“Paulista sou há quatrocentos anos!
Imortal, indomável, infinita,
Dos mortos de que venho ressuscita
A alma bandeirante sobre-humana.*

*Tenho o orgulho de nossos altiplanos,
Tenho a paixão da gleba circunscrita
Quero morrer ouvindo a voz bendita,
dos pausados cantares paulistanos.*

*Da minha terra para a minha terra
Tenho vivido. Meu amor encerra
A adoração de tudo quanto é nosso,*

*Por ela vivo num perpétuo enlevo
E incapaz de servi-la quanto devo,
Quero, ao menos, amá-la quanto posso!”*

Por sinal, que o muito ilustre acadêmico e embaixador, paulista e brasileiro dos mais eminentes, que, nos últimos meses tanto tem me honrado com suas cartas elucidativas de fatos de nossa história, o doutor Ernesto Leme, exalta sua terra natal, sua Bragança Paulista, chamando-a de “Cidade-Poesia” pela limpidez de seu céu, formosura de seus campos, perfume de suas flores, graça de suas mulheres, bravura de sua gente, grandeza de sua história” e faz suas, as palavras do poeta: “E incapaz de servi-la como devo, quero ao menos amá-la quanto posso”. Mas, os desígnios de Deus são misteriosos e às vezes incompreensíveis para nós. Pouco tempo depois, desencadeia-se para Alcântara Machado, nova tormenta de emoção, desta vez, de dor intensa. Morre-lhe, em plena mocidade, o querido filho Antônio, que seria, com mais alegria, o continuador de sua obra de intelectual.

Então, cessam as notas e a melodia estrondejante da “Abertura 1812”, para se ouvirem os sons plangentes de um Noturno de Chopin. E revela-nos, ainda, Mota Filho:

“Esse pressentimento da morte começou a habitar-lhe o espírito depois que perdeu o filho Antônio. Desde então, era um homem triste e acabrunhado. Sua timidez aumentou, como se alguma parte de seu ser tivesse morrido. Ao oferecer-me a biografia do velho Brasília Machado, escreveu a seguinte dedica-

tória, expressiva por demais: "Ao Mota Filho, que foi amigo dele!"

Os exemplos dignificantes de nossos grandes "homens-bons" do passado — porque, no presente, os políticos e homens públicos fazem dos cargos motivo de vaidade e corrupção — levam-nos aos seus nobres ideais, como, por exemplo, um barão de Mauá. Em seu valioso livro biográfico sobre esse extraordinário brasileiro, o escritor Alberto de Faria, (não confundir com Alberto Faria, sem a preposição, que tanto brilhou em Campinas) fazendo-lhe o merecido elogio e reabilitação, escreve, entre outras coisas:

"Pouco restava de sua veneranda memória nas reminiscências da geração de 1903, quatorze anos apenas depois de sua morte.

O que o salvava do esquecimento era o fragor de sua queda; falava-se ainda nela. Iam-se dispersando, entretanto, sem deixar vestígios, os documentos psicológicos dessa grande vida na partilha carinhosa de sua valiosa correspondência, que estavam fazendo filhos e netos, aos quais feria o espinho cruel da injustiça da sorte e da ingratidão nacional, tragando resignados e silenciosos uma dor que não reagia; os próprios livros comerciais, os seus e os das empresas que criou, já não se sabia por onde andavam. No Banco do Brasil, que foi o depositário de sua falência e liquidatário de uma empresa importantíssima, tinha sido reclamado pelo desenvolvimento dos serviços o espaço ocupado por seus papéis, e o fogo, oficialmente autorizado, queimou solenemente esses riquíssimos arquivos de nosso progresso material.

Como poderia estar tão ingratamente esquecido esse homem extraordinário?! Mas, o esquecimento de Mauá era de causar pasmo, quando, em todos os ângulos deste país, havia, em obras de gozo público, o atestado palpitante de sua passagem, em cada patrimônio municipal ou estadual a conta do débito de uma estátua merecida — "uma em cada Estado do Brasil", como escreveu Aluísio Azevedo".

Outro exemplo dignificante de patriotismo sincero e absoluto, é o do desventurado jovem rioclarense Siqueira Campos, que deixou esta frase lapidar:

"A Pátria tudo se deve dar e nada pedir, nem mesmo compreensão!"

Por tudo isso pode-se perguntar: Valeu a pena? A Pátria compreendeu-os e lhes foi reconhecida? Talvez devamos repetir as palavras da ilustre filha do benemérito campineiro barão Geraldo de Rezende, d. Amélia, que, magoada, enfeixou o livro biográfico do pai ilustre, repetindo as palavras do Padre Antônio Vieira, e aplicando-as ao seu progenitor!

“Se servistes vossa pátria e ela vos foi ingrata, fizestes o que devíeis, e ela o que costuma...”

E eu pergunto, para encerrar: Lembram-se a Pátria e a maioria de seus filhos, deste grande paulista e brasileiro que foi José de Alcântara Machado de Oliveira, cuja morte passou-se em 1.º de abril de 1941 e que agora lembramos quarenta anos de seu passamento?

Pelo menos nós, deste venerando e consagrado sodalício, não o esquecemos.

AOS MEUS AMIGOS DO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Bonfim

— Oração pronunciada na Academia Sul Riograndense de
Letras —

Piratini-Piratininga,
Meu canto de amor paulista
Aos pagos de Manoelito,
E meus sapatos florindo
Na Rua dos Cataventos!
Ai quereres, ai querências,
Rodeios de meu sonhar,
Porto Alegre, porta-senda
Saga-landa, panda aurora,
Vossas Lendas, vosso Sul,
Soletrando liberdade!
Sou aquele caminheiro
Que vem de longe buscando
Vosso Tempo e vosso Vento,
E o sol de Antonio Chimango!
(Negrinho do Pastoreio,
Trazei de volta as palavras
Rêses rezas tresmalhadas
Em campos do nunca mais!)

Ó Província de São Pedro,

Pedra esculpindo fronteiras,
Farrapos sangrando auroras,
Minuano trazendo aos olhos
O sal de 93!
Ai queres, ai querências,
Ai Ponchos Verdes flutuando
No martírio de Wamosy,
E o pampa de evocações,
E a Coxilha caminhando
Na canção de vossos fogos!
Campeio Ruínas Vivas
E busco a senda secreta,
(Quimera de Guimarães,)
No azul de vossos azuis:
(—Irmão Alvaro Moreyra
Em seu Porto aéreo Alegre
Sonhai e velai por nós!)
Felipe acende o horizonte
Na luz da Lanterna Verde,
A brisa vai repetindo
Uma prece à Lila Ripoll,
O dia, galpão de pranto,
No olhar de Reynaldo Moura,
Moliterno e seus Quixotes,
Augusto Meyer partindo
Com seu Sorriso Interior,
E Spalding tecendo História
No manto da Medianeira!
Piratini-Piratininga,
Guaíba de meu Tietê,
Irmãos chamando meus passos
No gesto de vossa gesta:
—Guardai-me como vos guardo
Na hora que vos aguarda
Entre laços missioneiros
E a missão que nos reúne
Ao Sul de tanta saudade!

O HINO NACIONAL BRASILEIRO

(A propósito de seu sesquicentenário)

Odilon Nogueira de Matos

No dia 7 de abril do corrente ano transcorreu efeméride bastante significativa da história de nosso País: o sesquicentenário da abdicação de D. Pedro I, no ano de 1831. Tive oportunidade, na ocasião, de fazer pequenos pronunciamentos acerca do evento em algumas entidades culturais a que estou vinculado, apenas para que as respectivas atas não deixassem de registrar o transcurso da efeméride, bem como de publicar, a propósito, pequeno artigo na imprensa campineira, pouco depois transcrito na seção "Rabiscos de um escrevinhador" de um dos últimos números da *Notícia Bibliográfica e Histórica*. ("O Significado da Abdicação", n.º 102 da NBH, págs. 133/134). Uma legítima associação de idéias leva-me a tratar, agora, de outro sesquicentenário, igualmente significativo, pois vinculado ao primeiro: o do Hino Nacional Brasileiro. Não sei se todos sabem — mas aqui fica a informação — que a bela partitura de Francisco Manuel da Silva que há cento e cinquenta anos o País ouve como o seu hino nacional, foi composta para celebrar a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

Em conferência que, há alguns anos, tive oportunidade de ler em diversos lugares (Petrópolis, Rio de Janeiro, Campinas, Juiz de Fora, São Paulo), sobre a música no Brasil no Segundo Reinado, lembrei o papel importante desempenhado por Francisco Manuel da Silva, que viveu entre 1795 e 1865 e foi diretor do importante Conservatório Musical do Rio de Janeiro. Embora tenha deixado obra numerosa, ele é praticamente lembrado hoje apenas como o autor do Hino Nacional Brasileiro. Grande, contudo, foi a obra que realizou como incentivador e mesmo promotor de atividades musicais na Capital do Império.

Francisco Manuel da Silva viveu sempre no Rio de Janeiro. Aluno do Padre José Maurício no curso que este mantinha à

rua das Marrecas, sua primeira atividade foi como cantor da Capela Imperial, na qual, pouco depois, se tornou instrumentista, tocando violoncelo. Sabe-se que também recebeu lições de Segismundo Neukomm, o grande mestre austríaco que viveu nas cortes de D. João VI e de D. Pedro I e que exerceu larga influência sobre o meio musical de então. Esta qualidade de discípulo de Neukomm, Francisco Manuel, muitos anos mais tarde, já como diretor do Conservatório, faria questão de recordar ao acusar a Carlos Gomes o recebimento dos primeiros trabalhos elaborados em Milão pelo compositor campineiro: "... eu os li com cuidado e em grande parte me satisfizeram porque foi esse método que o cavaleiro Segismundo Neukomm empregou na minha instrução".(1)

Nos anos que se seguiram a 1825 (data de sua nomeação para instrumentista da Capela Imperial), um manto de obscuridade envolve sua personalidade, raramente seu nome sendo mencionado. Exerce escrupulosamente sua função, compõe sobretudo música religiosa e não perde oportunidade de aumentar o seu cabedal de conhecimentos, manuseando partituras que lhe passam pelas mãos, quer na Capela, quer na Irmandade de Santa Cecília, da qual é membro distinto e operoso. Tudo isso, no entanto, não bastaria para que a posteridade lhe guardasse o nome, pois o mesmo fizeram muitos outros. Estendeu-se tal situação, mais ou menos sem alterações, até 1831. Aí, sim, tudo mudou para ele. O ano de 1831 — diz seu biógrafo Ayres de Andrade — "marca o início da grande época de Francisco Manuel".(2) Foi o ano em que deu os primeiros passos na conquista da imortalidade. E esta, diga-se sem desdouro, ele a conseguiu com um simples hino. Ou, melhor dizendo, com alguns hinos. De fato, era grande sua vocação hinológica. Além do que se tornou o Hino Nacional, deixou mais cinco: um para celebrar a coroação de D. Pedro II, em 1841; outro, para festejar o nascimento do primogênito dos Imperadores, em 1845; mais dois, de natureza circunstancial, para celebrar a inauguração de entidades musicais do Rio de Janeiro; e, finalmente, em 1865, o "Hino de Guerra", alusivo à Guerra do Paraguai.

Graças a pesquisas recentes da Professora Cleofe Person de Mattos, ilustre diretora da Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro, encontra-se hoje bastante enriquecido o catálogo da produção de Francisco Manuel da Silva. Nele, são arroladas, entre muitas outras, trinta e cinco obras sacras (motetes, litânias, missas, salmos, um réquiem, hinos, além de algumas outras peças

(1) Ayres de Andrade, *Francisco Manuel da Silva e seu tempo*, I, 58. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

(2) Ayres de Andrade, obra cit., I, 169.

de forma mais livre), canções com acompanhamento de piano, músicas de salão (valsas, especialmente), paráfrases de trechos da "Norma" e de "Os Puritanos", de Bellini. Quanto à ópera "O Prestígio da Lei", que teria escrito com libreto de Araújo Porto Alegre, diz Ayres de Andrade que nenhum documento existe permitindo supor que Francisco Manuel a tivesse composto; o mais provável é que não tivesse passado do libreto. E quanto à quadrilha "O Amor Conjugal", a ele atribuída, o mesmo Ayres de Andrade informa não ser dele, mas, sim, de Henrique Alves de Mesquita, "como provam os anúncios publicados nos jornais da época"(3). Deixou, ainda, obras didáticas: um "Compêndio de Música Prática", "dedicado aos amadores e artistas brasileiros", um "Compêndio de Música para uso dos alunos do Imperial Colégio D. Pedro II", um "Compêndio de Princípios Elementares de Música", para uso do Conservatório, e um "Método de Solfejo", do qual só publicou a primeira parte.

Todavia — insisto em dizer — com toda essa produção, seu nome sobrevive hoje graças ao Hino Nacional, pois mesmo os outros que compôs, por serem apenas peças de circunstância, ficaram esquecidos. E embora o Hino Nacional também fosse originalmente uma peça de circunstância, teve assegurado seu sentido de permanência, pois transcendeu desde logo de seu caráter circunstancial, para tornar-se o Hino Nacional do País. Em torno deste, centralizarei alguns comentários, pois é o seu sesquicentenário que ora se comemora.

Aliás, o Hino Nacional Brasileiro já fez correr muita tinta, inclusive para discutir sua destinação ou verdadeira origem. Não teve de início — e nem seu autor o pretendeu — o caráter de hino nacional. Daí intitular-se "Hino ao Grande e Heróico Dia 7 de Abril de 1831". Aos poucos foi se firmando, deixando de ser simplesmente um hino cívico para adquirir as características e as condições de verdadeiro hino nacional. Consolidou-se sem precisar que decreto algum o oficializasse. E não demorou muito. Dias após a abdicação, precisamente a 14 de abril, o "Jornal do Comércio" noticiava uma festividade no teatro, na qual fora cantado "um novo hino nacional". Que hino seria esse? A notícia não dá o nome do autor, mas só podia ser o de Francisco Manuel, pois logo a seguir, a 26 do mesmo mês, o mesmo jornal anunciava a publicação da letra com que o hino havia sido cantado e essa letra é justamente a que vai ser publicada no ano seguinte com a música de Francisco Manuel.

Poucos anos depois, em dezembro de 1837, para comemorar o natalício do jovem imperador, ainda menor, foi organizado um suntuoso espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara, cujo

(3) Ayres de Andrade, obra cit., II, 236.

nome havia sido mudado para Teatro Constitucional Fluminense (estava na moda tudo o que tivesse o nome *constitucional*, até um teatro...). O "Jornal do Comércio", anunciando o espetáculo, informava que assim que o Imperador e as Sereníssimas Princesas chegassem, uma grande orquestra executaria o hino nacional, seguindo-se a representação de um drama, etc.. Ora, o que então a notícia do jornal chamava de "hino nacional" não era outro senão o que Francisco Manuel compusera para a abdicação. O grande jornalista Justiniano José da Rocha — vi-perino quando queria — compareceu à festa e, dias depois, arrazou-a pelo seu jornal. Do longo artigo que então escreveu, destaca-se o seguinte trecho: "Esperei, esperei, até que eu ia quase desesperando. Eram já nove horas da noite ou pouco lhe faltava; as pálpebras, com o peso do sono, iam-se-me fechando. Felizmente toca a orquestra essa música que nada tem de hino, e que, todavia, é a nossa *Marselhesa*... é, enfim, o hino nacional do Brasil. Então, já não cochilei; dormi mesmo." Dias depois, replicando a alguém que respondera à sua crítica, volta Justiniano às colunas do jornal. Insiste em dizer que o hino não o entusiasmara, mas respeitava a opinião dos que o apreciaram e termina com grandes elogios ao compositor, o que mostra o quanto naquela época Francisco Manuel já era personalidade marcante e respeitada.(4)

A beleza da partitura de Francisco Manuel é indiscutível, embora com o defeito de possuir um linha melódica difícil, o que, realmente, é uma inconveniência em se tratando de hino cívico. Tanto é verdade que numerosos trabalhos já foram publicados apontando erros e defeitos frequentemente cometidos no cântico do hino. Entre estes trabalhos, citaria o do Maestro Martin Braunwieser, que, durante muitos anos, foi encarregado da parte musical dos parques infantis da Prefeitura de São Paulo, função em que teve oportunidade de sentir de perto o problema. Seu trabalho, bastante erudito e criterioso, acha-se publicado na "Revista do Arquivo Municipal", de São Paulo.(5)

Grande parte das dificuldades que o hino oferece decorre certamente da letra (ou das letras) que o acompanhavam. A letra original, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, é de incrível mediocridade e mau gosto:

*Os bronzes da tirania
Já no Brasil não rouquejam;
Os monstros que o escravizavam
Já entre nós não vicejam.*

(4) Ayres de Andrade, obra cit., I, 174.

(5) Martin Braunwieser, *Erros e defeitos no modo de cantar o Hino Nacional*, em Revista do Arquivo Municipal, vol. 110, págs. 159-190. São Paulo, set.-out. de 1946.

*Dá Pátria o grito
Eis se desata
Desde o Amazonas
Até ao Prata.*

*Ferros e grilhões e forcas
D'antemão se preparavam;
Mil planos de proscricção
As mãos dos monstros gizavam.*

*Amanheceu finalmente
A liberdade do Brasil...
Ah, não desça à sepultura
O dia Sete de Abril.*

*Este dia portentoso
Dos dias seja o primeiro;
Chamemos Rio d'Abril
O que é Rio de Janeiro.*

*Arranquem-se aos nossos filhos
Nomes e idéias dos lusos...
Monstros que sempre em traições
Nos envolveram, confusos.*

*Ingratos à bizzarria,
Invejosos do talento,
Nossas virtudes, nosso ouro,
Foi seu diário alimento.*

*Homens bárbaros, gerados
De sangue judaico e mouro,
Desenganai-vos: a Pátria
Já não é vosso tesouro.*

*Neste solo não viceja
O tronco da escravidão.
A quarta parte do mundo
Às três dá melhor lição.*

*Avante, honrados patricios
Não há momento a perder;
Se já tendes muito feito,
Inda mais resta a fazer.*

*Uma prudente regência,
Um monarca brasileiro
Nos prometem venturoso
O porvir mais lisonjeiro.*

*E vós, donzelas brasílias
Chegando de mães ao estado,
Dai ao Brasil tão bons filhos
Como vossas mães têm dado.*

*Novas gerações sustentem
Do povo a soberania;
Seja isso a divisa delas
Como o foi d'Abril o Dia.*

É difícil imaginar coisa pior em matéria de versos para um hino. Nem as palavras se quadram direito à música. Esta letra, aliás, não foi mantida por muito tempo. Dez anos depois, entendeu-se que a letra de um hino nacional não deveria circunscrever-se, nas suas alusões, a um só acontecimento, no caso a abdicação de D. Pedro I. Ainda mais que outro evento, recente, empolgara o País: a coroação de D. Pedro II, em 1841. Daí ter sido adaptada à música de Francisco Manuel uma nova letra, que pecou pelo mesmo erro da outra: se a primeira só falava na abdicação, a segunda centrou seu interesse na coroação de D. Pedro II, e de maneira excessivamente panegírica. Esta nova letra fora publicada sem indicação de autor, mas acreditou-se ser do mesmo Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Dois argumentos levam a esta crença: em primeiro lugar, ela é tão ruim quanto a outra; e, depois, utiliza o mesmo estribilho. Ora, ninguém iria escrever letra para um hino utilizando estribilho de outro autor. Todavia, esta nova letra tem uma grande vantagem sobre a primeira: é bem mais curta, com apenas três estrofes, em vez de doze, como a outra:

*Quando vens faustoso dia
Entre nós raiar feliz,
Vemos só na liberdade
A figura do Brasil...*

*Da Pátria o grito
Eis se desata
Desde o Amazonas
Até ao Prata.*

*Negar de Pedro as virtudes,
Seu talento escurecer,
É negar como é sublime
Da bela aurora o romper.*

*Exultai brasilio povo
Cheio de santa alegria,
Vêde de Pedro o exemplo
Festejado neste dia.*

O fato de ter sido o hino de Francisco Manuel da Silva tão mal servido de letra, certamente explica porque, durante todo o Império ele tenha sido muito mais executado do que cantado. Vieira Fazenda, um dos maiores conhecedores da história da cidade do Rio de Janeiro, informa que o hino de Francisco Manuel, com a segunda letra (alusiva à coroação) era cantado no antigo Teatro Provisório nos dias 25 de março e 2 de dezembro, aniversários, respectivamente, da Constituição e do Imperador. Nesses dias, sempre havia espetáculo lírico e o hino era cantado pelos artistas, antes de começar a ópera programada: o soprano cantava a primeira estrofe, o contralto a segunda e o tenor a terceira, sendo o estribilho cantado por todo o elenco. Ora, para o autor das *Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro* ter a preocupação de registrar que, pelo menos duas vezes por ano o hino era cantado, é porque ele era, realmente, muito pouco cantado.

Mas, com todos esses defeitos, o hino chegou até a República. Esta, não só não teve coragem de substituí-lo, como ainda fez o que o Império não havia feito: oficializou-o, pelo decreto de 20 de janeiro de 1890. O episódio é conhecido, e ainda há pouco a Professora Amélia Trevisan, distinta pesquisadora do Arquivo do Estado, relembrou-o em artigo publicado em "O Estado de S. Paulo". Instituídos os símbolos nacionais (bandeira e brasão), pelo decreto de 19 de novembro de 1889, portanto cinco dias apenas após a proclamação da República, cuidou-se, em seguida, do novo hino. De ordem do Ministro do Interior, foi aberto em 22 do mesmo mês e ano um concurso para a música destinada a ser o "Hino da República", pois o que vinha sendo adotado era conhecido por "Hino do Império", inclusive com alusões ao Imperador que acabava de ser banido e que, obviamente a República não poderia aceitar.

Conforme edital publicado no "Diário Oficial" da União, a letra já havia sido escolhida e encontrava-se no Ministério do Interior à disposição dos compositores interessados em musicalá-la; fora escrita por Medeiros e Albuquerque e começava com os conhecidos versos "Seja um pálio de luz desdobrado / Sob a larga amplidão destes céus". A situação, naquele final de 1889,

era a seguinte, como lembra a Professora Amélia Trevisan: havia um "Hino do Império" com música sem letra (isto é, letra adequada) e havia um "Hino da República" com letra sem música. Mas não faltaram candidatos. No primeiro julgamento, realizado a 4 de janeiro de 1890, trinta músicos apresentaram suas composições. A Comissão Julgadora selecionou quatro para a prova final, marcada para daí a duas semanas. As quatro composições selecionadas tinham por autores Francisco Braga, J. de Queiroz, Alberto Nepomuceno (que, por sinal, se encontrava na Europa) e Leopoldo Miguez, cabendo a este a classificação final. Abre-se um parêntese para lembrar que a primeira pessoa convidada a escrever o novo hino da República (e antes que se abrisse o concurso mencionado) foi Carlos Gomes, que se encontrava na Itália, e que recusou de pronto. O autor de "O Guarani" fora sempre muito grato e reconhecido a D. Pedro II e lhe parecia uma traição atender ao convite do governo que vinha de depor e banir o Imperador, seu protetor. Mas, realizado o concurso, e em que pesasse a vitória de Leopoldo Miguez, as preferências de Deodoro foram pelo hino de Francisco Manuel. Nessa ocasião, teria ele dito a frase que se tornou famosa: "Prefiro o velho", depois de ouvir a execução dos hinos classificados. Verdade ou não, o fato é que, no mesmo dia da prova final, 20 de janeiro de 1890, o Decreto n.º 171 estipulava claramente em seu primeiro artigo: "É conservada como hino nacional a composição musical do maestro Francisco Manuel da Silva". E o artigo segundo complementava: "É adotada, como Hino da Proclamação da República a composição do maestro Leopoldo Miguez baseada na poesia do cidadão José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque". A idéia, ao que parece, era que os dois hinos fossem sempre executados juntos, nas grandes cerimônias cívicas. Mas o hino de Leopoldo Miguez e Medeiros e Albuquerque nunca logrou popularidade; continua praticamente desconhecido, muito raramente sendo cantado ou executado. A verdade é que a letra de Medeiros e Albuquerque é bastante infeliz (o que parece ser uma triste sina dos nossos hinos cívicos), em nada abonando a veia poética do escritor pernambucano. É pretensiosa e vazia, empregando expressões que, já na época, eram pouco usadas e algumas até inacessíveis ao povo: quando, por exemplo, nos estimula a que "verdes louros colhamos louções", ou quando lembra "este canto revel que o passado vem remir dos mais torpes labéus", ou que "o Brasil já surgiu libertado sobre as púrpuras régias de pé". Alguém escreveu que a grandiloquência da letra de Medeiros e Albuquerque contrasta com a simplicidade da melodia do hino, resultando daí, para ambos, uma compensação valorizada. Onde esta compensação é que o leitor (ou o ouvinte) tem dificuldade em descobrir.

Mas, como já se disse, a República fez o que o Império não havia feito: oficializou, como Hino Nacional Brasileiro, o velho

hino de Francisco Manuel da Silva. E se a República, no seu afã de apagar as lembranças do Império, não substituiu o hino (e seria normal que o fizesse), não será agora, certamente, que ele haverá de ser substituído. Será sempre o Hino Nacional Brasileiro, ou o nosso hino, expressão que deve ser pronunciada com cuidado para evitar-se desagradável cacófato devido a um *suíno* intrometido, que o torna até motivo de chacotas... Ao que tudo indica, Francisco Manuel da Silva conhecia muito bem os clássicos italianos e tinha especial predileção pelos alaudistas e guitarristas da Península. Aliás, para quem conhece bem a literatura desses autores, não será muito difícil descobrir de onde o compositor tirou o tema principal do nosso futuro hino nacional.

Resolvido o problema da música, restou o da letra, pois a que vinha do Império não servia, pelas alusões que a República, obviamente não podia aceitar. Cuidou-se, então, de uma nova letra. Mas o processo foi demorado. O Hino Nacional Brasileiro ficou sem letra até o ano do centenário da Independência, ou seja até 1922. O concurso para escolha da letra fora aberto em 1908, por sugestão de Alberto Nepomuceno, então diretor do Instituto Nacional de Música. O governo da República nomeou uma comissão revisora, que representou sobre a necessidade não de se rever, mas de substituir a letra do hino. A representação foi enviada à Câmara dos Deputados, que a arquivou, pois a Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer afirmando que o Congresso tinha coisas mais importantes a tratar, para que ficasse a perder tempo com o hino nacional. O assunto volta à baila em julho de 1909, quando o escritor maranhense Coelho Neto, então representante de seu Estado na Câmara, defende calorosamente a necessidade de concurso para que se mudasse de vez a "horrorosa letra do hino nacional, que nem pode ser cantada" — dizia Coelho Neto — "porque nem de leve refere-se à Nação, sendo, como é, um canto panegírico no qual se preconizam apenas as virtudes de D. Pedro II". E para fundamentar a crítica, transcreveu alguns versos do hino, como aquele já citado: "Negar de Pedro as virtudes / Seu talento escurecer / É negar como é sublime / Da bela aurora o romper". A proposta de Coelho Neto, embora subscreta por numerosos deputados, e dos mais representativos, acabou sendo arquivada, o que determinou que o escritor voltasse ao assunto no ano seguinte, desta vez apresentando um projeto concreto, qual o de se adotar, como letra do Hino Nacional, os versos de Osório Duque Estrada. Outros projetos apareceram nos anos subsequentes, até que, afinal, em 1921, quando se preparavam as festas do Centenário da Independência, o debate foi reaberto. O deputado Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, apresentou à Câmara projeto com um só artigo: "É considerada oficial a letra do Hino Nacional Brasileiro escrita pelo sr. Osório Duque Es-

trada e premiada com cinco contos de réis pelo Governo". Ao apagar das luzes daquele ano de 1921, foi o projeto aprovado, com uma emenda relativa à aquisição "plena e definitiva" da letra. Mas só a 6 de setembro de 1922, véspera do Centenário da Independência foi que o Presidente da República, Epitácio Pessoa, pelo Decreto n.º 15.671, oficializou a letra composta por Osório Duque Estrada em 1909.

Osório Duque Estrada nasceu em Pati do Alferes, na velha província fluminense, em 1870, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1927. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito na vaga de Sílvio Romero, tendo sido recebido por Coelho Neto, em 1916. Recebeu o nome de Osório em homenagem ao grande general da Guerra do Paraguai, de quem o pai era amigo e admirador. Foi professor do Colégio Pedro II. Escreveu dois livros de poesias, *Alvéolos* e *Flora de Maio* (o primeiro, prefaciado por Sílvio Romero), alguns trabalhos sobre a língua portuguesa, a *Arte de fazer versos*, um livro sobre a Guerra do Paraguai, o libreto da ópera *Anita Garibaldi*, para o qual Francisco Braga escreveu a música, e algumas peças teatrais: *Lavinia*, *O fonógrafo indiscreto* e *Manobras de amor*, esta, ao que parece, destinada a libreto de ópera ou opereta, mas que não encontrou quem a musicasse. Traduziu, ainda, *Gioconda*, uma tragédia de Gabriele D'Annunzio. As fontes sobre ele são poucas: os discursos de Coelho Neto (recebendo-o) e de Roquette Pinto (substituindo-o) na Academia Brasileira, e uma página modesta de Artur Mota nos seus *Perfis Acadêmicos*. Mas, com toda essa produção, seu nome só é lembrado hoje pela letra do Hino Nacional Brasileiro, que, verdade seja dita, não contribui muito para a grandeza do poeta. Todavia, é infinitamente superior à de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, mas assim mesmo fica muito a desejar. Uma das mais belas frases que se poderia dizer — "As margens plácidas do Ipiranga ouviram o brado retumbante de um povo heróico" — foi transformada num dos mais horrosos versos da língua portuguesa, ainda com o lamentável choque cacofônico de um "herói cobra-do", o que levava o humorista e caricaturista Belmonte a dizer que o Hino Nacional Brasileiro começava com um imperdoável erro, qual o de cobrar um herói, figura que nunca deve ser cobrada, pois o herói é sempre credor da Pátria...

O poema peca por imagens pobres, infelizes e pouco claras, como, por exemplo, ao falar em "céu risonho", ao lembrar que o futuro "espelha a grandeza" do Brasil; expressões, como "seio da liberdade" soam mal e pouco dizem; assim também o "deitado eternamente em berço esplêndido" tem merecido críticas, por ser uma frase deprimente para o País; lembro-me de que os integralistas do sr. Plínio Salgado, na sua exacerbação nacionalista, recusavam-se a cantar essa frase, substituindo-a, mais

ou menos, por “desperto para sempre de berço esplêndido”; a interpolação dos versos de Gonçalves Dias não foi muito feliz, por traduzir uma visualização romântica justificável talvez na época em que o poeta os escreveu, mas inadmissível quando a letra do hino foi escrita. Por outro lado, o uso excessivo da ordem inversa, aceitável na poesia, torna-se inadequada a um hino cívico, por ser de difícil entendimento por parte das pessoas menos cultas. Já fiz exercícios com alunos pedindo-lhes para por em ordem direta a letra do Hino Nacional, e nem todos conseguiram. Neste particular, os hinos nacionais dos outros países são mais felizes; em geral, suas letras são simples; qualquer pessoa, por menos culta, entende-as. Tomemos, ao acaso, o Hino Nacional Português: “Heróis do mar! Nobre Povo, nação valente, imortal! Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal”. Ninguém deixará de entender essa bela frase. Comparemô-la com as frases inversas do hino brasileiro.

O reconhecimento desta situação tem levado a aparecer, periodicamente, propostas de alteração da letra do hino. A própria Câmara Federal ocupou-se do assunto — isto há mais de vinte anos — quando o grande poeta Guilherme de Almeida, chamado a opinar, declarou-se favorável não a uma simples modificação, mas a uma nova letra para o hino. Há alguns meses, meu nobre amigo e preclaro confrade da Academia Paulista de Educação, Professor Antônio D’Ávila, em carta que me escreveu — precisamente a 15 de dezembro do ano passado — comunicou-me ter encontrado na revista “Billiken”, de Buenos Aires, de 11 de maio de 1951, uma nova letra do Hino Nacional Brasileiro, adiantando a revista que tal letra fora “fixada definitivamente em 1937”. A notícia, pelo que me escreveu Antônio D’Ávila, nada mais informava sobre essa “nova” letra; depois de transcrevê-la, apresentava pequeno histórico do hino, repetindo mais ou menos coisas geralmente sabidas. Certamente o que a revista de Buenos Aires publicou foi uma das muitas propostas de letra apresentadas por estes anos afora; apenas, não sei donde tirou a revista que essa letra fora “fixada definitivamente em 1937”. A época é significativa. Em fins daquele ano fora implantado o chamado “Estado Novo”, impondo ao País, pelo menos nos seus primeiros tempos, uma mística nacionalista, raiando às vezes ao exagero, e foi quando se criou um clima propício a que se combatasse tudo quanto pudesse implicar em prejuízo ou comprometer essa preocupação nacionalista. Não nos esqueçamos de que um dos primeiros atos do pouco saudoso “Estado Novo” foi suprimir as bandeiras e os brasões dos Estados e dos Municípios. Esse “Estado Novo”, que pretendia despertar o Brasil, não poderia conformar-se em vê-lo “deitado eternamente em berço esplêndido”. Foi nessa época que apareceram as primeiras propostas de alteração da letra do hino.

Como a letra que Antônio D'Ávila encontrou na revista argentina é a única de que disponho, vou tomá-la como exemplo dos propósitos da modificação que se pretendia. Nela, o que se ouve às margens plácidas do Ipiranga não é o brado retumbante de um povo heróico, mas o "grito retumbante da Independência". O estribilho é ligeiramente modificado: em vez de "penhor dessa igualdade", fala-se, aliás mais acertadamente, em "penhor dessa vitória". O "em teu seio, ó Liberdade" (imagem realmente bastante infeliz) foi substituído por "Ó Brasil, por tua glória desafia o nosso peito a própria morte". Na terceira estrofe, o "sonho intenso" transforma-se em "claro sonho". Não é mais "um raio vivido de amor e de esperança que à terra desce", mas um "raio vivido de fé no teu destino", que "desce às almas". O "gigante pela própria natureza", é substituído por "fadado pela mão da natureza". E a segunda parte, que começa com o "deitado eternamente em berço esplêndido" foi toda suprimida. As demais propostas provavelmente se afinarão pelo mesmo diapasão, nada adiantando em favor do hino. A emenda, se não é pior que o soneto, é tão ruim quanto ele.

Na realidade, não deve ser fácil escrever a letra para um hino cívico e menos ainda para um hino nacional. Se a poesia é escrita no momento histórico que justificou o hino, corre o risco de enquadrar-se numa conjuntura de tempo e de espaço, que talvez não seja devidamente percebida no futuro. É o caso, por exemplo, do já citado Hino Nacional Português. Henrique Lopes de Mendonça escreveu-o numa época em que as relações com a Inglaterra estavam tensas (devido a problemas com as colônias da África) e é à ameaça inglesa que se referem as palavras do refrão: "Às armas, às armas! contra os canhões, marchai, marchai!", expressão hoje totalmente sem sentido e que talvez nem todos os portugueses a compreendam. Se a letra é escrita um século depois — caso da poesia de Osório Duque Estrada — corre-se o risco de seu autor, deslocado no tempo, não captar convenientemente o sentido do que se pretende evocar. Enfim, torno a dizer, o problema não é fácil. Mas a verdade é que, com todos os defeitos de sua letra, ela aí está. Todas as tentativas de modificá-la foram infrutíferas, e se até agora não o foi, dificilmente ainda o será, pois são muitos os fatores, sobretudo emocionais, que entram na questão.

Abro, aqui, uma alínea para tratar de uma curiosa proposta positivista de letra para o hino nacional, utilizando a mesma música de Francisco Manuel da Silva. Os positivistas, como é sabido, tiveram grande participação na propaganda e na implantação do regime republicano (embora, às vezes, julgada um tanto exageradamente) e naturalmente interessaram-se pelos símbolos republicanos. Influíram positivamente na elaboração

da bandeira, nela inscrevendo a legenda "Ordem e Progresso", um dos muitos lemas com que os discípulos de Augusto Comte se compraziam em colocar no pórtico de suas publicações. Acarretaram, com isto, verdadeira anomalia, inteiramente contrária às normas da heráldica, ou seja a bandeira com legenda. Este mau exemplo da bandeira nacional foi seguido por outras Unidades da Federação: o dístico virgiliano dos inconfidentes na bandeira mineira, o "Trabalha e Confia" dos capixabas e o ridículo "Nego" de João Pessoa, expressão que teve sentido numa certa conjuntura histórica, mas que jamais poderia ter sido incorporada definitivamente à bandeira dos paraibanos. Em 1915, o cidadão J. Mariano de Oliveira, "mediante empréstimos poéticos luso-brasileiros idealizando a evolução ibero-americana", escreveu uma letra para o Hino Nacional Brasileiro, utilizando, como já se disse, a mesma música de Francisco Manuel. Visava esta tentativa positivista de hino nacional a "recordar esteticamente a evolução com que o ramo brasileiro do galho português do ocidental elemento ibérico vai contribuindo para o advento das Mátrias, ou Pequenas Pátrias, únicas verdadeiramente livres, destinadas a constituir definitivamente a HUMANIDADE". Era para ser cantado pela primeira vez no dia 11 de Frederico de 127 que, no calendário positivista, corresponde ao 15 de novembro de 1915, e ainda acrescentava que era o ano do centenário do nascimento de Clotilde de Vaux, "terna e imaculada inspiradora de Augusto Comte" e cuja efeméride centenária havia sido comemorada a 3 de abril do mesmo ano.

Trata-se de um *pastiche*, com extratos de "Colombo", de Araújo Porto Alegre, de "Os Lusíadas", de Camões", de "Colombo e Isabel", de Sousa Pinto, de "A Descoberta da América", de Teixeira de Souza, do "Navio Negreiro", de Castro Alves, de "Anchieta e o Evangelho nas Selvas", de Fagundes Varela, das "Poesias Americanas" de Gonçalves Dias, e ainda de outros poetas menores. É de leitura difícil, para nós, hoje, tal o preciosismo e o rebuscamento da linguagem; imaginemo-lo, então, como letra de um hino nacional:

Troam na Ibéria os hinos da vitória
Que o Ocidente ufano reintegra;
Ao Crescente a à Cruz traçando a glória,
Na sacra evolução que os dois alegra!

A inclita Isabel

Colombo implora os sócios arrojados
E o impávido batel,
Com que amerigue a Deusa dos Cruzados
Os mares nunca dantes navegados.

Vai. Sê venturoso! *A Fé estende*
Da capitânea na recurva quilha,
De pé, *ao Nauta o sonho grato prende!*
Um clarão subitâneo irrompe e brilha
Do seu semblante, *ao este genial.*
Terra à vista! O piloto exclama pasmo,
E a maruja esquecendo o vil sarcasmo
Terra à vista! repete festival.

O homem se agita
E a Humanidade
É quem o guia!
Salve! da Paz
Eterno dia!

O sulco que Colombo abriu na vaga
Como um Iris no pélago profundo,
Redivivo, o Infante egrégio afaga
E a frota lusa atira ao Novo Mundo!
O fervor inaciano
Os mistérios enastra nestas plagas,
Do Apóstolo romano
Aos ritos que Tupã canta aos piagas,
E aos ingênuos fetiches do africano.

Nesta efusão fraterna, embora cega,
Um povo ocidental novo aparece,
Em três séc'los que a faina não sossega,
E o coração latino s'enaltece...
Do Irmão europeu crê tirania,
Então, o fatal jugo que os oprime;
Té que o livre porvir lhes presagia
O sacrifício vão do herói sublime!

Colônia a Reino Unido levantada,
Sob o impulso da imortal ação francesa,
A civil redenção das grandes pátrias,
Brasil! chamas e gente portuguesa!
Eis como o surto mediéval
Quebra os grilhões que o regalismo gera
Ao progresso industrial,
No qual o santo Amor que prepondera
Os extravios da razão supera.

*Tal do Ipiranga o brado; não ruptura
Que dois ramos dum galho impio desune;
O Império Independente mais os une,
Pelo laço moral que só perdura.
Ativa Paz cimenta em toda parte,
Santo Amor com que a Terra nos irmana;
— Sumo bem que o Destino nos reparte —
Princípio eterno da unidade humana.*

*Acaba a raça branca, em júbilo ardente,
— Qual se abraçara à raça aqui d'América, —
Em ti, Brasil! resgate penitente
Da raça preta, enfim, na grei ibérica
E a República Federal
O márcio emblema, após, do Império altera
Na imagem universal
Mostrando o Santo Amor que prepondera,
A Virgem-Mãe que a ciência audaz espera.*

*Cumpriram os Avós, entre rumores
De luta assim d'irmãos e atroz alarmas,
A fatal transição que, ora, sem armas
Devemos consumir em seus louvores!
Extinta, ao todo, a belicosa chama,
As doces Matrias da Fraternidade
Constelarão a Terra que proclama,
Pelo espaço, feliz, a Humanidade! (6)*

A partitura de Francisco Manuel da Silva inspirou uma das mais belas páginas da literatura pianística do século passado. Refiro-me à paráfrase que sobre ela escreveu o pianista e compositor norte-americano Louis Moreau Gottschalk, que, em 1869 aportou ao Rio de Janeiro. Pretendia, ao que parece, permanecer bastante tempo entre nós, mas sua estada não passou de alguns meses, pois, acometido de grave enfermidade (provavelmente febre amarela), faleceu no mesmo ano de sua chegada. Pianista de qualidades excepcionais — chamavam-no o “Liszt americano” — eletrizava os auditórios com sua técnica insuperável e despertou enorme interesse, tornando sua curta temporada um rosário de triunfos. Gottschalk não era apenas pianista e regente. Era também compositor de mérito. Uma recente gravação integral de sua obra, tanto para piano, como para orques-

(6) R. Teixeira Mendes, *As agitações humanas e regeneração humana*, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1922, publicação n.º 2 a 6 do ano 63/134, da Igreja Positivista do Brasil. Os versos grifados, na transcrição do hino, foram tomados de empréstimo aos poemas citados.

tra, e até uma pequena ópera, veio revelar certas facetas até então nem suspeitadas de sua produção. Nota-se muito em sua obra, principalmente a que escreveu para o piano, as influências negras do sul dos Estados Unidos, especialmente do baixo Mississippi (não nos esqueçamos de que Gottschalk era de New Orléans). Não foi apenas um "cavalheiro amável que parafraseou o nosso hino", como dele disse Guilherme de Figueiredo.⁽⁷⁾ Não há dúvida que ele foi isso, mas não apenas isso. Embora vivendo pouco entre nós, sua influência foi muito grande. Devemos-lhe a divulgação da obra dos autores românticos, os verdadeiros mestres do piano, esse instrumento que tanto se integrou à vida social brasileira, e que, com o decorrer do tempo, com o rádio, a vitrola e a televisão, acabou relegado ao abandono.

Quanto à paráfrase do Hino Nacional Brasileiro, que Gottschalk intitulou *Grande Fantaisie Triomphale sur l'Hymne National Brésilien*, e dedicou a D. Pedro II, trata-se de peça de grande efeito, que passou a integrar o repertório de grandes pianistas brasileiros e mesmo estrangeiros. Teve em Guiomar Novaes, como tem agora em Eudóxia de Barros, suas maiores intérpretes. Várias vezes foi registrada em disco: Guiomar Novaes, Ofélia do Nascimento, Eudóxia de Barros, Clara Sverner e o russo Agustin Anievas, entre outros. Numa certa época esteve proibida, por ser considerada desrespeitosa ao Hino Nacional. A questão, de vez em quando, vem à baila. Ocorre, aqui, lamentável engano. O que a Lei n.º 5.700, de 1.º de setembro de 1971, proíbe — e faz muito bem — são os arranjos do Hino Nacional: por exemplo, ele ser executado em ritmo de samba ou de qualquer outra modalidade. Mas, não é o caso da obra de Gottschalk. O compositor norte-americano não fez um "arranjo" do hino; compôs uma peça de concerto, no gênero das "fantasias" ou "variações", que tem forma definida. Nela, um tema, depois de apresentado de maneira simples, é repetido com amplificação ou modificação.

É uma operação musical que consiste em modificar uma melodia em seus elementos secundários sob a condição de fazer com que os ouvintes possam perceber, sempre, mais ou menos distintamente, o tema original. Numerosos exemplos encontram-se na história de música de utilização de hinos nacionais: Beethoven e Paganini escreveram variações sobre o hino nacional inglês, o "God Save the King"; Berlioz tem uma fantasia sobre a "Marselhesa"; Haydn construiu o movimento lento de um dos seus mais belos quartetos sobre o antigo hino nacional da Áustria, atualmente da Alemanha Ocidental; toda a segunda parte da bela canção de Schumann, "Os dois granadeiros", foi

(7) Guilherme de Figueiredo, *Miniatura de História da Música*, 204. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1942.

construída sobre a "Marselhesa", e por aí afora que os exemplos iriam longe.

A "Grande Fantaisie", de Gottschalk, enquadra-se na categoria que costumo denominar de "cortesias musicais", e que são frequentes na história da música. Um compositor é levado, por qualquer circunstância, a passar algum tempo em outro país, ou simplesmente visitá-lo, e julga-se no dever de retribuir a hospitalidade com uma obra inspirada em qualquer coisa desse país. É o que explica, por exemplo, que o alemão Mendelssohn tenha uma "Sinfonia Escocesa", outra "Italiana"; o tcheco Dvorak tenha um "Quarteto Americano" e uma "Sinfonia do Novo Mundo"; o italiano Respighi seja o autor de uma obra intitulada "Impressões Brasileiras"; o francês Ravel tenha uma "Rapsódia Espanhola" e outro francês, Milhaud, tenha dado o nome de "Saudades do Brasil" a uma das suas obras mais importantes. E muitas outras musicas desta natureza poderiam ser citadas, pois aqui, também, os exemplos iriam longe. O compositor norte-americano, em vez do folclore, da geografia ou da história, preferiu inspirar-se no hino nacional do país que visitou e no qual, infelizmente, encontrou a morte, contando pouco mais de quarenta anos. Retribuiu com sua "cortesia musical" a camaradagem, a hospitalidade e a receptividade de que foi alvo entre nós. Aliás, não foi apenas na "Grande Fantaisie" que Gottschalk utilizou o Hino Nacional Brasileiro. Fê-lo também na parte final de sua "Marche Solennelle", para orquestra, banda e artilharia, obra suntuosa e de grande efeito, dedicada igualmente a D. Pedro II. Aqui, Gottschalk não preferiu a forma de variações, como na "Grande Fantaisie": utilizou a própria melodia de Francisco Manuel da Silva.

Convém lembrar, ainda, que o compositor norte-americano não foi o único a parafrasear o Hino Nacional Brasileiro. A idêntica tarefa abalançou-se Walter Burle Marx, regente e compositor do Rio de Janeiro, numa obra orquestral intitulada "Grande Fantasia sobre o Hino Nacional Brasileiro". Tal obra, ao contrário da de Gottschalk, nunca teve receptividade alguma entre nós. Foi, entretanto, gravada na Alemanha, pela Orquestra Filarmônica de Berlim, dirigida pelo próprio autor, em disco ainda ao tempo de 78 rotações, da etiqueta Telefunken, hoje de extrema raridade.

Peço licença para tomar de empréstimo ao meu preclaro e querido amigo Guilherme de Figueiredo sua opinião sobre o Hino Nacional Brasileiro e com ela porei termo a esta já longa palestra: "Foi escrito para ser amado, e cumpre o seu destino de acompanhar, com seus acordes marciais e impetuosos, os momentos de afirmação da história do nosso povo. Se a sua letra é empolada, de difícil compreensão por parte da massa, isto é um pouco fruto da época em que foi escrito, um tanto culpa do

próprio condoreirismo oratório que há em todos nós, e um tanto culpa do poeta Duque Estrada, que supriu com metáforas complicadas e dificilmente acessíveis a altura nada lisonjeira do seu estro. Ainda assim, é dos mais belos, dos mais elevados. Por mais que o critiquem, seria grande se todos no Brasil fizessem alguma coisa como Francisco Manuel fez o seu hino. Praza aos céus que os brasileiros o cantem sempre, nas horas em que exaltem as verdadeiras conquistas do patrimônio espiritual da Nação”(8)

Concluindo: dois autores — um compositor e um poeta — que escreveram muito, mas que, praticamente, são lembrados hoje apenas por um hino. São, pois, muito parecidos neste particular. Francisco Manuel da Silva, apesar da obra numerosa que produziu e da direção que exerceu no Conservatório do Rio de Janeiro, não faria jús à lembrança da posteridade, segundo confissão de seu próprio biógrafo. É significativo que o livro que lhe dedicou Ayres de Andrade, intitulado *Francisco Manuel da Silva e seu tempo*, trate mais de “seu tempo”, que do próprio Francisco Manuel. É obra indispensável para se conhecer a vida musical da Capital do Império, pelo menos até a época em que faleceu o autor do Hino Nacional; nela encontramos, por exemplo, relacionadas todas as temporadas líricas (quase todas brilhantes) que marcaram, de maneira sensível, a vida social e artística do Rio de Janeiro, além de numerosas outras atividades que nos permitem aquilatar o que era nossa antiga Capital naqueles tempos de há mais de cem anos. Mas, Francisco Manuel da Silva, na realidade, pouco aparece nesse livro que lhe foi dedicado ao ensejo da passagem do centenário de seu falecimento.(9) Idêntico destino teve o autor da letra, que mal figura nos dicionários bibliográficos e nem aparece nas histórias da literatura. Mas o grande traço comum que os une — o Hino Nacional Brasileiro — aí está, vivo e imperecível, tornando consequentemente viva e imperecível a memória de seus autores, ainda que apenas pelo belo e querido hino cujo sesquicentenário hoje comemoramos.

(8) Guilherme de Figueiredo, obra cit., pág. 221.

(9) Andrade, Ayres de — *Francisco Manuel da Silva e seu tempo, 1808-1865: uma fase do passado musical do Rio de Janeiro à luz de novos documentos*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1967. 2 vols. (Coleção «Sala Cecília Meireles», vol. 1).

FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK

2.º Barão de Pati do Alferes

(Grande do Império — Chefe de Legião)

Francisco Klors Werneck

Nascido na fazenda da Piedade, sita na Freguesia de N. S. da Conceição do Alferes, em 6 de fevereiro de 1795, pertencia Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, 2.º Barão de Pati do Alferes, ao mais prestigioso patriarcado fluminense, uma vez que descendia do patriarca Inácio de Souza Werneck, que, em companhia de seus pais, Manuel de Azevedo Mattos e Antônia Ribeira (filha legítima de João Werneck e Isabel de Souza), e seus irmãos, Manuel de Azevedo Ramos e Ana Ribeira de Jesus, todos vindos da Freguesia de N. S. da Piedade da Borda do Campo, hoje cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais, passaram à região fluminense, pois, em 1750 e tantos, estavam morando na Freguesia de N. S. da Conceição e S. Pedro e S. Paulo do Paraíba do caminho das Minas, em cujos livros paroquiais vi seus nomes tantas vezes citados.

Era filho único do Capitão Francisco Peixoto de Lacerda, falecido em 23 de agosto de 1848 e de sua mulher Ana Matilde Werneck, cujo assento de casamento, conforme o livro s/n.º, fls. 14, da Freguesia do Alferes, consta do teor seguinte:

“Ao primeiro de Dezembro de mil setecentos e noventa e dois, nesta Paroquial Igreja de N. S. da Conceição do Alferes, feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino, sem se descobrir impedimento, pelas 10 horas da manhã, em minha presença e das testemunhas Antonio Roiz da Cruz e José da Cruz, se casaram em face da Igreja solenemente, por palavras de presente, Francisco Peixoto de Lacerda, filho legítimo do Capitão André Peixoto de Lacerda e de D. Gertrudes Marianna da Silveira Bitancour, natural e batizado na Freguesia de São Salvador da Ilha do Fayal, Bispado de Angra, com D. Ana Matil-

de Verneck, filha legítima do Capitão Ignácio de Souza Verneck e de D. Francisca das Chagas, natural da Freguesia de N. S. da Conceição do Alferes deste Bispado, por provisão do Reverendo Cônego Dr. que servia de Vigário Geral e logo lhes dei as benções na forma dos ritos e cerimoniais da Santa Madre Igreja, do que fiz este assento que assinei com as testemunhas acima nomeadas. a) João Alvares de Barros, vigário”.

Casou-se o Barão, em 10-11-1822, na freguesia de seu nascimento, com Maria Isabel d'Assunção, filha legítima de Luiz Gomes Ribeiro e Joaquina Matilde d'Assunção.

O registro de seu batismo, conforme o Livro 1.º fls. 89 v., é o seguinte:

“Francisco — Aos dezeseis de fevereiro de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta Paroquial Igreja do Alferes, batizou o Reverendo Manoel Gomes Leal, de licença minha, e por os santos óleos a Francisco, que nasceu aos seis dias de fevereiro acima, filho legítimo do Alferes Francisco Peixoto de Lacerda, natural e batizado na Freguesia do Santíssimo Salvador da Ilha do Fayal, e de D. Anna Mathilde Verneck, natural desta Freguesia do Alferes, neto pela parte paterna do Capitão André Peixoto de Lacerda, batizado na Freguesia de N. S. da Piedade dos Flamengos, e de D. Gertrudes Marianna da Silveira Bitancour, batizada na Freguesia do Santíssimo Salvador da Ilha do Fayal, e pela materna do Capitão Ignácio de Souza Verneck, natural da Freguesia de N. S. da Piedade da Borda do Campo e de sua mulher Francisca das Chagas, batizada na Freguesia da Candelária do Rio de Janeiro. Foram padrinhos o Capitão Ignácio de Souza Verneck e sua mulher Francisca das Chagas, todos desta Freguesia, do que fiz este assento e assinei. a) João Alvares de Barros, Vigário.”

E o da Baronesa, segundo o Livro 2.º, fls. 24 verso:

“Maria — Aos vinte e quatro dias do mez de Outubro de mil oitocentos e sete annos no oratório da Fazenda do Pau Grande baptizou solemnemente o poz os Santos Oleos, de minha licença, o Reverendo Pedro Rodrigues Manso, a Maria nascida aos quinze do mesmo mez, filha legítima do Alferes Luiz Gomes Ribeiro e de Dona Joaquina Matilde; forão padrinhos Henrique José de Araújo, morador na cidade do Rio de Janeiro, e Dona Emerenciana Rosa, filha de D. Antonia Maria, do que fiz este assento e assignei. a) Vigário José Pereira Furtado.”

Era irmã dos Barões de Guaribú, São Luiz e da Paraíba, este depois, Visconde. Falecida na Fazenda de Monte Alegre em 7 de maio de 1866.

Grande lavrador, culto e inteligente, foi o Barão de Pati quem, entre outros serviços ao império, prestou relevante colaboração por ocasião da revolução mineira de 1842, mobilizando os Corpos da Guarda Nacional da Comarca.

Assim escreveu o Dr. Inácio Raposo, em sua "História de Vassouras", págs. 91/92, a respeito:

"Numa época em que não se tinha firmado ainda como base de tranquilidade pública o "Civis pacem para bellum", deveria ser questão de máxima importância para todos a defesa do país e por isso merecia a Guarda Nacional a maior das atenções, não só dos poderes públicos como de todos os corações que se julgassem verdadeiros patriotas. Foi sobretudo por isso que tomara grande incremento essa milícia em 1848.

Assumiu-lhe o comando Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, alguns tempos depois Barão de Pati do Alferes, tendo como auxiliares João Gomes Ribeiro de Avellar, mais tarde Visconde da Paraíba, no posto de chefe da Legião, e Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, que mais tarde foi Barão de S. Luís, exercendo o cargo de Major da Legião.

Uma das provas mais inconclusas da utilidade dessas tropas, no interior da Província, é a criação do comando superior da Guarda Nacional nos municípios de Vassouras e Iguassú em 1852, compreendendo no primeiro um corpo de cavalaria e um batalhão de infantaria, com a designação de I.º para o serviço ativo, além de uma secção de batalhão de reserva.

Durante esse tempo, baldado é dizê-lo, o brilho da Guarda Nacional estendia-se por todo o Império e uma das posições mais invejadas e, portanto, mais cobiçadas da época, era justamente a de Comandante Superior da Guarda Nacional. Mas, em parte alguma, podemos afirmá-lo, sem medo de contestação, essa milícia alcandorou-se tanto como em Vassouras, conforme se pode ainda hoje verificar dos livros que se acham conservados no arquivo da Câmara.

Os 300 vassourenses, que se bateram em Minas sob o comando de Caxias, durante a revolução de 1842, atestaram vitoriosamente o valor inconfundível dessa grande força da legalidade".

Outra bela menção ao Barão de Pati do Alferes é a que lhe faz ainda o Dr. Inácio Raposo na pág. 152 da sua "História de Vassouras". Ei-la:

"Um fato, não menos digno de nota para a história de Vassouras foi a passagem inesperada de S. M. Imperial, nesse ano, pela Freguesia de Pati do Alferes.

Tendo tomado o Imperador a estrada que une essa freguesia ao Município e especialmente à cidade de Petrópolis, a fim de regressar à Corte pela Estrada de Ferro D. Pedro II, apareceu a cavalo, seguido de não pequena comitiva, na praça do povoado, com grande surpresa da população que nem por isso deixou de manifestar ao chefe da nação a sua enorme alegria por vê-lo naquele próspero arraial e por onde passava pela primeira vez. Saindo ao seu encontro, o Barão de Pati do Alferes solicitou do

soberano a graça de lhe conceder a honra de jantar na sua fazenda, convite este que foi aceito por D. Pedro, que, após a lauta refeição, prometeu voltar ao povoado a fim de retribuir aos seus gentis habitantes as grandes demonstrações de estima que acabava de receber."

Página adiante, de n.º 203, relata o Dr. Raposo que o Conde d'Eu, genro de D. Pedro II, esteve na fazenda do Dr. Manuel Peixoto da Lacerda Werneck, na serra do Tinguá, onde recebeu as mais inequívocas demonstrações de apreço da parte do seu particular amigo e que, no dia imediato, visitou, na Fazenda de Monte Alegre, o Visconde de Arcozelo, regressando depois à Corte.

O Dr. Manuel e o Visconde de Arcozelo eram, respectivamente, filho e genro do Barão de Pati do Alferes.

Possuía grandes propriedades agrícolas nos municípios de Vassouras e Iguassú. É de sua lavra a "Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro", oferecida a seu filho Luís, e editada 3 vezes pela Casa Laemmert. Entre as fazendas do Barão de herança própria ou da de sua esposa, estavam a da Piedade, onde residia e fora de seu pai; parte da de Conceição de Palmeiras; Sant'Ana das Palmeiras, parte da de Mato Grosso; Monte Alegre, que comprou a seu filho Luís; e Monte Líbano, que coube a seu filho o Dr. Manuel Peixoto de Lacerda Werneck.

Membro da Assembléia Provincial fluminense durante várias legislaturas, comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Vassouras, cavaleiro da Casa Imperial, foi um dos raríssimos agraciados pelas Regências, com títulos nobiliárquicos. Faleceu com 66 anos de idade, na fazenda de Monte Alegre, a 22 de Novembro de 1861. Sepultado no cemitério de Pati do Alferes.

Do seu casamento com D. Maria Isabel, houve os seguintes filhos:

F 1 — Luís Peixoto de Lacerda Werneck (Dr.), batizado a 1-8-1824 e casado a 6-12-1845 com sua prima Isabel Augusta das Chagas Werneck, filha legítima do Capitão-Mor Francisco das Chagas Werneck e de Ana Joaquina de São José.

F 2 — João, batizado a 2-10-1825 e falecido a 24-8-1826.

F 3 — Francisco, batizado a 2-10-1826 e falecido a 10-3-1828.

F 4 — Ana Isabel de Lacerda, batizada a 5-11-1828 e casada a 23-6-1845, com seu primo Francisco das Chagas Werneck Júnior, filho legítimo do Comendador Francisco das Chagas Werneck e de Ana Joaquina de São José.

F 5 — Manuel Peixoto de Lacerda Werneck (Dr.), batizado a 10-9-1830 e casado, a 19-12-1857, com Evelina Teixeira de Ma-

cedo, filha legítima do Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, Ministro e Secretário do Império e de Joana Cristina Swift.

F 6 — Mariana Isabel de Lacerda, batizada a 14-8-1831 e casada a 23-6-1845, com o Dr. Francisco de Assis e Almeida, filho legítimo do Capitão Manuel Furquim de Almeida e de Ana Bernardina de Mello.

F 7 — Carolina Isabel de Lacerda, batizada a 16-9-1832 e casada, a 23-6-1845, com seu primo José Inácio de Souza Werneck, irmão do supracitado.

F 8 — Maria Isabel de Lacerda, batizada a 28-8-1840 e casada, a 20-7-1855, com o Dr. Joaquim Teixeira de Castro, Visconde de Arcozelo, filho legítimo de João Dias Teixeira e de Ana Joaquina Coelho de Castro.

A seguir, transcrevo, a título de curiosidade, a Carta de Bração de Armas passada ao Dr. Luís Peixoto de Lacerda Werneck, F-1, dos Barões. Ei-la:

Dom Pedro por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, faço saber aos que esta Minha Carta de Bração de Armas de Nobreza e Fidalguia virem, que Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, Fidalgo Cavalleiro da Minha Imperial Casa, Comendador da Ordem de Christo, Consul Geral do Brasil junto à Confederação Helvética, Baviera e outros Estados da Confederação Germânica, Doutor em Direito Civil e Canonico pela Universidade de Roma, Bacharel em Direito pela Academia de Paris, Membro do Conselho Fiscal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ex-Diretor da Companhia de Estrada de Ferro de Dom Pedro II, filho legítimo de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Paty do Alferes, com honras de grandeza, Comendador da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da Ordem de Christo, e de sua mulher Dona Maria Isabel de Lacerda; neto, pela parte paterna, de Francisco Peixoto de Lacerda, Capitão de Cavalaria da 2.^a Linha em 1811, reformado Major da mesma Arma em 1818, Cavaleiro da Ordem de Christo em 1824, e de Dona Anna Mathilde Werneck; bisneto do Capitão André Peixoto de Lacerda, e de sua mulher Dona Gertrudes Mariana da Silveira Bittencourt; também bisneto do Sargento-Mór Ignácio de Souza Werneck e de Dona Francisca das Chagas; Me fez petição dizendo que para a memória de sua ilustre linhagem se não perder, e tendo conservado o mesmo tratamento de seus maiores, lhe mandasse dar minha Carta de Bração d'Armas, para dela usar na forma que trouxe e foi concedida ao dito Barão de Paty do Alferes, pai do suplicante, e vista por Mim a sua petição e constar de todo o referido que, a ele como descendente dos mencionados, pertence usar e gozar de suas Armas, segundo o meu Regimento e Ordenação da Armaria, lhes mandei passar esta Minha carta de Bração delas, na forma por que aqui são brasonadas, iluminadas

com cores e metais, conforme se achão registradas no Livro do Registro das Armas de Nobreza e Fidalguia, o qual serve neste Império e tem o Meu Principal Rei d'Armas, a saber: Escudo aquartelado; no primeiro, enxequetado de ouro e azul de seis peças em faga; no segundo as Armas de Castela e Leão partida com as Armas antigas de França e assim dos contrários.

(B R A Z ã O)

O qual Escudo e Armas poderão trazer tão somente o dito Luiz Peixoto de Lacerda Werneck e dela poderá usar e gozar em tudo e por tudo, que em tempo de paz quer de guerra, e bem assim se poderá trazer em suas Casas, Capelas e mais Edifícios e finalmente deixá-las em sua própria sepultura; pelo que Quero e Sou servido que hoje ele e os seus descendentes, todas as honras privilégios, isenções, liberdades, graças, mercês e franquezas que devam ter os fidalgos e nobres; nunca podendo os seus sucessores usar deste Brazão sem que a cada um deles seja novamente por mim conferido. Mando portanto aos Meus Ministros, Desembargadores, Auditores, Promotores, Juizes de Direito do Cível e do Crime, e a todas as mais Autoridades Judiciárias do Império, e com especialidade aos Meus Reis d'Armas, Arautos e Passavantes e a quaisquer outros Officiais e mais Pessoas a quem esta Minha Carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer, que em tudo lhe cumpram e guardem, e a façam inteiramente cumprir e guardar como nela se contem, sem dúvida ou embargo que nela se queira pôr, visto ser assim Minha mercê. Pagou dez mil réis de emolumentos sob o número 936 e igual quantia de direitos, sob o n.º 117, conforme o conhecimento passado pela Recebedoria do Município da Côrte, em data de vinte e um dô mez de Agosto corrente, e assignado pelo Escrivão e Thesoureiro da mesma, o qual fica archivado.

O Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil o mandou por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negócios do Império, em data de vinte dois do corrente, a Manoel dos Santos Carramona, Seu principal Rei d'Armas, e eu Luiz Aleixo Boulanger, Escrivão dos Brazões e Armas da Nobreza do Império, a fiz, escrevi e subscrevi nesta muito Leal e Heróica Côrte da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aos vinte e quatro dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e três.

Luiz Aleixo Boulanger, Principal Rei d'Armas
Manoel dos Santos Carramona.

Ao ilustre genealogista e romancista faialense, Marcelino Lima, devo as notas a seguir, extraídas de seu célebre livro "Famílias Faialenses".

O 2.º Barão de Pati do Alferes e sua ascendência.

N 1 — Álvaro Pereira, residente na ilha do Pico, casado com Felipa Vaz de Avilla, filha de Antão Fernandes Leal e Maria Gonçalves de Avilla. Neta materna de Antão Gonçalves de Avilla Betthencourt, filho de João Sanches de Bittencourt e Maria Vaz Badiha, e de sua mulher Inês Gonçalves d'Antona Baldaya, filha de Affonso Gonçalves d'Antona Baldaya e Antonia Gonçalves.

N 2 — Pedro Leal de Avila, casado com Inez da Silveira Peixoto, filha de Antonio Brum da Silveira e de sua mulher Brites Evangelho, neta paterna de João da Silveira, filho de Margarida da Silveira e Josse van der Aertrickje, e de Catarina Brum, filha de Guilherme de Brum e de Violante Vaz Ferreira Pimentel. Neta materna de Ruy Dias Evangelho, filho de Gaspar Rodrigues Evangelho e sua mulher Felipa Pereira e de Isabel de Carvalho Peixoto, filha de Jorge de Peixoto Carvalho (da nobre Casa de Pousada, que se estabeleceu na Ilha do Faial no começo do século XVI) e de sua mulher Maria Lopes.

N 3 — Antônio da Silveira Bittencourt, casado com Bárbara Goulart.

N. 4 — Francisco Peixoto da Silveira, casado com Maria de Azevedo, (descendente de João Garcia Pereira da Casa dos Condes da Feira, o qual se estabeleceu na Ilha do Faial, em princípios do século XVI).

N. 5 — Manoel de Avila Bittencourt, casado com Isabel da Silveira Muniz.

N. 6 — Antônio Francisco de Bittencourt, casado com Francisca Ignácia da Silveira, filha de Antônio da Silveira de Lacerda e sua mulher Maria de São Francisco.

N. 7 — André Francisco Peixoto de Lacerda da Silveira Bittencourt, Escrivão de Mesa Grande da Relação Alfândega da Ilha do Faial, Capitão das Milícias e Vereador da Câmara da Ilha do Faial, casado com Gertrudes Mariana da Silveira Bittencourt.

N. 8 — Francisco Peixoto de Lacerda, casado com Anna Mathilde Werneck.

N. 9 — Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

PESQUISANDO E REGISTRANDO

Carlos Penteado de Rezende

I — O CONTINENTE DAS MINAS GERAIS

1. Entre uma pesquisa e outra, sempre encontra o estudioso de História motivos para novas indagações. Às vezes é uma palavra plena de conotações semânticas, um nome próprio ou um topônimo correspondente a mais de uma entidade ou situação, ou um ramo genealógico incompleto; outras vezes, são problemas de atribuição de autoria, anacronismos, fontes contestáveis, ou um velho texto em edição moderna a ser cotejado com o primitivo em busca de omissão de parágrafos e até mesmo de interpolações. Mais comuns são as dúvidas atinentes a traduções, a ortografias ultrapassadas ou a embaraçosos erros de revisão.

Cogitando nesses e noutros pormenores é que o historiógrafo chega à conclusão de que não há assuntos superados. Por isso mesmo, joeirando o vasto campo da cultura, aparecem-lhe imprevistos filões dignos de atenção, ocasionalmente ainda não esmiuçados por terceiros.

Não podemos saber se, no estágio atual dos estudos históricos brasileiros, já tenha alguém analisado as implicações da palavra CONTINENTE, cujo emprego, aparentemente adstrito a uma só circunstância local, parece ter sido mais genérico como se verá nestas breves anotações.

2. Ao mais desatento leitor dos nossos fastos não terá passado despercebida a curiosa expressão com que, desde tempos remotos, se designava a terra lindeira habitada pelos gaúchos — Continente do Rio Grande de São Pedro. Conhecida desde o século XVIII, quando Portugal e Espanha porfiavam às turras

nas fronteiras do Sul, essa locução veio com os anos a despojar-se do seu sentido topográfico para se concentrar num só vocábulo — Continente.

Vocábulo de uso comum entre os antigos guascas, de etnias e condições sociais variegadas, como índios, castelhanos, portugueses, paulistas, curitibanos, lagunenses, açorianos; e como tropeiros, peões, carreteiros, contrabandistas, ladrões de gado, desertores, dragões, estancieiros, negociantes, autoridades; e ainda como as chinãs, as donzelas e as matronas de antanho. Vocábulo esse incorporado aos glossários, à literatura regional, e popular nos tempos da guerra civil dos Farrapos, entre 1835-1845, a ponto de gerar adjetivos como *continentino* e *continentista*, aptos a identificar os sulistas e os próprios combatentes farroupilhas.

Ao que se pode deduzir, com a evolução social e cultural da Província do Rio Grande do Sul, de meados do século XIX em diante, e com a entrada de novos contingentes imigratórios europeus, a palavra local CONTINENTE, sugerindo horizontes, lutas, heroísmos, acabou esvaziada do seu conteúdo histórico, deixou de circular por desnecessária e, contrafeita, teve de recolher-se à aposentadoria dos léxicos...

Aliás, o fluminense Antônio de Moraes e Silva, erudito do século XVIII, formado em Direito em Coimbra, fornece-nos no seu "Dicionário da Língua Portuguesa", lançado em Lisboa no ano de 1789, e com sucessivas edições posteriores, elementos para rastrear, no verbete dedicado à palavra Continente, numerosas acepções nela contidas. Das citações ali apresentadas infere-se que o antigo vocábulo já trazia latente no seu bojo a possibilidade de adquirir o significado que teve no Rio Grande do Sul.

Exemplo colhido por Morais e Silva na "História Trágico-Marítima": "terra continente com o Brasil", quer dizer, que se acha unida em um todo.

Exemplo tirado de um dos Sermões do Padre Antônio Vieira: "Em terra continente", ou por outras; "não cortada de rios ou mares, contínua".

Exemplo pesquisado nas "Décadas" de Diogo do Couto: "Muros todos continentes", no sentido de serem contínuos, ligados, unidos "em uma só peça".

Assim, o Continente do Rio Grande de São Pedro, ou, de modo simples, o Continente, deveria exprimir, para os guascas que por lá circulavam, a idéia de uma terra imensa, sem interrupções, quase sem limites, terra onde o minvano e os cavaleiros podiam campear sem medir distâncias...

O escritor regionalista Roque Callage, cioso como poucos de seus pagos rio-grandinos, incluiu a palavra Continente no "Vocabulário Gaúcho", editado em 1926. O que ali registrou foi transcrito na "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira",

com a observação de que continente era um brasileirismo e correspondia ao nome atribuído ao Rio Grande do Sul pelos primitivos povoadores vindos das Ilhas dos Açores.

Afonso de E. Taunay, profundíssimo conhecedor das nossas velhas crônicas, parece não haver atentado nesse pormenor linguístico. Pelo menos não inseriu Continente no seu útil "Léxico de Lacunas".

Em documentos dos séculos XVIII e XIX, conservados nos Arquivos nacionais ou europeus, devem encontrar-se numerosas referências ao modismo continente. É trabalho para pesquisador interessado no assunto.

Apenas como ilustração, vamos lembrar duas peças oficiais mencionadas pelo Visconde de São Leopoldo, Feliciano Fernandes Pinheiro, nos "Anais da Província de São Pedro". Uma é a "Notícia da Justificação do Título, e boa fé, com que se obrou a nova colônia do Sacramento, no continente chamado de São Gabriel, em as margens do Rio da Prata". (Sem data). Outra é uma Carta Patente do Príncipe Regente Dom João, dada em Lisboa no ano de 1807, elevando o Rio Grande do Sul à categoria de Capitania Geral, "com a denominação de Capitania de São Pedro, a qual compreenderá todo o continente ao sul da capitania de São Paulo", etc. (Edição do Instituto Nacional do Livro, 1946, págs. 32 e 281).

Para validar o prestígio que sempre teve pelas bandas sulinas o termo continente, já incorporado às tradições gaúchas, é só folhear o admirável romance de feitio épico, verdadeira saga, escrito pelo gaúcho do século XX Érico Veríssimo, "O Tempo e o Vento". Romance cujo primeiro livro traz exatamente o subtítulo de "O Continente", e em cujas páginas continente é empregado a mancheias, sempre a propósito, pelo autor.

Dois exemplos: "Por esse tempo muito povo descia para o Continente, cujas terras e gados seriam de quem primeiro chegasse. Homens da Laguna, de São Paulo, das Minas Gerais e do planalto curitibano desciam pelos caminhos das tropas."

"Dê de gurizoto ando cruzando e recruzando o continente". (Págs. 63 e 516 da 4.^a edição de "O Tempo e o Vento", Editora Globo, 1952).

3. A mobilidade social dos paulistas e dos guascas, povos plenos de coragem e de energia, adentrando-se sempre em chãos ignorados, em busca de novos proveitos e aventuras, faz perceber que nas suas andanças difundiam o linguajar característico das regiões de onde provinham.

Deixa isso adivinhar que nos séculos XVIII e XIX o termo continente, mesmo imbuído de um significado peculiar ao rincão gaúcho, não soaria de modo estranho em alheias plagas e

poderia ser até incorporado, como aconteceu, à fala dos habitantes de outras capitanias.

Duas destas, São Paulo e Minas Gerais, no período da mineração, comunicavam-se ininterruptamente com o Rio Grande de São Pedro, principal fornecedor de animais de carga. Dos pampas e coxilhas do Sul, desfilando pelas serras e planaltos intermediários, chegavam, ano após ano, à feira paulista de Sorocaba, centenas de muares indispensáveis à circulação de riquezas e mercadorias pelas veredas dos sertões.

Tal circunstância ficou registrada nas páginas elaboradas por volta de 1783 pelo paulista Manoel Cardoso de Abreu, nascido em Araritaguaba (Porto Feliz), às margens do rio Tietê. Como sertanista, navegou e andejou até os confins das minas de Cuiabá, e também pelo caminho de Viamão, que levava ao Sul. O que escreveu tem o curioso título (aqui abreviado) de "Divertimento Admirável para os Historiadores observarem as Máquinas do Mundo".

No Capítulo XIII dessa obra deu notícias da cidade e da capitania de São Paulo, descrevendo os variados negócios e meios de vida com que se entretinham os paulistanos. Alguns deles iam até "Viamão buscar tropas de animais cavalares ou vacuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu CONTINENTE (o grifo é nosso), como também aos andantes de Minas Gerais, e exercitam o mesmo negócio vindo comprar os animais em São Paulo para os ir vender em Minas", etc. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. VI, págs. 285, 286).

Eis aí, portanto, evidenciado, por um único testemunho, o conhecimento que os antigos paulistas tinham, pela convivência com naturais sulinos, do modismo continente.

Ora, se os paulistas, mais andarengos que os guascas, transitavam com frequência pelas rotas comerciais que uniam o Rio Grande a Sorocaba, a São Paulo e aos altiplanos mineiros, onde o ouro e os diamantes ainda excitavam cubiças, torna-se fácil atinar com a utilização ostensiva da palavra continente em Minas Gerais.

4. Quando o paulista Manoel Cardoso de Abreu, que não era homem de letras e sim um autodidata de razoáveis luzes, compôs o seu "Divertimento Admirável", já em Vila Rica, capital das Minas Gerais, se achava pronto e acabado o poema do mesmo nome, escrito em 1773 pelo ilustradíssimo dr. Cláudio Manoel da Costa. Advogado com diploma coimbrão, poeta apreciado, secretário de Governadores, havia também viajado longamente pelos chapadões das Alterosas. No seu poema "Vila Rica" (editado pela primeira vez em 1839, em Ouro Preto), constam este decassílabos elucidativos:

"Na diáfana máquina presente
(Diz Filipe) todo o continente
Vós, Albuquerque, das buscadas Minas"

(Edição de 1839, Canto Sexto, pág. 39; Canto Quinto, pág. 37, nota 7).

Outros documentos, ainda do século XVIII, atestam que em Minas Gerais o vocábulo continente mereceu acolhida mais ampla que em São Paulo. Os páramos mineiros, aliás, eram bem mais extensos e desertos que os paulistas, justificando que aquelas larguezas de horizontes fossem chamadas de continente.

Ainda um argumento a ser lembrado, ou seja, uma similitude de situações ocorrida em Minas e no Rio Grande do Sul: teriam sido os casais açorianos, que se estabeleceram na antiga capitania rio-grandense, os introdutores ali da expressão "continente", que se difundiu às pampas e acabou usada como nome do território. Ora, casais açorianos também vieram povoar as Minas Gerais na fase inicial da mineração. Por volta de 1720, por exemplo, João de Rezende Costa e sua mulher Helena Maria (uma das famosas Três Ilhoas) se fixaram nas paragens da Lagoa Dourada e deram origem a enorme descendência. Foram os antepassados dos dois inconfidentes José de Rezende Costa, pai e filho, e do Marquês de Valença. Pois esses açorenhos de boa cepa bem poderiam haver também divulgado nas Minas Gerais, concomitantemente com o que se passava no Sul, o vocábulo continente, no seu renovado sentido brasileiro.

É do ano de 1780 uma "Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais", atribuída a José Joaquim da Rocha. Nessa monografia podem ser lidas numerosas expressões como as que seguem: "o continente do Serro"; "este continente"; "pelo mesmo continente"; "aos viajantes que saem do continente para o Sertão". (Cf. Publicações do Arquivo Nacional, vol. IX, págs. 28, 29).

Quase ao findar do século XVIII, mineiros da região aurífera onde ficava o Arraial da Campanha, na Comarca do Rio das Mortes, dirigiram petição à Rainha D. Maria I instando pela criação de uma vila no local. Nos documentos a respeito publicados encontram-se estas frases: "Senhora — Dizem os moradores do Continente e Campanha do Rio Verde de Santo Antonio do Val da Piedade..."; "de presente tem de tal forma crescido o número de habitantes, e Povoadores do dito Continente"; "fazer aos suplicantes mercê de criar Vila a dita Povoação, para que o Senado dela possa promover e atender às Obras Públicas, e Comuns interesses do dito Continente" (Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano I, 1896, págs. 459-461; Alfredo Valladão, "Campanha da Princesa", vol. I, págs. 147-149).

Noutro documento régio, do ano de 1799, o então Príncipe

Regente D. João, determinando sobre o sequestro feito nos bens dos Réus Eclesiásticos sentenciados pelo crime de Inconfidência deixou referência a determinados bens como são ainda os de raiz no Continente dessas Minas Gerais. (Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano II, 1897, pág. 15).

Em data incerta, por volta de 1800, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, do qual se conhecem diferentes estudos versando sobre temas econômicos, elaborou uma "Memória sobre as Minas de Ouro". No capítulo II desse trabalho, "em que se mostra os meios de se aproveitar a agricultura do continente das Minas, que aliás é já perdido para a extração do ouro", o autor, após elogiar o clima da terra, assim se exprime: "O Continente das Minas é situado em uma grande altura, sobre montes mais ou menos elevados, entrecortados de serras", etc. (Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXI, parte I, Rio de Janeiro, 1898, pág. 17).

Por fim, Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, responsável pela obra monumental "Memórias Históricas do Rio de Janeiro e Províncias Anexas (...)", publicada em nove volumes pela Imprensa Régia, entre 1820-1822. Mesmo conhecendo que a palavra continente era empregada comumente como sinônimo da terra gaúcha, Pizarro e Araújo não teve dúvidas em aceitar, endossar e usar a expressão "continente das Gerais", atribuindo àquele vocábulo o sentido genérico de país, região, pátria, paisagem, clima etc. (Obra citada no texto, edição de 1945, Rio de Janeiro, vol. III, pág. 251, nota 29).

Pesquisa mais atenta, em fontes diversificadas, teria quem sabe o condão de descobrir mais papéis e documentos, que viessem provar à larga o acolhimento franco dado outrora pelo povo mineiro, e pelos estudiosos, à original locução "Continente das Minas Gerais".

II — DÍSTICOS E DEDICATÓRIAS

Em São Paulo, 1868, viveu Castro Alves alguns momentos dramáticos e decisivos de sua curta existência. Foram dias de inspiração, quando de sua pena brotaram versos imorredouros, elaborados até durante aulas na Academia; dias de glória, recitando em saraus trechos de poemas inéditos, como "Os Escravos", e fazendo estrear no Teatro São José a peça "Gonzaga, ou a Revolução de Minas"; dias também de amargura, por causa do rompimento com a sua amada, a atriz Eugênia Câmara; dias de martírio, depois de se ferir no pé esquerdo por ocasião de uma caçada pelas várzeas da Paulicéia; e dias de conforto moral, notando à sua cabeceira de inválido a presença permanente dos colegas acadêmicos.

Sobejavam-lhe, portanto, motivos de gratidão e amizade

quando, ao publicar na Bahia, em 1870, o volume das "Espumas Flutuantes", sobpôs ao seu nome já glorioso de poeta este dístico: ESTUDANTE DO QUARTO ANO DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO.

Marcou época a tensão emotiva gravada nessa singela inscrição despida de lisonja. Inscrição relevadora de um estado de espírito: de como era importante, honroso, naqueles anos do Império, haver frequentado o Curso Jurídico paulistano. Tal manifestação, provinda de tal personalidade, carregava valor dobrado.

A novidade — e não o era! — repercutiu, fez onda, provocou imitações, como se verá. Fechando questão em se proclamar aluno da Academia de São Paulo, Castro Alves como que lhe dedicava a obra, pondo-a sobre a proteção das Arcadas, em cuja perpetuidade acreditava.

Habitual fora, em tempos de antanho, poetas e escritores insculpirem no frontispício de seus livros uma Dedicatória, ou seja, algumas palavras consagrando o trabalho a determinada pessoa ou instituição. Nisso se esmeraram os autores latinos — espanhóis, franceses, italianos e portugueses, incluindo-se entre estes os naturais do Brasil, como o moralista Matias Aires. Menos generosos nesse aspecto se mostraram os anglo-saxões.

Admitindo como dedicatória indireta a legenda das "Espumas Flutuantes", pode-se perguntar se coube ao rapsodo baiano a primazia nessa intensão reverente, quase de culto à escola do Largo de São Francisco, que em 1870 não completara ainda meio século de funcionamento, mas já se exhibia opulenta em tradições.

A verdade é que nada inovou Castro Alves: o que fez foi apenas seguir tendências anteriores à sua geração. O drama que o envolveu, levando-o a expirar na flor da mocidade, a mensagem de beleza, lirismo e inquietação social contida na obra genial que deixou é que tornaram estimável, prenhe de conotações, a dedicatória despretensiosa.

O modelo, aliás, vinha de bem longe, e dos primevos. Ou melhor, da legendária Universidade fundada por El-Rei Dom Diniz, da ditosa Coimbra, matriz de cultura onde antes da Independência iam os moços brasileiros abeberar-se em ciências e letras.

O mais antigo testemunho a respeito que pudemos descobrir foi o do mulato pernambucano José da Natividade Saldanha, poeta e patriota, que em Coimbra, onde estudava, fez publicar no ano de 1822 um volume de "Poesias oferecidas aos amigos, amantes do Brasil", em cuja portada se podia ler que era "estudante do Terceiro ano de Leis".

Como e quando se transmitiu a São Paulo esse exemplo, será difícil saber. Mais simples lembrar que de Coimbra vieram os primeiros lentes da nossa Academia, além de alguns alunos

que foram os primeiros bacharéis formados em Direito no Brasil, bem como os estatutos, os maneirismos da vida universitária (a capa preta, o sino das aulas, as postilas) — e assim aceitar que também de lá nos chegou tal emulação.

Alvares de Azevedo, poeta paulista, filho dileto das Arcadas, protótipo do estudante romântico, contava apenas 18 anos de idade quando pronunciou discurso relembrando, no dia 11 de Agosto de 1849, mais um aniversário da criação dos Cursos Jurídicos. Essa pequena peça oratória, recheada de citações e perifrases, à moda do tempo, descobre-nos um adolescente genial, estranhamente culto e convicto, a extrair do humus dos séculos lições de bravura e idealismo capazes de traçar rumos àqueles que o escutavam e que teriam de forjar o Brasil intelectual do futuro.

Impresso no Rio de Janeiro, ainda em 1849, o discurso de Alvares de Azevedo trazia na página de rosto, além do título, o nome do autor e a sua jactanciosa qualificação: "Bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro II e Estudante do 2.º Ano Jurídico". Com a ressalva de não haver sido ali expressamente mencionada a Academia paulopolitana, pode-se aceitar essa inscrição como o mais distante documento que, sobre o assunto, o passado nos legou.

Vieram outros, em seqüência, também expressivos. Depois dos poetas, um historiador. Paulista, nascido em Pindamonhangaba, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo cursou direito na Paulicéia de 1854 a 1858. De todas as qualidades morais e intelectuais que na vida pública revelou, como gentil-homem da Casa Imperial, político, professor, presidente de quatro províncias, ministro e conselheiro de Estado, diretor do Banco do Brasil, benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cartógrafo, viajante, polígrafo, Barão Homem de Melo — as sementes podem ser procuradas nos ideais que formou durante o quinquênio acadêmico.

Ideais esses consubstanciados num volume de 148 páginas, saído dos prelos da Tipografia 2 de Dezembro, em São Paulo, no ano de 1858, sob o título "Estudos Históricos Brasileiros", seguido da identificação do autor, Homem de Melo, e das palavras mágicas, quase um talismã, que deveriam proteger o neófito no ingrato mundo das letras: "Estudante do 5.º Ano da Faculdade de Direito de São Paulo". (1)

(1) Esse estado de espírito de valorização da escola frequentada e, reciprocamente, de afirmação pessoal, também deixou traços no Recife. Ali, em 1859, o estudante Franklin Américo de Menezes Dória fez editar o seu primeiro livro de poesias, «Enlevos», com a declaração: «estudante do 5.º ano da Faculdade de Direito do Recife». Veja Péricles Eugênio da Silva Ramos, «Do Barrôco ao Modernismo», São Paulo, 1968, pág. 105.

Competiu ao fluminense José Joaquim Pessanha Póvoa, que foi um dos primeiros a elaborar crônicas referentes à escola de Direito do Largo de São Francisco, onde estudou de 1860 a 1864, reiterar a inovação, que parecia querer ganhar forças a fim de se converter em tradição — mais uma. Sendo ainda um mero calouro enfeitado, teve coragem para reunir páginas soltas de sua autoria e publicá-las em 1861, em São Paulo, num pequeno volume, assim catalogado: “Os Dous Mundos — Academia, Teatro. Por J. J. Pessanha Póvoa. Acadêmico do 2.º Ano Jurídico em São Paulo, sócio do Ateneu Paulistano, do Ensáio Filosófico e do Instituto Dramático Acadêmico”.

Nesse mesmo ano de 1861, o quartanista Joaquim José da França Júnior (nascido no Rio de Janeiro, integrante da turma de 1858-1862) estreou em São Paulo como autor: abriram-se as cortinas do pequeno Teatro do Pátio do Colégio para o público estudantil aplaudir e se divertir com as cenas da comédia “Meia Hora de Cinismo”, que foi recebida com agrado geral e assinou o início de uma brilhante carreira de comediógrafo. O êxito animou França Júnior a dar à estampa a sua obra, o que foi feito na oficina tipográfica do “Correio Paulistano”, conforme anúncio publicado naquele jornal em 26 de setembro de 1861. Não pudemos ver um exemplar desse trabalho. Mas na edição de 16 de abril de 1862 do mesmo “Correio Paulistano” aparece breve anúncio, cujo texto deve corresponder em parte ao frontispício daquele volumezinho: “Meia Hora de Cinismo — Comédia de Costumes Acadêmicos — Por J.J. da França Jr. — Estudante do 5.º ano da Faculdade de Direito — Vende-se nesta Tipografia. Preço 1\$000”.

Também de 1861 é a estreia em livro daquele que se revelou com os anos um grande e inspirado poeta, mas nunca passou de um... mau estudante: Luís Nicolau Fagundes Varela. Atirando-se à vida boêmia, dispersivo, romântico, volúvel, como poderia frequentar as aulas ou dedicar-se a estudos regulares? Ele próprio afirmou, numa quadrinha do poema da roça MIMOSA:

*“Pode bem ser que livros não abraisse,
Que não votasse amor à sábia casta,
Mas tinha o nome escrito, entre os alunos
Da escola de São Paulo e é quanto basta”.*

Pelos modos, Varela prezava muito o companheiro acadêmico, onde podia dar vasas ao seu talento e extravagâncias. A velha Faculdade de Direito, porém (ele, neto de um dos primeiros lentes da escola e filho de um bacharel da turma de 1836), parece não ter dedicado afeição especial. Prova disso é que em nenhum dos livros que publicou fez constar na capa que era

aluno da Academia de São Paulo. Fagundes Varela, assim, foi uma exceção nesse capítulo dos dísticos e dedicatórias.

A divulgação, em 1870, das "Espumas Flutuantes", com a legenda que passaria à História, serviu para confirmar os extraordinários méritos de Castro Alves e aumentar-lhe o prestígio nacional. Desde então, outros adolescentes sequiosos de glórias julgaram de bom alvitre seguir-lhe o exemplo. Houve mesmo, nesse sentido, em São Paulo, uma floração de votos de fidelidade à escola do Largo de São Francisco.

Hipólito Augusto de Camargo, paulista da Capital, ao matricular-se em 1868 no 1.º ano do Curso Jurídico, pode conviver sob as Arcadas com a figura romântica do terceiranista Castro Alves. Como outros de sua geração, deixou-se influenciar pelo destino ingrato do vate baiano, falecido em Salvador em julho de 1871. No final desse ano, Hipólito de Camargo entregou aos prelos da Tipografia Alemã, na Rua do Rosário n.º 2, o seu primeiro livro de poesias, denominado AURAS MATINAIS, identificando-se na capa exatamente com as mesmas palavras usadas nas "Espumas Flutuantes": "Estudante do 4.º Ano da Faculdade de Direito de São Paulo". As "Auras Matinais" foram lançadas em 1872, ano em que o poeta Hipólito de Camargo recebeu o seu canudo de bacharel em direito.

Ainda uma vez, nos domínios deste capítulo, a um poeta segue-se um historiador. Filho de um brilhante lente da Academia e neto de um dos próceres da Independência (cujos nomes em repetição foram-lhe atribuídos por extenso na pia batismal), Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o Terceiro, estudou no Curso Jurídico de 1871 a 1875. Ainda acadêmico, fez a sua iniciação no mundo das letras, escolhendo temas ao qual se achava ligado quase que por atavismo: "Os Precursores da Independência", volume impresso na Tipografia Alemã em 1874 e trazendo embaixo do nome carregado de tradições do jovem estreante a sua identidade: "Estudante do 4.º Ano da Faculdade de Direito de São Paulo".

Em 1879 foi a vez de um desconhecido poeta, Brazil Silvado, cujo livro de versos "Pequenos Ensaios" incluía na página de rosto a legenda: "Estudante da Faculdade de Direito de São Paulo".

Raimundo da Mota de Azevedo Correia estudou leis em São Paulo de 1878 a 1882. Formado, teve de lidar com textos legais até o fim de seus 52 anos bem vividos. Mas foi como poeta que se notabilizou desde os bancos da Academia, frequentada então por uma mocidade ardente e generosa, em cujo meio se destacavam nomes como os de Raul Pompéia, Valentim Magalhães, Eduardo Prado, Afonso Celso e tantos outros dessa geração privilegiada. A inspiração poética escoltou-o como uma sombra nas suas andanças profissionais de juiz de direito por esse Brasil

a dentro. Ao expirar, bem longe da pátria, em Paris, foi ainda a poesia que lhe franqueou os umbrais da imortalidade. Imortalidade que havia germinado na Paulicéia romântica dos idos de 1879, quando era ainda segundanista e conseguiu estampar na Tipografia do jornal "Tribuna Liberal" as suas primícias rimadas: "Primeiros Sonhos. Poesias de Raimundo M. A. Correia, Natural do Maranhão. Estudante da Faculdade de Direito de São Paulo".

Conterrâneo de Raimundo Correia, Manoel Alvaro de Sousa Sá Viana pertenceu à turma acadêmica de 1879-1883. Espírito lúcido, foi na vida pública jurista e internacionalista de alta reputação. Já como calouro patenteou méritos, fazendo imprimir no Rio de Janeiro, 1880, um pequeno volume com este título: "Esbocos Críticos da Faculdade de Direito de São Paulo em 1879". Lia-se na capa o nome completo do autor, com esta notícia: "Natural do Maranhão e estudante da mesma Faculdade".

Depois... Depois os anos passaram. Veio a Abolição. Veio a República. Tudo mudou. Faculdades Livres de Direito, autorizadas pela Reforma Benjamin Constant, entraram em funcionamento no Rio de Janeiro, na Bahia, em Ouro Preto, Porto Alegre, Belém do Pará, Fortaleza e outras capitais. A mocidade se alistou nas lutas políticas e partidárias. Velhos e novos bacharéis tiveram de arrostar as transformações do Século XX, pugnando por soluções adequadas aos problemas sociais em desordenado crescimento.

Foi quando Rui Barbosa, o mais famoso dos brasileiros, publicou em 1920 um livro doutrinário de repúdio à intervenção militar nos estados, sob um título seco — "O Artigo 6.º da Constituição". Até aí, nada de novo na biografia de um homem que tanto escrevera. Mas Rui epigrafou a sua obra de maneira inusitada, reveladora de outras coisas que lhe iam n'alma.

A gratidão talvez seja o mais nobre dos sentimentos. É flor difícil de cultivar. Vive em botão, contrariada, nem sempre encontra meios para desabrochar. Por isso mesmo, apanágio dos grandes espíritos, que conseguem romper o envólucro do egoísmo e da indiferença, fazendo-a despontar, radiosa, na plenitude do seu significado. Rui Barbosa foi um desses espíritos. A sua gratidão se manifestou envolvendo nas asas da lembrança a velha e querida Academia dos anos do Império, onde engatinhara na fecunda senda do Direito. As suas palavras, poucas, dizem tudo:

"A geração dos bacharéis de 1870, em São Paulo homenagem da fidelidade guardada neste meio século às tradições de fervor jurídico daquele tempo pelo obstinado estudante autor deste livro".

Lembrar que naquele mesmo ano de 1920, brotara da pena

de Rui Barbosa a "Oração aos Moços". No texto, ele, um idoso bacharel de 71 anos, declarava-se ainda um... estudante!

Assim, os ecos da história imperial vibravam em plena República, conclamando os moços a acreditar no passado — fonte da autenticidade da vida nacional — e a lutar pelos novos valores históricos em formação.

Sucediam-se as gerações, mas não declinava o zelo de estudantes, bacharéis e professores para com a velha e sempre nova Academia.

Aureliano Leite, mineiro de Ouro Fino, perlustrou as Arca-das franciscanas no primeiro decênio deste século, deixando-se empolgar pela aura de tradições e de idealismo que impregnava o ambiente acadêmico. Jornalista e escritor, trouxe à tona a antiga admiração, ao publicar em 1929, os "Retratos a Pena", com esta dedicatória: "À Faculdade de Direito de São Paulo — O maior laboratório de homens que tem tido e há-de ter o Brasil".

Por fim, um bacharel da turma de 1920, mais tarde escritor, historiador e também professor da velha escola: Vicente de Paulo, Vicente de Azevedo, Septuagenário, publicou em 1966, lúcida e apaixonante biografia de Fagundes Varela. Na primeira página, a dedicatória em estilo antigo: "À Academia de Direito de São Paulo, como preito e homenagem, ofereço, dedico e consagro a biografia de um de seus maiores poetas, Luiz Nicolau Fagundes Varela".

NILO PEÇANHA: TENTATIVA DE SÍNTESE E COMPREENSÃO

Roberto de Paula Leite

CONTEXTO BIOGRÁFICO

I

Os avós paternos de Nilo Peçanha foram modestos. O velho Julião era um proprietário de terras, tendo sempre vivido no amanho telúrico. Estabilizado, casou-se com Leonor de Sousa do Espírito Santo, bem mais moça que ele. Do enlace, sobreveio numerosa prole. Sete precisamente. Todos agricultores.

Os avós maternos eram oriundos do tronco fluminense, da cidade de Itaguaí; enquanto os paternos se fixaram, com o tempo, em Campos, no Estado do Rio. Eram o capitão-mor José Tibúrcio de Sá Freire e Teresa Maria de Gusmão. Tibúrcio era viúvo, com filhos, quando se casou com Teresa. Desse conúbio, nasceram diversos rebentos. Porém, o capitão-mor morreu quase repentinamente deixando os filhos ainda pequenos.

Sebastião, pai de Nilo, casou-se com Joaquina Amália de Sá Freire, de quinze anos. Era bela, grandes olhos castanho-claros. Ele, moreno, alto, nariz afilado, ligeiro buço. O matrimônio revestiu-se de grandes festividades. O casal fixou-se no sítio do Côco, propriedade de Sebastião. E, para realçar o início de nova vida, mudou a grafia do nome. Substituiu o duplo s pelo c cedilhado. Assinava, nessa altura: Sebastião de Souza Peçanha.

Numa segunda-feira, a 2 de outubro de 1867, na fazenda do Deserto, limitrofe com o Espírito Santo, nasceu Nilo, moreninho como o pai.

A 26 de janeiro do ano seguinte é batizado pelo vigário Francisco Cardoso de Melo, na freguesia de N. S. da Penha do Morro

do Côco. Também, nesse lugar iria ouvir e apreender da negra Delfina, ama-seca muito prestativa, histórias de princesas e casas mal-assombradas. Mas, a velha contar-lhe-ia, também, os sofrimentos dos escravos e toda a problemática que cercava esse assunto.

Na idade escolar, os pais mudaram-se para o centro de Campos. E instalaram-se à Rua da Quitanda. Foi matriculado na escola primária da Rua do Sacramento n.º 18, regida pelo professor José Gomes de Mesquita e Sousa.

Nilo trabalhou na padaria, estabelecimento comercial do pai, e estudava nas horas de folga. E, muitas vezes, subia ao lombo do burro para ajudar a distribuir os pães a fregueses conhecidos. Foi no balcão da padaria que ele redigiu seu pequeno jornal: "República", onde aos doze anos procurava combater as instituições monárquicas... Periódico de apenas um exemplar, o qual, somente saiu uma vez...

Ao concluir o curso primário, o pai vendeu a padaria. E a família acomodou-se numa chácara, na Rua do Príncipe. Nesse local nasceram vários irmãos.

Matricularam-no no Liceu de Campos, a 20 de março de 1884. Depois, transferiu-se para o Colégio Alberto Brandão, onde completou o curso de Humanidades. Antes de seguir para a Faculdade de Direito de Recife, mandou distribuir folhetins contendo artigo violento contra a escravatura. Eis um trecho: "A república e a abolição são irmãos gêmeos. Precisamos, desde já, organizar socialmente o nosso povo. Fora a covardia, o temor, a moleza".

II

O curso jurídico, em Recife, não foi dos piores. A 23 de novembro de 1887, Tobias Barreto, J. J. Seabra e José Higino, dão-lhe distinção nos exames da última série. Antes de bacharelar-se defende tese que fora elogiada por J. J. Seabra.

Em Campos, abriu banca de advocacia. No entanto, era difícil encontrá-lo no escritório. Nunca levou a sério a profissão, da qual, de fato, pouco entendia. O que seduzia seu espírito era a campanha republicana, na imprensa e nos comícios. E em companhia de Cândido de Lacerda, Francisco Portela, Pedro Tavares e Tomé Guimarães, fundou o primeiro clube republicano campista. Em consequência disso, fora apedrejado em Lage de Murié. Sangrando, fuge a cavalo indo pensar os ferimentos em Arrozal de Itabapeara. Em Miracema, passou maus momentos solidarizando-se com o advogado provisionado, Ernesto Pinto Coelho.

Engaja-se na luta política com fervor: "Só agora estou de volta da excursão que em benefício da idéia republicana em-

preendi pelas localidades do alto. Por isso, todas as cartas que me foram dirigidas durante a ausência, permaneceram até anteontem sem leitura minha. Se é tarde, porém, para corresponder à vossa gentileza e de mais companheiros, remetendo um escrito a propósito da chegada do grande brasileiro Dr. Lopes Trovão, glória de nosso partido, não é tarde para agradecer ao Centro a lembrança toda lisonjeira que teve, pedindo para aquele fim o insignificante concurso do mais humilde dos republicanos fluminenses." (Carta de Nilo ao dr. Tomás Delfino de 10 de novembro de 1888).

Lopes Trovão e Silva Jardim foram os dois maiores tribunos da propaganda republicana. Ambos, na época, transformaram-se em ídolos das populações urbanas, mormente, a da capital do Império.

Nilo, era filiado ao grupo de Quintino Bocaiúva, líder do Partido Republicano que substituiu a Saldanha Marinho na direção do movimento. E a orientação de Quintino foi antagônica à daqueles oradores.

Concorreu às últimas eleições realizadas no período imperial, em agosto de 1889, sob o gabinete Ouro Preto, como representante do 6.º distrito fluminense. Obteve boa votação, mas não conseguiu vencer o candidato do partido dominante.

Enquanto isso, a agitação e a propaganda republicanas, auxiliados por diversos fatores de desenvolvimento e áreas de atrito (abolição da escravatura; questão religiosa; insatisfação militar em face de atitudes tomadas pelo ministro da Guerra; prosectismo de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha; irritabilidade diante da perspectiva do III Reinado; a própria impopularidade do conde d'Eu; e, assim, sucessivamente, outros motivos), prosseguiram de modo ascendente.

Pela imprensa, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Alcindo Guanabara, Sampaio Ferraz, arrasavam com as instituições monárquicas.

Na capital paulista, Francisco Glicério, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rangel Pestana agitavam a opinião pública participante. Em Minas, continuavam sua faina incendiária, Silva Jardim e Lúcio de Mendonça, auxiliados em menor escala por Pinheiro da Silva e Olinto dos Santos Pires.

Uma semana antes da proclamação da República, fora levado à casa de Deodoro, através de Quintino. Nessa oportunidade, o velho militar explicara ao capitão Mena Barreto, ao tenente Sebastião Bandeira, aos alferes Joaquim Inácio e Tasso Fragoso, os planos a serem previamente executados. Porém, os acontecimentos que o envolveram antes e depois da proclamação não nos interessam aqui abordar.

Elegeram-se deputado à Assembléia Constituinte, um ano após

o 15 de novembro de 1889. Contava, nessa altura, 23 anos de idade. Na elaboração da lei básica, representou bom papel.

III

Dos homens públicos de seu tempo, recebeu maior influência de Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério. As vezes, aborrecia-os. E, na defesa de alguns projetos, a fim de dar aparência de independência ia contra aqueles chefes. Quando Prudente era o presidente, rompeu com o governo antes do próprio Glicério, recebendo deste, elogios dias após o fato: "Tens olho clínico, rapaz; enxergaste a doença do homem antes de mim."

A fala inaugural, de Nilo, no Congresso, referir-se-ia a má organização da Constituinte. Achava que à mesa caberia organizar o regimento próprio: "O que é preciso é, desde já, tornar a República o governo legal do País; o que ainda é preciso é que se não reconheçam deputados isoladamente, porque, dado o escrutínio da lista, reconhecido um, tem-se reconhecido toda a deputação."

O discurso era uma advertência a Deodoro. Desejava que o legislador fosse livre de quaisquer injunções, mormente, em relação ao poder central. Culpava Deodoro dos erros existentes, o que denotava, na altura, uma certa imaturidade política.

Apesar disso, tinha relativa consciência da realidade brasileira de seus dias: "A Constituição que se está votando não tem importância, bem como os inúmeros decretos do Governo Provisório; e não têm porque não reformaram o caráter político do País nem faziam o saneamento dos costumes políticos.

A Constituição será uma escola de sacrifícios, mas não a solução de todos os problemas sociais e econômicos."

A despeito da pouca idade, sobressaía como orador: "Não quero para mim as responsabilidades dos futuros desastres nacionais, dos desvios administrativos, da política das apostasias que o chefe do Estado traçou, despedindo do poder o Partido Republicano antes de instituir-se a República."

Sua atividade parlamentar fora saliente. Assim, colaborou na feitura do dispositivo que nacionalizou a cabotagem; redigiu artigos referentes ao nosso comportamento internacional, sendo autor da emenda que impedia o Brasil de declarar guerra antes de recorrer aos meios pacíficos da arbitragem.

Deodoro, a 3 de novembro de 1891, dissolveu o Congresso e lançou manifesto. Pouco tempo depois, porém, a situação modificou-se com a sublevação da armada chefiada por Custódio José de Mello, e, o Exército, por Floriano Peixoto e José Simeão. Aliás, Nilo iria participar de mais esse golpe de Estado, toman-

do de assalto a prefeitura do antigo Distrito Federal, ao lado de Barata Ribeiro, Coelho Lisboa e outros.

Com a renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano, o panorama modificou-se. Este, convocou o Congresso, mas, impôs-lhe a conduta.

Sempre fora fiel a Floriano, embora reconhecesse naquele líder defeitos e afirmasse ter cometido arbitrariedades. Contudo, considerava-o sincero patriota, desejando consolidar a República, ao eliminar sedições a fim de manter a unidade nacional.

Enquanto isso, movia-se no plenário com desenvoltura, através das comissões da Câmara, apartando colegas, redigindo pareceres, apresentando projetos, etc.

O seu mundo era o político. E o Estado do Rio constituía-lhe a principal preocupação. E combateu a gestão de Francisco Portela, republicano histórico, mas administrador medíocre.

No discurso que proferiu comentando o governo Portela, estranhou que citassem Silva Jardim, dizendo: "... não foram os revolucionários que apontaram ao mártir da República o caminho do exílio e da morte. O seu nome recordará ao menos e sempre a política de apostasias e de mistificações do governo decaído".

IV

A morte da mãe, moça ainda com 42 anos, levou Nilo a permanecer parado durante algum tempo. Pouco depois, casou-se com Ana de Castro Belisário Soares de Sousa, de origem aristocrática. Esse matrimônio aliás sofreria forte hostilidade por parte da mãe, d. Raquel. Depois de casada, a esposa legalizaria com o nome de Anita. De resto, era uma moça talentosa, educada em meio religioso, embora ela própria não tivesse fé nenhuma.

Era mulher atualizada em literatura francesa, falando as línguas francesa e alemã correntemente, além de ter conhecimento de música, tendo aprendido piano com o professor italiano Carlos Reynolds. Tinha uma governanta, Augusta Jager, mestra de Hamburgo, a qual, além de ensinar o estudo de línguas estrangeiras, ainda, a exercitava em equitação.

A sua residência, à Rua S. Clemente, no Botafogo, era ricamente mobiliada, luxuosa. Tudo isso, iria impor certa distância e criar obstáculo entre os dois. Recebera aprimorada educação.

A 8 de outubro de 1894, proferiu discurso que fora bastante comentado. Na peça oratória desenvolveu tese a respeito da educação científica e democrática. Achou que o Estado como

unidade de política deveria possuir sentimentos e idéias. Considerou de que forma poderia o Estado intervir nas relações do ensino público e na formação do caráter nacional. Citou Macaulay; dissertou sobre o ensino na Alemanha e na França. Ao terminar, recebeu estrondosa salva.

Defendeu na Câmara muitos projetos, desde a proposição que distribuía honras militares até o que tratava de navegação de cabotagem.

Não obstante sua relativa popularidade, o entusiasmo de seus gestos e a sinceridade de suas atitudes, não é procedente ter sido Nilo o mais popular de nossos estadistas, ou seja, o único político "populista", que o país possuía nos primeiros tempos republicanos.

Nilo voltaria a fremir por ensejo da ocupação da ilha da Trindade pelos ingleses. Tratava-se de um atentado à soberania nacional: "Tremula a bandeira britânica em terras do Brasil! Foi afrontada a soberania de nossa pátria".

Ou, ainda: "Queremos o governo forte, não sabendo ceder nem tergiversar; queremos-lo digno da reivindicação e da vitória de nossa causa, que não é a bandeira de um grupo, mas o coração da nacionalidade, a tradição e a glória imorredoura do Brasil. Forte com Portugal, o Brasil não pode ser fraco com a Inglaterra!"

Os períodos transcritos revelam ardor, entusiasmo, mas pouca profundidade. A comparação entre Portugal e Inglaterra, mesmo em termos retóricos, é imprópria. De resto, o assunto seria resolvido, amigavelmente, um ano após com ganho de causa para o Brasil.

Finalmente, após muitas lufas-lufas, de ter sofrido tremenda oposição da futura sogra, casou-se a 6 de dezembro de 1895, no Rio.

O ano de 1896, marcou uma expressiva atuação parlamentar. Discorreu sobre o problema das tarifas; sobre o ensino na Escola Militar; falou acerca da nacionalização do crédito, abordou a dispensa de funcionários públicos.

Proferiu muitos discursos, a maioria dos quais vazios. Interessava-se por tudo, e, assim, os orçamentos dos Ministérios da Fazenda, Exterior, Viação e Obras Públicas são analisados.

No final desse mesmo ano, nasceu morta a criança que esperavam. Aliás, sua esposa perdeu todos os demais filhos. Seriam três.

Outros fatos condicionaram o pensamento político de Nilo. Combateu duramente o presidente Prudente de Moraes, inclusive, quando este sofreu um atentado, embora, tivesse censurado tal cometimento. Com o que não concordava, de modo algum, era

com a decretação do estado de sítio solicitado pelos deputados e senadores situacionistas.

Com a decretação do estado de sítio, a polícia varejou as residências, destruindo papéis e documentos particulares dos chamados congressistas jacobinos. Instauraram-se inquéritos.

Nilo, embarcou para Campos e se refugiou na fazenda do coronel Gonçalves, em Carangola. Acompanharam-no os deputados Leôncio Correia e Manuel Bonfim. Esse estado de coisas iria durar pouco, pois, fora decretada uma anistia, justamente, no exato momento em que pensava em entregar-se à autoridade mais próxima...

A atitude para com os adeptos do florianismo prosseguiria. E, as violências aumentaram de intensidade.

A 30 de julho de 1890, proferiu oração considerada um sucesso. Tratou de licença requerida pelo 3.º promotor público a fim de poder processar parlamentares como envolvidos no atentado contra Prudente de Moraes. De fato, aquele discurso modificou os destinos da referida proposição.

Na realidade, a luta que se travou entre os grupos políticos e econômicos nesse ciclo histórico encarnava a luta econômica entre a velha e a nova estrutura de produção, isto é, entre a economia ligada ao mercado externo e a economia de mercado interno; entre os interesses de grande propriedade rural e a burguesia, sendo que a aristocracia rural via-se estimulada nessa luta pelos grupos internacionais.

Florianiano, simbolizaria esse choque de forças. Aquele militar representou o reformismo típico da classe média, melhor dito, da pequena burguesia. A crise brasileira, portanto, refletia aquelas coordenadas em pauta, na contradição entre a burguesia ascendente, de um lado, e o latifúndio em ligeiro declínio, de outro.

O café entrando em crise de preços entravava a economia de exportação. Esta, por sua vez, impedia ou cerceava o desenvolvimento da economia interna. A única solução para a classe dos proprietários rurais diante de outra crise, a da superprodução do café, seria a de solicitar empréstimos externos, o que conduziria esse tipo de classe a se aliar ou associar a banqueiros estrangeiros, mormente, ingleses. O duelo travado entre Floriano e Prudente refletiria esses termos.

Mais tarde, em 1910, partidário do protecionismo, ressaltaria na presidência da República a importância da industrialização como vetor do progresso: "À sombra dessas circunstâncias, mais ou menos reproduzidas até hoje vingaram e cresceram indústrias nascidas talvez precocemente mas que, em vários casos, chegaram a um grau tal de aperfeiçoamento que se poderia dizer o estado adulto de sua evolução econômica, diante do

qual ninguém deveria tentar uma operação destruidora e mortal, mas apenas aconselhar medidas de ordem conciliadora, que dirijam a marcha ascensional desse organismo, sem sacrifícios de outros interesses que porventura cresçam ao seu lado." ("Mensagens Presidenciais" — Rio — 1912 — p. 734.).

Apoiou Quintino Bocaiuva ao governo do Estado do Rio a fim de evitar uma luta de resultados discutíveis, conseguindo, desse jeito, satisfazer suas conveniências. E colaborou com aquele mentor na reorganização administrativa e na forma constitucional, inclusive, adquirindo livros especializados sobre finanças. Aplicou esses conhecimentos em longos pareceres emitidos na Comissão de Orçamento da Câmara.

Com efeito, Quintino apoiou-o à própria sucessão. Mas, antes, fora eleito senador nas eleições realizadas a 18 de fevereiro de 1903. Dois meses e pouco após a posse no Senado (no qual, apenas, proferiu dois modestos discursos), fora eleito presidente do Estado do Rio, obtendo 50.918 votos, o que constituía a quase totalidade dos sufrágios nas eleições realizadas a 1.º de julho.

O primeiro ato de Nilo na chefia do executivo fluminense causou repercussão: exonerava, eliminava repartições, suspendia auxílios, reduziu proventos, rescindia contratos antigos, conseguindo economizar bastante. De resto, chegou até a diminuir 25% de seus próprios honorários de presidente do Estado... cortando, por outro lado, vencimentos da magistratura...

Fez mais: eliminou filhas de correligionários que exerciam o magistério por não haverem cursado escolas normais; cortou passes oficiais nas empresas de transporte, etc. E encetou reformas substanciais, objetivando transformar o "status" financeiro do Estado. Em um ano a dívida fluminense baixou de dez mil contos de réis para mil e quinhentos contos. Após anos sucessivos de "deficits" encerrou o balanço de 1904, com saldo aproximado de mil e quinhentos contos de réis.

Desejava influir nos conluíes eleitorais do país. Com a presença de Pinheiro Machado, político dos mais hábeis da história republicana brasileira fora um dos autores da divisão do eixo São Paulo-Minas, perdendo o primeiro Estado a supremacia política do país, embora possuísse as rédeas da economia nacional.

Na qualidade de vice-presidente da República, dirigiu os trabalhos do Senado. Formava chapa com o mineiro Afonso Pena. Com o falecimento deste assumiu o governo a 14 de junho de 1909.

Vários acontecimentos marcaram sua passagem de dezessete meses na presidência. Inicialmente, afastou-se da direção do

Partido Republicano Fluminense a fim de alheiar-se à política militante.

Criticou, acerbamente, o bombardeio de Manaus, a intervenção federal naquele Estado, procurando punir os responsáveis. Atrás de tudo, imperturbável, permanecia a figura de Pinheiro Machado...

Segundo um biógrafo, Nilo amava muito às crianças, flores, animais, campos e fazendas: "Nos fundos do palácio, Nilo inaugurou um play-ground para recreio da infância. Às tardes, o recanto regurgitava com a presença de crianças de todas as camadas. Um dia, a menina Maria José, tratada por Juca, da família da intimidade do presidente, revolta-se, na inocência de seus anos, com a frequência de um grupo de garotos de cor, que tomara de assalto o parque de diversões. E dirige-se, pressurosa, ao estadista:

— Eu queria que o senhor expulsasse daqui esses moleques, para poder brincar com os meus amigos.

— Não posso — respondeu-lhe Nilo, afagando-a. Puseram-me aqui para trabalhar em proveito deles.

A menina Juca decepcionou-se — contaria ela própria — anos depois. Pensava que o presidente fosse dono de tudo e não era mais que um empregado de crianças de calças rötas... (Brígido Tinoco — A Vida de Nilo Peçanha — Rio — 1962 — 291 ps. p. 160).

Como presidente, efetuou muitas obras: criou o Ministério da Agricultura; implantou o serviço de inspeção agrícola; criou a diretoria de indústria animal; o ensino agrônômico; postos zootécnicos, aprendizados agrícolas, estações experimentais para cana-de-açúcar, o serviço de veterinária, o de distribuição de plantas e sementes; o registro de marcas para animais; assim como a diretoria de Meteorologia e Astronomia, reorganizou a Junta Comercial; o Jardim Botânico e o Museu Nacional; o serviço geológico; a biblioteca do Ministério; matadouros modelos e entrepostos frigoríficos; instituiu prêmios para a exportação de frutas nacionais; importou reprodutores; inaugurou exposições de gado, modelou o serviço de proteção aos índios; e fundou escolas profissionais.

Por outro lado, vinculou o cidadão ao Estado; solucionou problemas ligados aos limites com o Peru e o Uruguai, embora esses assuntos fossem, diretamente, ligados ao barão do Rio Branco; fundou as linhas-de-tiro; codificou as leis processuais do Distrito Federal; executou obras de saneamento e dragagem dos rios que deságuam na baía da Guanabara; estudou o aumento de nossas linhas férreas; manteve o equilíbrio orçamentário; antecipou o pagamento do "funding loan", de 1898; resgatou a dívida de dois milhões em ouro contraída pelo governo imperial, em 1879; valorizando a moeda, e, no final de sua ges-

tão o tesouro possuía um saldo de cento e sessenta e nove mil contos.

Embarcou com a esposa para a Europa onde ficou um ano e meio. Antes, vendeu uma de suas fazendas.

Pouco antes de regressar ao Brasil é eleito senador. Posteriormente, viu-se guindado, pela segunda vez, ao governo do Estado do Rio.

A 12 de maio de 1917, é nomeado ministro das Relações Exteriores em substituição a Lauro Muller, pouco depois do rompimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a Alemanha, antes de nosso país ingressar na Primeira Grande Guerra Mundial.

Mas, isso, somente, ocorreria após o afundamento de dois navios brasileiros, o "Tijuca" e o "Macau". E o decreto de 12 de setembro de 1917, formalizaria o estado de beligerância com a Alemanha.

Combateu ingerências nos assuntos internos do País, inclusive, por países aliados, como a Inglaterra, por exemplo.

Esta, considerava o café como contrabando de guerra, proibindo a sua importação. Oficiou ao ministro Fontoura Xavier, em Londres, encarecendo ao governo britânico a estranheza daquela medida. A Inglaterra feria os princípios básicos da liberdade de comércio proclamados na Declaração Naval de Londres, contradizendo, assim, a própria política inglesa.

Depois da intervenção do representante brasileiro, o governo britânico concordou com a importação limitada do café, mas com a condição do transporte ser realizado nos navios alemães tomados pelo Brasil.

Nilo, responde: "Vossência responderá nota inglesa sobre café, agradecendo mas recusando condição de só transportarmos esse artigo pelos navios alemães, o que limita a nossa liberdade e diminui a confiança que o Brasil julgava merecer dos seus melhores amigos, hoje identificados na defesa da mesma causa. Vossência dirá que não há navios alemães, pois que todos foram incorporados à nossa frota e estão sendo utilizados diretamente por nós, com a nossa bandeira, nossa equipagem, e sendo a nossa deliberação empregá-los indistintamente na linha da Europa, ora antigos alemães, ora antigos brasileiros, conforme as conveniências do serviço, a juízo da administração." (Nota de 12 de julho de 1917).

Após debates inúteis e várias trocas de notas, recusou negociações com a Inglaterra. Aliás, sustentou inúmeras divergências com esse país.

Outras medidas alcançariam repercussão internacional grangeando o nosso ministro certa notoriedade: diálogos em alto nível com o próprio papa Benedito XV a propósito da solicitação do

pontífice no concernente à paz mundial; a solidariedade à causa da libertação da Polônia; e resolveu de modo altruístico o tratado entre o Brasil e o Uruguai, para a fixação e liquidação de dívida deste último para com o nosso País.

A dívida total do Uruguai era de cinco milhões de pesos uruguaios, equivalente a um milhão e sessenta e três mil oitocentos e vinte e nove libras esterlinas. A importância não seria recebida pelo governo brasileiro, mas, aplicada em obras de benefício comum nas fronteiras de ambos os países, e, fundar-se-ia numa ponte de fronteira uruguaio-brasileira, em área aproximadamente igual para cada lado, um Instituto de Trabalho, no qual, os alunos recebessem nas línguas portuguesa e espanhola, instrução profissional e científica. Embora, tal acordo tenha causado éco em inúmeros países, e o ministro fluminense recebido homenagens, sobretudo, de estrangeiros, ignoramos a concretização desse plano.

Depois de dezoito meses de trabalho deixou o Ministério das Relações Exteriores. E é chamado por "Le Matin", de "Riche-lieu brasileiro", com a serenidade satânica de um Briand, a habilidade desconcertante do insondável cardeal.

De resto, ajudou a emancipação feminina, concordando e destruindo preconceitos no Itamarati no que dizia respeito ao ingresso de mulheres naquela secretaria de Estado.

E o Partido Republicano Feminino prestou-lhe significativa homenagem. Não aceitaria, por outro lado, nenhuma outra função pública após sair do Ministério das Relações Exteriores.

Embarcou outra vez para a Europa. Nesse continente recebeu notícia de sua eleição para o Senado. Antes de partir apoiou a candidatura Rui Barbosa à sucessão presidencial, sem êxito, porém.

Anos depois seria candidato da Reação Republicana, quando, então, galvanizou com sua palavra fácil setores ponderáveis do eleitorado.

Fora seu adversário o mineiro Artur Bernardes. O pleito, realizado a 1.º de março de 1922, empolgou a opinião pública participante.

Na capital da República, obteve sufrágio superior a setenta por cento sobre seu adversário. No entanto, apesar das notícias oriundas de diversas unidades da União, segundo as quais teria vencido, acabou sendo derrotado.

Com efeito, esses dados não foram ratificados pelo Congresso Nacional que proclamou o triunfo de Bernardes.

Por outro turno, muitos militares estavam irritados face à publicação de carta, bem explorada, politicamente, pelos adversários políticos de Bernardes.

Mais tarde, constataram ser falsa a missiva. Mas, a celeuma produzida fora enorme.

Esse grupo militar, automaticamente, aliou-se aos chamados nilistas a fim de impedir a posse legal do político mineiro.

Por ensejo da intervenção federal no Estado do Rio, numa visível arbitrariedade, na qual, o próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu a vitória do candidato de Nilo, Raul Fernandes, o líder fluminense dirige-se ao presidente da República:

“Senador pelo Estado Rio de Janeiro, protesto contra a intervenção de V. Excia. nesse Estado, mandando depor, por ato desta manhã, o governo eleito regular e constitucionalmente e que tem o seu exercício assegurado por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. O Estado do Rio de Janeiro não tem força para impedir a consumação desse atentado à sua autonomia e à alta dignidade da justiça, no qual, infelizmente, o sentimento apaixonado do homem e da política pode mais que a consciência dos deveres morais e constitucionais do Presidente, mas, restabelecida que seja um dia, não importa quando, o império da lei, a Nação há de restabelecer também as autoridades que V. Excia. acaba de depor. Na preocupação em que está V. Excia. de suprimir a obscura parcela de influência de seu competidor, não duvidou V. Excia. em deprimir e desmoralizar o alto Poder que julga a constitucionalidade das leis e atos do Congresso e do Governo, como vem criar também um funesto precedente para as instituições e para a autonomia dos Estados, interrompendo, por longo tempo, talvez, a vida da federação no Brasil. Não valia a pena, por tão pouco e por uma questão pessoal, de si mesquinha, cometer um crime tão grande e que compromete irremediavelmente o seu governo.

O povo fluminense — sabe V. Excia. — não tem armas para se defender, mas pelos órgãos de sua opinião e de sua soberania protesta contra esse atentado e não reconhece o poder e a autoridade de V. Excia. senão nos termos da Constituição. V. Excia. será a força vitoriosa e fora da lei, neste momento, mas nós somos, agora, e sempre, o direito dos fluminenses amparados na justiça”.

(Carta de 11 de janeiro de 1923)

V

Profligou de modo vigoroso na tribuna do Senado as atitudes do governo, censurando-lhe os excessos as arbitrariedades.

Todavia, apesar de ter sido ao lado de Getúlio Vargas um dos líderes de maior popularidade no país, inclusive, pelo espírito reformista inserido em suas plataformas políticas, ainda, assim, Nilo, não possuiu senso do real, pois, estava perfeitamente enquadrado num contexto de filosofia idealista, subjetiva.

Achava, que a política deveria ser realizada em termos de idéias e não de interesses... Como é exemplo frisante, este texto inserido, ou melhor, trecho duma missiva datada de 29 de janeiro de 1923:

“... à proporção que me aumentam os anos maior seja o meu idealismo e a ânsia de ver um Brasil grande no culto da liberdade e da justiça, — ou seja a política entre nós não faz das idéias, mas de interesses...”

Contraditório (e mau escritor), irá em outras oportunidades afirmar que o Brasil “de ontem saiu das academias, mas o Brasil de amanhã sairá das oficinas.”

(Discurso proferido a 18 de janeiro de 1924).

Sua vida não se prolongaria mais. Faleceu a 31 de março de 1924, precisamente, às quatro horas da tarde.

V I

Em verdade, fora um condutor de massas. O conceito de “massas”, aqui, é bastante restrito: limita-se, tão-somente, a definir aquela parcela da opinião pública participante dos problemas brasileiros da época, a bem dizer, muito limitada, resumindo-se, praticamente, em duas grandes classes: a dos proprietários rurais, e a grande massa popular constituída por artesãos, barbeiros, açougueiros, padeiros, empregados em pequenos estabelecimentos comerciais, pequenos artífices, etc.

Contudo, surgiu, também, aquilo que os sociólogos e historiadores contemporâneos definem como pequena-burguesia: oficiais das forças armadas; funcionários públicos, membros das profissões liberais (advogados, médicos, professores, engenheiros e até técnicos), etc.

Ora, os quadros dirigentes do país eram oriundos do entrelaço dessas forças. Daí o exemplo ululante que demos noutra ponta deste trabalho acerca da luta travada entre Prudente de Moraes e Floriano Peixoto.

Nilo, fora um emotivo, com acuidade excepcional para os assuntos ligados às classes menos favorecidas. Aliás, consoante alguns estudiosos, possuía muita sensibilidade, sentindo, dessa forma, mais do que ninguém, seu ciclo histórico.

De resto, dotado de profundo amor físico, de um tipo de sensualismo caboclo, uma tolerância pela presença e pela existência dos erros e defeitos dos semelhantes, uma compreensão muito justa das limitações impostas pela condição humana.

Era um homem curioso. Há muitos fatos pitorescos em sua vida que são do conhecimento público, os quais, de maneira ne-

nhuma podem depreciá-lo nem atenuar seu contributo na formação e desenvolvimento da vida pública brasileira.

Assim, com efeito, tinha um grande amor pela sua esposa, d. Anita. As cartas enviadas em períodos de ausência confirmam isso. Todas repassadas por *miríades líricas*, por uma profunda ternura para com a companheira. Quando viajou sozinho através do continente europeu, obrigado a separar-se dela, escrevia-lhe constantemente chegando a redigir-lhe no curto prazo de vinte dias mais de quarenta cartas!

A despeito, portanto, de seu grande amor pela companheira, não podia permanecer só.

“Quando Anita, por obrigações sociais, deixa-se ficar pelo Rio, por dias consecutivos, Nilo não permite que a solidão o maltrate. Acordam-lhe o instinto explosões de Casanova. E vai, pelas redondezas, à cata de aventuras, fustigado pelo reclamo interior. Então, sobre relvas discretas, mulheres de vários níveis e de várias cores satisfazem-lhe os desejos...

Experimentara, no Rio, a preferência de uma francesinha estouvada, esposa de um comerciante de jóias; depois, em Niterói, disputara com proveito os carinhos de uma jovem portuguesa, de olhos verdes, que lhe fora passar entradas para um festival de caridade.

Aliás, muitas de suas empregadinhas, através dos anos, não se mostraram cruéis aos seus caprichos. Uma delas, pedida em casamento, teve os esponsais custeados pelo patrão. E o pretendente foi brindado por Nilo com estas palavras:

— É um felizardo! Ganhaste uma mulher de belas prendas! ...”

(Brígida Tinoco — op. cit. ps. 227 / 228).

Ou, então, noutro trecho, bastante pitoresco, o que revela, também, aspectos da personalidade de Nilo.

Quando esteve em Recife proferindo palestras em favor de sua candidatura à presidente da República, falou com êxito num teatro da capital pernambucana.

Uma moça, encantada pela sua palavra eloquente, sedutora, escreveu-lhe uma missiva, na qual, entre outras coisas, dizia o seguinte:

— “Eu sou aquela moça do camarote, à esquerda, que o aplaudia, em pé. Fiquei apaixonada pelo senhor. Se quiser, mande-me a passagem que irei para a sua companhia. Sou virgem, como o senhor mesmo poderá verificar...”

(Brígida Tinoco — op. cit. p. 275)

São pequenos eventos que não desmerecem sua reputação de ser um dos precursores da liderança política desejosa por um reformismo adequado às novas necessidades de seu país e de sua época.

Batia-se por reformas no sentido de tentar solucionar os desequilíbrios sociais e econômicos existentes no país, muitos dos quais, inerentes à toda a América Latina e a outros continentes.

Suas idéias políticas, no início, confusas e paradoxais, anos depois, surgiriam em outros países e mesmo no Brasil.

Por sinal, o seu pensamento néo-capitalista de estrutura se aproxima do pensamento político kennedyano. Em alguns pontos se assemelha ao de Getúlio Vargas.

Assim, Silva Jardim fora a madrugada da República; Florianópolis, o meio-dia, ele seria a noite da República no dizer de um anônimo ao saudá-lo numa homenagem.

Por outro lado, ao encerrar estas notas cumpre salientar que em futuros estudos biográficos (em que até o computador eletrônico terá de ser consultado no que diz respeito à análise dos textos), a "vida" do analisado terá de ser levada em conta como ela decorreu, e, não como os historiadores e biógrafos, oficiais ou oficiosos desejam que ela fosse ou deveria ser. A cultura brasileira contemporânea, nesse setor, impôs novas normas e processos. Assim, está a reclamar até por uma verdadeira sociologia do quintal, como a própria vida estuante de Nilo Peçanha deixou entrever. E é o que se deverá realizar, futuramente.

O FÍSICO-MOR JUSTINIANO DE MELO FRANCO

(Notas para uma biografia)

Duílio Crispim Farina

A Universidade de Goettingen, com seu reputado curso de medicina, abrigara em seus bancos o barão de Langsdorff, mais tarde naturalista e cônsul geral da Rússia, chefe de viagem pelo interior do Brasil, fixada pela pena de Hercules Florence. Em Goettingen estudou Júlio Frank, luzeiro de idéias e que passou por São Paulo envolto nas névoas de sua incógnita e de sua dialética. Também lá torna-se doutor na arte Hipocrática, Justiniano de Melo Franco, nascido em Lisboa em 1774. Filho do grande médico Francisco de Melo Franco, após clinicar em Hamm, veio para Piratininga, onde foi, segundo Sacramento Blake: diretor do Hospital Militar, Inspetor Geral de Vacinação e Comandante da Companhia de Cavalaria da Guarda Cívica, criada no dia 8 de setembro de 1822, por iniciativa exclusivamente popular, já no dia 9 recebia confirmação oficial de sua organização pelo aviso de S.A.R., o Príncipe Regente a agradecer muito e muito a lembrança patriótica do Povo desta capital sobre a formação de uma Guarda Cívica que se dispunha a jurar e defender a Independência do Brasil, sua tranqüilidade interna e a sagrada pessoa do defensor perpétuo. Tal corpo denominar-se-ia Sustentáculo da Independência e era constituído por uma Companhia de Cavalaria e duas de Infantaria, capitaneadas, a primeira pelo dr. Justiniano de Melo Franco e as segundas pelo Capitão Antônio Xavier Ferreira e pelo cirurgião-mor José Gonçalves Gomide.(1)

Membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, a casa do Duque de Lafões, deixou escritos de valia:

1) Regulamento para o Hospital Militar da cidade de São Paulo, 1820. Blake informa que esteve exposto na Exposição de História pátria de 1880, uma cópia de 37 páginas, in fol. O Regulamento teria sido observado naquele nosocômio.

2) Memória sobre a Vacinação na Província de São Paulo, desde o ano de 1819 até 1826, dedicada ao Visconde de Congonhas do Campo (Lucas Antônio Monteiro de Barros). A mesma exposição mostrou uma cópia de 8 páginas in f. autenticada por J. F. de Toledo, provavelmente Joaquim Floriano de Toledo.

3) Memória sobre a descrição e vantagens de uma cadeira de Obstetrícia de invenção do professor Stein, depois reformada e emendada principalmente pelo professor Osiander. Este título está incluído nas Memórias dos Sócios Correspondentes da Academia Real das Ciências de Lisboa.

A instâncias do capitão-general Oeynhausen e Gravenburgo, futuro Marquês de Aracati, o doutor Justiniano chegou a esta Província de São Paulo a fim de conceber, e o fez em 1819, o plano do Instituto Antivariólico. Uma provisão do Príncipe Regente, expedida em 28 de julho de 1821, conferiu-lhe por nomeação o pomposo título de Juiz Delegado Comissário de Físico-Mor do Reino, em São Paulo.

O barão de Eschwege, em passagem por estas plagas, foi por Justiniano, levado a Oeynhausen e Gravenburgo, a 12 de setembro de 1820, e também acompanharam-no a Ipanema, em visita a Varnhagen, pai. Eschwege, de convívios cordiais, já na Alemanha, descreveu os longos bigodes de Melo Franco, comportamento marcial, sempre de uniforme, sem dar descanso ao cachimbo e morador nos subúrbios, em belo solar. Sua esposa bastante bonita, elegante, orgulhosa e fria. Com ar distante, formal, pareceu-lhe não muito feliz.

O Físico-Mor tinha tomado as maneiras e a aparência de um alemão. Andava sempre fardado, médico que era das tropas da Legião de São Paulo; o porte tinha qualquer cousa de marcial, "como se tivesse tomado parte em vinte batalhas". Ostentava espessos bigodes, com o permanente cachimbo a fumar entre os dentes. O cientista retrata-o em sua vida familiar, em formosa chácara no caminho da Penha. Outros a querem logo adiante da Varzea do Tamanduateí, um pouco afastada dos alagados que só seriam aterrados na gestão profícua de João Teodoro, com o avançar dos anos do século dezenove. Ainda existiam as sete e muitas voltas do rio crismado pelo selvícola, segundo João Mendes de Almeida (in Dicionário Geográfico de São Paulo. Tip. a Vapor Espindola, Siqueira & Comp. — rua Direita, 10-A, 1902), para designar aquele que dá muitos rodeios, voltas, ao banhar a cidade de Anchieta pela face leste, a separar as freguesias da Sé e do Brás. O significado é quase o mesmo de Piratininga. (2)

Em casa bela e bem arranjada, Eschwege jantou, achando-se em ambiente familiar, onde tudo inclusive a conversa, era em alemão. Observou e gabou a beleza da senhora Melo Franco que pareceu-lhe triste, situação que é muito genericamente atri-

buída aos riscos do casamento entre representantes de raças diferentes (sic). Ana Carolina, a esposa de Justiniano, era bela e glacial, verdadeira valquíria renana. Num baile oferecido à sociedade paulistana pelo governador Oeynhausén na data de aniversário de nascimento de d. Dedro I, viu-a Dominando, sem contestação, as outras damas: "parecia uma estátua, imponente, tranqüila, vestida com mais gosto que todas. Não dançava, limitando-se a observar o rodopio dos pares, ao compasso envolvente de uma nova dança, a valsa que começava a ter numerosos adeptos". Ana Carolina entendia ser, aquele sistema de rodopiar nos braços dos cavalheiros, pouco discreto para uma senhora, como confessou ao barão, talvez desolado com este excesso de recato. O episódio foi relatado por Friedrich Sommer em seu "Wilhelm Ludwig von Eschwege".

Augusto de Saint-Hilaire em suas andanças pela província teve encontros com o dr. Justiniano. Conversou muito com ele sobre a confusa situação do Brasil naquelas vésperas da Independência, em uma caminhada que juntos fizeram pelas cercanias da cidade. Teve a impressão de que o médico era partidário do príncipe e hostil às Côrtes de Lisboa. Parecia também um entusiasta de José Bonifácio, o amigo de seu pai.

Afonso Arinos de Melo Franco afiança ter Justiniano assistido aos últimos momentos do professor alemão Julio Frank, ilustre defensor da liberdade de pensamento cuja ação até hoje se faz sentir na tradição acadêmica, e ainda que "foi em sua casa que se asilou, em 1830, o jornalista Libero Badaró, grande símbolo do liberalismo oprimido". Ana Carolina de Melo Franco faleceu aos 3 de outubro de 1872, em Rio Claro, deixando sete filhos vivos. No testamento insistia em que se respeitasse sua fé religiosa protestante.

Ana Carolina Overbeck de Melo Franco viera à luz em 1784 em Kreis Lippstadt, perto de Brillon. Casados em setembro de 1805, ele ainda estudante de medicina, na Universidade Georgia Augusta. No Registro da Igreja de Sankt Marien, de Goettingen acha-se inscrito o batismo de Elisa, filha do casal e nascida nessa cidade aos 14 de janeiro de 1806.

Os familiares de Ana Carolina provinham de progênie de alta distinção: o progenitor Carl Friedrich Overbeck, a mãe Wilhelmine Duerselen, consorciados em 1779.

Lycurgo de Castro Santos Filho, em sua "História Geral da Medicina Brasileira" aponta-nos que foram Físicos-mores da Legião das Tropas Ligeiras de São Paulo e do Hospital Militar da mesma cidade Mariano José do Amaral, João Alves Fragoso, e Justiniano de Melo Franco, filho do afamado médico Francisco de Melo Franco.

Afonso de Freitas nas "Reminiscências Paulistanas" apresenta-o como Físico-mor, comandante da Companhia de Cavala-

ria do Corpo Cívico, com 38 anos por ocasião da Bernarda de Francisco Inácio, revide político desta Província.

Entre as deportações, em consequência do desforço Bernardista, encontra-se seu nome ao lado dos Cirurgiões-Mores Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, Cândido Gonçalves Gomide e José Gonçalves Gomide (do Hospital Militar e Comandante da 2.^a Companhia do Corpo Cívico). Também entre os exilados Antônio da Silva Prado (futuro Barão de Iguape), coronel Joaquim José de Moraes e Abreu, padre-mestre Francisco de Paula Oliveira, padre Manoel Joaquim do Amaral, padre Diogo Feijó, Bento Paes de Barros (futuro Barão de Piracicaba), e muitos mais.

Por esse tempo vivia aqui o médico francês Gabriel André Maria de Plõesquelles, "suspeito de espionagem em proveito de Portugal", autor de epístola, noticiadora dos acontecimentos, ao dr. Manoel Joaquim de Ornellas, representante de São Paulo na Assembléia Constituinte: "o José Gomide saiu faz oito dias para Campinas, o Cândido sai muito breve para Itú, o Melo Franco, atrevido um pouco, ocupava-se nestes últimos dias de colher uma assinatura em favor dos depostos, fazendo além disto todo o empenho ao pé dos chefes das tropas para que estes não permitissem a promulgação das ordens pelas quais os desgraçados poderiam regressar em suas casas. Mas vendo que ele não podia chegar a seu fim para uma bernarda a seu gosto, trata igualmente de sair de São Paulo para ir a 200 léguas daqui dirigir uma fazenda que foi do pai". Ao final o dr. Plõesquelles, termina por pedir para si a fisicatura da província depois de aconselhar a demissão de Melo Franco do cargo de Físico-mor...

O médico João Batista Líbero Badaró neste burgo foi pioneiro da vacinação antivariólica. Um mês antes de sua morte, o grande liberal dirigiu-se à Câmara Municipal nestes termos:

"Ilmos Srs. Persuadido da grande filantropia e do alto zelo com que vossas senhorias querem cumprir com o seu Regimento, persuadido de que os prejuízos do vulgo cessam em face de uma autoridade paternal e tão respeitável como a da Câmara Municipal, tenho a honra de remeter a vossas senhorias dezenas de lâminas do ótimo pús vacínico, por mim coligido nesta cidade a fim de que vossas senhorias as façam distribuir pelas diferentes vilas, que mais necessitarem. Pode a Câmara contar que eu não me descuidarei, e continuarei a coleção do pús, portanto, se porventura precisar para futuro ainda algumas lâminas, terei a honra de lhas apresentar. São Paulo, 21 de outubro de 1830".

Entretanto os ferrenhos oligarcas, inimigos do liberalismo de que Badaró era incansável pregoeiro, arquitetam um plano implacável e destruidor. Raimundo de Menezes escreveu que "em dias de novembro de 1830, apeava na freguesia do Brás, na chá-

cara do dr. Justiniano de Melo Franco, o tenente de caçadores Carlos José da Costa, vindo por terra do Rio a São Paulo, especialmente para executar a sentença de morte, sob a promessa de sua promoção a capitão". Não conhecendo o condenado, pediu ao dono da propriedade que um seu filho lhe fosse mostrá-lo. Em seu lugar lhe foi dado como substituto o alemão Simão Stock que de boa vontade se prestou ao papel de cúmplice". Na noite, do dia 20 os dois sicários, na rua Nova de São José, perto da casa de Badaró, de forma despiada cometiam nefando crime, mas os anseios de liberdade ficaram ecoando para todo o sempre em nossa terra: "morre um liberal, mas não a liberdade.(3)

Nesses dias era ainda de rotina a prática das inumações nos terrenos dos templos e conventos. O cemitério da Consolação somente foi aberto em 1858. Líbero Badaró fez parte de uma comissão escolhida em 1829, para estudar o importante problema urbano dos cemitérios. Dois officios da época permitem-nos sentir a marcha dos estudos:

1) Ao dr. Justiniano de Melo Franco — Em consequência de uma exposição que S. Exa o Sr. Bispo Diocenano houve por bem transmitir a esta Câmara Municipal a respeito da mudança dos cemitérios para longe das povoações e fora do recinto dos templos resolveu a mesma Câmara, a fim de se tomarem as necessárias medidas, que se exigisse de facultativos e físicos hábeis a indicação de um lugar ou lugares mais favoráveis, e que ao mesmo tempo menos sujeitos sejam a conservar o ar mefítico, e mais apropriados por sua natureza a consumir prontamente os corpos, para neles se formar um ou mais cemitérios dentro deste Município. E portanto que confiado na filantropia, patriotismo e abalisados conhecimentos de V. Sa. a Câmara espera, que de acordo com o dr. Batista Badaró, e cirurgião-mor Cândido Gonçalves Gomide, queira com a brevidade possível apresentar por escrito a mencionada indicação. Deus guarde a V. Sa. Paço da Câmara em São Paulo, 14 de setembro de 1829.

2) "Ao dr. sr. João Batista Badaró — Constando achar-se já nesta cidade o dr. Justiniano de Melo Franco, cuja ausência de certo motivou a demora do parecer que por duas vezes foi pedido por esta Câmara Municipal à comissão de que V. Sa é digno membro sobre o lugar ou lugares mais apropriados para a fundação dos cemitérios fora da cidade, novamente a mesma Câmara solicita com instância o referido parecer sem o qual não pode o Marechal Muller dar a planta que prometeu. O que espera do seu reconhecido zelo pelo bem público. Deus guarde a Vossa Senhoria". Os enterramentos nas igrejas sempre mereceram reprovação do governo, por ser isso prejudicial à saúde pública.

Em 14 de abril de 1826, o Barão de Congonhas do Campo, presidente da Província, remetia à Câmara Municipal da Vila de Santos uma representação do dr. Físico Mór Justiniano de Melo Franco — “a fim de que ouvisse em vereança geral, a todos os cidadãos que costumam andar na governança sobre o lugar mais próprio para ser erigido o cemitério que indispensavelmente deve ser feito”:

“Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor. Tendo-me o governador da Praça de Santos dirigido hum officio na data de 30 de março do corrente ano que inclusive remeto a V. Exa. no qual me recomendava examinasse o prejudicial costume de se enterarem os corpos da maior parte dos que morrem na vila, no pátio da matriz à rua do Quartel, contíguo à mesma igreja; e desejando eu em uma cousa tão atendível para a saúde destes povos proceder com acerto e exatidão convoquei aos cirurgioens móres do Hospital Militar Salvador Machado de Oliveira e João Batista de Oliveira, para que no dia 31 de março fossem comigo fazer o solicitado exame, ao qual tendo procedido se achou o seguinte”.

O longo officio enumerava as conclusões: estar bem no centro da povoação o pátio onde se enterrão os corpos; o terreno de arenito mui pouco sólido para abrir as sepulturas; os porcos e cães com facilidade cavam o pouco compacto terreno, desenterrando corpos sepultados; o mau cheiro que exala dos sepulcros, obrigando “os moradores a cerrar por longo tempo as suas portas e janelas; terras mal socadas, com frestas e fendas; ossos humanos amontoados na superficie da terra”, tão frescos que a eles estavam pegados pedaços de tendoens e ligamentos”.

Ao dar cores negras ao encontrado recordava que “sem dúvida alguma febres de mau caracter e as camaras de sangue que todos os anos levam naquella vila tantos individuos às sepulturas, tem grande parte de sua origem nesta pestifera exalação que continuamente se desenvolve de um grande numero de cadaveres que estão apodrecendo quase à superficie da terra e no meio da povoação”. E “em vista das pias e paternas, vistas do chefe de governo, terminaria Justiniano M. Franco o arrazoado, expressando a esperança dos moradores da vila das providências e os meios de os livrar de tão prejudicial abuso, mandando que não se enterre mais ninguém dentro da vila, mas sim em um cemitério, convenientemente distante, bem situado e que para isso se erija”.

Em 20 de outubro de 1845, o vice-presidente da Província de São Paulo dirige-se à Câmara Municipal da capital, em officio para que leve em consideração o trecho do officio da Comissão Sanitária relativo “à conveniência de se proibir desde já, os enterramentos nas igrejas do recinto desta cidade, como são — Misericórdia, Rosário e Boa Morte”.

Dos autos da devassa, "ex-officio", após o interrogatório do dr. Badaró, moribundo, pelo juiz José da Silva Merciana, pode-se ler o relatório da necropsia, parte do officio de 22 de novembro de 1830:

"Presentes os doutores Físico-móres das Tropas Justiniano de Melo Franco; Joaquim Antônio Pinto; Francisco Alvares Machado de Vasconcelos; dr. Luís Napoleão de La Plane (francês); João Manoel Lopes de Carvalho Pimentel, deu-se princípio à autópsia cadavérica: acharam uma fenda combusta situada na parte lateral direita da região hipogástrica, quase no fim do músculo piramidal do mesmo lado, tendo treis linhas de diâmetro externo, e de profundidade tal que o quarto de bala foi encontrado na parte anterior e lateral esquerda do osso sacro, por onde se viu que aquele corpo estranho atravessou o abdômem da parte anterior à posterior, não ferindo em seu trajeto senão levemente o intestino colon, porém dividindo um ramo da iliaca do que se seguiu a morte em consequência da hemorragia interna... Este ferimento produziu no estado fisiológico do paciente um estrago tão iminente que nos primeiros momentos de tal acontecimento logo se apresentarem traços gerais de mortalidade que bem faziam conhecer pelo rosto hipocrático, respiração anelante, que o termo de vida seria o resultado de tal desastre".

Aos 2 de julho de 1825 um "parque de peças de artilharia", de propriedade de Arouche Rendon, em solenidade festiva, atroava, inaugurando a Misericórdia da Glória, na Chácara dos Ingleses que fora de Radmaker. Vinha da rua Direita, junto à Igreja da Misericórdia e iniciativa trajetória de caridade e benevolência. Por cinco lustros, no dizer de Afonso de Freitas, sentiu o queixume de todas as dores e abrigou as desventuras humanas que se iam confortar sob a égide caridosa e filantrópica da Irmandade da Misericórdia. Mais tarde "deu guarida à república de estudantes e assistiu o desenrolar de todas as loucuras germinadas pelo cérebro incandescente de um grande poeta e as primeiras manifestações de misantropismo doentio de outro desvairado cultor das musas e notável romancista". Era a república dos incorrigíveis boêmios que foram Alvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa.

Em 21 de janeiro de 1826, o então Barão de Congonhas do Campo, Lucas Monteiro de Barros, despachava: "havendo-se oferecido o doutor Físico-mor Justiniano de Melo Franco para concorrer com os seus conhecimentos a bem do curativo dos enfermos do Hospital da Caridade, e sendo dignos de todo o louvor os sentimentos filantrópicos que o animão: o Presidente desta Província, aceitando o seu oferecimento, conta que o desempenhará satisfatoriamente. Palácio do Governo de São Paulo" (in Arquivo do Estado).

O despacho comprova a colaboração e as atividades de Justiniano como facultativo da Santa Casa da Chácara dos Ingleses, na Glória.

Justiniano, pelos muitos anos de residência na Alemanha, em estudos, convivências e exercícios da clínica, acrescidos do enlace com moça germânica, logo passou a ter empatias com os filhos da pátria de Goethe e Schiller. Não eram poucos os compatriotas de sua esposa na Paulicéia. Daniel Pedro Muller, "nascido no mar, filho de alemães, educado em Portugal, com boa formação técnica e humanística (frequentou, como cadete de Artilharia, o Real Colégio dos Nobres), mal chegou à Piratininha, vindo em 1802, como ajudante de ordens do capitão-general Antônio de Franca e Horta, integrou-se em nosso meio". Honório de Sylos autor de sua completa biografia enfatizou ter focalizado, em seu livro (*Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*), como parte preparatória da estatística, sempre fria, a História de São Paulo, em resumo excelente. Encarregado da construção da estrada do Piques e doutros trabalhos de méritos. Em junho de 1821, no comando do 2.º B.C. restabeleceu a ordem em Santos na sublevação da tropa de linha chefiada por Francisco José das Chagas (Chaguinhas), afinal enforcado na capital em 20 de setembro de 1821. Havia então ausências de necrópoles. Em 1829, a Câmara decidiu confiar-lhe o projeto do cemitério "distante de qualquer residência". Saint-Hilaire, na praça do Curro (República), viu "o anfiteatro construído de madeira, com bastante gosto", construção atribuída às diretivas do engenheiro Daniel Pedro Muller. O presidente José Cesário de Miranda em 1836, julga acertado confiar-lhe importante trabalho, plano de estrada de carro, do Cubatão até às povoações "mais consideráveis", a exportar produtos para Santos. O aterrado numa distância de léguas levantou-se em terreno alagadiço.

Karl Friedrich Philipp von Martius, em companhia de J. B. von Spix, na Paulicéia encontrou os patricios Príncipe de Taxis, Conde de Wrbsna e Conde Palfy. O retorno destes, após 8 dias de estadia tem o acompanhamento de Tomás Ender, de posse de rico documentário, fautor do enriquecer de nossa iconografia. Agradável surpresa, para todos, o ter notícia da doutrina de Kant, em tradução de Viller, nos solos da América: conceitos da filosofia alemã, em cultos e lições do mestre Antônio Ildefonso Ferreira. Além da existente no Convento dos Carmelitas, a única biblioteca é a do venerando dr. Mateus de Abreu Pereira, bispo de São Paulo a partir de 1797, até o seu desaparecimento em maio de 1824. Rica em obras históricas, canônicas, velhos clássicos e base de instrução para os jovens seminaristas em seus estudos teológicos.

Aos 8 de novembro de 1827, o visconde de São Leopoldo remete para o governo da Província de São Paulo aviso ministerial. Como tópico principal comunica que Sua Majestade, o Imperador, é servido para que o Vice-Presidente tome as medidas que julgar convenientes para receber e acomodar os Colonos Estrangeiros que, em breve, da Corte sairão para São Paulo, bem como "os mais que sucessivamente lhe serão enviados à medida que forem chegando". Recomendava que na distribuição das terras se escolhessem as mais salubres "não só porque assim o aconselha a humanidade mas porque as vantagens que uns gozarem podem decidir outros a que venham procurá-las". Deixa ao seu discernimento fixá-las, se o julgar de conveniência, na nova povoação dos Campos do Guarapuava, ou em Vila Nova da Franca do Imperador, ou em qualquer lugar outro que, em conselho, eleger por mais vantajoso. Após exame das terras devolutas de beira-mar ou à margem das estradas o tenente-coronel José Teixeira Cabral opinou pelo alojamento de imigrantes em Iguape; outros por Juquiá e São Vicente.

Em 13 de dezembro, pela galera holandesa "Maria" chegavam a Santos duzentos e vinte e seis colonos. De Bremem, provindos de vários Estados Alemães, embarcavam, sustentados por um contrato de colonização com o Império do Brasil, representado pelo enviado plenipotenciário Jorge Antônio von Schaffer. D. Pedro I já o havia incubido de obter soldados para as guerras do sul. Seu destino inicial como hospedaria, o Hospital Militar onde exercia funções o físico-mor dr. Justiniano de Melo Franco, logo nomeado diretor da colônia. Suas incumbências de larga amplitude: representar os colonos, receber queixas e sugestões, realizar o pagamento dos subsídios, guiá-los em suas pendências, auxiliar o governo na escolha do local de instalação da Colônia, manter a disciplina, enfim tutelar os imigrantes.

A instalação da Colônia destinou-se a região do Quilombo, além de Itapeirica, em sertão indevassado, com intento de chegar-se às cabeceiras do rio São Lourenço.

Diligente e dedicado, Justiniano sedia-se na aldeiola de Itapeirica, transferindo para lá a maior parte dos alemães. O local onde assenta residência era chamado de quartel. Em 9 de abril de 1828, comunicava ao presidente da Província a entrada no sertão do Quilombo, iniciando a estrada o trabalho de duzentos e trinta e sete homens, e como médico, desejoso de prestar assistência clínica, solicita o envio de medicamentos relacionados em lista minudente, a abarcar as futuras necessidades.

Logo àquelas "terras ingratas e estéries, cobertas de matas virgens, localizadas em local servido por péssimos e escaços caminhos", chegam mais trinta e nove imigrantes no bergantim "Paquete do Rio", e mais oitenta e nove na sumaca "Santa Del-

fina", e ainda cento e setenta e cinco pelo navio "Helena" e sumaca "Rocha".

O diretor da Colônia teve de desdobrar-se para cumprir as cláusulas contratuais: sustentar por ano e meio os colonos, fornecer-lhes gado vacum, cavalos e lanígeros, que reembolsariam ao país, em espécie ou dinheiro, quatro anos depois; ferramentas e sementes; direito a escolher terrenos que, cultivados, seriam de sua pertença; isenção de tributos quaisquer por oito anos.

Como retribuição, o pegar em armas, quando o país fosse atacado; os filhos, como brasileiros, sujeitos ao recrutamento. Cada colono teria médico, pároco ou pastor.

Por não haver "terras boas e sobejas" no Quilombo o marechal de campo José Arouche de Toledo Rendon atendeu aos conselhos de Justiniano e permitiu o encaminhamento para as aldeias de Mboy (Embu) e Carapicuíba.

A saga tinha começos. Fazia-se necessário "agriculturar os matos virgens de grossas madeiras, pois urgia que se ensinasse "o método suave, e prévio da Agricultura Européia para rotar, adubar os campos maninhos". Percalços, desânimos, querelas, motins, a tudo vencem Justiniano de Melo Franco e os labores dos germânicos. Inscrevia-se na Gesta Paulista esse capítulo primordial de aculturação e miscigenação: a gênese da Vila de Santo Amaro. O preclaro historiador Edmundo Zenha fixou os episódios marcantes do seu evoluir, de forma completa e minuciosa. Cabe-nos salientar o comando, a disciplina, o delinear das metas realizadas pelo, injustamente hoje esquecido, Justiniano de Melo Franco. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, futuro regente do Império, em 18 de outubro de 1828, em pronunciamento do Conselho da Província na questão da Colônia Alemã, ratifica o pensar de Melo Franco: fossem a eles destinados os campos entre Santo Amaro e São Paulo "os quais conquanto ruínas, produziriam bem com o auxílio do arado e do esterco".

A referência à freguesia de Santo Amaro — como acentua Zenha, local para a Colônia, é a primeira vez que aparece inscrita nos documentos... Afonso de Freitas enalteceu que à insignificante freguesia de Santo Amaro em 1828, coube o histórico papel de ter sido o lugar de São Paulo, onde primeiro se instalou uma Colônia de imigrantes.

Daniel Pedro Muller publica em 1838, seu "Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo" (Tip. de Costa Silveira, rua de São Gonçalo n.º 14). Enaltece os feitos e as decorrências do trabalho dos pioneiros. Se em 1794, a população andava pela casa dos dois mil, agora (1838) orçava 5431 habitantes oriundos de 1031 fogos. A escravidão era numerosa. As

casas sólidas, algumas grandes, de senhores ricos. O sobrado, em frente à igreja, pertencia a pessoas ligadas à melhor nobreza da Província. Paulo Eiró em Santo Amaro será nato. Dos moradores saiu um ramo que, em Campinas, daria os Campos Sales. Um número razoável de chácaras cerca a povoação. Entre elas a de Francisco Antônio das Chagas, a antiga Chácara do Nardy e a do pai do futuro Barão de Tietê. Homens de pról e de sabença ligam os seus nomes à empreitada: José Carlos Pereira de Almeida Torres, Manoel Joaquim Ornellas, D. Manoel, bispo diocesano, José Arouche Toledo Rendon, Bernardo José Pinto, Gavião Peixoto e Rafael Tobias de Aguiar. Mas, a todos, sobrepuja o ínclito Justiniano de Melo Franco: em tudo nota-se o zelo, a faina, os cuidados, a perquirir necessidades e solicitar atendimento. Teófilo Schmidt será o sucessor, sem antes deixar de contestar metas e rotinas: "está aparecendo na sua inteira posse dos direitos despóticos, trata os colonos sem responder à justiça nem dar a menor conta de seus fatos". Modismos do tempo, consequência de personalidade acostumada ao mando, esse o feito de Melo Franco.

Finalmente em 15 de junho de 1830, chega ao termo a missão de instalar os primeiros colonos em São Paulo: "cumprindo com as ordens de V. Excia., deixei ao sargento-mor Comandante da Freguesia de Santo Amaro as instalações e esclarecimentos que me ocorrerão e julguei necessário, prevenindo-o que qualquer dúvida que se apresentasse, sobre a que não pudesse decidir, se dirigisse a mim para lhe prestar as precisas informações. Revendo todos os papéis pertencentes à Colônia, nenhum achei que deva ser entregue a essa Secretaria tendo já por ordem do Exmo. Sr. Presidente feito entrega de relações gerais, sendo os outros papéis, ofícios, ordens, despachos do Exmo. Governo, e que são a todo o tempo meus documentos. Tendo ultimado a comissão de que me achava encarregado, julgo do meu dever apresentar-me ao Exmo. Sr. Comandante das Armas desta Província para entrar no Serviço do Meu Emprego, se V. Exa. assim m'o permitir. Deus guarde a V. Exa. por muitos anos".

Assiste-se ao seu retorno ao Hospital Militar. Havia cumprido com seu dever e a missão que em boa hora, muito boa hora lhe fora confiada.

O dr. Jorge Tibiriçá, então Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em seu Relatório apresentado ao presidente do Estado em 4 de abril de 1893, sob o título "Colonização Oficial em São Paulo, de 1827 a 1892", assim se exprime:

"a vista dos receios de Melo Franco de embrenhar colonos europeus em sertão desconhecido, resolveu o Conselho do Governo da Província, comprar dois cultivados a Joaquim Macha-

do, com a quantia correspondente a 8.^a parte do subsídio dos colonos que requeressem para aí ser fundada, provisoriamente, a colônia ficando assim abandonada a idéia de fixá-los no sertão do Quilombo entre Itapeirica e Cotia — “Em 29 de junho de 1829, receberam lotes 91 famílias das que concorreram para a compra dos cultivados e daí data a fundação da colônia de Santo Amaro, hoje próspera vila nos subúrbios desta capital.

“Caminhavam assim as primeiras tentativas para o povoamento do solo, quando em 19 de julho de 1830, foi por uma portaria do Ministério do Império suprimido aos colonos o subsídio a que se obrigava o governo pelo contrato de 20 de agosto de 1827, medida esta que, reunida à Lei de 15 de dezembro de 1830, sob o Ministério do Marquês de Paranaguá, que proibia em todas as províncias do império despesas com a colonização estrangeira, veio não só paralisar esse serviço como também desorganizar o pouco que se havia feito. Privados do auxílio do governo, o que para muitos trazia a miséria, entregando-se à vadiagem, abandonaram as colônias e grande número requereu passagem para outras províncias, o que foi concedido”.

Jacinto Ribeiro, tinha notícia de que estes apontamentos foram extraídos de um trabalho inédito confeccionado pelo dr. Argemiro da Silveira quando de sua passagem pela Inspetoria Especial de Terras e Colonização.

João de Melo Franco, fundador da família no Brasil, deitou raízes em Paracatu no auge da mineração. Natural de Bucelas, patriarcado de Lisboa, filho de José da Costa Franco e de sua mulher Paula Maria de Melo. Em meados do século XVIII já está no Rio de Janeiro, em passagem para Sabará e Paracatu onde residia em 1757. Adquire a fazenda do Fundão, reunindo vasto cabedal em 1760, propriedade do padre Marcos Freire de Carvalho, malgrado em penetrações auríferas. De João de Melo Franco, homem bom, com nome inscrito nos “livros da nobreza” da Câmara, veio linhagem ilustre em Minas, em vértices neste século com Afonso Arinos, Virgílio, Afrânio, e Afonso Arinos de Melo Franco.

Pohl, o viajor e cientista, deu com os costados no Fundão, pelo caminho de Goiás, tendo partido de Vila Boa, e transposto a chapada de São Marcos, as cabeceiras do Boa Vista, a serra do Bom Jardim, de cujo tope deslumbrou-se com o panorama sem lindes para os lados de Minas: “encontrei-me no arruinado engenho do defunto Melo, o qual dista dez léguas, tanto de Paracatu quanto do registro de São Marcos”. Abrigou-se num paiol de milho e anotou: “este engenho que pertenceu ao pai de Melo Franco, médico do rei, fica na confluência do Córrego Boa Vista com o Córrego Januário; está quase em ruínas e deve antigamente ter sido um belo edifício”. Pohl conhecia o dr. Francis

co de Melo Franco, pois com ele fora partícipe da comitiva da princesa Leopoldina, noiva do príncipe d. Pedro.

Francisco, filho de João de Melo Franco (falecido em 1796), chegou ao Rio de Janeiro, em 1817, vindo da Europa para transformar-se em médico da Côrte. Nascido em Paracatu aos 17 de setembro de 1757, teve esmerada educação: seminário de São Joaquim, no Rio; curso de latim e retórica, com o famoso Pedro José da Fonseca, professor do Colégio Real dos Nobres e autor do renomado Dicionário Português e Latino (1771); estudante de filosofia em Coimbra (1776); e matriculado na Escola de Medicina (1777).

O curso médico do jovem mineiro, mal iniciado, foi interrompido por grave episódio, processo e condenação pelo Santo Ofício a quatro anos de recolhimento em Rilhafolles como "herege, naturalista, dogmático, negador do sacramento do matrimônio e culpado de ensinar à sua concubina que não era possível que, por comer o pomo, pecasse o homem, e fosse expulso do Paraíso pelo Anjo". Apegado às idéias políticas da época, leitor devoto de Voltaire, Rousseau, admirador apaixonado das doutrinas dos enciclopedistas viu-se preso nas masmorras, nas garras do Tribunal. Em sua companhia foi encarcerada uma senhora pelo "amoroso crime de contra ele se negar a depor, a mesma a quem o pretenso delinquente inculcava suas desabadas convicções sobre o sacramento do matrimônio".

Pouco depois da soltura em 1782, casa-se com a companheira de cativeiro Rita Alvarenga de Castro e segundo Pereira da Costa, um dos biógrafos de Francisco, pertencente a destacada família de Coimbra. Aviso régio dá-lhe permissão para o retorno à Universidade, onde termina o curso médico em 1786. Foi quando "ousou lançar sobre o austero templo da sabedoria lusitana um impacto de azedume e escárnio: o poema satírico "O Reino da Estupidéz." Alguns de seus biógrafos entenderam ter recebido a colaboração do aluno do curso jurídico, José Bonifácio de Andrada e Silva. O perpassar dos anos, em militâncias médicas apreciadas, e labor intelectual jamais interrompido, leva-o à medicina da Real Câmara e secretário da Academia Real das Ciências. Afonso Arinos de Melo Franco recorda-nos que, em página recolhida por Caetano Beirão, o Conde de Rezende descreve um sarau no solar das Picoas, residência dos Freire de Andrada, no qual Francisco Melo Franco evidenciava-se em tertúlias com musas e poetas cortezãos: a marquesa de Alorna (d. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre); Nicolau Tolentino, Tomás Antônio Gonzaga, Manoel Maria Barbosa du Bocage, Basílio da Gama, Cruz e Silva, Santa Rita Durão e Sousa Caldas, todos autênticos representantes luso-brasileiros da Época das Luzes.

Saindo de Coimbra (1786), em Lisboa galga a escaleira da fama e "logrou adquirir tão grossos cabedais quais antes, nem depois alguém logrou adquirir pela medicina", na fala saborosa do colega português Rodrigues de Gusmão. Não desejando acompanhar "os reais clientes" em 1808, dois anos depois, eleito membro da Academia das Ciências, vai suceder na Secretaria da sábia companhia ao amigo e antigo colega de Universidade, José Bonifácio, o futuro Patriarca da Independência. Atendendo agora solicitação de d. João VI, em 1817, após desfazer-se de suntuosa morada e seus pertences, vai para Livorno a fim de acompanhar a futura soberana d. Leopoldina até o Brasil.

Borrascas e intrigas palacianas desabam sobre o esculápio. Liberal, poeta satírico, cientista na acepção plena, é alvo de suspeitas e perde os favores reais. Perdidos os haveres remanescentes, não ressarcido das despesas da viagem, sobrevêm dificuldades pecuniárias e saúde abalada, impeditiva de continuar a clinicar (1821). Doente, abandonado, com poucos recursos, intenta ir ao encontro de Justiniano, seu filho mais velho, na Província Paulista, para obter melhoras para a saúde, aliás sem resultado. No retorno ao Rio, embarcado, já que não tinha estado para montar, vai morrer em Ubatuba ou São Sebastião (22 de julho de 1823).

Deixou obra curiosa e variegada: "Noites sem sono" (elégias); "Tratado da Educação Física dos Meninos" (1790) "Elementos de Higiene" (1813); "Ensaio sobre as Febres do Rio de Janeiro" (1829) e "Medicina Teológica" (1794); "Resposta ao Filósofo Solitário" (1787), etc. etc.

Contudo é necessário, e de justiça, ressaltar ter sido defensor obstinado da introdução da vacina contra a varíola, inclusive em trabalho escrito e publicado pela Academia das Ciências. Sofre ataques do iracundo padre José Agostinho de Macedo, este preso a conceitos e critérios passadistas e obsoletos.

O professor José Martins da Cruz Jobim, ilustre mestre do Império, deixou um "Elogio Histórico de Francisco de Melo Franco", in "Semanário de Saúde Pública, no Rio, maio de 1831". Outros esboços biográficos foram escritos por: F. A. Pereira da Costa, Biografia do Dr. Francisco de Melo Franco, Belo Horizonte 1911; Francisco Antônio Rodrigues de Gusmão, "Francisco de Melo Franco", in Memórias Biográficas dos Médicos Portugueses, Lisboa, 1853; Varnhagen, "O Dr. Francisco de Melo Franco", in "Rev. Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 5; e tantos mais.

Em Lisboa, em 1812, editou-se um opúsculo numa coleção, com vários membros da Academia das Ciências, e sob o título de "Breve instrução do que há de mais essencial a respeito da vacina". Entre outros autores incluem-se Francisco de Melo Franco e Francisco Elias Rodrigues da Silveira, (barão da Sil-

veira), natural da Bahia em 1778, doutor em Coimbra e com o nome de frei Francisco de Santo Elias, membro da ordem dos Agostinhos Descalços. Primeiro médico da real Câmara, em Portugal, foi quem procedeu a autópsia no cadáver do fundador da monarquia brasileira. Dele também é o "Discurso histórico acerca dos trabalhos da instituição vacínica", lido em sessão pública de 24 de julho de 1821. Aos 14 de junho de 1814, apresentara também em sessão da Academia das Ciências de Lisboa, uma "Carta dos trabalhos da instituição vacínica", impressa nas Memórias da mesma academia, da qual foi sócio e secretário perpétuo.

A Academia Real das Ciências de Lisboa, desde outubro de 1910, simplesmente Academia das Ciências de Lisboa, teve sua fundação em 1779, no reinado de d. Maria I, por diligências do 2.º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, e do Padre José Francisco Corrêa da Serra, botânico ilustre. O Duque de Lafões (1719 - 1806), pertencia à família real, como filho segundo do influente d. Miguel e neto do rei d. Pedro II. A política de Pombal, com situações vexatórias à nobreza, determinou sua saída do reino e passou a viajar longamente pela Europa e Ásia, além de militar nos exércitos de Maria Teresa de Áustria na Guerra dos Sete Anos: Em Londres por méritos, assistiu sua eleição para membro da Real Sociedade de Londres, título também recebido pelo padre Corrêa da Serra (1750 - 1823), educado em Roma, conselheiro da legação na capital britânica. Um escrito de Corrêa da Serra, publicado em 1804, engrandeceu o nome da Academia e tinha o título de "Memória ou vista rápida sobre o estado das ciências e belas letras em Portugal durante a última metade do século passado". Em 1812, por iniciativa do sócio Bernardino Antônio Gomes, médico, a Academia criou o Instituto Vacínico para propagação da descoberta genial de Jenner, origem do Conselho Superior de Saúde Pública.

Percucientes pesquisas no Arquivo Histórico, escrínio de nosso passado e tradições, permitiram o encontro de numerosos documentos, utilíssimos para a elaboração destas notas. De resultados positivos foram também as peregrinações pelo Arquivo da Cúria Metropolitana e outros escaparates abrigadores de cimélios essenciais da História de Piratininga.

Acompanhemos alguns deles, com informes curiosos e elucidativos, principalmente aqueles referentes ao doutor Justiniano de Melo Franco:

1) "Aos doze de abril de 1828, por portaria do Reverendíssimo Juiz dos Casamentos, senhor Lourenço Justiniano Ferreira, na residência do Alferes José Estanislau de Oliveira, às onze horas da manhã, sem impedimento, em presença do Revmo. Arcediágo Antônio Joaquim de Abreu Pereira, acontecia o consórcio do acima dito José Estanislau de Oliveira e dona Elisa

de Melo Franco. A contraente filha do dr. Justiniano de Melo Franco e d. Ana Carolina”.

O Alferes José Estanislau de Oliveira, Visconde de Rio Claro, fundador da Fazenda São José, em gleba de matas virgens, com ousadia ímpar, radicou-se sertão a dentro, e veio a se instalar em terras adquiridas com o produto da venda de um piano, ganho como presente de núpcias. Essa foi a semente da grande propriedade que, sendo ampliada, tornou-se a mais importante da região.

O dr. Antônio Joaquim de Abreu Pereira, com posse a 23 de abril de 1827, era chantre, nesses dias.

2) “Aos 14 de agosto de 1837, em casa do dr. Justiniano de Melo Franco o Arcediago José Gomes de Almeida, sendo testemunhas José Roberto de Melo Franco e João Carlos de Melo Franco, recebiam-se em matrimônio José Bento Gomes, viúvo por óbito de d. Engrácia Gomes de Oliveira, e dona Ana Carolina, filha do dito dr. Justiniano M. Franco e d. Ana Carolina de Melo Franco.”

A certidão registra o casamento doutra filha de Justiniano, também com o nome da progenitora, Ana Carolina.

O Arcediago José Gomes de Almeida, cônego simples, teve posse a 14 de agosto de 1837, sendo o matrimônio um dos primeiros de sua alçada.

3) “Aos 10 de abril de 1842, em casa do coronel Carlos Maria Oliva, por ordem do Exmo. e Revmo. Senhor Bispo Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, presente o Arcediago José Gomes de Almeida recebiam-se em matrimônio o bacharel José Roberto de Melo Franco, natural de Lisboa, e filho legítimo do doutor Justiniano de Melo Franco, já falecido e de dona Carolina de Melo Franco, e dona Maria do Carmo d’Oliva, natural do Rio de Janeiro e filha legítima do coronel Carlos Maria d’Oliva e d. Ana Cândida de Castro de Canto e Melo, já falecida. Recebiam do Arcediago as Benções Nupciais na forma costumada nessa Igreja.”

O coronel Carlos d’Oliva, figura de pról e de muito respeito na sociedade d’antanho, Comandante das Armas, por ocasião do atentado e morte de Líbero Badaró, alarmado com a revolta popular a exigir pronto exemplar castigo dos indigitados criminosos, pediu ao Bispo-Governador D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, providências “para lhe franquear as munições de guerra, armamentos, peças de artilharia, e mais objetos que podem repentinamente ser necessários”.

O dr. Manoel Joaquim Gonçalves, de posse aos 16 de agosto de 1797, foi vigário Geral e capitular e passou a bispo da diocese em 1827.

4) Curiosa é a certidão do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo: “O coadjutor Fideles Alves Sigmaringa de

Moraes, aos 30 de agosto de 1827, nesta Sé batizei e pús os Santos óleos à Justiniano, filho (digo) exposto em casa do Senhor Capitão Xavier: forão padrinhos Justiniano de Melo Franco e Iria Catarina Xavier Ferreira, todos desta cidade”.

Fidelis Alves Sigmaringa de Moraes, como cônego simples viu sua posse a 7 de setembro de 1847, tendo sido professor de retórica na Academia de Direito de São Paulo.

5) “Em 7 de fevereiro de 1829 o Revmo. Padre Valério de Alvarenga Ferreira batizou Estanislau filho do alferes Estanislau de Oliveira e dona Elisa Justiniano de Melo; forão padrinhos Justiniano Melo Franco e d. Maria Joaquina de Araujo, todos desta Paróquia à exceção da madrinha que é da Vila de São Carlos”. Nascimento do primeiro neto, certeza da propagação da estirpe, já nobre e distinta.(4)

Afonso de Freitas, calcado na descrição dos acontecimentos de 1822, na pena do padre Ildefonso Xavier Ferreira, seu ativo participante, informa-nos ter o dr. Justiniano de Melo Franco 38 anos de idade, quando deportado em consequência do desforço bernardista, donde se infere que nasceu na Capital de Portugal no ano de 1774.

Sacramento Blake, Afonso Arinos de Melo Franco e outros estudiosos afirmam que nosso físico-mor faleceu depois de 1843. A pesquisadora Severa Holzinger Rosen, conhecedora dos meandros de tombos e arquivos, deu de encontro com boa nova existente no Livro de Óbitos da Paroquia da Sé (1834-1844):

“Aos vinte e seis de julho de mil oitocentos e trinta e nove, nesta freguesia da Sé, socorrido com o Sacramento de Extrema-Unção, fora do juízo, por moléstia interna, de idade de 50 anos mais ou menos, faleceu o Doutor em medicina Justiniano de Melo Franco, que era casado com Dona Carolina de Melo Franco. Não me consta fizesse testamento. Encomendado foi sepultado no jazigo da Ordem Terceira do Carmo. O Cura Manoel da Costa e Almeida”.

Donde se infere obviamente que o seu transpasse foi aos vinte e seis de julho de mil oitocentos e trinta e nove.

Manuel da Costa e Almeida como cônego simples assistiu sua posse a 10 de março de 1828, porém desistiu, e foi cura da Sé. O dr. Ildefonso Xavier Ferreira, cônego simples, tomou posse como chantre a 20 de janeiro de 1858.

Estas breves notas de pesquisa e investigação intentam apenas rememorar a figura do insigne físico-mor Justiniano de Melo Franco, quase esquecido mesmo por doutos estudiosos e eruditos pesquisadores. Que a História o possa distinguir eternamente, homem de ação, pról e sabença, maximé no que concerne aos fastos de Piratininga!

ADITAMENTOS

(1) Atendendo insistentes solicitações da pesquisadora Severa H. Rosen, o Sr. Schroder (encarregado dos Assuntos Estudantis, da Universidade Augusta, Gottingen), em carta datada de 16-06-80, comunica que revendo os velhos arquivos encontrou a matrícula do Dr. Justiniano de Melo Franco. Com a assinatura do físico-mor, objeto destas notas, filho "du medecin de la Cour de Portugal, e nascido em Lisboa, inscreveu-se nos cursos de Medicina, com matriculas" do semestre de inverno de 1805-1806 até fim do semestre de verão 1808". Com nímia gentileza anexou fotocópia com a matrícula pessoal e assinatura para o semestre 1805-1806, com inícios em 19 de Novembro.

(2) A chácara, moradia do Dr. Justiniano de Melo Franco, no caminho da Penha era denominada Maranhão. Era a Maranhão cheia de frescor e sossego.

(3) Eugenio Egas em seus "Estudos" (Badaró, Japiassú e Regências) cita que "às razões dos réus foi junto um atestado do Dr. Justiniano de Mello Franco, ex-diretor da colonia alemã (Santo Amaro) muito favorável à conduta anterior do acusado Stock. Os réus requereram fosse junto aos autos crimes, que a justiça lhes movia, o acordam impresso, pelo qual foi absolvido no Superior Tribunal, do Rio de Janeiro, o réu Dr. Candido Ladislau Japiassú".

O desembargador Cândido Ladislau Japiassú, preso em São Paulo, logo após a morte de Líbero Badaró, e remetido para o Rio de Janeiro foi processado e absolvido pelo Tribunal de Relação, em 18 de junho de 1831. Henrique Stock e João Nicolau, presos no dia 21 de novembro de 1830, só foram postos em liberdade em julho de 1833. Badaró, vítima dos absolutistas "foi a primeira vítima cruenta do jornalismo liberal no Brasil, talvez de todo o jornalismo".

Candido Ladislau Japiassú de Figueiredo e Melo, nasceu em Salvador Bahia em 1799, e na mesma cidade, faleceu a 17 de agosto de 1861. Diplomado em direito civil pela Universidade de Coimbra; e doutor em medicina pela faculdade da cidade natal. Abraçou a carreira da magistratura, tendo servido em Porto Alegre, São Paulo e Bahia — nas duas primeiras cidades como juiz; e na última, como desembargador. Colaborou, em "O Século" (Bahia 1848-51) do qual foi redator, em substituição ao fundador daquele jornal dr. João José Barbosa de Oliveira, pai de Rui Barbosa.

No setor da medicina, Japiassú redigiu uma "Memória sobre a febre amarela", trabalho para defesa de tese que precedeu à

colação de Grão de doutor em ciências médicas em 1852, na Bahia. Ainda escreveu "A febre amarela no Brasil" que Sacramento Blake informa ter sido publicada nos Anais brasileiros de medicina, tomo 9.º.

Curioso é o informe de Egas de que já em Porto Alegre "espalhou-se na cidade baixa que o juiz de fóra mandara atirar no coronel Manuel da Silva Freire, alta noite, quando se recolhia à sua chácara." Sua fama de mandante de atentados corria por esses mundos de Deus... No Sul, "amigos de Japiassu recomendaram-lhe cautela, pois que sua vida corria perigo..." E de lá, com passagem pela corte, foi nomeado para a ouvidoria de São Paulo. Querem alguns autores que, nos últimos tempos de sua vida, teria clinicado na Bahia.

(4) Outras certidões de batismo trazem-nos informes curiosos. Aos 13 de fevereiro de 1820, na morada de Justiniano recebeu os santos óleos do batismo o filho Carlos Augusto, nascido aos 22-8-1819, sendo padrinhos João Carlos Augusto d'Oeynhausens e D. Genebra de Barros, viúva do Brigadeiro Luís Antônio de Souza.

Justiniano e Ana Carolina tinham as melhores relações com as famílias gradas da Província Paulista. João Carlos Augusto de Oeynhausens Gravenburgo (Visconde com grandeza e marquês de Aracati) nasceu em Lisboa e faleceu em Moçambique em 28 de maio de 1838. Filho do Conde de Oeynhausens Gravenburgo, na Áustria, Ministro de Portugal na Corte de Viena e de sua mulher d. Leonor de Almeida Portugal (4.ª Marquesa d'Alorna, 6.ª Condessa de Assumar e Condessa de Oeynhausens Gravenburgo). Aracati fez a campanha Peninsular como capitão. Veio ao Brasil como governador do Pará e Rio Negro. Ajudante de ordens do General Gomes Freire. Brasileiro, ex-vi da Constituição, foi o segundo governador do Ceará em 1802, 8.º Governador da Capitania de Mato-Grosso de 1807 à 1818 e Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, de 1819 à 1821. Brigadeiro do Exército em 1820, ministro das Relações Exteriores e da Marinha no Gabinete de 1827, e novamente no Gabinete de 1831, quando renunciando aos direitos de brasileiro aceitou o lugar de governador e Capitão-General de Moçambique em 1836, onde morreu. Visconde com grandeza por decreto de 12 de outubro de 1824, e Marquês pela de 12 de outubro de 1826.

Na qualidade de governador de Mato-Grosso, João Carlos Oeynhausens designou o cirurgião-mor da capitania para elaborar o plano de estudos ou estatuto de "Aula de Anatomia e Cirurgia de Vila Bela". Segundo o Barão de Malgaço, Augusto Leverger, "existindo (em 1808) no cofre, sem destino, fundos do subsídio

literário o Governador resolveu aplicá-los à fundação de uma aula de anatomia e cirurgia, que mandou abrir no dia 15 de agosto, em que se festejou a chegada de sua majestade”.

Foi escolhida Vila Bela, e não Cuiabá, para sede da Aula de Anatomia por serem mais graves os seus problemas de saúde. A capital de fato já se transferira para Cuiabá, por ter maior salubridade.

Em 22 de novembro de 1820, outro filho do casal Ana Carolina-Justiniano, nascido em 10-5-1821, teve como padrinhos o Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz (o famoso chefe da Bernarda de Francisco Inácio) e d. Francisca Miquelina de Souza Queiroz, sua esposa. O vigário foi Joaquim José Roiz. Ainda em 17-4-1822, recebeu o batismo, “in articulo mortis” a filha Maria Paulina, sendo padrinhos o cirurgião-mor Manoel José Xavier e Elvira de Melo Franco.

O *Brigadeiro Luís Antônio de Souza Macedo e Queiroz* (1760-1819), e sua mulher d. *Genebra de Barros Leite* tiveram os seguintes filhos: Ilídia Mafalda, Francisco Antônio, Barão de Souza Queiroz (Senador do Império), Luís Antônio, Vicente (Barão de Lucena), *Francisca Miquelina*, a mais velha que se casou como seu primo-irmão Coronel Francisco Inácio e Maria Inocência.

ANTÔNIO CARDOSO FONTES

(No centenário de seu nascimento)

Lycurgo de Castro Santos Filho

Nesta festiva sessão de atribuição de láureas a eminentes vultos da Medicina, celebra a Associação Paulista de Medicina o centenário de nascimento de outra também distinguida figura médica. Refiro-me ao bacteriologista Antônio Cardoso Fontes, e a menção desse nome traz à baila todo um brilhante passado, recorda um momento de glória na evolução da ciência médica brasileira. Cardoso Fontes faz vir à memória o Instituto de Manguinhos, onde o imortal Osvaldo Cruz reuniu uma espantosa equipe de titãs da pesquisa, de expoentes da Medicina experimental. A enunciação do nome de Cardoso Fontes provoca, de inopino, a relembração dos antigos pioneiros, daqueles que se chamaram Carlos Chagas, Gaspar Viana, Rocha Lima, Henrique Aragão, Adolfo Lutz, Esequiel Dias, Parreiras Horta, Artur Neiva, Gomes de Faria, Alcides Godói, e muitos pesquisadores mais que sob a direção clarividente de Osvaldo Cruz alcançaram retumbantes êxitos e realizaram impressionantes descobertas nos domínios da biologia, da patologia tropical, da helmintologia, da protozoologia, da sorologia, da bacteriologia, da anatomia patológica. A citação iria longe, pois a verdade é que os trabalhos dos pesquisadores de Manguinhos — originais uns, complementares e verificadores outros —, fundamentaram um dos setores mais significativos da Medicina brasileira, o experimental. E contribuíram para a formação e o desenvolvimento da ciência médica nacional.

Antônio Cardoso Fontes foi um dos luminares de Manguinhos, dos primeiros a comporem o quadro de assistentes de Osvaldo Cruz. Nascido em Petrópolis a 6 de outubro de 1879, cedo perdeu o pai e foi criado pela avó materna. Frequentou

na cidade natal o colégio do padre José Benedito Moreira e em 1892, foi para o Rio de Janeiro, onde efetuou os estudos preparatórios no Mosteiro de São Bento e em outros estabelecimentos. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da então capital Federal em 1897. Aluno aplicado, foi interno de cirurgia na Santa Casa de Misericórdia, e no quarto ano do curso médico, já casado, entrou no recém-fundado Instituto de Manguinhos como auxiliar-acadêmico. Ali preparou a sua tese que versou sobre "Vacinação e soroterapia antipestosas". Doutou-se em março de 1903.

Desde a fundação em 1900, até morrer no Rio de Janeiro a 27 de março de 1943, aos sessenta e quatro anos incompletos, permaneceu no Instituto de Manguinhos, onde foi assistente, chefe-de-serviço e diretor. Por dezessete anos serviu com Osvaldo Cruz (1900-1917), que, sucessivamente, encarregou-o dos Serviços de Profilaxia da febre amarela e da peste bubônica no Rio de Janeiro, despachou-o para organizar e dirigir por um ano (1906) o Serviço Sanitário do Estado do Maranhão, fê-lo especializar-se em bacteriologia na Alemanha (1907), e incentivou os seus estudos e experiências sobre a tuberculose, o seu agente e a terapêutica.

No início do atual século, uma sórdida campanha de descrédito contra a permanência de Osvaldo Cruz na chefia da Saúde Pública do Rio de Janeiro, atingia até os seus auxiliares. Foram chamados de "cafajestes de esmeralda". Cardoso Fontes era um deles. Edgard Cerqueira Falcão bem retratou os lamentáveis sucessos (in "Osvaldo Cruz — Monumenta Historica", vol. 1.º, 1971). Osvaldo Cruz era o "czar dos mosquitos", comandante-chefe das brigadas de "cheira-cheira" (mata-mosquitos). Era "Nero, violador de domicílios". Seu Código Sanitário recebeu a designação de "Código de Torturas". Foi classificado, o insígne sanitarista, como uma espécie animal rara, produto híbrido do conúbio da capivara com um cão raivoso. Enriqueceu-se o anedotário carioca. "Qual a diferença", perguntavam", entre o médico e o mosquito?" — "Não é grande", respondiam. "O mosquito morde antes da moléstia, o médico depois". Acoroçada e pregada pela imprensa, incentivada pelos políticos, uma rebelião popular eclodiu em 1904, contra a lei da vacinação anti-variólica obrigatória. Comandados por um general, revoltaram-se os cadetes da Escola Militar. Orientados por um senador e por um deputado, populares aderiram ao levante. Marcharam todos em direção ao palácio presidencial para a deposição do conselheiro Rodrigues Alves. O governo dominou o motim e prestigiou Osvaldo Cruz, que assim pode prosseguir com êxito na campanha de erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro. Em menor escala, mas da mesma forma deplorável,

Antônio Cardoso Fontes também sofreu pelo que realizou, como se verá mais adiante.

Data de 1907, a publicação no jornal "Brasil-Médico", do estudo de Cardoso Fontes intitulado "Tratamento da tuberculose pela tuberculina TOA". Preparada para diagnóstico pela "óculo-reação", e para tratamento da tuberculose humana, a tuberculina era fornecida em "pequenos frascos soldados à lâmpada", como anunciava um folheto editado pelo Instituto de Manguinhos em 1909. Mais duas comunicações de Cardoso Fontes foram estampadas no "Brasil-Médico" no ano de 1908, uma "Sobre a existência nos gânglios tuberculosos de uma substância capaz de destruir os bacilos da tuberculose", e outra sobre "Diagnóstico microscópico diferencial entre os bacilos da tuberculose e os outros ácido-resistentes". Em 1909, publicou-se na Alemanha um seu estudo sobre as granulações do bacilo de Koch, o primeiro sobre o tema que iria notabilizá-lo. Daí para a frente os seus trabalhos são insertos nas "Memórias do Instituto Osvaldo Cruz", cujo primeiro número data justamente de 1909.

No ano de 1911, fez parte da Comissão Brasileira que, chefiada por Osvaldo Cruz, representou o país na Exposição Internacional de Dresde, na Alemanha, quando o Instituto de Manguinhos obteve o Primeiro Prêmio da mesma Exposição, como, aliás, já sucedera em 1907, no Congresso realizado em Berlim. Apresentou, então, uma nota preliminar sobre a filtrabilidade do bacilo da tuberculose.

As pesquisas sobre a forma filtrável do "Mycobacterium tuberculosis" constituíram-se no suplicio e no triunfo de Cardoso Fontes. Em 1910, ele asseverou que a hereditariedade da tuberculose se processava não somente pelo terreno tuberculizável, mas, e principalmente, pela passagem do vírus sob a forma granular pela placenta. Descobrira, então, ou julgara que descobrira, a filtrabilidade do "vírus tuberculoso". Antevia os "ultra-vírus" ou as formas filtrantes das bactérias. Essa descoberta acarretou-lhe os maiores dissabores. Foi o seu suplicio.

Não obstante o diploma de honra que lhe foi conferido em 1912, pelo Primeiro Congresso Internacional de Tuberculose reunido em Roma, pelos estudos sobre a biologia do bacilo de Koch, Cardoso Fontes viu-se atacado, negado e ridicularizado. Assoalharam que estavam rachados os filtros empregados nas experiências. Foi alcunhado de "doutor do filtro rachado". Até mesmo os seus companheiros do Instituto — e alguns deles duvidavam de sua descoberta — divertiam-se com os ataques que lhe eram desferidos, e por troça, "sem maldade, sem malícia", como narrou o médico René Pena Chaves, "quando se dialogava com Cardoso Fontes sobre a validade de suas pesquisas, um

alto funcionário do Instituto de Manguinhos, por brincadeira, compôs os seguintes versos, que os seus colegas recitavam para sua fingida indignação”:

*“Lombriga passou no filtro;
É mentira de vancê!
E se o filtro era rachado?
Isso sim, é que pode sê!”*

Cardoso Fontes não esmoreceu. Tudo suportou com resignação. Aplicou as pesquisas que foram mais tarde retomadas e confirmadas por membros da equipe do bacteriologista e tisiólogo francês Albert Calmette, o criador, com o seu compatriota Guérin, do B.C.G., a vacina preventiva da tuberculose. Veio, então, o triunfo, sobreveio a glória. Convidado de honra de congressos internacionais, passou a receber aplausos e diplomas de doutor “honoris-causa” de diversas faculdades de Medicina. Em 1932, condensou as suas pesquisas no livro “L’Ultravirus tuberculeux”, editado pela Livraria Masson, de Paris, segundo informou Carlos da Silva Lacaz (in “Vultos da Medicina brasileira”, 1.º volume, 1963). Atingem cerca de sessenta as suas publicações sobre a tuberculose e o seu agente, a profilaxia, a hereditariedade e o tratamento. Até hoje, entretanto, as formas filtráveis do bacilo da tuberculose e de alguns outros microrganismos, como as salmonelas, não são aceitas por numerosos bacteriologistas.

René Pena Chaves, acima citado, distinto filho de Leocádio Chaves, um dos médicos-pesquisadores de Manguinhos, quando acadêmico de Medicina, no Rio de Janeiro, conheceu Cardoso Fontes. Em depoimento escrito e a mim endereçado, descreveu-o como “homem de estatura mediana, cheio de corpo, de cor morena, com uma calvície incipiente, principalmente nas fronteiras, pupilas pretas, fisionomia austera, introvertido e de pouca conversa. Simples, humilde, como eram todos os grandes cientistas que Oswaldo Cruz selecionou para formar a sua equipe inicial, que conseguiu renome internacional”. Foi o terceiro diretor de Manguinhos, sucedendo a Carlos Chagas, quando do falecimento deste extraordinário tropicalista em 1934. Empossado a 3 de janeiro de 1935, efetuou grandes melhoramentos nas instalações, e aposentou-se em 1942, pouco tempo antes de morrer.

Em 1907, Cardoso Fontes transferiu a sua residência para Petrópolis, onde nasceram os últimos de seus sete filhos, como noticiou um deles, o ilustre cirurgião e beletista Murilo Fontes, em livro que escreveu sobre o pai (“Vida e obra de Antônio Cardoso Fontes”, 1979). Diariamente ia a Manguinhos pelo trem

da Estrada de Ferro Leopoldina, horário das 6 horas e 10 minutos da manhã, e regressava a Petrópolis no comboio das 20 horas e 20 minutos. Aproveitava a viagem para ler. Em 1917, como Inspetor de Higiene, elaborou o Código Sanitário de Petrópolis, e em 1918, por ocasião da terrível epidemia de "gripe espanhola", antes de contrair a doença sob a grave forma pneumônica, desvelou-se na assistência aos doentes, que foram a quase totalidade da população.

Eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte (1934), não tomou posse do mandato por haver sido nomeado diretor do Instituto Osvaldo Cruz. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, fundador da Sociedade Brasileira de Tuberculose (1931), e seu primeiro presidente, coadjuvado por Rolando Monteiro foi, em 1936, o principal fundador da Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, professor de Microbiologia e primeiro diretor da mesma escola. Membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia Petropolitana de Letras (1933), da Academia Pontifícia de Ciências, a 19 de novembro de 1942, teve o seu nome inscrito, conjuntamente com os de Vital Brasil, Clóvis Bevilacqua e o marechal Cândido Rondon, no "Livro do Mérito" da República do Brasil. Seu busto de bronze ostenta-se no Instituto Osvaldo Cruz, na Faculdade de Ciências Médicas e em praça pública da cidade de Leon, na Nicarágua.

Metástases de tumor maligno da próstata abateram e prostraram, ao cabo de três anos de sofrimento, o dedicado pesquisador e infatigável lizador da Medicina experimental brasileira.

JOAQUIM NABUCO NO CENÁRIO HISTÓRICO

Moisés Gicovate

I

A atuação de Joaquim Nabuco no cenário histórico, sua vida e sua obra, apesar da vasta bibliografia existente, oculta ainda valiosos tesouros. A sua "singularidade plural" caracteriza perfeitamente o aspecto multifacetário.

Ao optar para patrono por esta figura escultural, cujo fulgor se projeta além das fronteiras de sua pátria e, em especial, pelo continente americano — apesar de não ser desconhecido para nós, não imaginávamos as dificuldades a serem superadas.

Condensar em vinte laudas, espaço duplo, toda uma vida fecunda, uma obra gigantesca e uma participação ativa na vida político-social do país, constitui um desafio. Não o superamos. Esboços apenas, grandes pinceladas dos aspectos mais marcantes, dos momentos cruciais, tendo sempre presente o destino da pátria.

Trata-se de estudo, não apenas preliminar, mas provisório, no sentido de uma análise crítica profunda, que abrangesse igualmente a organização sócio-econômica e político-jurídica, projetadas em uma tela histórica, de amplavisão.

É, por assim dizer, uma introdução ao estudo de Joaquim Nabuco. Fragmentos apenas, como se se tratasse de um desses jogos de recomposição. A ajuste de cada um deles, no momento e lugar certos, nos dará um quadro completo, majestoso, em profundidade, a três dimensões. Uma revisão de Joaquim Nabuco, de conformidade com a crítica histórica moderna, sem desconsiderar a contribuição oferecida pelos seus biógrafos.

Buscamos identificar o momento histórico e interpretá-lo, tendo em vista a perspectiva histórica. Anacronismo e sincronismo ao mesmo tempo. Eventos numerosos e decisivos, ainda à espera de análise e interpretação em profundidade.

As diversas fases de sua vida, a sua participação no cenário histórico, são coincidentes com acontecimentos que abalaram a estrutura sócio-econômica e político-jurídica do país. De um lado, a alteração do regime de trabalho como resultado da libertação do elemento servil e, conseqüentemente, da estrutura sócio-econômica; do outro lado, a transformação do regime monárquico, ao qual sucedeu o republicano, ou seja, da estrutura político-jurídica da nação. Revolucionário, ou apenas "reformador social", mas certamente liberal-conservador.

II

Nasceu Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo a 19 de agosto de 1849, sob o signo de Leão, na velha e histórica cidade do Recife. Descendente de nobre linhagem, era filho de José Tomás Nabuco de Araujo e de D. Ana Barreto Nabuco de Araújo.

A premência do tempo não nos permite ir em busca de suas raízes ultramarinas, o que não é destituído de interesse.

A 8 de dezembro era batizado na Capela de São Mateus, no Engenho de Massangana, de propriedade de Joaquim Aurélio de Carvalho e de D. Ana Rosa Falcão Carvalho, seus padrinhos. Nesse mesmo dia, seus pais embarcaram para a Corte. O pequeno Joaquim Nabuco ficou entregue aos cuidados dos padrinhos.

Após breve estada em companhia dos pais, em 1852, voltou para a companhia da madrinha-mãe, que enviuvara. Aí permaneceu até 1857, data do seu falecimento. Massangana deve ser considerado o berço de Joaquim Nabuco. Foi-lhe o verdadeiro lar, para a infância.

Durante esses anos decisivos, oito despreocupados anos, foi guiado pela suave figura feminina de D. Ana Rosa. Nesse rincão aprendeu as primeiras letras. As imagens que se fixaram em sua retina, os sentimentos que calaram em sua alma, os traços profundos de seu caráter, jamais o abandonariam.

O capítulo Massangana, de seu livro autobiográfico *Minha Formação*, encerra as mais belas páginas de saudade, impregnadas de lirismo e evoca a poesia das antigas fazendas. Contava Joaquim Nabuco sete anos, quando, certa tarde, sentado no patamar exterior da casa, precipitou-se para ele um jovem negro, desconhecido. Abraçou-se-lhe aos pés e lhe implorou que pedisse à sua madrinha que o comprasse, a fim de servi-lo. Fugira de seu senhor, que o castigava, com risco de vida. Sem ainda compreender a dor que se ocultava atrás da escravidão, intercedeu a seu favor. A madrinha-mãe fez-lhe a vontade. A sua atitude futura em face do problema estaria, em grande parte, ligada a esse episódio inesperado.

O falecimento de sua madrinha-mãe significaria o término da primeira fase de sua vida. Seria devolvido à companhia dos pais. Mandaram buscá-lo.

III

Ano de 1857. Joaquim Nabuco, acompanhado de um amigo da família, da ama que o viu nascer e de seus dois escravos, segue para o desconhecido. Durante o trajeto, viu-se cercado de atenções e carinho por parte dos amigos e partidários de seu pai.

O seu encontro com os pais e irmãos não despertou nele qualquer emoção. Sentia-se observado e examinado com grande curiosidade. Deixara de ser filho único. Era um, entre cinco irmãos. A mãe parecia-lhe, naquela época, rival da madrinha-mãe. Ele próprio escreveu sentir-se “como um órfão em casa de um tutor bondoso, onde todos se esforçassem de o reconquistar”.

A casa em que residiam seus pais, situada no Catete, ou o casarão da Rua Bela da Princesa, esquina da praia do Flamengo, janelas voltadas para o mar, eram o centro de vida política social. Nem tudo havia mudado, porquanto encontrava em casa de seus pais o mesmo espírito de religiosidade de Massangana. “Aos domingos” — afirma ele — “havia missa em casa, à qual eu ajudava como em São Mateus”.

Reinicia seus estudos em uma escola da vizinhança. Prossegue-os em um colégio situado em Friburgo, afamado educandário, dirigido pelo Barão de Tautphoeus. Aos dez anos, ou seja em 1859, é matriculado no internato do Ginásio Nacional. Desagradou-lhe aquela vida sem liberdade. Revoltava-o “a caserna infantil, onde passei a ser um número...”. Jamais permitiu que os filhos o experimentassem — segundo depoimento de sua filha.

Vieira Fazenda, um de seus colegas de internato, informa que Joaquim Nabuco estudava pouco, mas que se tornava senhor do assunto com grande facilidade. Revela a despreocupação do vestuário naquele que, no futuro, seria árbitro da elegância. A sua pasta “sempre cheia de rascunhos de versos”. As suas idéias liberais datam dessa época, bem como o amor aos debates políticos. Redigia um jornal manuscrito, de oposição.

Compreendeu, por essa época, que o Pai era uma figura de muita importância. Dedicada a ele, compôs uma ode heróica, *O Gigante da Polônia*, impresso em folheto luxuoso. Machado de Assis publicou alguns comentários a respeito. O poeta estretante escreve carta a Machado de Assis. Data daí a permanente amizade entre ambos. No ano seguinte, perante os monarcas, declama a poesia *Uruguiana* — na *Arcádia Fluminense*.

Recebe o título de bacharel em ciências e letras em 1865.

IV

É elucidativo acompanhar a vida de Joaquim Nabuco dentro do quadro evolutivo de nossa história. A data de 1849, ano de seu nascimento, marca o fim dos movimentos e revoluções que agitaram a nossa terra. Fixa o início da paz interna. O ano de 1850, é assinalado por três medidas sobremodo benéficas ao futuro de nossa pátria: a de 25 de junho, promulgação do Código Comercial; a de 18 de setembro, a Lei n.º 601, chamada "lei de terras" e que visou principalmente as terras devolutas e as de sesmarias; e a de 14 de outubro, a chamada "Lei Euzébio Queiroz", de repressão ao tráfico de africanos.

O ano de 1865, não foi propício para o Império. Teve início a Guerra do Paraguai que teria a duração de cinco anos. Constitui verdadeiro divisor de águas no reinado de D. Pedro II. O término da conflagração evidenciou o surgimento de um outro Brasil.

V

O ano de 1866, marca o início da vida acadêmica de Joaquim Nabuco. Coursaria os três primeiros anos na Faculdade de Direito de São Paulo. Seria para ele o grito de libertação. Confessa: "Esse gozo de minha liberdade suplanta todo o resto".

Além de Rodrigues Alves, seu antigo colega, havia novos nomes: Sancho Barros Pimentel, a quem se ligou por mútua amizade, e ainda Afonso Pena. Em 1868, do Recife chegaram Castro Alves e Rui Barbosa.

Muito deve Joaquim Nabuco de sua formação liberal a São Paulo. Funda, com outros colegas, o jornal *Tribuna Liberal* para atacar o ministério Zacarias, liberal e presidente do Conselho. Escreve o Conselho a Nabuco aconselhando-o a estudar e não se intrometer em assuntos políticos. Funda ainda o jornal *Independência* e colabora no *Ipiranga*, dirigido então por Salvador de Mendonça e Ferreira de Meneses. Chefia o partido liberal acadêmico e discursa nos grêmios estudantis. Aos dezoito anos publica folheto de 44 páginas — *Estudos Históricos* — em que discute assuntos graves, inclusive a infalibilidade papal.

Um dos pontos altos foi a recepção entusiástica a José Bonifácio, o Moço, em 1868, ídolo da mocidade estudantil. Foi saudado por Joaquim Nabuco. Falaram na oportunidade: Afonso Pena, Barros Pimentel, Castro Alves e Rui Barbosa.

Ainda durante esse ano de 1868, assiste Joaquim Nabuco à encenação de uma peça de sua autoria, *Os Destinos*, tragédia. Mereceu elogios de Salvador de Mendonça. A 12 do mesmo mês de abril, é representada no Teatro Ginásio do Rio, presente o Imperador.

Joaquim Nabuco não conclui o curso de Direito em São Paulo. Ele e seu colega Arthur de Carvalho Moreira, filho do Barão de Penedo, transferiram-se para a Academia do Recife, onde continuariam seus estudos de Direito. Coursariam o 4.º ano, em 1869.

O ambiente cultural era bem diverso do de São Paulo. Os lentos, para Joaquim Nabuco, com honrosas exceções, “são poços estagnados, e, como todos os poços, têm voz, mas não têm ecos”. Chegando ao Recife, volta a Massangana. Tudo mudado. Teve, no entanto, a visão do passado. Faz um juramento a si mesmo: lutar pela abolição dos escravos — o que cumpriria à risca.

Atingido por doença grave, febre tifoide, viu-se impedido de prestar exames. Consegue autorização para exame vago, em São Paulo, durante as férias.

Continua a ler avidamente. O problema abolicionista o preocupa. Data dessa época o estudo *A Escravidão*, que nunca foi publicado, e que teria três partes: *O Crime*, *A História do Crime* e *Reparação do Crime*. A última parte talvez nem tenha sido escrita.

Sonhava para seu pai a glória de assinar o decreto que acabasse com a escravidão. Escreveu-lhe nesse sentido.

No Recife, para exercitar a oratória resolve fazer defesas no Tribunal do Juri. Verdadeiro escândalo e sobressalto para a época foi a presença de Joaquim Nabuco, no Juri, a fim de defender o negro Tomás. Em vez da pena de morte, prevista, conseguiu três prisões perpétuas, o que constituiu verdadeiro triunfo. A sua intervenção no Clube Liberal do Recife foi decisiva. Ao término da oração — o seu atroante “*Quo Vadis*”? — fez cessar as divergências, surpreendendo os chefes locais. O Senador Nabuco, seu pai, escreveu-lhe: — “És o meu orgulho: és o futuro de tua família e a esperança da Pátria”.

Grave crise espiritual o acometeu. A fé com que entrara na Academia, intacta, o abandonara. Pressentiu-o o pai, em toda a sua gravidade, ao perceber em uma das suas cartas a palavra *suicídio* e que fora riscada. Dirigiu-lhe seu pai carta impregnada de aflição e de súplica. Joaquim Nabuco venceria a crise.

Em 1870, a 22 de novembro, recebia Joaquim Nabuco o diploma de bacharel. Mais uma etapa vencida.

VI

Chegara o momento decisivo. Teria Joaquim Nabuco que escolher uma carreira. De volta ao Rio ingressa no escritório do pai, apesar de sentir grande vocação para a política. Aí permanece por um curto período. Volta-se para o jornalismo. Admi-

tido no jornal *A Reforma*, colabora com artigos filosóficos. Em breve, passa a tratar de política. Ano de 1871.

Cabe lembrar que o ano de 1870, é assinalado pelo término da Guerra do Paraguai e pelo surgimento de um terceiro partido — o *republicano*. Joaquim Nabuco, liberal e monarquista, não deixa de fazer sérias críticas ao Imperador.

Na *Questão Religiosa*, entre o Estado e o clero, coloca-se ao lado daquele. Defende a separação da Igreja do Estado, a separação dos dois poderes. Afirma que o catolicismo deve ser “em vez de culto oficial, a religião nacional do país”.

Volta-se para a literatura. Em 1872, publica o seu primeiro livro — *Camões e os Lusíadas*. É bem recebido pela crítica. Nesse mesmo ano publica um opúsculo, *Le Droit de Meurtre*. Faz chegar exemplar às mãos de Renan.

Joaquim Nabuco vai ao Recife a fim de tomar posse dos bens que a madrinha-mãe lhe deixara (1872). A madrinha-mãe havia acumulado um “tesouro invisível” para seu “filho”. Nunca chegou às mãos de Nabuco, pois, Elias, velho liberto e homem de confiança, único sabedor de sua localização, falecera antes dela.

Com o produto da venda de seus bens, acrescido do dinheiro que faltava, dado por seu pai, realiza sua primeira viagem à Europa, em 1873. Percorre a França, a Itália, a Suíça, a Inglaterra. Viu e admirou os primores da arquitetura e as obras-primas da humanidade. A poesia persiste em ser a constante. Voltou da Europa com um livro de versos, *Amour et Dieu*. Mereceu elogios de Renan.

Durante essa primeira viagem, ainda no navio, deu-se o encontro com Eufrásia, que o amará por toda a vida. Pertence a um capítulo: vida sentimental e amorosa de Joaquim Nabuco.

De volta à pátria, a pedido do Imperador, profere várias conferências acerca do que vira e aprendera na Europa.

Interessa-se pela literatura, sem deixar de sonhar com a política. Com Machado de Assis e outros amigos funda, em 1875, um periódico *A Epoca*, “mundano, leve, brilhante”, de vida efêmera. Colabora no *O Globo*. Polemiza com José de Alencar.

Os seus planos políticos seriam frustrados enquanto os conservadores permanecessem no poder. É nomeado adido da legação de Washington, em 1876. No ano seguinte conclui uma tragédia, *L'Option*. Serve a seguir em Londres, onde era ministro o Barão de Penedo.

O ano de 1878 seria decisivo para Joaquim Nabuco. Sofreria rude golpe com a morte do pai. Volta à Pátria. De mero espectador, passaria a ator, participando, de maneira ativa, nos eventos históricos nos próximos dez anos.

VII

Marcou Joaquim Nabuco de modo diverso cada uma das fases de sua vida. Apesar dos hiatos e dos recessos, dos desânimos e das indecisões, pautou a sua vida numa determinada direção, sem jamais desviar-se dela. Perseguiu sempre a glória. Soube apossar-se dela toda vez que com ela cruzara. A sua vida permite uma divisão em períodos perfeitamente caracterizados. Cada um, com a duração de dez anos: a fase preparatória, a fase do abolicionismo, a fase literária propriamente dita, a fase da reconciliação com a república, a fase diplomática e do pan-americanismo.

Apesar da biografia clássica de sua filha, Carolina Nabuco, de Luís Viana Filho, de Celso Vieira e tantos outros estudos, muito há a investigar em Joaquim Nabuco. Gilberto Freyre, em estudos vários, evidenciou novos e interessantes aspectos, senão inéditos, utilizando método de estudo sociológico.

A figura de Joaquim Nabuco, o seu vulto olímpico, não pertence a este ou àquele Estado, com exclusividade: ligado a Pernambuco pelo nascimento, por sua formação liberal através do curso jurídico a São Paulo, pelo matrimônio, ao Estado do Rio. Mas, pelos serviços prestados, pertence à Nação Brasileira.

Gilberto Freyre, no estudo iconográfico de Joaquim Nabuco, evidencia aspectos surpreendentes. "Foi sempre um aristocrata que, mesmo assumindo atitudes e proferindo discursos aparentemente demagógicos, não se desaristocratizou nunca". O tipo aristocrático está sempre presente.

O retrato revela muito de valiosamente biográfico, pela imagem de psicológico, de antropológico. Poucos brasileiros foram tão fotografados, desde a adolescência. Mas tão raramente caricaturado. Dada sua popularidade, aparece sob a forma fotográfica em anúncios de cerveja e cigarros.

"Nabuco distingue-se como longilíneo: 1 metro e oitenta centímetros de altura. Também como eugênico: esteticamente eugênico, ao contrário do seu insigne contemporâneo Rui Barbosa"... e mais em contraste com o genial Euclides da Cunha, também seu contemporâneo. As fotografias de Joaquim Nabuco, especialmente em grupo, dão-nos a impressão de que está posando para o futuro, para a imortalidade.

O seu narcisismo não pode ser negado. Mas não chegou ao ponto de, na velhice de homem glorioso e não apenas belo, deixar-se retratar por pintor célebre de seu tempo.

Ainda em Massangana, contava Joaquim Nabuco sete ou oito anos, quando surgiu um pintor ambulante. A madrinha-mãe, atendendo ao pedido do "filho", deixou retratá-lo.

VIII

Graça Aranha, em seu estudo "Machado de Assis e Joaquim Nabuco", evidenciou os opostos familiares e sociais de ambos. Apenas como indicação de estudo futuro, desejo salientar a antítese entre Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco. Há, por assim dizer, um *paralelismo antitético* entre essas duas figuras que se projetaram, cada uma a seu modo, na história pátria. Ambos prestaram preciosos e relevantes serviços. A *Abolição* foi o grande ideal de Joaquim Nabuco; a *República*, foi a grande paixão de Euclides da Cunha. Nos dois casos, como se seus ideais estivessem encarnados na figura *materna*, de mulher.

Mesmo na infância encontramos esse *paralelismo antitético*, porquanto ambos viveram fora do ambiente familiar, com uma diferença extrema. Euclides da Cunha, órfão, transferido da casa de uma tia para outra. Joaquim Nabuco, órfão de pais vivos, viveu à sombra de sua madrinha-mãe, D. Ana Rosa.

A figura apolínea de Joaquim Nabuco e o sentido ateniense de sua vida, opõem-se à figura de Euclides da Cunha, "misto de celta, de tapuio e grego", e ao sentido espartano de sua vida. A beleza e a arte, de um lado (Quincas, o Belo); o "caboclo espan-tadíssimo" e a vida errante, do outro. Paris, Londres, Roma, Washington. São José do Rio Pardo, Lorena, Amazônia, engenharia errante. A oratória cheia de imagens; a prosa cheia de metáforas. A Joaquim Nabuco parecia, face à sua prosa agreste, que Euclides da Cunha escrevia com cipó...

O denominador comum entre eles é dado pelo amor ao Brasil, pela brasilidade. Joaquim Nabuco denuncia, de forma veemente, o cancro da escravidão. Euclides da Cunha denunciou as injustiças praticadas contra patricios nossos no interior, distanciados da civilização litorânea por três séculos de história. Ambos denunciaram um crime. Desejava Joaquim Nabuco a libertação do escravo negro, mas também do servo da gleba. Lutava Euclides da Cunha pelos direitos do trabalhador da Amazônia onde o homem "trabalha para escravizar-se".

Não sabemos, de momento, a extensão das relações entre Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. Persistentemente é citada a frase: "Euclides da Cunha escrevia com cipó", da autoria de Joaquim Nabuco. Para Modesto de Abreu trata-se apenas de uma frase de efeito. Olímpio de Souza Andrade, um dos mais ilustres euclidianos, defende o dito de Nabuco.

Na correspondência de Euclides da Cunha, em carta dirigida a Joaquim Nabuco, de Lorena, datada de 18-10-1903, escreve: "Quanto aos "Sertões" — aguardo tranqüilo o resultado de sua leitura..."

Ele, Joaquim Nabuco, que "escreveu maravilhosamente

numa língua que nada tinha de castiça", — "desdenhou a correção portuguesa" — como afirma Graça Aranha — "e escreveu esplendidamente em uma feliz linguagem incorreta". Acentua Franklin de Oliveira: "A observação é perfeita. Numa linguagem em que sobrepõe a tudo a nitidez e a harmonia da frase".

A permanência de Joaquim Nabuco, à semelhança do que acontece com Euclides da Cunha, está esteada na *brasilidade* que impregna os seus escritos, na atualidade dos problemas e na mensagem neles contidas. Ou, na expressão moderna, graças à *função conativa*.

IX

Chegando ao Rio, transmite-lhe sua mãe o quanto o pai desejava que ele seguisse a sua carreira e que já havia falado com os amigos de Pernambuco. Estava no poder o partido liberal. Comprometera-se o barão de Vila Bela, chefe político, com o Conselheiro Nabuco, a eleger-lhe o filho. Após indecisões, decide-se voltar à política. No Recife é recebido com frieza e oposição. Ao discursar no Teatro Santa Isabel, afirma corajosamente: — "A grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão". E vaiado.

Joaquim Nabuco é eleito deputado. O barão de Vila Bela, apesar da oposição declarada, honrou a palavra empenhada.

Adoece, pela segunda vez, de febre tifóide. Somente em janeiro assume o seu lugar entre os deputados. A 1.º de fevereiro estréia na tribuna. Ocupa-a quase diariamente. Ele mesmo o confirma: — "Foi um ano (1879) de atividade e de expansão parlamentar. Posso dizer que ocupei a tribuna todos os dias, tomando parte em todos os debates, todas as questões...

Revela-se, desde o primeiro momento, orador vigoroso, que expõe suas idéias e convicções com destemor. A segurança e o desembaraço não davam a idéia de que se tratava de estreante. A oratória era o seu natural. Adquire o respeito de seus pares e é aclamado pelas galerias.

O partido liberal, no entender de Joaquim Nabuco, deveria ser liberal nas idéias, não apenas no nome. Razão de sua posição: — "... só me isolei dos homens do partido liberal para ficar fiel às idéias de meu partido".

Havia forjado a sua personalidade na terra bandeirante. Estava pronto para encetar sua luta a favor da emancipação do elemento servil. A chamada Lei do Ventre Livre (1871) deveria constituir um ponto de partida e não o ponto de chegada.

Dissolvido o Parlamento, procura Joaquim Nabuco candidatar-se. As mesmas dificuldades do ano anterior (1878) o aguardavam. Luta com duas armas poderosas: sedução pessoal e elo-

quência. Quincas, o Belo, dera à sua vida direção inteiramente diversa dos privilégios de sua classe, da aristocracia. Não se tratava de deserção ou traição à sua classe. Era o apoio e a defesa de uma classe desprotegida, os escravos.

Discursava no Teatro Santa Isabel, que se tornara pequeno. O povo delirava. Pretendia medidas radicais. Dirigindo-se aos humildes ouvintes, perguntava: — “Sabeis que reforma é essa?”. E respondia: — “É preciso dizê-lo com a maior franqueza: é uma lei de abolição, que seja também uma lei agrária”. Linguagem de decisão, é por isso mesmo, de efeito e inteligível. A mensagem nela contida calava fundo. Estabelecia um elo entre o emissor, Joaquim Nabuco, e o receptor, o povo. Uma das importantes funções da linguagem...

Não escapou de ser acusado de “petroleiro”, ou “anarquista”, ou “comunista”, por uns. “Cortesão de pulseira”, por outros. No entanto, Nabuco foi apenas “reformador social”, uma vez que estava convencido de que os problemas brasileiros, de mais urgente solução, eram “sociais e não somente políticos”. De fato, os problemas sociais devem ter soluções sociais e não podem ser resolvidos dentro de soluções políticas.

Combatia Nabuco a idéia de “mendigar votos”, indo de porta em porta. Conta-nos em sua autobiografia a dolorosa situação da época. Prevalencia a *chapa de caixão* — cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal. É o voto de “cabresto”, de “curral”, dos tempos posteriores.

Realizado o pleito a 1.º de dezembro, houve conflito na Matriz São José. Em segundo escrutínio obteve Joaquim Nabuco maioria absoluta de votos. A decisão cabia à Câmara. A 12 de maio as portas foram abertas para o conselheiro Portela. Nabuco fora vítima de esbulho.

Ermírio Coutinho cede seu lugar ao companheiro esbulhado e Nabuco é reconhecido deputado (2 de julho). A grande luta teria início em março de 1879. Daí por diante, o problema da libertação dos escravos seria uma constante em todos os seus discursos.

Advertem-no. É a seguinte a sua resposta: — “Ponho o interesse da abolição acima de qualquer compromisso de partido, e muito além de qualquer outro”. Em carta à *Gazeta de Notícias* protesta contra um leilão de grande número de escravos, em uma praça de Valença. Esses infelizes deveriam ter sido introduzidos clandestinamente. Sob o ponto de vista legal, eram homens livres.

Instalara-se o ministério Saraiva (maio, 1880). Em um de seus discursos, exclama profeticamente: — “Quis e quero não deixar a escravidão exceder a raia de 1890...”. O fato de o governo não *cogitar* do problema, não implica sua inexistência.

Na sessão de 24 de agosto, apresenta Joaquim Nabuco o

seu projeto de emancipação, logo publicado pela *Gazeta de Notícias*. O governo reage. O ministro Saraiva ameaça retirar-se do poder, caso a "Câmara quisesse ir além do governo nessa questão". Joaquim Nabuco tornara-se o "maior vulto político do Brasil".

A propaganda abolicionista, apesar dos óbices existentes no Parlamento, prossegue. O tênue fio de água avolumava-se. Formam-se diversas sociedades abolicionistas. Publica três opúsculos.

Joaquim Nabuco faz a sua segunda viagem à Europa (1881). Do seu exílio voluntário em Londres, traz Nabuco um livro notável, *O Abolicionismo*. No entanto, só voltaria à Câmara em 1885.

A 25 de agosto foi sancionada a *Lei Sexagenária*. Joaquim Nabuco profere importante discurso contra o poder pessoal do Imperador. Para ele existem duas instituições: a monarquia e a escravidão. Declara: — "Sempre que a sorte de uma corre perigo, a outra acredita ouvir o dobre funéreo de sua própria extinção".

Nas eleições de 1886, é derrotado. Volta ao jornalismo. Além de numerosos artigos publicados nos jornais, produziu ainda quatro opúsculos: *O Erro do Imperador*, *O Eclipse do Abolicionismo*, *Eleições Liberais*, *Eleições Conservadoras e Escravos*.

No ano seguinte (1887), derrota o seu permanente opositor, o ministro do Império, Machado Portela. De volta à Câmara, em dez dias pronuncia oito discursos. Incidente militar teve como consequência a queda do ministério, e, mais tarde, da monarquia. Nabuco, rebela-se contra a captura de escravos. Ataca Cotegipe. Como resultado, uma representação do Clube Militar entregue à Princesa Isabel, na qual se lhe pedia que o "Exército não fosse desviado de sua nobre missão".

No fim desse ano (1887), terceira viagem à Europa. A 10 de fevereiro de 1888, é recebido pelo Papa Leão XIII. A vinda da Encíclica solicitada por Nabuco seria retardada por interferência de Cotegipe. Fato curioso: os príncipes, filhos da Princesa Isabel, imprimiam no Paço — *O Correio Imperial* — jornal abolicionista. É chamado ao governo João Alfredo, também conservador.

A abolição estava iminente. D. Pedro II, doente, encontrava-se na Europa. Caberia à Princesa Isabel a abertura do Parlamento que decretaria a abolição. A proposta imperial era sucinta: — "Art. I. É declarada extinta a escravidão no Brasil".

Ao destacarmos a figura de Joaquim Nabuco na luta pela emancipação dos escravos, não nos move diminuir a importância de outros batalhadores, tais como José do Patrocínio, Rebouças, entre muitos. Figuram, juntamente com Nabuco, no panteão da História.

X

Não tardaria a República. 15 de novembro de 1889. Precisamente um ano e meio depois da abolição. A família imperial é banida. Rio Branco, a conselho de Pedro II, continua servindo o Brasil.

De uma forma simplificada, podemos afirmar que Joaquim Nabuco empenhou o melhor de sua vida em servir a causa abolicionista; lutou pelo federalismo dentro do regime monárquico; assistiu melancolicamente à proclamação da república. Permaneceu fiel à monarquia, talvez por um complexo de culpa, pois, ainda que indiretamente, contribuiu para sua queda.

"As minhas idéias" — afirma ele — "flutuavam, no meio das atrações diferentes deste período, entre a monarquia e a república... O que me decidiu foi a Constituição Inglesa de Bagehot..."

A política o arrancou da diplomacia. O abolicionismo o lançou fora da política.

XI

Em abril de 1889, próximo a completar 40 anos, casa-se com D. Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do Barão de Inhoan. Ela dezesseis anos mais jovem. Já a conhecera antes. Vão residir na ilha de Paquetá. Lua de mel: viagem ao Prata. Discursa em Assunção e Buenos Aires.

Antes de prosseguirmos, rápida referência a amores que precederam ao casamento de Joaquim Nabuco. Matéria ainda em estudo. A grande amorosa foi Enfrásia. Logo após a sua chegada à Europa, na primeira viagem, escreve ao pai que iria casar e solicita que providencie os papéis necessários, remetendo-os a ele. Joaquim Nabuco, numa das crises de insegurança que afligem os tímidos, subitamente recua. Procura desculpar-se a si mesmo. Era filha de fazendeiros, conservadores... Durante os anos que seguem, encontros e desencontros. O romance desfeito várias vezes, recomeçava...

A vida sentimental-amorosa de Nabuco merece estudo mais acurado. O seu grande amor foi, incontestavelmente, Eufrásia Teixeira Leite. De longe eram atraídos. Juntos, desentendiam-se. O que nos lembra a figura contraditória de Franz Kafka. No fundo, Joaquim Nabuco era um tímido. Mesmo, assim, passaram muitas horas felizes.

Eufrásia tenta reconciliação. Namorados trintões, comportam-se como adolescentes. Eufrásia escreve-lhe para Londres. Sabe das suas dificuldades financeiras e deseja socorrê-lo. Saiu-se mal... O orgulho impediu aceitar o oferecimento... O caso amoroso chega ao fim... 1887.

Joaquim Nabuco beirava os 40 anos. Muitos dos companheiros de sua juventude haviam contraído matrimônio. Nabuco continuava incólume. Escrevera anos atrás: — “Casar é criar raízes e o que tem raízes, como toda árvore, vegeta”. Vejo uma certa semelhança com Lima Barreto que casara com a literatura, e com Franz Kafka que, quase no final da vida, encontrou seu verdadeiro amor...

Dos seus amores, nada resta. Apenas Miss Schlessinger, nos dias de exílio, foi boa amiga, em Londres. Ainda acalentava a esperança de desposar “aquele príncipe encantado, que habita país distante e maravilhoso”. Escreve em frases ternas, mas desfaz as suas ilusões. Por essa época, aparece um nome no seu diário: Evelina.

“Romântico fascinado desde a adolescência, Nabuco nunca se extremou em moço boêmio e erótico que gastasse a saúde bebendo conhaque, improvisando versos nos cafés, esgotando-se em amores fáceis”. E aí se aproxima, mais uma vez, de Kafka. “Isto não significa que desdenhasse o conhaque a ponto de só beber água de pote ou vinho do Porto. Nem que não se tivesse apaixonado por mulheres bonitas. Era, isto sim, galanteador nos bailes e festas. Razão por que o desfazimento do noivado com Eufrásia oferecia uma ponta de mistério e “aguçava a curiosidade das mulheres, desejosas de saberem o que pretendia aquele belo homem”.

XII

O casamento inaugura uma nova fase na vida de Joaquim Nabuco. Em sua viagem de núpcias pelo Prata, aplica os haveres de sua esposa na Argentina. A bancarrota da Argentina tragou totalmente a fortuna de Evelina. Esta, conformada, entregava-se a Deus. Poderiam viver felizes na pobreza, como na abundância. Viaja para Londres a fim de trabalhar. Para não ser acoimado de desertor, em longa carta ao *Diário do Comércio*, reafirma sua fidelidade à monarquia. Escreve dois folhetos: *Agradecimento aos Pernambucanos* e *Por que continuo a ser monarquista*. O seu exílio voluntário duraria dezoito meses.

Durante o escoar dos próximos dez anos, Joaquim Nabuco formou sua família e escreveu seus livros. Cinco filhos: Carolina, Joaquim, Maurício, Maria José e José Tomás. A sua vida não era fácil. “As pedras corriam atrás do apedrejado”. Falecimento súbito de seu irmão Sizenando. Lágrimas e dor da velha mãe. Voltam ao Rio.

“A dor esculpe em cada um de nós um ser diverso do que eramos”. Joaquim Nabuco volta à religião. Um místico. Desejava trabalhar e criar seus filhos. A pobreza e o infortúnio, após

três anos de glória, o trouxeram de volta à religião. Renan ficara para trás.

Morte de Saldanha. Morte de Floriano. Prudente de Moraes presidente. José Veríssimo funda a *Revista Brasileira*. O seu programa: "Em política, em filosofia, em arte, não pertence a nenhuma partido, a nenhuma escola" (n.º 1 — 1895).

Subitamente, quando o céu da república parecia desanuviado, novas nuvens ameaçadoras se acumulam. Em Canudos, situado no interior da Bahia, Antônio Conselheiro, um fanático, insurgira-se com algumas centenas de fiéis. Tentativa de restauração monárquica.

Na opinião de muitos, o governo assim o fazia crer para manter vigilante a opinião pública. O desastre da 3.ª expedição comandada por Moreira Cesar, desarvorou os ânimos. Depredaram jornais monarquistas. Gentil de Castro foi assassinado. Joaquim Nabuco, "sob a suspeita de encarnar foco de conspiração", foi obrigado a fechar o escritório em que trabalhava com João Alfredo.

A 20 de julho de 1897, foi realizada a sessão solene de instalação da Academia de Letras — iniciativa de Lúcio de Mendonça. Membro da Academia e seu secretário, coube a Joaquim Nabuco proferir o discurso inaugural.

O exílio político voluntário permitiu-lhe elaborar valiosa obra literária, cuja análise demandaria estudo especial dentro de uma técnica moderna do *estruturalismo* e que pretendemos realizar. Análise estilística. Pertencem os seus escritos a diversas fases. Destacaremos apenas: *Balmaceda* (1895), *Um Estadista do Império* (1897 / 99) e *Minha Formação* (1900).

O Instituto Progresso Editorial — IPÊ — São Paulo, publicou em 14 volumes: "Obras Completas de Joaquim Nabuco".

Os últimos dez anos de sua vida, os dedicaria ao serviço da Pátria.

XIII

Encontramos sempre frase da autoria de Joaquim Nabuco que define sua personalidade e esclarece sua posição. O Brasil estava às voltas com a questão da Guiana Inglesa. Nabuco atende ao chamado da Pátria. Afirmou ele: — "Quero viver até o fim monarquista, mas quero viver reconciliado com os destinos de meu país". Ao aceitar o honroso cargo-encargo de defender os interesses territoriais do Brasil, deixou bem claro as suas "conhecidas idéias monárquicas", em carta dirigida ao Ministro do Exterior. Campos Sales, Presidente.

Em verdade, não existia qualquer antagonismo ou incompatibilidade entre as suas idéias e a sua missão, altamente patriótica. A princesa Isabel aprovou sua atitude.

Dada a importância do assunto e a premência do tempo, reportamo-nos à obra de Carolina Nabuco — “A Vida de Joaquim Nabuco”, ao trabalho de Arthur Cezar Ferreira Reis — “A Amazônia e a Cobiça Internacional” e ainda ao volume de autoria do General Meira Mattos — “Uma Geopolítica Pan-Amazônica” (1980).

A questão dos limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa datava de um século. “Do ponto de vista geopolítico, este pleito pode se resumir no seguinte: a linha fronteira reivindicada pelo governo brasileiro abriria ao nosso país o acesso ao vale do Essequibo; a linha pretendida pela Inglaterra asseguraria a sua presença na bacia Amazônica”. A extensão do território contestado era de 30.000 km².

Verifica-se, assim, a grande responsabilidade que pesava sobre Joaquim Nabuco. Assumiu-a conscientemente.

As discussões acerca dos direitos territoriais ingleses tiveram a sua origem na viagem do alemão, naturalizado inglês, Robert Schomburg, credenciado pela Real Sociedade Geográfica, de Londres, para “estudar a geografia física e astronômica da Guiana”. Coadjuvado por um missionário anglicano Tomás Youd, junto às instituições científicas britânicas, começou o governo de Londres a por em dúvida os direitos portugueses e, em consequência, os brasileiros, nessa região. Esta a origem da pendência.

Após numerosas diligências, a proposta britânica de arbitramento, formulada a 28 de dezembro de 1898, foi aceita pelo governo brasileiro. O Rei Vitor Emanuel III, da Itália, o árbitro escolhido.

Rio Branco já havia estudado o assunto e elaborado monografia intitulada “Memória sobre a Questão de Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica”, em francês, editada em 1897, e apresentada, reservadamente, à consideração do *Foreign Office*.

Joaquim Nabuco chega a Londres em 1899. Dedicar-se ao estudo e trabalha ativamente. Viaja para a França, para a Suíça, para a Itália. Com a morte de Artur de Sousa Correia, nosso ministro em Londres, a vaga é oferecida a Nabuco. Concorde com a sua nomeação como ministro plenipotenciário, em missão especial. Toma posse no seu novo cargo em 1900, mês de julho.

Finalmente, em 1901, foi assinado tratado demarcando a zona que seria submetida a arbitramento. Durante o ano seguinte (1902), trabalhou quase todas as horas do dia. O mês de outubro foi-lhe adverso: falecimento de sua mãe, Ana Nabuco; surpreendera-lhe a surdez.

Rodrigues Alves, presidente. Rio Branco assume a pasta do Exterior. Estava concluída a primeira Memória. Comparece a

Roma com suas credenciais (1903). Excedendo o seu próprio cálculo, não seriam apenas 16 volumes, mas dezoito. Intitula o seu trabalho — *O Direito do Brasil*. Nabuco estava otimista, otimista, consciente do trabalho que realizara.

A 6 de junho de 1904, o laudo arbitral. Aplicou o Rei da Itália a justiça salomônica, em grande parte, desfavorável ao Brasil. Joaquim Nabuco assistiu impassível à leitura do laudo. “Com sua elegância habitual, felicitara o embaixador inglês pela vitória”. Tremia-lhe a mão ao subscrever o documento. Oliveira Lima, em sua “Memórias”, informa da satisfação de Rio Branco ao perder Nabuco a questão. Assunto, até certo ponto, controvertido.

Encerrava-se, assim, a penúltima página de sua vida.

XIV

Joaquim Nabuco escrevera alhures: — “... o meu desejo íntimo era continuar na diplomacia”. Exerceu-a com brilho incomum, atendendo ao chamado de Rio Branco. Em 1905, havia sido criada a embaixada em Washington.

Escreve Luís Viana Filho: — “Rio Branco, entretanto, era muito frio, realista, para se perturbar por uma derrota alheia. Se não chegou a experimentar íntima satisfação com o malogro de Nabuco, conforme a versão mais tarde veiculada por Oliveira Lima, a verdade é que logo imaginou tirar proveito do acontecido. Ofereceu Washington a Joaquim Nabuco”.

O eixo da política externa do Brasil, sob a atuação de Joaquim Nabuco, deslocar-se-ia para Washington. Era partidário da doutrina de Monroe, que deveria orientar a política dos Estados americanos. Nomeado em 1905, seguiu viagem para Washington, decidido a trabalhar pela aproximação dos dois países.

Apresentou as suas credenciais a Theodore Roosevelt, preferindo breve saudação em inglês. Uma profunda e duradoura amizade o ligaria a Elihu Root, chamado para a direção dos negócios interiores. Com a colaboração de Nabuco, fez Root do pan-americanismo um dos principais pontos de sua administração.

Nem sempre as coisas andavam a contento. As relações com Oliveira Lima deterioraram. Nem sempre encontrava o apoio e o entusiasmo necessários por parte de seu amigo Rio Branco, especialmente pelo pan-americanismo. As contrariedades são relatadas por Carolina Nabuco.

Importante o ano de 1906. Teria lugar em julho, no Rio de Janeiro, a III.^a Conferência Pan-Americana. Elihu Root estaria presente. Joaquim Nabuco embarca para o Brasil a bordo do *Thames*. É recebido entusiasticamente no Recife. Discursa. Novas manifestações o aguardam no Rio.

A duração da Conferência foi de trinta dias. Os trabalhos decorreram calmos e os resultados significativos. Existe o testemunho de Olavo Bilac e Oliveira Viana. Estudo excelente de Olímpio de Souza Andrade.

Joaquim Nabuco visitou São Paulo e Belo Horizonte. Passou alguns dias no Estado do Rio, em Maricá. Assistiu à morte de seu sogro.

De volta a Washington desenvolve intensa atividade. Recebe o título de Doutor *honoris causa* pela Universidade de Colúmbia. Em 1908, a 11 de maio, é lançada a pedra fundamental do edifício da União Pan-Americana. Discursaram Roosevelt, Root e Joaquim Nabuco, o decano dos diplomatas americanos.

Volta a trabalhar na tragédia "L'Option", obra da mocidade. Por todas as formas chamava Nabuco a atenção para o Brasil, buscando dar-lhe realce no concerto das Nações. Escreve a Rio Branco: — "Estou dedicando o resto de minha vida ativa à aproximação dos dois países". Apenas como ilustração: atualmente procuramos fugir da órbita dos Estados Unidos.

Relata Carolina Nabuco os problemas que seu pai teve de enfrentar por ocasião do tratado de arbitramento. Viu com desagrado o desacordo do Brasil com os Estados Unidos, em Haia, 1907. Atitude de Rui Barbosa... Acompanha com interesse a questão Alsop.

XV

A morte de Joaquim Nabuco ocorreu a 17 de janeiro de 1910, em Washington. Grandes homenagens foram tributadas à sua memória. O seu corpo embalsamado, a bordo do cruzador *North Carolina*, escoltado por outro vaso de guerra, mas este arvorando o pavilhão nacional, o *Minas Gerais*. Pernambuco é o seu repouso definitivo. Descansa no cemitério de Santo Amaro.

XVI

Considerado o fator tempo-espço, oferecemos estudo expositivo, sucinto e superficial. Tocamos, no entanto, todos os pontos essenciais. Estudo crítico faremos em tempo oportuno, porquanto ainda ocultos valiosos tesouros.

Pugnou toda a sua vida tendo por ideal a liberdade. Para finalizar e sintetizar o seu pensamento e também o nosso, recorremos a dois versos de Alberto de Oliveira, príncipe dos poetas que foi:

"Pois, como a idéia, as águas da montanha,
Querem ser livres para ser fecundas".

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 — Abreu, Modesto de — “Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha” — Editora Civilização Brasileira S.A. — Rio, 1963 — 207 páginas.
- 2 — Alves, Henrique L. — “De Lorena à Imortalidade — 50 cartas de Euclides da Cunha” — in “Rev. da Faculdade Salesiana Lorena” — n.º 24 — 1975 — pgs. 92/132.
- 3 — Andrade, Olímpio de Souza — “Joaquim Nabuco e o Brasil na América” — 2.ª edição revista — Companhia Editora Nacional / MEC — São Paulo, 1978 — 122 páginas.
- 4 — Aranha, Graça — “Machado de Assis e Joaquim Nabuco” — Comentários e Notas à Correspondência entre estes dois escritores — Monteiro Lobato e Cia. Editores — São Paulo, 1923 — 268 páginas.
- 5 — Bibliografia de Joaquim Nabuco — I.N.L. — 1952.
- 6 — Campos, Geir — “Alberto de Oliveira” — Livraria Agir Editora — Rio, 1969 — 94 páginas.
- 7 — Costa, Virgílio Pereira da Silva — “Joaquim Nabuco” — Editora Três — São Paulo, 1974 — 185 páginas.
- 8 — Elia, Sílvia — “Nabuco e os Lusíadas” — VI Encontro Nacional de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa — 16 a 19 de agosto de 1978 — págs. 93 / 111.
- 9 — Freyre, Gilberto — “Quase Política” — 2.ª edição revista e aumentada — Livraria José Olympio Editora — Rio, 1966 — páginas 52 / 68 e 82 / 111.

- 10 — Freyre, Gilberto — “Iconografia de Joaquim Nabuco” — Convênio IJNPS - MEC - DAC — Recife, 1975 — 81 páginas.
- 11 — Freyre, Gilberto — “Por que ler Joaquim Nabuco, hoje” — in “Cultura” — “O Estado de São Paulo” — ano I — n.º 13 — 7 de Setembro de 1980 — páginas 12 / 14.
- 12 — Gicovate, Moisés — “Joaquim Nabuco — retrato de uma época” — Companhia Melhoramentos de São Paulo — São Paulo, 1959 — 64 páginas.
- 13 — Lima, Oliveira — “Memórias” (estas minhas reminiscências...) — Livraria José Olympio Editora — Rio, 1937 — 321 páginas.
- 14 — Lobo, Hélio — “O Pan-Americanismo e o Brasil” — Companhia Editora Nacional — São Paulo, 1939 — 150 páginas.
- 15 — Magalhães, Basílio de — “História Administrativa e Econômica do Brasil” — Livraria Francisco Alves — Rio, 1951 — 188 páginas.
- 16 — Mattos, Meira (general) — “Uma Geopolítica Pan-Amazônica” — Biblioteca do Exército — Editora — Rio, 1980 — 216 páginas.
- 17 — Medeiros, Maurício de — “Joaquim Nabuco” (estudo psico-biográfico) — Livraria José Olympio Editora — São Paulo, 1949 — 48 páginas.
- 18 — Michele, Cursio — “Dicionário de Astrologia” — Arcádia — 1978 — 295 páginas.
- 19 — Mota, Mauro — “História em Rótulos de Cigarros” — 2.ª edição — revista e aumentada — IJNPS — Recife, 1971 — 131 páginas.
- 20 — Nabuco, Carolina — “A Vida de Joaquim Nabuco” — Companhia Editora Nacional — São Paulo, 1928 — 526 páginas.
- 21 — Nabuco, Joaquim — “Obras Completas” — Instituto Progresso Editorial — IPE — São Paulo — 14 volumes.
- 22 — Oliveira, Franklin de — “Joaquim Nabuco” — in “A Literatura no Brasil” — vol. III — T. 1 — Livraria São José — Rio, 1959 — páginas 264 / 275.

- 23 — Pinheiro, Péricles da Silva — “O Republicanismo de Joaquim Nabuco” — in “Revista do Arquivo Municipal” — CXLVIII — 1952 — páginas 52 / 108.
- 24 — Prado, Eduardo — “A Ilusão Americana” — 4.^a edição revista — São Paulo, 1917 — 264 páginas.
- 25 — Reis, Arthur Cezar Ferreira — “A Amazônia e a cobiça internacional” — Comp. Editora Americana — 4.^a edição — Rio, 1942 — 242 páginas.
- 26 — Viana Filho, Luís — “A Vida de Joaquim Nabuco” — Livraria Martins Editora / INL / MEC — São Paulo, 1973 — 2.^a edição — 421 páginas.
- 27 — Vieira, Celso — “Joaquim Nabuco” — “Libertador da Raça Negra” — Inst. Progresso Editorial S.A. — São Paulo, 1949 — 309 páginas.

S. Paulo, 6 - 5 - 1.981

AS CADEIRAS DO OUVIDOR

Celso Maria de Mello Pupo

Numa revivescência de velhos hábitos, objetos tri-centenários nos trazem recordações caras com valiosas minúcias que nos falam, mas que falam multiplicando detalhes, enriquecendo a história e valorizando a recordação. Então, quem os conserva deve-lhes o registro literal que perpetue descritivamente a memória que representam.

Herdados de uma cadeia de antepassados, chegam a exigir a perpetuidade de um histórico, como esforço de sobrevivência em bibliotecas, e com a nobre função de servir aos que buscam o pretérito de nossa gente, dos lares antigos, dos hábitos que marcaram época passada da vida familiar, no centro urbano ou no formoso viver campestre.

Trezentos anos distantes, duas mobílias exigem uma recordação de interesse histórico mas, especialmente para o autor, de caráter afetivo, ao sentir, no madeiro encourado, zelo e carinho de avoengos, guardiães da tradição familiar e conservadores de memórias caras dos que transmitiram a vida que se repete com o multiplicar de gerações.

São memórias da meninice quando um avô, em torno de uma mesa de jantar, repetia, para netos ávidos de conhecimentos, fatos familiares de antanho, grandiosos para o pequeno ambiente que se constituía de um pequeno núcleo familiar da cidade, mas que entre seus membros se tornava maior por ter história, ter tradição, ter amor ao lar com a sua variada, sua multiforme composição.

Mas quem quer historiar não se pode omitir na transformação do que é somente tradição em história documentada, impondo, assim, a verdade como fundamento de seu relato. Para isto tivemos em mãos os inventários de bens deixados por Bento do Amaral da Silva, o ouvidor interino de São Paulo, e o de sua mulher Escolástica de Godói, ambos no Arquivo Público do Estado, e outros de descendentes deste casal, em tabelionatos de Itu e Capivari, graças à boa vontade do diretor e funcionários do Arquivo, de tabeliães procurados e de outras autoridades amigas que nos honraram com sua atenção.

A FAZENDA DO EMBOAÇAVA

De terras produtivas, teve esta fazenda um anterior proprietário, Afonso Sardinha, personalidade de grande evidência na vida da Capitania, e de quem vários historiadores trataram.

"Foi Afonso Sardinha o primeiro que teve em São Paulo trapiches de açúcar, de que pagava grandes direitos ao Rei, na sua fazenda de cultura no sítio de Ubatatá junto do rio Jurubatuba (que agora se diz Rio dos Pinheiros) em 1607, e nesse tempo teve de sesmaria mais terras e matos correndo o rio abaixo, desde o lugar da aldeia dos Pinheiros". "Das minas de Santa Fé e Jaraguá extraiu tanto ouro que, quando faleceu, declarou no seu testamento possuir 80 mil cruzados em ouro em pó"(1) diz Azevedo Marques.

"Aos 30 de setembro de 1592, Afonso Sardinha é eleito pelos "Homens Bons" e oficiais da Câmara de São Paulo, capitão da segunda guerra contra os selvagens do sertão"(2) como assegura Aureliano Leite(3).

E Roger Bastide, tratando da escravatura negra, escreveu: "Só podemos ter certeza quanto ao aparecimento do primeiro africano em São Paulo a partir de Afonso Sardinha, o qual tinha um navio fazendo o roteiro de Angola. E esse aparecimento liga-se à primeira tentativa de mineração em São Paulo (minas do Jaraguá) e não à cultura da terra, como no Nordeste(4).

Valemo-nos agora de Afonso d'Escragnole Taunay: "Grande comerciante e capitalista, grande proprietário e lavrador, mineirava ouro no Jaraguá, fabricava e exportava marmelada, a ponto

-
1. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, «Apontamentos» «da Província de São Paulo» I 3.
 2. Belmonte em «No Tempo dos Bandeirantes» 27, diz ter havido nesta fazenda, no século dezessete, pequeno forte de «taipa e tranqueiras», «no Emboaçava, para os lados de Pinheiros, na confluência dos rios Grande e Jeribatiba e foi erguido para evitar novos ataques de índios à vila».
 3. Aureliano Leite, «A História de São Paulo» 20.
 4. Roger Bastide, «O Negro em São Paulo», em «São Paulo em Quatro Séculos» II 23.

de poder fornecer, de uma remessa, cem caixotes, e negociava grandes partidas de farinha, sal e açúcar". Era nos "Pinheiros onde "assistia" o creso da época Afonso Sardinha"(5). "Em seu testamento narra Afonso Sardinha que à África portuguesa mandara o sobrinho Gregório Francisco buscar escravos, "peças do gentio de Guiné"(6).

Sua casa rural era a atual "Casa do Bandeirante" que antes da retificação do rio Pinheiros estava junto à sua margem direita (fig. 1) em construção de taipa; possuía outra nesta fazenda, de pau-a-pique, certamente fora de terras alcançadas pelas enchentes, e que figura no inventário de Escolástica de Godói. Da Cidade a esta fazenda, era fluvial o transporte, com embarque no sopé da ladeira do Carmo, segundo Adolfo Augusto Pinto, no embarcadouro do Tamanduateí "então o *Porto Geral* da povoação"; navegando-se rio abaixo até a confluência com o Tietê, no qual "rio acima, alcançava-se a Conceição dos Guarulhos, São Miguel e Itaquaquecetuba. Navegando o rio para baixo, tocava-se primeiro no sítio de Nossa Senhora da Esperança, com aldeamento fundado por Manuel Preto, e que veio a ser depois a capela e povoação de Nossa Senhora da Espectação do Ó; deixava-se pouco abaixo, à esquerda, o sítio de Emboaçava, de Afonso Sardinha"(7).

Esta navegação pelo Tietê alterava-se na embocadura do rio Pinheiros, pelo qual se subia até encontrar a atual "Casa do Bandeirante", então junto à margem direita deste último rio, em promontório como ainda hoje se vê. E é esta mesma fazenda que vamos encontrar na segunda metade do século dezessete, como propriedade do ouvidor interino Bento do Amaral da Silva, também proprietário no Jaraguá, o que induz à conclusão de ter este ouvidor adquirido uma parte, com dois imóveis, do antigo patrimônio de Afonso Sardinha.

E é fácil identificar e localizar a fazenda de Afonso Sardinha que possuiu Bento do Amaral "entre os rios Tietê e Pinheiros", que não são paralelos mas convergentes, o que a coloca, seguramente, na confluência destes rios. Além das localizações acima transcritas, o inventário dos bens deixados pela viúva de Bento do Amaral da Silva, Escolástica de Godói(8) registra a arrematação de parte de suas terras feita pelo credor do espólio e herdeiro, José do Amaral Gurgel, "em seu campo com seus valos e com os valos do sítio", "no bairro do Emboaçava por onde passa a estrada de Parnaíba".

5. Afonso d'Escragnole Taunay, «São Paulo nos Primeiros Anos» 159 e 182.

6. Afonso d'Escragnole Taunay, «São Paulo no Século XVI» 186.

7. Adolfo Augusto Pinto, «História da Viação Pública de São Paulo», 13.

8. Arquivo Público do Estado.

[illegible]

2 — O rio Pinheiros antes e depois de canalizado, e a sede da fazenda do Emboacava, hoje "Casa do Bandeirante" na Praça Monteiro Lobato. (Gentileza de Mário Savelli)

Completamos a descrição da fazenda: “um galho desta via, hoje a acompanhar terrenos do Hospital do Isolamento e o cemitério do Araçá, servia de separação das terras do Pacaembu e do Medihy, propriedade dos Jesuítas, das da Emboaçava, pertencentes ao velho Afonso Sardinha”(9), que ao nascente tinha por divisas uma linha acompanhando, mais ou menos, as atuais ruas Dr. Arnaldo-Afonso Bovero; ao norte, o rio Tietê e ao poente o rio Pinheiros, tendo ao sul a estrada de Parnaíba.

Era Bento do Amaral da Silva filho de José Nunes da Silva (que Pedro Taques disse erradamente José Nunes do Amaral) e de Mécia de Arão Gurgel, neto materno de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral. Faleceu Bento a 21 de junho de 1719(10) e foi “tronco da numerosa família Amaral Gurgel”, ramo de São Paulo. “Depois de haver, em São Paulo, exercido importantes cargos, tais como os de juiz, ouvidor e corregedor, retirou-se à vida privada, estabelecendo-se em sua fazenda Emboaçava, nas margens dos rios Tietê e Pinheiros”(11) (Fig. 1).

GURGEL E SUA ORIGEM

Desde a primeira metade do século dezesseis, vinho sendo o Brasil campo de incursões dos franceses interessados em comerciar com pau-brasil, burlando a legislação e a vigilância da metrópole portuguesa. Historia Simonsen, que a “França, muito mais populosa que Portugal, apresentava nessa época, com suas indústrias nascentes, um mercado fértil não só para as madeiras tintoriais, como para as especiarias. Daí, as investidas dos franceses ao comércio com os indígenas do Brasil. Não disputando a terra aos autóctones, procuravam agradá-los quanto possível, por intermédio de hábeis intérpretes que aí deixavam, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam”(12).

Relata Jean de Léry, que “nas índias pertencentes ao rei de Portugal *ex veteri occupatione*, não deseja este rivais, nem mesmo que as costas sejam visitadas por súditos de potências estrangeiras. Os normandos, bretões e picardenses que estiveram no Brasil foram muito hostilizados, o que deu margem a amargas representações da França contra Portugal”, os quais visitavam “Cabo Frio, enseada e porto dos mais conhecidos dos navegadores franceses”(13).

Latif, em seu trabalho sobre a cidade do Rio, diz: “continuam os mercadores franceses tranqüilamente a visitar a re-

9. Afonso d'Escagnole Taunay, ob. cit. 214.

10. Arquivo Público do Estado, inventário.

11. Jacinto Ribeiro, «Cronologia Paulista» I 677.

12. Roberto Simonsen, «História Econômica do Brasil» I 90.

13. Jean de Léry, «Viagem à Terra do Brasil» 37 e 77.

gião". "Querem apenas comerciar". "Os marinheiros normandos e bretões voltam sem grandes tesouros, mas tornam-se heróis do grande oceano". "No cais de Saint-Malo e do Havre, todos querem se inteirar das novidades e cercam os lobos do mar"(14).

Conta Silva Leme, seguindo Pedro Taques, o primeiro a historiar a prisão de Gurgel, que na repressão a uma dessas incursões, o capitão João de Sousa Pereira Botafogo se destacou e, como "este Botafogo era destemido e de reconhecida nobreza, foi feito capitão de uma das canoas e mandado a Cabo Frio a impedir o contrato de pau-brasil com que os franceses estavam comerciando. Foi tão feliz nessa empresa que, pelejando com valor e ousadia com os franceses, conseguiu vencê-los, fazendo prisioneiro, entre outros, a Tucen Gurgel cabo de toda a armada, valoroso francês, que foi levado ao Rio de Janeiro e foi o tronco dos Amarais Gurgéis daquela cidade, e que depois se espalharam em São Paulo"(15).

O local, Cabo Frio, e o posto de Gurgel condizem com o ensino do historiador João Ribeiro sobre o feito dos portugueses no governo de Salvador Correa de Sá, governador do Rio de Janeiro até 1570; tomaram eles em Cabo Frio, uma nau francesa de "duzentos tonéis", com esquadilha de canoas, curiosa organização adotada pelos portugueses, "extremamente móveis, invenção dos selvagens" "que operavam com êxito à noite, quase sem vulto e só percebidas pelo inimigo tardiamente".(16)

A prisão de Gurgel estará, portanto, em torno destes fatos, em ligação com estes nomes, mas em época incerta (1564, diz Roque Luís de Macedo Leme da Câmara) (17). Devemos distinguir os navegantes franceses católicos, comerciantes de pau-brasil em Cabo Frio, dos calvinistas que quiseram criar sua colônia no Brasil; estes quando prisioneiros, não eram poupados. (18).

Vieira Fazenda(19) diz que Gurgel faleceu antes de 1631 com mais de oitenta anos; Rheingantz(20) afirmando que ele nasceu no Havre, fixa sua morte em 1625. Aceitando-se esta últi-

14. Miran de Barros Latif, «Uma Cidade nos Trópicos» 2.^a edição, 17.

15. Luis Gonzaga da Silva Leme, «Genealogia Paulistana» V 508.

16. João Ribeiro, «História do Brasil» 118 da 6.^a edição.

17. Roque Luís de Macedo Leme da Câmara, «Nobiliarquia Brasiliense» na Revista do Instituto Histórico de São Paulo XXXII 152.

18. João Ribeiro, ob. cit. 130, conta que «o principal alvo era tripudiar sanguinolentamente sobre a heresia reformista».

19. José Vieira Fazenda, «Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro», na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 95, vol. 149.

20. Carlos G. Rheingantz, «Primeiras Famílias do Rio de Janeiro», I 117 e II 324 — e «Toussaint Grugel» em «O Globo» de 26-7-1965, neste afirmando que «na habilitação de genere de um dos seus netos, os depoentes, em seus testemunhos, foram unânimes em declarar que Toussaint Gurgel nasceu em Havre de Grâce».

ma data e a idade de oitenta e dois anos, haveria de ter nascido em 1543; se foi preso com 27 anos como diz Fazenda, esta prisão ter-se-ia dado em 1570, o que corrobora com o relato de João Ribeiro. Casou-se Gurgel em 1598, com 55 anos, e a noiva talvez com 20, como era hábito na antiguidade; é o que se pode concluir das afirmativas e da documentação.

Diz Heitor Gurgel(21) sem indicar o fundamento de sua afirmativa, que Toussaint recebeu de um padre as idéias calvinistas; não cremos que ele se tenha tornado calvinista, pois então não teria escapado à pena máxima e, igualmente, ele protestante, em época de acirrada paixão religiosa, não se teria casado em nobre família da terra, gente profundamente católica, não teria batizado os filhos, como consta dos arquivos religiosos e não teria um filho, netos e mais descendentes, sacerdotes católicos. Assim admitimos que ele tivesse sido encarregado do comércio de pau-brasil, como muitos franceses que não eram os criadores da França Antártica.

Gurgel prisioneiro entendeu-se bem com os seus vencedores, casando-se com brasileira para se tornar o tronco da velha e vasta estirpe de Amaral Gurgel, apelidos ambos de origem nobre, sem o que não se teriam transmitido, só por linha feminina, superando a influência dos demais, perpetuando-os e espalhando-os com grande descendência.

Gurgel, que tem o seu prenome citado de várias formas, Tassem, Tacem, Toussem, Touvem, (Toussaint, diz Viera Fazenda) mas invariavelmente e por todos os historiadores, o francês de alcunha e nacionalidade, viveu no Rio de Janeiro, segundo, ainda, Vieira Fazenda e Afrânio Peixoto:

“Mau grado a vigilância dos Governadores, continuavam os franceses a fazer em Cabo Frio o contrabando de pau-brasil. Um certo Toussaint Gurgel foi apanhado em flagrante e preso por João de Sousa Pereira Botafogo. Gurgel fixou residência nesta cidade. Residia na rua do Gadelha (Ouvidor) do lado direito, acima do beco de Francisco Barreto (hoje das Cancellas) com fundos para a rua de Domingos Manuel (Rosário). Faleceu antes de 1631. Fora casado com D. Domingas de Arão Amaral. Teve muitos descendentes, que se espalharam por vários pontos do Brasil”(22).

21. Heitor Gurgel, «Uma Família Carioca do Século XVI» 27, trabalho valioso que nos dá a conhecer Toussaint em sua vida, valor e intimidade.
22. Afrânio Peixoto, «A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro», publicação n.º 10 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Gurgel, como francês e como fidalgo, transmitiu brasão de armas a seus descendentes; assim, deveria ter em França família conhecida. Buscando identidade de nomes e de armas, demos em Rieststap, prancha LXXVI, com os de Gourgues que ostentam em campo azul um leão de ouro, estirpe também registrada por de La Chenaye-Desbois et Bardier em seu "Dictionnaire de La Noblesse", com os componentes Dominique de Gourgues falecido em 1593(23) notável em feitos de guerra marítima; Marc-Antoine de Gourgues, Armand-Guillaume-François de Gourgues, todos com o símbolo de sua família, "d'azur, ao lion d'or, armé et lampassé de gueules".

E o nosso Gurgel, o Francês, com seu leão por armas, seria de um ramo da estirpe dos de Gourgues, apelido que, pela impossibilidade de pronúncia perfeita pelo povo, derivou para Gurgel, tendo passado pelas formas aportuguesadas de Gurgué (com é aberto) Gurgé e, finalmente, Gurgel, talvez concorde com o desejo do portador do nome, pois muitos nobres, então, procuravam esconder sua origem, na época e na terra da promiscuidade, pela sobrevivência e enriquecimento. Se Gurgel fosse o seu primitivo nome, a pronúncia francesa o teria transformado em Guirgel e não em Gurgel que deveria ter a raiz Gour, como indica o relato de Heitor Gurgel(24) sobre Aires Joaquim do Amaral, do ramo de Moçambique, que, ao se casar com a francesa Denise Rogierre, mudou a grafia do seu apelido para Gourgelt, assim como o inconfidente Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, exilado ainda em Moçambique, onde chegou em 1792, lá deixando descendentes de apelido "Gourgel". Com outra aparente origem, não se identificam brasão e apelido conjuntamente.

Sanches de Baena(25) dá início à família Gurgel em Cláudio Gurgel, dizendo que, pelo seu irmão José, passou ao Brasil. Inversamente deve ser historiada, pois se formou no Brasil com origem francesa e depois passou a Portugal; no Brasil cresceu, espalhou-se, engrandeceu-se para ter hoje eminentes figuras de projeção das mais ilustres na vida do País.

Não caberia em nosso trabalho maior desenvolvimento na descendência do casal-tronco Amaral Gurgel, trabalho genealógico que se tornaria vastíssimo, já que esta família alongou seus ramos por todo o Brasil, com brilho invulgar de muitos deles;

23. Enciclopédia e Dicionário Internacional, IX 5253, diz que Domingos de Gourgue navegante francês do século XVI, nasceu em 1530, foi grande navegador com expedição na recoquista da Flórida. É também citado no Larousse, século XX, III 835.

24. Heitor Gurgel, ob. cit. 101.

25. Visconde de Sanches de Baena, «Arquivo Heráldico-Cenealógico» LXXXIV.

Amaral Gurgel espalhou-se pelo País e hoje, com surpresa, vamos encontrá-lo onde menos esperamos registrar seus descendentes.

Pequena referência permite aquilatar o vigor desta estirpe nascida do casal Toussaint-Domingas; segundo autores e as cartas de brasão que citamos, foram suas filhas: Mécia de Arão Gurgel, casada com José Nunes da Silva; Ângela de Arão do Amaral, casada com João Batista Jordão; e Antônia do Amaral, casada com João de Azevedo Rocha. Mas as obras de Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz, precedidas de buscas, nos facultam os nomes de seis filhas e um filho que se fez padre; das filhas ficou numerosa descendência, perpetuando, mesmo pelas linhas femininas, os apelidos de Amaral Gurgel.

AMARAL GURGEL

Amaral Gurgel é nome que se gravou no berço do Rio de Janeiro; seu signo de família transpos umbrais da casa paterna para se espalhar pelo Brasil, buscar longinquas paragens onde se repetisse o eco de sua grandeza e firmasse pendões de patriotismo, de benemerência, de talento, de cultura e de civilização; engrandecido nas praias maravilhosas da Guanabara, passou a São Paulo com Bento do Amaral da Silva, filho de José Nunes da Silva e de Mécia de Arão Gurgel; neto paterno de Antônio Nunes da Silva e de Maria Jordão; neto materno de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, por quem foi bisneto de Antônio Diogo do Amaral e de Micaela de Jesus de Arão.

Como eram os velhos hábitos das preocupações genealógicas, os apelidos mais nobres prevaesciam na descendência sem cogitação das linhas masculina ou feminina, uma vez que a legislação portuguesa as considerava com os mesmos direitos para transmissão da nobreza. Dos troncos citados, perpetuaram-se os apelidos Gurgel e Amaral, com alguma repetição de Arão, numa afirmativa incontestada do valor nobiliárquico deles, multiplicados e espalhados pela descendência que os elevou, especialmente os dois primeiros apelidos, a altos níveis entre as famílias brasileiras.

Dos Gurgéis, já tratamos antes; Amaral é nome de tradição da gente de Portugal, sempre a elevar os seus portadores de linha legítima; mas o bisavô de Bento do Amaral da Silva, Antônio Diogo do Amaral, era casado com Dona Micaela de Jesus de Arão. Este último apelido, de Arão, foi objeto de várias conjecturas dos genealogistas do Rio de Janeiro, Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz. O primeiro, Heitor Gurgel, perde-se em indagações sobre a origem do nome, se Daran não provém de um parentesco com Nicolau Durand(26).

26. Heitor Gurgel, ob. cit. 33.

Não nos parece haver dúvida de que Daran e de Arão, significam estropiamentos do apelido *de Aran*; entendemos que o nome primitivo era de Aran, como disse o segundo Cláudio Gurgel do Amaral, procurador da cidade de Lisboa, que era letrado(27); nome de família que teria sido adquirido de propriedade situada em vale espanhol, na fronteira da França, região que tem o nome Aran. O apelido de família se tornou de Aran e, aportuguesando-se, d'Aran, Daran e de Arão, usando os escritos dos assentamentos, ora uma forma, ora outra, em igualdade de transformações sofridas por outros nomes como de Antas que passou a d'Antas e Dantas. Tendo Micaela de Jesus de Arão uma possível origem vizinha da França, seria este um motivo para atrair Toussaint e, a nosso ver, sem nenhum parentesco com Durand e com outros invasores do Rio de Janeiro.

Bento do Amaral da Silva, depois de enriquecer mineirando ouro, fixou-se em São Paulo. Sobre ele pesou uma acusação injusta de Pedro Taques, avô materno do genealogista homônimo, acusação que não prevaleceu, pois teria Bento do Amaral obtido reparação que o beneficiou em seguida, isto em face das apreciações deixadas por historiadores de mérito, que não lhe regatearam elogios. Tais acusações teriam sido baseadas na singularidade do nome Bento do Amaral, usado multiplicadamente na família, com pequenas diferenciações, muitas vezes esquecidas. Bento do Amaral da Silva e seu irmão Francisco do Amaral Gurgel, eram primos de outros dois irmãos, Bento do Amaral Coutinho e Francisco do Amaral Coutinho.

Pedro Calmon ensina que Bento do Amaral Coutinho é o Bento do Capão da Traição e o herói contra os franceses(28). Em sua recente obra, Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, discorrem afirmando: "os numerosos documentos, inclusive o registro de Cartas de 1700 a 1712, do Arquivo Ultramarino, consultado anos a fio, exaustivamente, pelo criterioso historiador S. Suanes para escrever sua alentada obra OS EMBOABAS, dizem a "una voce" que o indigitado autor da lendária mortandade (o adjetivo é nosso) do Capão da Traição, chamava-se Bento do Amaral Coutinho, o mesmo que depois ajudou a defender o Rio de Janeiro dos franceses invasores. Além de Suanes, os historiadores João Ribeiro, Rocha Pombo, Manuel Galant, Jonatas Serrano e o Barão do Rio Branco, entre outros, afirmam que o autor da

27. Luísa da Fonseca, «Bacharéis Brasileiros» em Anais do IV Congresso de História Nacional, XI 175, informa que Cláudio Gurgel do Amaral, «em requerimento datado de Lisboa, 8 de fevereiro de 1706, pretende o ofício de Procurador da cidade de Lisboa, e declara ser sua avó materna Ângela de Aran do Amaral.

28. Pedro Calmon, «História do Brasil» III 990 nota.

chacina e o defensor do Rio de Janeiro foram uma única pessoa e que se chamou Bento do Amaral Coutinho”(29).

Bento do Amaral da Silva se casou e se fez tronco dos Amaraís Gurgéis paulistas que se espalharam pelo Estado, a começar pela Capital, por Itu, de onde procuraram as terras novas de Campinas que adolecia. Como em outros locais, souberam continuar o nome herdado. Para Frei Adalberto Ortmann OFM, ao historiar a “Capela de São Francisco em São Paulo”, era o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva, “político vigoroso e pertinaz”, insigne benfeitor do convento de São Francisco, merecendo sepultura perpétua para si e seus descendentes na igreja conventual, do cruzeiro para dentro, debaixo da lâmpada”, tronco ilustre dos Amaraís Gurgéis paulistas”, que se “filhou à Ordem Terceira no fim da vida, nela professando com sua mulher Escolástica de Godói, no dia de Santa Rosa de Viterbo, 4 de outubro de 1714”. E este mesmo autor reproduz afirmativa de Diogo de Vasconcelos para quem “o ouvidor geral interino da capitania de São Paulo foi o descobridor das minas de Caeté”(30).

Para Pedro Taques, o fidalgo genealogista de São Paulo, neto homônimo do acusador de Bento do Amaral da Silva, era o sargento-mor “natural do Rio de Janeiro, da nobre família dos Amaraís Gurgéis daquela capitania, onde sua distinção e nobreza é assaz conhecida, e continua a sua descendência em avultadas casas e senhores de engenho da dita cidade”. “Foi o ouvidor e corregedor da capitania de São Paulo, por ausência, do proprietário o desembargador João Saraiva de Carvalho. Teve grande tratamento igual ao fundo do seu cabedal. A sua casa foi servida com numerosa escravatura, criados mulatos, todos calçados, bons cavalos de estrebaria, ricos jaezes, excelentes móveis de prata e ouro e sendo bastantemente avultadas as baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas. Tinha passado às Minas-Gerais no princípio da grandeza e fertilidade do seu descobrimento, e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal, que soube empregar em fazendas de cultura para o tratamento que teve de pessoa tão distinta. A sua fazenda foi no sítio de Embocava, margens entre os rios Tietê e Pinheiros”(31).

-
29. Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, «Parati, Caminhos do Ouro» 33 e 34.
 30. Frei Adalberto Ortmann F.O.M., «História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo na 16.ª publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 161.
 31. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, «Nobiliarquia Paulistana», na Revista do Instituto Histórico Brasileiro XXXII 257.

De Bento do Amaral da Silva, diz Azevedo Marques: "natural do Rio de Janeiro e morador em São Paulo, filho do Coronel José Nunes do Amaral(32) e de Dona Mécia de Arão Gurgel, foi cidadão muito considerado por suas excelentes qualidades e pela notável fortuna que adquiriu nas Minas Gerais, onde residiu alguns anos. Em São Paulo exerceu lugares importantes, como os de Juiz, ouvidor e corregedor, por mais de uma vez. Retirando-se depois à vida privada, estabeleceu a rica fazenda denominada Emboaçava nas margens entre os rios Tietê e Pinheiros"(33).

Enquanto Silva Leme na sua monumental obra genealógica repete que Bento do Amaral da Silva "tinha passado às Minas Gerais no princípio da grandeza e fertilidade de seu descobrimento e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal que soube empregar em fazendas de cultura para tratamento que teve de pessoa tão distinta"(34), Afonso d'Escragnole Taunay o inclui entre os "povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração no território das Minas Gerais"(35).

Como residência, mais de uma casa possuía o sargento-mor; a de São Paulo, localizada à frente da igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, na rua deste nome, era de taipa de pilão como as boas construções da época, de dois lanços(36),

-
32. Seu nome exato era José Nunes da Silva; veja Carlos G. Rheingantz, ob. cit. 368 e Heitor Gurgel, «Uma Família Carioca do Século XVI», 66.
 33. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, «Apontamentos da Província de São Paulo» I 60.
 34. Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. VI 122.
 35. Afonso d'Escragnole Taunay, «História das Bandeiras Paulistas» I 223.
 36. Não é possível aceitar, para documentos de séculos passados, a palavra lança como seções internas de uma casa, separadas por um corredor. São frequentes em velhos inventários, as casas com dois lanços, sendo um assoalhado, o que quer dizer que um tinha seu piso de assoalho acima do solo, e outro de terra pilada. É encontrado o imóvel de dois lanços, como reproduzimos no texto, «sendo um de sobrado com duas camarinhas», o que quer dizer que o primeiro corpo da casa tinha assoalho e, como andar superior, duas câmaras; além deste corpo ou lança, o segundo lança ou corpo com os cômodos de serviço. O inventário de bens de Bartolomeu de Quadros, de 1649, mostra a descrição de imóvel confirmando nossa interpretação: casa de Parnaíba com dois lanços, e «seus corredores» (no plural); «umas casas de sobrado de dois lanços e seus corredores e mais um lança de casa terreira» (Arquivo do Estado), e a casa de três lanços no inventário de Cornélio de Arzão, falecido em 1638. Aluisio de Almeida usa, dentro de nosso modo de entender, o vocábulo lança, quando se refere a um puxado, nestas palavras: «foram derrubados o lança da cozinha e o muro do poente» (História de Sorocaba 240). Conclui-se que a palavra lança, quando designa qualidade de uma construção, aposta em muitíssimos inventários que temos tido em mãos, só pode significar extensão diferenciada por algum característico: primitivamente as casas se constituíam de um

sendo um de sobrado com duas camarinhas(36-A), corredor, salas e demais cômodos, vasto quintal até a rua dos fundos, murado também de taipa e divisando com o capitão Amador Bueno da Veiga e Isabel Pedroso. Na fazenda do Emboaçava(37), entre os rios Tietê e Pinheiros, possuía sua casa rural(38) com capela, altar e pedra d'ara, muitas imagens de santos de sua devoção, propriedade incluída, ao falecer o sargento-mor, na meação da viúva que dela continuou usufruindo até finar-se aos 6 de novembro de 1736 (39).

Seu mobiliário era faustoso na simplicidade da vida paulista do século dezessete e alvorecer do século dezoito: salas com bufetes de jacarandá, com pés torneados, molduras e gavetas; doze tamboretetes(40), ou cadeiras, de couro lavrado, de pregaduras e maçanetas douradas, ostentando nos espaldares os braços

só corpo (casa do Bandeirante), exigindo apenas um telhado de duas ou quatro águas; eram de um só lanço e não dispunham de cozinha, mas de uma varanda aberta, ou alpendrada, ou alpendre. Posteriormente, passou-se a construir um adicional (no século vinte chamado puxado) com menor pé-direito, com telhado próprio e com parede em continuação, constituindo o segundo lanço. Esta interpretação está em dicionário arcaico de Frei Domingos Vieira, em dicionários modernos também, como «extensão do pano de muro, da parede, do entrincheiramento»; «seção de uma estrada», de um muro, «extensão», «parte de uma escada compreendida entre dois patamares», como entendemos significar a palavra lanço em velhos documentos. A última edição do dicionário de Antenor Nascentes, edição de Bloch, registra o significado moderno, mas contraditoriamente acrescenta: «a palavra é de verbal (regressivo de um verbo) de lançar. E, dizem, se é de verbal de lançar, dois lanços significam dois atos de lançar, dois movimentos, duas realizações, como significava em séculos passados.

- 36-A É indispensável não confundir «camarinha» com «alcova». Camarinha era cômodo de um pequeno andar superior sobre um grande andar térreo, ou antes, inferior, como se pode ver em meu livro «Campinas, seu Berço e Juventude», figuras 18 e 19 na página 183, e em Belmonte, «No Tempo dos Bandeirantes», página 48. Alcova era um pequeno cômodo, ou, comumente, cômodos, no fundo de um cômodo grande, como está no meu citado livro, figura 8 da página 91, em dois cômodos de frente. Embora não se encontrem tais distinções em dicionários modernos ou arcaicos, o uso das duas palavras tinha a diferenciação acima exposta, encontrada em documentação numerosa.
37. José Jacinto Ribeiro, «Cronologia Paulistana» I 677.
38. Nunca encontramos a expressão «casa grande» para designar a casa sede da fazenda ou engenho, nas regiões paulistas. Tais casas, entre nós eram, e ainda são entre gente mais conservadora, chamadas «sobrados» por serem, geralmente, as únicas de assoalho, enquanto as demais só dispunham de pisos de terra socada.
39. Arquivo Público do Estado, inventários.
40. Frei Domingos Vieira, «Tesouro da Língua Portuguesa» V 671: «tamboretetes — cadeira rasa sem braços; tem espaldar a diferença dos mochos que são rasos, de braços e espaldares».

d'armas do rico senhor; caixas de vinhático com gavetas e fechaduras com guarnições; outros bufetes, tudo feito na Bahia que era a capital do bom gosto e das manufaturas de requinte e luxo. Mais outros bufetes de jacarandá com gavetas, mais doze tamboretas, ou cadeiras, de couro lavrado, com espaldares também armoriados e de pregadura miúda "feitos na terra", o que quer dizer, feitos em São Paulo; outras caixas com fechaduras, toalhas de mesa de pano fino e guardanapos, coxins de damasco carmesim e veludo vermelho, cortinas de damasco vermelho forrado de tafetá amarelo com seus alamares, tapetes de Arraiolos e espelho com molduras de jacarandá.

Suas câmaras e alcovas não desmentiam a riqueza do fidalgo, com leitos de jacarandá torneados feitos na Bahia e com cortinados de primavera(41) "arrendados de prata"; colchas de damasco vermelho e ouro guarnecidas com tafetá, colchas de chamalote azul, lençóis de linho, colchões de lã e grandes almofadas arrendadas; catres de jacarandá torneado ou "feitos na terra" e toalhas "de água à mão arrendadas".

E todo este acervo de móveis, tinha seu modelo em Portugal, era mobiliário português do século dezessete, como ensinava Wasth Rodrigues: "entendemos que se pode dizer mobiliário luso-brasileiro, mas não estilo luso-brasileiro, à semelhança de estilo indo-português, uma vez que não houve no Brasil uma contribuição equivalente à da Índia. O estilo português foi adotado no Brasil com a máxima fidelidade, poucas peças existindo entre nós que não tenham irmã gêmea em Portugal". "Dominava então em Portugal a cadeira com espaldar e assento de sola lavrada, a mesa de grossos torneados, os contadores de molduras tremidas ou de ornamentação indiana, as caixas ou arcas já com guarnições de tremidos e bela ferragem recortada e vazada à maneira mudéjar ou em desenho oriental"(42).

Para a esposa tinha Bento do Amaral o palanquim(43) pintado, guarnecido de cortinas de seda vermelha forradas de tafetá carmesim com seus alamares, palanquim em uso até a morte da viúva. Todo o luxo continuava no guarda-roupa do sar-

41. Frei Domingos Vieira, ob. cit. V 925: «primavera — certo pano de seda, folhagens e matizes».

42. J. Wasth Rodrigues, «Mobiliário do Brasil Antigo» 19 e 21.

43. Frei Domingos Vieira, ob. cit. IV 632: «palanquim — rede suspensa em um varal por duas pontas, na qual vai alguém sentado ou deitado; sobre o varal corre um sobrecoço com cortinas que cobrem a pessoa que nela vai». Deste, uma evolução para a cadeirinha, conservando o nome de palanquim, se compunha de uma rótula, ou teio adornado no qual se fixavam os dois varais para assentarem nos ombros dos carregadores; da rótula pendia uma grande cortina. Chamavam-na, também, serpentina. Veja Tomás Ender, «O Velho Rio de Janeiro» 49 e 157.

gento-mor fidalgo, com casaca de veludo forrada de primavera azul com ramos brancos e calça de veludo; véstia(44) de brocado branco guarnecida de ouro; casaca de pano pardo; capa, casaca e calça com véstia de seda; capa, calça e véstia de seda, tudo com golas de ouro; e mais adornos sem faltar a cabeleira de estilo e a espada de punho de prata.

Muito ouro, muita prataria, vários imóveis rurais, armas, numerosa escravatura e criados, "todos calçados", peças de administração(45) animais cavalares com ricos jaezes e numerosas éguas de criar, muares, gado vacum, inúmeras dívidas ativas e nenhuma passiva, compunham sua vultosa fortuna, verdadeira fábula para a pacata cidadezinha que era a modesta São Paulo.

TAMBORETES, BUFETES E TAPEÇARIAS

Com duas dúzias de tamboretas, como se descreve no inventário, notamos nos seus arrolamentos a falta de cadeiras. Não as possuiria o rico ouvidor geral? Por algum tempo percorremos a literatura histórica sobre nossa vida nos séculos dezessete e dezoito, mas só novas leituras do próprio inventário chegaram a nos fazer duvidar do significado do termo tamborete, parecendo-nos estranho que homem tão rico não possuísse cadeiras e usasse em sua casa vinte e quatro tamboretas, designação que se poderia aplicar a pequenos bancos como hoje se designam, mas que no inventário vêm avaliados por altíssimo preço em confronto com outros valores da época. Mais uma estranheza está na descrição de doze tamboretas "com pregadura e maçanetas douradas".

Não estaria em nível da época o valor dado aos tamboretas na avaliação, se objetivasse pequenos assentos: os doze mais antigos valiam, cada um, dois mil réis, e os mais novos quatro mil réis por unidade, isto em 1719. Tal observação se completa, comparando-se estes valores com os comentados por Afonso d'Escragnole Taunay, de bens deixados por Sebastião Fernandes do Rego, em 1740:

"magnífico mobiliário se descreve no rol compreendendo peças de primeira ordem, de altíssimo preço para o tempo". "Assim, por exemplo: Hua dúzia de cadeyras

44. Frei Domingos Vieira, ob. cit. V 925: «véstia — parte dos vestidos que cobre o tronco, com mangas ou sem elas; traz-se por debaixo da casaca». Antenor Nascentes, Dicionário da Academia Brasileira de Letras VI 1704, edição Bloch.

45. Índios que pela Carta Régia de 19-11-1616, não podiam ser escravizados e deviam ser administrados sob condições.

Mas, vinha este nome de dois e mais séculos passados, quando tais móveis se caracterizavam pelos torneados e tremidos; e o ouvidor os possuía finíssimos: um de “jacarandá, com quatro gavetas com fechaduras”, “de pés torneados e molduras”, de oito palmos de comprimento, ou seja um metro e setenta e seis centímetros, feito na Bahia e avaliado por 25\$000; outro também de jacarandá, de sete palmos de comprimento, ou um metro e cinquenta e quatro centímetros, com duas gavetas; um terceiro ainda de jacarandá e com duas gavetas e igual comprimento de um metro e cinquenta e quatro centímetros, e, finalmente, mais um bufete de jacarandá do qual não encontramos descrição detalhada. Para tais bufetes, tinha as “toalhas de mesa de pano fino”.

“O bufete, que é uma mesa de mais amplas proporções, constitui também uma peça muito interessante. A forma é a retangular, as dimensões são duplas das de uma mesa ordinária. Os tremidos dominam na caixa; fazendo-se notar, dessa forma, no rebordo da tampa e nos espelhos e molduras das gavetas”, “com seis e oito pernas primorosamente trabalhadas”(48).

É o que sobre este móvel nos ensina Adolfo Morales de Los Rios Filho. E Alexandre Herculano, o grande clássico e historiador português, confirma a terminologia da época neste relato elegante:

“Em uma quadra das que serviam de aposentos reais no mosteiro da Batalha, à roda de um bufete de carvalho de labor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma espécie de escabelos, que pelos topos se embebia neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor já tratou nos antecedentes capítulos. Eram D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane. El-rei estava à cabeceira da mesa e no topo fronteiro o prior, tendo à sua direita Frei Joane”. “Em cima do bufete estava estendido um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos circunstantes se fitavam”(49).

Percorrendo inventários contemporâneos ao sargento-mor ouvidor, e anteriores, raramente encontramos referências a mesas. Sobram, entretanto, as toalhas “de mesa”, as “sobre-mesas”

48. Adolfo Morales de los Rios Filho, «Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira» 79 e 82.

49. Alexandre Herculano, «Lendas e Narrativas» I 276 — 13.^a edição.

que eram também cobertas de mesas, e os bufetes comuns nos usos seiscentistas e século seguinte(50).

Com referência aos tapetes de Arraiolos, adornos luxuosos e caros do potentado paulista, é Júlio Dantas quem nos esclarece para fazermos juízo sobre os que possuía o ouvidor:

“A curiosa exposição do Carmo, veio, ainda uma vez, chamar a atenção dos arqueólogos”. “Estão ali representadas todas as épocas e todas as formas da produção tapeceira de Arraiolos: os primitivos tapetes de sobre-arca da indústria caseira do século XVII, floridos de motivos ingênuos e populares; as suntuosas peças eruditas de 1700, de caráter acentuadamente persa”(51).

AS CADEIRAS DO OUVIDOR

Pelo início do século, havia em casa de antiga família paulista uma cadeira diferente do mobiliário, (fig. 2) toda de couro, assento e espaldar inteiriços, lavrados com desenho e folhagens, impressionando a curiosidade infantil pelas suas características próprias. As “pessoas grandes” da casa ensinavam, e exigiam mesmo, respeitoso cuidado ao móvel vetusto; tinha sido de avoengos e constituía venerável tradição de família; havia transcorrido vidas de vários possuidores, todos da mesma estirpe, para ser ali estimada em casa patriarcal cujo chefe mantinha ilibados os dotes de caráter e dignidade, herdados dos seus maiores e por ele cultivados na aspiração de transmitir aos seus descendentes o próprio “de puritate sanguinis”, indissolivelmente ligado, para a perpetuidade, à pureza dos princípios morais. Era uma das cadeiras do ouvidor que hoje já tem percorrido sete gerações e maior número de possuidores, ostentando, em nobre espaldar, o mais antigo exemplar armórico dos Amarais Gurgéis do São Paulo Capitania, lavrado na riqueza de folhagens e arabescos com arte e maestria, em solado próprio, para a perpetuação do símbolo da família, ora espalhada por todo o Brasil com feitos históricos, realizações beneméritas, lauréis de ciência e louros acadêmicos, sublimação religiosa, lustre dos mais caros entre as velhas e grandes famílias brasileiras.

A cadeira, cognominada, entre familiares, “cadeira do Ouvidor” pela sua origem, ou “cadeira do Padre Melchior”, é puro século dezessete: a parte de madeira, de jacarandá, foi aparelhada a enxó, o que indica ter sido feita onde a marcenaria se aperfei-

50. José de Barros Barreto — Belmonte, «No Tempo dos Bandeirantes» 86.

51. Júlio Dantas, «Os Galos de Apolo» 189, 2.^a milhar.

coara, na época, como muitas artes, pelo profundo amor ao trabalho pelo próprio trabalho, pela dedicação do artífice que punha toda a alma na sua obra, lutando, porém, com a indigência de ferramentas apropriadas e aperfeiçoadas.

As peças da cadeira, encaixadas e que se seguram com as tradicionais cavilhas, são simples e lisas como permitiam os recursos locais, constituindo o arcabouço destinado a suportar o couro lavrado no qual se concentrou o gosto artístico e toda a decoração do móvel. O assento e espaldar de couro lavrado, com tachas douradas, se a parte de madeira é uma armação lisa, são eles de fino labor de artista hábil, trabalhados com arte e exuberância de graciosos detalhes que pela generalização vieram empolgar a sensibilidade artística dos habitantes de Portugal e de suas províncias de ultramar. Era uma das cadeiras "feitas na terra com pregadura miúda e algum uso" ou um dos tamboretetes, como disseram os louvados no inventário.

O couro lavrado desta cadeira, pela perfeição e bom gosto, afigura obra do Reino; seria, então, apuramento do maior luxo exibido no Brasil. Porém, em São Paulo, em meados do seiscentismo, já havia produção de tais obras de arte, como nos conta Taunay, citando o inventário de Pedro Fernandes, processado em 1653:

"diz o arrolamento de sua oficina que applicava arrumações de cadeiras de estado, dispondo de instrumentos, numerosos e variados, para a lavragem dos respectivos couros"(52).

O luxo das peças feitas em São Paulo daria lugar a maior luxo nos móveis feitos na Bahia, como também em suas casas usava o rico filho do "poverelli" de Assis. E da documentação aqui citada apuramos que duas eram as mobílias de sala do sargento-mor ouvidor, compostas, cada uma, de doze cadeiras de couro, ou tamboretetes na linguagem da época. Doze feitas na Bahia "com pregadura e maçanetas douradas" e "doze feitas na terra com pregadura miúda e algum uso". Destas doze "feitas na terra", já descritas, existem duas; seu trabalho em couro, muito perfeito, é de mais gosto, porém menos delicado que as doze feitas na Bahia cuja lavragem é de labor finíssimo; são mais amplas nos seus assentos, de espaldares baixos também brasonados, diferindo das primeiras, especialmente na menor altura dos encostos e nas dimensões que se avantajam em largura e profundidade, início de uma tendência característica das

52. Afonso d'Escragnole Taunay, «Bibliotecas Seiscentistas Particulares em São Paulo», na Revista de Filologia e de História II 21.

cadeiras do tempo de D. João V e, portanto, na época, mais modernas que as suas congêneres paulistanas (fig. 4).

Todas as cadeiras ostentam os brasões d'armas dos Amarais Gurgéis, como se um só modelo tivesse servido aos diferentes artistas quando gravaram a pala dos Gurgéis, dando esta circunstância um consolidado valor probante aos documentos armóricos que tais móveis significam. O brasão de Amaral gravado erradamente (só pela metade) na mobília "feita na terra", foi corrigido na de confecção baiana, com os seis crescentes.

A existência hoje destas cadeiras do Sargento-mor Bento do Amaral da Silva, deve-se a cuidados de particulares em cujas mãos se conservam duas das feitas na terra; uma, feita na Bahia, pertence ao acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, todas identificáveis pelos detalhes descritos no processo de inventário, e pelo brasão gravado no espaldar, sendo que as "feitas na terra" nunca deixaram a propriedade de descendentes do Sargento-mor Ouvidor.

A HERÁLDICA DAS CADEIRAS

A heráldica portuguesa, esplendente nos reinados de Dom João III e de Dom Manuel, e sempre na finalidade de simbolizar a nobreza, atravessou anos e gerações, da ostentação dos torneios de outras eras, a brilhar em portadas e mobiliários com efeito decorativo que se enriquecia na opulência dos atributos armóricos, para nos dar preciosos documentos de arte e simbologia. Dos poucos móveis do seiscentismo, chegados até nós, impressiona a proporção das peças brasonadas, indicando, bem claramente, como já dissemos, o cuidado dos nobres em representar suas origens com a reprodução armórica. Então, já enriquecidos ramos cadetes de famílias nobres, que sem fortuna haviam deixado os seus lares europeus, geralmente território do glorioso Portugal, estadeavam o seu luxo adornando suas moradas com o uso de símbolos heráldicos gravados como nos saudosos solares paternos de tradição e nobreza. Assim, peças armoriadas do seiscentismo, atestando o fausto de casas nobres, enriquecem uma história familiar e centralizam relatos que, de avós em avós, chegam a nossos tempos (Fig. 2 e 4).

Ao fazer a leitura do brasão estampado (figs. 3 e 5) nestes móveis seculares, damos com o escudo partido para a perpetuidade de símbolos de duas estirpes: 1.º o dos Gurgéis, 2.º o dos Amarais, disposições que representam ou a varolinidade ou a importância da ascendência⁵³. Das armas dos Amarais repro-

53. Conde de São Paio (Dom Antônio), «A Heráldica Portuguesa» em anais de Primer Congresso de Genealogia y Heraldica 132.

duzidas só pela metade na mobília paulista, erro comum de artistas antigos que executavam a partição do escudo estendendo-a ao brasão a ser reproduzido, nada temos a dizer, sem embargo da curiosa forma dos crescentes invertidos e com pitorescos perfis humanos da velha e ingênua representação gráfica das meias luas. A iconografia do brasão dos Gurgéis, porém, exige alguma explanação, mesmo por ser a heráldica pouco versada em nosso país.

A principal figura do brasão de Gurgel é o leão rampante, contrariando armoriais luso-brasileiros que a indicam como leopardo passante. E nenhuma dúvida oferecem os desenhos, nenhuma confusão possível com um leopardo, figuras distintas de forma inconcursa na universal legislação heráldica.

Em Portugal e, portanto, no Brasil, pela palavra abalizada de Armando de Matos, se esclarece que leão “não se representa de frente, mas de perfil, seja qual for a posição que tomar enquanto leopardo sempre se representa com a cabeça de frente”(54).

Em França, para onde ainda vamos voltar a nossa atenção, P. B. Gheusi ensina que “le léopard est un lion modifié en quelques — uns de ses attributs essentiels. Il a toujours la tête de face et laisse pendre sa langue sur la lèvre inférieure, n'en relevant légèrement que la pointe”, enquanto dá para o leão, como característico imutável, la tête de profil”(55).

Da mesma procedência, Gourdon de Genouillac nos afirma que “le lion n'est représenté de que profil — le leopard de face”(56), como também proclamam de Lausanne os heraldistas Galbreath e de Vevey: “un lion ayant la tête tournée de face s'appelle un léopard”(57).

Pela origem dos Gurgéis, à qual já nos referimos, citamos primeiramente especialistas franceses, sem desdenhar os espanhóis que na mesma trilha seguem com suas afirmações em palavras de Alberto y Arturo Carraffa: “los leopardos se diferencian de los leones en tres cosas esenciales” — “en que los leopardos tienen la cabeza de frente, mostrando los dos ojos, en lugar de uno como los leones que la tienen de perfil”(58). E ainda em palavras de A. de Armengol Y. de Pereira: “es de notar que en blason los leopardos se ponen con la cabeza siempre de frente, viendoseles los dos ojos, a diferencia de los leones, que se colocan de perfil, mostrando solo un ojo”(59).

54. Armando de Matos, «Brasonário de Portugal».

55. P. B. Gheusi, «Le Blason Héraldique» 116.

56. H. Gourdon de Genouillac, «Grammaire Héraldique» 42.

57. D. L. Galbreath et H. de Vevey, «Manuel d'Héraldique» 66.

58. Alberto y Arturo Garcia Carraffa, «Enciclopedia Heraldica Y Genealogica Hispano-Americana» I 57.

59. A. de Armengol y de Pereira, «Heráldica» 80.

Mesmo na heráldica inglesa que difere das latinas, a distinção entre leão e leopardo tem os mesmos característicos, dizendo-se que o leopardo "*c'est tout simplement un lion don la tête est tarée de face*", como afirma A. Guerin-Segueir(60) apoiado por Iain Moncreiffe e Don Pottinger que dizem: "*lions guardant (looking towards you) become leopards*"(61).

Questão inteiramente fora de qualquer controvérsia, não admitiria dúvidas na leitura do brasão das cadeiras cujo desenho reproduz o leão de perfil e ainda, com meridiana clareza, linguado em traços indeléveis.

Rampante é o leão das cadeiras, no ensinar de Santos Ferreira, "*firmado nas patas traseiras, tendo as dianteiras levantadas na direção do ângulo direto do chefe*"(62); acompanham-no as "*jumelles*" em banda, peça que se não encontra na armaria portuguesa (gêminas), mas usada em França e na Espanha (gêmelas). Os Brueys de Saint-André, velha família francesa, trazem-na em seu brasão que se assemelha, pelas figuras, às armas dos Gurgéis reproduzidas nas cadeiras, "*d'or au lion de gueules (la queue ne leopardee) armé et lampassé de sable, une jumelle d'argent remplie d'azur brochante, ambrassé des deux pattes devant du lion*".

Os velhos móveis nos dão o leão, as "*jumelles*" ou gêminas e, em chefe, a flor de lis, o formoso ornamento de Luís VII de França, largamente reproduzido com muito encanto na heráldica de países latinos.

Como diz Santos Ferreira, "*a flor de lis também tem sido usada como diferença, quer de per si, quer sobre a brica*". E falando das diferenças, acrescenta que "*a mais comum é, sem dúvida, a brica*"; "*seguem-se-lhe a almofada ou coxim, o anel, o cardo, o cisne, o crescente, a estrela, o ferrão, a flor de lis*", "*colocadas na primeira quarta parte do primeiro cantão do escudo que é o seu lugar clássico, mas se este lugar está ocupado por outra peça, coloca-se a diferença no meio do chefe*"(63).

Mais nos esclarece o Conde de São Payo (Dom Antônio) em sua brilhante comunicação ao Congresso de Heráldica e Genealogia Nobiliárquica, quando afirma ser a diferença "*geralmente escolhida entre o trifólio, o quadrifólio, o farpão, o crescente, a estrela, a flor de lis*" colocada, ou no canto esquerdo do chefe, ou no centro do chefe caso chocasse com alguma peça

60. A. de Guerin-Segueir, «*Précis d'Héraldique Britanique*» na Revista do Instituto Heráldico e Genealógico IX 339.

61. Iain Moncreiffe & Don Pottinger, «*Simple Heraldry*» 54.

62. L. G. dos Santos Ferreira, «*Armorial Português*» II 103.

63. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 64 e 87.

já la existente, ou ficasse prejudicada a estética do brasão”(64) (o grifo é nosso).

Que a flor de lis do brasão das cadeiras seja uma diferença, não é absurdo admitir-se. A origem da família é francesa, é da pátria da heráldica flor de lis; outros membros da família, como Cláudio Gurgel do Amaral, requerendo e obtendo armas em 1705, quando a heráldica portuguesa ainda não registrara armas dos Gurgéis, obteve as dos Amarais tendo por diferença “uma meia brica sanguinha com uma flor de lis de prata”, isto é, usando a mesma possível diferença usada no brasão do primo-irmão, o ouvidor Bento do Amaral da Silva.

Quanto ao significado das diferenças, quer a flor de lis do brasão das cadeiras, quer a da carta de Cláudio Gurgel, poder-se-ia concluir uma origem varonil para Gurgel e linha materna para Amaral, conforme o direito heráldico português e a colocação dos brasões nas cadeiras, pela sua época século dezesete, obedientes ao velho “Regimento da Armaria”.

Observando-se o elmo nas duas cadeiras, nós o vemos perfeitamente, aberto e com as guarnições certamente de ouro, da mais antiga até aos ombros da armadura. A abertura e as guarnições que atestam nobreza antiga nas figuras 3 e 5, documentam nossas afirmativas, assim como a identidade dos brasões do Império brasileiro — “em campo azul um leão rampante armado de goles” — com o brasão da família francesa — “d’azur, au lion d’or, armé et lampassé de gueles”.

GURGEL NOS ARMORIAIS PORTUGUESES

Conforme as cartas adiante citadas, o brasão de Gurgel só entrou para a armaria portuguesa em 1769, registrado pelo Rei de Armas Portugal; seu uso, entretanto, documentadamente datava de um século atrás ou de maior tempo, pois já havia dois séculos que os Gurgéis estavam estabelecidos como família luso-brasileira.

Sobre estas armas, recorrendo-se a brasonários portugueses, encontrar-se-á a imprecisão caracterizando as descrições dos tratadistas, como se faltasse, às afirmativas, segurança de conhecimento. Cronologicamente apelamos para Vilas Boas e Sampaio que, pela época do seu trabalho, não registra armas dos Gurgéis e Gorjões para só descrever as de Galhardos nestas palavras: “Dom João III as deu a Zuzarte Soares Galhardo no ano de 1529”, “em campo vermelho um leopardo passante e à ilharga da cabeça uma flor de lis do mesmo em chefe; timbre o mesmo leão”(65).

64. Conde de São Paio, ob. cit. 132.

65. Antônio de Vilas Boas e Sampaio, «Nobiliarquia Portuguesa» 283.

Enquanto este velho armorial nos dá um leopardo passante e por timbre o mesmo leão, Sanches de Baena, confirmando para Gurgel as armas de Gorjão, diz categoricamente: "em campo vermelho um leão de ouro(66) (não diz passante) com uma flor de lis do mesmo metal acima (e não à ilharga) da cabeça; timbre o mesmo leão. As figuras descritas por um e outro heraldista, entendem-se como passantes, por ser esta a sua habitual postura(67); mas fica-nos clara a divergência entre leopardo e leão no primeiro e leão no segundo; entre ilharga e acima da cabeça, expressão esta mais adequada e mais precisa a leão rampante, e aquela a passante.

Volvendo a Santos Ferreira, vemos em seu armorial descrição a nos dizer: "de vermelho, com um leopardo de ouro encimado por uma flor de lis do mesmo. Timbre — O leopardo do escudo"(68). No desenho seu, porém, da página 51, volume II, reproduz no timbre o leopardo diferente do leopardo do escudo, denotando imprecisão, como se hesitasse entre o leão e o leopardo, dúvida que se não reflete nos seus desenhos dos brasões de Damião Dias e de Ribeira, no mesmo armorial(69).

Ora, o que nós vemos nos mais antigos documentos heráldicos dos Gurgéis, as cadeiras seiscentistas aqui reproduzidas, anteriores ao registro destas armas e aos armoriais portugueses, é o leão rampante e "une jumelle", discordando da identificação destas armas com as de Gorjão e Galhardos, estas últimas concedidas em 1529, quando já existiam em uso as armas dos Gurgéis, mais antigas que as suas semelhantes portuguesas; convençemo-nos, assim, de terem os Gurgéis o leão rampante com as gêmeas entre as patas, e por diferença a flor de lis em chefe.

Robustece esta nossa convicção, uma outorga do Rei de Armas do Império, Luís Aleixo Boulanger, francês de nascimento, mais professor de desenho que heraldista, possivelmente autor de composições de mercês novas que muitas vezes eram apresentadas pelos próprios requerentes, outorga feita a um Gurgel. Em cartório da nossa nobreza imperial, aos 27 de setembro de 1856, livro VI, fls. 31, foram registradas armas de mercê nova ao comendador José Luís Campos do Amaral, também Gurgel(70); e

66. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. pag. LXXX.

67. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 125.

68. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. I 147.

69. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 40 e 94.

70. José Luís Campos do Amaral era fidalgo da Casa Imperial, coronel superior da Guarda Nacional, comendador da Ordem de Cristo, oficial da Ordem da Rosa; casado com Maria Joaquina Neves de Campos. Foi pai de Joaquim Mariano Campos do Amaral Gurgel (Almeida Nogueira, «Academia de Direito» VII 207), nascido em Parati, juiz municipal de órfãos, casado com Luísa de Almeida Gurgel; avô de Júlio Campos do Amaral Gurgel batizado em Parati aos

sendo mercê nova, não lhe poderia ser concedido o elmo de prata aberto guarnecido de ouro, como foi, o que, para nós, denota solução encontrada por Boulanger, em casos sucessórios de brasões, mas carecentes de documentação comprobatória de direito de sucessão (fig. 7).

As armas então concedidas são, exatamente, as gravadas nas velhas cadeiras aqui tratadas, "em campo azul um leão de ouro rampante, armado de goles e tendo nas mãos um caduceu de prata", modificadas, apenas, na troca das gêmeas pelo caduceu. Admitimos que o agraciado tenha se valido de algum exemplar de armas de seus antepassados, sem poder provar o seu direito à sucessão⁽⁷¹⁾, conseguindo a mercê nova como solução. O mesmo se fez em concessões de armas dos Alvarengas de São Paulo, como discutimos em pequena tese publicada em 1973⁽⁷²⁾. Aquela mercê nova vem indicar os metais e os esmaltes do nosso móvel iconográfico e encaminhar os Gurgéis para um entroncamento de estirpe francesa, de igual brasão, pelo que já historiamos a origem desta gente.

CARTAS DE BRASÃO

A mais velha carta de brasão de Amaral concedida a um Amaral Gurgel, é a de Cláudio Gurgel do Amaral, datada de sete de abril de 1705, e consta da pública-forma passada por tabelião de Itu, aos 15 de novembro de 1851. Sobrinho do primeiro Cláudio, existiu o segundo Cláudio que foi procurador da cidade de Lisboa, e fidalgo da Casa Real; mas nos interessa o primeiro do nome, o que obteve a carta de brasão. Afrânio Peixoto, fundando-se em Vieira Fazenda, nos diz da vida deste primeiro Cláudio no Rio de Janeiro:

"Em 1682, sentou praça Cláudio do Amaral Gurgel, servindo até 86. Pelos governadores Pedro Gomes, Duarte Teixeira Chaves e João Furtado de Mendonça foi provido nos cargos de provedor da Coroa e Fazenda Real e pelo governador Sebastião de Castro Caldas, no de provedor da Fazenda Real, juiz da Alfândega e conta-

19-1-1862, tendo por padrinho o futuro Visconde do Cruzeiro, que foi casado com Itelvina Amélia da Silva Coelho; bisavô de Joaquim Coelho do Amaral, residente em Campinas, onde faleceu a 25-2-1973, de cujo arquivo tiramos os dados presentes. O brasão está em «Arquivo Nobiliárquico Brasileiro» do Barão de Vasconcelos, 573, e em «Parati, Caminho do Ouro» de Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, 32-33 e 205.

71. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. página CCXVII.

72. Celso Maria de Mello Pupo, «O Brasão dos Alvarengas» na Revista do Instituto Heráldico e Genealógico II 319.

Figura 2

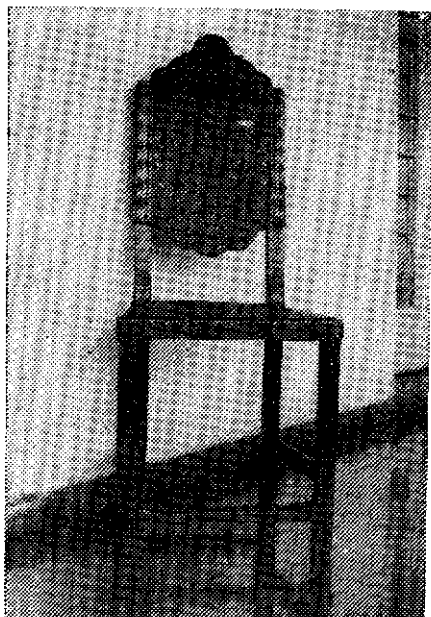


Figura 3



Figura 4



Figura 5



2 — A cadeira da terra. 3 — O brasão da cadeira da terra. 4— A cadeira baiana. 5 — O brasão da cadeira baiana.

Figura 6



Figura 7



Figura 8

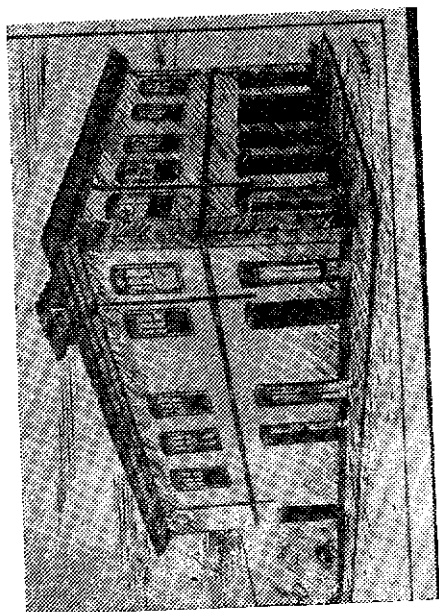
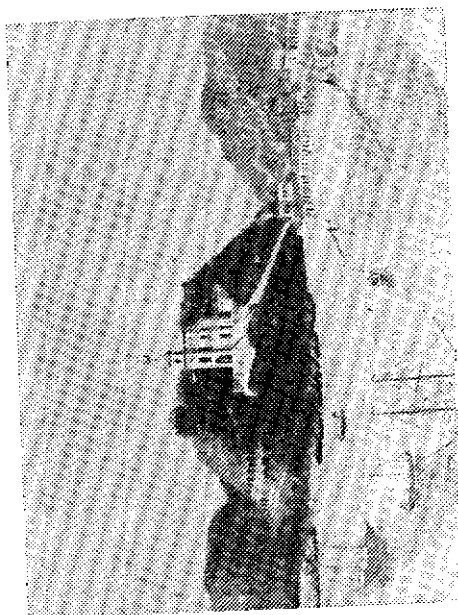


Figura 9



6 — O assento da cadeira baiana. 7 — Heráldica imperial, brasão de Gurgel no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. 8 — O sobrado de Santos que acolheu a cadeira da terra em 1873. 9 — O morro da Glória, óleo da coleção Museu Histórico Nacional.

dor dela. Também ao tempo foi juiz vereador e escrivão da Câmara. Teria mérito para tanto. Atuou contra Franceses arribados e suspeitos. Em 83 irmão da Misericórdia, foi mordomo dos presos, escrivão e provedor de 1703 a 1705. Foi doutor pelo título que lhe dão e, enviuvando, tomou ordens já avançado em idade. Os haveres da família consideráveis. De desavenças contra parciais de grupos contrários na cidade, atacado por populares em emboscada, recebeu ferimentos de que veio a falecer na Santa Casa. Vieira Fazenda que dá estas informações, não soube se de fato foi enterrado na Glória, como quisera, por condição imposta na doação”(73).

Sobre o morro da Glória, conta Melo Morais Filho, que “aquela montanha que se agigantava, coubera em partilha a José Rangel de Macedo, em seguida a seu filho Francisco Rangel, mais tarde ao capitão Gabriel da Rocha Freire, e d’este possuidor, consta da escritura que temos a vista, passara por compra ao Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, que em 20 de julho de 1699, a cedeu em patrimônio a Nossa Senhora da Glória”(74).

El Afrânio Peixoto ainda esclarece que “a escritura de doação do Dr. Cláudio Gurgel do Amaral de 20 de junho de 1699, do Morro da Glória à Irmandade de N. S. da Glória acrescenta ao patrimônio da Santa, as terras que adquirira em 18 de fevereiro de 1687, que consistiam em 100 braças na Praia da Carioca”. “Em 1703, o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque nomeava capitão da fortaleza da Carioca ou da Glória, o Dr. Cláudio Gurgel do Amaral” (fig. 9).

Este primeiro Cláudio, mais tarde faleceu em quarto particular da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Citamos a carta de brasão que existe, por pública forma mandada tirar em cartório de Itu pelo historiador-médico Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, e conservada pelo seu neto homônimo, também historiador de mérito, que nos presenteou com uma fotocópia da mesma. Poderíamos, assim, reproduzi-la em seus termos integrais, o que não fazemos por já estar ela publicada na Revista do Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo, volume IX, página 622. A concessão desta primeira carta conhecida, de brasão de Amaral, data de Lisboa, sete de abril

73. Afrânio Peixoto, ob. cit.

74. Melo Morais Filho, «Festas e Tradições Populares do Brasil» 277.

de mil setecentos e cinco, cinquenta anos antes de se destruir, pelo terremoto, o cartório da Nobreza.

A segunda carta de brasão de Amaral, foi outorgada em 1760, a Francisco Carvalho da Cunha e Amaral(75), cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor da vila de Parati, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, foi concedida a terceira carta, a José Viana do Amaral Rocha(76), natural da mesma cidade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo; e, em 1769, a quarta carta, a Francisco do Amaral Gurgel(77), senhor do engenho de Santo Antônio do Rio Fundo, o primeiro Amaral Gurgel a obter em Portugal o brasão de Gurgel, concessão que perpetuou em erro estas armas, igualando-as a outras já existentes, como forma simplista de fugir a investigações mais profundas. Depois destas, João da Costa Barros Rocha do Amaral(78), obteve a quinta carta, esquartelando as armas dos Amais com as de outras ascendências, em 1802.

A documentos, juntamos aqui a história de pequenas peças armoriadas. Concluindo quanto à origem dos Gurgéis, especialmente estudada pelos dois autores que se dedicaram a tal pesquisa, nosso estudo da iconografia heráldica da família aponta uma nova origem que nos parece de melhor fundamento. A concessão pelo Império do Brasil, de brasão nitidamente privativo dos de Gourgues, só se justifica por uma comum origem para esta e aquela estirpe. Não encontramos outra explicação para a aceitação pelo nosso Rei de Armas, de brasão idêntico a existente em França, para membros de uma família de origem francesa, sem que os próprios requerentes não tivessem apresentado exemplar antigo que herdaram, oferecendo para registro em cartório da nova pátria. Na falta de provas de sucessão, foram concedidas como mercê nova acompanhadas dos signos de nobreza antiga, significados no elmo de prata aberto guarnecido de ouro. E as mobílias de Bento do Amaral da Silva, vêm em nosso favor para dizermos que Gurgéis, em França, eram de Gourgues.

O OUVIDOR E HERDEIROS DA MOBÍLIA

Nasceu o ouvidor Bento do Amaral da Silva no Rio de Janeiro, em cuja Sé foi batizado aos 3 de abril de 1647. Neto de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, pertencia à nobre família que se notabilizou pela posição, pelos cargos

75. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 188, e Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, «Parati, Caminho do Ouro» 204.

76. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 427.

77. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 177.

78. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 283.

ocupados e pela fortuna. Passou às minas buscando ouro e per-lustrando suas terras e filões, até juntar grandes haveres. Rico, fixou-se em São Paulo onde viveu pacificamente em seu meio, até aos setenta e dois anos de idade, quando faleceu aos 2 de junho de 1719.

Não temos dúvida em aceitar Parnaíba, Estado de São Paulo, como a terra onde se casou⁽⁷⁹⁾ pelos anos de 1694, pois em 1692, ainda era solteiro. Na mesma vila nasceu sua esposa, assim como o primeiro filho do casal em 1695; havia estabelecido sua residência na cidade de São Paulo onde se manteve em grande estado, onde ocupou altos cargos e onde faleceu⁽⁸⁰⁾ deixando a família na abastança. Sua esposa, Escolástica de Godói, era filha de Antônio de Godói Moreira, sertanista que por prestar grandes serviços à Coroa em descobertas de minas⁽⁸¹⁾, teve a honra de receber carta de agradecimento firmada pelo próprio punho del rei Dom Pedro II, em 1698.

Os Godóis eram fidalgos com brasão de armas, descendentes de nobre castelhano que passou a São Paulo no domínio de Castela, constituindo família ilustre pelos seus feitos de homens públicos, bandeirantes e ocupados em muitos campos de atividade. A mãe de Escolástica de Godói, Ana de Lima e Moraes, maior número de fidalgos contava entre seus avós, pois era filha do capitão Guilherme Pompeu de Almeida, capitão-mor da vila de Parnaíba, fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna, que dotou com ricos ornamentos e vultoso patrimônio, cuja administração instituiu para o seu filho padre, o creso paulista e seu homônimo, com sucessor em seu genro Antônio de Godói Moreira.

Escolástica de Godói, viúva, conservou em sua meação a grande fazenda do Emboaçava para continuar no fausto da vida com o primeiro marido. Fez o seu testamento com longas declarações de fé e recomendação de bens de alma; declarou ter sido casada em primeiras núpcias com o sargento-mor Bento do Amaral da Silva de quem teve onze filhos, "seis machos e cinco fêmeas"⁽⁸²⁾. Não poderia, porém, viúva tão rica se ter livrado de novos candidatos e, assim, deixou-se agradar por um fidalgo vindo para estas terras de mãos vazias, e o desposou, tornando-se a senhora do sargento-mor José Pinto de Mesquita e Castro, hábil no gastar e que, falecida Escolástica de Godói aos 6 de novembro de 1736, já sofria no ano seguinte um mandado de penhora de seus bens. Deste casal ficou um filho.

79. Não existem os assentamentos da época; os existentes se iniciam em 1722.

80. Arquivo Público do Estado, inventários.

81. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, ob. cit. XXXII 255.

82. Arquivo Público do Estado, inventários.

Como já vimos, o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva possuía duas mobílias, de doze cadeiras cada uma. A mais nova feita na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas da qual identificamos uma de propriedade do Museu de Arte Sacra de São Paulo, mobília que Bento do Amaral deixou em uso na capital, permanecendo em poder da viúva Escolástica até sua morte em 1736, quando em processamento de inventário de seus bens(83), foi arrematada pelo herdeiro licenciado Manuel Bezerra Cavalcante, casado com Mécia Gurgel do Amaral(84). A mobília mais velha, já com "algum uso" no falecimento do proprietário, "feita na terra", coube ao filho primogênito capitão José do Amaral Gurgel, e do seiscentismo à proximidade de nossos dias, teve descendentes que por ela zelassem até ser dividida por volta de 1869, como vai historiado à vista de inventários e outros documentos que confirmam a tradição.

O capitão José do Amaral Gurgel, primogênito do ouvidor, nasceu em Parnaíba onde foi batizado em 1695; depois de residir em São Paulo com os pais, ainda solteiro mudou-se para Itu a cuidar de sua sesmaria e ser senhor de engenho(85), para lá transportando a mobília paulistana herdada do pai. Em Itu, aos 23 de maio de 1730, casou-se na matriz de Nossa Senhora da Candelária(86), com Escolástica de Arruda Leite Ferraz, filha do capitão Pedro Dias Leite, dos Lemes antigos da capitania, e de Antônia de Arruda, dos Arrudas, Botelhos e São Paos(87), famílias das mais distintas de São Paulo. Foi o casamento testemunhado pelo então sargento-mor João de Mello do Rego e pelo capitão-mor Manuel de São Paio Pacheco, ambos da mais alta nobreza da terra e todos, nubentes e testemunhas, fidalgos de brasão de armas. Foram seus filhos:

1. José de Arruda Gurgel, casado duas vezes, a primeira em Itu no ano de 1758, e a segunda em Sorocaba no ano de 1768.
2. Rita de Arruda Gurgel, casada em Itu em 1761.
3. Vicente Férrer do Amaral, que continua.
4. Antônio do Amaral Gurgel, casado em Itu em 1761.
5. Maria do Amaral, falecida solteira.

83. Arquivo Público do Estado, inventários.

84. Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. VI 141.

85. Arquivo Público do Estado, sesmarias XXX 71 e XLI 14 v.

86. Cúria Diocesana de Jundiá.

87. Entre São Paio e Sampaio, procuramos conservar a forma usada pelo portador do apelido.

6. Ana do Amaral, casada em Itu em 1752, com José Pais de Campos.
7. Antônia de Arruda, casada em Itu em 1761, com Bento Leme César.
8. Teresa de Jesus Amaral, casada em Itu em 1767, com Antônio Rodrigues Leite de São Paio; são os avós paternos do Visconde de Indaiatuba.
9. Joaquim do Amaral Gurgel.

José do Amaral Gurgel foi o primeiro juiz ordinário de Itu(88) onde passou sua vida e onde faleceu com mais de setenta anos de idade, legando a mobília, que recebera do pai, a seu filho Vicente Férrer do Amaral. E para bem assegurar a identificação do móvel iconográfico que alicerça nossas conclusões, continuaremos nas gerações que o possuíram.

Nasceu Vicente Férrer do Amaral em Itu, mas foi batizado na Sé de São Paulo a 9 de julho de 1735, tendo por padrinhos a sua avó paterna Escolástica de Godói e o seu tio paterno Guilherme do Amaral Gurgel. Sempre residiu em Itu, em cuja matriz de Nossa Senhora da Candelária casou-se às 17,30 horas de 11 de dezembro de 1769, com Brígida Soares de Camargo, nascida e batizada na vila de Cotia, aos 3 de março de 1754, filha de Inácio Soares de Barros e de Marta Maria de Camargo Lima, por quem trouxe o sangue dos célebres Camargos da capitania.

Vicente Férrer, como o pai, foi senhor de engenho, homem de posses, tinha várias propriedades agrícolas, animais, escravatura e "uma morada de casas no pátio da Matriz", de dois lanços(89), de taipa de pilão, confinando com casas do capitão Inácio Xavier Pais de Campos e de Agostinha Rodrigues Bueno. Na sala principal desta casa, usava a mobília brasonada (fig. 2) que pertencera a seu avô paterno. Do seu casamento teve os filhos:

1. Ana do Amaral Gurgel (1771) casada em Itu em 1797 com o tenente João Manuel Gil Ferreira, de quem foi segunda mulher.

88. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, ob. cit. XXXII 258.

89. Esta casa, quando já pertencia à filha de Vicente Férrer, Francisca Soares do Amaral, foi lançada para pagamento de imposto predial de 1865-66, que se calculava pelas aberturas da fachada, pelas janelas que abriam para a rua da frente; tinha a casa três aberturas e mais a porta com duas janelas de um lado e uma do outro. Quanto a lanço, já tratamos na nota 36.

2. Maria do Amaral Gurgel (1773) casada depois de 1809 com o guarda-mor Manuel José Vaz Botelho, de quem, também, foi segunda mulher.
3. Antônia de Pádua do Amaral (1775) casada em Itu, em 1797, com o tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio.
4. José, falecido na infância (1776).
5. Padre Melchior de Pontes do Amaral (1777).
6. João Evangelista do Amaral (1778), casado em Porto Feliz, em 1802 com Gertrudes do Amaral Campos.
7. Brígida Soares de Camargo (1781) falecida solteira.
8. Gertrudes Soares de Camargo (1785) casada em 1801, em Itu, com o Capitão José Inácio de Camargo Penteadó.
9. Francisca Soares do Amaral (1788) falecida solteira.
10. Capitão Boaventura do Amaral Camargo (1789) mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842.
11. Bernarda (1790) falecida na infância.
12. Tomás José do Amaral Gurgel (1791), casado em Campinas em 1815 com Maria da Lapa Barbosa.

Dos filhos homens do casal, o mais velho, Melchior, ao se fazer sacerdote, para o que deveria instituir um patrimônio como exigiam, então, os cânones da Igreja, teve-o feito por Vicente Férrer e sua mulher, instituindo este patrimônio aos 24 de novembro de 1805, constante da casa do pátio da matriz de Itu, casa que, com a velha mobília brasonada, passou, depois da morte de Vicente Férrer do Amaral em 23 de julho de 1812, a pertencer ao filho padre.

O Padre Melchior de Pontes do Amaral foi, por alguns, erradamente chamado Belchior. Ainda que assim se tenha registrado no assentamento de batismo em Itu aos 3 de janeiro de 1777, o seu verdadeiro nome era Melchior, como sempre usou em todos os documentos de sua vida e como sempre assinou de seu próprio punho, nome, aliás, em sua lembrança, posto em sobrinhos e sobrinhos netos pela estima e respeito que merecia o parente padre. Antes de se ordenar, com mais dois irmãos requereu, em princípios de 1795, as diligências para sua habilitação "de genere", o que fez com esclarecimentos interessantes a qualquer estudo genealógico:

90. Realmente se chamou Boaventura do Amaral Camargo e tinha seis anos quando se fez o requerimento.

“Dizem Melchior de Pontes do Amaral, Boaventura Gurgel de Camargo(90) e Tomaz José da Amaral Gurgel, batizados na Matriz da Freguesia de N. Senhora da Candelária da Vila de Itu; filhos legítimos de Vicente Férrer do Amaral, batizado na Sé Catedral dessa cidade, e de Brígida Soares de Camargo, batizada na Matriz de N. Senhora do Monserrate da Freguesia da Cotia; netos pela parte paterna de José do Amaral Gurgel, batizado na Matriz da Freguesia de Sant’Ana da Vila de Parnaíba, e de sua mulher Escolástica de Ar-ruda Leite, batizada na predita Matriz da Vila de Itu; e pela parte materna netos do Capitão Inácio Soares de Barros e de sua mulher D. Marta Maria de Camargo Lima, ambos batizados na dita Matriz da Freguesia da Cotia, todas deste Bispado, que eles desejam ser admitidos a se lhes fazerem diligência de genere...”(91)

Ordenado, residia o padre Melchior em Itu onde foi proprietário da casa da herança paterna no pátio da Matriz, e da velha e avoenga mobília brasonada completa (fig. 2). Nesta casa, José Vaz Pinto de Mello(92) sobrinho neto do padre, conheceu a velha mobília como cara tradição dos seus antepassados; na mesma casa e com o padre, residiram suas irmãs solteiras mesmo depois de ter o padre Melchior mudado para Capivari, sem nada levar do mobiliário da casa de Itu.

O padre Melchior, informa-nos Nardy Filho, “foi sacerdote virtuoso e ilustrado, dando-se ao estudo de jurisprudência e advocacia, abriu seu escritório de advogado em Itu, sua terra natal”; “foi consciencioso e dedicado; representou a Câmara e o povo de Itu em São Paulo em 1822, pela chegada do Príncipe Regente, fez parte da comissão encarregada pela Câmara de apresentar emendas ao projeto de Constituição apresentado às Câmaras por D. Pedro I, tendo também ocupado diversos e honrosos cargos na administração de sua terra natal”(93).

Antônio Pompeu de Camargo em seu “Os Paulistas e a Igreja”, conta que os padres do Patrocínio tiveram idéias Kantianas, depois abandonadas, combatidas na época “principalmente pelo teólogo Frei Inácio de Santa Justina e pelos padres Melchior Soares do Amaral e Antônio Pacheco da Silva”. Anota ainda Pompeu, falando do padre Melchior, que “vimos este pa-

91. Cúria Metropolitana de São Paulo.

92. Um dos maiores comissários de café, na ocasião.

93. Francisco Nardy Filho, «A Cidade de Itu» IV 57.

dre como primo do padre Feijó"; e a página 150, ao tratar do mesmo, mas sob o nome certo de Melchior de Pontes do Amaral, admite a possibilidade dos dois nomes se referirem ao mesmo sacerdote(94). Efetivamente eram de uma só pessoa e de um primo-irmão do padre Feijó.

Gozando de grande estima residiu o padre também em Capivari, onde já havia sido vigário da paróquia de 1827 a 1829, e onde finou-se no dizer do obituário:

"Padre Melchior de Pontes Amaral. Aos 15 de março de 1850, nesta Vila, faleceu hidrópico, com todos os sacramentos, o Padre Melchior de Pontes Amaral, de setenta e três anos: foi envolto em hábito clerical, acompanhado e solenemente encomendado, e sepultado nesta Igreja de Capivari". (a) O Vig.^o Fabiano Je. Mor.^a de Camargo(95).

O inventário de seus bens foi requerido nesta mesma vila de Capivari com a declaração de possuir, entre outros, "umas casas na cidade de Itu" e "trastes que deixou à sua irmã D. Francisca Soares do Amaral". Este inventário não teve prosseguimento, requerendo mais tarde em Itu, esta sua irmã, Francisca Soares do Amaral, então única solteira viva, outro inventário que se consumou e destinou a ela mesma, a casa do pátio da Matriz por desistência dos sobrinhos e sobrinhos netos, e a mobília brasonada que já lhe pertencia por doação(96).

A donatária e herdeira do padre Melchior, Francisca Soares do Amaral, nasceu em Itu em 1788, tendo vivido solteira com os seus pais e o irmão padre. Falecendo, seus bens foram inventariados em Itu em 1869; da mobília brasonada, peças foram doadas a sobrinhos seus. Por esta ocasião, residia em Santos o sobrinho neto do Padre Melchior e de Francisca, José Vaz Pinto de Mello que voltando a Itu para representar esta cidade na Convenção Republicana de 1873, muito lamentou não ter recebido uma cadeira brasonada, o que levou a sua prima e co-madre, professora conhecida como Dona Aninha Mestra, a fazer-lhe presente da sua que foi levada para Santos, para o sobrado residencial do largo do Rosário (fig. 8).

Este novo proprietário de uma das cadeiras, neto paterno do tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral, era filho do austero Pedro de Mello

94. Antônio Pompeu de Camargo, «Os Paulistas e a Igreja» II 57 e 150.

95. Cúria Diocesana de Piracicaba.

96. Segundo Tabelionato de Itu.

e Sousa(97). Antes de sua morte aos 17 de maio de 1917, doou a cadeira a seu filho Pedro de Mello que, também em fim de vida, fez doação da cadeira a seu sobrinho, o atual proprietário.

Nas doações feitas em Itu, uma outra cadeira da mobília coube ao sobrinho do padre Melchior, José Balduino do Amaral Gurgel, filho também de Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral. Fazendeiro em Indaiatuba, doou entre 1880 e 1885, a sua cadeira a seu sobrinho carnal engenheiro Pedro de Mello e Souza Júnior. E foi curioso o peregrinar desta segunda cadeira com o seu proprietário engenheiro arquiteto que, em 1885 resolveu ir aos Estados Unidos da América do Norte, onde se havia diplomado, levando engradada a cadeira; encarregado de trabalho urbanístico em Ítaca, para lá partiu.

Embarcou o engenheiro em Santos no vapor "Guadiana" da Mala Real Inglesa que, ao passar por Abrolhos, bateu numa rocha e naufragou, salvando-se Pedro de Mello e a cadeira em barco de um português que os levou à cidade de Caravelas onde ficaram três dias; seguiram depois para a Bahia a bordo do "calhambeque Marinho Visconde" do qual passaram para o vapor Nilo da Mala Real, continuando a viagem para Lisboa, Vigo e Southampton. Desta cidade, a bordo do "Dominique", em dez dias estavam em Brooklyn onde todos queriam saber a idade da cadeira. A permanência do engenheiro em Ítaca foi de quatro anos, voltando ao Brasil em 1889, pelo vapor "City of Rio"; residiu dez anos em Santos, mudando-se em 1910, para sua chácara "Arcádia" na freguesia do Ó em São Paulo. Em 1936, doou, a seu sobrinho-neto, como presente de núpcias, a sua tricentenária cadeira.

COLATERAIS E DESCENDENTES

Filhos de Mécia de Arão Gurgel e José Nunes da Silva (este filho de Antônio Nunes da Silva, nascido em 1578, em Azinhaga, Santarém, casado em 1608, com Maria Jordão) (98), foram o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva e Francisco do Amaral Gurgel "um dos homens mais principais e afazenda-

97. Pedro de Mello e Sousa, genealogista que, quando se admiravam de seus conhecimentos genealógicos, respondia: «o meu pai conhecia muito mais». Foi citado pelo grande genealogista Luís Gonzaga da Silva Leme em sua monumental obra «Genealogia Paulistana» V v e IV 245, dizendo: «ajudado pelo inteligente velho Pedro de Mello», que para ele era «caráter de rija ténpera, notável pela memória que conservou até os últimos anos de sua vida, constituindo depositário de quem as gerações de hoje iam receber as tradições dos seus antepassados».

98. Carlos G. Rheingantz, ob. cit. II 367.

dos da dita capitania", nomeado capitão-mor e governador da capitania de São Paulo por carta do governador geral do Rio de Janeiro, de 5 de fevereiro de 1709, cuja posse se deu a 1.º de março do mesmo ano, para ocupá-lo até 1711, quando a capitania passou, por venda, ao domínio da Coroa.

Bento do Amaral da Silva casou-se em Parnaíba, dentro do seiscentismo, com Escolástica de Godói, de tradicional família paulista, para ser o tronco dos Amarais Gurgéis do Estado de São Paulo. Dentre seus irmãos, destacou-se pela descendência no Rio de Janeiro, Domingas do Amaral, casada com Manuel Martins Quaresma, e que foi trisavó de Joana Maria da Fonseca casada com o marechal José Joaquim de Lima e Silva, do tenente coronel Antônio da Fonseca Costa e da Marquesa de Vila Real da Praia Grande; tetravó do marechal Francisco de Lima e Silva, do Barão de Suruí, do Visconde de Magé, do Marquês da Gávea e do segundo Visconde de Vila Real da Praia Grande; pentavó do Duque de Caxias, do Conde de Tocantins, do Visconde da Penha, da Baronesa de Suruí e outros titulares na rica árvore de sua grande descendência.

Seu sangue chegou até a casas da mais alta nobreza de Portugal, como é o caso do ramo paulista que passou ao Paraná pelo neto de Bento do Amaral da Silva, o capitão-mor de Lages, Bento do Amaral Gurgel, filho de Isidora do Amaral, antepassado de grandes figuras como Ubaldino do Amaral Fontoura, senador, ministro do Supremo Tribunal, presidente do Banco do Brasil(99), ramo a que pertencia a sobrinha de Ubaldino, filha de Maria Narcisca Cândida do Amaral Fontoura, Eugênia Lopes de Oliveira Prestes que foi mãe de outra Eugênia Adelaide Lopes de Oliveira Prestes (depois de Macedo Soares), casada com o embaixador José Roberto de Macedo Soares e mãe do diplomata José Augusto Prestes de Macedo Soares, casado com Maria Tereza de Castelo Branco, falecida, filha dos 10.ºs Condes de Pombeiro, neta paterna dos 4.ºs Marquesses de Belas(100), e mãe de José Antônio, José Luís e José Roberto de Castelo Branco de Macedo Soares.

No Estado de São Paulo, honram a família o capitão Boaventura do Amaral Camargo, herói-mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842; o Visconde de Indaiatuba, notável chefe liberal, paladino da colonização do braço livre e destacado abolicionista; a Baronesa de Serra Negra; o acadêmico, poeta e prosador Amadeu Amaral, da Academia Brasileira de Letras;

99. Dunshee de Abranches, «Governos e Congressos da República» I 257.

100. Antônio Joaquim de Macedo Soares, «Nobiliarquia Fluminense» II 304 e Afonso Eduardo Martins Zuquete, «Nobreza de Portugal e do Brasil» III 154.

o cônego Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, doutor em leis, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo(101), deputado provincial e geral, membro do Conselho Geral da Província, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cavaleiro da Ordem de Cristo; o jornalista e historiador Leopoldo Amaral; Tarsila Amaral, famosa pintora; Ana Cândida do Amaral que pelo seu casamento foi mãe do laureado pintor Almeida Júnior; o grande benfeitor dos febreiros de Sorocaba, monsenhor João Soares do Amaral; o filantropo e grande benfeitor da Santa Casa de Campinas, Antônio Carlos do Amaral Lapa; o reputado professor Quirino do Amaral Campos; o vigário da Vara de Piracicaba padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e seu irmão padre Miguel Joaquim do Amaral; a boníssima senhora Ana Leonísia do Amaral Camargo, esposa do advogado Cândido Ferreira da Silva Camargo, todos falecidos, e tantos mais que deveríamos citar se nosso trabalho comportasse.

101. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit. II 62.

**"DA FEBRE TYPHÓIDE", LIVRO RARO E PIONEIRO
DA HISTORIOGRAFIA MÉDICA, EDITADO EM SÃO
PAULO, EM 1866, DE AUTORIA DO DR. PEDRO
ERNESTO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA**

Duílio Crispim Farina

No longo jornadaear por livreiros-antiquários e alfarrabistas, nos desvãos dos escaninhos de velhas estantes e escarapates de um tempo antigo, dias d'outrora, surgem às vezes preciosidades ímpares, volumes, tomos únicos que em verdade, por acasos ou determinismos da Providência, vão permitir ao estudioso analisar e divulgar páginas essenciais da memória Histórica Nacional.

Nada existe por acaso. Sempre há casualidade. Forças impelem o pesquisador, mais de uma vez, por verdadeiras quimiota-xias positivas, a fontes até então insuspeitadas. Não cai uma folha de uma árvore, sem que se manifeste a vontade do Pai Eterno, do Criador. Assim em suas andanças o historiógrafo recebe as bem-aventuranças dos encontros felizes com velhos códices, manuscritos raros ou livros de valia e maior procura.

Esse acaso aparente levou-nos ao preciosíssimo "Da Febre Typhóide e Enfermidades subvientes no Brasil, e seu Tratamento Homeopathico", por Pedro Ernesto Albuquerque de Oliveira.

Impresso em São Paulo, na "Typographia Litteraria", à rua do Imperador n.º 24, no ano da graça de 1866.

Na folha de rosto do trabalho pioneiro, o autor Pedro Ernesto de Albuquerque de Oliveira apresenta-se como médico homeopata, professor da Escola Homeopática do Brasil, antigo médico da Enfermaria de S. Vicente de Paulo, na Corte, professor de medicina Legal, em São Paulo; autor de diversas obras e

outros escritos, sobre medicina, literatura, história, viagens, costumes, política etc; membro de diversas corporações médicas, científicas e literárias.

Refere o livro, em suas páginas de apresentação, ser o médico o escritor de numerosas obras vindas à luz da impressão nos anos 1851 a 1864. E entre elas, em proselitismo meritório, aquelas referentes à medicina, como:

Tratado de medicina Homeopática, 1852 (a 2.^a edição de 1857)

Pathogenesis Homeopathica Brasileira, 1856

Apendice à Pratica Elementar de Homeopathia, 1857

Guia Medica (Homeopathia das Famílias), 1858

Memoria Sobre o Cholera Morbus, 1855

Memoria sobre o Magnetismo e Sonambulismo, 1853

Estudos sobre os diferentes systemas médicos, 1864

Deveres do Homem (para uzo da infância), 1865

Memoria sobre o infanticidio, 1857

O medico Popular: jornal medico, 1851

O Athleta: jornal medico, 1851

O saudoso Carneiro Giffoni, incansável pesquisador da bibliografia médica, em seu "Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro de Escritores Médicos (1500-1899)", inscreve Pedro Ernesto de Albuquerque de Oliveira como médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, afirmando, com sua abalizada palavra, que "nada mais foi encontrado", sobre suas notas biográficas. Elenca algumas obras literárias, em relação restrita, que não atinge aquela de Sacramento Blake, a demonstrar que o atilado pesquisador Giffoni com toda sua operosidade só encontrou poucos informes em não menos escassas fontes de referências.

Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, baiano ilustre, é autor do renomado "Dicionário Bibliographico Brasileiro, editado em 7 volumes pela Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1883-1902.

No item "Pedro Ernesto" registrou de forma significativa: "baldado foi meu esforço para obter indicações a seu respeito. Só sei que em 1878, era homeopata no Rio de Janeiro, e como tal ele se declara em uma de suas obras, e ainda mais como ex-professor de medicina legal e membro de várias associações de letras e ciências. De associações sei pelo Almanak administrativo, comercial e industrial de Laemmert, para 1859, que era secretário do Instituto Episcopal brasileiro e já médico homeopata. Escreveu, além de artigos em jornais sobre indústria, artes, literatura, história e política, publicados de 1851 a 1870, os seguintes trabalhos":

— *Tratado de medicina adaptado ao systema homeopathico para uso das pessoas não profissionaes em medicina.* Rio de Ja-

neiro, 1852, 383-20-VIII págs. 1 fl. in-4.º — Houve outra edição em 1857.

— *Memoria sobre o magnetismo e o somnambulismo*. Rio de Janeiro, 1853.

— *Memoria sobre o cholera-morbus*. Rio de Janeiro, 1855 — Houve outra edição com augmentos em 1865.

— *Pathogenesia* homeopatica brasileira. 1856, 259 pags. in-4.º

— *Appendice à pratica elementar* (Tratamento por medicamentos indigenas). 1857.

— *Guia medico* homeopathico (Homeopathia das familias). 1858.

— *Estudos sobre os differentes systemas medicos* (A allopathia não é sciencia). 1864.

— *Memoria sobre a homoeopathia e seu tratamento*. 1865.

— *Memoria sobre a hydrophobia e seu tratamento*. S. Paulo, 1866, 130 pags. in-4.º.

— *Memoria sobre o infanticidio*, julgado pela religião, pela moral e pela lei. 1870.

— *Tratamento* homeopathico da febre amarella, febre typhoide, febre perniciosa, cholera — morbus, esscarlatina, variola, sarampo e hydrophobia. Rio de Janeiro, 1873, 133 págs. in-8.º.

— *Febre typhoide e enfermidades sobrevenientes no Brazil e seu tratamento*. Rio de Janeiro, in-4.º.

— *Deveres do homem* (para uso da infancia). 1865 — Houve outra edição em 1872.

— *O escravo fugido*: romance brasileiro. 1864.

— *Episodio do Carnaval*: romance brasileiro, 1864.

— *Castigo singular*: romance brasileiro. 1864.

— *Hippolyto e Isabel*. 1860.

— *A vingança*: romance brasileiro. 1851 — Redigiu:

— *O Medico popular*: jornal medico. 1851.

— *O Athleta*: jornal medico. 1852.

— *O Cosmopolita*: jornal litterario e scientifico. 1854.

— *O Echo do povo*: jornal de interesses populares, 1857.

— *O Monitor Brasileiro*: jornal politico. 1858.

— *O Vigilante*, jornal maç.: 1870-1871.

— *Resumo analytico e demonstrativo dos estatutos e organização da Sociedade Protectora dos empregados publicos e Montepio popular*. Rio de Janeiro, 1876, 15 pags. in-4.º com um mappa.

Sacramento Blake repete exatamente a bibliografia mencionada por Pedro Ernesto em seu "Da Febre Typhoide" de 1866, acrescida de obras novas publicadas até 1873.

No campo médico incluíam-se trabalhos, com bons títulos, a demonstrar o evoluer, a curiosidade científica e o labor de Pedro Ernesto Albuquerque de Oliveira:

Apêndice à prática elementar (Tratamento por medicamentos indígenas) 1857.

Memoria sobre a hydrophobia e seu tratamento. S. Paulo, 1866.

Tratamento homeopathico da febre amarela, febre typhóide, febre perniciosa, cholera-morbus, escarlatina, varíola, sarampo e hydrophobia. Rio de Janeiro, 1873.

E ainda acrescentava à relação "Febre Typhóide e enfermidades sobrevenientes no Brazil e seu tratamento", Rio de Janeiro, in-4.º (sem data).

Este último título, dado como editado no Rio de Janeiro, sem data, é o do livro motivo destas notícias, e que no exemplar de nossa posse, impresso em São Paulo, tem a data de 1866.

Ainda, ao compulsar a "História da Medicina no Brasil". São Paulo, Editora Brasiliense, 1947. 2v., do mestre Lycurgo de Castro Santos Filho, podemos anotar que Albuquerque e Oliveira "médico homeopata no Rio de Janeiro, jornalista, fundou e redigiu jornais de propaganda médica e outros tais como: "O Cosmopolita" (1854, jornal literário e científico), "O Eco do Povo" (1857), "O Monitor Brasileiro" (1858, jornal político) e "O Vigilante" (1870-71, jornal maçônico); todos no Rio de Janeiro".

De qualquer forma a impressão da "Febre Typhóide", em São Paulo, no ano de 1866, faz deste trabalho uma das edições pioneiras da Paulicéia. O dr. João Henrique Teodoro Langgaard (natural da Dinamarca, e radicado em Campinas, após clinicar em Ipanema e Sorocaba) publicou sua "Arte obstetrica ou Tratado Completo dos Partos", em 1862, mas na Laemmert, do Rio de Janeiro. Também obra de Langgaard, o "Dicionário de Medicina Doméstica e Popular", de 1865 foi impresso, pelos irmãos Laemmert (Eduardo e Henrique) na capital do Império.

Tudo leva a crer que este livro raro, pouco conhecido e compulsado, que sai da noite negra do olvido da História para a Memória da Medicina e da Ciência, tem, até novas constatações, as galas de ser o primeiro trabalho impresso, sobre medicina (Febre Tifóide) no nosso São Paulo dos Campos de Piratininga.

Como corolário, é necessário enfatizar que este "Da Febre Typhóide e Enfermidades sobrevenientes no Brasil", tem apresentação verdadeira de tese, com pertinente sistemática científica, muito boa aliás para o tempo. Dividido em sete partes, com um evolver, gradativo e fundamentado, apresenta noções bem fundadas para o antanho tempo em que foi redigido:

- 1) Natureza da Febre em geral
- 2) Natureza da Febre tifóide
- 3) Causas da febre tifóide e circunstâncias que favorecem o seu desenvolvimento

- 4) Das lesões dos tecidos e das funções
- 5) Descrição da invasão e desenvolvimento da febre tifóide
- 6) Tratamento da febre tifóide
- 7) Das enfermidades sobrevenientes às afecções tifóides e seu tratamento — Cuidados higiênicos

Hemorragias subcutâneas. Contusões e ulcerações. Parotitis. Surdez. Furúnculos. Abscessos. Miliae. Erupções. Diarréias. Tosse. Suores. Edema. Tísica. Cuidados higiênicos.

Lista de medicamentos que nesta obra se empregam nas afecções tifóides e suas sobrevenientes.

Notas: Dos tônicos. Racionalismo Alopático. Derramamento de sangue pela lanceta. Teorias alopáticas. Terapêutica alopática. Das intermitentes. Pseudo tifo. Preventivos. Urina dos tifóideos. Dos revulsivos. Ensino da medicina nas escolas alopáticas. Dos purgantes e vomitórios.

O precioso informativo Antônio Egídio Martins em seu "São Paulo Antigo 1554 a 1910" inclui, em relação de médicos, clinicando nesta cidade de Anchieta em 1865, o doutor Pedro Ernesto Albuquerque de Oliveira com consultório montado à rua de Santa Teresa.

Como curiosidade enumeramos os facultativos, em trabalhos, em 1865, segundo a lista de Egídio Martins: "Dr. Frederico Borghoff, médico alopata, clinicando nesta capital, assim como o Dr. Fidêncio Nepomuceno Prates, rua da Luz; Dr. Francisco Honorato de Moura, rua de São Bento; Dr. Guilherme Ellis, rua Direita; Dr. Gustavo Balduino de Moura e Camargo, rua do Carmo; Dr. Inácio Aquiles Betholdi, atrás de Santa Efigênia; Dr. Joaquim Justo da Silva, rua de Cadeia, depois Rodrigo Silva; Dr. José de Calazans Rodrigues de Andrade, largo de São Gonçalo; Dr. Antero dos Reis Montenegro, rua do Imperador, depois Marechal Deodoro; Dr. Luís Lopes Baptista dos Anjos, rua Direita; Dr. Macedo Soares, rua do Carmo; Dr. Pedro Romão Borges de Lemos, rua da Imperatriz; cirurgião-mor Salvador Machado de Oliveira, rua do Imperador, depois Marechal Deodoro; e Dr. Teodoro Reichert, rua de São Bento, existindo também no mesmo ano de 1865, nesta capital, os seguintes médicos homeopatas: cirurgião-mor Cândido Ribeiro dos Santos, largo do Palácio; Carlos Marques, rua do Imperador, depois Marechal Deodoro; e Pedro Ernesto Albuquerque de Oliveira, rua de Santa Teresa. Parteira Mme. Cesarina Chameroy, rua do Quartel, depois rua Onze de Agosto".

Para registrar o espírito e o polemismo do autor transcrevemos, na sua fala saborosa e com ortografia original, o capítulo alusivo ao Ensino da medicina nas escolas alopáticas:

ENSINO DA MEDICINA NAS ESCHOLAS ALLOPATHICAS

A historia medica, nos serve para testemunhar o facto da divisão de opiniões, que reina em uma só eschola allopathica, onde cada professor ensina aos discipulos um systema differente, que ella tem adoptado como verdadeiro. Mas como achar a sciencia verdadeira, a luz da verdade em um tal labyrintho de opiniões encontradas, em um cahos onde tudo se choca com o antagonismo das opiniões desencontradas?

Se a sciencia serve para nos dirigir na pratica, o que é uma sciencia que guia cada um de seus adeptos, por estradas diversas e muitas vezes oppostas?

Admitta-se porém que entre todas essas doutrinas medicas, se ache uma boa: mas como conhecê-la?

Seria preciso estudar todas, e todas experimentar; mas dez existencias de homem robusto, juntas umas a outras, ainda seriam bastantes para supportar esse trabalho de Hercules? Certamente que não.

Dêmos mesmo que podesse existir uma doutrina medica allopathica, e que ella fosse aceita universalmente; mas essa doutrina quando apparecesse, nullificaria todo ensino seguido nas escholas até ao presente, e collocaria em falsa posição os allopathas actuaes, vindo mais uma vez provar-lhes que toda a sua sciencia é banal, futil e erronea.

O que seria então da sciencia d'esses medicos que desenvolvendo as bonitas theorias escolasticas, na pratica bem pouco se inquietão da acção esperada pela sua reunião de drogas em uma só formula, nem pelas altas dózes de que fazem uzo?

A allopathia inspira tão pouca confiança aos seus adeptos, que, para combaterem uma enfermidade, dirigem a cada symptoma um medicamento, e assim em uma só fórmula reúnem quatro, seis, ou mais substancias, segundo a imaginação lhe suggerre, não se esquecendo ainda de juntar a estas prescripções a sangria, as bixas, as ventosas, ou os causticos.

Sob a fórmula de poções, electuarios, pilulas, etc., elles atirão as suas prescripções ao corpo humano, como uma bomba que deve rebentar e dirigir cada um de seus estilhaços a tocar os pontos enfermos, a que elles querem attacar.

E a estes meios de curar, a esta agglomeração de opiniões e methodos contrarios, chamão as escholas allopathicas—medicina racional!

Todos os symptomas, por mais complicados que sejam, formão uma parte constituinte da enfermidade, e é contrario á natureza e á razão, querer assim decompôr uma entidade, em que a reunião das differentes partes, lhe imprime um caracter individual que lhe é proprio.

Se a sangria enerva as forças da natureza, e lhe torna mais difficeis os esforços salutaes indispensaveis á cura da doença, as dózes enormes de medicamentos chamados heroicos e as receitas compostas d'essas drogas em grande quantidade, alem de exaurirem as forças, complicação ainda a molestia com os symptomas especiaes de cada substancia, e muitas vezes produzem verdadeiros envenenamentos, ou quando nada, molestias medicamentosas creadas pela acção das drogas, applicadas para curar a enfermidade primitiva.

É assim que muitos doentes escapando á molestia a que temião succumbir, vem a morrer da cura; não pela incapacidade do medico, mas pela desordem e defeitos da allopathia.

Sobre as molestias medicamentosas, citarêmos alguns exemplos tirados dos escriptos de medicos allopathas, que conscienciosamente tratarão desse assumpto.

O barão Portal, no seu *Tratado de anatomia pathologica*; e Gianini, no *Tratado de febres*, citão a perfuração das membranas do estômago, o cancro e scirrho do pyloro, devidos ao abuso de aguas mineraes, e dos acidos sulphurico e muriatico, administrados pela allopathia.

Licutaud, no seu *Tratado pathologico*, conta mais de seiscentas observações de lesões mortaes do estomago, e dos intestinos, devidas aos medicamentos violentos, aos emeticos, aos purgantes, e ás substancias venenosas que, em alta dózes, para a cura das molestias prescreve a allopathia.

Nas analyses medicas de Peschier, medico de Genebra, vê-se que Laennec, no tratamento da pneumonia, administrava até seis grãos de emetico; que Rasori, no tratamento da mesma molestia, eleva a dóze de vinte e quatro grãos, até oitava e meia e mais por dia; que Borda e outros medicos, tem elevado a dóze de agua de louro-cerejo, até 200 gottas por dia; que outros allopathas, tem administrado até 36 grãos de calomelanos, até 30 grãos de gomma gutta, até 40 grãos de bismuthum, até 20 grãos de arseniato de potassa, até 24 grãos de oxido rubro de mercurio, até 40 grãos de kermes mineral e de digitais, e outras prescripções de igual natureza com que envenenão a mízera humanidade, o que é aprovado e ensinado pelas escholas allopathicas.

CONDE DO PARNAÍBA, PERFIL DE UM ESTADISTA, NO SESQUICENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

Roberto Machado Carvalho

Na galeria das famílias ilustres de São Paulo, ocupa lugar de primeira grandeza a QUEIROZ TELLES. Figuras eminentes, por todos os títulos, formaram-se à sombra dos vários patriarcas da numerosa família, os quais souberam plasmar as suas personalidades pela prática das boas ações e pelo acendrado amor às coisas de São Paulo para o bem do Brasil. Na grande árvore genealógica vamos encontrar o entrelaçamento familiar, fato muito comum numa época de relações familiares limitadas aos lugares de origem. Criavam-se, assim, paulistas de velhas estirpes, crescidos sob a luz dos exemplos paternos, cultores das tradições e dos valores que plasmam o caráter reto e honrado, amantes do torrão natal e sempre prontos a servi-lo; quando abraçavam a vida pública tinham a consciência do que isso representava. A inteligência, a cultura, o caráter e a competência estavam à disposição da comunidade.

Foi, na então vila de Jundiá, que há 150 anos, nasceu uma daquelas eminências do Planalto, predestinado a se ombrear aos maiores estadistas que São Paulo ofereceu ao Brasil. ANTÔNIO DE QUEIROZ TELLES descendia de uma linhagem bem portuguesa, o que significa bem paulista. Seu avô paterno, Antonio de Queiroz Telles, veio de Viana do Castela, região do Minho, norte de Portugal, em meados do século XVIII e, em Jundiá, casou-se com Anna Joaquina da Silva Prado, uma das matronas da ilustre estirpe Silva Prado, descendente dos primeiros povoadores de Jundiá, tronco Siqueira de Moraes e Silva Prado. O casal deixou um único filho, que, na pia batismal, recebeu o mesmo nome do pai: Antônio de Queiroz Telles, nascido em Jundiá, a 1.º de fevereiro de 1789. Soube bem cuidar das terras herdadas, a fazenda Jequitibá, próxima da estação de Ressaca, município de Moji Mirim e o chamado "Sítio Grande", no município de Jun-

diaí, onde cultivava cana de açúcar e café, mais tarde, dividido em várias fazendas, doadas a seus filhos. Participou ativamente da vida político-administrativa da terra natal, elegendo-se juiz de paz, vereador, presidente da Câmara e deputado à Assembléia Provincial. Residindo no tão conhecido e, porque não dizer, célebre "Solar de Jundiáí", em ponto central da vila, hospedou, em 1846, o Imperador D. Pedro II em sua primeira visita a São Paulo. Tornou-se logo grande amigo e admirador da família imperial, sendo agraciado Cavaleiro, Oficial e Comendador da Ordem da Rosa. Entre suas maiores realizações, está a elevação da vila de Jundiáí à categoria de cidade, em 28 de março de 1865. Como reconhecimento aos seus méritos de homem público, exemplar serviçal de sua cidade, o Imperador concedeu-lhe, em agosto de 1870, o título nobiliárquico de Barão de Jundiáí. Faleceu otogenário, em outubro do mesmo ano, cercado pela admiração e carinho dos jundiáienses e especialmente de seus filhos e filhas, em número de doze. Os nobres exemplos do velho patriarca frutificaram numa numerosa e seleta descendência. O oitavo filho do casamento com Da. Anna Leduina de Moraes Jordão, sobrinha do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, recebeu o mesmo nome do pai e do avô: ANTÔNIO DE QUEIROZ TELLES, nosso homenageado, nascido a 16 de agosto de 1831.

Ao abeberar os primeiros ensinamentos, o garoto já demonstrava pendores para a cultura humanística e o gosto pelas letras. Jovem abonado, como eram os filhos de fazendeiros, descobriu logo que seu futuro não estava no simples aproveitamento material dos bens de família. Inteligente, com razoável bagagem cultural e a energia juvenil dos 19 anos, segue para a capital da Província, matriculando-se no grande polo cultural da época — a Academia de Direito de São Paulo. Lá permaneceu os cinco anos do curso jurídico, período de 1850 a 1854. Um contemporâneo do futuro Conde e seu primeiro biógrafo, Estevam Leão Borroul, em seu precioso livro *O Conde do Parnahyba, Aparentamentos Biográficos*, publicado em 1890, lembra que o jovem acadêmico "sempre se salientara por sua aplicação ao estudo, por seu gênio investigador e por uma rara compreensão dos homens e das coisas". Pouco depois, em 1907, José Luís de Almeida Nogueira, ao lançar sua obra clássica *A Academia de São Paulo, Tradições e Reminiscências*, reafirma e amplia o perfil do jovem estudante: "estatura regular, moreno, olhos e cabelos pretos, pouca barba. Fisionomia grave e simpática; expansivo, na intimidade". Quanto aos estudos, acrescentou o letrado memorialista: "possuía talento e aplicação" e, mais adiante: "era estimado pelos colegas, tanto pela retidão de caráter como por sua natural afabilidade".

No ano de sua formatura, 1854, Antônio de Queiroz Telles, com 23 anos, dividia suas atenções entre os livros e uma donzela

ituana, como ele, fruto de uma nobre estirpe. Era a prezada jovem Rita M'Boy Tibiriçá, irmã do preclaro João Tibiriçá Piratininga, o notável republicano de Itu e tia de Jorge Tibiriçá, o futuro estadista-governador de São Paulo. Longe da vista, perto do coração; os corações dos jovens não resistiram ao chamado do Cupido e assim, antes da formatura, a 13 de junho de 1854, casavam-se na Igreja Matriz de Itu. Constituía-se o novo lar, alicerçado nas mais cândidas virtudes cristãs.

Bacharel, Antônio não teve dúvidas em instalar seu escritório de advocacia na tradicional cidade paulista, adquirindo logo grande nomeada pelo seu talento forense e dotes de espírito e bondade. Nos autos do foro ituano encontram-se provas de sua formação jurídica, defensor intransigente da lei e da justiça.

Seguindo a tradição paterna, e revestido de sólida cultura jurídica e política, caráter acrisolado e tendo como conselheira a esposa, dotada das mais peregrinas virtudes, Antônio de Queiroz Telles foi guindado à política pelo partido Conservador, elegendo-se em 1855, com apenas 24 anos, deputado provincial para o biênio 1856-57. Sua atuação foi tão profícua, que os eleitores o reconduziram à Assembléia Provincial por duas vezes, 1858-59 e 1860-61. Exerceu com raro brilho as funções de legislador, interessado sobretudo em problemas econômicos e sociais. Destacou-se entre seus pares, pela retidão e bom senso em todas as manifestações, colocando-se na vanguarda do combate aos negócios que lhe pareciam duvidosos ou que traziam em seu bojo, abusos intoleráveis. Como bem frisou o Padre Camilo Passalacqua em seu necrológio: "jamais sacrificou o bem público nos apertados moldes das conveniências pessoais". Tinha a exata compreensão da Política, com inicial maiúscula e sabia que o respeito do povo era o reflexo da estatura moral do homem público.

Outra faceta marcante na personalidade do Dr. Antônio de Queiroz Telles era o culto que devotava ao Bem Comum; considerava um dever patriótico prestar serviços, colocando sua capacidade, adquirida nos bancos acadêmicos e na vivência política, a serviço de toda a comunidade paulista. Ao assumir cargos públicos, legislativo ou executivo, sua doutrina era sustentada no Bem Comum, o interesse geral acima de qualquer vantagem pessoal ou partidária. Pessoal, não podia ser mesmo, pois, era despedido de ambições e talvez, por isso, tenha deixado de ocupar os cargos mais altos na administração do Império. Partidário, também não, pois, o Partido era para ele um corpo de princípios, útil na medida que servia como instrumento para chegar ao poder. Uma vez alcançado este desiderato, deveria servir à população, apagando as cores partidárias; entendia que todos os habitantes da Província eram credores do Tesouro provincial e,

por isso, a aplicação dos dinheiros públicos deveria atender a todos os municípios, cidades ou vilas. Era o tempo em que se respeitava a posição política dos adversários, atendendo-os em suas reivindicações, pois eles também eram contribuintes e, assim, credores das rendas do governo.

Por outro lado, sabia contemporizar e, muitas vezes, sua intervenção servia para acalmar desafetos e restabelecer a harmonia. Ainda mais, Queiroz Telles acreditava piamente no trabalho honesto, sem subterfúgios, voltado ao atendimento das necessidades comunitárias. Daí porque, captou toda a estima e consideração de seus adversários políticos, que, viam nele, o retrato de um homem íntegro, pertencente ao rol daquela raça de grandes estadistas de São Paulo.

O jovem deputado possuía sobejas qualidades para tanto: culto, probo e com uma visão dos problemas provinciais que ia muito além do horizonte. Não apenas os estudos teóricos e as observações práticas serviam-lhe de embasamento, mas, sobretudo, o exemplo paterno; ocupando uma cadeira na Assembléia Provincial, ao seu lado estava o progenitor homônimo, o velho Queiroz Telles, o futuro Barão de Jundiá, a acompanhar os passos de seu jovem e estimado filho, assessorando-o com sua experiência e lembrando-o sempre da máxima: "acima de tudo, a Província". Pai e filho, deputados por São Paulo e para São Paulo. Coerentes com suas idéias, ambos permaneceram fiéis ao Partido que os elegera; isto era uma questão de honra para o político e a honra valia muito naqueles tempos. Assim, com a queda do Gabinete Conservador, presidido pelo Marquês de Caxias, em 1862, o Dr. Antônio de Queiroz Telles prefere voltar aos seus pagos de origem. Em Itu, sua terra adotiva, retoma as atividades da advocacia e elege-se vereador e presidente da Câmara Municipal. Aqui cabe um registro para nossa reflexão: o homem jamais perdia contacto com suas raízes, estas eram sacrossantas, o berço familiar e o lugar de origem. Nelas ia buscar inspiração e energia para novas lutas, para enfrentar com galhardia as adversidades e alcançar com probidade as conquistas.

Entre a moradia de Itu, a casa paterna de Jundiá, a administração de seu cafezal da fazenda Jequitibá em Moji Mirim e de um empório comercial que possuía em Campinas, a capital agrícola da Província, vivia o casal Queiroz Telles-Tibiriçá.

Dinâmico, mas sempre ponderado nas atitudes, o Dr. Queiroz Telles, com uma larga visão dos negócios públicos, sua maior vocação, consegue para Itu, uma infra-estrutura, fundamental para a melhoria das condições de vida da população. As lides forenses e a vereança vão plasmando o estadista. É o artífice da canalização de água para o abastecimento da cidade, da instalação do cemitério municipal e da melhoria do atendimento da Santa Casa; contribui com a reforma do frontispício da

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, ajuda o hospital dos lázaros onde pontificava o Apóstolo da Caridade, Padre Bento Dias Pacheco, assim como os venerandos colégios "São Luís" e "Nossa Senhora do Patrocínio". Os ituanos devotavam ao preclaro cidadão, grande admiração e carinho, graças a seu gênio empreendedor e seus dotes de benemerência cristã. Na política, fortaleceu o partido Conservador no distrito eleitoral, cuja sede era Itu, o centro de onde irradiava a sua prodigiosa liderança. Registre-se, entretanto, que todas as outras facções políticas, liberais e republicanas, nos seus mais variados matizes, o admiravam.

Premiando seu trabalho de legislador na Assembléia Provincial e na Câmara Municipal de Itu, foi agraciado pelo Imperador, a 31 de dezembro de 1880, com a venera de Barão do Parnaíba. Ainda em vida, a cidade de Itu teve oportunidade de mostrar todo o seu apreço ao estadista, quando em agosto de 1887, na qualidade de Presidente da Província, visitou-a, recebendo justas homenagens. Seu nome está perpetuado numa das principais praças de Itu.

Compreendendo todo o processo de crescimento da terra bandeirante, a partir dos meados do século XIX, especialmente após a inauguração em 1867 da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, o Dr. Queiroz Telles logo percebeu que a expansão da rubiácea iria depender fundamentalmente do binômio estrada-de-ferro e mão-de-obra livre e assalariada. Tornou-se, então um notável defensor da expansão ferroviária e da imigração européia. E o que havia de melhor do que a estrada-de-ferro e o trabalhador livre e assalariado? A locomotiva representava um passo gigantesco em relação aos transportes movidos a tração animal e a mão-de-obra européia traria muitas vantagens sobre o obsoleto sistema escravocrata, o qual, teve seu tempo, mas naquele momento já não atendia às aspirações de progresso dos paulistas. Mesmo que fosse lenta, era entretanto necessária a substituição do trabalhador. Mais experiente e sobretudo mais motivado pelos frutos de seu trabalho, o europeu viria trazer novas energias e novo sangue para São Paulo. Em ambos os problemas — transportes e imigração — a contribuição de Queiroz Telles foi decisiva. Obedecendo à direção da "onda verde" que seguia rumo às ubérrimas terras do norte da Província, era preciso começar ligando Campinas a Moji Mirim, o primeiro passo para a conquista daquelas terras. Toma então a iniciativa de fundar, em 1872, a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro, exercendo a presidência pelo largo período de 13 anos, 1873 a 1886.

Sua gestão na Companhia não se limitou a planejamentos teóricos, mapas, traçados e observações de fincamentos dos tri-

Ihos, dormentes e estações ferroviárias. Quis ver de perto os centros mais adiantados em técnicas ferroviárias, estudando-as "in loco". Claro que a isto juntava a questão da mão-de-obra. Para atender a essas finalidades, viaja em maio de 1878, com a família, para a Europa, visitando França, Itália, Áustria, Alemanha, Suíça, Belgica, Holanda e Inglaterra. Ao retornar, um ano depois, traz uma excelente bagagem técnica e é o homem talhado para o pioneirismo ferroviário de São Paulo. Todos os presidentes da Província são unânimes em registrar nos clássicos Relatórios, as mais desvanecedoras referências ao tirocínio firme e brilhante da direção Queiroz Telles na construção da Cia. Mojiana. Em 27 de agosto de 1875, foi inaugurada, com a presença do monarca, o primeiro trecho dos trilhos, 106 km, que partindo de Campinas alcançava Moji Mirim. Em 15 de novembro do mesmo ano, inaugurava-se o ramal de Amparo, mais 30 km. O Relatório do presidente Sebastião José Pereira refere-se ao justo prêmio recebido pelo Dr. Queiroz Telles das mãos do soberano: a comenda da Ordem de Cristo.

Avançam os trilhos em direção de Casa Branca (1878), Ribeirão Preto (1883), Franca (1887) e Batatais até alcançar as barrancas do rio Grande na divisa com Minas Gerais e, transpondo a Mantiqueira, penetrar, via Poços de Caldas, na Província mineira. Entre os rios Grande e Paranaíba, a ferrovia chega a Uberaba. Em seu Relatório de 1887, à Assembléia Provincial, o Dr. Queiroz Telles anota um certo prognóstico: "podemos portanto, prever o tempo, não mui longe, em que o sibilo da locomotiva da Mojiana acordará os ecos dos remotos sertões de Goiás, levando o progresso e a abundância àquelas paragens, que foram o teatro dos feitos homéricos dos povoadores da antiga Capitania de São Vicente". E mais adiante, como sempre fez em toda sua vida, realçava que, tudo aquilo, era obra da Província de São Paulo, graças ao "espírito de patriotismo, iniciativa e empreendimento dos Paulistas, esses bandeirantes da civilização".

O Dr. Antônio de Queiroz Telles só deixou a presidência da Cia. Mojiana por imposição legal, isto é, em 1886, quando foi exercer a presidência da Província de São Paulo, substituindo o Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Pouco antes, com a queda do Gabinete Liberal de José Antônio Saraiva e a ascensão do Gabinete Conservador presidido por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, tinha sido nomeado, por Carta Imperial, primeiro vice-presidente da Província.

Sobre sua posse na presidência, a 26 de julho de 1886, anotou em seu Relatório: "aceitei tão pesado quanto difícil encargo, não por confiar nas minhas forças para desempenhá-lo com brilhantismo, mas porque não me julguei dispensado de corresponder à prova de confiança que o governo Imperial acabava

de dar-me, o de prestar à minha Província os serviços que ela tem o direito de exigir de seus filhos". Eis aí o perfil de um verdadeiro estadista, moldado num robusto espírito cívico; deixa-se tudo para servir a São Paulo.

O que foi a presidência do ilustre paulista? Primeiramente é preciso lembrar que a eficiência de uma administração não se mede pelo tempo, mas sim, pelo trabalho. Foram apenas vinte meses, mas que valeram por vários anos. Nenhum setor da vida administrativa da Província foi descuidado. Os dois Relatórios em que prestou contas de seu governo, um entregue à Assembléa Provincial e outro ao seu sucessor, constituem magníficos atestados da flama bandeirante, voltada para o progresso de São Paulo.

Iniciou sua administração atacando o problema de sempre: a ordem nas finanças públicas; mesmo recebendo um apertado orçamento, soube o ínclito paulista, fiscalizar severamente a receita e despesa provincial, preocupando-se em bem distribuir o sagrado dinheiro público. Não esqueçamos que falamos de um tempo em que os governantes tinham o pudor de provar a rigorosa aplicação dos dinheiros públicos; arrecadados, via suor dos trabalhadores, explicava-se o investimento, tostão por tostão; e os contribuintes sabiam que os dinheiros pagos eram bem administrados. Adquiria-se, assim, uma ilimitada confiança na atuação dos homens públicos.

A distribuição dos recursos vinha atender ao avanço ferroviário para o norte e oeste, ao alojamento e posterior deslocamento dos imigrantes, à instrução pública, à assistência de saúde através das Santas Casas, à diversas construções na capital da Província como o edifício da Tesouraria Fiscal e à reforma na repartição de Obras Públicas, ao problema do índio, organizando um serviço de catequese dos silvícolas, localizados entre os vales do Tietê e Paranapanema.

Na política, o maior galardão do período Queiroz Telles foi a ordem para que todas as manifestações eleitorais corresse livremente.

Iriamos longe na lista das preocupações do curto, mas profícuo governo. Uma delas, porém merece um registro especial, pois, constituiu o centro das maiores atenções: o intrincado problema da transformação do tipo de mão-de-obra no trabalho agrícola, isto é, a substituição do braço escravo pelo braço livre. Tratava-se de um ponto de honra, pois, dele dependia o futuro de São Paulo.

O período de sua presidência, julho de 1886, a novembro de 1887, foi um dos mais delicados da história provincial. De um lado, os fazendeiros a reclamar sobre a perspectiva de grave crise econômica, se prosseguisse a debandada de escravos, de outro, o ardor dos abolicionistas a instigar as fugas, a agitar as

ruas das pequenas e médias cidades e a tomar posição contrária na questão da indenização aos proprietários. Para Queiroz Telles, o principal era fazer respeitar o princípio da autoridade e garantir a ordem e a liberdade públicas; a difícil questão deveria ser resolvida, lenta mas obstinadamente, sem abalos ou agitações.

Aos poucos, a imigração para as fazendas ou a formação de colônias ia penetrando como novo e poderoso elemento na paisagem agro-pecuária da Província. Para consolidar essa gigantesca tarefa, Queiroz Telles, ao lado de Martinho Prado Jr., Nicolau de Souza Queiroz, Rafael Aguiar Paes de Barros, Elias Antônio Pacheco Chaves e outros, fundou a Sociedade Promotora de Imigração e mandou cumprir a lei provincial que determinava a construção de um novo e majestoso edifício da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás, com capacidade de abrigar até quatro mil recém-chegados das plagas européias. Não se conteve com o envio de trabalhadores livres e assalariados para as fazendas, introduziu uma experiência pioneira na Província, ao criar núcleos coloniais, subsidiados pelo governo central, convidando o imigrante a estabelecer-se em pequenas propriedades: em Jundiáí, o núcleo denominado "Barão de Jundiáí", em Porto Feliz, o núcleo Conselheiro Rodrigo Silva; a fazenda Cascalho no município de Rio Claro, adquirida pela administração anterior, recebeu nova demarcação de lotes e diversos melhoramentos, o mesmo se passou com o núcleo de Canas no município de Lorena, com lotes e habitações prontas; no município de São Paulo, os núcleos de Sant'Ana, São Caetano e São Bernardo; na região de Ribeirão Preto, terras devolutas foram divididas em lotes.

Para se ter uma idéia da importância que sua administração deu à imigração, basta revelar os números: nos quatro anos anteriores entraram na Província 21 mil imigrantes; no ano de 1886, quando assumiu a presidência, entraram 10 mil alienígenas e em 1887, esse número subiu para 30 mil. Assim, em menos de dois anos, dobrou o número de imigrantes. Não foi por acaso que seu nome passou à história como o Apóstolo da Imigração.

Dada sua flêuma de moderação e prudência, procurando soluções justas, humanas e pacíficas, o Dr. Queiroz Telles foi acusado de protelar o problema, chegando mesmo, os mais exaltados, na tribuna e na imprensa, a chamá-lo de escravocrata. Era um ambiente carregado de impulsos emotivos. Tudo porém desmentia as asserções. Queiroz Telles era o maior paladino da substituição do escravo pelo homem livre, mas, bem entendido, sem atropelos que poderiam provocar maiores prejuízos à lavoura e aos cofres provinciais. Além disso, os seus sentimentos humanitários e a alforria que concedeu aos escravos de sua

fazenda, colaboravam para atestar sua decisão. Defendia a imigração espontânea ou particular sem ônus para o erário público; o governo provincial deixava, assim, de ser mero empresário da imigração. Concordava apenas no pagamento da passagem, hospedagem por oito dias e eventual auxílio para aquelas famílias que efetivamente fossem para o meio rural paulista; concedia todo o apoio necessário, mas sem aqueles contratos de trabalho, que geralmente, não sendo cumpridos de um lado ou de outro, redundavam em fracassos. Propunha a vinda de famílias bem constituídas, atraídas pela ajuda ou incentivo de parentes e amigos que aqui já estivessem fixados ou de promoções feitas nos países europeus, divulgando a qualidade de nossos solos e a boa organização do trabalho agrícola, tanto para grandes como para pequenas culturas. Era tão forte a crença em suas convicções sobre os meios de atrair o imigrante, que obteve, através da Sociedade Promotora da Imigração, do Ministério da Agricultura dirigido pelo Cons. Antônio da Silva Prado, uma quantia para a impressão de 60 mil exemplares de um opúsculo intitulado *A Província de São Paulo no Brasil*, traduzido para o italiano e alemão e distribuído nos centros de origem dos trabalhadores de além-mar. Assim, com toda exatidão e lealdade, o meio paulista era conhecido do imigrante, que, sabia de antemão, as vantagens e as dificuldades que tinha pela frente. Interessava a São Paulo o trabalhador, aquele que deixasse sua Pátria de origem, movido pela necessidade de sobrevivência e atraído pela possibilidade de uma vida mais digna, através do trabalho honesto e produtivo. Em seu Relatório de 1887, à Assembléia Provincial, Queiroz Telles lembrava que muitos daqueles trabalhadores, que chegavam sem recursos e sem prática, tornaram-se proprietários. Advertia, porém: "É bom que o estrangeiro entenda que encontrará no Brasil, solo fértil, mas que, não produz sem trabalho".

Lembramos ainda sua participação no grande Congresso da Lavoura Paulista, realizado a 15 de dezembro de 1887, pouco após deixar a presidência da Província, já com os títulos de Visconde com grandeza de Parnaíba, conferido a 7 de maio de 1887, e Conde, a 3 de dezembro do mesmo ano. Naquele Congresso foram estabelecidos prazos certos para as alforrias, o que significava um golpe fatal na instituição escravocrata. Como em outros acontecimentos, a iniciativa particular antecedia às medidas oficiais.

O Dr. Antônio de Queiroz Telles, ao passar a presidência da Província ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, recebeu os aplausos e a admiração do povo paulista; voltou aos seus afazeres particulares, permanecendo, porém, até o último momento, atento aos negócios de interesse público e aos destinos de São Paulo.

Seu desaparecimento foi prematuro e inesperado. Em 27 de abril de 1888, acompanhou seu filho Sálvio ao Rio de Janeiro, onde o jovem, ia embarcar com destino à Europa, a fim de prosseguir os estudos. Hospedou-se no Hotel Carson, praia do Botafogo, juntamente com dois amigos e distintos campineiros, Francisco Pompeu do Amaral e Antônio Carlos de Almeida Nogueira. Três dias depois, ao retornar pela Ferrovia do Norte, mais tarde Central do Brasil, percebeu os primeiros sintomas da febre amarela, uma insidiosa moléstia na época. Chegando a São Paulo, dirige-se imediatamente à fazenda de Ressaca, Moji Mirim. Numa tentativa de encontrar melhores, foi levado para uma aprazível chácara no bairro Guanabara em Campinas, pertencente ao seu genro e sobrinho Jorge Tibiriçá, casado com sua filha Anna. Apesar dos cuidados médicos, seu mal agravou-se. Na manhã de 6 de maio, notando a proximidade do momento final, reuniu em torno do leito, toda a família e, antes de despedir-se, fez diversas considerações sobre o progresso de São Paulo. Lembrando o período de sua administração, disse que tinha consciência de ter feito tudo quanto lhe fora possível pela Província de São Paulo e que sentia não poder presenciar o que ela seria nos anos vindouros. Finalmente pediu que fosse sepultado em sua terra natal, Jundiaí e, na impossibilidade disso, em Itu. Faleceu no mesmo dia, um domingo. À tarde, grande massa popular acompanhou o enterro até a estação ferroviária de Campinas. Conduzido para Jundiaí, foi sepultado no cemitério local.

São Paulo perdeu um verdadeiro varão de Plutarco, um nome, que, por todos os títulos, engrandeceu a terra paulista.

A LIGA NACIONALISTA

Paulo da Silveira Santos

Sob o título acima, o conhecido historiógrafo e escritor dr. Brasil Bandecchi, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, publicou excelente trabalho ilustrado, cujas páginas se iniciam focalizando, com muita precisão, aquela fase conturbada da vida paulistana, por volta de 1914, às vésperas da 1.^a Grande Guerra Mundial.

Nessa época, o poeta Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras propunha que o Brasil se preparasse militarmente, para enfrentar o conflito mundial. Este grave conflito, tendo se iniciado numa luta entre a Austria e a Sérvia, foi aos poucos se alastrando e tomou ímpeto inesperado quando as tropas alemãs, sob o comando do marechal Hindenburg, em três dias invadiram a Bélgica e chegaram quase às portas de Paris.

Com a magia de sua palavra, orador inflamado que era, o poeta sabia arrebatrar o público e com entusiasmo, desfraldou então a bandeira da campanha nacionalista. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, aos 9 de outubro de 1915, proferiu aos estudantes e ao povo em geral, vibrante oração, da qual o dr. Brasil Bandecchi transcreve os trechos mais expressivos. Ela corresponde à fé de ofício do consagrado poeta, o qual, embora não fosse militarista, encarecia a necessidade da militarização dos civis, justamente para formar uma elite esclarecida que combatesse a casta militar. E pregava o triunfo da democracia através da ordem, da coesão e do patriotismo, contra a oligarquia do Governo.

É que naquela época, menos de 30 anos decorridos da pro-

clamação do novo regime, o velho Partido Republicano, abolido no poder, era o senhor absoluto do mando, numa espécie de ditadura de ferro. Contra essa situação vexatória, conclamava Bilac:

“Moços de São Paulo! Estudantes de Direito! Sede também os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! O Brasil não padece apenas da falta de dinheiro: padece e sofre da falta de crença e de esperança. O agonizante não quer morrer: quer viver, salvar-se, reverdecer, reflorescer, rebentar em nova e fecunda frutificação. Dai-lhe os vossos braços, dai-lhe a vossa generosidade, dai-lhe as vossas almas e o vosso sacrifício!...

“Desta velha Casa, de entre estes sagrados muros que esplendem de tradições venerandas, deste quase secular viveiro de tribunos e de poetas, daqui saíram em rajadas de heroísmo, em ímpetos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas, coroadas pela vitória da Abolição e da República!... Estruja de novo a casa, estremeçam de novo os muros! e de novo palpite e ressoe o aviário canoro, cheio de hinos de combate e de gorjeios de bondade! Inaugurai, moços de São Paulo, nova campanha! Trabalhai, protestai desde já! Contra o desinteresse, contra a mesquinha, contra o egoísmo, contra a baixeza do “arriismo”!...

E prossegue nesse tom o inflamado apelo de Bilac, em sua vigorosa campanha contra a pasmaceira, contra a inércia geral, consequência daquele estado de coisas, em que as raposas velhas da política, aboletadas no poder, nada faziam em prol da cultura ou do progresso da Nação.

De modo que a vibrante campanha, iniciada por Bilac nesta Capital, prosseguiu no Clube Militar do Rio, em Minas, no Paraná, Rio Grande do Sul e outros Estados. Por toda a parte, a mesma receptividade, o mesmo calor e entusiasmo das multidões, que se solidarizavam com o consagrado poeta. E dessa pregação cívica, nasceu em São Paulo a Liga de Defesa Nacional.

A Liga reuniu, em nosso meio, alguns dos maiores e mais respeitáveis nomes do patrimônio cultural de nossa terra. E em 25 de janeiro de 1917, a data da fundação de São Paulo tornava-se o marco inicial pela renovação política, conforme assinala Brasil Bandecchi. Da primeira Diretoria fizeram parte Vergueiro Steidel, Paula Souza, fundador de Escola Politécnica, Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina, Macedo Soares, Abelardo Vergueiro Cesar. Além deles, uma porção de notáveis tribunos e jornalistas, como Gama Cerqueira, Reinaldo Porchat, João Sampaio, Oscar Tompson, Roberto Moreira, Antônio Prado, Spencer Vampré, Amadeu Amaral, Plínio Barreto, Nestor Rangel Pestana, Brenno Ferraz do Amaral, estes quatro últimos, cintilantes jornalistas, redatores do “O Estado de S. Paulo”.

A Liga Nacionalista e a Liga de Defesa Nacional — observa Brasil Bandecchi — filhas da mesma inspiração bilaqueana, eram independentes uma da outra, mas tinham finalidades idênticas e muitos membros em comum. A instalação solene do Conselho Deliberativo da Liga ocorreu na noite de 26 de julho de 1917, no salão nobre do Instituto Histórico. Formavam também, na vanguarda diretora da Liga: Henrique Bayma, Afonso Paes de Barros, Júlio de Mesquita Filho, Prudente de Moraes Neto, José Alves Palma, Cristiano Altenfelder Silva, Pereira Barreto e outros.

Com essa plêiade brilhante de nomes ilustres, a mocidade estudiosa de São Paulo logo aderiu à campanha patrocinada pelas duas Ligas, a Nacionalista e a de Defesa Nacional, ambas unindo os esforços pelos ideais comuns. Aliás, os moços desse tempo primavam pela educação, eram cultos, vestiam-se com elegância, cabelos bem aparados, usavam paletós e gravatas, numa presença decente e limpa. Assim é que, vemos neste opúsculo, uma foto tirada a 12 de outubro de 1917 (um baile promovido pela Liga Nacionalista) em que aparecem os rapazes e o dr. Vergueiro Steidel, todos trajados a rigor — casacas e gravatas brancas.

Nos capítulos seguintes, o dr. Bandecchi focaliza a organização, os objetivos fundamentais da Liga, a Comissão de Instrução, o Serviço Militar, o monumento a Bilac, o programa de ação. Mas eis que, em novembro de 1918, coincidindo com o término da 1.^a Grande Guerra (1914-1918) irrompe pavorosa epidemia, a chamada “gripe espanhola” que se alastra terrivelmente por todo o mundo, levando a morte e a desolação gerais. A pandemia atingiu proporções alarmantes, por ser desconhecida dos médicos, e altamente contagiosa. Nesta Capital, a Liga criou então as patrulhas de socorro, que tiveram papel de inapreciável importância no setor médico-assistencial.

Por essa ocasião, faleceu no Rio, o poeta, conferencista e acadêmico Olavo Bilac, iniciador da memorável campanha, que produziu frutos. Enfim, terminado o pesadelo da “gripe espanhola” a Liga reanimou-se e retomou sua atuação política. Infelizmente, porém, logo esbarrou numa série de dificuldades, a começar pela ignorância generalizada de nosso povo, sobretudo a grande maioria, ainda inteiramente despreparada em matéria política...

É que a implantação da República em 1889, se representou um grande avanço em direção ao progresso, herdou, entretanto, por outro lado, todos os vícios e mazelas de um sistema eleitoral falho, como era o da monarquia deposta. E não só não os eliminou, como até os aperfeiçoou no pior sentido, isto é, nas fraudes eleitorais!

Diante disso, tornaram-se inúteis todos os apelos, todas as belezas das intenções regeneradoras da Liga: e então, no ba-

tismo de fogo, que foi o seu primeiro embate eleitoral, colheu ela uma derrota acachapante!

O caso foi o seguinte. Tendo ocorrido uma vaga no Senado paulista, o Partido Republicano (PRP), dono absoluto da situação, lançou como seu candidato o cônego F. Vallois de Castro, velho politiqueiro, conhecido agiota e germanófilo, que lecionava no Colégio São Bento. Era germanófilo declarado, numa época em que o Brasil combatia a Alemanha ao lado dos aliados e o "germanófilo" era anátema, que hoje corresponde ao de "quinta-coluna".

Para combater Vallois, a Liga lançou o nome impoluto do médico dr. Luís Pereira Barreto, embora contra a vontade deste. Mas lançou-o justamente por serem duas figuras diametralmente opostas: Pereira Barreto fora senador do primeiro Senado paulista (1889), republicano; médico, cientista, escritor, pecuarista, jornalista eminente, polemista vigoroso, filósofo, com vários livros publicados. Como escritor, foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras (1909), e como positivista, homem de moral inatacável.

Pois bem. Vieram as eleições a 1.º de junho de 1918 e Vallois foi o vencedor. Venceu em todas as urnas do Estado, num pleito em que o voto era a descoberto e na apuração não havia votos nulos, nem em branco. Por que? Porque era o Governo, ou melhor, eram as próprias mesas receptoras, que manipulavam as atas e, claro, davam o resultado a seu favor. Além disso, havia os truculentos cabos eleitorais e os poderosos chefões, como o major Molinaro. No Interior, o eleitorado de cabresto, os "currais" e "viveiros" em que os *coronéis* compravam abertamente os seus eleitores. Uma farsa completa!

Foi assim que o Marechal Hermes da Fonseca venceu o civilista Rui Barbosa, em 1910, no pleito para a presidência da República. E o paulista Júlio Prestes, do PRP venceu o gaúcho Getúlio Vargas, da oposição, também para a presidência, no pleito nacional de 1930.

Entretanto, um historiador imparcial e tão metuculoso e seguro, como é o dr. Brasil Bandecchi, na exposição dos fatos, não menciona esses antecedentes e a forma como se realizavam as eleições nesse tempo. Apenas transcreve, sem comentários, o boletim eleitoral da 16.ª seção da Capital, com o resultado da apuração: Vallois de Castro, 29 votos; Pereira Barreto, 23 votos. Ainda bem que o Governo foi generoso, concedendo ao dr. Barreto uma derrota equilibrada; porque se quisesse, em cada 52 votos apurados, o padre Vallois teria 50 e o dr. Barreto apenas 2.

Também não menciona o dr. Brasil Bandecchi, a expressiva manifestação popular que Pereira Barreto recebeu, em desagravo, após a derrota, embora esta fosse esperada. E o vibrante

artigo que ele, Barreto, publicou no "O Estado" de 17-6-1918, em que diz umas verdades duras.

O brilhante autor de "A Liga Nacionalista" atribui a derrota do dr. Pereira Barreto à organização secreta "A Bucha" e à maçonaria. Acredito, entretanto que, se se invertessem os papéis, ou seja, se o dr. Barreto fosse candidato do PRP e o padre Vallois, da Liga Nacionalista, aquele seria o vencedor, apesar da "Bucha" e da maçonaria.

Estas pequenas observações eu me permito fazer, apenas a título de colaboração, para que o eminente mestre e amigo, dr. Brasil Bandecchi — autor de tantos e primorosos trabalhos de pesquisa histórica, que lhe deram merecido renome nesse campo — quando tirar nova edição deste seu primoroso opúsculo "A Liga Nacionalista" possa completá-lo, numa visão de conjunto. E então mencione o sistema eleitoral falho e viciado que tivemos, desde o início do século, até 1930, já em pleno regime republicano.

Na verdade, a emperrada máquina eleitoral do PRP só foi desmantelada em 1930. A seguir, a primeira eleição com o voto secreto ocorreu no pleito realizado em maio de 1933, e daí para cá vem sendo gradativamente aperfeiçoado.

AS ELEIÇÕES ATÉ 1930

Transcorreu em 1980, na data de 1.º de março, o cinquentenário do último pleito eleitoral realizado na chamada República Velha. Nessa data, e recordando a efeméride, o jornalista Hélio Damante publicou no "O Estado" longo artigo alusivo a esse cinquentenário; depois de referir-se aos candidatos à presidência da República, dr. Júlio Prestes de Albuquerque, presidente de São Paulo, tendo como Vice, o presidente da Bahia, dr. Vital Soares; e o dr. Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, tendo como Vice o dr. João Pessoa, presidente da Paraíba, a certa altura, diz Hélio Damante:

"Todos sabem, pelo menos por ouvir dizer, o que eram as eleições naquele tempo, feitas "a bico de pena": mortos votavam, as atas eram falsificadas e as urnas, se preciso, roubadas. O "voto de cabresto" era norma, e não só no remoto sertão. Todas as pressões, a começar pela força armada, eram mobilizadas e o resultado das urnas garantido por um eleitorado fantasma, que não incluía só defuntos. Assim, no próprio dia do pleito, o correspondente do *Estado* em Tietê informava a chegada à cidade de um trem especial conduzindo "phosphoros", na ortografia do tempo, ou seja, eleitores do oficialismo destinados a garantir o resultado das urnas." E mais adiante:

"A campanha eleitoral de 1930, iniciada em fins de 1929, fora particularmente violenta. Em toda a parte registravam-se

tiroteios e mortes. Nesta Capital, dois ou três dias antes do pleito, num comício da Vila Guilherme, era morto um delegado de Polícia, enquanto o "major" Molinaro, famoso cabo eleitoral do PRP, líder dos motoristas de taxi, mobilizava seus capangas. A Paraíba já estava em armas, com a rebelião de José Pereira, em Princesa, estimulada pelo situacionismo. Nas cidades de Minas e Rio Grande do Sul ocorriam conflitos graves. Mas o pleito, pelo menos em São Paulo, transcorreu em perfeita ordem "não ocorrendo derramamento de sangue" (sic) registrava ainda o *Estado*. Fora, certamente, apesar dos pesares, a maior eleição da República. Embora viciada e de resultado previsível, apresentava novas nuances, no quadro da cisão irreversível do bloco hegemônico do Partido Republicano, cujas raízes se embebem na Campanha Civilista".

E o jornalista informa que, realizadas as eleições presidenciais a 1.º de março, já aos 28 desse mes se delineava a esperada vitória da dupla Júlio Prestes-Vital Soares, com 1.027.000 votos, enquanto a chapa Getúlio-João Pessoa obtinha 809.307. Faltavam apenas os resultados do Interior, que viriam aumentar a diferença na já esperada vitória governista.

Se isto era assim, num pleito de âmbito nacional, para a presidência da República, é fácil imaginar como foi o pleito de 1918, para uma vaga no Senado Estadual paulista.

Eu poderia encerrar estas notas lembrando quem foi o vulto preeminente de Luís Pereira Barreto. Mas isto me parece dispensável, diante das belíssimas páginas que, sobre ele escreveu o saudoso acadêmico Ivan Lins em sua monumental "História do Positivismo no Brasil" edição Brasileira, 1964. Leiam-se, nesse volume, os 4 capítulos dedicados ao renomado médico, escritor, pensador e pecuarista. Ou então, melhor ainda, o substancioso volume do prof. Roque Spencer Maciel de Barros — "A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto", edição da USP. 1967 — sobretudo o capítulo VI — "Os últimos anos de uma vida fecunda" (págs. 236-249).

Contudo, vale a pena recordar alguns aspectos curiosos de sua vida, tão nobremente preenchida. Nasceu em Resende, RJ, e formou-se com distinção pela Faculdade de Medicina da Universidade de Bruxelas, onde defendeu com brilhantismo a tese de doutoramento. Ainda jovem veio para Jacareí, cidade em que grangeou renome de benemérito e afamado clínico. Mudando-se para São Paulo, foi chefe de clínica da Santa Casa e teve ali, como assistente, seleto grupo de moços, entre os quais Arnaldo Vieira de Carvalho. Fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia, de que foi o primeiro presidente. Escritor fecundo, jornalista e polemista vigoroso, colaborou no "Correio Paulistano" em "O Estado" e, neste século, na Revista do Brasil, de Monteiro Lobato. Em artigos e polémicas, Pereira Barreto tratou de tudo:

apologista da terra roxa, da agro-pecuária, da imigração europeia para substituir o braço escravo na lavoura; do café, da viticultura e da agricultura em geral; participou das polêmicas em torno do gado caracu e do zebu. Lançou em Ribeirão Preto (1876) e café tipo *bourbon*, que fez a riqueza de inúmeros cafeicultores, tornando-se o município de Ribeirão, poderoso baluarte da rubiácea. Com o seu irmão Miguel, fundou lá a fazenda "Cravinhos" para cultura do café.

Fundou em São Paulo a Sociedade Rural Brasileira, de que foi presidente. Aqui, através de artigos e folhetos, lançou a campanha pela viticultura científica, cuja parte experimental realizou, com êxito, em seu sítio de Pirituba. E teve uvas premiadas numa Exposição Agrícola Nacional, aqui promovida. Republicano entusiasta e abolicionista, formou na falange publicitária dos maiores propagandistas da Abolição e da República.

Quando a Cia. "Antarctica" instalou na Água Branca sua enorme fábrica de gelo (a 1.^a de São Paulo) Pereira Barreto sugeriu que se ampliassem as instalações, transformando-a na 1.^a fábrica de cerveja. Em 1889, proclamada a República, foi nomeado para o primeiro Senado Estadual paulista, do qual assumiu a presidência, eleito por seus pares. Ainda em dezembro de 1889, lançou o projeto da Universidade de São Paulo, composta de 4 institutos: de Medicina, Engenharia, Agricultura e Veterinária, Artes e Ofícios. Desejava, porém, que fosse uma entidade particular, e não do Governo. Foram então arrecadados os fundos para esse fim, que somaram quantia apreciável, mas insuficiente para a execução do plano. À vista disso, fez a doação total da quantia, para a Santa Casa.

Neste século, lançou a fórmula do refrigerante guaraná, o "Guaraná Espumante" feito à base da planta indígena medicinal do mesmo nome (*paullinia sorbilis*); este refrigerante foi lançado com grande sucesso pela firma Zanota & Lorenzi, depois adquirido pela "Antártica". Em 1909 foi um dos membros fundadores da Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira n.º 3.

Segue-se, portanto, que um benemérito, como Pereira Barreto, aureolado com justificado renome, bem poderia contar, no pleito de 1918, com a imensa legião de seus amigos — a classe médica, os engenheiros, os pecuaristas, os jornalistas, os republicanos, enfim os intelectuais e os elementos cultos, que tanto o admiravam — e esse eleitorado seria o bastante para elegê-lo. Ah!... mas isso se as eleições ocorressem com correção e independência, e a apuração se fizesse na Justiça Eleitoral. Mas em 1918...

Pereira Barreto faleceu aos 11 de janeiro de 1923, data em que completava 83 anos de idade. Seu desaparecimento repercutiu profundamente por todo o País, e não tardou que sua ben-

fazeja memória recebesse a merecida homenagem póstuma: na praça Marechal Deodoro, ergue-se a estátua de bronze, preto de gratidão do povo paulista.



Foram essas as observações que me ocorreram apresentar à margem do esplêndido opúsculo do dr. Brasil Bandecchi, no qual o ilustre historiógrafo e acadêmico, em estilo adequado, nos recorda tantos episódios interessantes, que marcaram a vida política do São Paulo de ontem.

Nos dois últimos capítulos, o autor focaliza a revolução de julho de 1924, irrompida nesta Capital, sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes e, em seguida, a extinção da Liga Nacionalista. Em consequência, surgiu o Partido Democrático, cujo primeiro diretório se instalou em 1926.

Trata-se de um estudo muito bem documentado e ilustrado com diversas fotografias. Um estudo que revela acuradas pesquisas, e é pioneiro no gênero, como observa o prof. Vinício Stein Campos, pois nada existe sobre a Liga Nacionalista, a não ser alguns artigos e referências breves e esparsas.

Em suma, um trabalho oportuno, que traz valiosa contribuição para as nossas letras históricas.



ALOÍSIO DE CASTRO

(Centenário de nascimento)

Lycurgo de Castro Santos Filho

A 14 do mês de julho deste ano de 1981, passa o centenário de nascimento de Aloísio de Castro, uma das mais fulgentes personalidades da intelectualidade brasileira da primeira metade do nosso século XX. A lhaneza de Duílio Crispim Farina indicando-me, e a iniciativa do presidente José Pedro Leite Cordeiro designando-me, traduziram-se em minha presença nesta tribuna para a oração comemorativa e laudatória.

Aloísio de Castro esplendeu em sua rica e bela vida de 78 anos, tendo morrido no Rio de Janeiro, onde nascera, a 7 de outubro de 1859. Estudante excepcional, doutor em Medicina com prêmio de viagem à Europa (1903), neurologista de renome, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seu diretor e operoso construtor do imponente edifício da Praia Vermelha — hoje derribado pela desmemória de um povo que teima em aniquilar os velhos marcos da cultura nacional — professor honorário da Faculdade de Medicina de Montevidéu, titular em sucessão ao insigne Osvaldo Cruz, e presidente da Academia Brasileira de Letras, diretor do Departamento Nacional do Ensino, estilista, poeta que versejou em português e em francês, musicista e compositor, orador excelente, cultor das letras clássicas, membro de associações nacionais e estrangeiras, autor de tratados de Medicina, de discursos médicos e literários e de memórias clínicas, um fino e elegante homem de sociedade, Aloísio de Castro, pela posição destacada no cenário cultural e pela auréola de profissional afamado na capital da República, formava

entre os últimos abencerrages de uma classe há muito extinta, a dos luminosos médicos humanistas, aqueles que foram justamente cognominados os “monstros sagrados” da Medicina brasileira.

Ele viveu na época dos grandes valores, que, por serem poucos, eram conhecidos em todo o território nacional. E foi Aloísio quem ensejou que se proferisse uma frase de grande repercussão, bem guardada na história da Medicina brasileira. Era, então, diretor da Faculdade de Medicina e regressava, em outubro de 1916, de Buenos Aires, onde estivera como convidado especial ao Primeiro Congresso Médico Argentino, quando, no banquete que lhe foi oferecido no Rio de Janeiro, o orador oficial, também professor da Faculdade de Medicina, o inolvidável Miguel da Silva Pereira, ao encarecer a necessidade do saneamento dos sertões, sentenciou: “O Brasil é um imenso hospital”. Contristador labéu, cuja dimensão afortunadamente vem sendo através dos tempos reduzida em muitos estados graças à assistência sanitária proporcionada pelos sucessivos governos.

Aloísio era filho de outro eminente catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Francisco de Castro, baiano que se radicara na capital da República. Diretor da Faculdade, membro eleito e não empossado na Academia Brasileira de Letras, clínico de muita fama e grande clientela, morreu aos 44 anos de peste bubônica, contraída de um paciente a quem atendera. O enterro de Francisco de Castro, em 1901, constituiu-se em verdadeira apoteose, pelas homenagens que lhe foram tributadas. Aloísio, que então cursava a Faculdade, sentiu profundamente a perda. E ao longo de toda a sua vida jamais irá esquecer o pai. Chefe-de-escola venerado, os discípulos de Francisco de Castro apelidaram-no de “divino mestre”. Uma sua estátua, de corpo inteiro, com a veste talar, de comprida bata, erguia-se nos jardins do edifício da Praia Vermelha. Em meu tempo de estudante — e essa fauna bípede sempre se mostrou desrespeitosa — a estátua foi irreverentemente chamada de “mãe do Aloísio”.

A admiração que o filho votava ao pai era realmente merecida. São de sua observação os dois seguintes relatos demonstrativos dos altos predicados do espírito de Francisco de Castro: notara Aloísio que o pai entrava na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro sempre apressado e olhando para o chão. Indagado sobre a razão desse proceder, respondeu-lhe que em um hospital de caridade sempre pode haver alguém que não queira ser reconhecido. E em outra ocasião, em uma lição de clínica na enfermaria, viram todos Francisco de Castro tomar de uma escarradeira e entregá-la ao paciente que tossia sem cessar. Explicou o mestre aos alunos: “senhores, isto se faz aqui no hospital, com o indigente, a quem temos a honra de servir”.

Mas nunca na residência do enfermo abonado, pois ao médico não cabe o encargo de enfermeiro.

Afável, delicado, Aloísio encantava pelos trato, pelas maneiras, pela polidez. Elegante no trajar, de estatura mediana, rosto bonito e bigode cheio, era moreno pálido. Casou-se com a filha do deputado federal baiano Eduardo Pires Ramos, diretor da Faculdade de Direito do Salvador, autor de não muito significativa bagagem literária, e que, eleito para a Academia Brasileira de Letras, morreu antes da posse. Para essa eleição devem ter concorrido o prestígio e o fascínio do genro, já acadêmico.

Purista sem exageros, rebuscado o bastante para sobressair no meio-sócio-cultural em que atuou, Aloísio foi um prosador primoroso. Ao recebê-lo na Academia Brasileira de Letras, em 1919, o seu colega, professor e romancista Afrânio Peixoto, referiu que os seus discursos "eram poemas, odes, elégias, tanto a imagem e a locução, o concerto e as proporções fazem modelos de bem dizer, vernáculo e polido, as "Alocuções", "Novas Alocuções", "Últimas Alocuções", que todos vos trouxeram aqui, como um cultor exímio da língua, disertor orador, das comoções e pensamentos mais nobres".

Em o volume "Discursos médicos" — e também ele publicou em outro livro, reunidos, os "Discursos literários" — encontram-se períodos, trechos que são verdadeiros poemas, odes e elégias, como disse Afrânio Peixoto. Ao pronunciar o elogio fúnebre de Miguel Pereira em sessão da Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a 2 de março de 1917, perorou Aloísio: — "Honremos, senhores, a grande memória de Miguel Pereira, em cujo túmulo ainda mal fechado, trânsidos de dor deixamos tantas das nossas comuns aspirações, e viva ele conosco no nostálgico esplendor das horas de evocação, tal qual foi na doçura e boa graça de sua alma. No silêncio da nossa saudade estamos a ouvir o farfalhar das folhas que o vento agita e dispersa, e em nosso recolhimento vemos surgir aquele símbolo que a sua imaginação de poeta foi um dia pedir às lendas da Escandinávia. "Igdrasil" é a grande árvore triste, árvore da vida, "cujas raízes se embebem de seiva na misteriosa mansão dos mortos". "O cicio de sua copa é o rumor da humanidade, com todos os seus soluços, as suas preces, os seus risos e as suas loucuras, e o oscilar de seus galhos a sorte vária das nações". No sepulcro do nosso chorado amigo, braceja as tuas raízes, "suga, Igdrasil, árvore da existência, um pouco dessa seiva límpida e puríssima que circula em teu tronco milenário e converte-a numa larga e propícia folha, a cuja sombra se acolha o coração dolorido dos médicos brasileiros".

De uma oração aos doutorandos de 1915, colhe-se um remate saboroso e inusitado: "Num velho livro se conta o caso que passou em tempos muito atrás, como nenhum expressivo do es-

pírito de indagação médica. A pedir o último socorro buscara ao clínico certo homem, tísico no extremo. Esperança de cura não havia; mas o médico, para o não desenganar, o mandou que se fosse a usar de umas ervas, remédio do vulgo. Tempos mais tarde torna o doente à consulta, e de posto no osso que estivera, vinha nédio, garrido e bem disposto, nem mais tosse, nem escarros ensangüentados. Picou-lhe ao médico a curiosidade, tendo-o visto na espinha e vendo-o agora esplêndido: logo entrou a examinar o paciente, e foi quando sem mais detença lhe cravou certa e mortal punhalada, que o prostrou aberto dos peitos. Para abreviar a história, quando chegou a justiça, deu com o médico a examinar o cadáver, já todo anatomizado, a ver se fora real a cura do pulmão do que ainda duvidava. Cabe dizer que apurada a verdade foi o médico absolto da pena em que incorrera "por ceder em aumento da Arte e em utilidade pública"... Não vos leve, todavia, o exemplo desta e de outras impunidades ao extremo de qualquer prática que de longe sequer melindre ou prejudique o doente, objeto sagrado em vossas mãos".

Os livros de poesia de Aloísio de Castro publicaram-se após o seu ingresso na Academia de Letras. "Rimário" é de 1926. Seguiram-se "As sete dores e as sete alegrias da Virgem", "Carmes" e mais outros volumes, alguns em língua francesa. Usava o pseudônimo gaulês de "Guy d'Auberval".

Neo-parnasiano, sóbrio nas imagens, moderado na fantasia, apurado na versificação, cultivador do soneto, a sua poesia é comedida, comportada, bem metrificada, sem arroubos, sem delectes. Afrânio Peixoto, que recebera Aloísio em 1919, na Academia Brasileira, como se mencionou, anos mais tarde, em 1934, por ocasião da comemoração do jubileu do mestre, em uma espécie de "post-scriptum" ao discurso de recepção, disse que ele "se librara às regiões etéreas da poesia". Muito habilmente transcreveu alguns sonetos aludindo à idéia, ao sentido do conteúdo, e gabando com altos louvores o continente, ou seja, a impressão dos volumes. "Fazei obras primas", referiu Afrânio, "contenente digno do conteúdo". "Conseguis isso, um prodígio, no Brasil, livro objeto de arte". "Papel custoso, caracteres novos, impresso nas oficinas nacionais". Duvidar-se-ia "terem mesmo saído da Imprensa Nacional, e no Brasil, onde se imprime tão mal, que o conseguido por vós será milagre".

Guarda-se que esteta e amante das artes, o mestre também foi um requintado bibliófilo.

Dos sonetos transcritos por Afrânio, os dois seguintes proporcionam bem uma idéia da poesia de Aloísio:

"ARS SUPREMA

*Este, nos duros mármoreos polidos,
Dos deuses animou a efígie augusta,
E aos monumentos deu a linha justa,
No bronze que memora os tempos idos.*

*Este no escrínio pos a arte que ajusta
Paciente as gemas, este áureos tecidos
Broslou, este da taça os esculpidos,
Relevos rebruniu, este venusta,*

*Imagem nos painéis, em obras primas,
As cores debuxou no molde terso:
Mas este, o sumo artista, este as opimas*

*Formas lavrou, na inspiração diverso,
E perfeito, elegendo as pulcras rimas,
De pérolas e estrelas fez o verso".*

"ADEUS

*Adeus, castas visões da leve mocidade,
Nobre casa paterna onde vivi outrora,
Jardins onde folguei e onde contemplo agora
A sombra que baixou por sobre a claridade.*

*Velhas coisas que amei, no fugaz correr da hora
De ventura e esplendor, encantos da cidade,
Risos, festa e prazer, volvidos em saudade,
Tudo sorriu, cessou, tudo em lembrança chora.*

*E vós, formosas, vós, graças de um dia breve,
Vós todas, cujo nome esta mão inda escreve,
Levastes mundo em fora, os áureos sonhos meus..*

*Hoje é noite e deserto e silêncio e abandono,
E vivo sem viver, entre a vigília e o sono:
Nasci, cresci, passei e ao que fui digo adeus!"*

O soneto seguinte é um epitalâmio, um canto nupcial, oferecido de Aloísio à filha do professor Pacheco e Silva, Clarita, no dia de seu casamento, em 1943:

"SONETO

*Livre no céu azul da Primavera,
Despede o vôo o pássaro a cantar:
Outro como ele, o coração, espera,
Preso no peito, a doce voz do par...*

*Enfim um dia se desencarcera
E com as asas do amor pousa no altar:
Ei-lo transfigurado e, sendo o que era,
É outro e se divide para amar.*

*Noiva gentil! Que as tuas graças todas
E teus dons hoje sejam teu diadema!
Olhos cheios de sonho, em tuas bodas*

*Marcarás teu destino na subida.
Canta em teu coração! E põe num poema,
No epitalâmio, as músicas da vida!"*

O eminente acadêmico e professor emérito da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Antônio Carlos Pacheco e Silva — a quem agradeço a valiosa contribuição — foi discípulo e privou da amizade de Aloísio de Castro. Corresponderam-se. Encontraram-se em congressos de Neurologia. E em um deles intentaram ambos a realização de uma meritória ação no campo da cultura universal, segundo o expressivo depoimento do mestre paulista, datado de 22-6-1981: — "Na última Grande Guerra, logo depois da ocupação de Paris, os alemães, necessitados de bronze para o fabrico de suas armas e munições, não tiveram dúvida em apropriar-se o derreter, num ato de verdadeiro vandalismo, grande número de estátuas existentes na França. Entre elas, lá se foi a de Charcot, colocada à porta da Salpêtrière, onde só ficou sobrando um pedestal de pedra. Anos depois Aloísio e eu, fomos até a Salpêtrière, a fim de participar de um Congresso de Neurologia. Ao cruzar a entrada do velho hospital, Aloísio deu com o pedestal vazio e, tomado por justa indignação, ao saber do destino dado à estátua, disse-me: Não me conformo com o que se me depara. Vamos fazer uma subscrição para repor a estátua de Charcot no seu devido lugar? Talvez seja possível, descoberto o nome do escultor, encontrar o molde para fundi-la. Achei a idéia sublime e me prontifiquei a colaborar com ele, na obtenção dos recursos necessários. Os colegas franceses ficaram encantados com a lembrança. De volta ao Brasil tratamos, ele e eu, de levar avante a idéia. Fiquei encarregado de angariar fundos em São Paulo, onde encontrei a melhor acei-

tação dos colegas paulistas, remetendo a Aloísio a lista dos contribuintes e o cheque com a quantia arrecadada. O total da importância levantada no Brasil foi enviado à Sociedade de Neurologia de Paris. Anos depois, já morto Aloísio, indaguei dos colegas franceses a razão porque a idéia não fora levada avante. Resposta: — Os brasileiros foram os únicos a contribuir; nós, os franceses, empobrecidos com a guerra, não pudemos participar. Do resto do mundo, nem uma só contribuição! E o pedestal lá está a espera da estátua de Charcot, até hoje. Não sei qual foi o destino dado à quantia enviada pela comissão encarregada dos fundos, pelo tesoureiro Austregésilo Filho”.

Senhoras e senhores! Típico exemplar do intelectual ainda não atormentado pelas comoções políticas e sociais, ainda não massacrado pelos problemas econômicos que hoje constroem e desgastam a sociedade humana, Aloísio de Castro soube bem usufruir a sua rica e bela vida de 78 anos, como ao início referi.

Termo evocando uma das incontáveis bonitas e sugestivas imagens que povoam a sua obra: “O nosso futuro é a vida do nosso passado. O que passou, não passou senão para ficar de outra forma, e nós não somos, em cada instante que vivemos, senão a imagem nova daquilo que já fomos”.

Senhoras e senhores! Aloísio passou. Saiu do mundo. Mas no mundo permaneceu pelo que disse.



Prof. Dr. Alvaro de Lemos Torres

PROFESSOR DR. ALVARO DE LEMOS TORRES

Ulysses Lemos Torres

Em julho de 1956, tive a honra de ser empossado como Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Rezam os estatutos desse Sodalício que o recipiendário indique seu patrono. Na ocasião, intimamente o fiz, escolhendo o Prof. Dr. Alvaro de Lemos Torres, meu pai. Mas, propositadamente não tornei pública a minha preferência, para que o tempo amainasse a carga afetiva que ainda acompanhava a escolha e sua figura de homem público pudesse ser mais objetivamente por mim analisada.

Hoje congratulo-me com o acerto da decisão. A figura do ser social cresceu, avolumou-se. Lemos Torres, sem ser um historiador propriamente dito, é inegavelmente uma figura histórica pelo que representou para o progresso da Ciência Médica Paulista e Brasileira. Descobridor de um sinal de derrame pleural, universalmente conhecido, que tomou o seu nome, iniciador da especialidade cardiológica entre nós. Seus cursos livres de propedêutica e clínica médica, na Faculdade de Medicina de São Paulo, vieram a constituir o que se convencionou chamar de "Escola da 2.^a Medicina da Santa Casa ou "Escola Lemos Torres".

Alvaro de Lemos Torres, foi um Homem de Inteligência e, como tal, filósofo, voltado para a natureza e para os homens, e por isso humanista. Estéta e ético. Por tudo se interessava, estudava e pesquisava.

Nos últimos anos de sua vida dedicava-se também ao Latim e à Cosmografia; com um telescópio que adquirira na Alema-

nha e instalára em sua casa, à rua da Consolação, perscrutava o céu em suas noites de insônia, segundo dizia.

O prof. Dr. José Inácio Lobo, seu ex-aluno assim o descreve:

...“um espírito eminentemente objetivo, que, no julgamento dos fatos, não se deixava dominar por preconceitos ou motivos emocionais. Refutava as afirmações que entendia errôneas, com a mesma sinceridade e com a mesma firmeza com que aceitava as objeções que lhe pareciam justas. O rigor da crítica por vezes desagradava o contendor, mas, a absoluta probidade mental com que a exercia lhe granjeou o respeito e admiração de seus discípulos e colegas.” E acrescenta; “Foi inegavelmente um legítimo chefe de escola de Propedêutica e de Cardiologia, pois deixou numerosos discípulos que continuaram a sua trajetória.”

Mas, Lemos Torres nunca se considerou um “especialista” nesta ou naquela matéria médica, pois continuou sempre, sendo um Clínico Geral, preocupado com toda a patologia do homem que sofre, fiel à máxima de Terêncio:

“Homem sou e nada que se refira ao homem me é indiferente”, frase que dele ouvi, amiudadas vezes.

O Prof. Dr. Alípio Corrêa Netto em seu discurso de posse na Cátedra de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1.º de dezembro de 1935, declarou;

“... Dr. Lemos Torres, foi quem guiou os meus passos na técnica propedêutica e como seguro timoneiro, acendeu a luz do meu entendimento às questões clínicas, indicou-me os nortes pelos quais devia me orientar, cimentando as pedras fundamentais da cultura incipiente com os princípios de moral científica, rigorosos e intransigentes.”

RESUMO DO CURRICULUM VITAE DE ALVARO DE LEMOS TORRES

Nascido a 15 de abril de 1884, na cidade do Rio de Janeiro. Foram seus pais, João Pereira de Lemos Torres e Ermelinda da Louzada Torres. Fez o curso de Humanidades no Colégio Pedro II (então Ginásio Nacional) do Rio de Janeiro, bacharelando-se em Ciências e Letras em 1902. Em 1903, prestando “exame vago” do I ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, matricula-se diretamente no segundo ano da referida Faculdade. Em dezembro de 1907, defende tese com o título de: “Syndrome de Dercum” e com distinção conquista o título de doutor.

De 1908 a 1913, clinicou em Avaré, interior do Estado de São Paulo, onde dirigiu como Diretor Clínico a Santa Casa local e exerceu a medicina em toda a potencialidade; aí, foi Médico, Operador e Parteiro. Granjeou vasta clínica e prestígio renomeado.

Em 1913, transferiu sua residência para a capital de São Paulo, em busca de melhores meios para pesquisa e estudo. Procurou o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, organizador e Diretor da Faculdade de Medicina, então recém criada, “dizendo-lhe de sua pretensão de fazer parte do corpo docente da Faculdade”. Respondeu-lhe o Dr. Arnaldo: — “entre para um laboratório, trabalhe e mostre do que o Senhor é capaz.”.

Em 1914, é preparador voluntário à cadeira de Parasitologia, regida pelo Prof. Brumpt; nesse mesmo ano é indicado para assistente interino do Instituto Butantã, encarregado da Serologia Anti-Ofídica.

Em 1915, preparador voluntário de Histologia e Anatomia, regida pelo Prof. Afonso Bovero, que sobre ele fala: — “Persuadido do raro valor técnico do Dr. Lemos Torres e do seu entusiástico desejo de aprender, foi com verdadeiro pesar que no início do ano escolar de 1916, recebi dele, a recusa ao convite que eu espontaneamente lhe fiz, para ocupar o cargo de preparador efetivo da cadeira de Histologia”.

Em 1916, é nomeado assistente efetivo de Clínica Propedêutica da Faculdade de Medicina de São Paulo. Nesta mesma ocasião passou a frequentar com assiduidade os trabalhos teóricos e práticos da cadeira de Patologia, cujo Prof. W. Haberlandt, declara: “auxiliou os trabalhos práticos como assistente voluntário”. Das suas funções de assistente de propedêutica fala o Prof. Rubião Meira; “encarregado anualmente de fazer o curso complementar de propedêutica aos alunos do 3.º ano do Curso Geral tem se desempenhado com galhardia”.

Em 1918, por ocasião da pandemia de gripe que assolou o nosso país, organizou e dirigiu o Hospital do Mackenzie College.

Em agosto de 1919, é convidado pela “Rockefeller Foundation”, e parte para Nova York, onde é assistente voluntário do Prof. Longcope do “Presbyterian Hospital”, durante seis meses; faz um curso de Bacteriologia com o Prof. Zinsser da “Columbia University”, com o Prof. Dobkin da “Post Graduate School”, um curso de Moléstias do Estômago. Em Baltimore, na “University of John Hopkins” faz os cursos de: Microscopia Clínica e Desenho Aplicado; Eletro-cardiografia e outros métodos gráficos aplicados ao diagnóstico à Medicina, de Moléstias da Criança, de Nutrição e Metabolismo infantil. Na mesma universidade, estudou Radiologia Clínica, e com o Prof. Meyer fez um curso de Psiquiatria. Em Boston, na “Harvard University”, segue um Curso Especial de Eletro-cardiografia e outros métodos gráficos aplicados ao diagnóstico das moléstias cardio-vasculares com o Prof. White no “Massachusetts General Hospital” e, no “Peter Bent Hospital”, fez com o Prof. Levine um curso de Moléstias do Coração. No “Deacon Hospital” segue os serviços dedicados ao tratamento

das Moléstias da Tireoide. Ainda em sua estadia em Boston, toma um curso de Metabolismo com Means e aproveitou para estudar a organização do "Social Work", Medicina Industrial e Organização da Assistência Social. Em fevereiro de 1921, de volta à São Paulo, recomeça a sua atividade normal, dando cursos livres de propedêutica e de clínica médica; introduziu entre nós o estetoscópio biauricular, intensificou e difundiu os estudos da cardiologia em nosso meio.

Em 1919, foi nomeado por proposta do então Diretor Clínico da Santa Casa de São Paulo, Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, Chefe de Clínica da 5.^a Enfermaria de Homens e Mulheres.

Em 1922, o diretor da Faculdade, Dr. Celestino Bourroul, o designou para ministrar o Curso Complementar de Patologia Médica do currículo escolar.

Em 1923, a "Rockefeller Foundation", contrariando suas praxes, o convidou de novo para "fellow-ship", indo então, para a Universidade de Michigan em Ann Arbor, onde esteve estudando sob a direção de F. Wilson, Eletro-cardiografia e Moléstias do Coração. Aí, também seguiu o curso de tratamento de diabetes melitus pelos métodos modernos, ministrado por Newburgh e Marsh. E ainda, fez o curso de Radiologia do Estômago, dirigido por Hickey. Voltou a Boston, frequentando de novo o serviço de White. Depois, em N. York, visitou os serviços dedicados às moléstias do coração e com Eggleston, estudou o método da digitalização em grandes doses na insuficiência cardíaca congestiva. Em seguida, foi à Inglaterra, onde frequentou o serviço de cardiologia do prof. Lewis. Em Paris visitou os serviços de Vaquez e Laubry. Este período de estudos teve a duração de nove meses. De volta à São Paulo, trouxe da Inglaterra o primeiro Eletro-cardiografo para o Brasil e introduziu em nosso meio o método de Eggleston no tratamento da insuficiência cardíaca. Instalou o primeiro serviço de medicina interna, especialmente de cardiologia, na assistência pré-natal da Maternidade de São Paulo, a convite de seu diretor, Dr. Sylvio Maia e do Prof. Raul Briquet que a propósito deste evento diz:

"Foi, portanto, o pioneiro desse aspecto importante de assistência pré-natal, como se entende e se pratica nas clínicas de Newel, em Boston e, de Wilson, em Ann Arbor. O Dr. Lemos Torres é um excelente orientador, cuja ação de iniciativa e entusiasmo constitui exemplo e incentivo".

Desse serviço nasceu o trabalho "Coração e Gravidez" que publicou com os seus assistentes, trabalho laureado pela Academia Nacional de Medicina, com o prêmio máximo "Madame Du-rochez" de 1935.

Em 1925, requer sua transferência de assistente da Primeira Cadeira de Clínica Médica para igual cargo da Terceira Cadeira de Clínica Médica. Nesse mesmo ano vagando-se o cargo de

Prof. Substituto da Oitava Seção de Clínica Médica, requer inscrição para o concurso de provimento. Sendo-lhe negada, tendo-se em vista um memorial de professores catedráticos solicitando a extinção da referida cadeira.

Em 1926, conquista o título de Livre Docente da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Em 1932, foi obrigado a cessar os cursos e lições livres em virtude do Decreto n.º 5.351, de 16 de janeiro de 1932. Nesse mesmo ano, é encarregado pelo Dr. Synesio Rangel Pestana, Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, para dirigir e organizar o Hospital São Luís Gonzaga em Jaçanã, para abrigar tuberculosos. E este hospital veio a ser um importante centro de estudo e pesquisa da tuberculose na América do Sul. Em 1934, é eleito Presidente da Seção de Fisiologia da Associação Paulista de Medicina.

Em 1933, é um dos fundadores da Escola Paulista de Medicina e escolhido para professor da 1.ª Cadeira de Clínica Médica da mesma faculdade. De suas "lições proferidas... para os alunos", Lemos Torres publica: *Patologia Renal* (bases para tratamento das Glomerulonefrites, Nefroses e Nefro-escleroses). Notável compêndio sobre moléstias renais, com as aquisições mais modernas de então, fruto de seus estudos na Alemanha (1936), onde passou 5 meses em Frankfur freqüentando as clínicas e laboratórios do Prof. Volhard, estudando moléstias dos rins e da circulação, cursando Anatomia Patológica com o Prof. Kalbfleisch, em especial do aparelho renal e ainda um curso de Fisiologia Patológica do Prof. Becher e, em Bad Nauheim, com o Prof. Weber, se aperfeiçoou em eletrocardiografia e outros métodos gráficos à cardiologia.

Em 1936, representou o Brasil nos Congressos de Medicina Esportiva de Berlim e de Medicina Interna, em Wiesbaden.



Em fins de 1938, foi escolhido pela Congregação da Escola Paulista de Medicina para o cargo de Diretor. No exercício deste posto consolidou e reergueu o prestígio dessa Sociedade, conseguiu o reconhecimento federal da Escola, inaugurou o Hospital São Paulo e com a cooperação das Franciscanas Missionárias de Maria, fundou a Escola Paulista de Enfermagem.

Em 18 de janeiro de 1942, veio a falecer, quando praticava seu esporte predileto na Hípica Paulista. O Prof. Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva, falando em nome da Congregação da Escola Paulista de Medicina, em discurso à beira de seu túmulo, assim se expressou:

"O Diretor não pode mais comparecer às sessões da Congregação, mas esta, para aqui se transportou e responde "pre-

sente" à chamada de quem continua a inspirá-la nas suas decisões."

"... O nosso pranteado companheiro tombou fulminado ainda na maturidade, em pleno vigor físico e intelectual, quando abrigava sob sua sombra acolhedora uma plêiade de discípulos dedicados. Dir-se-ia que o Jequitibá frondoso, cujo símbolo ele próprio escolheu, quando procurava um emblema para o escudo da nossa Escola, foi alcançado e abatido por um raio impiedoso".

"... Os professores da Escola Paulista de Medicina, irmanados continuamente pelo mesmo e grande ideal de educar a mocidade, transmitindo-lhe os ensinamentos que desde Hipócrates, passam de geração a geração; fiéis à memória daquele que foi companheiro leal, amigo dedicado e orientador seguro, aqui vieram em romaria votiva para render piedosa homenagem à figura de Lemos Torres, cujo exemplo será sempre evocado por nós como um dos mais dignos do nosso respeito, da nossa admiração, pelo muito que fez pela grandeza da medicina paulista".



Muito se falou de como e o porque da morte de Lemos Torres, aos 58 anos de idade, num passeio a cavalo. A versão mais corrente foi que morreu do coração, e que, quando caiu do cavalo já estava morto, acometido por um ataque cardíaco; — por esta razão, suas luvas estavam limpas, não amortecera com as mãos a queda, caindo indefeso, fraturando a base do crânio.

Aqueles que assim afirmavam desconheciam o seu estado de saúde e os antecedentes do desastre.

Tinha uma saúde de ferro; depois da gripe de 1918, nunca o vi de cama, a não ser acometido por tremenda enxaqueca, de vez em quando, em geral de origem emotiva.

A queda em que todos se fixaram foi a segunda, pois já caíra antes. Nesse mesmo domingo, montando cavalo fioso, sai a passeio em companhia de amigos; já de volta, distanciado à frente, cai sentado. Os amigos acorreram e já o encontraram se levantando. Aceitou e admitiu trocar de cavalo e montar num mais manso. Foi deste, que quando já próximo às cocheiras da Hipica, caiu morto, ferindo a testa e o dorso do nariz.

Lemos Torres fraturara a base do crânio; de seus ouvidos minava sangue. Isto ocorrera na primeira queda; talvez tenha sido acometido de uma tontura (já acontecera antes), perde o equilíbrio e cai sentado, posição em que a resultante do choque é um forte trauma na base do crânio. Somente sob influxo de forte choque e sentindo-se mal é que podemos admitir, conhecendo-o como o conhecíamos, que, sem protestar, silenciosamente, aceitasse a troca de cavalo, ele que em queda anterior, todo

ensanguentado, fizera questão de montar o mesmo animal e pular o mesmo obstáculo. Depois, foi para a cama, onde passou vários dias curando seus ferimentos. Aceitou a troca. Montando sem palavra, e apressando-se em voltar, já com a hemorragia se processando, foi cair adiante, inerte. Também na morte, a fatalidade obedeceu aos desígnios de uma vida pré-traçada. Lemos Torres conduziu-a como conduziu sua vida. Morreu a cavaleiro.

São decorridos quase quarenta anos da morte física de Álvaro de Lemos Torres e ainda seus ensinamentos continuam vivos na lembrança de seus discípulos, sua figura, presente aos que com ele conviveram e seu exemplo já constituindo paradigma para os que não o conheceram. Em verdade não morre quem permanece na lembrança dos pósteros.

Este foi o desejo de Álvaro de Lemos Torres, tão bem expresso por ele na sua festa jubilar quando afirmou e declarou que:

“Existe no homem uma tendência a fugir ao aniquilamento final, como um anseio de imortalidade, que se manifesta qual força instintiva: — aqui, o instinto sexual que procura na manutenção da espécie, tornar imperecível o protoplasma; ali o artista concretizando na estátua, no quadro, sua inspiração, espera o bafejo da imortalidade; agora o filantropo que investe a fortuna, nas obras de caridade, pensando perpetuar a sua memória; adiante, o homem de ciência consubstanciando nas pesquisas, num tratado, julga legar à posteridade as últimas verdades que conquistou. Mas, dentre todos, é sem dúvida o Professor quem mais se aproxima da aspiração de perpetuidade; a estátua por mais perfeita que seja, permanecerá sempre na sua nudez estática; a beneficência do filantropo é apenas o produto do ouro materialmente acumulado; o livro do homem de ciência, nem sempre triunfa do tempo, pois as verdades de hoje, serão muitas vezes os erros de amanhã; ao passo que o professor, embora não transfunda a alma numa obra material e tangível, contudo, pela sua intuição, pela sua palavra, pelo seu raciocínio, pelos seus métodos, tem o dom de criar e de fazer fulgir na sucessão dos discípulos, a centelha de luz que teve a fortuna de captar.

“E, quando contemplo ao redor de mim, e me vejo cercado de professores dos quais muitos foram meus discípulos, a quem guiei os primeiros passos na medicina, e de quem posso hoje receber ensinamentos; e quando além desse renascer de mestres, vejo surgir outra geração, que com eles aprende, tenho a impressão — permitam-me a franqueza — de que o verdadeiro vínculo da imortalidade está na influência sutil, imponderável, mas penetrante do professor na formação do espírito dos seus discípulos”.

Lemos Torres, U. — "Lemos Torres", Anhembi (S. Paulo); vol XLVIII, nov. 1962, 26 pgs.

Lemos Torres, A. — Curriculum Vitae — São Paulo, Ed. Ltda., 1937, 59 pgs.

Inácio Lobo, J. — "Álvaro de Lemos Torres "in" A Escola Paulista de Medicina", São Paulo, Ed. Empresa Gráfica da Rev. dos Tribunais S.A. 1977, 391 pgs.

Pacheco e Silva, AC — "Álvaro de Lemos Torres" pgs. 615-617 in Palavras de Psiquiatria, S. Paulo, Ed. Edigraf, 1950.

Lemos Torres, A. e cols — "Coração e Gravidez", São Paulo, Edit. Marcial Ribeiro de Souza, 1936.

Lemos Torres, A. — "Patologia Renal" (bases para o tratamento das Glomerulo-nefrites, Nefroses e Nefro-escleroses), São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1941, pgs. 196.

Lemos Torres, U. — "Na passarela do Tempo", Ed. Gráfica Nagy Ltda. 1981, pgs. 346.

Silva Lacaz, C. — "Lemos Torres" pgs. 65 in "Vultos da Medicina Brasileira", São Paulo, Ed. Helicon Ltda., 1963, pgs. 100.

Lemos Torres, A. — "Discurso pgs. 35, "in" Festa Jubinar do Prof. Dr. Álvaro de Lemos Torres", S. Paulo, 23 de abril — 1939.

GENERAL MANOEL RABELLO

João Rabelo de Aguiar Vallim

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com seus quase 90 anos de existência, acolhendo o que há de mais expressivo na intelectualidade paulista, representa qualquer coisa de muito notável na história de São Paulo... e para ele fui eleito "Sócio Titular"! Esta honra de estar aqui, entre expoentes de nossa cultura, de nossa intelectualidade, devo-a àqueles dez sócios que me propuzeram e dentre eles os brilhantes historiadores, Pedro Brasil Bandecchi e Raul de Andrada e Silva, a quem muito agradeço.

Agradeço também, de modo muito especial, aos que, assumindo a atitude de advogados de defesa, sustentaram no Plenário a viabilidade estatutária de meu ingresso neste Instituto, como o fizeram, segundo vim a saber (uma vez que as discussões são sigilosas) Pedro Brasil Bandecchi, Odilon da Costa Manso, este com o seu brilho de consumado tribuno, e J. B. Silveira Peixoto, renomado jornalista e advogado. Aliás, todos os citados, são ou foram advogados, e daí a razão de estar eu muito bem acolitado.

A todos os meus agradecimentos profundos, inclusive também ao ilustre orador oficial do Instituto, muito amável ao referir-se à minha pessoa.

★

Segundo dispõe o art. 4.º, letra "a" do Estatuto, *sócio titular* é a pessoa que "apresente trabalho meritório, de sua lavra, sobre assunto relacionado com a finalidade estabelecida no art.

1.º deste diploma estatutacional..." e o art. 1.º declara ser a finalidade do Instituto "promover o estudo e a divulgação da História, da Geografia e das ciências e disciplinas correlatas, especialmente das que se relacionam com São Paulo".



Com o saudoso Coronel Salvador de Moya e outros, organizamos o Instituto Genealógico Brasileiro, do qual sou sócio fundador.

A Genealogia é a História das Famílias, portanto, o genealogista é historiador. Ocorre ainda que, há muitos anos colaboro na imprensa e daí ser membro da Ordem dos Velhos Jornalistas, e o jornalista não deixa também de ser historiador. Ainda agora, um jornal desta Capital — Jornal da Tarde — está publicando uma série de reportagens sobre nossos bairros. Que é isto se não história dos bairros?

Esta minha profissão de fé é encerrada, lastreada nas valiosas opiniões de Brasil Bandecchi, Costa Manso e Silveira Peixoto e ainda na de outro notável jornalista, o saudoso Fernando Góes, citado por João Lanaro em seu discurso de posse neste sodalício.

O Regimento Interno deste Instituto estabelece dever o "sócio titular" escolher seu Patrono (art. 56) que no momento da posse lhe será atribuído (art. 60). E o art. 58 declara poder ser adotado como Patrono, vulto histórico e personalidade de relevo nas ciências, letras e artes, falecidos há mais de dois anos e relacionados com a História e a Geografia do Brasil, preferivelmente de São Paulo. Finalmente, determina o Regimento, apresente o sócio ao Instituto, estudo sobre a vida e a obra de seu respectivo Patrono (art. 62).

Escolhi para meu Patrono, o General Manuel Rabello, não só por um dever de gratidão mas também pelo fato de preencher ele, como se verá, as condições regulamentares, quais sejam: vulto histórico, personalidade de relevo relacionada com a história e Geografia do Brasil, preferivelmente de São Paulo.



Em 1931, fervilhava a política de São Paulo e o General Góes Monteiro, então Comandante da 2.ª Região Militar, aqui sediada, político perspicaz, vendo as coisas mal paradas, rumou incontinenti para a aprazível cidade do Rio de Janeiro, obrigando assim a assumir o comando da 2.ª Região, o Comandante do 4.º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, Coronel Manoel Rabello, um autêntico militar, homem de caserna e administrador, absolutamente jejuno das coisas da política.

Logo após a partida do General Góes Monteiro, o Interventor Federal Dr. Laudo de Camargo, em 13 de novembro de 1931, renunciou a seu cargo, e assim, o Coronel Manoel Rabello, que se encontrava no Comando da 2ª Região, substituindo o General Góes Monteiro, se viu forçado a assumir as rédeas do Governo, permanecendo no cargo de Interventor por uns quatro meses, ou mais precisamente, até o dia 7 de março de 1932, quando, então, foi nomeado interventor "um civil e paulista", Dr. Pedro de Toledo, como desejavam os "políticos".

Quando, em 13 de novembro de 1931, o então Coronel Rabello assumiu a Interventoria do Estado (pelo fato, como se viu, de ser comandante da Região Militar), os "políticos" se alvoroçaram iniciando terrível campanha contra o novo interventor, procurando ridicularizá-lo e propalando aos quatro cantos que, um interventor para o nosso Estado, deveria ser "civil e paulista" e não militar e cabeça chata inimigo de São Paulo.

Mas Manoel Rabello, era fluminense, descendendo pelo lado materno da família Marcondes dos Reis, do Vale do Paraíba. Nasceu em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1878, sendo seus pais, o bondoso médico Dr. Eduardo Rabello, nascido no Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1836 e da virtuosa D.^a Maria Teodora dos Reis, nascida em Barra Mansa, em 25 de março de 1854, neta dos Barões de Rio Claro. Daí ter o General Rabello, após a Revolução Constitucionalista, em longa entrevista que concedeu à imprensa, declarado: "...Eu, portanto, como podem verificar os paulistas, nascido a poucos metros da fronteira de São Paulo com o Estado do Rio, criado em Bananal, onde meu pai era médico, com meus parentes em São Paulo, não poderia, em absoluto, ser contra esta grande terra. Contra a politicalha, sim, como todos os paulistas de boa-fé, e contra ela estarei sempre vigilante como soldado que sou, na minha caserna" (Correio da Manhã, Rio, 18-10-1932).

E assim, Manoel Rabello, que sempre tendera para as causas justas, não aderiu ao Movimento Constitucionalista, de 9 de julho de 1932, porque, tendo sido aqui, Interventor Federal e estando por dentro da política desenvolvida naquela época, conheceu muito bem a camarilha que formava o "deus ex machina" que incentivava esse Movimento de políticos matreiros, sequiosos do poder perdido, ludibriando com sua lábia de velhas raposas, a boa-fé da quase totalidade do povo paulista, inclusive eu e meus irmãos. E por ironia do destino, a única via pública em São Paulo que porta o nome daquele ilibado militar — a Rua General Manoel Rabello — se localiza no "Jardim 9 de Julho".

Manoel Rabello, como se viu, tornou-se político por obra do acaso e não por injunções, pois, não fora Comandante de Quitaúna, não seria Comandante da 2.^a Região Militar; não fora Comandante da Região e não seria Interventor Federal de nosso Estado; e não fora Interventor não se veria envolvido pela política.

Como seu ilustre pai, era Manoel Rabello também um homem de sentimentos puros e nobres, caráter incorruptível e foi esta mentalidade que baixou aquele *Aviso*, onde Ivan Lins enxergou “a manifestação típica da bondade e do romantismo político do Interventor Manoel Rabello” (História do Positivismo no Brasil, Ed. 1967, pág. 177).

Efetivamente, quem leia os vinte “considerando” que prescedem a determinação e o pedido dirigido a seu Secretário da Justiça, o notável advogado, Dr. Florivaldo Linhares, convencer-se-á de que aquele *Aviso* seria mesmo digno de um São Francisco de Assis, cuja vida, aliás era conhecida dele, General Rabello, positivista que tinha profunda veneração pelo “Poverello”.

Este *Aviso* do Interventor Federal, garantindo a liberdade de esmolar, originou-se da seguinte passagem: dirigia-se o então Comandante da 2.^a Região Militar ao Quartel General, à Rua Conselheiro Crispiniano, quando, no Viaduto do Chá esquina da Rua Líbero Badaró, assistiu a uma covarde cena onde policiais espancavam e jogavam para dentro do “tintureiro” ou “camburão”, os indefesos mendigos que ali pediam esmola; e isto porque estes párias perambulando pelo centro da cidade mais rica do Brasil, causavam desagradável impressão aos turistas. Mas como dizia ele: “ocultar os mendigos aos olhos dos forasteiros, é querer iludir a estes quanto à anarquia social em que vivemos todos os ocidentais”.

Impressionado com esta cena de espancamento dos mendigos, Manoel Rabello, visceralmente liberal (seu pai, o médico Dr. Eduardo Rabello, sempre fora a favor da libertação dos escravos), treze dias após ter assumido a interventoria federal em nosso Estado, ou seja, em 26 de novembro de 1931, não teve a menor dúvida em baixar aquele *Aviso*.

Como se vê, tal atitude do General Manoel Rabello, foi fruto da imaturidade política, ou melhor, da falta de senso político de um homem bom e honesto.

Fosse ele, não um homem de caserna e administrador, mas um político com aquela acuidade típica dos mineiros e o problema da mendicância seria resolvido, não como ele pretendeu, dando ampla liberdade ao mendigo, e nem à maneira de policiais cariocas, jogando-os no Rio da Guarda, mas mineiramente, isto é, em silêncio, sem alarde, maneiramente.

Em 1907, Hermann von Ihering, então Diretor do Museu Paulista, publicou um artigo sobre "Antropologia no Estado de São Paulo", onde dizia que os atuais índios do Estado de São Paulo, não representavam um elemento de trabalho e de progresso, e "... como os *caingangos* selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio" (*apud* Ivan Lins — op. cit. pág. 174).

Ora, se em 1907, um homem culto como von Ihering, assim pensava, o que dizer-se de um rude bandeirante, ou mesmo dos colonizadores das Américas, nos Séculos XVI e XVII, aprisionando, escravizando ou exterminando os silvícolas?

Mas, em 1907, essa mentalidade não era generalizada, tanto assim que em razão desta manifestação do sábio von Ihering, logo surgiram os protestos de dois positivistas, Sílvio de Almeida e do jovem catedrático de Mecânica e Astronomia do Ginásio de Campinas, Luiz Bueno Horta Barbosa.

Raimundo Teixeira Mendes, em artigo sobre os "Índigenas do Brasil", sustentava que "a responsabilidade do branco era, não a de *catequizar*, mas a de colocar à disposição deles os benefícios da ciência e da indústria", e Horta Barbosa, citando estes ensinamentos, sustentou que "em primeiro lugar seria necessário ganhar sua amizade e lealdade e isto exigiria aquele tipo de programa que os jesuítas usaram com tanto sucesso: música, presentes e promessas, raciocínio claro e honesto por homens que falavam a língua dos nativos" (*apud*, Ivan Lins, op. cit. pág. 175).

Aliás, esta recomendação preconizada por Teixeira Mendes de "colocar à disposição do selvagem os benefícios da ciência e da indústria" é seguida até hoje pelos indianistas e etnólogos da FUNAI, e daí não estranharmos um cacique, Juruna, não se separar de seu gravador, ou de seu rádiozinho de pilhas.

Pois bem, ante esta animosidade existente em 1907, entre o civilizado e os índios, para atuar junto aos Caingangos, ou Coroados, o jovem Tenente Manoel Rabello, foi designado pelo Serviço de Proteção dos Índios, chefiado pelo seu grande amigo, General Cândido Mariano da Silva Rondon, a fim de evitar o extermínio daqueles índios, como havia sido preconizado, por serem indomáveis.

Mas o jovem Tenente Rabello, com trabalho paciente e adotando a divisa "morrer mas não matar", conseguiu entrar em contacto com aqueles silvícolas e assim permitir o prosseguimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) paralisados pelo estado de beligerância existente entre seus trabalhadores e aqueles silvícolas.

Aliás o General Manoel Rabello, sempre defendeu os nossos

índios e em abril de 1945, como membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, pronunciou no Rio de Janeiro, ante a estátua de Guatemoc, bela oração exaltando a raça indígena das Américas.



Manoel Rabello, como engenheiro militar, por duas vezes, então como Tenente, servira na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907 e 1909 e 1915 e 1918).

Fez parte da Comissão encarregada da carta do sul de Mato Grosso, em pleno sertão, efetuando o levantamento de vários rios e determinando as coordenadas geográficas de muitos locais.



Uma das características da personalidade de Manoel Rabello foi a defesa das causas que julgava justas. Assim foi que, em 1922, Capitão que era, aderiu com seus comandados, em Mato Grosso, à revolta do Forte de Copacabana de Eduardo Gomes, Siqueira Campos e outros, tendo sido então preso e sofrido horrores nas prisões da Ilha das Cobras, Ilha Grande, Fortaleza de São João e outras.

Solto em 1927, mas desligado do Exército, portanto, sem vencimentos, passou a exercer a engenharia no Estado do Rio de Janeiro para poder sobreviver, pois, bacharel em Matemática, e Ciências Físicas e Naturais, este título lhe conferia também o de engenheiro militar.

Com a Revolução de 1930, foi sendo promovido atingindo o generalato.

Em 19 de agosto de 1941, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, último cargo de sua brilhante e conturbada carreira, onde proferiu admiráveis votos, revelando-se ainda como jurista, tendo sido famosos os pronunciados em favor de um melhor tratamento a Luiz Carlos Prestes e outros comunistas presos, não obstante sua notória divergência doutrinária do credo comunista.

No dia 8 de novembro de 1945, vítima de uma parada cardíaca, falecia em sua residência à Rua Dias da Rocha, em Copacabana, quando redigia um discurso a ser proferido num comício em favor da candidatura à Presidência da República, de seu amigo Brigadeiro Eduardo Gomes, herói do Forte de Copacabana, na Revolução de 1922, à qual aderiu, em Mato Grosso, o então Capitão Manoel Rabello.

O General Manoel Rabello, "ex vi legis" tem direito ao título de Marechal.



Eis, meus Senhores e Senhoras, em apertado escorço, a vida e obra de meu patrono, Marechal Manoel Rabello, etnólogo que pacificou os índios Caingangs do Estado de São Paulo; militar e administrador, comandante das guarnições de Quitaúna, 2.^a, 5.^a e 7.^a Regiões Militares; Diretor de Engenharia do Exército, citando-se dentre suas iniciativas mais importantes, as construções do Quartel General, no Rio de Janeiro, a Escola Militar de Rezende, e a Vila Militar da 7.^a Região, em Recife; como político, foi Interventor Federal em nosso Estado.

Oportunamente, a interessante personalidade, a vida e a obra do General Manoel Rabello, positivista, liberal, agnóstico mas com três irmãs e três sobrinhas religiosas de Sion e de São Vicente de Paulo, será por mim estudada e exposta com maior largueza, em obediência ao Regimento Interno, cujo art. 62 determina: "Os sócios devem apresentar ao Instituto estudo sobre a vida e obra de seus respectivos patronos".

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

ESBOÇO DE BIOGRAFIA

Alcindo Brito

Não só como estadista e diplomata, não só como parlamentar, advogado, jornalista, historiador e economista, não só como escritor e conferencista, mas, e, sobretudo, como homem de largo descortínio, o embaixador José Carlos de Macedo Soares atingiu os mais altos postos na hierarquia intelectual do Brasil. Tendo começado sua vida, na juventude, como professor, jamais deixou de se interessar vivamente pelos problemas do ensino, das escolas e academias, e a projeção do seu nome, além fronteiras, como doutor e professor honoris causa, não foi senão a confirmação dos méritos do estudante de direito, que foi presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, assim como o reconhecimento continental à elevada cultura e lúcida inteligência de um dos maiores brasileiros de todos os tempos. Discípulo de Ruy, possuidor de toda a obra do mestre insigne, a qual lhe enriquece a biblioteca de 50.000 volumes, uma das maiores e mais selecionadas bibliotecas particulares de todo o mundo, e em cuja convivência espiritual ainda hoje vive diuturnamente. Como Ruy é um obreiro da madrugada. "O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia" e quem como Macedo Soares sempre amanheceu no estudo, antes do amanhecer do dia, teria de atingir as culminâncias, teria de se firmar como personalidade de excelsas virtudes, não só em nossa vida nacio-

nal, mas em todos os setores da vida continental. Doutor honoris causa pela "Catholic University of America" dos Estados Unidos da América do Norte; pela Universidade do Chile; pela Universidade de São Marcos, de Lima, no Peru; pela Universidade Central do Equador; pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; pela Universidade do Brasil; presidente do Conselho Superior da Escola de Sociologia e Política de São Paulo; professor honoris causa da Faculdade de Direito de Montevideú, Uruguai e da Academia de Belas Artes de São Paulo, — tais são alguns dos altos títulos que exornam a personalidade do brasileiro ilustre, ainda há pouco qualificado pela imprensa de Quito como o chanceler das Américas.

Data de 1935, a concessão do título de doutor honoris causa a Macedo Soares, pela Universidade de São Paulo. Da ata da sessão do Conselho Universitário, realizada a 13 de Setembro de 1935, consta: — "A seguir é apresentada pelo professor Francisco Morato uma proposta firmada por dez professores da Faculdade de Direito e substituída por uma indicação da Congregação da mesma Faculdade para que o Conselho Universitário outorgue o título de doutor honoris causa ao senhor José Carlos de Macedo Soares, indicação essa que é pelo senhor Reitor encaminhada à Comissão de Ensino e Regimentos."

É de ver que a proposta, firmada por dez professores, foi substituída por uma indicação da Congregação, fato a indicar a alta apreciação de um elevado número de intelectuais, sem discrepância, à inteligência e cultura de Macedo Soares. A proposta segue os trâmites regulamentares e é objeto de deliberação na sessão de 11 de Outubro do mesmo Conselho Universitário. A ata da 50.^a Sessão, livro 2, página 86, confirma a unanimidade da proposta e reafirma o reconhecimento aos méritos do homenageado: — "Entra em discussão o processo 165, referente à proposta da Congregação da Faculdade de Direito para que o Conselho Universitário outorgue o título de doutor honoris causa ao Dr. José Carlos de Macedo Soares. Lido o parecer respectivo, da Comissão de Ensino e Regimentos, favoráveis à essa proposta, observa o Reitor que a mesma iria ser submetida à discussão por mera formalidade, desde que estava virtualmente aprovada, pela indicação da Faculdade de Direito, que solicitara da Universidade aquela homenagem, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao país e à humanidade pelo eminente Chanceler da Paz. Posto em votação, é o parecer unanimemente aprovado."

Decorreram mais de vinte anos entre a data da concessão do título e a data da posse. Esta se realizou, em sessão solene, a 18 de Dezembro de 1955, no salão nobre da Faculdade de Direito, em assembléia universitária, em que seis outros laureados receberam também os seus títulos.

Respondendo a saudação do professor Honório Monteiro, representante do Conselho Universitário, Macedo Soares falou pelos agraciados. Seu discurso foi uma reafirmação de fidelidade ao espírito de Ruy, que, em todos os passos e com constância notável influi em sua conduta. "Se falarmos em justiça, somos levados a falar em liberdade. A liberdade do indivíduo, como sabeis, vai até onde não atinge a liberdade de outrem. Este é o velho conceito, historicamente sempre novo, que, ainda hoje, temos que sustentar e defender, porque a liberdade é uma das conquistas da civilização cristã mais penosamente adquiridas. Sabemos de sobra que a supressão da liberdade é um golpe violento que atinge profundamente a justiça e o direito. Quando não se garante ao homem o direito de ser livre, ele fica reduzido a uma sombra de si mesmo, destituído socialmente de personalidade. Vivemos uma época trágica e agitada em toda a parte do mundo, em que o homem se vê consumido pela angústia, pela inquietação, pela revolta, oprimido psicologicamente e socialmente, vítima das guerras e das crises. O grande bem que ainda desfruta é ver respeitado o seu direito de sentir-se livre para a realização de seus anseios."

Esplende, nas palavras que acabamos de transcrever, o devotamento de Macedo Soares, devotamento constante e indivisível, à essa tríade em que se encontram a substância e a essência do mais elevado espírito filosófico: — o Homem, a Justiça e a Liberdade.

Isso mesmo, que vem desde a mais tenra juventude, há de se verificar em todas as suas manifestações posteriores. Não conhecemos de Macedo Soares uma só manifestação, uma só deliberação, uma página ou um discurso em que, ao equacionar o problema, não tenha posto primeiro e precedentemente o Homem e com o Homem, a forma de lhe respeitar a liberdade e distribuir-lhe justiça.

Saudado a 27 de Janeiro de 1937, em Washington pelo pro-chanceler da Universidade, Patrick J. McCormick e pelo representante do presidente Franklin D. Roosevelt, assistente de Secretário de Estado Summer Welles, ao receber o título de doutor honoris causa pela "The Catholic University of America", respondeu Macedo Soares em magnífica oração, logo publicada no diário oficial do Congresso dos Estados Unidos, uma exceção raramente admitida e só justificada pela magnitude do acontecimento, já que o "Congressional Record", de hábito não se afasta de sua rígida conduta de somente se ocupar dos assuntos da vida íntima do Congresso.

Nessa oração já transluz aquela mesma tríade que lhe fecunda o espírito, desde cedo influenciado pela convivência de Ruy. Sempre a preocupação do Homem, da Justiça e da Liberdade. "Trouxemos a nossa idéia moral pelos caminhos das des-

cobertas, impregnamos a terra virgem do espírito que carreamos e palpitantes fundamos a nossa nação, criamos o Novo Mundo. Depois de assim nos reconhecermos moralmente unificados, constatamos as diferenças sociais e políticas quanto à Europa. De lá viemos juntos, aqui nos separamos. Repara bem nesta frase: "de lá viemos juntos" aportamos aqui unidos com um bem comum, "aqui nos separamos" casando-nos com a terra nova segundo as nossas leis peculiares imutáveis, ficamos sob o signo da liberdade, aceitamos a força indômita do indivíduo livre e ardente, traçamos o próprio destino, desbravando e modelando a América! O ideal da América é a liberdade tão grande, tão vasta e tão profunda quanto o permite outro ideal excelente: o que se encerra nos princípios morais de Jesus Cristo."

O decurso do tempo vai agigantando a personalidade de Macedo Soares. É um espírito em incessante ascensão. Cresce e extravasa. Já não é uma voz para sua cátedra, nem para seu Estado, nem para sua Pátria. É uma voz vigorosa, veículo de uma grande Mensagem, que se faz ouvir, atenta, em todo o Continente. Ouçamo-lo ao receber o título de doutor honoris causa pela Universidade do Chile. "Cada dia que se passa mais se entrelaça a vida cultural das nações sul-americanas. Isto, aliás, é de uma grande significação para nós que somos no Novo Mundo os herdeiros da cultura latina."

Na Universidade de São Marcos, de Lima, no Peru, a mais antiga Universidade do Hemisfério, declarando falar "como brasileiro e como homem livre das Américas", renova sua exaltação ao Homem, à Justiça e à Liberdade. A ciência que aqui transmitistes e desenvolvistes é uma ciência humana, adequada às necessidades do homem e às suas reivindicações de melhores formas de convivência social e econômica. Vossa tradição é uma tradição cristã de liberdade e de justiça". Reafirma que "ainda hoje, como no tempo de Protógoras, o homem ainda é a medida de todas as coisas", e, nesse passo, diverge de Pascal e o corrige. "Pascal viu no homem apenas um caníço e o mais frágil caníço da natureza. Entretanto, por mais frágil que seja o homem, ele é um caníço que pensa e que, portanto, é mais forte do que toda a Natureza, mesmo quando essa Natureza consiga esmagá-lo. É isto simplesmente porque o homem saberá que está sendo esmagado, quando o Universo não saberá que o esmaga. Esse pensamento me volta à lembrança quando o homem se aventura a desvendar os mistérios do Espaço sem ter previamente conquistado os arcanos do seu pequeno coração. Que sentido poderá ter para o homem o domínio do Universo, quando ele tiver perdido o domínio de suas ações, de seus pensamentos, de suas emoções? Para nós, o mundo ainda é o mundo do Homem e não um feixe arbitrário de fórmulas científicas e matemáticas.

Quando esse frágil caniço de Pascal se revelar incapaz de pensamento e incapaz de fé, então, sim, o Homem será subjugado pelo Universo. Mas, como criatura de Deus, ele não poderá ser derrotado pelas forças do mundo externo se antes não o for por si mesmo, por suas contradições e seu desespero. É por isso que vos peço, senhores professores, para conservar sempre este sentido humano em vossas atividades culturais e científicas; é por isto que eu vos peço, Mestres desta douda Universidade, para conservar-vos fiéis a esta civilização humanística, que coloca o Homem no centro de todas as coisas."

A 6 de março de 1958, recebeu, em Quito, o título de doutor honoris causa pela Universidade Central do Equador. As manifestações que, então, lhe foram tributadas, por intelectuais, professores e alunos, constituíram as maiores e mais calorosas de quantas têm sido até agora prestadas às mais eminentes personalidades.

As mesmas calorosas manifestações lhe foram tributadas no Peru, quando agraciado com o título de doutor honoris causa pela Universidade de São Marcos, de Lima. Em discurso pronunciado a 31 de Julho de 1958, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o deputado Manoel de Figueiredo Ferraz, que fez parte da comitiva, que o acompanhou ao Peru, em depoimento histórico assim descreve aquelas manifestações: "Foi comovente a cena que se passou em seguida à entrega do título de doutor honoris causa da Universidade de Lima ao Chanceler brasileiro. É que o Min. Macedo Soares tinha escrito um discurso de agradecimento dirigido naturalmente às Congregações que lhe haviam concedido tão elevada distinção honorífica. Tal era, entretanto, o ambiente de entusiasmo e carinho formado pelo calor das manifestações acadêmicas, que o Chanceler brasileiro deixou de lado as laudas de seu discurso e pronunciou de improviso uma saudação à mocidade universitária, sendo entusiasticamente aplaudido. À sua saída, foi acompanhado por milhares de estudantes, que o aclamavam vivamente".

Em Bogotá, na Colômbia, relata no mesmo discurso o deputado Figueiredo Ferraz: "Macedo Soares foi recebido na porta principal da Cidade Universitária por uma grande massa estudantil. No salão magno, que dispõe de duas mil cadeiras e ainda possibilita a presença de mais algumas centenas de estudantes, o Embaixador Macedo Soares foi aclamado delirantemente. Os discursos pronunciados pelo Magnífico Reitor, pelo representante das Congregações, pelo orador da Confederação Universitária, foram todos largamente laudatórios para o Brasil e seu governo atual.

O último dos diplomas de doutor honoris causa, até agora conferidos a Macedo Soares, é o que lhe concedeu a Universidade do Brasil, por proposta da Faculdade Nacional de Ciências

Econômicas. A solenidade, realizada a 19 de Março de 1959, no salão do Conselho Universitário, no Rio de Janeiro, foi presidida pelo Magnífico Reitor, professor Pedro Calmon, tendo a presença de grande número de professores e de alunos, de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de eminentes personalidades. O discurso oficial foi proferido com brilhantismo pelo professor Ildefonso Mascarenhas da Silva. Na abertura do discurso retrata o homenageado. "Sois um homem raro, pois tendes todas as excelências e constituís uma reserva permanente da Pátria. Tendes sido sempre superior e notável nas vossas múltiplas atividades de professor, economista, industrial, administrador, internacionalista, literato, historiador, acadêmico, político, diplomata, americanista, governante, ministro, parlamentar, estadista. Vossos atributos, merecimentos e virtudes, o tornam uma personalidade aglutinante e um dirigente inspirado. Sois uma expressão de brasilidade porque reunis o dinamismo do paulista — vossa naturalidade é São Paulo — o equilíbrio do mineiro, a lógica do baiano, a energia do gaúcho, a tenacidade do cearense, a lucidez do nortista, a tolerância do carioca, a resistência do sertanejo, a fidalguia do pernambucano. Sois um forte porque sabeis dominar-vos, tornando-vos paciente, manso e bom, mas com vitalidade espiritual bastante e nobre, porque não vos irritais e não vos exaltaís, reconhecendo que a ira é inimiga da bondade e que a exaltação impede a justiça. Vossos serviços à Nação e vossa fecunda atuação no Itamaraty marcaram época, tornando a Casa de Rio Branco também a Casa de Macedo Soares e incluindo vosso nome entre os benfeitores da Pátria. Fostes o primeiro diretor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Sua Congregação, consagrando o organizador, o economista e o professor, reconhecendo vossa valiosa contribuição à cultura brasileira, propos a concessão, e o Conselho Universitário, por unanimidade de votos vos outorgou o título de Doutor Honoris Causa da Universidade do Brasil, láurea só atribuída aos expoentes e aos beneméritos. Já recebestes idêntica homenagem da Universidade de São Paulo; da American Catholic University, de Washington; da Universidade Central do Equador; da Universidade de La Paz; da Pontifícia Universidade Católica Javeriana, da Colômbia; da Universidade de São Marcos, do Peru; e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sois professor honoris causa da Faculdade de Ciências de Bogotá; da Faculdade de Direito de Montevidéu e da Universidade de América, da Colômbia. Iniciastes vossa vida profissional, ainda acadêmico, como professor do Ginásio Macedo Soares, de São Paulo, do qual fostes diretor, e, em 1906, logo depois de formado em direito, lecionastes Economia Política e Finanças no Curso Superior da Escola de Comércio Álvares Penteado. Depois do ensino secundário e do técnico, ingressastes no magistério

superior, na nossa Faculdade, em 1939. Fundastes, como Interventor Federal de São Paulo, em 1947, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e o Instituto de Administração da Universidade de São Paulo. Vossa vida tem sido uma luta generosa e idealista pela difusão da cultura e pela união dos povos da América. Vossa biografia exige um livro e será obra para ser dedicada à mocidade, pois mereceis ser apontado como exemplo a ser imitado". E com as seguintes palavras, com que fecha o discurso, abre-lhe as portas da Universidade: "Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, podeis ensinar porque dais o exemplo e mereceis ser imitado. Contribuistes para o desenvolvimento da cultura e deixastes vossa marca na vossa obra. A Universidade do Brasil coroa vosso profícuo trabalho. Sois feliz porque vossa ação e atitudes confirmam vossos princípios e orientação, porque sois um Homem na verdadeira extensão da palavra: porque lograstes ser americano integral merecendo do presidente da República Argentina o cognome de Chanceler da Paz, que a América ratificou: porque vos tornastes um Homem universal pelo vosso espírito, nobreza, ação, prestígio e benemerência. Sede benvindo e eu vos declaro, em nome do douto Conselho Universitário, que a Casa é vossa e somos felizes em vos receber como irmão e como mestre."

Em seu discurso de agradecimento o homenageado enaltece a obra da Universidade e generalizando a apreciação, afirma: "Nunca é demais dizer que as Universidades são o ponto de confluência das diversas gerações. Jovens e velhos se reúnem, trazidos pelo mesmo ideal de ensinar e de aprender. Se por um lado preservamos aqui o que já fizemos, por outro preparamos os dias de amanhã. À experiência como o produto de largos anos de investigação e de estudo junta-se o desejo criador da inovação. Preservar e inovar, eis a grande missão dos defensores e dos propagadores da cultura."

★

O título de professor honoris causa da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade da República do Uruguai, foi concedido ao Ministro José Carlos de Macedo Soares em Montevidéu, a 27 de Julho de 1956.

★

As cátedras universitárias são focos que irradiam luz e saber sobre a inteligência popular, ao mesmo tempo que atraem aqueles focos que por brilharem com maior intensidade, aqui e ali, e raramente em cada país e em cada geração, projetam-se para além do espaço que deviam alumiar. José Carlos de Macedo Soares é um desses focos a espargir luz e calor sobre o Continente.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
NA
ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa

SUMÁRIO:

Ato de justiça.
Não o filólogo, mas o filologista.
Binômio das academias: o técnico e o político.
O papel deste nas relações das Sociedades Culturais.
O problema da língua e sua significação para a defesa do povo.
O homem público e o escritor.
Os antecedentes intelectuais de José Carlos de Macedo Soares.
Seus mestres do vernáculo: Sílvio de Almeida e Carlos Eduardo Pereira.
A estante de clássicos na sua biblioteca:
A "Camiliana".
A "Ruyana".
Na Academia Brasileira de Letras e da sua Presidência.
A questão ortográfica e os impasses em que ela se encontrava.
A elaboração do Vocabulário.
História deste trabalho.
O professor José de Sá Nunes e os filólogos colaboradores.
A realização de Dezembro de 1943.
A eleição para a Academia Brasileira de Filologia.
O discurso de recepção de Jaques Raimundo
O historiador, o geógrafo e o filólogo são colaboradores.
Os exemplos comprovadores dessa colaboração na obra de José Carlos de Macedo Soares.
O escritor e o estilo do homem de ação conforme Hernani Cidade.
Excertos "macedianos".
Conclusão.

A escolha de José Carlos de Macedo Soares para membro da Academia Brasileira de Filologia foi um ato acertado da ilustre agremiação. A presença dele não representa a de mais um filólogo no sentido estreito do vocábulo, isto é, de um especialista em uma ciência histórica, positiva, baseada em documentos submetidos a *método crítico próprio do qual nem sempre os gramáticos, os professores de vernáculo, os peritos em construções gramaticais, os textualistas comuns, são cultores*.⁽¹⁾

No sentido lato da palavra filologista, ela tem todo o cabimento, pois segundo o Professor Joaquim Matoso Câmara Júnior, o helenismo Filologia significa amor à ciência que aplicado ao domínio da linguagem se ocupa da língua na literatura e diferenciando-se da lingüística.⁽²⁾

Neste sentido de relações entre o filologista, homem devotado à sorte da língua e o escritor, criador de problemas filológicos, não padece dúvida que José Carlos de Macedo Soares, como outros, pode pertencer a uma instituição formada de intelectuais dedicados ao estudo e ao serviço da língua nacional. A Academia Brasileira de Filologia cometeu um ato de justiça elegendo-o seu consócio.

É habitual nas instituições culturais especializadas, do gênero Academia de Filologia, a presença do binômio: técnico e político. Aquele, o especialista nas matérias que são o objeto e a finalidade da agremiação; este, o que não é especialista porque o seu campo é o do intercâmbio com o mundo cultural. A visão do confrade político é mais larga, a sua ação se faz à distância, a sua contribuição colhe frutos servindo por fora da especialização, no sentido da defesa, do prestígio e de outros motivos necessários à vida institucional.

Este modo de encarar a estrutura de uma Academia especializada como a de Filologia, vendo entre os seus membros, aqui o filólogo, ali o filologista, este o gramático, aquele o lingüista, aquele outro o escritor, não é capcioso, é natural e justo.

Assente-se pois o gramático ao lado do escritor, o escritor ao lado do linguista, o linguista ao lado do filólogo, pois todos eles estão servindo a uma causa comum, a língua, instrumento de comunicação entre os filhos da mesma pátria, os cidadãos de outras nações e os homens de todos os povos. Na Casa da filo-

(1) Gladstone Chaves de Melo, *Iniciação à Filologia Portuguesa*, pág. 23. «Filologia trata do «que é» e não do que «eu acho» ou do que «fulano acha». É uma ciência recente perfeitamente caracterizada: objeto formal e métodos próprios, conjunto organizado de conclusões seguras e definitivas».

(2) Joaquim Matoso Câmara Jr., *Dicionário de Fatos Gramaticais*, pág. 97.

logia cabem todos os que amam a língua e que dela se ufanam, no falar e no escrever. O gramático, zelando pela linguagem, torna-a escoreita; o escritor utilizando-se dela através da sua emoção, cria o estilo e conseqüentemente a estilística, ramo ilustre da filologia, e o linguista estudando-a como ciência natural do homem, fá-la universal. Todos têm um campo próprio para atuar em favor do idioma.

A Academia estima a todos como obreiros da sua causa e quando um deles escapa a estas limitações para se apresentar como um espírito político, ela não maldiz, ao contrário, o bendiz. A exigência que ela faz é que a obra pela qual é este responsável, traga o que alguém autorizado denomina "a consciência linguística do autor." Esta consciência é representada por um conjunto de exigências capazes de serem cobradas na hora do julgamento.(3)

Quanto a José Carlos de Macedo Soares esta exigência não era cabida apenas ao penetrar ele na Academia de Filologia, vinha antes, do dealbar da vida cultural, do período da formação acadêmica e dos bancos escolares.

Macedo Soares teve a fortuna de ter sido aluno de dois grandes mestres da língua vernácula que viveram na sua cidade natal, São Paulo. Foram eles, os Professores Sílvio de Almeida(4) e Eduardo Carlos Pereira(5).

-
- (3) Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*, 1956, pág. 169.

«Por consciência linguística entende-se o sentido que cada um possui da sua língua, o maior ou menor número de contactos individuais ou coletivo, o conhecimento das suas normas, do seu gênio, e sobretudo de suas tendências evolutivas.»

- (4) Sílvio de Almeida, nasceu em 1867, na cidade mineira de Pouso Alegre, estudou em São Paulo onde formou-se em Direito. Foi professor e diretor do Colégio Ivaí que tomou depois o seu nome. Professor de literatura no Ginásio do Estado. Gozou de grande renome como escritor clássico. Publicou vários livros: *Efemérides* (versos), *Vernáculo antigo*, *Palestras filológicas*. Colaborou em jornais da Capital e de Campinas. Membro fundador da Academia Paulista de Letras, 1909. Na fase da Academia de Direito foi propagandista da República, redigindo o jornal «A República». Mereceu de Lúcio de Mendonça um soneto inserto na coleção «Vergastas». Foi amigo de Raymundo Correia que lhe prefaciou as *Efemérides*. Revista da Academia Paulista de Letras.
- (5) Eduardo Carlos Pereira, nasceu a 8 de Novembro de 1855, na Cidade de Caldas, Minas Gerais, filho de Francisco Pereira de Magalhães e D. Maria Eufrazina de Nazaré. Estudou em Araraquara e Campinas em 1874, no Colégio Ipiranga. Em 1875, faz profissão de fé evangélica em São Paulo. Em 1880 foi licenciado pelo Presbitério do Rio de Janeiro. Em 1888, era pastor em São Paulo. O seu principal livro de Confissão religiosa é: *O Problema Religioso na América Latina*.

Depois de formado em Direito, turma de 1905, ao constituir a sua biblioteca com livros de direito, economia, sociologia, psicologia, pedagogia, geografia, história, religião e literatura brasileira e portuguesa, constituída de numerosos autores clássicos, deu especial apreço às obras de Camilo Castelo Branco e de Ruy Barbosa, das quais possui coleção muito apreciada pela prioridade e raridade das edições.

Relativamente à coleção "ruyana" é para assinalar como curiosidade de então que durante muito tempo havia na Biblioteca de Macedo Soares em São Paulo, publicações que nem em São Clemente havia, na Biblioteca do próprio Ruy Barbosa. Hoje já não é assim depois da Edição sistemática da obra do excelso brasileiro.

Estes indícios na vida de um homem assoberbado de interesses pragmáticos são valiosos para o conhecimento dos seus precedentes intelectuais. No exercício mesmo dos seus afazeres, ao relatar as coisas profissionais não descuidou nunca da linguagem com que havia de se exprimir, bem policiada, porém, sem nenhuma preocupação de vernaculismo, o suficiente para, quando a ocasião lhe chegou para subir aos pináculos da vida cultural do país, o fizesse tranqüilamente, reconhecido pelo consenso de seus pares e julgadores, sem que deste flanco da sua obra lhe viesse nenhum vexame.

Ao bater à porta da Academia Brasileira de Letras, apresentou-se como escritor bem apessoado no falar e no escrever, sem cogitar contudo que a sorte haveria de lhe oferecer ocasião a mais propícia de servir à língua pátria. Esta ocasião foi chegada com a presidência da Academia Brasileira de Letras, no biênio 1942-1943, pois quando desceu da curul presidencial trouxe na mão, para servir aos brasileiros alfabetizados, o Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Este serviço tem uma história que merece ser contada.

A questão ortográfica se apresentava naquela época, vindo de outras, como um cáos. As tentativas de reforma no sentido

Foi o primeiro Professor de Português do Ginásio do Estado de São Paulo, fundado em 1894. Desde a fundação até o ano da sua morte, em março de 1923, lecionou o vernáculo a numerosas gerações de moços paulistanos. Teve grande nomeada como filólogo. Publicou Gramática Expositiva para Curso Superior e Elementar (1907), e Gramática Histórica, 1916. Além disto publicou, em defesa da sua Gramática Expositiva — Questões de Filologia. A sua Gramática Expositiva teve 96 edições, e a Histórica, 10 edições. A sua Gramática Histórica foi a primeira publicada em língua portuguesa. (O Estandarte, São Paulo, XI, 1955.)

de simplificar a grafia portuguesa no Brasil foram muitas, todas infrutíferas, desde 1909.(6)

Não foi sem atrito entre a autoridade ministerial de então, 1941, e a Academia Brasileira de Letras, que a reforma ortográfica foi levada para a frente por parte desta com resultado muito satisfatório.

Ao assumir Macedo Soares a presidência da Academia Brasileira de Letras, encontrou sobre os ombros da Academia a incumbência dada pelo Chefe do Governo de elaborar o Vocabulário ortográfico, de acordo com os termos do Decreto-lei n.º 292 de 23 de Fevereiro de 1938. Dando imediato cumprimento à tarefa, a Academia escolheu cinco dos seus membros para, em comissão sob a direção do Presidente, Acadêmico Macedo Soares, se encarregar dos trabalhos de elaboração do Vocabulário sob a orientação dele, como Presidente que era da Academia.(7)

A primeira medida tomada pela Comissão de Acadêmicos foi traçar as proporções da reforma e estabelecer as instruções ou formulário que serviriam para guiar os trabalhos da mesma, ouvido o maior número de filólogos sobre a matéria em debate.

Já nos últimos dias de Dezembro de 1941, o Presidente da Academia dirigia-se ao Professor J. Sá Nunes convidando-o para secretariar os trabalhos da Comissão de Acadêmicos e solicitando dele um projeto de instruções para servir de base ao vocabulário ortográfico da Academia. Este projeto foi prontamente confeccionado pelo Prof. Sá Nunes nos primeiros dias de Janeiro. Mimeografado foi levado ao conhecimento da Comissão e por esta julgado bom para ser enviado aos filólogos do Brasil

(6) Enumeração das reformas ortográficas feitas no Brasil.

A primeira deve-se a Miguel Lemos, que publicou em 1888, o apêndice «Orotografia positivista».

Em 1907, Medeiros de Albuquerque através da Academia Brasileira de Letras, propôs que se estabelecesse um Sistema de escrita próprio, idéia a que serviu espontaneamente o filólogo português Gonçalves Viana.

O que foi admitido em 1907, pela Academia foi retocado e redigido por João Ribeiro em 1912, para em 1915, de novo, pela mão de Silva Ramos se ajustar ao sistema ortográfico de simplificação adotado em Portugal graças aos estudos de Gonçalves Viana.

Não demorou muito esta atitude da Academia, pois em 1919 por indicação de Osório Duque-Estrada ela voltou atrás e revogou tudo, regressando ao «status quo» anterior, isto é à balbúrdia, segundo Gladstone Chaves de Melo. Ver Iniciação à Filologia Portuguesa, 2.ª edição, Livraria Acadêmica, 1957, págs. 278 e seguintes.

(7) Comissão de Acadêmicos: Fernando de Magalhães, Cláudio de Souza, Rodolfo Garcia, Afonso Taunay, Macedo Soares.

e Portugal. Tornou-se por esta forma — As Instruções da Comissão a serem debatidas pelos filólogos.(8)

Cabe-me aqui declarar que estou me utilizando, por confiança merecida da parte da Senhora Viúva, Sá Nunes, de um original do próprio punho do saudoso Professor, no qual lançava, sob forma de notas, todos os passos da sua ação junto da Comissão Acadêmica do Vocabulário.

Enquanto não se colhiam os pareceres dos filólogos consultados sobre — As Instruções expedidas pela Comissão — os professores — Antenor Nascentes, Sílvio Elia e Sá Nunes, por incumbência especial do Presidente da Academia, foram autorizados a fazer as emendas, os cortes e os acréscimos no Vocabulário lusitano de Rebelo Gonçalves, adotado pela Academia Brasileira, por sugestão feita pessoalmente pelo Ministro da Educação, por ocasião da visita que fez à Academia de Letras no dia 29 de Janeiro de 1942. As alterações praticadas pelos três mestres da nossa língua, tinham em mira obedecer às “Instruções” aceitas pela Comissão de Acadêmicos e por eles também, salvo quanto à acentuação gráfica, questão na qual o Professor Nascentes tinha opinião muito radical.

Os cortes recaíam sobre os provincianismos arcaísmos, plebeísmos, chulismo, termos familiares e populares do vocabulário luso; os acréscimos foram: brasileirismos, africanismos, estrangeirismos usuais e termos de gíria que passaram para a língua culta.

Este trabalho foi realizado de Fevereiro a Março de 1942, com muita solicitude pelos filólogos mencionados e vivo estímulo do Presidente da Academia.

A 20 de Maio foi feita a distribuição das Instruções para organização do Vocabulário, aos filólogos brasileiros, mediante relação fornecida por J. Sá Nunes, conforme nota abaixo mencionados(9) acrescidos de outros posteriormente.

-
- (8) Ver Instruções para Organização do Vocabulário Ortográfico da língua nacional, publicação da Academia Brasileira de Letras, expedida pela Comissão encarregada de elaborar o «Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional com 20 páginas e divididas em 16 itens: Alfabeto — K.W.Y. — H — consoantes mudas — SC — Consoantes geminadas — Vogais nazais — Ditongos — Parônimos — Nomes Próprios — Acentuação gráfica — Apóstrofo — Hifen — Divisão silábica — Emprego das Iniciais Maiúsculas — Sinais de Pontuação.
- (9) Clóvis Monteiro, Augusto Magne, Souza da Silveira, Júlio Nogueira, Otelo Reis, Jaques Raimundo, Conde Pinheiro Domingues, Pedro Pinto Jonas Correia, Ruy Almeida, José Oiticica, Gladstone Chaves de Melo, Ismael Coutinho, Daltro Santos, Cândido Jucá Filho, Jonas Serrano, Sílvio Elia, Antenor Nascentes, J. Sá Nunes, Basílio de Magalhães, Almir Câmara, Marques da Cruz, Quintino do Vale, João Luís de Campos Júnior, Benedito Leal, Bueno da Silveira.

O Presidente da Academia dirigiu-se por carta a cada um deles solicitando-lhes a preciosa colaboração dentro de um prazo marcado. Desses filólogos consultados muitos enviaram por escrito os seus pareceres, alguns preferiram fazê-lo oralmente perante a comissão de acadêmicos.

Desta forma o Professor José Oiticica a 24 de Junho de 1942, comparece perante a Comissão do Vocabulário para expor a sua opinião sobre a reforma ortográfica e a elaboração do vocabulário. Foi longa, cerca de duas horas, a preleção do Professor do Colégio Pedro II e repetiu-se por tempo igual, nos dias 1, 15 e 22 de julho no mesmo lugar. A última dessas preleções foi assistida pelos Professores Almir Câmara e Sílvio Elia que tiveram por sua vez permissão da parte do Presidente da Academia, para se manifestarem a favor ou em contrário das considerações expendidas pelo mestre José Oiticica.

Todos os pareceres enviados eram anotados pelo Secretário da Comissão de Acadêmicos, para serem apresentados quando da sua reunião. Na reunião do dia 10 de Agosto, na sala da Biblioteca da Academia, o Presidente apresentou os pareceres até aquele dia enviados pelos filólogos e encarregou o Secretário para fazer o relatório das opiniões exaradas. A questão da acentuação dos vocábulos deu ensejo a que os Acadêmicos, Cláudio de Souza, Afonso Taunay e Rodolfo Garcia se manifestassem muito divergentemente.

Dois dias depois teve lugar nova reunião da Comissão do Vocabulário para tomar conhecimento do Relatório dos pareceres sobre as Instruções, consignados os do Padre Magne, Clóvis Monteiro, Júlio Nogueira, Daltro Santos, Pedro Pinto, Jaques Raimundo, José Oiticica, Ruy Almeida, Jonas Correia, Marques da Cruz, Othello Reis, Quintino do Vale, Jonathas Serrano, Fernando Nery, Basílio de Magalhães, Benedito Leal.

É seguindo essas notas que estou fazendo o histórico das principais passagens do trabalho da Comissão do Vocabulário, em conjunção com a contribuição dos filólogos brasileiros, conforme método adotado com muita propriedade pelo Presidente da Academia e de cujo êxito a publicação do vocabulário em tempo exato, foi a esplêndida comprovação.

Transcrevo uma informação textual do Secretário da Comissão. "Fui lendo, ponto por ponto e imediatamente a Comissão discutia o assunto e depois de bem examiná-lo, decidia e eu tomava nota do próprio Relatório. "Ficaram acertados alguns pontos importantíssimos". Assim escreveu Sá Nunes à página do seu Canhenho.

Para desvanecer dúvidas, de alguns membros da Comissão e de pessoas estranhas à Academia, mas que tinham autoridade

para interceder na questão, o Presidente da Academia pediu ao Secretário técnico da Comissão que fizesse um relatório das incongruências, erros e coisas inaceitáveis do Vocabulário Português de Rebelo Gonçalves, a fim de convencer aos da Comissão que esse Vocabulário não pode ser aceito integralmente. Esse relatório foi de grande utilidade porque venceu alguns recalcitrantes. O mesmo foi enviado ao Ministro da Educação.

Em reunião do dia 18 de Outubro a Comissão continuou a ouvir a leitura do Relatório dos pareceres dos filólogos consultados, ao mesmo tempo que se iam expondo as regras das Instruções. Os acadêmicos da Comissão iam votando imediatamente. Foram feitas várias modificações na acentuação gráfica, emprego do hífen, divisão silábica, emprego de maiúscula e pontuação. A parte onomástica ficou fora do Vocabulário Ortográfico e será objeto do decreto especial. No fim da reunião a Comissão encarregou o Secretário de redigir novas Instruções a fim de serem as suas normas aplicadas no Vocabulário.

Já em 19 de outubro o Secretário da Comissão tinha feito a revisão completa das Instruções conforme a vontade da Comissão. Foram impressos doze exemplares das mesmas por ordem do Presidente da Academia.

Os trabalhos vão entrar em nova fase de realização. Já as dificuldades técnicas quanto à estrutura da reforma, representadas pelas Instruções ouvido numeroso grupo de filólogos, estão passadas.

Uma confissão marca a engrenagem do trabalho no sentido prático, fora do âmbito da Comissão, mas sob a exclusiva tutela do Presidente da Academia, com estas palavras de Sá Nunes "o Embaixador Macedo Soares entregou-me 612 páginas impressas do Vocabulário Brasileiro, para eu fazer a correção de acordo com o que ficou assente definitivamente".

Era a concretização dos estudos até então feitos pela Comissão Acadêmica do Vocabulário.

Em uma reunião da Comissão realizada a 25 de Setembro de 1942, à qual compareceu pela primeira vez o Acadêmico Manuel Bandeira, Afonso Taunay mostrou-se intolerante em relação a vocábulos torpes, indecentes e indelicados, negando-lhes a necessidade, bem como sobre a acentuação de certos vocábulos terminados em ditongos nasais orais, dos vocábulos acabados em: em e r, (convém, impar). Diante porém das considerações de ordem didática e pedagógica feitas pelo Professor Sá Nunes, Mestre de Português e filólogo da Comissão, ele e outros concordaram com o já estabelecido pelas Instruções definitivas. Foi um caso de má compreensão que não teve maior consequência.

O Presidente da Academia autorizou o Secretário da Comissão a procurar o diretor da Imprensa Nacional, Dr. Rubéns Porto, a fim de tratar dos trabalhos de impressão e revisão das provas do Vocabulário e fazer a impressão de 100 exemplares das Instruções. Da mão do Presidente recebeu o Secretário outras 1.400 páginas, em duas colunas, para serem por ele revistas.

A Imprensa Nacional começa a receber os originais do vocabulário devidamente emendados e refundidos para serem impressos. As primeiras remessas foram entregues ao Diretor da Imprensa Nacional no dia 8 de Outubro de 1942. Os trabalhos não puderam ter marcha ininterrupta por causa do escrupuloso critério de revisão adotado pelos técnicos sob a direção do Professor Sá Nunes. A revisão das provas definitivas era por si mesma uma coisa a se fazer lentamente.

A 29 de Outubro foram entregues ao Presidente da Academia 100 exemplares das Instruções, em bom papel e brochados, e 10 em papel cartonado. Elas vão figurar na introdução do Vocabulário Ortográfico. Assinaram os exemplares especiais os membros da Comissão de Acadêmicos. Quando foi a vez do Acadêmico Taunay assinar disse ele que pela primeira vez na vida fazia o sacrifício de escrever com um só *f* seu prenome Afonso.

Durante o mês de Dezembro a Imprensa Nacional começou a enviar as primeiras provas da composição do Vocabulário da Academia Brasileira de Letras, para serem revistas pelos filólogos com quem a Comissão se pusera em contacto na fase anterior dos trabalhos.

Novos afazeres estavam com isto anunciados.

Em data de Dezembro de 1942, o Presidente da Academia endereçou ao filólogo Sá Nunes a carta abaixo transcrita⁽¹⁰⁾ que aos poucos foi sendo enviada aos demais filólogos, a medida que as provas tipográficas iam chegando.

(10) Sr. Professor J. de Sá Nunes.

«Depois de cumprimentá-lo atenciosamente e de lhe agradecer as sugestões enviadas sobre o projeto de «Instruções para organização do «Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional» tenho o prazer de passar-lhe às mãos as primeiras provas tipográficas desse trabalho, ao mesmo tempo que lhe solicito o especial obséquio de introduzir-lhe as emendas e os acréscimos necessários, precipuamente de brasileirismos decorrentes na linguagem literária e dos que ainda não dicionarizados o devem ser pela sua expressividade e boa formação.

Esperando que V.S. não se esquite a esse patriótico trabalho, ligando o seu nome a esse valioso serviço prestado às letras, à instrução e à civilização do nosso País, exoro-lhe a fineza de não se afastar das «Instruções» definitivas que vão juntamente, a fim de conseguirmos unidade na colaboração, bem como o favor de devolver as provas devidamente emendadas e acrescentadas, até o fim da primeira quinzena do mês de janeiro.

Este trabalho foi dos mais criteriosos por parte do secretariado da Comissão do Vocabulário. Foi adotado um livro em branco contendo o nome de cada filólogo, a fim de controlar a remessa e a devolução das provas tipográficas, desde a primeira até a última página do Vocabulário. As remessas variavam, em geral eram formadas por cerca de 100 páginas de composição.

É com a mais grata satisfação que me subscrevo atenciosamente — José Carlos de Macedo Soares, Presidente da Academia Brasileira de Letras».

(10-A) Lista de Filólogos brasileiros:

Professor Dr. Souza da Silveira
Padre Augusto Magne
Professor Clóvis Monteiro
Coronel Jonas Correia
Dr. Jacques Raymundo
Dr. Cândido Jucá Filho
Conde de Pinheiro Domingues
Tenente Coronel Ruy Almeida
Professor José Oiticica
Professor Daltro Santos
Professor Gladstone Chaves de Mello
Dr. Pedro Augusto Pinto
Dr. Fernando Nery
Professor Júlio Nogueira
Professor Alfredo de Assis
Professor J. Marques da Cruz
Professor Othoniel Motta
Professor Jonathas Serrano
Professor Joaquim Ribeiro
Professor Mattos Peixoto
Professor David Peres
Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior
Professor Basílio Magalhães
Professor Othelo de Souza Reis
Professor J. S. Nunes
Professor Antenor Nascentes
Professor Manuel Said Ali
Professor Sylvio Elia
Professor Mário de Souza Lima
Professor Alexandre Correia
Professor Artur Neiva
Professor Plínio Ayrosa
Professor Alfredo Augusto da Matta
Professor Antônio J. Chediak
Professor Fernando São Paulo
Professor Aurelio Buarque de Holanda
Professor José Batista da Luz
Professor Cláudio Brandão
Professor Lindolfo Gomes.
Professor Ayres da Matta Machado Filho
Professor Silva d'Azevedo
Professor Silveira Bueno
Professor João Luiz de Campos

Foram enviadas de meados de Dezembro de 1942, até metade de Abril de 1943, dando-se maior prazo somente aos filólogos que não habitavam o Rio de Janeiro.

Deste livro também consta o nome de todos os Acadêmicos da Academia Brasileira de Letra em número de 38, o que demonstra que todos tomaram parte na elaboração do Vocabulário Ortográfico.

O interesse pelo desenvolvimento da empresa a ser cumprida pela Academia Brasileira de Letras, da parte do acadêmico Macedo Soares, foi tão grande que aceitou a renovação do seu mandato presidencial cometendo uma infração à tradição da Casa de Machado de Assis, de não serem reeleitos os Presidentes, contanto que os trabalhos já adiantados da simplificação gráfica com a publicação do Vocabulário não sofressem interrupção. É o que ele próprio confessa em seu discurso do fim do ano.(11)

A partir do mês de Janeiro de 1943, o Presidente da Academia começou a receber pareceres cartas e provas, revistas por filólogos e vernaculistas consultados e os entregava aos secretários da Comissão para ser feito relatório especial a ser apresentado em reuniões futuras da Comissão do Vocabulário.

Ao lado desta finalidade próxima, o relatório se destinava também a ser enviado além-mar. Assim foi feito. Nos últimos dias de Janeiro, o Presidente da Academia Brasileira de Letras enviou ofício endereçado ao Dr. Júlio Dantas, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, acompanhado de todos os documentos até então obtidos com os estudos feitos no Brasil sobre a reforma ortográfica, e solicitando daquela Academia seu altíssimo parecer.

Ficou-se sabendo aqui de como foram bem recebidos em Portugal os documentos enviados: As Instruções, ou Formulário e as primeiras provas do Vocabulário. Em discurso pronunciado em 11 de Março de 1943, o Dr. Júlio Dantas deu conhecimento aos seus pares da Academia de Lisboa, que todas estas provas da atividade da ilustre Casa de Machado de Assis estavam em consonância com "as cláusulas do instrumento inter-acadêmico de 3 de Abril de 1931, e em harmonia com o Vocabulário recentemente publicado pela Academia de Ciências de Lisboa; propõe então que se desse conhecimento ao Governo, saudou em elevados termos o Brasil, na pessoa de seu Embaixador, Dr. Araújo Jorge, à Academia de Letras e o respectivo Presidente, Dr. José Carlos de Macedo Soares, a quem agradece a atenção, e congratula-se pela permanência do Espírito fraterno que anima na

(11) Macedo Soares, Programa de trabalho em 1943. Revista da Academia Brasileira de Letras, Vol. 64, pág. 241, Sessão de 31-12-1942.

sua estrita e leal colaboração as duas Academias de Língua Portuguesa".(12)

Não obstante a marcha dos trabalhos da reforma ortográfica eis que surgem duas impertinências. Uma delas foi da parte do DASP cujo diretor se dirigiu ao Presidente da Academia de Letras, pedindo a reedição do Formulário de Laudelino Freire de 1931. Isto deu motivo a que o Presidente da Academia escrevesse pessoalmente ao Chefe do Governo, Dr. Getúlio Vargas enviando-lhe "as provas do Vocabulário que se está imprimindo". Outra, o Ministro da Educação, por autorização do Governo, baixa Portaria, publicada nos jornais de 10 de abril de 1943, mandando adotar de novo a ortografia de 1932, revogando o Decreto n.º 292, de 28 de Fevereiro de 1938.(13)

— Um mestre havia que ainda não tinha sido ouvido e a sua opinião era tida por todos como valiosa.(13-A) O dia 1.º de Maio de 1943, foi o escolhido para o encontro dele, o Professor Souza da Silveira com a Comissão Acadêmica do Vocabulário. Sendo dia feriado foi marcada a reunião em casa do Presidente da Academia à Praia do Flamengo 2, à qual compareceram: Souza da Silveira, Cláudio de Souza, Manuel Bandeira, Clementino Fraga e Rodolfo Garcia. Sobre a mesa havia um exemplar das Instruções e provas do Vocabulário ortográfico, papel, lápis, tinta. O Presidente expôs o fim da reunião e deu a palavra ao Professor Souza da Silveira. Este disse: "As Instruções" são o melhor trabalho que no Brasil já apareceu sobre ortografia, muito melhor do que o de 1931, mas contém alguns dispositivos com os quais ele não pode concordar, como o apóstrofo, capítulo 13, letras e, f, g, item 16, do emprego das maiúsculas." Com a palavra dada pelo Presidente o Professor Sá Nunes fez ver que tudo isso não era dele, nem ele estava de acordo com tudo isto, mas sim de Gonçalves Vianna e Rebello Gonçalves, e acrescentou: — "o Sr. Ministro da Educação quando entregou a elabo-

(12) Boletim da Academia de Ciências de Lisboa; Sessão da Classe de Letras, de 11 de Março de 1943, págs. 89 e 91.

(13) Decreto n.º 5.186, de 13 de Janeiro de 1943, Regula o uso da ortografia em todo o país.

Art. 1.º — Até que seja adotado em definitivo o vocabulário oficial em elaboração que consubstitui de modo seguro, o acordo celebrado em 1931, entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, vigorará em todo o país, como formulário ortográfico, o do «Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa organizado pela Academia Brasileira de Letras de acordo com a Academia das Ciências de Lisboa», publicado em 1932.

Art. 2.º — O Ministro da Educação e Saúde fixará os prazos de obrigatoriedade relativos à ortografia dos livros didáticos e, bem assim, resolverá, por instruções, toda a matéria atinente à ortografia.

ração do Vocabulário à Academia, recomendou que se tomasse por base o Vocabulário de Rebelo Gonçalves, que por sua vez se baseou no de Gonçalves Viana.

Interpelado pelo Presidente da Academia, se ele, Sá Nunes, era de opinião que se omitissem aqueles dispositivos criticados pelo Professor Souza da Silveira, respondeu que sim.

Em seguida foi aventado o caso do trema, do acento grave, e na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação, o Professor Souza da Silveira, falou amplamente sobre eles concluindo por opinar pelo seu uso facultativo. O trema disse ele, é útil na poesia, quando o poeta quer mostrar que *i* ou *u* formam sílabas por si sós, como em saudade e alívio, que às vezes se encontram no verso com 4 sílabas, alívio, e também facultativamente, em palavra com Constituição quando o orador quer patentear a sua prosódia, podendo se escrever constituição em vez de pronunciar com 4 sílabas apenas. Quanto ao acento grave, disse que podia ser aconselhado pela Academia como aconselhado seria o trema, e nos "amos" do pretérito perfeito o acento agudo, menos em palavras como avôzinha onde ele se faz necessário. Replicando, Sá Nunes diz que isto de regra facultativa é antipedagógico e antididático; gera confusão no espírito do aluno e mesmo do professor. Souza da Silveira respondeu que os professores podiam receber espe-

(13-A) Carta do Embaixador Macedo Soares ao Professor Souza da Silveira.

«Exmo. Sr. Professor Souza da Silveira,

Atenciosos cumprimentos.

Ponderando as alegações da sua carta de 15 do corrente não posso deixar de mais uma vez manifestar-lhe o meu supremo desejo de vê-lo à cooperar na grande obra do *Vocabulário ortográfico* da nossa língua.

Compreendendo que o ilustre mestre depois de exaustivo trabalho do ano letivo de 1942, necessitava de repouso; mas em momentos vagos, quando seu espírito estiver disposto a tratar do assunto, estou certo de que não me negará o seu esforço, que será bem aplicado, pois vai dispensá-lo em benefício das letras nacionais, da instrução pública, da unidade da língua.

Assim pensando quero pedir-lhe o favor de concretizar os pontos em que discorda das «Instruções» que lhe enviei, dizendo a razão ou as razões porque não as julga dignas de adoção oficial. Não obstante terem sido consideradas «definitivas» nunca serão tardias as suas observações, as suas emendas, as suas luzes para melhorá-las e aperfeiçoá-las. Considerando o proveito filólogo que faço questão absoluta da sua douda colaboração, aguardo, confiante, a sua resposta, que lhe saberei agradecer devidamente.

Reitero-lhe os meus protestos de estima e elevada consideração.

cial recomendação a este respeito para ensinar os alunos a usarem ou não esses acentos.

A comissão por sua maioria presente concordou.

O Presidente da Academia no final da reunião apelou para o Professor Souza da Silveira para que desse a sua colaboração aos trabalhos do Vocabulário. Foi-lhe solicitado também fizesse no exemplar das Instruções que levou consigo as anotações que julgasse necessário.

Por solicitação do Presidente da Academia, o Prof. Sá Nunes no dia 10 de Maio procurou o acadêmico Diretor da Biblioteca Nacional, Dr. Rodolfo Garcia, a fim de entender-se com este sobre os brasileirismos de origem tupi.

A 19 de Maio foram entregues à Imprensa Nacional as provas do Registro das abreviaturas do Vocabulário.

O Presidente da Academia se dirigiu ao Diretor do Serviço de Mineralogia do Ministério da Agricultura, Professor Everardo Backeuser solicitando o favor de uniformizar os sufixos, ita, ite, ito, e acrescentar os termos modernos usados nas Ciências Mineralógicas.

Idêntico comportamento teve o Presidente da Academia em relação ao futuro Instituto Tecnológico(14).

De novo em casa do Presidente da Academia, no dia 29 de Junho de 1943, presentes os Acadêmicos, Cláudio de Souza, Clementino Fraga, Manuel Bandeira; Dr. Mário Teixeira de Freitas, do Instituto de Geografia e Estatística, Professor Sá Nunes, Srta. Max Fleiuss, o Professor Souza da Silveira tornou a falar propondo alteração de alguns preceitos nas Instruções, a supressão de outros, acréscimo de um que mande usar o trema depois do *q* e *g* no *u* seguido de *e* ou *i*, e facultativamente, para desfazer ditongo, quando se quer, especialmente na poesia. A comissão determinou que o Secretário redigisse as emendas e as apresentasse na próxima reunião.

Ainda para ouvir o Professor Souza da Silveira, reuniram-se na Academia Brasileira de Letras, por volta das 14,30 do dia

(14) Academia Brasileira de Letras (Carimbo)
Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1943.
Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar a V. Excia. o Senhor Professor José de Sá Nunes, Secretário da Comissão de Acadêmicos que está dirigindo a elaboração do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional, a fim de que, atendendo ao ofício n.º 0025 do Exmo. Ministro da Educação, seja a Comissão de Metrologia ouvida relativamente aos termos técnicos de uso metroológico. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. os protestos da minha perfeita estima e consideração.

Ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Metrologia do Ministério do Trabalho. José Carlos de Macedo Soares.

1.º de Julho, os Acadêmicos Cláudio de Souza, Clementino Fraga, Manuel Bandeira, Rodolfo Garcia, Macedo Soares, Dr. Teixeira de Freitas, Professor Sá Nunes, Srta. Max Fleiuss. O Professor Souza da Silveira continuando as suas considerações anteriores, propôs ainda outras emendas, supressões e o acréscimo do acento grave para designar a sílaba pretônica. Fez outras considerações a respeito da denominação a ser dada à vogal e semi-vogal dos ditongos orais, de acordo com o seu ensinamento à página 62 do seu livro "Lições de Português". A Comissão determinou que o Secretário fizesse as emendas redigindo-as em duas vias, para apresentá-las na Academia na reunião do dia 3 de Julho.

Antes disto, no dia 2, o Ministro da Educação enviou com ofício desta data, dirigido ao Presidente da Academia, três exemplares de Projeto de Vocabulário Ortográfico organizado pelo Professor Antenor Nascentes, como "contribuição à obra de definitiva fixação da ortografia nacional, empreendida pela Academia". Este ofício foi respondido pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras no dia 5 de Julho.

No dia 6 reuniu-se a Comissão do Vocabulário com a presença de Rodolfo Garcia, Macedo Soares, Clementino Fraga, Manuel Bandeira (ausentes Fernando Magalhães, Cláudio de Souza, Afonso Taunay), e a presença dos seguintes mestres do vernáculo, Padre Augusto Magne, Professor Antenor Nascentes, Professor Daltro Santos, Professor Sá Nunes. Este leu as últimas alterações feitas nas "Instruções" que foram aceitas por maioria. O Professor Antenor Nascentes disse que em matéria de acentuação gráfica, só as admitia em palavras óxítonas terminadas em a, e, o. Disse mais que o Vocabulário que se achava sobre a mesa feito por ele por encomenda do Ministério da Educação, não era obra sua, que ele não se responsabiliza pelo mesmo. O "Vocabulário" da sua responsabilidade era outro", o que foi rejeitado pela Comissão nomeada pelo Ministro para dar parecer sobre se ele se achava de acordo com as leis ortográficas". (página 67 do canhenho).

O P. Magne subscreveu os dois pontos finais das Instruções: uso da inicial maiúscula em nomes compostos de antropônimos e topônimos e a não acentuação da primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da primeira conjugação.

Uma intervenção de Afrânio Peixoto, neste ponto, não dentro da Comissão, fora, na Biblioteca Nacional, perante Sá Nunes e Rodolfo Garcia:

"Quando a expressão se escreve sem hífen, o antopônimo ou topônimo deve ser grafado com inicial maiúscula, mas se é

escrito com hífen, perde a sua individualidade semântica e a palavra composta deve ser escrita com minúscula”.

A 10 de Julho de 1943, o Presidente da Academia ordenou ao Professor Sá Nunes para fazer a revisão tipográfica definitiva do Vocabulário.

A esta altura dos trabalhos, passa-se a dar conhecimento à Academia plena dos resultados já obtidos. Começa-se por compilar as “emendas” em separado, para o Acadêmico Manuel Bandeira apresentá-las à Academia, e a fazer uma “circular” para todos os Acadêmicos, enviando-lhes um exemplar completo das provas do Vocabulário, organizado pelos técnicos da Comissão.

Em ofício datado de 14 de Julho, o Dr. Joaquim Leitão, Secretário-Geral da Academia de Ciências de Lisboa, comunica ao Presidente da Academia Brasileira de Letras que aquela Academia, em sessão plenária, do dia 8 de Julho de 1943, se ocupou dos trabalhos do Vocabulário organizado por esta tomando as resoluções abaixo transcritas.(15)

Foi honrado com o recebimento de um exemplar das instruções e outro das emendas o Professor João Luís de Campos Júnior, para ele dar o seu parecer por carta. Outros mestres do vernáculo foram também honrados com as mesmas provas de distinção por parte do Presidente da Academia.

Com a entrada do mês de Agosto, dia 3, houve nova reunião da Comissão, achando-se presente Macedo Soares, Clementino Fraga, Rodolfo Garcia e o Prof. Sá Nunes. Rodolfo Garcia apresenta a letra A das provas do Vocabulário com algumas emendas

(15) «A sessão plenária de acordo com o que foi ponderado pelo seu Presidente (Sr. Júlio Dantas) e pelo Presidente da Comissão do Dicionário e do Vocabulário, Sr. Rebelo Gonçalves, resolve:

- 1) Agradecer a Academia Brasileira de Letras, ao seu Insigne Presidente, Embaixador Macedo Soares, a remessa das folhas já impressas do Vocabulário da mesma Academia, elaborado de acordo com o Vocabulário da Academia de Ciências de Lisboa e em harmonia com as determinações do citado Decreto brasileiro n.º 5.186.
- 2) Comunicar a S. Excia. o Ministro da Educação Nacional, o Embaixador do Brasil e o Presidente da Academia Brasileira de Letras, para os devidos efeitos, que considerava o Vocabulário, em via de publicação pela ilustre Casa de Machado de Assis, como expressão do perfeito acordo existente entre as duas Nações e as duas Academias para uniformidade da língua portuguesa escrita.
- 3) Congratular-se pelos bons resultados da obra empreendida pelos dois governos e pelas duas Academias no sentido de maior unidade, difusão, esplendor e prestígio do idioma comum.
Volumes XV e XVI do Boletim da Academia de Lisboa, de 8 de Julho de 1943, pág. 199.

e acréscimos. Discorda da falta de acentuação gráfica em *i* e *u* das palavras oxítonas como Iguaçu; fez correção à margem de todos estes casos e também dos terminados em *i*. Reprova ainda a falta de "sistematização" na organização do Vocabulário, alegando que foram registrados alguns compostos de certas palavras quando deviam ser consignados "todos" ou "nenhum" e que foram registrados inúmeros vocábulos com os prefixos *ante* e *anti*, quando se poderia fazer um vocabulário nessas condições, bastando antepor o prefixo a qualquer substantivo. Esta opinião do ilustre Acadêmico e Diretor da Biblioteca Nacional foi contestado pelo Prof. Sá Nunes que alegou a impossibilidade de registrar todos os vocábulos compostos, porque uns autores arrolam-nos diferentemente, além de que muitos desses vocábulos não estão ainda dicionarizados. Quanto à consignação das palavras com prefixo *ante* e *anti* ela é muito útil para as escolas e para o povo, pois evita o erro grave de escrever um em lugar do outro.

A Academia Brasileira de Letras em sessão ordinária realizada no dia 12 de Agosto de 1943, aprova⁽¹⁶⁾ por unanimidade as Instruções para organização do Vocabulário Ortográfico da língua nacional, com parecer da Comissão do Vocabulário e as emendas apresentadas por Manuel Bandeira, Clementino Fraga, Pedro Calmon e Ataulfo de Paiva.

Entre as emendas aprovadas se encontra a que foi apresentada por Pedro Calmon a 5 de Agosto, conservando o *h* intermediário de Bahia, alegando razão histórica e sentimental de assim se escrever desde que se fundou a cidade em 1549.

No dia 13, o Presidente da Academia entregou ao Secretário da Comissão as emendas para serem incluídas nas Instruções e mandá-las imprimir na Gráfica do Instituto de Geografia e Estatística a fim de que, ao regressar ele de São Paulo, as encontrasse prontas e cartonadas.⁽¹⁷⁾

Na reunião da Comissão a 6 de Setembro, comparecendo Taunay e Garcia, este foi lendo os acréscimos ao Vocabulário, enquanto Taunay o acompanhava na leitura e Sá Nunes tomava notas. Taunay recomendou que não esquecesse de aproveitar para a organização do Vocabulário o trabalho que ele publicará na Revista do Instituto Histórico de São Paulo sobre "as lacunas dos termos científicos nos melhores Dicionários" e também recomendou que não esquecesse consultar o Dicionário de J. L. de Campos Júnior⁽¹⁸⁾.

(16) Ver Revista da Academia Volume 66, p. 386.

(17) Encarregaram-se do trabalho de revisão final das Instruções os saudos brasileiros Texeira de Freitas e Sá Nunes. O primeiro exemplar das Instruções apareceu no dia 19 de Agosto de 1943.

(18) Volume XVI da Revista do Instituto Histórico de São Paulo, 1911. J.L. de Campos Júnior, Dicionário Inglês-Português, edição ilustrada, I, São Paulo 1951.

Na sessão da Academia do dia 9 de Setembro o Presidente comunica haver recebido do Dr. Joaquim Leitão, secretário geral da Academia de Ciências de Lisboa, um ofício datado de 14 de Julho no qual foi transcrita a ata da sessão plenária do dia 9 de mesmo mês daquele sodalício, em que se lê que a Academia de Ciências de Lisboa havendo tomado conhecimento da ata da sessão de letras de 24 de Junho próximo passado, em que consta a verificação de que as folhas do novo Vocabulário em elaboração pela Academia Brasileira de Letras, bem como as normas constantes da respectiva Introdução, inteiramente correspondem ao espírito de unidade da língua portuguesa escrita, existindo entre os dois Vocabulários (o da Academia Brasileira e o da Academia de Ciências de Lisboa) apenas insignificantes diferenças de pormenor no que respeita acentuação de prosódia e ortoépia, foi ponderado pelo seu Presidente Dr. Júlio Dantas e pelo Presidente das Comissões do Dicionário e do Vocabulário, Sr. Professor Rebelo Gonçalves, o seguinte: (citado na nota 15).

Na sessão de 23 de Setembro o Presidente da Academia comunica a esta que havia entregado pessoalmente ao Dr. Getúlio Vargas um exemplar das Instruções aprovadas.

A Academia na sessão ordinária do dia 14 de Outubro, aprovou por unanimidade o título Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa em lugar de "Língua nacional", por proposta da Comissão do Vocabulário, visto haver a Academia de Lisboa adoptado o formulário e aconselhado ao governo que tornasse obrigatórias as Instruções formuladas pela Academia Brasileira de Letras, para Portugal e suas Colónias. A proposta foi debatida pelos Acadêmicos Aloisio de Castro, Ataulfo de Paiva, Levi Carneiro, Antônio Austregésilo, Cláudio de Souza, Rodolfo Garcia e João Luso, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em reunião da Comissão do Vocabulário no dia 29 de Outubro de 1943, Rodolfo Garcia e Afonso Taunay resolveram cortar palavras das letras M, N, e O, bem como palavras ligadas por hifen, as mais criticadas. Taunay riscou todas as palavras estrangeiras e aportuguesadas e disse alto e bom som: "norte-rio-grandense" é um crime de lesa pátria. (Canhenho pág. 73).

A revisão definitiva das provas a cargo dos revisores da Imprensa Nacional supervisionados por Sá Nunes, não correspondia às solicitações dos originais feita pela Imprensa Nacional, por isto, durante os meses de Novembro e Dezembro, prazo estipulado pelo Presidente da Academia para a publicação do Vocabulário, gerou um certo nervosismo por parte dos responsáveis por este trabalho. A competência e a boa vontade de todos porém, venceram as dificuldades aparentes e a empresa colheu os seus melhores frutos em tempo e com louvor.

O Presidente da Academia informa na sessão de 4 de Novembro que o Ministro Gustavo Capanema lhe comunicou que vai tomar providências para que ainda este mês, provavelmente dia 20, sejam assinados simultaneamente pelos governos da república portuguesa e brasileira, decretos oficializando o sistema ortográfico formulado e aprovado unanimemente pela Academia Brasileira de Letras e já aceito oficialmente pela Academia de Ciências de Lisboa.(18-A)

No dia 7 de Dezembro, o Presidente da Academia pediu ao Filólogo consultor da Comissão, que escrevesse a Introdução do Vocabulário e se colhessem as assinaturas dos Acadêmicos pertencentes à Mesa. Esta determinação foi prontamente executada.

Em 15 de Dezembro de 1948, o Sr. Adriano Kury, revisor da Imprensa Nacional, entregou ao Prof. Sá Nunes o primeiro exemplar do Vocabulário da Língua Portuguesa, edição da Academia Brasileira de Letras, impresso nas oficinas da Imprensa Nacional com XLVII páginas de introdução e 1342 de texto incluindo registro de abreviaturas.

O Diretor da Imprensa Nacional pediu hora ao Presidente da Academia para fazer a entrega do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", ato que se realizou às 17 horas, na sessão ordinária do dia 16 de Dezembro de 1943, tendo o mesmo pronunciado palavras de congratulação com a Academia Brasileira de Letras.

Estava cumprida a Missão da Academia.

Em carta datada de 27 de Dezembro, o Presidente da Academia dirige-se aos filólogos agradecendo-lhes o serviço prestado. Além desta prova de consideração que ficava na intimidade de cada um, o Sr. José Carlos de Macedo Soares, no discurso do fim do ano de 1943, termo final do seu mandato de Presidente da Academia, manifesta, de viva voz, a sua gratidão, aos filólogos e mestres da língua portuguesa, declinando o nome de muitos deles. A sua glória de homem público, a quem o Brasil ficava devendo este grande serviço, a simplificação ortográfica do idioma pátrio, era compartilhada por diversos.

Ponhamos ponto final nesta descosida história dos trabalhos da Comissão do Vocabulário Ortográfico, com a transcrição

(18-A) Esse ato governamental nunca teve realidade, com espanto para todos os que tinham interesse no problema da ortografia oficial. A questão passou das mãos da Academia para as da diplomacia depois que Macedo Soares terminou o seu período presidencial. Nesta situação teve ele ocasião de defender junto do Chefe do Governo Dr. Getúlio Vargas o trabalho da Academia, por mais de uma vez no curso do ano 1944, conforme documento existente no seu arquivo particular.

do discurso de Macedo Soares, pronunciado na sessão pública do dia 30 de Dezembro de 1943. (19).

“Não tenho dúvida em dizer que foi de extraordinário alcance cultural a obra levada a termo pela Academia Brasileira no tocante à elaboração das instruções ortográficas da língua nacional e do próprio vocabulário. Contamos para a realização da nossa empresa com o apoio sempre firme do eminente Senhor Getúlio Vargas e com a colaboração do Sr. Ministro Gustavo Capanema que pessoalmente compareceu a uma das nossas sessões a fim de nos prestar seu apoio e ajuda. (20)

A Comissão Acadêmica do Vocabulário composta de cinco de nossos confrades, os Srs. Fernando Magalhães, Cláudio de Souza, Rodolfo Garcia, Afonso Taunay e o Presidente da Academia, dirigiu os trabalhos com absoluta serenidade e preocupação científica, ouvindo oralmente ou por escrito, nada menos de 40 dos mais conhecidos filólogos brasileiros e portugueses residentes no Distrito Federal e nos Estados.

Salientamos em primeiro lugar o nome prestigioso do Professor José de Sá Nunes, para quem a língua não tem segredos, que não mediu sacrifício, e tudo fez desde que se dispôs a prestar à Academia como Secretário da Comissão o seu valiosíssimo concurso.

É justo também salientar a preciosa colaboração do mestre Souza Silveira que bastante contribuiu para o aperfeiçoamento das Instruções; do Padre Augusto Magne, famoso professor, membro da Companhia de Jesus, que nos enviou oportunas sugestões (21) e do conhecido Professor José Oiticica que examinou verbalmente perante a Comissão Acadêmica, todos os preceitos das Instruções. Colaboraram ainda os Srs. Doutores Pedro Augusto Pinto, Professor Otelo Souza Reis, Coronel Jonas Correia, Professor Jonatas Serrano, Professor Clóvis Monteiro, Professor Quintino do Valle, Professor Jaques Raimundo.

Pelos serviços prestados à opulência do “Vocabulário” de-sejo lembrar os nomes dos eminentes patricios Basílio de Magalhães, Lindolfo Gomes (Minas Gerais), Antenor Nascentes, Conde Pinheiro Domingues, Cândido Jucá Filho, Almir Câmara

(19) Revista da Academia Brasileira de Letras, Vol. 65, pág. 299.

(20) Sessão do dia 29 de Janeiro de 1942 — Ver Introdução do Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, pág. XI.

(21) «Rio de Janeiro, 22 de junho de 1942.

Excelentíssimo Senhor Embaixador Dr. J. C. Macedo Soares

DD. Presidente da Academia Brasileira de Letras.

Devolvendo a V. Ex. as Instruções expedidas pela Comissão encarregada de elaborar o Vocabulário Ortográfico da língua nacional, tenho a profunda satisfação de comunicar a V. Ex. que concordo em princípio com as mesmas.

de Matos Peixoto, Sylvio Elia, Daltro Santos, Plínio Ayrosa (São Paulo) Alfredo de Assis, Joaquim Matoso Câmara Júnior, Alfredo Augusto da Mota (Amazonas), A. da Silva de Azevedo, Silveira Bueno, J. Marques da Cruz (os 3 últimos de São Paulo) Joaquim Ribeiro, David Peres, Ayres da Mata Machado Filho (Minas Gerais) Fernando São Paulo (Bahia), Ruy Almeida, Antônio Chediak, Professor João Luís de Campos, e outros.

Contamos também com a colaboração de alguns cientistas e entre eles o Dr. Paulo Sá, que nos enviou numerosos termos de metrologia, e de eletricidade, e o Dr. Lúcio de Castro Soares que regularizou a terminação dos termos de mineralogia, consoante disposições aprovadas pelos Departamentos técnicos.

A todos os ilustres brasileiros consultados, deve a Academia Brasileira de Letras mostrar-se sinceramente agradecida pela eficiência e desinteresse com que atenderam patrioticamente ao nosso apelo.

Hoje possuímos a norma, a diretriz, o modo seguro de nos dirigirmos conseqüentemente no terreno da questão ortográfica. Desfez-se a enorme confusão que tão desastrosamente reinava e trazia as mais sérias dificuldades ao ensino da língua escrita. Essas dificuldades não existiam só nas escolas, também se faziam sentir nas redações dos jornais, nas repartições públicas, nas empresas particulares, e até entre os escritores de profissão que conheciam a matéria. As Instruções aprovadas pelas duas Academias, a do Brasil e a de Lisboa e também pelos dois Governos, brasileiro e português, pela Convenção de 29 de Dezembro cor-

Aproveito o ensejo para sugerir a V. Excia. que julgo haver suma conveniência em que a irritante e crônica pendência ortográfica seja, quanto antes e de modo definitivo, solucionada inteiramente de acordo com a indicação, luminosa e insofismável, feita à Academia pelo Exmo. Sr. Ministro Gustavo Capanema, por ocasião da visita de S. Ex. à douta Corporação para tratar do momentoso assunto, isto é, no sentido da mais absoluta uniformidade ortográfica entre o Brasil e Portugal. O idioma dos dois países irmãos na essência é o mesmo. As leves e inevitáveis oscilações prosódicas que possam haver entre as duas Repúblicas ou mais exatamente entre diferentes regiões de cada uma delas não exigem diversidade gráfica: nada obsta a que a um conjunto de símbolos escritos seja dada uma interpretação oral acidentalmente divergente. Por outra parte, são tantas as vantagens de rigorosa uniformidade gráfica, que qualquer outra solução se me afigura precária e efêmera.

Prevaleço-me do ensejo para augurar a V. Ex. a glória de resolver o delicado problema e tenho a honra de subscrever-me, com elevada consideração.

De V. Ex. admirador sincero

(a) A. Magne».

rente, representa a solução prática e definitiva do problema que há muito permanecia em suspenso e dava impressão de insolúvel. Para levar avante os seus propósitos contamos com a prestimosa colaboração do eminente brasileiro Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e das suas modelares oficinas gráficas e também com os préstimos do ilustre Sr. Dr. Rúbens Porto, competente e operoso diretor da Imprensa Nacional que facilitou a nossa obra fornecendo inúmeras coleções de provas e por fim, apresentando cuidadosamente a aprimorada edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os trabalhos para a elaboração da excelsa obra ficaram a cargo da Academia, a qual terminada a urgente tarefa entregou desinteressadamente os originais das Instruções e do Vocabulário ao Governo da República, através da Imprensa Nacional para oportuna exploração comercial".



A Academia Brasileira de Filologia quis manifestar à personalidade de José Carlos de Macedo Soares o seu alto grau de apreço. Por duas vezes o titulou como seu membro; uma delas na categoria de benemérito, outra na de sócio efetivo. A primeira se deu quando ainda na sua fase inicial, recebeu do ilustre brasileiro uma dádiva prestimosa. A segunda quando foi a vez de preencher a vaga de Afrânio Peixoto na cadeira que traz o nome altíssimo de Antônio Vieira.(22)

(22) Relação de patronos e membros da Academia Brasileira de Filologia:

José de Anchieta	— Augusto Magne
Antônio Vieira	— J. C. Macedo Soares
A. Moraes e Silva	— Antenor Nascentes
Sotero dos Reis	— Ernesto Faria
F. A. Varnhagen	— Mário Pena da Rocha
A. Gonçalves Dias	— Renato Almeida
Baptista Caetano	— Vitório Bergo
Couto de Magalhães	— Adauto Fernandes
Heráclito Graça	— Júlio Nogueira
Manuel de Mello	— C. H. Rocha Lima
J. A. Macedo Soares	— Jonas Corrêa
Carneiro Ribeiro	— João Guimarães
Franco de Sá	— J. Matoso Câmara
Visconde de Taunay	— Beni de Carvalho
Júlio Ribeiro	— Ismael Coutinho
Pacheco Júnior	— Serafim Silva Neto (falecido)
Ramiz Galvão	— Gladstone Chaves de Melo
Carlos de Laet	— Ragy Basile
Ruy Barbosa	— L. F. Vieira Souto
Sylvio Romero	— Nelson Romero

Do discurso com que o saudoso filólogo, Jaques Raimundo o saudou, ao recebê-lo no dia 18 de Novembro de 1950, se apreende quanto a entrada de J. C. Macedo Soares naquela casa foi apreciada. "A primeira vez vos aclamou e a segunda vos elegeu, "eleito por unanimidade" vale dizer por aclamação". E acrescenta: "Decisão consciente para encahecimento da própria Academia". "A vossa experiência, a vossa orientação de há muito se cobiçava, reconhecida, por necessária ou indispensável". "O historiador e o geógrafo nunca será demazia, em casa de filólogo"(23).

Não era bom que ficasse fora da Academia quem assim era capaz de ajudá-la no terreno da sua especialização tão relacionado com o da língua a história e a geografia.

As línguas têm uma história intrínseca e outra extrínseca. Esta está ligada à sorte do povo que a usa como patrimônio da sua nacionalidade. Quantas questões de território, fronteira e diplomacia não estão aqui envolvidas. A defesa de um povo começa na defesa da própria língua.(24)

O historiador e o geógrafo são colaboradores nos estudos da língua quanto à sua historicidade. Foi o que afirmou alto e bom som Jaques Raymundo. "É imprescindível a presença assídua de um e de outro numa Academia em que se ventitam, se apercebem, se amiudam problemas de filologia." Se, no estudo

Silva Ramos
Capistrano de Abreu
Fausto Barreto
Deodoro Sampaio
Hemetério dos Santos
Maximino Maciel
Paulino de Brito
J. Ventura Boscoli
João Ribeiro
Cândido Jucá
Carlos Portocarrero
Solidônio Leite
Eduardo Carlos Pereira
Alberto Faria
Amadeu Amaral
Laudelino Freire
Mendes de Aguiar
Mário Barreto
José Albano
Estevão Cruz

— Souza da Silveira
— Jesus Belo Galvão
— Antônio Chediak
— Wandick Londres Nóbrega
— Modesto de Abreu
— Jarbas Aragão
— Aurelio Buarque de Holanda
— David Perez
— Jenito Brandão
— Cândido Jucá Filho
— Oswaldo Serpa
— Celso Cunha
— Joaquim Ribeiro
— Silvio Elia
— Clóvis Monteiro
— Artur A. Torres
— Alcides Fonseca
— Augusto Meyer
— Silvio Júlio
— Altamarino Neves Pereira

(23) Jaques Raimundo. Discurso na Academia de Filologia, publicado no Jornal do Comércio de 29 de Novembro de 1950.

(24) Serafim da Silva Neto, Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa, pág. 11. «A língua é o veículo da unidade nacional. A desnacionalização de um povo começa pelas infiltrações estrangeiras na própria língua.»

destes problemas, o campo do historiador é diferente daquele dos filólogos, há um terreno onde os dois estudiosos se aproximam e fazem causa comum, é o que diz respeito à fidelidade dos documentos que ambos examinam, cada qual a seu modo. Os dois querem que o documento seja autêntico e os examinam a rigor.

Esta afirmação que se ouviu na boca do filólogo é a mesma que se lê da pena do historiador.

Ao percorrer José Carlos de Macedo Soares, no Antilóquio de seu livro, a respeito dos cuidados que o historiador deve ter ao acercar-se das fontes da historiografia, menciona entre as ciências particulares com que se tem de haver, as seguintes: Geografia, Toponímia, Cartografia, Estatística, Diplomática, Paleografia, Epigrafia, Numismática, Esfragística (Das bulas, sinetes e selos) papirologia, missionologia, cronologia, arqueologia, sociologia, etnologia, hagiografia, patrologia, iconografia, heráldica, genealogia, musicologia, museologia, arquivística, bibliografia, e para melhor destaque arrolamos no fim a Filologia, que nas próprias palavras do autor "é a ciência pela qual se conhece o sentido exato dos textos".(25)

Há pois textualista da língua e textualista da história. Ambos aplicam o método científico para descobrir a veracidade dos textos para sobre estes edificarem o edifício cultural das suas especializações.

A filologia é uma ciência comum aos dois profissionais que lidam com documentos e textos.(26)

É o que está dito de maneira a mais clara pelo filólogo Jaques Raimundo. "Ainda que por seus objetos ou finalidade uma difere da outra, não cobrindo propriamente o campo de uma o campo da outra, não há como recusar que o método de uma coincide com o da outra, repontando sobremaneira no exame minudente dos documentos".

A geografia não tem menores relações com a língua, a linguagem, os dialetos, a literatura. A região é o cenário onde o homem se agita e portanto se comunica, se exprime, se faz entender ou desentender, por isso não está nunca alheia à língua que ela cria, usa e desenvolve. Por todas essas manifestações vitais a geografia se liga à filologia.

Das relações entre a ciência filológica e a historiografia na obra escrita de Macedo Soares, exemplos não faltam. Neste

(25) Macedo Soares «Fontes da História da Igreja Católica no Brasil» — págs. 10 e 11.

(26) J. C. de Macedo Soares, Loc. cit. pág. 24.

«A palavra documento derivada de docere, que quer dizer ensinar, é aqui empregada na acepção restrita, abrangendo apenas os escritos vulgarmente chamados textos».

ponto ele tem informações didáticas muito oportunas para os interessados nestes estudos.

Para vencer dificuldades que o historiador encontra no entender certos vocábulos obsoletos em que se acha escrita a história religiosa, política, de épocas remotas, há que recorrer a dicionários da antiga linguagem portuguesa. As dificuldades são de ordem semântica e morfológica, o historiador se não tiver um vocabulário especial, não se desembaraçará no intrincado desse linguajar.

Eis algumas indicações bibliográficas capazes de conter a chave desses enigmas da linguagem portuguesa inusitada.(27)

Outro tanto se dirá dos seus trabalhos quanto às relações da filologia com a geografia. Os exemplos são de nomenclatura geográfica, sinonímia, toponímia e indicações bibliográficas.(28)

- (27) Vocabulário Português e Latino do P. Rafael Bluteau, publicado em Coimbra no começo do século XVIII (1712, 1721) com dois suplementos aparecidos em 1727, 1728.
- Elucidário das palavras, termos, frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje se ignoram, de Joaquim de Santa Rosa Viterbo. Lisboa, tomo I em 1798, tomo II em 1799, com nova revisão, Lisboa, 1865.
- Dicionário da antiga linguagem portuguesa, de H. Brunswick, 1910.
- Dom Frei Caetano de Bem, 1792, através do Bulário Cassinense, Tomo II contendo um Vocabulário de semelhantes vozes, muito digno de ser apreciado por filólogos — Das Memórias Históricas, Cronológicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na Índia Oriental, Lisboa, 1792.
- Glossário de Charles Du-Fresne, Senhor da Cange, volume de Esfragística.
- (28) Exemplo de nomenclatura geográfica e sinonímia variando conforme a região em que se encontra o acidente: «A origem dos cursos de água que pode ser chamado pelos termos: cabaceira, fonte, vertente, mina, lacrimal, minadouro, nascente, sumadeiro, manancial. Outro exemplo se tem na palavra sambaqui, nome dado pelos indígenas aos montículos de conchas e mariscos ajuntados, localizados, ao longo da Costa, à margem dos rios e até em sítios mais afastados do interior: sambaquis marinhos, fluviais e centrais. São chamados também casqueiros, ostreira, concheiras, e caieiras no sul do Brasil, e cernambis ou minas cernambis no norte do país.
- Exemplos de indicações bibliográficas
- Fortunato de Almeida, *Nomenclatura geográfica e subsídios para a restauração da toponímia em língua portuguesa*; publicação da Universidade de Coimbra, 1908.
- Waldemar Paranhos de Mendonça. *A Toponímia Brasileira* — (Revista) Municipal Eng. XIX. 1952.
- Salvador Moya, *Anuário genealógico brasileiro, relação de nomes antigos de localidades brasileiras, com os seus nomes atuais*. Vol. X: 948 e localidades atuais do Brasil, com os nomes que tinham antigamente, Vol. VIII, 1946.
- J. Sá Nunes — *Toponímia brasileira*, em *Revista Brasileira de Geografia* n.º 1, 1951.
- Bernardino José de Souza, *Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil*, 1922.

A toponímia é o campo onde o falar português no Brasil mais colheu de empréstimo. Ele aconselha que o historiógrafo não despreze a consulta neste campo.

O *primum inter pares* da tupinologia brasileira, Teodoro Sampaio é altamente recomendado por Macedo Soares, por isso que a sua obra é universal, abrangendo: Vocabulário, gramática, topinímia e literatura. Foi bebendo nesta fonte que Macedo Soares formula este conceito histórico literário: "Quando o desbravamento dos sertões apenas começava e as expedições para o interior se sucediam, o tupi era a língua dominante, a língua da Colônia; todos a falavam ou a compreendiam. Parecia mesmo haver certa predileção por ela. Saudavam-se ao tempo dizendo: "Enicoema" equivalente a dizer: Bom Dia, e respondia o interlocutor repetindo a mesma saudação ou dizendo simplesmente: Yanem.

Ainda em consonância com esta assertiva segue-se esta outra pela qual o historiador informa da situação idiomática prevalente no Brasil de antanho.

"Realmente nos séculos XVI e XVII a grande massa da população era composta pelos indígenas. Os portugueses representavam minoria mesmo nas cidades do litoral. Era pois natural que o tupi-guarani fosse naqueles dois(29) primeiros séculos da existência do Brasil a língua falada entre nós. O gênio da raça lusitana garantiu, porém, a predominância da língua portuguesa."

Convocando os fatos em abono dessa assertiva histórico-filológica, trouxe Macedo Soares o papel que o teatro exerceu na catequese dos índios por intermédio de José de Anchieta, o fundador da arte de representação no Brasil.

"Não pudemos excluí-lo de nossas letras por não ter nascido no Brasil. Aqui ele chegou aos 20 anos de idade, permaneceu até a morte. Identificou-se com os gentios e para esses escreveu em seu próprio idioma. Seu estilo, sua linguagem, mesmo quando se exprimia em castelhano e português, traíam as influências sofridas pelas condições ambientais. Não podemos colocar José de Anchieta entre os escritores da Espanha e de Portugal. Seu verdadeiro lugar é nas letras do Brasil"(30).

Não diria melhor o mais moderno crítico literário a respeito do componente geografia e língua.(31)

Nas transcrições feitas encontra-se o espírito de que Macedo Soares se serviu sem nenhuma intenção de estabelecer a tese

(29) J. C. de Macedo Soares. Loc. cit. pg. 27.

(30) J. C. de Macedo Soares — Teatro Jesuítico, pág. 15.

(31) Eduardo Portela — Dimensões, I, pág. 95 «Geografia é verdade não apenas física, porém humana e lingüística.

das relações entre a língua e a geografia, ou a filologia e a historiografia, porque essas relações são naturais, elas se impõem como postulados da psicologia.

Ampliando-se ainda este modo de ver, é o que se pode apreender da lição que em 1958, proferiu na Academia Brasileira de Letras, na qual começa por dizer: "Há uma interligação entre a história, a crônica e a ficção. A crônica encontra-se entre a história e a ficção. Na crônica temos uma história mais viva, mais humana, mais palpitante, baseada não só nos fatos evidentemente comprovados e necessários à vida política dos povos, como também no que existe de fantástico e de legendário"(32).

A crônica foi o gênero literário mais cultivado no período colonial. Através dela exprimiram-se os primeiros escritores do Brasil. O fato de não haver cidades no sentido completo da atualidade, não se dirá que não se pode aplicar aos cronistas de antanho o que tão vividamente expressa Eduardo Portella a respeito do significado lingüístico da crônica(33).

"Nas letras brasileiras do período colonial há dois ramos distintos; o dos que repetiram o temário clássico, tentando transformar o Brasil num complemento da Europa, e o dos que lançaram a base para uma literatura nativista, tendo como paisagem e motivo o próprio Brasil em formação".

"Heróica foi a atuação dos cronistas brasileiros do século XVIII. Daí o que eles deixaram de vivo e de duradouro"(34)

A geografia, a história e a língua têm nos cronistas coloniais páginas com colorido, painéis e expressões de maior interesse para os estudos de uma Academia de Filologia. É o quanto se percebe disseminado, insinuado e não sistematizado nos trabalhos escritos de J. C. de Macedo Soares.

Foi tendo em vista, a figura dele como geógrafo e historiador, que Jaques Raimundo, na saudação que lhe fez em nome da Academia de Filologia, desenvolveu primorosamente em linguagem de artista que o foi, o saudoso vernaculista brasileiro.

"O historiador é um escritor, o narrador hábil e verídico, o pintor de uma época. A pincelada com segurança, o pormenor com exação, o matiz com propriedade, reproduzem um período

(32) J. C. de Macedo Soares, Aula no Curso de Historiografia da Academia Brasileira de Letras, 1958. Rev. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro — Vol. 241 — Out. Dez. 1958, pág. 4 e 6.

(33) Eduardo Portella, Loc. cit., pág. 108 — «Porque a língua da crônica é a língua da cidade. E a língua da cidade ou das cidades, é a que mais se aproxima do que se quer que seja a língua brasileira. Muito mais do que a língua do interior, em certas regiões ainda num estágio primitivo, agarradas a formas arcaizantes, é a língua da cidade a língua brasileira. E a língua da cidade é dinâmica, é movimento, é a própria vida da cidade».

(34) J. C. de Macedo Soares. Curso de Historiografia pág. 14.

ou fase, assinalam atitude, retratam homens, afirmam fatos, tudo com fidelidade que os fazem como atuais. O geógrafo acorre com um subsídio múltiplo à visão de conjunto do palco dos acontecimentos, todo o cortejo de minúcias que caracterizam o ambiente. Apresenta o meio em que se movimenta o homem, tudo o que o rodeia, os recursos de que dispõe, as misérias que o afligem e o perseguem. Tais elementos não podem faltar por necessários e oportunos como auxílio de importância relativo ou absoluto, conforme as contingências.”(35)

Procuramos ao *a priori* destes conceitos dar confirmação deles na rápida pesquisa que procedemos através de alguns trabalhos de Macedo Soares. O campo é vasto, mas as nossas intenções são breves, apenas o esboço de um quadro que o lustre filólogo não teve tempo de gravar com exemplos tirados da obra do seu afilhado.

O paraninfo não falou, ficou-se a ouvir o que o seu paraninfo tinha a dizer a respeito do modo por que, entende, compreende e pratica, através da pena ou da palavra, a própria língua. Falando Macedo Soares, no discurso de posse, da personalidade de Afrânio Peixoto, bordou a respeito deste saudoso escritor uma concepção muito viva sobre a língua em que falou e escreveu Afrânio.

Estava então o orador, ressalvadas as diferenças de personalidade, dizendo como ele próprio se utiliza da língua para compor as suas elocubrações. Aqui se encontra aquilo que o filólogo afirma: o estilo tem uma parte comum a grupo de pessoas e uma contribuição própria.(36)

“A nossa língua como tudo no universo está sujeita ao eterno movimento das coisas. Não pode fugir à lei da evolução. Não pode estagnar no passado. Tem que acompanhar a marcha da história. Cresce, desenvolve-se e transforma-se. “Ninguém compreendeu melhor do que Afrânio Peixoto que a estética é a alma da língua e um dos fatores principais para torná-la mais sensível e mais rica, mais elástica e mais clara, mais sonora e mais precisa. Para Afrânio Peixoto, filologia é ciência e gramática é a arte desta ciência, da linguagem, portanto a arte de ensinar a falar e a escrever”.

Diz que a admiração de Afrânio Peixoto pela língua não pecava pelo sectarismo. “Jamais se deixou conduzir pelo exagero, não se prendeu às fórmulas envelhecidas, caducas, des-

(35) Jaques Raimundo, Discurso de recepção na Academia de Filologia, 1950.

(36) Serafim da Silva Neto. Introdução ao estudo da filologia, pág. 164. «O estilo é o uso pessoal, individual da língua. Em tal sentido cada pessoa tem um estilo, o que apresenta numerosos traços comuns às pessoas do mesmo grupo social ou regional».

gastadas. Sabia distinguir o vivo do morto. Reagia contra tudo que tendesse a cingir o espírito criador. Acima de tudo colocava a expressão do pensamento com todo o seu poder, de inovação. Defendia a maneira brasileira de falar e escrever. Não admitia que os escritores brasileiros permanecessem formalmente acorrentados à determinadas exigências que só artificialmente eram seguidas e respeitadas. Daí a severidade com que várias vezes condenou o excesso de purismo e de lusitanismo que sobressai entre nós a ponto de afirmar que é grande erro discutir a gramática portuguesa em vez do mérito nacional das nossas obras literárias”.

“A noção de Afrânio Peixoto sobre o modo de cultivar a língua portuguesa é ampla, arejada, digna de respeito científico. Não havia nele nenhum resquício do purista intragável, de que fala Fradique Mendes.”

“Ele via a língua com todo o seu tesouro do passado, todos os recursos do presente e todas as possibilidades do futuro.” (37)



O aplaudido no momento não era só o homem público que se ocupou do idioma pátrio, oferecendo ao povo um instrumento de trabalho — O Vocabulário Ortográfico; nem o político que dentro da política nacional, deu ao que Júlio Dantas chama política da língua, especial atenção; (38) nem tão pouco o historiador e geógrafo cujos trabalhos mostram as relações destas ciências com a filologia; era aplaudido, por igual, o membro da Academia Brasileira de Letras, émulo de Mecenas, promulgador de dois cursos de divulgação literária, o Curso de Camões e o Curso de Gonçalves Dias. Em certo momento Macedo Soares foi presidente das quatro mais ilustres associações culturais brasileiras: Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Brasileira Geográfica e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Por meio de alguns excertos tirados dos discursos, conferências, ensaios biográficos e livros de Macedo Soares, podemos caracterizar as tendências da sua mentalidade.

Sendo Macedo Soares o homem de ação que todos admiramos, refletir-se-ia no seu estilo este traço da sua personalidade?

Estes dois termos da equação — estilo e ação — usado ul-

(37) José Carlos de Macedo Soares, Discurso de recepção na Academia Brasileira de Filologia.

(38) Júlio Dantas, citado por João Neves da Fontoura, Discurso na Sessão da Academia de Lisboa, em 27-11-1943.

timamente por Hernani Cidade com referência à personalidade de Antônio Vieira, poder-se-ia aplicar-lhe?

De forma alguma apraz-nos forçar a natureza, aproximar os contrários, no espaço e no tempo; o que queremos é trazer à baila o método de pesquisa do Mestre de Lisboa, que nos pareceu muito lógico.

Relatemos, em um período, tudo o que no trabalho de Hernani Cidade se encontra disseminado por tantos períodos da sua erudita dissertação.⁽³⁹⁾ Clareza, vigor, rapidez de movimento, martelamento das anáforas (para renovar o golpe emotivo), impressões da realidade circunstante, concreta (para mover os que o escutaram), e ainda: frases curtas (de comando e sacudidelas da vontade), alegoria naturalista, analogia bíblica, alegoria formada de elementos do ambiente (onde vivia o auditório), e adjetivos abertos.

Macedo Soares é um escritor de estilo claro, amante da ordem direta; as suas analogias são bebidas ora no mundo social, ora na história. Senhor da arte de extrair da alma humana ou das coisas o traço equivalente, agudo, típico; verdadeira arte de perspicácia. Nada com força; tudo com arte. O vigor que o filólogo aponta para o estilista de ação, não está ausente, está presente, embora pareça que não, porque não força. Prefere insinuar a exigir. O seu amor pelo concreto é patente na preferência dos assuntos: homens, fatos e acontecimentos. Tudo que serve para exemplificar uma proposição mais própria de comprovação do que de divagação.

A precisão da sua frase curta em voz direta é outro caráter do seu modo de falar e de escrever. Quando alude a um traço pessoal do que lhe ocupa a atenção, vai certo ao ponto nuclear da pessoa. Os seus trabalhos estão repletos dessa sua qualidade estilística. A frase diz com a pessoa, com o momento e com a realidade de um modo todo natural. A mobilidade do seu estilo é igual a que traz no seu físico. É um homem que anda depressa, parece que vai atrás de uma realização. Os seus trabalhos literários não ficam patinando no batente de uma erudição, verdadeira ou aparente, a fim de alongar o folego; de modo nenhum; eles vão céleres do prólogo ao epílogo. Se não há necessidade, não alonga. Seu prazer da inteligência é realizar. Seria um existencialista se não fosse um crente que sobre o orgulho da razão, coloca a simplicidade do coração. As figuras de linguagem são parcas. Uma vez ou outra uma metanímia ou uma antífrase ou contraste. Para que? ele não gosta de repetir. Diz e aguarda a resposta que pode ser negativa, mas pode também

(39) Hernani Cidade, P. Antônio Vieira, o estilo do Homem de ação, IV Colóquio Luso-Brasileiro, Bahia, 1959.

ser positiva. Desta espécie talvez seja a maioria delas, em qualquer campo da sua ação. A ornamentação da frase nos seus trabalhos é quase toda funcional, quase nada sensual, como julga Hernani Cidade ter acontecido com Vieira. Este até na sua concepção do barroco deixa ver que o ornamento parece servir melhor para a visão do que para agradar a vista.

Em face deste quadro preconcebido, que podemos colher, ao cotejar alguns "excertos macedianos" com o que está nele estipulado? Patente não é; esboçado pode ser. Uma variante talvez, do gênero. As diferenças temperamentais, as de educação e de época, são incomensuráveis. É justamente o afastamento entre ambos o que faz a atração da pesquisa. O pesquisador, porém, há de ser outro.

Mais fácil e talvez mais útil, no caso, será colocar estes belos excertos diante das interrogações formuladas pelo filólogo alemão A. Fuchs,⁽⁴⁰⁾ e sentir como eles atendem às exigências de uma moderna análise literária.

EXCERTOS

I

Sobre Antônio Vieira

"Tudo leva a crer que Vieira desde o berço trazia as qualidades excepcionais que o imortalizariam no púlpito e na epistolografia. Ao contrário do que diz a lenda precocemente se revelou o seu talento. Encontramos a confirmação desta afirmativa nas revelações do Padre André de Barros S.J., o melhor biógrafo de Vieira no século passado. Certa vez, em Lisboa, um Cônego encontrou uma criança no adro da Sé Metropolitana. Essa criança era Antônio Vieira. Preocupado com vê-la sozinha o Cônego interrogou-a: "De quem sois, meu menino?" O menino respondeu: "Sou de Vossa Mercê pois me chamou seu". Esta resposta já mostra a agilidade intelectual e a inclinação para o jogo de palavras, características principais do grande pregador. Vieira tinha então menos de 8 anos de idade, ainda se achava em Portugal. Estava longe de se dedicar à vida eclesiástica e de suplicar à Virgem o dom da inteligência. A inteligência como

(40) A. Fuchs, apud Joaquim Mattoso Câmara Júnior, *Fatos Gramaticais*, pág. 31. «Qual a natureza exata da língua de um texto? Qual o seu poder de emoção? Quais são os seus meios de expressão? Dirigem-se essencialmente à inteligência? Apela mais essencialmente para a vontade, estimulando-a, impulsionando-a? Ou antes, são de caráter lírico? Em que medida emocional estão influenciando nosso sentimento e nos convidam às divagações e meditações prolongadas que vivem de si mesmas?

se vê, ele já a possuía de fato, antes do “estalo” da lenda. (Do discurso da Academia Brasileira de Filologia).

Trecho modelo de penetração psicológica: num episódio juvenil ter a revelação da qualidade máxima de um homem de gênio.

II

Sobre Afrânio Peixoto

O quadro fixado por Macedo Soares é o final da existência do grande romancista e mestre da Medicina Legal. “Conta Leonídio Ribeiro em seu excelente estudo sobre Afrânio Peixoto que o emérito escritor, mesmo nas proximidades da morte, jamais perdeu a lucidez do espírito. Conservou até o fim o bom humor que sempre o acompanhou no curso da sua vida. Certa vez, segurando o médico pelo braço, falou-lhe serenamente: “Diga lá fora aos que perguntarem por mim, que seu mestre Afrânio está morrendo, mas sorrindo”. E acrescentou irônica-mente, zombando de si próprio “mas este sorriso, como quase todos os sorrisos é fingido” (Do discurso da Academia Brasileira de Filologia).

Para refletir a alma de Afrânio Peixoto, melhor episódio não podia ter sido escolhido nem ser melhor estilizado. É simples, natural e comovente.

III

Sobre Tirso de Molina

“Não é portanto surpreendente, senhores acadêmicos, que aqui estejamos para comemorar o terceiro centenário da morte de Tirso de Molina. A Academia Brasileira não podia consentir que passasse despercebida esta data tão significativa para as letras universais. Tirso de Molina pertence à mesma família de Shakespeare, de Cervantes, de Camões, de Molière, de Goethe, de Hugo, de Ibsen, isto é dos grandes criadores de símbolos que possuem o dom de transformar a ficção em realidade e a realidade em ficção. Dom Gil de Calças Verdes, La prudencia em la mujer, El condenado por desconfiado, La Santa Joana, El Aquiles, La Dama de Olivar, La Celosa de Si mesma, Ventura te de Dios hijo, Martha la Piedosa, Pruebas de Amor e amistad, Los Amantes de Teruel, mostram magnificamente a opulência criadora do gênio inconfundível de Tirso de Molina. A crítica espanhola é a primeira a reconhecer que, conquanto inferior em fecundidade a Lopes de la Vega, e em profundidade a Calderon

de la Barca, Tirso de Molina excede aos dois em conhecimento das paixões humanas, sobretudo da alma feminina. Possuindo o dom da observação e da análise, ninguém o supera no terreno da intuição psicológica. Tirso de Molina versejava com muita facilidade, manejava a língua admiravelmente, criando palavras, que enriqueciam o dicionário; os diálogos de seus personagens são modelos de vivacidade e de malícia e os levavam a graciosas situações cômicas" (Da Conferência sobre Tirso de Molina na Academia Brasileira de Letras).

Trecho muito informativo a respeito da contribuição do genial espanhol para riqueza do seu idioma e para a psicologia universal com a criação de figuras como Don Juan e outras que tanto enriquecem o teatro castelhano.

IV

Sobre Dona Leonor de Lencastre

"O destino reservou à rainha Dona Leonor sofrimento em todos os quadrantes. Noiva aos treze anos de um primo, só "teve casa" como se dizia na época aos quinze anos. Realizara a princesinha o mais lindo sonho de uma infanta de Portugal: casava com o herdeiro do trono, um dos mais belos rapazes do seu tempo". Do (Discurso saudando os Provedores das Santas Casas Portuguesas, de Lisboa, Porto e Goa).

Trecho de grande delicadeza sentimental ao qual o estilo gentil em que foi escrito, veio a servir com primor. Foi escolhido também por causa do registro da bonita locução verbal, em desuso, "ter casa".

V

Sobre José Bonifácio

"Foi José Bonifácio um grande professor, e em todos os seus trabalhos nota-se sempre as qualidades mais apreciadas no mestre: o conhecimento perfeito do assunto, a clareza na expressão e o domínio absoluto da língua, na frase do Acadêmico Joaquim Leitão "dispondo de grandes bens vocabulares que cuidadosamente empregava com pura sintaxe".

Do (Discurso na Academia de Ciências Econômicas)

A preferência pelo texto tem em vista o pormenor relativamente aos grandes conhecimentos que do idioma tinha o Patriarca. Os seus dons pessoais são enumerados por Macedo Soares em um período com girândola de adjetivos ascensionais: "poeta exímio, historiador probo, professor insigne, cientista

ilustre, diplomata atilado, magistrado íntegro, valente militar, estadista de vistas largas, político patriota e parlamentar eminente”.

VI

Sobre os Machados de Oliveira

Os “José Joaquim Machado d’Oliveira, Brasília Augusto Machado d’Oliveira, e José de Alcântara Machado de Oliveira, constituem as ramagens, as flores e os frutos de uma árvore frondosa que eternamente resistirá à ação destruidora do tempo. As obras que deixaram no campo da História e das Letras, serão sempre lidas e relidas pelas novas gerações. Eles não se contentaram com o trabalho teórico. Não permaneceram nas divagações literárias, atuaram nas ruas e nas assembléias públicas, participando vivamente na vida pública e social de seu tempo. Foram igualmente homens de idéa e de ação, ou melhor, puseram sempre os princípios a serviço das obras que se prontificaram a realizar. Todos três estão integrados na história do Brasil. A pátria deram sempre o que neles havia de melhor. Do (Discurso na Academia Paulista de Letras).

Este trecho, bem escrito, não seria um espelho a refletir a fisionomia de alguém que não é Machado de Oliveira, mas é paulista, historiador, escritor e homem de ação?

VII

“O literato põe tesouros de ternura na vestimenta de suas idéias. O vocábulo sorri, chora, vibra, afrouxa, dilui-se: o autor descobre-lhe relações sonoras e simbólicas com o mistério da Criação nos seus aspectos multiformes. A paleta do poeta encerra a multidão policromática dos vocábulos. Vitor Hugo entesourava palavras como o usurário acumula moedas cantantes e lúcidas. Suas descrições mais poderosamente emotivas, fizeram-se com a abundância das tecnologias profissionais: nos Trabalhadores do Mar a narrativa do naufrágio de La Durande, — é composta de termos náuticos, pesquisados nos manuais de aparelho dos navios. Dir-se-á que os poetas procuram na abundância do vocabulário o sortimento de sonoridade de que carecem o ritmo e a rima da sua arte. Mas a verdade é que a meticulosa pontualidade da expressão persegue o homem que se manifesta ao público, falando ou escrevendo. Melhor ainda. A propriedade da linguagem é o melhor instrumento da clareza e do raciocínio; faz parte das profissões e impõe-se até aos que

na mais baixa camada da sociedade precisam de explicar, fixar, distinguir o mais ligeiro fato da natureza relativo às preocupações do seu estado. Um sábio sueco, que na região do Panamá observou longamente a tribo dos Cunas refere que no seu vocabulário selvagem figuram nada menos de quatorze verbos para exprimir os 14 movimentos de cabeça do Caimão. Não pode haver maior escrúpulo na exatidão da linguagem”.

Do (Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras)
Dir-se-ia um filólogo ensinando a sua ciência.(41)

VIII

Sobre Santo Antônio autor da Imitação de Cristo

“Monsenhor Pedro Puyol, um dos mais conhecidos estudiosos da Imitação de Cristo, na edição que nos deu em 1886, indica magistralmente a homofonia — repetição de sons, existentes no maravilhoso livro. A rima é a homofonia da última ou das duas últimas sílabas de palavras igualmente acentuadas. É considerada rima rica quando afeta duas sílabas (lacrimosa, dolorosa) e rima pobre quando afeta apenas a última sílaba (estar e turbar). A assonância é a homofonia da última ou das duas últimas vogais finais em palavras igualmente acentuadas; (atual e eternal): A consonância é rima de assonância rudimentar. Em todas as línguas, a rima e o acento constituem a base da versificação.

O autor da Imitação de Cristo não escreveu em versos, mas fez em prosa homofônica, usando muitas vezes da rima, outras da assonância, ou então da consonância. A homofonia era uso freqüente nas literaturas, grega e romana.

Entre os estudos de profundidade da Imitação, existem os Dicionários de suas palavras como o de Erhard, continuado pelo Abade Wandelaicourt, e o “Lexique Philologique) de Mons. Puyol; além de vários estudos sobre a pontuação do livro, sabido é que, na Idade Média, a pontuação regravava a pronúncia e a respiração, quando modernamente ela serve para esclarecer o sentido da frase”.

As alunas diplomadas, da Escola Normal e do Curso de Secretariado do Externato São José, receberam, naquele momento, esta esplêndida lição de cultura filológica do Paraninfo.

(41) Serafim da Silva Neto, Loc. cit., pág. 15. «O filólogo há que empreender excursões de estudo, há que pesquisar os objetos da cultura material, há que estudar as mais variadas profissões, para lhes penetrar a essência dos termos técnicos».

IX

“Si, porém, os fados infelizes nos abandonarem na selva dos governos de violência e de brutalidade, os paulistas podem contar que eu me desempenharei do meu compromisso. Neste caso não há deveres que superem o meu dever de paulista. O Brasil é muito vasto, pequena a nossa lareira. Cada um de nós que no nosso canto sonhe com amor, na terra natal, está cumprindo um dever de patriotismo, cuja flama acabará por aquecer o país inteiro. Embaixador do Brasil serei enquanto São Paulo tiver no coração brasileiro, o lugar que lhe cabe por sua brasilidade, por seu amor ao trabalho, por sua dedicação ilimitada à causa nacional, por seus gloriosos serviços à civilização, à riqueza, à felicidade da Pátria. Quando, porém, nos enjeitarem, saberei ser o Embaixador da dignidade paulista, ante a consciência nacional. Saberei ser o Embaixador dos paulistas ofendidos; com eles solidário na reivindicação dos seus direitos, firme nas reações da sua dignidade”.

Do (Discurso agradecendo a homenagem da Sociedade de São Paulo, em 26-4-1931).

Trecho muito bem estilizado atingindo o máximo de expressão, com vigor e movimento, acompanhando a emoção pessoal e peculiar do orador e a projeção dela no ambiente. Foi ele trazido como prova de quanto o estilo depende da emoção; é do seu jogo que a obra literária se nutre e se apresenta como matéria estética.(42).

“As árvores que sonhamos de plantar vieram da antiga terra latina onde desde os tempos mais remotos simbolizaram a glória. Suponho que à perenidade de sua folhagem, ao seu lenho precioso, ao perfume de seus óleos, deve essa planta o haver sido dedicada a Apolo. Coroas tecidas com os seus ramos cingiram desde épocas imemorais a fronte dos vencedores olímpicos, dos heróis e mártires das guerras e dos expoentes da arte que a própria consagração popular elevava ao convívio dos deuses.

Felizmente este bosque do “*Laurus nobilis*” que breve vicejará nos jardins da Academia, não terá de fornecer ao nosso

(42) J. Mattoso Câmara Júnior. Loc. cit. pág. 90.

«Estilo stricto sensu, por um lado é uma concentração de emoção peculiar e pessoal; por outro uma projeção cabal desta emoção na coisa criada».

extenso país os "bacca laurea" que na Idade Média consagravam o final do curso humanista. Na bacharelomania que ora nos aflige, careceríamos de milagrosa floresta de loureiros para servir à incomensurável multidão de candidatos. Os loureiros que religiosamente transportamos do Lácio à gleba de tão legítima brasilidade desta nobre Casa, já pronto, se cobrirão de viço e de beleza para produzir as coroas destinadas à consagração das autênticas glórias acadêmicas" (Do discurso proferido na Academia Brasileira de Letras por ocasião da oferta de loureiros latinos ao Petit Trianon).

Trecho de grande elevação espiritual, traduzida em uma linguagem culta, bela e apropriada ao local e ao tema, transparecendo ironia e modéstia.

X I

Discursos Universitários

"Entretanto, tudo que passa não passa inteiramente. Deixa sempre um pouco de si no presente. Isto é fundamental para conhecermos o destino do homem e da sociedade, para termos a visão exata de todas as coisas, no conjunto e no pormenor, no geral e no particular, no que elas têm de absoluto e de relativo, de transcendental e de transitório".

(Na Universidade de São Paulo)

Para uma Universidade nova, ciosa do seu futuro, rica material e espiritualmente, o pensamento que este trecho verte é muito bem lançado à assimilação do auditório. A circunstância de ser recentemente criada aquela Casa de ensino, a antonímia usada pelo orador, não era figura de linguagem, era propósito psicológico com o fito de dar à Universidade a função de conservar o espírito de tradição que é um traço característico de todo povo.

"O Brasil cada dia que passa, firma a sua individualidade dentro do mundo atual, como um país cujo povo confia plenamente em si próprio e conhece o destino que lhe cabe, não só na América, como em relação aos demais continentes.

A realidade verdadeira é que estamos no verdadeiro caminho, e que o Brasil possui, hoje em dia, uma profunda consciência nacional que tanto contribui para o aproveitamento de suas próprias riquezas e o vertiginoso desenvolvimento que se verifica em todas as áreas da atividade cultural, econômica e social.

O desenvolvimento material do Brasil corresponde plenamente ao desenvolvimento intelectual, como tendes a prova direta dentro desta Universidade. Não é só o Brasil, que vive

uma fase de renovação histórica e social. É o mundo de hoje que já não cabe dentro do invólucro obsoleto das concepções do passado”.

“Fala-se muito na “crise” de nosso tempo. Mas a “crise” tanto pode ser negativa como pode ser positiva. A crise é um instante de conflito, como consequência de um choque de forças antagônicas. O importante é resolvê-la adequadamente, de acordo com a marcha progressiva da história”.

(Na Universidade do Rio de Janeiro)

Para uma instituição que não é recente, o tema do momento atual tinha predicado como nenhum outro. Ele foi ferido por Macedo Soares de uma maneira sintética, concretizado num rítmico popular ao qual foi dada pelo orador, uma justificação científica.

XII

Discursos Panamericanos

“Mas não é só a Rodó que nos acostumamos a apreciar. É também a Carlos Reyles, um dos mestres da prosa, cujo “Feitiço de Sevilha” o coloca entre as figuras mais notáveis do romance moderno.

Não me esquecerei de referir-me a Júlio Herrera y Ressig, a Eugênia Vaz Ferreira, a Juana de Ibarburou, a Xavier Viana, a Manuel Ballesteros. Quero porém, deter-me um pouco mais na personalidade e na obra de um Juan Zorrilla y San Martín e de um Florêncio Sanchez.

Em Tabaré de Zorrilla, como disse Renan, tem o Uruguai a sua epopéia nacional. Seu autor está para a América do Sul como Longfellow para a América do Norte. É a grande voz do rio e da planície”.

(Na Academia de Letras do Uruguai)

Trecho transbordante de simpatia pelo país plantino, no qual o orador, mais homem de letra que historiador, mais crítico do que diplomata destaca a figura de Zorrilla para enaltecer as glórias literárias do Uruguai. Trecho por nós preferido porque encerra mais um exemplo da influência que a geografia exerce sobre a alma do homem de letras. “Zorrilla é a grande voz do rio e da planície”.

“Menéndez y Pelayo declarou, certa vez, que o Chile era um país de historiadores e de juristas. Esta afirmativa serve para mostrar a importância, neste país, da atividade universitária. Os poetas, os romancistas, os teatrólogos não estão presos a nenhum terreno determinado. Podem surgir aqui e ali, espontaneamente, desde que possuam um temperamento artístico vigoroso e original. O mesmo já não se dá com os juristas

e os historiadores que são, em sua grande maioria, um produto das universidades, ou melhor, do estudo, especializado, ordenado e sistemático”.

(Pronunciado na sessão conjunta da Universidade do Chile, Academia de História e Academia da Língua).

Trecho de alta significação para quem falava diante de doutos pertencentes a uma Academia de História e Língua. Os ademanos do diplomata, condiziam com as insígnias universitárias de que se revestiam o orador. Por isso, comedimento, clareza e expressividade estão juntos no trecho escolhido.

“Não posso agora deixar de colocar meu pensamento em vossas origens, que remontam ao ano de 1551; nos estudos de Gramática instituídos por Jeronimo de Loyasa; na figura dominicana de Tomás de San Martin, despacha-o Felipe II em missão do mais alto interesse para o vosso país; na confirmação pontifícia de Pio V; e nos Cursos de Artes, Filosofia, Direito, Teologia, Cânones e Medicina, que então compendiam e condensavam o saber e os problemas do mundo do Renascimento e do Mundo dos Descobrimentos marítimos. Nesse *curriculum* também se incluía um curso de língua quichúa, porque reveláveis, desde então, uma invulgar e fecunda capacidade de unir o passado ao presente”.

(Na Universidade de São Marcos, de Lima).

A preferência pelo trecho está em que nele fala o historiador capaz de avaliar o valor que os peruanos dão a glória de ter sido o seu povo, na América Latina, o mais ilustre, capacitado já no século XVI, de fundar, como fator de la Conquista, um organismo de instrução superior que não cuidou apenas da língua forasteira, mas deu toda atenção, à língua dos nativos.

“O mundo, pouco a pouco, vai tomando uma fisionomia inteiramente nova de acordo com a revolução material e espiritual da ciência moderna. A ciência já não encontra obstáculo para desenvolver-se plenamente em todos os setores da especulação intelectual. Já não se choca, como antigamente, com os preconceitos religiosos e sociais.

Isto, evidentemente, constitui um grande passo para frente. Nós que aqui estamos reunidos, pela nossa tradição, pelo que sentimos, aprendemos e pensamos, temos uma obrigação conosco mesmos: a de lutar pela preservação da civilização cristã e da cultura latina.

Uma se encontra intimamente ligada à outra. E podemos dizer, confiantes em nosso futuro, porque sabemos que o futu-

ro nos pertence, que as jovens nações da América terão a desempenhar um grande papel nas próximas décadas deste século”.

(Na Universidade Central do Equador)

Trecho de grande sabedoria política, subentendendo a tradição religiosa do povo equatoriano e o perigo que ele como os demais povos, correm diante do Leviatã que a Ciência, como ciência, pode criar em desfavor da humanidade.

★

O Sr. José Carlos de Macedo Soares, pelo uso que fez e por serviço que prestou ao nosso idioma, é sem favor, capaz de conceder honra e glória à Academia Brasileira de Filologia.

REFERÊNCIAS

- Gladstrone Chaves de Melo — Indicação à Filologia Portuguesa, 2.^a edição, Livraria Acadêmica, 1957, Rio de Janeiro.
- Joaquim Mattoso Câmara Jr. — Dicionário de Fatos Gramaticais, Ministério da Educação, Casa de Ruy Barbosa, 1956.
- Serafim da Silva Neto — Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa, Livraria Acadêmica, 1956, Rio.
- Revista da Academia Paulista de Letras.
- Boletim da Academia de Ciências de Lisboa, Sessão da Classe de Letras, Março, 1943.
- Boletim da Academia de Ciências de Lisboa, Vols. XV, XVI, Julho, 1943.
- Revista da Academia Brasileira de Letras, Vol. 65.
- Jaques Raimundo — Discurso na Academia de Filologia em Jornal do Comércio — 19-XI-1950.
- José Carlos de Macedo Soares — Fontes da História da Igreja Católica no Brasil. Tese apresentada ao Congresso Interamericano de Historia y Arte Religiosos, Buenos Ayres, 1954. Tip. Edanée Ltda., São Paulo.
- José Carlos de Macedo Soares, Teatro Jesuítico, Aula do Curso de Teatro da Academia Brasileira de Letras, 1954. Tip. Edanée, São Paulo.
- Eduardo Portela, Dimensões I — Ed. Agir, 1959.
- José Carlos de Macedo Soares, Curso de Historiografia. Revista

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 241, Outubro a Dezembro, 1958.

José Carlos de Macedo Soares — Discursos Acadêmicos de Posse. Tipografia Edanée, São Paulo, 1951.

Júlio Dantas, Apud João Neves da Fontoura. Discurso na sessão solene da Academia de Lisboa, 27-XI-1943.

Hernani Cidade, Pe. Antônio Vieira, o estilo do homem de ação. IV Colóquio Luso-Brasileiro, Bahia, 1959.

José Carlos de Macedo Soares — Conceitos de Solidariedade Continental.

Ministério das Relações Exteriores — Secção de Publicações — 1959.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Economista, o industrial, o financista e o jornalista

João Mendes Neto

A economia e as finanças acompanham o cidadão como a sua própria sombra. Em todos os seus atos, surge sempre algo que serve de medida para aquilo que é bom, indiferente ou mau. O trabalho, o capital, a produção envolvem a vida do indivíduo como integrante de sua natureza, assinalando suas vitórias, suas derrotas, sua força, sua tranquilidade. Tal é a influência da economia que chegaram a dar-lhe o caráter distintivo de ciência da atividade humana. A medida exata e inapelável de toda essa atividade se reflete nas finanças, erigidas em ciência que trata da sua determinação, causas, extensão e ajuste.

No Brasil, desde o Império, a melhor compreensão dos fenômenos econômicos e financeiros é apanágio de alguns estadistas. Contudo, a maioria dos nossos homens públicos é levada a discutir tais assuntos, e a neles se especializar, por uma eventualidade passageira. Poucos são, realmente, técnicos; muitos doutrinam, refletindo teorias e aplicando conceitos de mestres da matéria, sem nenhuma apreciação objetiva. Desse estado de permanente experiência que tanto caracteriza a nossa vida financeira, indefesa e primitiva, o Brasil, dirigido mais pelas circunstâncias da economia mundial do que pelas suas próprias, nageva à deriva...

Economista e financista, mas professor na Escola de Comércio "Álvares Penteado", no início de sua vida, José Carlos de Macedo Soares sabe o valor do estudo e da técnica nesses assuntos. Ninguém pode fazer nada de grande ou glorioso, seguro ou permanente, sem aliar a prática a teoria, *sine uso et exercitatione*. Para ele, é imperioso o conhecimento das instituições financeiras e o estudo da economia e finanças, a fim de desempenhar-se, com discernimento, na vida pública e no mundo dos negócios. Homem de ação, nos cargos públicos que exerceu e nos empreendimentos que realizou, é sempre o organizador que procura estudar o assunto, baseando-se em pareceres técnicos, em dados estatísticos, em resultados da experiência. Nos seus planos de trabalho, procura a orientação especializada, a inteligência prática. Tal característica de sua personalidade é constante na sua vida ativa e fecunda.

José Carlos de Macedo Soares não se conforma com o empirismo econômico e a falta de iniciação científica que tanto vulgariza não só nosso homem de negócios, como principalmente, o nosso homem público. Em memorável conferência, pronunciada na Universidade de Minas Gerais, dizia ele:

"No Brasil, o estudo da Economia Política e Ciência das Finanças resume-se num curso perfuntório das Escolas de Direito e de Engenharia. Já podíamos ter uma Faculdade de Ciências Econômicas e Financeiras e o nosso Conselho Superior de Ensino já devia ter organizado um programa dos princípios elementares da ciência, nas escolas secundárias, técnicas, superiores, que bastasse, ao menos, para informar e esclarecer as classes intelectuais do país, no assunto que mais de perto interessa à organização e administração do Estado moderno.

Primeiro Diretor e professor de Faculdade de Ciência Econômica e Administrativa, iniciativa nova, mas hoje integrada na Universidade do Brasil.

"As questões financeiras e econômicas que nos assoberbam são tratadas exclusivamente no plano dos interesses políticos. Entretanto, os estadistas brasileiros mais esclarecidos nas ciências políticas são geralmente amadores nas questões técnicas das ciências econômicas e financeiras.

"De resto, só excepcionalmente, o homem de governo pode ser simultaneamente um técnico em questões financeiras, jurídicas, diplomáticas, pedagógicas e militares".

Fiel a esse ponto de vista, quando no exercício da Interventoria em São Paulo, trata logo, Macedo Soares de instalar a Faculdade de Ciências Econômicas, criada por Armando Salles de Oliveira, pelo Decreto-lei n.º 6.283, de 25 de Janeiro de 1934,

que instituiu a Universidade de São Paulo, dando àquele instituto o aparato necessário para o seu funcionamento e provendo suas cátedras com excelentes mestres. Aquele decreto estabeleceu três cursos fundamentais para aquela faculdade: a) economia e finanças; b) atividades bancárias; e c) comércio. Sente-se, atualmente, não só quando foi elaborada a Constituição Federal de 1946, como na moderna legislação orçamentária e fiscal do Brasil, a influência de uma equipe de técnicos formada no estudo científico da matéria.

O ilustrado escritor português, Moses Bensabat Amzalar, num excelente estudo sobre José Carlos de Macedo Soares, economista, publicado em opúsculo que saiu a lume em Lisboa, em 1948, declara: "as suas idéias econômicas não são tocadas por nenhum extremismo doutrinário. Apresentam-se moderadas, procurando seu fundamento nas doutrinas clássicas da economia. Macedo Soares, economista, pode classificar-se como seguindo a escola néo-clássica fundada com tanto brilho em Inglaterra por Marshall e os seus discípulos".

No estudo que se segue, preferimos não classificar as idéias que ressaltamos da leitura de sua obra. Nem sequer as analisamos como sistema doutrinário. Os trechos escolhidos exibem idéias em face de problemas objetivos, demonstram o patriotismo com que são encarados tais problemas, procurando soluções inspiradas no "saber de experiências feito", marcante caráter dessa personalidade a quem tanto deve a Pátria. Também não reproduzimos argumentos de alheias autoridades, estatísticas, cifras e dados comparativos. Quanto à autoridade, preferimos o pensamento direto do biografado; quanto às objetividades, foram todas levadas de vencida e varridas pela onda inflacionária de nossos tempos.



Na segunda e terceira décadas deste século, desde 1916, quando iniciava sua atividade no mundo dos negócios, até 1930, quando começou a exercer cargos públicos, foi José Carlos de Macedo Soares, incontestavelmente, o líder das classes conservadoras de São Paulo. Debateu, não só pela Imprensa, como em plenários e conferências, assuntos de ordem econômica e financeira. Quando ainda não havia a organização de sindicatos e federações, na qualidade de diretor e Presidente da Associação Comercial de São Paulo — entidade cheia de serviços ao país — reivindicou direitos, assistiu e resolveu problemas do comércio e da indústria, organizou uma assistência técnica à classe. Tais benefícios, hoje, quando estão mais desenvolvidos o espírito associativo e o de classe, ainda se fazem sentir.

Foi intenso, entretanto, o estudo que Macedo Soares fez dos problemas econômicos e financeiros, em debate nesse período, e que, nas suas grandes linhas, afetavam o comércio paulista e a incipiente indústria nacional.



Em artigo publicado no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, em Maio de 1916, Macedo Soares, enfrentou assuntos que se entrelaçavam e eram de grande atualidade: O imposto único, o "georgismo" e a "valorização imerecida". Nas finanças modernas, esses temas estão superados, mas naquela época eram objeto de intensa propaganda, vindas, principalmente, das repúblicas do Prata, por intermédio de livros e folhetos, aqui divulgados por alguns estudiosos de questões financeiras.

Sobre o *imposto único*, demonstrou que a idéia não era nova entre os financistas. A começar por Decker, em 1743, que o fazia incidir sobre as *habitações* e passando por outros que o baseavam sobre o *capital*, as *profissões*, a *renda* e, por fim, os fisiocratas sobre o *território*, todos seduzidos pela simplicidade do sistema, pela economia na percepção da receita pública, pela facilidade do lançamento e da arrecadação e pela vantagem de tornar conhecida a quantia a pagar pelo contribuinte. Da impraticabilidade dessas teorias, afirmava Macedo Soares:

"A riqueza, nas sociedades modernas, manifesta-se por múltiplas formas; não é justo, portanto, constituir-se o orçamento do Estado com um *imposto único*, gravando a riqueza sob uma só das suas manifestações.

"Os erros no lançamento, tão comuns aos agentes do fisco, sujeitos a enganos e fraquezas, não teriam compensação de espécie alguma".

Sobre o "Georgismo", depois de fazer um estudo da personalidade de Henry George, seu criador, que "não foi propriamente um financista; realizou antes o tipo de *"self-made man"*", passa a analisar sua obra:

"Todo o mal, para Henri George, está no fato da propriedade do solo estar nas mãos dos particulares.

"Em todos os domínios, escreveu Henry George, a tendência direta de uma civilização progressista é aumentar o poder do trabalho humano, satisfazer os desejos do homem, extirpar a pobreza, banir as necessidades. O trabalho, porém, não pode colher os benefícios, oriundos de uma civilização progressista, porque estes lhe escapam. A terra, sendo necessária ao trabalho e se achando monopolizada pelos proprietários privados, cada aumento do poder produtivo do trabalho não faz, senão aumentar a renda, isto é, o prêmio que o trabalho paga por ter permissão

de utilizar os seus poderes; assim todas as vantagens obtidas pela marcha do progresso beneficiam aos proprietários, e os salários não aumentam”.

Henry George chega à conclusão de que é necessário promover-se a “naturalisation of land”, isto é, a passagem da propriedade do sólo das mãos dos particulares para o patrimônio do Estado e isso sem outra indenização senão a referente às benfeitorias e à propriedade móvel, necessária ao trabalho (*Improvements and personal property*).

Estudando as objeções que se formularam contra o “georgismo”, admitiu Macedo Soares que o sistema exposto por Henry George não era original e que todas as objeções apresentadas contra a bandeira arvorada pelos Fisiocratas no século XVIII, quando estes pugnaram pelo *imposto único*, incidindo sobre a terra, cabiam contra aquele sistema. Passando a enumerar as objeções ao sistema, analisa os seus fundamentos sob o ponto de vista econômico, sob o ponto de vista moral, sob o ponto de vista prático, sob o ponto de vista jurídico.

Henry George clamava ainda contra a chamada “unearned increment”, ou seja contra a “valorização imerecida”, propondo a adjudicação do solo ao Estado, para eliminar a causa das privações e sofrimentos do operário. Para ele, era necessário extirpar o cancro social que é a renda do solo, estabelecendo um imposto incidindo sobre a terra, e este imposto territorial seria único, porque, na sua opinião, isso produziria o necessário para cobrir todas as despesas públicas.

Sobre a “valorização imerecida”, disse Macedo Soares:

“A grande ilusão dos propagandistas do “Georgismo” tem consistido em considerar vitorioso o conjunto das doutrinas do escritor americano, quando, na realidade, as teorias de Henry George tem medrado apenas na parte em que procuram, repetindo as idéias sustentadas por MILL, combater os benefícios auferidos pelos proprietários das terras em consequência da *valorização imerecida*, decorrente do progresso social.

“A linguagem persuasiva do agitador americano entusiasma facilmente os leitores.

“Nenhum país, até hoje baseou a receita pública sobre a arrecadação de um “imposto único”.

“Não se pode negar, entretanto, que a moderna legislação tributária evolui francamente no sentido das idéias de Henry George, no que concerne tão somente ao combate franco à “valorização imerecida”.

“O imposto não é tão somente uma instituição fiscal. É também uma instituição econômica e uma instituição social.

“Muitas vezes o legislador usa do imposto, não para obter

uma fonte de renda, mas para conseguir uma vantagem econômica, como a divisão da propriedade, ou para evitar uma injustiça, como nos casos de "valorização imerecida".

Passa Macedo Soares a estudar as diversas legislações que têm adotado taxações especiais contra a *valorização imerecida*. No Brasil, há diversos exemplos dessas taxações, como as dos terrenos baldios, em legislações municipais, de reflorestamentos, nos impostos territoriais de competência dos Estados, e os lucros, sobre as transações imobiliárias, no imposto federal de renda.

Concluindo o artigo, Macedo Soares, transcrevendo a opinião de Amaro Cavalcanti sobre a "valorização imerecida" propunha, então, às nossas Municipalidades, a taxação de terrenos baldios "que só esperam a valorização decorrente do crescimento da população e do progresso social, não beneficiando em nada a cidade, e, ao contrário, forçando o aumento da área urbana, determinam uma maior soma de trabalhos e despesas públicas".

Convém assinalar que Macedo Soares escrevia num período em que prevalecia a preocupação da igualdade, no lançamento do imposto, quando, hoje, os financistas modernos, admitindo o intervencionismo fiscal na vida econômica dos cidadãos, estabelecem uma técnica baseada justamente na valorização da propriedade, no rendimento individual.



— No período mais ativo de seu estudo dos problemas econômicos e financeiros, foi José Carlos de Macedo Soares industrial, banqueiro e segurador.

A Companhia Paulista de Artefatos de Alumínio, idealizada por Antônio Carlos Melchert, não pode ser por ele montada. Quando faleceu esse ilustre paulista, cheio de iniciativas e de otimismo, que verificando as dificuldades resultantes da guerra de 1914, acreditava no desenvolvimento econômico do Estado, o maquinário importado para aquela indústria chegava a Santos. José Carlos toma a iniciativa de montá-la e inicia sua atividade como industrial: trata de obter os elementos indispensáveis para o funcionamento; contrata técnicos; estuda mercados; estabelece programas. Desenvolve-a e consegue introduzir no mercado artefatos de alumínio de primeira ordem, mercadoria até então importada. Posteriormente, chamado para outros setores, cede-a a Francisco Matarazzo, a cujo parque industrial está hoje incorporada.

Nesse período, é eleito diretor do Banco de São Paulo, um dos mais conceituados estabelecimentos de crédito do Estado, fundado pouco antes da proclamação da República, por uma

pleiade de paulistas com grandes responsabilidades na economia da então Província.

Seus estatutos, aprovados pelo decreto do Governo Imperial de 5 de Outubro de 1889, criava-o, atendendo ao programa do Ministério presidido pelo Visconde de Ouro Preto, como Banco Emissor. Mas, com um capital inicial de dez mil contos de réis, lançou na circulação pequena quantia, segundo atesta o próprio Visconde de Ouro Preto, na "Década Republicana", ao estudar as finanças da Monarquia. Isso refletia o espírito precavido de seus fundadores que foram, entre outros, o conde de Pinhal, o barão de Tatuí, o conde de Prates, o barão de Araraquara, José Manoel da Fonseca Júnior, Jesuíno da Fonseca Leite, Antônio Moreira de Barros Júnior, General Couto de Magalhães, J. J. Vieira de Carvalho, Lins de Vasconcelos. Modificada a política financeira, pelo Governo Provisório da República, o Banco de São Paulo, passou a operar, apenas, em títulos comerciais e em financiamentos para a lavoura de café e para a incipiente indústria, prestando a essas atividades da gente paulista inestimáveis serviços.

José Carlos de Macedo Soares foi diretor desse Banco no período de 1918 a 1924, quando a política da café, sob os efeitos do desequilíbrio cambial, se prestava a especulações de toda a sorte. O espírito ponderado, a segura orientação que imprimiu, juntamente com os demais diretores que eram o ex-Presidente do Estado M. J. de Albuquerque Lins, Luís Gonzaga Azevedo, Alípio Teixeira Marques, livraram o grande estabelecimento de crédito de se comprometer no excuso comércio especulativo e, certamente, contribuíram para o alto conceito de que ainda goza, qual seja o espírito conservador de seus fundadores, espírito esse consolidado pelo eminente paulista Vicente de Almeida Prado.

Ainda nesse período, em 25 de Janeiro de 1912, funda com José Maria Whitaker e Erasmo Teixeira de Assumpção, com a assistência dos grandes técnicos ingleses, W. A. Reeves, W. S. Hallett e J. G. Deck, e do nosso patricio Alcindo Brito a "São Paulo" Companhia Nacional de Seguros de Vida, modalidade financeira das mais complexas e de maior responsabilidade. Ali exerce, até hoje, o cargo de Diretor Superintendente. Essa Companhia, no genero, é uma das mais sólidas organizações fundadas por brasileiros.



— A política financeira do Presidente Washington Luís. A propaganda política da candidatura à Presidência da República do eminente homem público que foi Washington Luís era dirigida, tendo por base os magníficos resultados financeiros de sua

gestão no Governo do Estado de São Paulo. No seu quadriênio, as rendas do Estado tiveram, sem necessidade de criação de novos impostos nem da agravação dos existentes, um apreciável aumento. Essas rendas foram aumentadas de 97 a 202 mil contos e a dívida flutuante estava consolidada na quantia de 192 mil contos. Atribuía-se tal sucesso à prudência e honestidade de sua administração e à inteligente maneira de aproveitar os frutos ótimos da situação econômica do Estado, a qual nem sempre refletia os resultados financeiros da política federal.

Empossado, homem de ação que era, cuidou Washington Luís de por em prática o seu programa em matéria financeira, traçado, segundo José Carlos de Macedo Soares, numa apreciação desse programa, "no recolhimento do gabinete de Estudo" do candidato e apresentado ao país" apenas como um conjunto de idéias pessoais, e, ainda mais, em traços cuja largueza não deixava entrever à opinião pública o completo de sua realização" (1), pois era o "resultado de sua elaboração personalíssima, de sua discussão apressada, e de sua fulminante aprovação, tudo decorrente da censura, da imprensa, no execrável regime do estado de sítio".

De fato, é conhecido do País o poder de absorção pessoal do Presidente Washington Luís, no estudo dos assuntos políticos e financeiros que lhes eram afetos. Desconhecia ou ignorava os técnicos e tinha pontos de vista preconstituídos em todos os assuntos, os quais, dificilmente lançava à apreciação pública. Exigia dos líderes do Governo, no Congresso, rápido andamento dos projetos governamentais, com o mínimo possível de debates.

Nesse estudo, Macedo Soares, depois de mostrar a intervenção dos técnicos nos diversos países, como a França, a Finlândia, a Itália, a Polônia e a Inglaterra e, vizinhos de nós, a Argentina, — que havia recorrido a Gaston Jèze e o Chile, — que havia contratado o reputado técnico norte-americano Kemmerer para elaborar um plano de reforma monetária, afirmava:

"Como se vê, nos países de civilização mais antiga que a nossa e, mesmo nas mais adiantadas democracias sul-americanas, os projetos de reforma financeira são escudados na autoridade dos técnicos que os elaboram em comissões não raro numerosas, que os acobertam com o argumento da autoridade, em regra suficiente aos julgamentos coletivos. Aqui entre nós, faltou à opinião pública esse arrimo lógico e o brasileiro, em regra, por uma tendência defensiva, é geralmente desconfiado de tudo quanto não compreende à primeira vista".

E, escrevendo em 1928, como numa antevisão do que aconteceria em Outubro de 1930, continuava:

"A imposição brusca de um plano, que o País mal vira ex-

posto e ainda não apreendera exatamente, determinou uma cisão que vai caminhando para um possível antagonismo entre o governo e a opinião nacional. Os fatores morais de que, para êxito de sua política, o governo não podia prescindir, começam a pesar no outro prato da balança”.

Passando a analisar a reforma monetária, no plano financeiro que se iniciava, José Carlos, afirmando que a execução dela compreendia três fases distintas, que não se confundiam nem se precipitavam, enumera-as: “a) — a estabilização propriamente dita, que prepara conversibilidade; b) — a conversibilidade que faz a circulação metálica; e c) — a cunhagem do cruzeiro que indica circulação do ouro”.

O presidente Washington Luís atribuía ao papel moeda inconversível e à consequente instabilidade cambial todos os erros da política financeira do Brasil, desde a Independência. José Carlos entende, entretanto, que o papel moeda e a instabilidade das taxas de câmbio encontravam-se entre os elementos que motivavam as crises econômicas e políticas do Brasil independente. Mas não eram os únicos.

“Não será tão fácil decidir se essas crises foram determinadas pela variação das taxas ou se, pelo contrário, foram as deficiências da organização econômica, do aparelhamento financeiro e, sobretudo, os erros da política que determinaram as flutuações do câmbio”.

Outro ponto criticado por ele, era a falta de uma técnica apropriada nas exposições feitas pelo Presidente, condição indispensável para clareza do assunto.

“Em todo o caso, afirmava-se, a argumentação imprecisa nas questões técnico-financeiras e bancárias pode perturbar a apresentação dos problemas, não os prejudica nem os prejudica, no fundo da verdade que encerram. Que a instabilidade monetária decorrente diretamente da inconversibilidade do papel moeda, que é o nosso meio circulante, seja um grave mal, cuja extirpação urge, supomos, ninguém porá em dúvida. A questão está em saber por que processos entende o governo chegar à estabilização”.

Ao apresentar as modernas doutrinas monetárias e a influência do valor monetário do ouro e da prata no mercado internacional, em comparação com o valor comercial desses metais, demonstrava:

“O ouro amoeado ou em barra continua a ser considerado pelo consenso dos povos como o padrão aferidor das trocas de mercadorias internacionais. Os países que dispõem de moedas ouro na circulação interna podem servir-se indiferentemente desse sistema monetário para as suas liquidações internas e externas. Os que não dispõem senão de papel moeda podem sal-

dar suas balanças de contas no estrangeiro com ouro comprado, amodado ou em barra, ou, então, com créditos e títulos comerciais que tenham valor ouro. Por outro lado, a teoria moderna condenou totalmente a concepção arcaica do papel moeda, considerado dívida ao portador, sob responsabilidade do Estado."

Nessa ordem de idéias, mostrando os aspectos diferentes da moeda, quando se destina ao pagamento das transações internas, legalmente investida de curso forçado, e quando se destina às trocas internacionais, concluiu:

"Nas relações internas, é um instrumento de trocas de caráter jurídico. Nas internacionais, a condição de sua existência é a estabilidade de seu valor ouro. A livre conversibilidade da moeda interna a uma taxa fixa de valor internacional ouro é, pois, não somente a condição de existência, mas a própria essência da moeda, considerada em seus efeitos nos mercados exteriores".

Contudo, o projeto Washington Luís procurou dar solução à instabilidade do valor internacional da nossa moeda "criando moeda internacional pela livre conversibilidade do papel circulante e pela estabilização das taxas de câmbio". A Lei n.º 5.108, de 18 de Dezembro de 1926, autorizou e o Dec. n.º 17.617, de Janeiro de 1927, procurou executá-la, mandando que o Banco do Brasil comprasse e vendesse cambiais sobre o Exterior por conta do Tesouro, de maneira que o câmbio se mantivesse na taxa prevista naquela lei. O fundo de ouro, que servia de lastro às emissões do Banco do Brasil, serviria para as emissões do Tesouro, o qual, por sua vez, assumiria a responsabilidade do papel moeda bancário.

Afirma Macedo Soares que, apesar de nenhuma alusão, no plano financeiro governamental, ao processo conhecido por "Gold Exchange Standard", para a conversibilidade e estabilização do nosso papel moeda, a verdade é que o plano o adotara, apesar de afirmar que escolhera o processo antigo do "Gold Standard". E ensina:

"O processo do "Gold Exchange Standard" consiste exatamente na organização de uma massa de manobra, composto de ouro, de letras de câmbio ou de créditos ouro, capaz de manter, por compra e venda, uma taxa fixa no mercado de câmbio. Esse processo difere do antigo sistema de "Gold Exchange" em não fixar definitivamente a taxa de seus câmbios internacionais e, sobretudo, no seu método de conversibilidade, que procede da distinção dos dois aspectos da moeda nacional, e não se dirige senão à moeda de liquidação das contas internacionais".

Apreciando a execução da parte de reforma, na ocasião vi-gente já há alguns meses, afirmava José Carlos que são estranhas aos processos e à técnica do "Gold Exchange Standard"

as questões relativas ao equilíbrio orçamentário, as emissões de papel moeda, dívidas governamentais e outras, pois a experiência demonstra que, para as necessidades do câmbio, a estabilização só é possível pelo padrão ouro e exemplificava a situação brasileira:

“Com desequilíbrio orçamentário, com a inexistência real da ordem e tranquilidade nos espíritos, com a balança comercial desfavorável no primeiro semestre de 1927; com dívida fluante avultadíssima, com desordenada circulação fiduciária composta de moedas de quatro procedências, o governo, há nove meses, vem conseguindo estabilizar o câmbio na taxa que adotou. Mas claro é que isso só se pode conseguir transitoriamente, pois, na verdade, “as medidas relativas às finanças internas, como o equilíbrio orçamentário, a cessação das emissões e a regularização da dívida fluante do Tesouro, mesmo que sejam realizadas com felicidade, não acarretam só por si a estabilidade cambial”.

Aquele sucesso transitório, de que falava José Carlos, provinha das disponibilidades ocasionais do Tesouro, em ouro, cambiais e créditos para realizar, por intermédio do Banco do Brasil, as operações de compensação do ouro metal exportável, manobrando a taxa de descontos “como operação auxiliar do fluxo e refluxo dos capitais estrangeiros flutuantes no País”. Ora, para o regular funcionamento do “Gold Exchange Standard”, a primeira condição “é uma balança de pagamento favorável ao país que o adota. Anos repetidos de balança de contas deficitárias consumirão fatalmente toda a massa de manobra reunida para a defesa da moeda nacional”.

E, depois de demonstrar o papel da produção na balança de pagamentos, particularmente em relação ao Brasil, exorta Macedo Soares: “É preciso, pois, nos convenceremos de que qualquer regime monetário e, sobretudo, o “Gold Exchange Standard” exige ineludivelmente o aumento da produção nacional”.

Concluindo o estudo dessa primeira fase da execução da reforma, ou seja, a “estabilidade, propriamente dita, que prepara a conversibilidade”, mostra Macedo Soares que, no sistema adotado pelo governo, a taxa de estabilização de câmbio tem uma importância relativa, desde que seja decretada a livre conversibilidade da moeda e o governo disponha de recursos; mas, para a economia do país, a escolha da taxa natural pode acarretar uma crise brusca comercial e industrial”. Apreciando a escolha da taxa adotada no programa, julgou-a “exageradamente prudente”, pois se firmara na média do câmbio nos últimos anos, que, no Brasil, tinham sido “calamitosos”. Admitiu, contudo, que a adaptação de alguns valores ao padrão escolhido,

sob certos aspectos, resultava injusto, principalmente, para o capital estrangeiro.

Passa, depois, a apreciar a segunda fase do programa: "a conversibilidade que faz a circulação metálica".

Essa miragem, algumas vezes vislumbrada pelos nossos estadistas, estava intimamente ligada à instituição da terceira etapa que era "a cunhagem do cruzeiro que indica a circulação ouro". A "conversibilidade" deveria ser "entendida pela troca, em guichês abertos, do papel moeda de circulação interna por moeda ouro ou cambiais de valor correspondente, para pagamentos internacionais. A livre circulação interna ouro com a liberdade de exportação e importação do metal é o velho sistema do "Gold Standard", cuja prática o Brasil não pode ainda aspirar".

E o "cruzeiro", criado pela reforma de 1926, destinado para coroar a obra e "indicar" a circulação ouro, surgiu efetivamente em 1938, numa lei monetária que tinha por finalidade dar nome à moeda divisionária, banindo aquilo que Macedo Soares dissera: "Somos, talvez, o único país do mundo que tem como unidade de moeda uma quantidade infenitesimal e de existência quase inapreciável, realmente, perturbadora nos usos correntes do comércio internacional". Mas, infelizmente, não serviu para... "indicar a circulação ouro", como previa o preclaro Presidente e o próprio Macedo Soares acreditava, desde que "baseado na estabilidade das taxas de câmbio, em consequência da livre conversibilidade do papel moeda para fins internacionais..."

A reforma financeira do Presidente Washington Luís não trouxe para as finanças brasileiras, ao fim de seu governo, nenhum resultado prático, no sentido de desafogá-las. A dívida externa e interna do País havia aumentado em 1:338:439:943\$277; a circulação do papel moeda teve um aumento de 170:000:000\$000, parte da emissão de 300:000:000\$000, autorizada ao Banco do Brasil, e a responsabilidade do Tesouro, na circulação total, aumentou ainda de 592:000:000\$000, pela encampação das notas do Banco do Brasil. Acresce que, nos últimos dias de seu Governo, necessitando, com urgência de novos recursos, utilizou-se da totalidade, ou do restante da emissão que fora encampada do Banco do Brasil, por força da Lei de Estabilização de 18 de Novembro de 1926, a ser utilizado como massa de manobras para a sustentação das taxas cambiais. Além disso, contribuíra grandemente para a frustração do plano, a queda dos preços em ouro do café, consequente a derrocada da valorização, ficando reduzida a menos de metade o valor da nossa exportação, a diminuição da procura de nossos produtos, consequência da depressão universal dos mercados de consumo e a cessação da entrada de novos capitais, além de outros fatores políticos.



O calamitoso volume do papel inconvertível em circulação no Brasil, desde 1914, quando desapareceram bilhetes convertíveis, é sempre focalizado nas plataformas políticas. Cada candidato à Presidência da República traz, no bolso a fórmula mágica, objetivando estabelecer e garantir a fixidez do valor da moeda, a estabilidade cambial. Em regra, em torno de um Banco de Emissão, focalizando principalmente a transformação do Banco do Brasil, são apresentadas fórmulas capazes de conter a avalanche. No programa financeiro e econômico do Presidente Washington Luís figurava a organização de um Banco Central de Emissão e Redesconto. Macedo Soares, em memorável conferência realizada na Universidade de Minas Gerais, em 30 de Maio de 1929, a convite do então Presidente do Estado, Antônio Carlos. "Andrada" pelas atitudes e pela inteligência — teve ocasião de analisar esse aspecto da execução do programa presidencial.

Iniciou a conferência, estranhando, mais uma vez, a ausência de assistência técnica nos trabalhos da elaboração da reforma financeira, mostrando que, quando na boa organização do Estado, esses problemas devem ser tratados pelos dois aspectos político e técnico; no Brasil, são tratados exclusivamente no plano dos interesses políticos. Passa, em seguida, em revista o papel desempenhado pelos técnicos em ciência das finanças na Inglaterra, na Rússia, na França, nos Estados Unidos, na Polónia, etc., e declara: "Esta cooperação dos técnicos na gestão dos governos não é, sequer, uma fato recente. Antônio Carlos, no seu notável livro "Banco de Emissão no Brasil", lembra que, em 1810, em pleno regime da inconvertibilidade das notas da Inglaterra, uma comissão de financistas, nomeada para estudar o problema monetário, apresentou um relatório "cuja orientação passou a dominar firmemente, pelo tempo afora, e até hoje, a política desta nação exemplar". Contudo, afirmava Macedo Soares: a intervenção dos técnicos não deve ser levada ao exagero. Há problemas políticos e há problemas técnicos. Os aspectos políticos, equacionados pelos estadistas, devem referir-se "à fixação das necessidades públicas, a organização e extensão dos serviços do Estado, às modalidades da receita para cobrirem as despesas públicas, à determinação da quantia a exigir pelo imposto e a outros problemas que focalizam as necessidades do país, as aspirações, os sentimentos públicos e os interesses sociais; "a técnica procura os meios e fórmulas de realizar convenientemente os princípios estabelecidos pela política. Os técnicos estabelecem a incidência e repercussão dos impostos escolhidos pela orientação política. Os técnicos devem resolver as

questões referentes à moeda e circulação monetária; e as atinentes à proposta e execução orçamentária”.

E, entrando no assunto de sua conferência, disse Macedo Soares: “A ação do Estado, relativa à organização comercial da produção, é um fato corrente em todo o mundo civilizado; e, no Brasil, não se tem tentado outra coisa, com maior ou menor felicidade, sob os nomes impróprios de “valorização” e “defeza do café”. A estabilização da taxa de câmbio e uma reforma no nosso arcaico sistema monetário, compreendendo a organização do Banco Central de Emissão e Redesconto, constituíam outra necessidade indiscutível do país e deveriam naturalmente fazer parte do programa financeiro do governo.”

Passa, em seguida, a “um breve retrospecto das incertezas e contradições da nossa política financeira”, a qual “tem determinado crises sucessivas e respondem pelos riscos, dificuldades e prejuízos que o país ultimamente tem sofrido. Os erros, porém, não podem ser atribuídos a uma política financeira, que, em princípio, todos temos por acertada, mas apenas à execução dessa política, que prescindiu na cooperação dos técnicos”.

E prossegue: “No quadriênio 1918-1922, o grande banqueiro, Dr. José Maria Whitaker, fez prodígios na carteira de redescontos, parcamente dotada, que criou no Banco do Brasil. Já no governo seguinte, o Banco, adquirindo por contrato a capacidade emissora, deixou de fazer normalmente o redesconto. E, sobre os famosos dez milhões de libras que serviam de fundo de garantia à circulação fiduciária do Tesouro, o Banco emitiu o seu papel. Mas, na segunda parte do mesmo quadriênio, a política inflacionista foi substituída pelo drástico da desinflação violenta. Iniciada em péssimas condições políticas a revalorização do mil réis, o atual governo mudou desde logo a diretriz adotada e a taxa de câmbio foi legalmente fixada e a moeda nacional novamente definida”.

Aliás, José Maria Whitaker, — varão cheio de glórias — chamado pelo Governo Provisório de 1930, para gerir a pasta da Fazenda depois do período de execução do programa do Presidente Washington Luís, conseguira a singular aventura de nada emitir, deixando até de utilizar um saldo de cento e trinta mil contos de réis que ainda sobrara daquela gestão, derrubada pela Revolução; conseguiu, ainda, o ilustre Ministro, durante a sua permanência na pasta, restabelecer aquela Carteira de Redescontos, criação sua, objetivada no decreto n.º 14.635, de 21 de Janeiro de 1921. Como Santos Dumont, decepcionado pela deturpação dos fins de seu invento, José Maria Whitaker diria em 1956, depois de voltar pela segunda vez, no governo Café Filho, a gerir a Pasta da Fazenda “Nossa propensão, cada vez mais, é para gastar imoderadamente; e esta propensão é esti-

mulada pela facilidade de emitir papel moeda, em consequência de deturpação contumaz e não reprimida da Carteira de Redescontos”.

Passando a estudar o problema brasileiro do Banco emissor, mostra Macedo Soares que a instituição de bancos emissores, no regime da Constituição de 1891 — como, aliás, na atual, de 1946 — é de competência da União. Em consequência, competia e compete ao Congresso Nacional criar *bancos emissores*, tendo sido, no começo da República, criados alguns. Essa pluralidade de Bancos emissores, inspirada em doutrina pregada pelo eminente Ruy, não vingou, pois “a experiência do regime de pluralidade, fracassado nos primeiros anos da República, criou entre nós a opinião hoje geralmente adotada, sobre a superioridade do monopólio emissor”.

O Banco do Brasil é o grande aparelho que reflete o panorama financeiro do Brasil. Sua estrutura jurídica, revestida de sociedade anônima, onde o Tesouro Nacional é majoritário, dá margem para que sirva de campo, não só a operações financeiras, ou melhor, orçamentárias do Governo e das autarquias, bem como para concessões de créditos para investimentos não autorizados em lei, a título de adiantamentos, a longo prazo. Tudo isso é incompatível com o seu caráter atual, que deve ser de um Banco de depósito e não emissor.

Macedo Soares, em 1928, já afirmava: “É preciso que na reforma do Banco do Brasil (que seria então um banco emissor) fique bem garantido que emissão alguma de papel-moeda não deve, jamais, ser feita para acudir às necessidades do Tesouro, além de um adiantamento, cautelosamente determinado, com antecipação da receita.

A ilustre comissão, presidida por A. Tavares de Lyra, que, em 1924, foi incumbida de rever a proposta orçamentária do governo, depois de verificar “um regime de anarquia e desordem financeiras, denunciou que vultuosíssimas despesas do governo federal eram realizadas por intermédio do Banco do Brasil. “Nos últimos anos, disseram os ilustrados brasileiros que compunham a comissão, — até despesas orçamentárias têm sido, às vezes, efetuadas por esse meio e sem exame por parte do Tribunal de Contas”. É isto, acrescentam textualmente, que tem dado a alguns, erradamente, por certo, a impressão de que há mistérios e sombras nas contas do Banco do Brasil e que é através delas que se escoam muitas das economias e reservas da Nação”.

O Banco do Brasil não é hoje um banco emissor, mas o seu papel atual, fora do nível de seus negócios, é um dos grandes focos de inflação. Seu organismo complexo, cheio de carteiras autônomas e especializadas, superam suas disponibilidades

des, impossíveis de controlar dada a maleabilidade que lhe dá a Carteira de Redescontos. Havia uma certa credulidade, uma patriótica candura em Macedo Soares, quando vaticinava:

“A reforma do Banco do Brasil, ao outorgar-se-lhe o monopólio emissor, deverá, iniludivelmente, consagrar o ideal financeiro da extinção das emissões meramente fiduciárias, que têm constituído a mancha negra da nossa história financeira. As emissões, condicionadas exclusivamente à efetiva expansão das forças vivas do país, deverão sempre ser lastradas com ouro, amoeado ou em barra, títulos cambiários ouro (divisas) ou títulos representativos de operações legítimas do comércio, da indústria e da lavoura, aceitos como bens na Carteira de Redescontos, contanto que se observe, com rigor, a justa proporção entre estas diferentes garantias. As emissões do Banco do Brasil só deverão ser feitas para atender a necessidades legítimas, econômicas ou financeiras, das classes produtoras ou distribuidoras da riqueza nacional, permitindo, assim, a elasticidade do meio circulante necessária à expansão natural do país. O Banco só deverá emitir para mobilizar a riqueza nacional, a qual só poderá ser produzida pela ação conjugada do trabalho e da economia”.

À luz desses princípios realmente, é dispensável a existência do lastro ouro para garantia do papel moeda posto em circulação, desde que seja resgatado, a fim de que os bilhetes do banco emissor façam exclusivamente o serviço das exigências internas, correspondendo exatamente à quantidade e extensão de seu comércio e indústria. Desde que a emissão se conserva ao nível dos negócios, não se sente a falta de reserva metálica que lhe deve garantir. E, nos câmbios estrangeiros, que se manifesta o excesso da emissão. Nessa conjectura, será recolhida parte da emissão e elevada a taxa dos descontos para que a contração seja feita sem maiores abalos internos. Macedo Soares explicava aos estudantes mineiros:

“Para pagamentos externos, a moeda é verdadeiramente representativa de um certo peso de metal fino, geralmente, de ouro, como padrão universal. A moeda, para uso externo, pode ter somente uma existência subjetiva, como sucede com o “belga” pode não ter nenhuma correlação com a antiga noção de moeda e ser representada apenas por um documento comercial a letra de câmbio, por exemplo.

“Mas os países, que dispõem de ouro, cambiais ou créditos ouro, para cobrirem, a qualquer momento, as diferenças entre o crédito e o débito de seu comércio internacional, não conhecem o problema do câmbio, isto é a oscilação das taxas, fora dos “gold-pints” de entrada e de saída. Uma crise de câmbio começa, pois, com a proibição da exportação do ouro, ou, quan-

do faltar este metal, de cambiais ou créditos ouro, para acudir aos "deficits" da balança de contas.

O fenómeno da estabilização do câmbio depende, pois, da regularização quotidiana da balança de pagamentos. Teoricamente, desde que um país de circulação, mesmo fiduciária, disponha de um aparelhamento capaz de comprar e vender diariamente letras de câmbio a uma taxa fixa, importando e exportando livremente valores ouro necessários às suas operações internacionais, esse país estabiliza a sua taxa de câmbio e livra-se das dificuldades inerentes à sua instabilidade".

Outro aspecto interessante e de suma importância na constituição dos bancos emissores foi encarado por Macedo Soares, nesse estudo: "o prazo do privilégio emissor". Depois de enumerar esses prazos em diversos países, aconselhava:

"Os estatutos dos Bancos Emissores, que a Sociedade das Nações tem ajudado a criar, costumam conter um artigo, em virtude do qual três meses antes da terminação do monopólio emissor a assembléia geral deverá decidir sobre a conveniência ou não da sua prorrogação; e, no caso afirmativo, a solicitará ao governo, pelo menos, dois anos antes da expiração do privilégio. No quadro das instituições brasileiras, o prazo inicial bem poderia ser de cinco anos, a fim de que o projeto de prorrogação pudesse transitar pelo Congresso Nacional em períodos governamentais diferentes. Um prazo longo para o monopólio emissor e a prudente providência adotada pelos técnicos de Genebra acobertariam o Banco dos inconvenientes de repetidas prorrogações e de possíveis dificuldades que, em dado momento, pudessem criar a ação política".

No final de sua conferência, considerava Macedo Soares o papel da emissão do Banco do Brasil nos interesses regionais, como regulador das finanças e da economia nacionais, para afirmar:

"Neste momento, a política nacional e, portanto, a diretriz máxima do Banco do Brasil define-se pelos dois problemas, financeiro e econômico, que empreendemos resolver. É completamente inútil a discussão teórica, diante de fatos consumados. A estabilização do valor internacional da moeda e a defesa da produção e do comércio dos produtos de exportação constituem fatal e necessariamente a política dos interesses comuns a todos os Estados da União".

Como se vê, pela análise feita por Macedo Soares, o programa de Washington Luís, baseado nos moldes clássicos, trazendo o cunho personalíssimo, mas cheio de patriotismo e da probidade característica daquele homem público, nascera sobre bons auspícios. Mas, com os resultados obtidos pela Caixa de Estabilização, instituída nos termos do Decreto n.º 5.108, de 16 de Dezembro de 1926, foi sendo relegado o programa emissor do

Banco do Brasil, não chegando a reforma e seus são princípios a manifestarem qualquer efeito benéfico na circulação fiduciária.

Aliás, não deve passar sem reparo o resultado atual da idéia de dar ao Banco do Brasil não o privilégio da emissão do papel-moeda, mas o monopólio de comprar e vender o câmbio estrangeiro, consubstanciada no Decreto n.º 20.451, de 28 de Dezembro de 1931, isso já em plena consolidação do governo ditatorial. As novas gerações, criadas sob a influência desse resultado, talvez não cheguem a compreender as lições de Macedo Soares, naquela conferência de Belo Horizonte. Não se resiste à tentação de transcrever a observação objetiva de um mestre, exposta com a clareza elegante e preocupada gravidade de José Maria Whitaker:

“Câmbio no Brasil deixou, há muito, de ser compra e venda de moedas. Aparentemente, ainda o é; compra, porém, compulsória, por um só comprador; venda por quotas reduzidas e categorias ascendentes, em leilões periódicos e simultâneos em praças entre si distanciadas: realmente, portanto, operação mista, meio comercial, meio fiscal, de monopólio do Estado, dissimulando, em lucro mercantil de caráter leonino, uma tributação extorsiva, ilegal na sua origem iníqua na sua incidência, nociva nas suas consequências.

“O sistema não foi, como tal, adrede preconcebido: resultou pouco a pouco da incorporação complacente de lucros comerciais, advindos imprevisivelmente do privilégio para compra de cambiais, que o Decreto n.º 20.451, de 28 de setembro de 1931, conferiu ao Banco do Brasil, em ocasião em que, não as havendo para atender, nem mesmo em parte, ao serviço da dívida externa, fomos obrigados a solicitar aos nossos credores o Terceiro “Funding”.

“Neutralizava, todavia, o privilégio, a distribuição obrigatória das cambiais compradas por uma comissão, da qual faziam parte, além do Banco do Brasil, a Associação dos Bancos do Rio de Janeiro e a Associação dos Bancos de São Paulo. O contrapeso era essencial. Sem embargo, foi logo depois suprimido pelo Decreto n.º 20.695, de 20 de Novembro do mesmo ano, que transferiu a distribuição totalmente ao Banco do Brasil.

“Do monopólio, nascera, assim, o confisco, que, contudo, nenhum inconveniente apresentou, enquanto os valores interno e externo do cruzeiro se equivaliam. Desde, porém, que aquele começou a se reduzir pela inflação e este se manteve estável pela ficção da tabela oficial de câmbio, uma diferença, cada vez maior, foi verificando-se, em prejuízo, naturalmente, de quem vendia as letras de exportação, isto é, em prejuízo do próprio produtor”.

E, depois de estudar os efeitos de uma instrução n.º 70, da

SUMOC, que pretendeu obviar os inconvenientes do sistema, conclui aquele financista, ponderando os resultados práticos da portaria:

“Transformado de tal modo, pela Instrução n.º 70, nosso sistema cambial ficou, desde então, sendo o seguinte: o Governo obriga o produtor a lhe vender as letras de exportação pelo preço que lhe apraz; e as revende ao consumidor pelo maior preço que lhes pode arrancar. Dissimula, assim, sob aparência de simples operação cambial, uma extorsiva tributação fiscal: tributação que onera a exportação, entrava a produção, favorece a fraude, encarece a importação, aumenta a carestia, defrauda os lucros do produtor nacional e “*mirabile dictu*”, não constitui nem ao menos lucro direto, renda normal para o Tesouro.

“Nestas condições, não há dúvida de que se impõe, antes de tudo, uma discriminação natural de funções. Volte o câmbio a ser simples troca de moedas, deixando de ser aparelho de exação fiscal. Para obter recursos, não se envolva o Estado em operações comerciais equívocas; peça-os, lealmente, ao Congresso, na proposição orçamentária ou em mensagem à parte. Câmbio, seja só câmbio; imposto, somente imposto.

“Tudo, então voltará, por si, aos seus lugares. Os preços das letras de exportação passarão a ser, proximamente, os mesmos, tanto para compra, como para venda; para compra, serão estabelecidos pelo vendedor e não pelo comprador; para a venda, se-lo-ão pela concorrência. Mercado livre, sem monopólio; exportação livre, sem confisco. Diminuirá o número dos gravosos. Desaparecerão os ágios malucos e as operações triangulares, que tanto elevam o custo de vida; e cessará, por falta de elemento, a fraude cambial, tanto na exportação, como na importação. Ressurgirá, então, em seu valor real, o cruzeiro, quase desaparecido na enormidade crescente dos ágios das licitações. Aumentará a exportação. Retornar-se-á à normalidade, ao senso comum”.

E o senso comum é a doutrina pregada por Macedo Soares na douda e harmoniosa conferência de Belo Horizonte, cujas linhas mestras transcrevemos.



Quando, em 1926, José Carlos de Macedo Soares escrevia o seu livro “A Borracha”, traduzido, depois em diversos idiomas, o Brasil já havia perdido a supremacia nos mercados internacionais. A “*Hevea Brasiliensis*” havia se desenvolvido, graças a uma eficiente assistência técnica e financeira, nas terras do Oriente. No Brasil, a falta desses recursos impediu se proces-

sasse, de forma mais racional, a cultura, a colheita e o preparo do latex.

Como introdução ao estudo que empreendeu nesse livro, José Carlos, examina o moderno fenômeno político-econômico das intervenções do Estado:

"A velha concepção da escola individualista do Estado arrecadador de imposto, distribuidor de justiça e mantenedor da ordem, teve de recuar ante a necessidade do exercício da função coordenadora das grandes forças econômicas. Prevendo crises, preparando soluções, harmonizando interesses, criando, desenvolvendo ou defendendo a produção, legislando sobre tarifas alfandegárias e sobre a assistência em todos os seus aspectos, em resumo, amparando ou fortalecendo as forças vivas nacionais, o Estado moderno realiza funções econômicas tão importantes, quanto às suas antigas funções políticas e jurídicas.

"Certo não devemos chegar aos limites de um estatismo exagerado. Longe de nós o comunismo triunfante na Rússia. Afastemos também os exageros do coletivismo, que, conservando a propriedade individual para os bens destinados a satisfação das necessidades pessoais, pretende a socialização dos instrumentos de produção. Achamos mesmo que nos devemos precaver contra os excessos dos chamados intervencionistas, de que List, Rodbertus e Lassale foram os precursores, e que se agrupam sobre as duas bandeiras da escola histórica e do socialismo de Estado. O limite ideal para as intervenções do Estado foi traçado em três linhas pelo Santo Padre Leão XIII na encíclica "Rerum Novarum":

"A razão que determina a intervenção das leis fixa-lhes os limites: elas não devem ultrapassar o necessário para remediar males ou evitar perigos".

E, depois de mostrar que a tendência do Estado é entregar seus monopólios à iniciativa privada, porque em toda a parte ele tem se mostrado mediocre industrial e mau comerciante, e que a sua atuação deve ser no sentido de amparar e coordenar os surtos de produção e o desenvolvimento do comércio, principalmente exterior, citando a influência das classes conservadoras nesse terreno, declara:

"Ultimamente, a impaciência dos consumidores pôs em foco a política econômica da Inglaterra no caso da borracha; a discussão dos Estados Unidos envolveu também o café e a sorte de ambos esses produtos é da maior importância para o presente e para o futuro econômico do Brasil".

Para se avaliar a importância decisiva do café e da borracha na nossa vida econômica e financeira, mostrava Macedo Soares que esses produtos representavam cerca de quatro quintos da exportação e concluía a Introdução:

"A relevância e a atualidade desses casos determinaram-nos a escrever esta memória sobre a situação econômica e estatística da borracha, que levamos ao conhecimento do público interessado nesses assuntos, por intermédio da Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos".

Passa em seguida a fazer um minucioso retrospecto de todos os ângulos do problema, desde a evolução da indústria da borracha, de seus problemas econômicos, produção, consumo, principalmente, em função do desenvolvimento do automobilismo e de outras indústrias, mostra o mecanismo do plano "Stevenson", presidente da "Rubber Committee", para a defesa da borracha, em virtude de baixa das cotações provenientes da superprodução, em 1920. Esse plano, aconselha a restrição na exportação obtida pela aplicação de uma escala móvel nos direitos alfandegários. A execução desse plano intervencionista foi suspenso, posteriormente, diante de protestos da Embaixada Norte Americana, em Londres. Revê as diversas vicissitudes das cotações nas Bolsas, provocadas pelas especulações nos mercados, gloriando as declarações de Herbert Hoover, então Secretário do Comércio no Governo Federal, que encarregara várias comissões de técnicos de estudar as possibilidades para a produção da borracha em vários países, inclusive os vários projetos do Governo do Brasil.

A propósito de valorizações e defesa de produtos, recorda Macedo Soares, o que se fez com o café. Não resistimos a transcrição:

"Antes de prosseguir, é oportuno fazer sentir que a defesa, que os brasileiros têm feito de seu principal produto o café —, tem sido determinada pela necessidade premente de impedir a desorganização econômica da produção e não pelo espírito de ganância.

"Efetivamente, a rapidez com que se plantaram no Brasil extensos cafezais em terras novas e apenas desbastadas não permitiu que se criassem paralelamente os órgãos econômicos financeiros básicos de toda e qualquer produção, notadamente duma do valor do café.

"Daí as imensas crises de baixa nas cotações, sobretudo, a de 1906, agravada ainda pela super-produção. Nesta época, achavam-se no governo do Estado de São Paulo homens de grande energia. Graças à corajosa iniciativa do governo Tibiriçá, não foi impossível a realização do audacioso plano de valorização do café. A preocupação no momento era levantar os preços. Existindo, quer nos centros produtores, quer nos mercados distribuidores e consumidores, um exagerado "stock", cumpria regularizar a oferta em relação às necessidades da procura. O governo de São Paulo não teve dúvida em recorrer a empréstimos

externos para obter os recursos necessários à compra de alguns milhões de sacas de café, a fim de aliviar os mercados da opressão dos "stocks". Safras pequenas e aumento do consumo, permitiram ao governo paulista dispor, pouco a pouco, do café em seu poder.

"Alguns anos mais tarde, tivemos a segunda valorização. A desordem econômica em todo o mundo, ocasionada pela grande guerra, forçou o governo Altino Arantes a intervir novamente no mercado de café, pela aquisição de alguns milhões de sacas. O dinheiro necessário para estas compras proveio da emissão de papel moeda realizada para tal fim pelo governo da República.

"A grande geada no Estado de São Paulo reduziu durante alguns anos as safras, permitindo ao governo dispor de seus "stocks".

"A experiência dos estadistas paulistas pedia a adoção de medidas capazes de defender permanentemente o mais valioso produto brasileiro. De há muito, nas mensagens presidenciais de vários períodos, era apontada uma das mais importantes causas dos prejuízos para a lavoura; a safra cada ano escoava e, rapidamente dentro de poucos meses, acumulando-se na praça de Santos e forçando a baixa dos preços. Os fazendeiros, sem apoio em organizações adequadas, precipitavam a venda da produção. No semestre seguinte, depois que a safra passava a segundas mãos (comissários ou exportadores), os preços subiam, não mais, entretanto, em benefício dos produtores.

"Os nossos homens do governo compreenderam, afinal, a necessidade de serem adotadas medidas permanentes capazes de fortalecer as condições econômico-financeiras dos produtores.

"Pela retenção das safras nos armazens distribuidores, a produção anual entra nos mercados repartida pelos doze meses do ano e sempre de acordo com as necessidades do consumo, evitando assim que a sua descida rápida para Santos, como acontecia anteriormente, acarrete artificialmente a baixa das cotações.

E adverte Macedo Soares:

"O Brasil não tem trabalhado dentro das regras clássicas do barateamento da produção para conseguir a extensão do consumo.

"Tem se valido da muralha chinesa do câmbio baixo e dos planos de valorização para exportar a preços vantajosos a sua produção. Não se decide a aproveitar grandes fontes de riqueza que interessam às maiores indústrias do mundo. Se essa orientação persistir, tempo virá em que, ante o afrouxamento das excelsas qualidades do povo brasileiro, o nosso rico e uberrimo território poderá ser cubiado por povos que se reputem mais enérgicos no trabalho, mais bem dotados de espírito de iniciativa e mais bem temperados para a luta e a vitória. Temos diante

de nós tempo bastante para recobrar caminho. Trata-se de reduzir progressivamente os estupefacientes de indicação transitória, que acabarão por envenenar a nossa produção. Procuremos tonificar o organismo econômico do país, explorando racionalmente fontes de riqueza abandonadas ou descuradas, como a borracha, o açúcar, a carne e o trigo. Trata-se, noutros casos, de baratear e melhorar a produção, como no caso do café e do cacau, para alargar o consumo e destruir as possibilidades da concorrência de similares estrangeiros”.

Resumindo, afinal, as considerações que havia feito no trabalho apresentado, conclui Macedo Soares, propondo um programa nacional de apoio e proteção aos seringalistas e plantadores da preciosa árvore brasileira. Essas considerações, afinal, ele, as viu resumidas no texto do Decreto-lei n.º 5.185, de 12 de Janeiro de 1943, que autorizou a constituição do Banco de Crédito da Borracha, pelo Ministério da Fazenda. Esse Banco resultou do acordo celebrado em Washington, em 3 de março de 1942, entre o Governo Brasileiro e a Rubber Reserve Co., representante do Governo Americano. No seu programa, se determinava que ele prestaria assistência financeira, por meio de empréstimos, para: a) desenvolvimento dos meios de transportes entre as zonas de produção e as zonas nacionais de distribuição da borracha; b) — fomento da agricultura e o estabelecimento de fazendas de gado nos seringais para facilitar e baratear o fornecimento de gêneros de alimentação ao pessoal que nelas trabalham; c) — melhoria, beneficiamento e padronização da borracha, de acordo com um plano previamente aprovado pelo Presidente da República.

O então Presidente do Estado de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, ao prefaciар esse livro dizia:

“No caso especial da borracha a fórmula da intervenção, à que, pelas razões expostas, se deve considerar obrigado o governo do Brasil, está traçada no discortino e critério em irrecusável conjunto, nas páginas deste opúsculo; assim como o único programa que ao poder público deve ser permitido em matéria de política intervencionista, sobretudo quando o objetivo foi a defesa dos preços”.

Teria o Banco de Crédito da Borracha, na execução desse programa, atingido ao seu objetivo?...



Quem, como José Carlos de Macedo Soares, trata e estuda com tanta solicitude e carinho os interesses da pátria não pode ficar à margem dos cargos políticos e de direção de seus negócios. A revolução de Outubro de 1930, envolveu-o nos acontecimentos. Depois de exercer, no Governo Provisório que dirigiu

os destinos de São Paulo durante quarenta dias, o cargo de Secretário do Interior, passa para o cenário mais amplo da política federal e, ali, acompanha as grandes linhas da atividade nacional. Quer como representante de São Paulo na Câmara Federal, quer por três vezes Ministro de Estado, quer como Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não deixa de ser Macedo Soares o estadista preocupado com realizações no campo econômico e financeiro.

Mesmo na qualidade de Chefe de Delegações Brasileiras a Conferências Internacionais, Macedo Soares, demonstra seus pendoros pelos assuntos econômicos. Como Chefe da Delegação Brasileira à Conferência do Desarmamento, em 1932, a convite do Prof. Guido Valensin, teve oportunidade de falar na "Reale Academia Econômico-Agrária dei Georgofili de Firenze", sobre o tema: "O Brasil, país consumidor da produção agrária italiana". Começou a conferência, descrevendo um quadro do Brasil moderno e a posição da Itália na vida econômica brasileira, fundando seus argumentos em dados estatísticos. Mostra ao auditório as diversas regiões do Brasil e a produção que lhes é característica; exhibe as possibilidades econômicas e o eficiente trabalho da enorme corrente imigratória italiana, principalmente, no Estado de São Paulo. "Os italianos que estão no Brasil não encontram nenhuma razão para renunciar aos usos de seu país de origem", afirmava, e, portanto, os produtos agrícolas italianos, como: os vinhos, queijos, óleos comestíveis, etc., cujas estatísticas apresenta, têm aí maiores possibilidades de consumo. Isso era dito em Abril de 1932. Hoje as barreiras alfandegárias, a produção, a má distribuição do consumo, impedem qualquer programa nesse sentido.



Eleito Deputado pela Chapa Única, apresentada pelos paulistas, unidos depois da Revolução Constitucionalista, na Assembléia Nacional Constituinte, José Carlos de Macedo Soares trata, em diversos discursos, da política econômica. Aliás, essa Constituição de 1934, revelou uma tendência dos que a elaboraram para um certo *técnicismo*, quando, no artigo 103, criou, em cada Ministério, Conselhos técnicos, coordenados, segundo a natureza de seus trabalhos, em Conselhos Gerais, como órgãos consultivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Para os constitucionalistas que a comentaram, esses Conselhos eram resultantes da influência dos regimes totalitários, traço comum da Rússia, Itália e Alemanha da época, que pretendiam transformar os partidos políticos em partidos sociais. Macedo Soares, no seu discurso de recepção da Academia de Letras, substituindo Victor Vianna, encara a influência dessas idéias na economia das nações e enquadra-as dentro da realidade. Victor

Vianna, dizia ele, legou aos seus confrades o encargo de defender no espiritual a liberdade de pensamento; no temporal, sua herança foi de igual quilate clássico; bons orçamentos, boa moeda, boas finanças!". E explica:

"No seu discurso de recepção, Victor Vianna aludiu aos dois temas da ciência financeira de seu tempo: equilíbrio orçamentário e moeda sadia. Hoje, quem limitaria os problemas financeiros à ciência das finanças? Hoje, todos os problemas financeiros outra coisa não são senão problemas políticos e sociais.

"Nos dias que correm, meus senhores, não há bons orçamentos nem moeda sã. O que há é boa política, ordem e justiça social. A própria economia se apresenta tão dependente do sistema político que poderíamos dizer: isoladamente também não existe. A preponderância, isto é, o "poder estatal" não demora nem no financeiro nem no econômico. Reabilitou-se na fórmula política, introduziu os elementos na consciência dos fatos materiais, entrou como temperamento na luta entre o individualismo liberal e as imposições materiais das coletividades humanas. Em vez de separar o que é de Deus do que é de César, interpretou o temporal, segundo as aspirações do espiritual; e decidiu que o transitório das gerações teria de se submeter ao perene das nações.

.....

"Dê-mos uma estrutura política sólida; dê-mos autoridade, disciplina, coesão social; e teremos espontaneamente os índices da paz de espírito dos povos, que levam às boas finanças e à moeda sadia. No tempo de Victor Vianna, dentro de bons orçamentos do Estado, diluíam-se as efervescências das paixões políticas. A política era a diversão dos povos felizes. Hoje, a política global do governo responde por tudo e o fito dessa política não se pode reduzir ao programa de um partido, mas deve abranger a ordenação total da vida social, tirando dela o santo dos santos que é "a paz nos espíritos". Sem paz nos espíritos, não há orçamentos equilibrados nem moeda sã nem comércio exterior nem vida internacional.

.....

"Faltam-nos estabelecer as fontes da legitimidade dos novos Poderes Públicos. Não se descobriu nada melhor do que o sufrágio democrático, cujos defeitos são, aliás, bem conhecidos. O paradigma das instituições eternas é a Igreja Católica; mas nessa estrutura política intervém o idealismo divino, imutável na fé. O idealismo humano que reponta com o sentido da imortalidade, é o culto racional da nação, o amor de um destino co-

mum, sem fronteiras no tempo, mantendo nas gerações que se sucedem uma esperança inexgotável.

.....

“Em resumo: os tempos modernos trarão a confirmação de movimentos antigos. A sociedade não deve ser organizada sobre elementos materiais, instrumentos de trabalho, meios de produção que evoluem e se transformam à vista; mas deve fundar-se sobre as exigências e aspirações da alma humana, que é a centelha divina crepitando eternamente no mundo”.

Sobre a influência e o resultado dos Conselhos técnicos, já mostrava Macedo Soares, em discurso pronunciado na Assembléia Nacional Constituinte, em Março de 1934, falando da Agricultura Nacional, o que já haviam obtido os institutos científicos especializados de São Paulo, como o Instituto Agrônomo de Campinas, a Escola Superior Agrícola de Piracicaba, assistindo o seu Governo no setor agrícola. Ainda nesse discurso, encarou outros aspectos da economia nacional e demonstrou a razão da afluência de capitais em alguns Estados:

“As grandes diferenças de nível de riqueza entre São Paulo e o Distrito Federal e o resto do País são, evidentemente, motivadas pelo afluxo de capitais, incomparavelmente, mais nessas unidades do que nas outras.

“O Brasil só pode oferecer aos mercados internacionais em concorrência com outros povos, poucos produtos de grande consumo mundial, produzidos economicamente. Nos tempos coloniais, exportou o pau Brasil, o açúcar, o algodão, o ouro, as pedras preciosas e especiarias diversas. Continuou depois a exportar o açúcar até que os mercados mundiais se fecharam a esse produto; continuou a exportar o algodão até que outros povos o suplantaram na organização técnica dessa lavoura, ainda rotineira em todo o Brasil; e entrou a exportar o café e, até há pouco, a borracha, cujo monopólio perdeu ineptamente. Foram esses produtos os concentradores de capitais em nosso país.”

Em 27 de Maio de 1935, na Conferência Comercial Pan-Americana de Buenos Aires, Macedo Soares assim se pronunciou, depois de expor as diversas fases do capitalismo:

“Se a civilização é o crédito, a supressão do crédito é a negação da civilização. Ora, nenhum povo enérgico, esclarecido, poderá aceitar uma situação econômica que redunde na destruição de sua civilização.

“Do que precisamos é, pois, restabelecer o crédito, restaurando o comércio internacional. Devemos produzir, assegurando a faculdade de negociarmos os excessos da nossa produção, obtendo, assim, as utilidades que outros países nos poderão for-

necer para nosso conforto. Isso era a chave do velho capitalismo. Continuará a ser a do futuro capitalismo”.

Referindo-se às conclusões desse Congresso, disse:

“Chegamos assim às conclusões da verdadeira política americana que esta conferência vai ajudar eficazmente a construir. Em primeiro lugar, a liberdade, depois a ordem jurídica, em seguida, a justiça, presidindo sinceramente as relações internacionais.”

.....

“O crédito é o expoente do regime econômico, formado na nossa civilização. Quem diz crédito, diz produção, comércio internacional e riqueza. Só há uma política conducente ao crédito, que é um fator de ordem internacional: é a política da liberdade, da fraternidade e da justiça entre as Nações”.

Sobre a política monetária, já então com responsabilidades no Governo, como Ministro de Estado, em discurso de 30 de Agosto de 1935, disse:

“A mais volumosa corrente de opiniões técnicas em assuntos financeiros e econômicos reconhece hoje que uma política monetária saudável não se pode basear exclusivamente no ouro. O outro lastro que lhe dá o sinal das realidades da vida é o “efeito comercial”. A correlação evidente entre o curso dos negócios e o curso da moeda não é uma descoberta moderna. Já em 1808, Mollieu, o inspirador dos primeiros estatutos do Banco de França, considerava as letras de câmbio como capazes de figurar nos balancetes, no título “papel-moeda”. Efetivamente, o objeto normal das trocas é a mercadoria e o ouro, sendo um aferidor regido de valores, também é uma mercadoria sujeita às leis da oferta e da procura.

“Na experiência Roosevelt, vimos uma grande Nação com enormes depósitos ouro-metal, com saldos formidáveis nas suas balanças comercial e de contas, praticando violentamente a política da desvalorização do dólar: 1.º — para aliviar o peso das dívidas nacionais e particulares; 2.º — para facilitar a exportação de mercadorias, restabelecendo, assim, a produção industrial e agrícola, isto é, procurando trabalho para as massas de desempregados.

“Os economistas da escola de Manchester não poderiam prever essa contingência econômica, dando tão terrível desmentido às suas teorias clássicas. Hoje, sem dúvida alguma o crédito nacional é o que corresponde às relações do comércio exterior. O fato é a mercadoria e o seu tráfico; o câmbio monetário é um denominador comum de valores, que não deve ser perturbado pelo valor próprio do metal e suas contingências comerciais. A

Rússia, a Alemanha, a Itália e alguns outros países estão dando o exemplo de uma política de submissão do câmbio monetário, às trocas reais do comércio exterior.

A crise atual do mundo pode separar as moedas interna e internacional, mantendo entre elas a relação do valor real da produção agrícola e industrial. Será essa, talvez, a chave de uma civilização futura terrivelmente influenciada por seus problemas econômicos."

No Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro, em 1943, José Carlos de Macedo Soares, como Delegado da Federação das Indústrias de São Paulo, relata a tese "Interdependência econômica das Nações. Participação do Brasil nos planos econômicos e financeiros internacionais". Nesse seu trabalho, demonstra que, por ocasião da assinatura do tratado de Versailles, a idéia de interdependência econômica das nações já era pacífica, mas, entre as duas grandes guerras, crescera o poder intervencionista do Estado, passando a constituir o grande problema mundial. O intervencionismo, segundo Saitzew, citado por Macedo Soares, servia para designar diversas atitudes político-sociais: economia dirigida, interveniente ou organizada; capitalismo regulamentado ou planejado, néo-capitalismo, néo-mercantilismo, reformismo social, estatismo, corporativismo. Tudo isso medrava nos regimes totalitários e chegou até a contaminar os Estados Unidos com o famoso "National Industrial Recovery Act" (NIRA), julgado inconstitucional pela Suprema Corte. Com o fracasso da Sociedade das Nações, surgiu a Carta do Atlântico, trazendo modificações no conceito de soberania, e, no seu artigo V, declarou que as Nações Unidas, instituídas naquele pacto "desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as Nações, com o fito de conseguir para todas melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social".

Comentando a declaração do artigo IV, daquela Carta, cujo texto é o seguinte: "Com o devido respeito às suas obrigações já existentes, se empenharão para que todos os Estados, grandes e pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias-primas do mundo de que precisem para sua prosperidade econômica, Macedo Soares, depois de desenvolver a tese, apresenta nove conclusões, as quais contêm três idéias básicas: a) — as nações mais adiantadas preocupam-se com as questões financeiras, as outras interessam-se pelas questões econômicas; 2.º) — todas as reformas sociais, políticas e financeiras do após guerra terão de se apoiar, necessariamente, numa sólida situação econômica, auspiciando a Organização Internacional do Trabalho, não só as condições de trabalho, como também as condições de vida dos

trabalhadores; 3.º) — a necessidade de serem elaborados de conjuntura internacional, dada a existência de profunda diferenciação entre os níveis econômicos das nações. O relator dessa tese, Professor Luiz Dias Rollemberg, pela sua aprovação assim concluía:

“Trabalho de estadista, de larga experiência, não há como obscurecer que esta tese delinea com precisão e lucidez as linhas mestras da orientação brasileira no após guerra, estando destinada pela elevação dos pontos de vista como pelas razões que estão fundamentadas e ainda pela oportunidade de suas indicações a ter justa repercussão no Brasil e no Exterior.

“Devendo por este motivo a mesma tese ser remetida pelo Congresso Brasileiro de Economia à Presidência da República, pondo-se em destaque que a iniciativa do embaixador Macedo Soares, no sentido da criação imediata de uma comissão oficial encarregada de examinar o ponto de vista nacional, ante a necessária coordenação de economia de após guerra, como de outras medidas igualmente justas e momentosas e que certamente serão adotadas pelo governo brasileiro, valerá como um mais relevante serviço prestado por V. Excia. ao país.” A tese foi unanimemente aprovada em sessão plenária da Conferência.



A estatística, pela sua objetividade, foi sempre elemento importante nos raciocínios de ordem econômica e financeira. O presidente Getúlio Vargas aproveitou os predicados e os conhecimentos técnicos de Macedo Soares, neste setor, para nomeá-lo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de seus Conselhos. A ação que durante cerca de 15 anos ele exerceu à frente desse Instituto é bastante conhecida e os resultados do planejamento para a nacionalização dos dados necessários para a sua finalidade são patentes e consultados pelos que se interessam por esses assuntos. Só a ação prestigiosa de seu Presidente removeu os entraves para os acordos firmados pela União com os Estados e Municípios, e coleta necessária aos Departamentos Regionais e Estatísticos.

A matéria-prima indispensável às grandes sínteses numéricas nas quais se refletem os múltiplos aspectos da realidade nacional, o levantamento sistemático das correntes internas do comércio, a “guia Nacional de exportação”, indispensável desde que aos Estados couberam os impostos de exportação, — o levantamento da produção agrícola e a estatística industrial foram preocupações e realizações de Macedo Soares, como se poderá verificar dos relatórios anuais por ele elaborados.

O *Anuário Estatístico do Brasil*, publicação sistemática da-

quele Instituto, é desdobrada sob diversas modalidades e divulga informações básicas para o conhecimento da economia nacional; a *Revista Brasileira de Estatística* e a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística* pelo Prof. Milton Rodrigues são outras tantas realizações do Instituto, que, além disso, não descarta do aperfeiçoamento cultural e técnico dos seus servidores.

Coube, ainda, ao Instituto, sob a Presidência de Macedo Soares, superintender o recenseamento geral do Brasil, no ano de 1940, empreendendo “a operação censitária de maior envergadura já tentada na América do Sul, não apenas pelo grande volume da massa de população a recensear, mas pela extensão e profundidade das indagações em sete diferentes censos: o demográfico, os econômicos-agrícola, industrial, comercial, de transportes e comunicações e de serviços e o social”. Em relatório, diria Macedo Soares, em 1943:

“São impressionantes algumas das revelações que os resultados preliminares propiciam, exprimindo o notável ritmo de progresso do Brasil contemporâneo. Esses testemunhos teriam de constar, evidentemente, de um enorme volume de questionários, cuja coleta, crítica e apuração assumem um vulto jamais excedido por outro empreendimento técnico-administrativo de nossa história, deixando a perder de vista o dos trabalhos de censo de 1920. De fato, o crescimento verificado na população — de 30 para 41 e meio milhões —, no total de propriedades agrícolas — de 600 para cerca de 2 milhões —, na soma de estabelecimentos industriais — de pouco mais de 13.500 para aproximadamente 52.300 —, para só falar nas indagações comuns a ambos os recenseamentos, bem assim o aprofundamento dessas pesquisas, deram lugar a que a tarefa de agora assumisse tão vastas proporções”.

“No entender dos especialistas, não seria possível obter de uma operação censitária maiores proveitos, quanto à revisão das estimativas há longo tempo em curso, do que os alcançados com este censo. Por outro lado, sentem todos quantos estão a par da profundidade das indagações dos inqueritos lançados, que o material, ao dispor dos administradores e dos estudiosos, é de uma riqueza inestimável, e tanto mais sugestivo quanto se refere, em parte, a aspectos — até então inteiramente ignorados — do *complexus* de um país jovem, em um período importantíssimo de sua história”.



Com a eficiência demonstrada em todas as ocasiões que atendeu ao chamado da Pátria, exerceu Macedo Soares, por três vezes, nos governos: Vargas, Nereu e Kubitschek o cargo de

Ministro de Estado das Relações Exteriores. Foi acentuadíssima a tarefa desse Ministério, durante esses períodos, no sentido de colocar a posição do Brasil, no campo internacional, como um dos defensores da idéia de maior cooperação econômica e financeira sobre bases mais sólidas, articulando, principalmente, perante as Nações Unidas, um programa de desenvolvimento econômico mais eficaz. Foram inúmeros os tratados de comércio que assinou nessa sua gestão, principalmente, entre as nações sul-americanas. Em 1956, dizia Macedo Soares, em discurso pronunciado por ocasião da assinatura de diversos acordos e declarações conjuntas brasileiro-uruguaias:

“Os formidáveis progressos das comunicações e transportes acham-se certamente no início do movimento renovador. Mas sejam quais forem as causas materiais da condensação do mundo, o fato é que as relações exteriores têm de traçar novas orientações para suas atividades, não perdendo contato com as realidades do planeta que habitamos. Não é de hoje que se nota a frequente ampliação da obra de mútuo conhecimento das nações do hemisfério. Procuramos, aguçando uma curiosidade benéfica, inteirar-nos da vida dos vizinhos. Queremos estreitar relações culturais e comerciais na esperança de preenchermos os vazios da nossa existência nacional com as contribuições mais ou menos diferenciadas de povos irmãos.”

★

Com todos estes aparatos, tirados da obra da doutrina e da atividade de José Carlos de Macedo Soares, poder-se-á repetir o pensamento de Cícero: “Eis o que sabem fazer os que têm a alma forte e que confiam na sua prudência e na sua sabedoria”. “*Hac sunt opera magni animi et excelsi; et prudentia consilio-que fidentis.* (De officiis, L. I, XXIII).

* * *

Identidade de motivos, causas comuns, comunidade de inclinações, dão ao homem público muito de jornalista, tanto na formação da consciência popular, como na orientação da opinião pública. O rádio e a televisão, modernamente, suplantaram a imprensa, no sentido de atualidade, de presença, de intimidade, mas o periodismo sublima-os no sentido de permanência de idéias, de responsabilidade de atitudes, como elemento capaz de servir de testemunho seguro no instante em que é preciso apelar para o que se disse.

No Brasil, o jornalismo, como profissão habitual, é de hoje. Antes, poucos profissionais existiam, especialmente nos Esta-

dos. As folhas de maior circulação eram mantidas, em regra, em função dos partidos políticos. Orientados, principalmente, pelos intelectuais dos partidos, que dirigiam a redação, ajudados por moços de boa vontade e aspirantes à política, os jornais não conseguiam publicidade suficiente para manter e sustentar um corpo regular de redatores. Presos por laços sentimentais ao jornal, aqueles moços, quando cultivavam as letras, mantinham interesse pela divulgação dos episódios que empolgavam, de coisas que viam, de idéias que agitavam. Essa imprensa fez a Independência, exigiu a Abdicação, manteve o entusiasmo na guerra do Paraguai, empolgou a Abolição e preparou a República. Os jornalistas que isso fizeram eram políticos antes de serem jornalistas eram literatos, antes de serem políticos.

Ruy Barbosa, como jornalista político, considerava o jornalismo uma das suas idéias fixas que menos tinham variado. Pelo jornal, o grande brasileiro, segundo afirmava, abria essa janela de sua alma, por onde se acostumára, durante tanto tempo, a conversar, todas as manhãs, para a rua, com seus compatriotas, na mesma plenitude de franqueza, com que se dirigia para dentro de si mesmo. Por aí se vê o que é o jornal para o homem público, ou melhor, para o homem de ação política. Mostrava, ainda, Ruy, agradecendo homenagem de jornalistas, o que era jornalismo: "o jornalismo põe o homem em comunicação viva com a sua nacionalidade pelos infinitos órgãos de relação que a publicidade estabelece e franqueia-lhe uma escola singular de experiência, trabalho, discrição e intrepidez".

Ligado desde moço aos meios intelectuais, redator do jornal acadêmico "XI de Agosto", comprazendo-se na companhia de jornalistas, freqüentador de redações, encantado pelas campanhas políticas como a do civilismo, seduzido pelo sucesso profissional de seu irmão mais velho, José Eduardo, quicá o maior dos jornalistas brasileiros, pelo vigor no combate, pela penetração do estilo — José Carlos de Macedo Soares, por temperamento e pela formação mental, muitas vezes colabora nos jornais. Escreve para o "Jornal do Comércio", para o "Diário Carioca", para "A Noite", para "O Estado de São Paulo" e para diversas revistas, não só trabalhos de doutrina, como artigos com láivos de reportagens.

Leia-se, por exemplo, a série relativa às eleições nos Estados Unidos, sobre a instrução pública e escola de fachada, sobre o café, a borracha e outros assuntos. São todos escritos de maneira simples, de cunho eminentemente acessível ao grande público, férteis na apresentação de detalhes que interessam ao homem da rua, ávido de conhecer assuntos do momento, vividos contemporaneamente, relatando doutrinas, pessoas, fatos, circunstâncias. Nesse sentido, é José Carlos de Macedo Soares um confrade dos homens de imprensa. E — porque não afirmar

— um jornalista é ele também, quando, como homem de Estado, em discursos, conferências e entrevistas define seus programas, explica seus atos, defende suas atitudes, exhibe seus trabalhos. E, assim, nos cargos e nas comissões diplomáticas, Macedo Soares sempre se apresentou nos jornais “para uma comunicação viva com a sua nacionalidade”.

Para ele, aliás, o jornal é, sobretudo, um veículo alado, cheio de idéias fugazes. Dirá êle, no discurso de posse da Academia Brasileira de Letras: “As páginas de um jornal desfolham-se numa ligeira manhã. São o repositório do orvalho, tremeluzente da novidade, um ligeiro perfume, realidades compostas sublimemente de efeitos de luz, reduzindo-se, na mais das vezes, a um ponto de vista cambiante a passageiro”.

Ao contrário de seu antecessor na cadeira, Victor Vianna, para quem o jornalismo é um gênero literário, entende Macedo Soares que o jornalismo não é, como o livro, reserva de idéias, é movimento de vibração intelectual, com uma função política:

“Qual o jornalista diz ele que perde seu tempo, se preocupa, se emprega, se arruina, nessa exibição meticulosamente exata da representação literária dos fatos que descreve? Para fazer o seu jornal vivo e crepitante, bastam-lhe a clareza e a graça, a ajuda do bom gosto natural — a elegância do “currente calamo”. Nem há tempo para mais. Não. O jornalismo não é um gênero literário. O jornalismo é uma função política. A expressão “política” veio-nos do grego e corresponde em vernáculo à “ética do Estado”, ou, por outra: a filosofia moral do Governo dos Estados. Ora, tudo no jornalismo moderno corresponde superiormente à ordenação moral e intelectual da sociedade. O simples noticiário de polícia aparentemente o primeiro degrau da profissão jornalística põe no seu tecido as paixões, os interesses, as alegrias, os sofrimentos, as dúvidas e as ilusões da existência individual e coletiva diariamente exemplificados, ostentando-se com um ensinamento eloquente, filho do conhecimento e da prática.

“Os jornais são os cinco sentidos das aglomerações humanas. Constituem a atmosfera comum em que vibram as inteligências de um povo, formam a contigüidade de opiniões, estabelecem as fórmulas que uniformizam o conhecimento assim acessíveis a todas as bitolas mentais. No jornal, o mais humilde, o mais modesto sinal tipográfico tem sua significação eminentemente social e, portanto, política”.

Estudioso da sociologia e da história, Macedo Soares, nesse discurso de recepção, apresenta a evolução da liberdade do pensamento que, para ele, contemporaneamente, “é um conceito cuja substância se forma na cultura e civilização de um povo, mas cujas normas políticas e jurídicas dependem das institui-

ções do Estado". Julga muito passageiro o período em que a imprensa foi verdadeiramente livre e, com a história, justifica:

"Relembremos o brevíssimo trânsito da imprensa livre. Nasceu em 30 de Maio de 1631, o jornal de Theopraste Renoudot, contemporâneo da Academia Francesa, também amparado pelo braço poderoso do grande gênio político, o Cardeal Richelieu. "LA GAZETTE" teve um precursor em Veneza "FOGLI AVVIZI", cujos exemplares se vendiam pela moeda da República dos Doges, chamada "gazetta", e daí lhe veio o nome. Contudo, a notoriedade da folha volante de Renoudot valeu-lhe a consagração da prioridade, como aconteceu aos irmãos Montgolfier em relação ao nosso Bartholomeu de Gusmão, que os precedeu na invenção dos balões.

"Se o ano de 1631, viu nascer o primeiro jornal impresso, que foi o germe da imprensa moderna, não viu por certo nascer o jornalismo livre. Desapareceram a censura, os registros, as cauções, as declarações de responsáveis. Mas as luzes dessa madrugada de liberdade duram pouco. Em França, só a III República com a lei de 1881, firma a liberdade de imprensa".

E, depois de mostrar que no Século XIX somente a imprensa inglesa conseguiu atravessar incolume, pois os regimes, nas agitações e guerras sempre manietaram os órgãos de publicidade e, depois de exibir um episódio que, para ele, "encerra o ciclo da imprensa de opinião, iniciando o da imprensa de informação", acrescenta:

"E a imprensa que foi na segunda metade do século XIX a voz essencialmente política, o grande órgão da opinião democrática, o ambiente espiritual em que respiravam as instituições políticas e jurídicas adequadas a esse tempo — transformou-se, no século em que vamos, num dos seus mais graves problemas sociais, pois que o capital com suas irresponsabilidades morais, a indústria com seus múltiplos tentáculos e a finança com sua tendência internacional, se apoderaram do instrumento da inteligência na formação da opinião pública para aplicá-la no interesse de seus negócios e ganhar dinheiro".

Mas, para Macedo Soares, não foram só esses poderes que empolgaram e procuraram abafar a imprensa de opinião, foi, principalmente, o poder do Estado. Estávamos, na ocasião, em pleno regime de uma Constituição outorgada. Macedo Soares toma-a para exemplo, quando, no artigo 122, depois de assegurar o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade declara: "Todo o cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei".

"Evidentemente, diz ele, trata-se de um direito garantido, não de uma licença arbitrária. Mas a letra a desse dispositivo

admite na normalidade constitucional a censura prévia da imprensa, com o fim de garantir a paz, a ordem e a tranqüilidade pública. Quem é o juiz dessa finalidade? O governo, quer dizer: o Estado policial. A constituição manda que a imprensa se regule por lei especial e logo no frontispício dessa lei afirma que "exerce uma função pública". Ora aí não se trata do exercício de funções administrativas por agentes do Poder público. A "função pública", à que se refere o dispositivo constitucional, prende-se à nova concepção dos deveres do Estado na garantia ativa dos direitos individuais".

Nesse sentido, com a Constituição de 1946, restauramos princípios mais sãos, quanto à manifestação do pensamento, pois ela declara-a livre "sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer..." Mas, na verdade, transferindo para os preceitos da lei certas responsabilidades, nem por isso deixa o Estado de intervir, constringendo. Ainda agora poderia repetir Macedo Soares que, em certos setores, o Estado continua sendo "entidade rígida, à qual tomou a si realizar na lavoura dos deveres coletivos a colheita dos direitos individuais".

Mesmo afastado de cargos públicos, Macedo Soares foi sempre inclinado ao estudo de assuntos políticos. Quando das eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, para o período de 1929 - 1933, publicou interessantes artigos no "O Estado de S. Paulo", reunidos, posteriormente, em volume(*), prefaciado por Nestor Rangel Pestana, então secretário do jornal. Ninguém melhor para apreciar um jornalista do que outro jornalista. Dele, disse Nestor:

"A obra que neste volume se enfeixa fala por si mesma. Escritos despretensiosos de feitio puramente informativo, para atender a circunstâncias do momento, contêm, entretanto, doutrina política da melhor e deles decorre uma excelente lição democrática. É que o autor, sempre dominado pelo seu grande amor ao Brasil, não perde nenhum acontecimento de importância, cujo conhecimento possa trazer benefícios à sua Pátria. Nesse particular, realiza o autor o tipo do publicista de que mais necessitamos neste período de salutar agitação política, em que as figuras mediócras em redor das quais se movimentam, em as figuras mediócras em redor das quais se movimentam, em lutas estereis, os simulacros de partidos que monopolizaram a vida pública no Brasil. Nenhuma lição mais oportuna e mais útil na atualidade do que a desse grande povo ianque, em pleno exercício da democracia, movendo trinta milhões de eleitores

(*) As eleições presidenciais nos Estados Unidos, separata da «Feira Literária», vol. XII — São Paulo, 1928.

para a escolha do chefe da Nação, num livre embate de idéias dentro da mais ampla liberdade de discussão”.

“Todo o mecanismo dessa ação formidável aí vem descrito com precisão, de par com a formação histórica dos partidos e o envolver das idéias centrais dos respectivos programas”.

Concorriam ao supremo posto: Herbert Hoover, pelo partido republicano, e Alfred E. Smith, pelo partido democrata. “Os nomes dos dois grandes partidos políticos norte-americanos, diz Macedo Soares, não definem os programas respectivos. Quer os republicanos, quer os democratas, são nos Estados Unidos, sinceramente, republicanos e democratas, no sentido corrente da palavra”.

E, depois de fazer um retrospecto da vida partidária de cada um dos campos políticos, girando quase sempre em torno do direito federal e o fortalecimento da União de um lado e o protecionismo alfandegário de outro, Macedo Soares explana o mecanismo dos partidos para indicação dos candidatos. Em seguida, apresenta a estrutura das plataformas partidárias e explica:

“Na União Norte-Americana, as eleições presidenciais realizam-se em duas fases: primeiro, são designados os eleitores presidenciais, os quais, por sua vez, em dia prefixado, elegem os dois supremos magistrados do país. A Constituição Federal consignou no artigo II, Secção I.^a, e na Emenda XII, o processo da eleição indireta para a escolha do Presidente e o Vice-Presidente da República. Em dia previamente marcado para todo o país, cada Estado elegerá, pelo modo que o seu respectivo poder legislativo determinar, um número de eleitores igual ao número de senadores e deputados que o dito Estado tenha direito de enviar ao Congresso, sendo que nenhum senador ou deputado, ou pessoa no exercício de cargo de confiança ou de retribuição dependente do Governo, poderá ser escolhido eleitor.

“Como vemos, pelo sufrágio universal, são escolhidos os eleitores presidenciais, os quais, como legítimos mandatários do povo, escolhem os supremos magistrados do país. A Nação, portanto, delega poderes especiais a um corpo eleitoral, que a representa expressamente na escolha do chefe do poder executivo e de seu substituto ventual”.

Assim, com o espírito sempre alerta para os grandes problemas que interessavam a educação cívica do povo, Macedo Soares, em suas viagens, no seu exílio, possuindo o sentido exato daquilo que teria receptividade, recolhia impressões pessoais, estudava costumes e os transmitia, com simplicidade e clareza, à apreciação do leitor.

O jornal é, principalmente, atualidade, mas quem percorrer as páginas de antigos jornais arquivados, será despertar, com

a mesma irradiação, as idéias que as inspiraram. Muitos artigos terão um sabor de história, mas o leitor sentirá no ambiente uma certa influência viva e familiar da presença dessas idéias, principalmente, quando elas são doutrinárias e políticas. Essa atmosfera é sentida nos assuntos tratados por Macedo Soares.

Quem escrever a história da instrução pública em São Paulo não esquecerá, pela repercussão que tiveram, os artigos de Macedo Soares, publicados no "O Estado de S. Paulo", sob o título "Escolas de Fachada". Foram também reunidos em panfleto. Estuda, em seus detalhes pedagógicos e em sua organização administrativa e técnica as diversas peças existentes na instrução pública de São Paulo, fazendo um histórico e glosando a legislação referente a cada uma delas. Na época, era Secretário do Interior, — a quem estava afeto o setor do ensino —, Oscar Rodrigues Alves, herdeiro das excelsas virtudes patrióticas do Pai, espírito aberto a todas as iniciativas úteis, desviado, posteriormente da política, pelo desenganosos ambiente que se formou em São Paulo. No seu programa, na gestão de sua pasta, Oscar Rodrigues Alves, admitindo que a instrução pública em São Paulo era modelar, mas que lhe faltavam instalações materiais condígnas, iniciou a construção de alguns edifícios para neles funcionarem grupos escolares. Não era contra isso Macedo Soares, mas advertia o Governo da necessidade imediata de uma nova Lei Orgânica da Instrução Pública, pedindo se atendesse, antes de mais nada, ao elemento técnico e humano, pois, até então, a legislação era fracionária e inconsequente.

"Basta de reformas parciais", dizia ele, "tendentes, em regra, a desarticular mais ainda a nossa já tão avariada organização escolar. Basta de regulamentos, promovidos pelo prurido reformador, e que são feitos exclusivamente com espírito burocrático, sem a menor inspiração nas sínteses pedagógicas. Basta de programas pomposos, absolutamente inexequíveis. De uma grande reforma integral é que o nosso grande Estado tem precisão".

O Jardim da Infância, as Escolas Normais, as Escolas Complementares, o Ginásio da Capital, a Escola Normal de São Paulo mereceram estudo cuidadoso em articulação, muito objetiva, com as doutrinas pedagógicas modernas, adaptadas ao meio social paulista. O sistema educacional a ser adotado foi também apresentado nesses artigos e, quanto ao elemento humano, dizia Macedo Soares:

"Uma escola onde não reine o menor vislumbre de orientação pedagógica, dotada de horário péssimo, onde falte por completo a disciplina entre os alunos e a dedicação dos mestres, — pode, em pouco tempo, pela simples substituição do diretor, tornar-se uma escola modelar. O professorado paulista

possui elementos de valor, com os quais se pode contar absolutamente para o reerguimento da instrução pública! Aí estão, antes de mais nada, as professoras, que em sua grande maioria, dedicam-se carinhosamente aos discípulos, não medindo sacrifícios pela escola. Orientadas com acerto por uma direção inteligente, elas poderiam, em verdade, conseguir resultados admiráveis de suas classes. O elemento feminino do magistério paulista honra o professorado de qualquer país culto!"

É pena que não tenha Macedo Soares coligido outros assuntos que tratou pelos jornais. Nas visitas feitas ocasionalmente às redações, nos cavacos com os seus amigos, principalmente no "Imparcial", no "Diário Carioca", jornais de propriedade de seu irmão, no "Jornal do Comércio", tradicional porta-voz de Governos e Ministros, tratando de assuntos contemporâneos, escreve ele tópicos e ineditoriais, sem a sua assinatura, mas com o seu espírito atilado e o sabor seguro e prático com que sabe encarar as realidades e os homens.

Não devemos terminar sem mostrar um aspecto de político, com alma de jornalista. Vida sedutora, pelas atitudes assumidas, pelas lutas travadas, pelo encanto da personalidade, pela harmonia de conduta, foi a de Júlio Mesquita. Fazia parte daquele grupo inicial, pleno de inteligência e ação, que impeliu para a vitória os convencionais de Itú. Educado no campo largo do combate e da oposição, inteligência cheia de luz e generosidade, tendo fundado com Rangel Pestana, Américo de Campos e outros vultos eminentes a "Província de São Paulo", que, na República, seria "O Estado de São Paulo", conseguiu manter o jornal com o sacrifício que só os velhos paulistas serão capazes de testemunhar, depois que acontecimentos políticos e situações financeiras afastaram os demais. Com a sua morte, seus filhos mantiveram, no jornal, a mesma linha de conduta: um grande espírito público, uma autoridade moral cheia de coerência, lealdade e comunhão de princípios com as grandes causas e, principalmente, identificação de corpo e alma com a democracia. Esse jornal não convinha, portanto, ao regime institucional de 1937, onde, ao invés, de harmonia de poderes, prevalecia o executivo. Combatendo o bom combate, "O Estado de S. Paulo" viu-se um dia confiscado pelos poderes públicos, para que aquele regime pudesse, sem entraves, prosseguir sua ação dissolvente sobre as consciências. Tornou-se, então, um jornal amorfo, inexpressivo para o grande público leitor.

O paulista nunca se conformara com aquela apreensão. Macedo Soares, vivendo em São Paulo, sentiu isso. Quando convidado para Interventor de São Paulo, em 1945, no Governo Linhares, ainda em Campos do Jordão, antes de assumir o cargo, confiou a um amigo sua idéia de devolver à família Mesquita "O Es-

tado de São Paulo". Não é só a interpretação do sentimento coletivo; não é só o seu grande senso de justiça que a isso o impele, como também aquele laço sentimental que desde a mocidade o prendia ao jornalismo, contribuiu para essa atitude. Vale a pena reviver o episódio.

Logo que assume a Interventoria, trata Macedo Soares de pôr em execução sua idéia de reintegrar a família Mesquita na posse do jornal. Já havia entregue "O Correio Paulistano" aos remanescentes do partido político que o fundara. Mas a entrega do "Estado", por ter sido, posteriormente, objeto de coercitiva transação com a maioria dos acionistas da sociedade anônima, demandava um levantamento contábil, exigindo mais tempo. Neste interim, os correligionários de Macedo Soares, alertados da influência que o jornal, entregue em mãos de seus adversários políticos poderia exercer na campanha presidencial que se avizinhava, procuram impedir a devolução, argumentando com o absurdo que representava o ato de entrega de tão poderosa arma aos partidários de Eduardo Gomes. Neste sentido, agiram, inutilmente, os Chefes regionais. Dirigem-se eles aos chefes na Capital Federal para que influam junto a Macedo Soares. Este se obstina na sua atitude.

Quem escreveu estas linhas foi portador desse apelo recebido e encaminhado por Macedo Soares ao então Ministro da Justiça, Prof. Sampaio Doria, com a reiteração da sua idéia, já corroborada pelo Ministro, de entregar o jornal. Sampaio Doria, lendo a missiva, escrita em tom de agravo, disse: "Diga a José Carlos que, se os seus correligionários estão assim tão ressentidos, se estiver em dificuldades, que espere melhor oportunidade". Quando chegamos de volta a São Paulo, ao transmitir a sugestão conciliatória do Ministro Sampaio Doria, Macedo Soares retrucou que a entrega seria imediatamente após o levantamento dos valores de patrimônio público empregado no jornal, dos quais devia o Tesouro ser indenizado. Ordenou que se apressasse tal levantamento. E, com a apuração desses valores e a indenização dos mesmos pelo grupo constituído pela família Mesquita, foi o jornal devolvido, para reincetar sua missão tão eminente de paradigma na sociedade paulista.

Quando um homem, sacrificando suas ambições políticas, naturalmente, alimentadas quando se encontra no poder, é capaz de raciocinar com a elevação de idéias que redundam no respeito à liberdade e à propriedade, essa harmonia de espírito só pode emanar de quem não tem vícios na alma. Não foi, portanto, uma atitude política, no sentido vulgar da palavra, a entrega do "Estado" aos seus donos; foi tendência de um coração bem formado, impelido pelo anseio de fazer justiça, custasse o que custasse.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES O PROFESSOR

Chiquinha Rodrigues

Quem se detiver na leitura do seu ainda hoje oportuno livro "ESCOLAS DE FACHADA", vindo à lume em 1920, enfeixando artigos de crítica à organização das escolas públicas do Estado de São Paulo, concederá ao nosso biografado a honra de conhecer de modo integral o aparelhamento de nossa educação, não apenas através da rede de estabelecimentos de ensino em nossa terra, mas principalmente nas relações entre a escola e a comunidade a que ela serve.

E isso vem de longe pois os artigos são de 1920, e saíram publicados n'O Estado de S. Paulo que, destarte, esposou fielmente a manifestação sincera e corajosa do mestre insigne José Carlos de Macedo Soares.

Entanto, se na ocasião ele apontou lacunas justas, sugerindo correções inadiáveis, forçoso é colocá-lo, sem favor algum, como pioneiro e precursor de idéias oportunas e patrióticas, todas elas de indiscutível valor e notável aplicabilidade à escola paulista de então como a da hora presente.

Em seu parecer sobre o ensino público paulista, no árduo mister de avaliar o que ainda hoje é considerado o melhor do país, nesse terreno, o autor de "ESCOLAS DE FACHADA", julgando serena mas profundamente o caso em que se alicerça a grandeza da pátria, isto é, a escola em si, esclarece e amplia, aprofunda a giza com marcante rigor, a tarefa de Rui Barbosa ao apresentar um programa alto para a mesma questão, na sua magnífica.

"REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO E VÁRIAS INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA"

Volume publicado em 1883 e em boa hora reeditado em 1947, pelo Ministério da Educação e Cultura.

Macedo Soares apresentou em 1920, as falhas do aparelhamento de ensino aqui existente, enquanto Rui estende para os estudiosos o painel que a instrução deve ter, no Brasil remoto do fim do século 19, quando não se dera ainda o surto industrial, iniciado em 1900, com o emprego do ferro e a aclimação real do alienígena em nosso país.

“ESCOLAS DE FACHADA”, em apenas quarenta e três páginas, aponta falhas, censura desmandos, cita erros, apresentando meios e modos de consertar o complexo aparelho didático então existente, ainda hoje parcialmente em voga, oferecendo aos técnicos problemas de difícil solução.

Dai, para euforia nossa, surgir o autor mais uma vez como precursor, também na esfera educacional, ele que vanguardeiro nas lides democráticas, tanto e tão lealmente, vem servindo o Brasil, dentro e fora de suas lindes.

Como filho de mestre notável, trilhava, desde adolescente, o caminho dos altos estudos universitários, não apenas como aluno e mestre mas principalmente como diretor do Ginásio “Macedo Soares”, imprimindo aí diretrizes nunca igualadas, quanto mais superadas em quaisquer escolas desse nível no Estado de São Paulo e quiçá no país.

Mas, no livro “ESCOLAS DE FACHADA” três questões relevantes surgem para o julgamento do leitor, surpreendendo-o pela precisão que as caracterizam.

São elas:

- a) a citação concatenada e honesta das leis e dos decretos que o ensino paulista teve até 1920;
- b) a situação real das escolas da época, o que atesta acurado estudo do assunto e nítida compreensão do problema;
- c) a apresentação sincera, extensa e profunda da série de medidas capazes de promover o conserto de tais escolas, de modo a prepará-las para atender à solicitação da época, como até a hora presente, desde que os males que a desabonavam ainda não foram sanados.

Do estudo por ele realizado então, conclui-se que exaustivas pesquisas foram feitas, permitindo a constatação dos erros e das lacunas no panorama do ensino paulista, onde, para mágua nossa, os problemas se desdobram, em consequência das modificações que o progresso cria e a evolução exige, para evitar o mal sem peias da improvisação, em todos os setores das atividades humanas.

Assim, o sr. Embaixador Macedo Soares estudou o problema no tempo e no espaço, mediante observações do que realmente existia então, das modificações exigíveis para o presente e para o porvir.

Seu livro, assim erudito, tem o sabor das idéias atuais, de marcante oportunidade, atestado de sua presciência em assunto de tamanha monta e tal relevância como é sempre a educação.

No primeiro capítulo de seu livro estranha o autor que o Jardim da Infância, da então Escola Normal "Caetano de Campos", da Praça da República, moldado nos planos de Froebel, não tenha cogitado de promover, desde o seu início, a indispensável adaptação à vida brasileira, onde a criança, de notável atividade pela precoce inteligência e por influência do meio, pode e deve exigir mais. Entretanto, na época, esse serviço à escola ampliou-se com as características, aqui então implantadas, do ensino norte-americano trazido pela "famosa Miss Márcia Browne", onde e quando até os exercícios de linguagem eram calcados em livros de histórias da América do Norte: moldes estrangeiros previamente traçados para a inteligência infantil dos nossos patricios.

Deixamos a "ciência das mães legítimas para a ciência das mães de empréstimo", afirma o nosso admirável mestre, aludindo à situação a que ficou relegada a criança paulista... quiçá de então até hoje...

Assim, São Paulo, pelo Decreto 342, de 3 de março de 1896, tendo um jardim da infância americanizado, deu primazia ao Rio de Janeiro que, pela vontade do grande educador Menezes Vieira e sua esposa Dona Carlota, fundaram, neste país, o primeiro Jardim da Infância denominado "JARDIM DAS CRIANÇAS", expressão usada pelo eminente Rui Barbosa, no seu monumental parecer sobre reforma do ensino primário, já citado anteriormente.

Prosseguindo em seus comentários, ainda de flagrante oportunidade e louvável patriotismo, cita com o traço tão humano, que é galardão muito seu, o nome das professoras em exercício naquele educandário, colocando-as em seu verdadeiro lugar, em dedicação e valia.

Daí, o aplauso caloroso de quantos que, como nós, têm, por mercê de Deus, um entusiasmo sincero pelos jardins da infância, período áureo de transição entre o lar e a escola, entre a mãe e a mestra jardineira, em escola que é, até em São Paulo, privilégio que poucas crianças desfrutam, infelizmente.

— Não há jardins gratuitos.

— Por que?

— Ainda não se deu a esse tipo de escola a importância que ela realmente possui, aqui como no mundo inteiro.

ESCOLAS PRIMÁRIAS

No capítulo II, surge integral, ajustada e concisa a sua preciosa manifestação de abalizado conhecedor do problema. Diz então:

“... as crianças continuam a ser tratadas como frações de um modo único que é a sala de aula.

.....

“... a distribuição das crianças em classe é feita sem se preocupar com as mais banais providências ditadas pelo exame de visão e da audição dos alunos...”

Acresce ainda:

“... as crianças quanto mais dificuldades têm para se instruir menos escolas lhes dá o Estado...” E uma seriação valiosa de senões.

Sobre o ensino rural, questão ainda hoje exigindo medidas de caráter urgente, assim se expressa o mestre notável, em um punhado de conceitos:

- a) Piores escolas... com apenas dois anos de curso...
- b) Programa igual (da roça e da cidade) para alunos diversos...
- c) Professores em início de carreira, bisonhos e não adaptados, na regência de escolas, em geral, plenas de falhas e erros.

A seguir, lamenta a quase inexistência de contato entre pais e mestres, elementos co-responsáveis pelo futuro do elemento humano — o aluno. Frisa a não existência de organizações post-escolares, revelando como, no Brasil, interrompem-se abruptamente as relações entre a criança e a escola. Isso foi estudado há quarenta anos.

Hoje, enquanto nas cidades os estudantes se dirigem para os cursos médios, em geral deficientes, na roça, a escola permanece apartada do aluno. Não apenas porque ele é um lavrador em perspectiva senão pelo que o ensino aí ministrado tem de desinteressante, departamento estanque, sem programa objetivo de caráter geral.

Entanto, afirma o senhor Embaixador:

"... os professores poderão exercer influência notáveis, introduzindo indiretamente nos lares de seus discípulos hábitos de higiene, idéia de ordem, de solidariedade, de respeito às autoridades constituídas". Isso em 1920.

Louva os mestres paulistas, alegando que "... para eles as punições são contínuas e os prêmios escassos."

Ninguém ignora que a situação do nosso magistério foi por S. Excelência melhorada na vigência de sua interventoria.

No Embaixador Macedo Soares predominou sempre a característica acentuada do mestre, como responsável direto e insubstituível na formação das elites.

Como remate, precioso remate, afirma "... hoje nossos professores, perdido o estímulo de outrora, assistem despreocupados o aumento desusado das necessidades do ensino... os mesmos professores de outrora e tão distintos como aqueles".

Desta afirmativa decorre a nossa convicção da atualidade de sua obra, mais uma vez sua palavra de então, tem a oportunidade flagrante que o seu bom senso sempre ditou.

O GINÁSIO DA CAPITAL

No capítulo IV, o autor de "ESCOLAS DE FACHADA" critica a organização didática do ginásio, onde um amontoado de disciplinas lança confusão no cérebro dos adolescentes. Julga muitas delas dispensáveis pela sua inaplicabilidade na vida prática; outras, apenas teóricas e o restante delas mal ensinadas, em um tipo de escola onde os meninos são tratados como adultos, eles que até a véspera eram crianças. Não se cogita da profunda transição entre a escola primária e ginásio. É o aluno que amadurece sozinho e por si só em discreto prazo. É o que se lhe pede, ao galgar o curso médio.

Cita, com lisonjeira oportunidade, a Lei 169, de 7 de agosto que suprimiu do currículo ginásial o ensino de Moral e Educação Cívica...

Que admirável sabedoria de conceitos! Que previsão de técnica construtiva!

"O Ginásio", diz ele: "... é tronco que, ao nascer ficou torto e até hoje não encontrou podador entendido".

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No seu capítulo III, analisa a função da Escola Complementar, calcada no regime educacional francês, onde tal instituto destina-se tão somente a completar o ensino primário, aqui ampliado através da Lei n.º 169, já aludida.

Ela faculta aos seus alunos a regência de classe com o cargo de adjunto. Depois comenta a transformação das Complementares em Normais Primárias, para se deter, com maestria e desenvoltura, no exame das Normais oficiais, lamentando-lhes as falhas e os senões.

É curioso notar-se, também aqui e de modo excepcional, a presciência com que encarou o assunto em 1920, e como o autopsia hoje, dando-nos o atestado de que o tempo não traiu o estudioso especializado da questão; antes o orientou, esclarecendo-o, quando cita Cesário Mota:

“A escola é o mestre”.

“A Escola Normal de São Paulo, em seus planos de estudo, está em desacordo flagrante com a opinião corrente dos grandes educadores” e diz entre outras coisas:

- a) a Moral foi excluída do seu programa;
- b) a Metodologia estudada teoricamente, por pontos seria o mesmo que aprender datilografia sem máquina, mas apenas por compêndio.

E analisando a distribuição das matérias afirma:

- c) “... Na escola Normal de São Paulo 89% das aulas semanais tratam da cultura geral, e, apenas 11% preparam o profissional. Não passa, portanto, de um simples curso de humanidade”.

Cita, de novo, Cesário Mota quando afirmou em 1894, sobre Escolas Normais em se referindo aos professores:

“... se uns se achavam perfeitamente compenetrados do ideal de mestre que é ensinar a ensinar, pareceu-nos entretanto que outros mais se preocupavam com a ilustração do professor”.

Ressalta ainda o autor de “ESCOLAS DE FACHADA” a opinião do eminente mestre de Direito — Dr. A. Sampaio Dória, expedida muito posteriormente a de Cesário Mota, mas em perfeita consonância com a primeira, no tocante a inaplicabilidade da aula à destinação do aluno que é ensinar e a precariedade da prática ou didática.

Assim, dois autênticos valores humanos — Rui Barbosa e José Carlos de Macedo Soares, estudaram a nossa escola, em seus diferentes aspectos, conseguindo transplantá-la de então para hoje e, quiçá para o porvir.

Rui, como gênio, constatou as lacunas da educação do país e propôs-lhe reforma necessária e urgente, já naquela época.

José Carlos de Macedo Soares, senhor do programa e cioso de melhorá-lo, já em 1920, com poder divinatório, estudou, em suas minúcias, a educação da gente paulista, considerada na liderança do ensino do país, oferecendo depois aos seus contemporâneos a súpula das providências a tomar e os remédios cabíveis.

Como Rui, José Carlos de Macedo Soares estudou e previu, antecipando seu juízo sobre os desmandos a reparar delineando-se com mágua mas sem pessimismo doentio. Tal foi a sua conduta aí, como de resto o é, freqüentemente, em sua trajetória de homem público.

Aquele doutrinou como observador através da história.

Este, como mestre, permanecendo sempre na cátedra, onde, dia por dia, preleciona para seus amigos e admiradores, em lições, mantendo-os em estado de alerta para o estudo dos problemas dos indivíduos e das pátrias.

É o mestre um homem raro dentro de sua época, época singular esta, em confronto com o tempo passado que é pleno de lições, sendo o futuro cheio de inquietudes e anseios, de vacilação e temores.

Como é difícil ser grande num ambiente destes!

A CRUZ DE CRISTO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Alvaro do Amaral

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realiza esta grande e festiva comemoração cívica de um fato da mais alta significação para a História de nossa Pátria, qual seja a implantação da Civilização Cristã em terras do Brasil. Recebi o encargo muito honroso de falar sobre a entronização da Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo neste salão nobre da sede do egrégio sodalício a que temos a honra de pertencer, o que devo à nimia gentileza dos ilustres consócios Geraldo Sesso Júnior e Alberto Prado Guimarães, que foram os artífices desta solenidade, o primeiro como proponente da idéia, aprovada unanimemente em sessão deste Instituto, e o segundo, encarregado das providências necessárias à concretização da iniciativa, do que se desincumbiram com a maior capacidade. Note-se, entretanto, que certamente qualquer deles poderia proferir esta alocução com maior brilho do que eu, razão pela qual lhes fico muito grato.

★

O Brasil teve a predestinação de ver sempre seu destino ligado à Igreja Católica, por intermédio do nosso Chefe Supremo, S. Santidade o Papa, e também com Portugal, portanto adstrito à Civilização Cristã e Lusitana.

Como se sabe, logo após a descoberta da América, e para evitar contendas entre os Reinos de Portugal e da Espanha, o Papa Alexandre VI fixou na Bula "Inter Caetera" a célebre linha

de demarcação das terras que viessem a ser descobertas. Aliás, aqueles países resolveram alterar tal localização e, com o beneplácido do Papa, mudaram-na de meridiano, conforme o disposto no Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494.

Logo após esse Tratado, o rei D. Manuel cuidou de se dirigir às Índias, seguindo pelo caminho mais direto, até as terras ainda não conhecidas. Essa expedição compunha-se de treze náus das mais poderosas de que podia dispor. Para Capitão-Mor nomeou o fidalgo Pedro Álvares Cabral, já conhecido pelas virtudes de organização e de direção. Igualmente escolheu com muito cuidado o comandante de cada uma das náus e sua equipagem, incluindo oito clérigos e oito frades, estes sob a direção de Frei Henrique de Coimbra. A partida dessa poderosa armada efetuou-se com toda a pompa, após solene Missa celebrada na Praia do Restelo, na ermida dativa do Infante Dom Henrique, a qual foi oficiada pelo Bispo Dom Diogo Ortiz, na presença do Rei e de sua Corte.

Iniciada a navegação no dia seguinte, 9 de março de 1500, após tempestades e calmarias, no dia 21 de abril, com muita surpresa, começaram a aparecer sinais de terra próxima. E, no dia 22, dentro do oitavário da Páscoa, avistaram um monte, muito alto e arredondado.

Na Carta escrita ao Rei pelo escrivão Pero Vaz de Caminha, consta literalmente que: "ao qual monte alto pos o nome de Monte Pascoal", em homenagem ao tempo da Páscoa, em que se achavam, e à terra, o de Terra de Vera Cruz. Consta ainda desse documento que, no Domingo da Pascoela, Cabral mandou celebrar Missa em um dos ilhéus, depois denominado da Coroa Vermelha. A Missa foi celebrada por Frei Henrique de Coimbra, acompanhada por todos os demais sacerdotes e também pelos marujos, estando colocada ao lado do altar a bandeira da Ordem de Cristo, com a qual haviam saído de Portugal.

Em seguida escreveu Caminha que o Capitão determinou fosse celebrada uma Missa solene no dia 1.º de maio, já então em terra firme, para assim ser definitivamente tomada posse da terra. Para tão importante solenidade desceram todos das suas náus e seguiram terra acima, em procissão, carregando uma grande Cruz, que haviam feito com o tronco de uma árvore, na qual gravaram as Armas e as Divisas do Rei. Chegando ao lugar escolhido, chantaram a grande Cruz e à sua frente armaram um belo altar.

A solene Missa foi celebrada e cantada por Frei Henrique de Coimbra e todos os demais sacerdotes, na presença dos comandantes, das tripulações das náus e de mais de 60 indígenas. Estes, receberam pequeninas Cruzes, amarradas em fitas, que

foram colocadas ao redor do pescoço de cada qual. Terminada a Missa todos os portugueses foram beijar a grande Cruz.

Note-se que, pelo fato de trazerem as náus em suas velas, pintada em vermelho, a Cruz da Ordem de Cristo, Frei Henrique de Coimbra lembrou, ao fim da solene Missa, que haviam vindo, "sob a obediência da Cruz." Realmente, esta circunstância devia-se ao fato de que Dom Manuel era também o Grão Mestre da Ordem de Cavalaria de Cristo, a qual desde a última Cruzada não efetuara qualquer outra atividade e, portanto nada gastara. Decidiu então o Rei empregar o produto desses tesouros acumulados, na realização das expedições de navegação para o Oriente, chegando aos novos países das Índias. Declarou que o maior objetivo dessas viagens era o de catequizar os asiáticos e todos os mais povos que encontrassem, a fim de trazê-los à Fé católica.

Assim, fica bem claro e fora de qualquer dúvida, que as viagens de navegação resultantes das grandes descobertas das novas terras, que ficaram sob a posse do Rei de Portugal realizadas à custa da Ordem de Cavalaria de Cristo, passavam automaticamente à pertencer a esta Ordem, o que foi confirmado desde o nosso primeiro historiador, Pero de Magalhães Gandavo.

Note-se ainda que, como escreveu o Mestre João, físico da Armada de Cabral, em carta dirigida ao rei D. Manuel, foi muito grande o contentamento de todos ao verem nos céus da Nova Terra as estrelas que formam uma Cruz, ou seja, a constelação do Cruzeiro do Sul, cujo desenho foi feito na mencionada missiva. Refere ainda o Mestre João que foi a partir dessa ocasião que todos começaram a chamar de Ilha da Vera Cruz a terra descoberta.

Parece-nos ainda que, maior clareza existe na carta de Caminha, em relação a tal assunto, quando faz clara alusão à salvação da alma dos gentios, ao escrever no seu final: "contudo, melhor fruto que dela se pode tirar, parece-me que será *salvar esta gente*. E essa deve ser a *principal semente que V. A. em ela deve lançar*".



Como evidentemente não poderemos fazer sequer um brevíssimo resumo dos principais acontecimentos que ligaram indelévelmente o Brasil à Igreja Católica, vamos mencionar exclusivamente alguns fatos da maior importância na continuidade de seu desenvolvimento.

Lembremos de início que, quando D. João III resolveu elaborar um Regimento para ser seguido pelo 1.º Governador Geral do Brasil, no seu preâmbulo estabeleceu três Regras Gerais:

- 1.º) O Serviço de Deus e exalçamento da nossa Santa Fé;
- 2.º) O serviço meu e proveito dos meus reinos e senhorios;
- 3.º) O enobrecimento das Capitanias e povoações das terras do Brasil, e o proveito dos naturais delas.

Quanto à catequese dos indígenas, determinava especificamente que os oficiais da administração pública *trabalhassem para que eles se tornassem cristãos*, ao mesmo tempo que os protegessem de tudo que lhes fosse possível e os corrigissem quando tal se tornar necessário, mas com justiça e brandura, e, ao mesmo tempo, que castigassem os que os tivessem oprimido.

Como tal catequese do gentio somente poderia ser feita pelos sacerdotes, D. João III solicitou ao Padre Simão Rodrigues que enviasse alguns Jesuítas ao Brasil, com a incumbência de trabalhar para a catequese, aldeamento e ensino dos meninos, e ainda para servir às necessidades religiosas dos colonos portugueses. Daí que passassem a ser enviados Jesuítas para o Brasil, sendo o primeiro grupo o que veio com o próprio 1.º Governador, Tomé de Souza, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega, chegado à Bahia aos 29 de março de 1549.

Nóbrega entusiasmou-se tanto com a nova terra e com os indígenas que, em carta de 9 de agosto de 1550, escreveu: "Esta terra é nossa empresa!" E os Jesuítas continuaram a ser enviados ao Brasil, dentro das possibilidades da Companhia. Vieram mais quatro, em 1550, e mais 7 em 1553, entre estes o então Irmão José de Anchieta.

É necessário ressaltar os imensos trabalhos dos Jesuítas no Brasil. durante os primeiros anos, a chamada época áurea, durante a qual delinearam eles os métodos de trabalho da sua obra de catequese e instrução dos indígenas e dos filhos dos colonos portugueses, nos seus celebrizados Colégios. Lembremos porém, reverentemente, a pessoa inolvidável de José de Anchieta, já agora Beatificado pela Igreja, e a dos seus grandes companheiros, que a todos personificamos no tão benemérito Manuel da Nóbrega.

Não podemos igualmente deixar de mencionar a imensa obra desenvolvida pelos demais sacerdotes, seculares e regulares pertencentes às demais gloriosas Ordens: Beneditina, Franciscana, Carmelita e a outras que vieram depois. É imensa a bibliografia dos valiosíssimos serviços prestados por esses heróis do verdadeiro Cristianismo. Rememoremos os quatro volumes das Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil, com a sua complementação nos dez volumes da História da Companhia de Jesus no Brasil, do Padre Serafim Leite, os livros escritos pelos primeiros Jesuítas; o "Novo Orbe Seráfico" de Frei Antônio

de Santa Maria Jaboatão; a "Crônica dos Franciscanos no Brasil"; as "Memórias Históricas" de Monsenhor Pizarro de Araújo e ultimamente a "História da Igreja no Brasil", em sete volumes,, do saudoso consócio Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, e ainda recentemente, o "Livro do Tombo" do Mosteiro de São Bento, de São Paulo do nosso confrade e caro amigo Dom Martinho Johnson. E, por falar nos nossos caríssimos Beneditinos, Meus Mestres, a "História Antiga da Abadia de São Paulo" pelo mestre Afonso Tauany, e ainda a "História do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro", pelo grande historiador Ramiz Galvão e "Fontes da Igreja Católica no Brasil", pelo Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, com mais de 300 páginas, publicadas primeiramente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1954.



Nos séculos XVI, XVII e XVIII, continuaram os trabalhos de catequese dos indígenas e da defesa da sua liberdade contra o tremendo abuso das escravidão e o início e desenvolvimento da Cultura no Brasil, no rumo das suas origens de lusitanidade e catolicismo. E é indiscutível que a máxima parte desse empreendimento foi realizado pelos sacerdotes, em seus seminários e colégios tão renomados. Não se pode deixar de lhes prestar, mais um vez, uma grande homenagem, para reconhecimento das novas gerações.



Como já dissemos, o rei, D. Manuel, quando assumiu toda a jurisdição que cabia à Ordem Soberana de Cristo, passou a exercer o direito de governar tudo quanto a ela pertencia, com a única exceção dos assuntos exclusivamente de ordem espiritual. Realmente, tiveram os Reis de Portugal o direito de prover os cargos da hierarquia da Igreja, daí resultando a regra válida perante o Direito do Reino, de que: "Os Bispos são nomeados por El-Rei e simplesmente confirmados pelo Papa".

O mais importante e curioso, porém é que, por uma absurda herança dos direitos que tinham os Grãos Mestres daquela Ordem, em relação às diminutas terras que lhes pertenciam, quando da passagem da sua jurisdição para o Rei de Portugal, veio este a ter todos os direitos sobre a Igreja Católica de todo o Brasil, regime que funcionou sem maiores atritos durante os séculos do regime colonial, e ainda no tempo do Império!

Isso certamente foi devido, não somente à boa vontade das autoridades civis e religiosas, mas também porque o Brasil estava num isolamento quase completo, inclusive com o Vaticano, devido ao seu atraso e às enormes dificuldades decorrentes da falta de transportes no seu próprio território e em relação às terras da Europa. Entretanto, surgiram maiores dificuldades quando os Reis de Portugal passaram a intervir no funcionamento das Igrejas e das Ordens Religiosas, procurando dificultar e até impedir a entrada de novos membros nos conventos espalhados por todo o país.

Foi por volta de 1764 que surgiram as ordens mais drásticas, as quais chegaram a impedir a entrada de novos aspirantes a monges e frades nos conventos. Dificulta-se o funcionamento dos seminários e mesmo o livre transito de sacerdotes, impedindo-se a sua ida às minas, onde entretanto a sua presença era necessária para estabelecer a ordem e o respeito entre os moradores.

Note-se, entretanto, que foi exatamente nessa época que mais floresceram as artes, em todo o seu esplendor, nas Igrejas de quase todo o País, especialmente em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, São Paulo, praticamente em todas as Capitanias. Surgiram então as maravilhas da arte Barroca em belíssimas igrejas, que hoje são a admiração de todos os brasileiros e já agora, de todo o mundo. Igualmente apareceram outras belíssimas manifestações, tanto no campo das artes plásticas, como na feitura de imagens de santos e objetos sacros e profanos, em prata, ouro, madeira e ainda, na música e na literatura.

Com o produto do ouro que deixaram ficar aqui no Brasil (pois a maior parte foi levada para Portugal) pode-se dar oportunidade a tantos artistas nascidos aqui mesmo, e auto-didatas, e naturalmente com a amostragem de obras de arte dos países já em plena manifestação naqueles períodos de tanta beleza nas artes, ressaltando o barroco. E a verdade é que a maioria dos artistas e das pessoas que encomendavam tais preciosidades eram sacerdotes e pessoas ligadas à hierarquia religiosa. Puderam, pois, as Ordens Religiosas e as Irmandades das Igrejas prestar imenso auxílio aos artistas e concorrer para a difusão do senso artístico entre as pessoas do povo.



Mas, infelizmente nessa época surgiu a tirania de um pretenso régulo que, depois de se fazer Marquês, resolveu destruir todos os que se opunham aos seus desmando criminosos, principalmente aos membros da Igreja e, dentre esses, os Jesuítas.

Por isso mesmo, Sebastião José de Carvalho perseguiu o desenvolvimento de todas as Ordens religiosas, proibindo a entrada de novos membros nos Conventos e Seminários das Condições, e, quanto aos Jesuítas decidiu simplesmente extinguir toda a Companhia e apossar-se dos seus bens, fechado até os beneméritos Colégios religiosos!

Mas, com esses desatinos, passaram a ser frequentes as revoluções no Brasil, tais como a Inconfidência mineira, de Tiradentes, em 1792; a Revolução de 1817, em Pernambuco; a que resultou nas revoltas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e aqui em São Paulo, com focos em muitas outras regiões do País, até que chegou a tão almejada Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1822.

Proclamada a Independência, logo se oficializou a Bandeira do Império que, como se sabe, tinha ao centro a Cruz da Ordem de Cristo!

Mas, se era maravilhosa a continuidade com o novo Império, que adotava a Cruz de Cristo, "chantada no amarelo da bandeira, como estivera arvorada na areia de Porto Seguro" "daí decorria a execução do Padroado indeclinável." Como escreveu o Padre Júlio Maria, no seu conhecido estudo sobre: "A Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil": "Os Ministros ordenavam ridiculamente aos Bispos o cumprimento de Cânones do Concílio de Trento, no provimento das Paróquias. (...) sujeitavam à aprovação do Governo os compêndios de Teologia, por que se devia estudar nos seminários (...) as proibições para que as Ordens Religiosas recebessem noviços."

Com tais absurdos, só mesmo com a prudência de D. Pedro II, e com idêntica qualidade dos Bispos, é que, durante mais de 50 anos, não houve maiores conflitos entre tais autoridades.

Mas, quando surgiu um Bispo mais moço, com idéias recebidas diretamente do Vaticano, foi inevitável o conflito, e, instaurado este, não mais foi possível evitarem-se as piores consequências.

A célebre Questão Religiosa que envolveu, separadamente, o Bispo de Olinda, Frei Dom Vital Gonçalves de Oliveira, e o Bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, foi uma questão muito desagradável, que infelizmente Dom Pedro II quis, levar com toda a energia até às últimas consequências, amparado nas já então inteiramente descabidas prerrogativas do Regalismo.

Os dois ilustres Bispos também tinham razões muito ponderáveis, porque se amparavam nas decisões atualizadas do Vaticano. Tal questão chegou mesmo aos seus extremos, sendo os dois Bispos condenados a prisão por quatro anos.

Finalmente, com a subida do Duque de Caxias para a Chefia

do Ministério, foi concedida em 17 de setembro de 1875, anistia geral aos dois Bispos, terminando só assim essa Questão tão desagradável, e que certamente concorreu para abalar o trono, perdendo D. Pedro II a simpatia e o apoio de muitos católicos.



Com a proclamação da República, a situação política entre o novo Estado e a Igreja, que se receiou viesse a se agravar pelo fato de muitos dos principais republicanos serem Positivistas, entretanto, resultou desde logo na separação entre o Estado e a Igreja, com grande satisfação para o Clero, que chegou a solicitar tal medida, em reunião dos Bispos realizada nesta Cidade de São Paulo.

Logo a 7 de janeiro de 1890, o Governo Provisório expediu um Decreto determinando a abolição do Padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas; proibindo no artigo 1.º ao governo federal expedir decretos, regulamentos ou atos administrativos, relativos a assuntos que envolvessem questões de religião e assegurando liberdade religiosa a todas as pessoas.

Todo o Episcopado Brasileiro, por pastoral coletiva, declarou que o "Decreto assegura à Igreja Católica no Brasil, uma certa soma de liberdades, a que ela jamais logrou no tempo da Monarquia". Terminou solicitando que não fosse inserida na Constituição da República uma só palavra que possa ofender a liberdade da consciência religiosa no País, que é, na sua grande maioria, a católica, apostólica e romana."



Com a promulgação da Constituição da República, começou um grande período de calma e de liberdade para a atuação da igreja sem maiores conflitos. E assim vem atravessando a Religião Católica, nestes últimos 90 anos, um período em que poucos foram os desentendimentos. Entretanto, o Brasil mantém as melhores relações diplomáticas com o Vaticano, com trocas de Embaixador e de Núncio Apostólico.

É certo que agora, nestes anos das décadas de 60 e 70, têm havido incidentes isolados, entre algumas autoridades civis e os Religiosos, mas tudo tem terminado sem conseqüências mais desagradáveis. É de Justiça, porém, que se proclame que, com a Revolução de 29 de março de 1964, terminou um grave período de profundas ameaças de se chegar neste País a um governo comunista, ou, pior ainda: anarquista. E um acontecimento que muito ajudou a queda do governo presidido por Jango Goulart,

apoiado por governos estaduais, ministros e pequena parte das Forças Armadas, foi a realização da abençoada "Marcha da Família, por Deus e pela Pátria", por milhares de Senhoras desta Capital, que desfilaram pelas ruas do centro da cidade, indo terminar na Catedral da Sé. Foi ela imitada por outras tantas dessas Marchas, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em outras Capitais, o que fortaleceu o povo católico e ordeiro, e deu entusiasmo e força moral às Forças Armadas que derrubaram o governo anarquista e seus assecclas. Assumiu o Governo Federal, o Marechal Castelo Branco e logo o País se acalmou. Ajudados por Deus, conseguimos sair do iminente perigo comunista.

Como dissemos, de 1964, até hoje, têm havido freqüentes incidentes entre os sucessivos governos da Revolução, e certos membros do Clero denominados progressistas, que têm procurando lançar mão da força do povo, certamente inconformado com as dificuldades que todos os povos têm tido nestes anos, para obter pela violência aquilo que, bem ou mal, têm recebido das autoridades bem intencionadas.

No momento atual, uma das épocas mais difíceis para todas as nações do mundo, devido à crise do petróleo que gerou a progressiva desordem econômica, com a brutal inflação corroendo as finanças das nações; e a crise de energia dos derivados do petróleo, com o que não sabemos até onde chegaremos, principalmente quando é tão evidente que as forças do Comunismo e de todas as espécies de desordem ameaçam a própria civilização ocidental e cristã, a que estamos jungidos, inclusive com o terrível perigo de uma Guerra de grandes proporções, contudo esperamos da sabedoria do Santo Padre o Papa João Paulo II, que tanta coragem e esperança nos trouxe em sua recente e abençoada viagem pelo Brasil, e da Autoridade das Nações cristãs e livres, que, mercê de Deus, possamos chegar a um período de Paz, e de vitória dos postulados da verdadeira Religião Católica, Apostólica e Romana.

E, como dissemos de início, para homenagear a Nosso Senhor Jesus Cristo, que durante cinco séculos vem protegendo a nossa cara Pátria — o Brasil — é que hoje procedemos a solene entronização da Imagem da sua Santa Cruz, no salão nobre deste sodalício, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que sempre zelou pela nossa História e pela Memória Nacional, com suas Tradições de Cristianismo!

ALARICO SILVEIRA

J. Gabriel Sant'Ana

Nasceu Alarico Silveira em 11 de janeiro de 1878, à rua da Consolação n.º 56, em São Paulo. Foi batizado na mesma cidade, à rua 7 de Abril n.º 12, em 22 de setembro de 1878, pelo vigário cônego Carlos Augusto Gonçalves Benjamim. Teve como padrinhos o dr. Manuel Baptista da Cruz Tamandaré (casado com dona Carolina de Souza Queirós, que fundou o "Colégio Tamandaré", na rua do mesmo nome em São Paulo). (São descendentes da família Tamandaré Uchoa — S. L. 3.º, 396,5/10), e Nossa Senhora da Penha, apresentando-o da. Leopoldina Carolina Pinheiro Machado. No ato do batismo, seu pai, o dr. João Baptista da Silveira, mandou benzer a Venerável Imagem de Nossa Senhora da Penha, feita pelo pintor alemão João Júlio Gustavo Schultz.

Descende de Carlos Pedroso da Silva, o bandeirante que, entre várias entradas pelo sertão, descobriu, com Bartolomeu Bueno de Siqueira, as famosas minas de ouro de Cataguazes, em 1695, como refere Pedro Taques, em sua "Nobiliarchia Paulistana" (Livraria Martins Editora, S. A., São Paulo, 1953, Tomo II, pág. 228), (S. L. 5.º, 507).

Foi o pai de Alarico figura marcante na vida intelectual de São Paulo. Poeta, orador, prosador, advogado e político ilustre, acompanhou e encaminhou, com carinhoso interesse, o desenvolvimento intelectual dos filhos, que não eram poucos, todos eles logrando lugar de destaque no campo da inteligência. Como advogado, brilhou no foro, mas seus pendores se estendiam por numerosos outros problemas. Tanto que redigiu em francês, publicado por A. Poinat, de Paris, um livro versando tema de medicina, *Le Fantôme de la Diathèse*, no qual célebre autoridade

de então, Antonio Ponchet, no longo prefácio com que apresentou a obra, assim alude a ela e ao seu autor: "Avec sa vaste érudition, avec une hauteur de vues et un jugement d'autant plus libre et d'autant sur qu'il n'était infeodé à aucune idée doctrinale, il a su de son coté dégager d'un véritable chaos la vérité que l'observation clinique avant tout, nous avait enseigné".

Depois de terminado o estudo secundário, Alarico Silveira ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo o curso em 4 de abril de 1899. Tinha 21 anos. Pobre como era, trabalhava para custear os estudos na Faculdade, o que conseguiu atuando no jornalismo, em que logo se distinguiu, notadamente em comentários sobre política internacional. O vasto conhecimento de que dispunha nessa matéria, obtido através de atento e intenso exame dos fatos que ocorriam, bem como de História, logo o tornou, não obstante a juventude, uma das personalidades mais respeitadas no País em assuntos concernentes às relações entre os povos. Alarico era então um dos principais redatores do *São Paulo*, órgão de orientação católica sob a direção do Conselheiro Duarte de Azevedo.

Por essa época, a capital paulista era visitada pelo Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores. Comentando a visita do Barão, Alarico publica no *São Paulo* um artigo sobre a política panamericana que vinha sendo posta em prática pelo Itamarati. O artigo teve enorme repercussão. Bernardino de Campos, o chefe da propaganda republicana, telegrafou ao Conselheiro Duarte de Azevedo felicitando-o pela divulgação do artigo, o qual, na sua opinião, era "artigo de um verdadeiro estadista."

Idêntica atitude teve o próprio Barão do Rio Branco, ao qual o Conselheiro agradeceu, mencionando o nome de Alarico Silveira como o autor do artigo. Foi o que bastou para que Rio Branco convidasse Alarico a entrar no serviço diplomático, passando a integrar o quadro de servidores do Itamarati, onde iria então colaborar na política ali seguida. Alarico, alegando que não tinha inclinação para a diplomacia, recusou o convite. Instado por amigos, persistiu no propósito de prosseguir como simples jornalista.

Pouco depois de formado, chegou a exercer a advocacia no Interior, dispondo-se em seguida a participar do Ministério Público, como promotor. Quando promotor público em Caconde, ocorreu um caso que provavelmente deu motivo às relações que posteriormente veio a ter com Washington Luís, relações essas que se estreitaram no decurso dos longos anos em que deu a esse notável homem público a sua colaboração.

Em Caconde, certo personagem de grande influência política na cidade cometera um crime sobre o qual corria processo,

mas a opinião geral era a de que o acusado seria absolvido, dada a projeção de que dispunha. Foi, realmente, o que aconteceu, embora Alarico Silveira, o promotor, fizesse cerrada acusação contra o criminoso. Logo ao termo da sessão de julgamento, foi Alarico advertido que fatalmente acabaria assassinado, em face da forte acusação que fizera. Ouvida a advertência, voltava Alarico para a sua residência e pouco tempo não era passado, quando uma multidão para ela se dirigia, lançando clamores indistinguíveis. Por fim, parando à porta da casa em que Alarico estava, a multidão, tendo à frente o defensor do réu que acabara de ser absolvido, fez coro ao brado que este deu: — “Viva o Promotor Público!

É de presumir que, conhecedor desse fato, Washington Luís, então Secretário da Justiça, empenhado em suprimir a interferência dos “coronéis” nos casos de ação penal dos municípios, para o que decidira fundar a polícia de carreira, tivesse, como um dos primeiros atos nesse sentido, promovido a nomeação de Alarico Silveira como delegado de Iguape.

Quando do falecimento de Alarico Silveira, o poeta Ribeiro Couto escreveu a Washington Luís, que se encontrava na ocasião em Nova York, dando-lhe a triste notícia. Ribeiro Couto depois leria, em reunião da Academia Brasileira de Letras, a carta que recebera, em resposta, de Washington Luís, a qual parece oportuno ser aqui transcrita, pois faz um relato da carreira de Alarico Silveira na vida pública:

“Venho agradecer-lhe a deferência, que teve para comigo, transmitindo a dolorosa comunicação do falecimento do nosso querido dr. Alarico Silveira. Foi com inteira razão que escreveu o nosso querido dr. Alarico, pois que ele foi amigo constante e valioso, desde o começo da sua vida pública. Quando fui Secretário da Justiça, no início da instituição da polícia de carreira em São Paulo, começou ele como delegado de Iguape, depois de Pinda e em seguida na capital, na circunscrição do Brás. Quando eu prefeito de São Paulo, encarregou-se ele da organização do Serviço de Limpeza Pública Municipal, o que realizou de maneira proveitosa e duradoura. Da Casa Branca, para onde se havia passado, telegrafou-me oferecendo-me os seus serviços na famosa quadra da gripe espanhola, indo logo prestá-los e inestimáveis, durante a dura campanha, tendo assumido uma das diretorias da Prefeitura. Quando fui presidente do Estado de São Paulo, foi ele o Secretário do Interior, durante quatro anos, desenvolvendo a instrução pública do nosso Estado, alargando a altura em que ela se achava em vasta superfície, para que ela a todos chegasse. Desse posto saiu para o Tribunal de Contas do Estado. Quando exerci a presidência da República, foi ele o Chefe da Casa Civil durante o meu período, deixando-o

eu no lugar de Ministro do Superior Tribunal Militar, no qual pouco depois se aposentou. A todos esses cargos serviu com inteligência esclarecida, cultura pouco vulgar, probidade inatacável devotamento inquebrantável, discrição inexcedível, e sempre com independência de julgamento e caráter. Além dessas qualidades predominantes, raras de serem encontradas reunidas, era ele dotado de modéstia, talvez exagerada, que o levava a retrair-se, a afastar-se do convívio em que os seus merecimentos ainda mais o realçariam. Vê, pois, como foi longa a nossa colaboração e como foi respeitosa a nossa amizade”.

Comentando com Alarico a sua nomeação para Secretário do Interior, disse-lhe um político tradicional: — Deve o sr. sentir-se honrado perante seus irmãos, ocupando tão elevado cargo, uma vez que o prestígio a eles também se estenderá. Alarico respondeu: — O sr. está equivocado. Não me sinto honrado ao só assumir o cargo de Secretário do Interior, que serei até quando for de conveniência do governo do Estado. O cargo é transitório. Honra minha e permanente, é a de possuir os irmãos que possuo, que não se sentirão acrescidos em nada vendo-me ocupar esse cargo.

Em 1928, participou, como delegado do Brasil à VI Conferência Pan-Americana, realizada em Havana. Sua atuação foi elogiosamente comentada pelas imprensas de Cuba e dos Estados Unidos, que salientaram a excelência dos seus pareceres, reveladores de grandes conhecimentos sobre os países do Hemisfério e das políticas que através dos tempos vinham praticando.

Com Roquete Pinto, Sampaio Correia e Henrique Moritze, foi fundador, em 1927, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (hoje Rádio Ministério da Educação) de cujo conselho diretor passou com os mesmos a ser membro.

Mas Alarico Silveira não se distinguiu apenas na vida pública, onde primou pela eficiência e pela honradez. Quando Chefe da Casa Civil da Presidência da República, utilizava apenas em serviço oficial, o automóvel que tinha à sua disposição. A esposa, quando pretendia visitar uma amiga, tomava táxi, pois o marido a impedia de utilizar-se do carro de que dispunha. Depois do expediente, quando saía para sua residência, tomava simplesmente o bonde. Era subindo num bonde, que visitava um amigo ou ia ao cinema, o que freqüentemente fazia, na Cinelândia, no Rio de Janeiro. E assim procedeu em todos os seus cargos.

Mas é precisamente no terreno cultural que a sua figura mais se agiganta. Quando Secretário do Interior, reuniu em torno de si os nomes mais expressivos de São Paulo, e passa então a liderar o Grupo da Anta, de que faziam parte Cassiano Ricardo, Mota Filho, Menotti Del Picchia, Raul Bopp, Plínio Salgado, Ribeiro

Couto, o pintor Paim e outros. Tinha o Grupo da Anta por objetivo o estudo das raízes originais da vida brasileira. Conhecedor do tupi-guarani, era natural que Alarico Silveira tivesse o máximo interesse na pesquisa da evolução do povo brasileiro em todos os aspectos da sua existência, nas artes, na literatura, na política, na economia. O Grupo da Anta (ver Mário da Silva Brito, *Ângulo e Horizonte*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1969, pág. 63) foi um dos movimentos que antecederam à Semana de Arte Moderna, de 1922 e procurou dar cunho essencialmente brasileiro à nossa criação artística, libertando-a de influências alienígenas.

Foi a sua constante preocupação pelas coisas do Brasil que lhe chamou a atenção para a "voz do povo", pela maneira de falar do povo, pelo significado das palavras que empregava, pelas suas expressões em que se gravavam a filosofia e o modo de sentir, especialmente os que levavam vida modesta, de diminutos horizontes econômicos. Daí, passou ele à pesquisa sistemática, a que seguiram as anotações, os cadernos e, finalmente, as fichas. Com isso, levado unicamente à satisfação de uma necessidade do espírito, estava Alarico preparando o que veio a ser a *Enciclopédia Brasileira*, obra única, pois não existe igual em nosso país. Nela se encontram cerca de cem mil fichas. Diz Américo Jacobina Lacombe, no prefácio que escreveu para o primeiro volume: "Leu tudo o que lhe pudesse enriquecer os conhecimentos sobre o Brasil, romances, poemas, viagens, memórias, roteiros, receitas de doces, rezas, bruxarias, relatórios, partes militares, hagiologias, e, acima de tudo, ouviu amorosamente a alma do povo, através da linguagem brasileira autêntica e numerosa."

Em artigo no *Jornal do Comércio*, de 6 de agosto de 1926, A. Paim Vieira, um dos componentes do Grupo da Anta, faz o histórico das circunstâncias sociais do pós-guerra de 1918, em São Paulo, da atuação de Alarico Silveira na época, atuação que o levou ao preparo da *Enciclopédia Brasileira*. Parece-nos útil, por bastante elucidativa, a transcrição de trechos desse artigo:

"Antes de 1919, o anseio de afirmar a pátria brasileira em todos os seus imperativos nacionais não passava de um sentimento.

... Dentro de uma cidade como São Paulo, que dia a dia se ia desfigurando e assumindo um aspecto cosmopolita e cada vez mais asfixiados pela onda crescente de imigração provida de todos os climas, os pioneiros do Brasil brasileiro, por tais circunstâncias, ganharam um vigor e uma intrepidez tamanhos na perseguição dos seus ideais que se aventajaram a quantos se achavam empenhados na mesma campanha. ... Foi nessa conjuntura que Alarico Silveira patenteou o seu argutíssimo espírito. Acostumado à cultura séria e rudemente liberto das idéias

feitas, que tanto enleavam a mentalidade dos seus contemporâneos; de espírito amadurecido no trato dos assuntos brasileiros, para os quais votara quase que exclusivamente a sua atenção, compreendeu o sentido profundo daquele rumor que agitava uma elite dispersa da mocidade paulistana. Esta, por sua vez, adivinhou que em Alarico se encontrava o patrono ilustre para as suas aspirações; e para ele afluíram, em massa, cercando-o e escudando-o no fortíssimo baluarte da sua douta opinião. Alarico Silveira tornou-se o chefe natural da idéia nacionalista na Paulicéia, pela formidável bagagem cultural que acumulara durante os larguíssimos anos de estudioso de "brasiologia". E, daí, resultou uma interessante simbiose: Alarico prodigalizava aos jovens patriotas mancheias do seu saber profundo, esclarecendo-os, justificando-lhes seus propósitos e robustecendo-os. Dando-lhes a consciência e a perseverança em uma idéia que apenas possuíam intuitivamente. E os moços retribuía-lhe a farta assistência intelectual e moral do chefe, cercando-o com aquele entusiasmo radiante que é o melhor incentivo para o trabalho intelectual, mormente no nosso meio de então.

Em breve, Alarico constituía um sistema. Agregaram-se a ele todos os estudiosos do Brasil. E foi uma academia de brasileiroismo a que se formou, assim, singularmente, à boa moda grega; não à sombra dos pórticos, mas hospitaleiramente recolhida em uma saleta forrada de farta biblioteca, em face de um fumegante cafezinho... Ali só se cogitava de Brasil. De interesse do Brasil; e dos meios de remir esse Brasil estrangeirado e despersonalizado. ... Alarico, impelido pelos entusiasmos que ele mesmo deflagrara, e sobre ele convergiam, não pode esquivar-se ao dever ingentíssimo, se bem para si muito grato, de sistematizar todos os conhecimentos adquiridos no muito que estudara e investigara acerca das coisas brasileiras. Ninguém mais do que ele, estava talhado para empreender tão respeitável tarefa.

Possuindo uma visão poliédrica do saber humano; igualmente artista e homem de ciência; espírito plástico ao extremo, podendo definir as psicologias mais intrincadas através de um exíguo documento; rigorosamente identificado com o sentir do nosso caboclo, de que, de resto, é um perfeito representante, possuindo uma acuidade filológica invejável; e, além disso, havendo-se tornado o ponto de convergência para onde afluem, desde longa data, as contribuições do Brasil inteiro, foi possível a Alarico Silveira empreender a obra que conseguiu realizar, de compor a única enciclopédia rigorosamente brasileira no sentido de ocupar-se, tão somente, de matéria nossa.

Essa Enciclopédia, que condensa tudo quanto se pode desejar conhecer do Brasil, foi a preocupação dominante de Alarico Silveira durante os últimos vinte anos. E, sendo obras sua, é

igualmente obra coletiva, porisso que para certificar-se de suas conclusões, o autor teve que constituir correspondentes em todo o país. Os quais, por sua vez, afeiçoando-se ao trabalho, tornaram-se sub-centros de pesquisas dessa natureza. Mas à sua competência cabia o criticar, ordenar e classificar o material recolhido, como um filtro que das matérias brutas separa as essências e as classifica pelas afinidades.

Da *Enciclopédia*, porém, até hoje saiu somente o primeiro volume, lançado em 1958, sob o patrocínio da Fundação Edmundo Bittencourt, abrangendo cerca de dez mil verbetes da letra "A". — A obra compreende dez volumes, com dez mil fichas cada um. Houve projeto na Câmara Federal, para a publicação da *Enciclopédia*, discursos sobre ela na Academia Brasileira de Letras, ficando depois o Instituto Nacional do Livro, de lançá-la. Mas a verdade é que até hoje saiu apenas o primeiro volume.

Alarico Silveira faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de março de 1943, e encontra-se sepultado no cemitério São João Batista.



IRMÃOS DE ALARICO SILVEIRA

JOANA BAPTISTINA DA SILVEIRA, nascida em 8 de julho de 1871, em Bom Jesus da Cachoeira, Termo de Lorena, hoje Cachoeira Paulista. Casou-se, em 8 de julho de 1898, com Gustavo Schalch, em Casa Branca. Faleceu em 19 de novembro de 1899, em Casa Branca, vitimada pela febre amarela. Deixou a filha Maria da Penha, professora, casada com o prof. Afonso Henrique Nunes, já falecidos.

VALDOMIRO SILVEIRA, nascido em 11 de novembro de 1873, em Bom Jesus da Cachoeira, Termo de Lorena. Casou-se em 17 de junho de 1905, em São Paulo, com Maria Isabel Quartim de Moraes, filha do advogado dr. João Correia de Moraes e Maria da Glória Quartim.

Concluiu em 10 de janeiro de 1895, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, o curso de ciências jurídicas e o curso de ciências sociais, recebendo o grau de bacharel em 22 de janeiro do mesmo ano. Foi orador da turma na cerimônia de colação de grau.

Em 1881, mudou-se com os pais para Casa Branca, onde fez os primeiros estudos. Aos 14 anos seus versos começam a aparecer na imprensa do interior. Estuda os autores clássicos portugueses. Conhece o espanhol, o italiano e principalmente o francês, com cuja literatura se familiariza. Aos 21 anos, quando ainda estudante na Faculdade, publica no *Diário Popular* de São Paulo, o seu primeiro conto: *O Rabicho*. Seria o início de sua

carreira de contista, que o tornaria o criador do regionalismo literário no Brasil.

Depois de formado, é nomeado promotor público em Santa Cruz do Rio Pardo. Lá onde exerce eficientemente o Ministério Público, estuda o linguajar dos habitantes da região, os caipiras, bem como a sua vida cultural, ou seja, as suas festas, hábitos e manifestações coletivas.

Volta depois para Casa Branca, onde abre escritório de advocacia com o pai e com o irmão Alarico Silveira. Próximo a Casa Branca, trabalhava Euclides da Cunha na construção de uma ponte sobre o rio Pardo. Tornam-se amigos. Euclides, reconhecendo os grandes conhecimentos de Valdomiro na língua portuguesa, deles se aproveita para aprimorar os capítulos de *Os Sertões*, que vinha escrevendo. Queria ver Valdomiro na Academia Brasileira de Letras e para tanto esperava "quebrar todas as lanças".

Fixa-se a família Silveira depois em São Paulo, onde Valdomiro passa a advogar com Armando Prado, uma vez que Plínio Barreto, amigo de ambos, abandonou o escritório. Passou também a trabalhar como redator no *Comércio de São Paulo* e a publicar contos regionais em *O Estado de São Paulo*.

Como tivesse passado a lua de mel em Santos, resolveu montar escritório no grande porto paulista. Martim Francisco, o III, que ali era advogado, conhecia Valdomiro desde menino, quando, em campanha eleitoral, visitara Casa Branca e fora hospedado por João Baptista da Silveira. Encontrando-o no foro em Santos, Martim logo convidou Valdomiro para com ele trabalhar em seu escritório. E foi como advogado em Santos, que Valdomiro terminou os seus dias.

Em 1909, entra para a Academia Paulista de Letras, da qual é um dos fundadores. Toda história da literatura brasileira o cita como criador da Associação Instrutiva José Bonifácio.

Em 1932, liderou em Santos a revolução constitucionalista, tendo posteriormente sido eleito deputado federal pela Chapa Única, "Por São Paulo Unido". É depois convidado por Armando de Salles Oliveira para Secretário da Justiça e Segurança Pública. Pediu demissão deste último cargo para candidatar-se à cadeira de deputado à Assembléia Constituinte de São Paulo, tendo sido eleito e da qual foi vice-presidente e presidente.

No convívio, primou pela modéstia, pela simplicidade e pela afabilidade para com todos.

Publicou quatro livros: *Os Caboclos*, *Nas Serras e nas Furnas*, *Mixungos* e, por último, *Leréias*, este, apóstumo.

Faleceu em 3 de junho de 1941, deixando os seguintes filhos: Evandro e Meroveu, ambos advogados; e Alda, professora, da

primeira união; e Júnia, Valdo (engenheiro), Isa, escritora e jornalista, Belkiss e Miroel, contista e teatrólogo.

HERMÍNIA JOVIRA DA SILVEIRA, nascida em 2 de outubro de 1875, em São Paulo, na rua da Consolação n.º 33. Casou-se em Casa Branca com João Chaves, em 8 de setembro de 1898. Tendo falecido em São Paulo, em 1925, deixou os filhos: Mário, Dolores, Inah e Nestor.

AGENOR SILVEIRA, nascido a 7 de abril de 1880, em São Paulo, à rua 7 de Abril n.º 12. Concluiu, em 27 de novembro de 1903, o seu curso de ciências jurídicas e sociais, tomando grau na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, a 8 de dezembro do mesmo ano. Teve brilhante vida acadêmica, distinguindo-se como jornalista e como poeta, pelas produções que publicou e divulgou entre os colegas.

Casou-se em Santos, para onde logo depois de formado se transferiu, em 3 de janeiro de 1909, com Beatriz Andrada Jardim, filha de Antônio da Silva Jardim, o propagandista da República, que era advogado naquela cidade do litoral e que morreu tragicamente na Itália, tragado pelas lavas do Vesúvio, em 1.º de julho de 1891; e de Margarida Ribeiro de Andrade Jardim, filha do Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o II.

Desde cedo embrenhou-se no estudo do nosso idioma, tornando-se notável camonista. Bastava que alguém, abrindo em qualquer página, o volume do poema de Camões, lesse o primeiro verso de uma das estrofes para que Agenor, imediatamente dissesse os versos seguintes. Conhecia a literatura espanhola, a italiana e a francesa.

Todos os clássicos da língua portuguesa eram por ele profundamente conhecidos. Converteu-se, assim, em notável filólogo. Em 1912, publicou *Quatro Contos em Moeda Antiga*. São contos escritos à maneira dos clássicos e sobre os quais Cândido de Figueiredo, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1913, disse que "poderiam ser firmados sem desdouro por João de Barros, Fernão Mendes Pinto ou Manuel Bernardes. Em 1919, dá à luz *Colocação dos Pronomes*, textos que passa a ser citado por muitos dos que chegaram a tratar do tema. Em 1927, entrega ao público *Ouro de 24*, vozes e locuções dos clássicos da língua. Em 1919, reúne em dois volumes, os poemas que até então produzira: *Rimas* e a seguir, *Versos de Bom e Mau Humor*.

Foi, com o seu irmão Valdomiro Silveira, amigo fraternal do poeta santista Martins Fontes, que aos dois legou os direitos autorais de sua obra.

Faleceu em 24 de outubro de 1955, em Santo André, deixando os filhos Cid, advogado, jornalista, escritor, poeta e ge-

nealogista; Almenor, médico e poeta; Diona, já falecida, e Olaia, jornalista.

Foi por muitos anos, procurador de Júlio Conceição de cujos negócios cuidava, exercendo, após, o cargo de diretor da secretaria da Associação Comercial de Santos.

NESTOR SILVEIRA, nascido em 4 de outubro de 1882, em Casa Branca. Quando já estava aprovado em quatro exames do curso preparatório, faleceu aos 17 anos, em 28 de novembro de 1899, em Casa Branca, vitimado pela febre amarela.

BRENO SILVEIRA, nascido em Casa Branca, em 18 de agosto de 1885. Faleceu em São Paulo, em 23 de maio de 1910, quando cursava a Faculdade de Direito. O seu falecimento teve enorme repercussão, pois Breno se salientou na Faculdade liderando uma campanha contra o "trote" e defendendo a candidatura Rui Barbosa à presidência da República, a favor da qual fez muitas conferências que lhe deram extraordinário realce, pelas suas excepcionais qualidades de orador. Militava no jornalismo. Em 27 de novembro de 1920, realizou-se uma solenidade na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na qual foi inaugurado o retrato, no salão do Centro Acadêmico, do estudante Breno Silveira. Falaram na ocasião, associando-se à homenagem, os profs. Vergueiro Steidel e Spencer Vampré e o presidente do Centro, bacharelando Armando Pinto.

JOÃO SILVEIRA JÚNIOR, nascido em 4 de maio de 1887, em Casa Branca. Durante toda a vida se dedicou ao jornalismo, passando a maior parte da carreira no *Correio Paulistano*, onde por várias ocasiões, estava nos mais elevados cargos. Era poeta, bastante apreciado por poetas de renome como Menotti Del Picchia. Faleceu em 4 de junho de 1930, em São Paulo. Era casado com Maria da Glória Amaral, deixando três filhos: Breno, que se especializou como tradutor, Hélio e Diva.

FILHOS DE ALARICO SILVEIRA

Do primeiro matrimônio:

DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ — Nascida em São Paulo, em 9 de novembro de 1908. Casou-se em primeiras núpcias com Narcélio de Queirós, juiz de Direito. Em segundas núpcias, com Dario Castro Alves, diplomata. Romancista e jornalista. Teve uma filha: Zelinda Queiroz Lee.

HELENA SILVEIRA, nascida em São Paulo, em 8 de dezembro de 1909. Casou-se com o advogado Alcino Teixeira dos Santos, falecido. Romancista e jornalista. Tem dois filhos: dr. Luís Alcino e Eduardo Teixeira Leite.

Do segundo matrimônio:

ALARICO SILVEIRA JÚNIOR, nascido em São Paulo, em 7 de abril de 1924. Casado com Maria Regina Moritze Figueiró. Diplomata. É atualmente embaixador junto à Organização dos Estados Americanos. Tem três filhos: dr. Alarico Silveira Neto, Ricardo e Maria Cecília Silveira.



O dr. Alarico Silveira foi casado em primeiras núpcias com Dinorá Nogueira Ribeiro da Silva, sua prima, filha de Damasso Ribeiro da Silva e de Delmira Silveira.

Em segundas núpcias casou com Maria Elisa de Barros, filha do dr. Fernando Antônio de Barros e de Maria Joaquina de Queiroz Telles, neta do barão de Jundiáí.

(Ver na Genealogia Paulistana, de Silva Leme, a família Sousa e Melo, da qual descende o dr. Fernando Antônio de Barros).



O BANDEIRANTE CARLOS PEDROSO DA SILVEIRA,
Descobridor das minas de Cataguazes.
Ascendente do dr. Alarico Silveira.

Carlos Pedroso da Silveira era natural de São Paulo e tinha uma ascendência que se tornára ilustre pelo seu dinamismo e pelas suas atividades patrióticas, tanto em Portugal como na Ilha Terceira (Arquipélago dos Açores).

Seu avô, pelo lado materno, era Simão de Toledo Piza, natural de Angra (Ilha Terceira) e tronco da família desse apelido em São Paulo. Era casado com Maria Pedroso, donde vem para o nosso bandeirante, o apelido Pedroso da Silveira.

Carlos Pedroso da Silveira foi a começo, ouvidor e capitão mór nas vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Teria nascido em 1660. Aos 35 anos de idade, entrando em relações com Bartolomeu Bueno de Siqueira e com Miguel de Almeida Cunha, teve notícias de abundante mina de ouro na zona de Sabarabuçu, onde já havia estado Fernão Dias Pais Leme. Bartolomeu Bueno de Siqueira lhe mostrou o "mapa da mina" que lhe dera Antônio Rodrigues de Arzão, seu concunhado, quando sentiu que pouco tempo de vida lhe restava. Arzão explicou que a zona era povoada pelos índios Cataguazes, muito bravios e inimigos figadais dos brancos. E que não conseguira reorganizar uma bandeira para fazer nova entrada no local.

Bartolomeu Bueno de Siqueira resolveu então convidar Carlos Pedroso da Silveira para organizarem os dois e mais Miguel de Almeida Cunha, conhecedor do local, uma numerosa bandeira e realizarem uma entrada com o fim de afastarem os índios e explorarem a mina. E assim foi feito. Os três, à frente da bandeira, partiram em 1694, e se assenhorearam da mina, que foi na época considerada uma das mais abundantes em ouro. Essas minas ficaram também conhecidas por minas de "Sabarabuçu" e depois se chamaria Sabará de Minas. A casa de fundição para onde ia o ouro dessas minas era antes em Parati, no litoral, próximo do Rio de Janeiro. Depois, foi, por sugestão de Carlos Pedroso da Silveira, transferida para Taubaté e depois ainda, para o próprio local das minas e delas foi provedor (proprietário) o mesmo Carlos Pedroso da Silveira.

Já velho e cansado, no fim da vida, Carlos Pedroso da Silveira se recolheu a Taubaté, sendo pelo general Don Brás Baltazar da Silveira, nomeado regente das três Vilas Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba.

Em São Vicente, Carlos Pedroso da Silveira havia se casado com Isabel de Souza Ebanos Pereira Botafogo. O avô paterno de Isabel, de nome Eleodoro Ebanos Pereira, era primo de Estácio de Sá e o seu bisavô era João de Sousa Pereira Botafogo, que era dono de vasta área de terras no Rio de Janeiro, no local que foi mais tarde denominado Praia e Bairro do Botafogo.

João de Sousa Pereira Botafogo era casado com Maria da Luz Escórcia Drumond, descendente de lady Elisabeth Sinclair e seu marido sir John Drumond, senhor de Stobeld (n.º 1.391) e que foi irmão de Arabela, mulher de Roberto, rei da Escócia.

Esses são os ilustres ascendentes de Alarico Silveira, gente que transmitiu ao seu abencerragem, grandes qualidades de dignidade, de honradez, de honestidade, de imensa probidade adornada por uma grande auréola de modéstia.

1983 — JUBILEU DE OURO DA VASP

SEUS PRIMEIROS ANOS DE VIDA

Aristides Pileggi

Já de há muito, repetidas solicitações nos têm sido formuladas no sentido de trazer a lume alguns fatos e episódios da criação da VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A., a fim de que, ocasionalmente, tais recordações pudessem servir de subsídio à própria história da empresa e, por extensão, à dos transportes aéreos comerciais em nosso País. Passados já tantos anos, resolvemos agora atender a esse apelo de gente amiga, aproveitando os dados disponíveis — alguns extraídos do nosso arquivo e outros exclusivamente de nossas lembranças e, por isso, sujeitos a lapsos de memória em face do tempo transcorrido. Não obstante, deixamos aqui o nosso singelo depoimento pessoal, no qual procuramos relatar os principais acontecimentos que se desenrolaram nos primeiros anos de existência da primeira empresa aérea paulista; e o fazemos prazerosamente pois, possivelmente, ajudarão a esclarecer algumas dúvidas que ainda perduram, vez por outra, até dentro dos próprios círculos aeronáuticos.

O programa da VASP, personificando mesmo o espírito bandeirante do século XX, objetivava atender, através do seu desenvolvimento, inúmeras regiões do nosso Estado e do País, no propósito de encurtar distâncias e levar o progresso a todos os rincões do solo pátrio. A VASP foi, quem sabe, a mais brasileira das empresas brasileiras de aviação então em atividade. Brasileiros foram os seus idealizadores, seus administradores, seu capital social.

Hoje, decorrido meio século de sua fundação, a VASP representa, indubitavelmente, motivo de orgulho para toda a família.

aviatória nacional, contribuindo de modo destacado para o desenvolvimento econômico de nosso País e para a confraternização de toda a comunidade brasileira. Os que a idealizaram, criaram e impulsionaram devem figurar em primeiro plano na história do pioneirismo da aviação comercial brasileira.

A VASP, há cerca de cinco anos, inaugurou o seu MUSEU, instalado no próprio Museu da Aeronáutica, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, por iniciativa da Fundação Santos Dumont, onde se acham expostas aeronaves, peças e documentos históricos pertencentes aos primórdios da aviação no Brasil, contando também com uma valiosa e especializada biblioteca.

Deixamos aqui expresso o nosso agradecimento a todos os que prontamente nos deram sua colaboração. Ao longo do presente relato, deixamos de mencionar um sem número de nomes, todos eles merecedores de nossas homenagens; se alguns foram citados, isso prende-se ao fato de que a sua identidade melhor elucida os fatos relatados.

PRIMÓRDIOS DA AVIAÇÃO NO BRASIL

Incontestavelmente, a História Pátria sempre revelou, tanto no passado quanto no presente, a vocação do homem brasileiro para as coisas do mais pesado que o ar. Alberto Santos Dumont, Patrono da Aeronáutica Brasileira, é o marco e o exemplo dignificante de uma epopéia gloriosa; Bartholomeu Lourenço de Gusmão, cognominado o "Padre Voador" e Augusto Severo, antes de Dumont; e, após, Edu Chaves, João Ribeiro de Barros, Newton Braga, Vasco Cinquini e João Negrão, igualmente, nos deram provas exuberantes de audácia e arrojo, para citar apenas alguns dos valorosos pioneiros da nossa aviação civil. A mulher brasileira também nos deu provas de sua coragem na conquista do mais pesado que o ar e, dentre elas, destacam-se os nomes de Tereza de Marzo, Anésia Pinheiro Machado e Ada Rogato.

Feitos gloriosos relativos ao uso do espaço aéreo pelas nossas Forças Armadas já remontavam à época da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em 1867, através do uso da aerostação; aliás, esse foi o seu primeiro emprego militar na América do Sul: coube ao Major Francisco César da Silva Amaral a primazia de desempenhar, como oficial brasileiro, essa atividade aeronáutica.

Na magnífica obra "História da Força Aérea Brasileira", do ilustre Tenente-Brigadeiro R/R Nelson Freire Levenère-Wanderley (2.^a Edição - 75) o autor nos apresenta um trabalho de fôlego, no qual está registrado, com riqueza de detalhes, o árduo

e valioso desenvolvimento que teve entre nós a mais jovem das nossas Forças Armadas, oriunda da integração entre a Aviação Naval e a Aviação Militar quando da criação do Ministério da Aeronáutica no ano de 1941.

Quanto às atividades aeronáuticas militares em nosso Estado, cumpre registrar a atuação da Força Pública de São Paulo, cuja Escola de Aviação foi instituída oficialmente em 17 de dezembro de 1913 pela Lei n.º 1.395-A, sancionada pelo então Presidente do Estado Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves. Entretanto, com a eclosão da I Guerra Mundial houve uma paralisação de suas atividades, reativadas somente a partir de 1919. Essa Escola, de início, tinha como dirigentes Edu Chaves e Cicero Marques, brevetados na França. Edu Chaves, como sabemos, foi o primeiro aeronauta a ligar Santos a São Paulo e, em 1912, a vencer, sem escala, o percurso de São Paulo ao Rio de Janeiro; continuando suas façanhas aeronáuticas, foi o pioneiro na ligação do Rio de Janeiro a Buenos Aires, em 29 de dezembro de 1920, feito esse sumamente glorioso. Anos depois, em 1927, o Comandante João Ribeiro de Barros, distinguido posteriormente com a patente de Capitão da Força Pública do Estado de São Paulo, no seu possante hidro-avião JAHŪ, com valorosa tripulação, da qual fazia parte o Tenente João Negrão da Milícia Paulista, considerado um de seus mais competentes pilotos, atravessou o Atlântico Sul, amerissando em águas brasileiras após unir a Itália ao Brasil numa façanha de repercussão mundial. A base aérea da Força Pública achava-se instalada no atual Campo de Marte; ali também já se encontrava o Aeroclube de São Paulo, cuja colaboração foi de grande valia para o desenvolvimento da aeronáutica civil. Após a revolução de 1930, a Escola da Aviação da Força Pública foi fechada; e, por ocasião da Revolução Constitucionalista de São Paulo, revivida em 16 de julho de 1932; porém, com a rendição das forças paulistas, foi definitivamente extinta. No valioso trabalho "Asas e Glórias de São Paulo" (2.ª Edição - 78), de autoria dos ilustres Coronéis José Canavó Filho e Edilberto de Oliveira Melo, poderemos melhor nos inteirar da gloriosa atuação da Aviação da Força Pública de São Paulo.

Ao ensejo, cabe aqui registrar uma façanha realizada ainda na primeira década deste século e noticiada pelo jornal "O Estado de São Paulo" de 8 de janeiro de 1910: "Grande proeza aviatória um engenheiro francês, Demetric Sansoud de Lavoud, realizou ontem em Osasco — o 1.º voo na América do Sul". O engenheiro Demetric, responsável pelo desenho e construção do aparelho, era um dos proprietários da tradicional Cerâmica Industrial de Osasco, tendo sido o avião construído em três meses no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

VASP — EMPRESA PRIVADA

Em 1927, três companhias comerciais iniciaram serviços regulares em nosso País: a Compagnie Générale D'Entreprises Aéronautiques, francesa, ligando Natal a Buenos Aires, e a Condor Syndikat, alemã, unindo o Rio de Janeiro ao Estado do Rio Grande do Sul, ambas utilizando hidroaviões em linhas litorâneas para o transporte exclusivo das malas postais; e a Empresa Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), brasileira, atendendo o Interior do Estado do Rio Grande do Sul, fundada pelo alemão Otto Ernest Mayer, ex-piloto da I Guerra Mundial. Em 1929, formava-se a Nyrba do Brasil S/A, (sigla de New York-Rio-Buenos Aires), que se tornaria no ano seguinte subsidiária da Pan-American Airways Inc. com a denominação de Panair do Brasil S/A., ligando também, ao longo da costa, uma série de cidades. Três anos após, nova empresa nacional se constitui, a Aerolloyd Iguassú S/A., com sede em Curitiba, para fazer a ligação entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Foram seus fundadores Bertholdo Hauer e F. Benek, ambos de nacionalidade alemã. Essa empresa, que em São Paulo era representada pela Condor, encerrou suas atividades poucos anos depois.

Vejamos alguns dados comparativos do tráfego aéreo comercial no Brasil, publicados em 1934 pelo Departamento de Aeronáutica Civil do então Ministério da Viação e Obras Públicas, e criado pelo Decreto n.º 19.902, de 22 de abril de 1931, a fim de normalizar a ação governamental em tudo quanto se relacionasse com a navegação aérea civil e comercial:

	1928	1933
Companhias	3	5
Linhas exploradas (km)	6.595	20.066
Aeronaves em tráfego	57	51
Pilotos em serviço	24	40
Número de vôos	1.178	2.599
Percurso (km)	912.359	2.444.853
Horas de vôo	6.615	15.341
Passageiros	2.504	12.750
Correio (kg)	9.688	75.057
Bagagens (kg)	20.259	145.074
Cargas (kg)	1.911	112.755

O Governo Federal, em 1932, pelo Decreto n.º 20.914, regulamentou a "execução dos serviços aeronáuticos civis" visando a nacionalização dos transportes aéreos no território brasileiro.

Em 1934, quando da inauguração dos vôos da VASP, várias linhas aéreas já se achavam em operação comercial no País. A Empresa Viação Aérea Rio-Grandese (Varig) possuindo quatro aeronaves e tendo por base Porto Alegre, contava com três linhas para o Interior do Estado: a Cruz Alta, com escala em Santa Cruz do Sul; a Palmeira das Missões, com escala em Jacuí; e a Livramento, com escalas em Rio Grande, Pelotas e Bagé.

A Syndicato Condor Ltda., já então nacionalizada, sucessora da Condor Syndikat, e que depois passou a denominar-se Serviços Aéreos Condor Ltda., possuindo onze aeronaves, contava com quatro linhas: Rio de Janeiro-Natal e Rio de Janeiro-Porto Alegre, ambas com escalas pelo litoral; São Paulo-Campo Grande, com escalas em Piracicaba, Bauru, Lins, Penápolis, Araçatuba, Três Lagoas e Mutum; e Campo Grande-Cuiabá, com escalas em Aquidauana, Corumbá e Porto Jofre. A Panair do Brasil S/A., possuindo onze aeronaves, contava com duas linhas: Belém-Rio de Janeiro-Buenos Aires, com escalas pelo litoral; e Belém-Manaus, com escalas em Breves, Gurupá, Prainha, Santarém, Óbidos, Parintins e Itacoatiara. A Aerolloyd Iguassu S/A., contando com duas aeronaves e apenas uma linha: Curitiba-São Paulo, com escala em Capão Bonito; e a Compagnie Générale Aéropostale (antiga D'Entreprises Aéronautiques) incorporada nesse ano pela Air France, com um total de 26 aeronaves, e a linha Natal-Buenos Aires, com escalas nas Capitais litorâneas. Nas rotas do litoral o tráfego era feito por hidroaviões, com a maioria das escalas de caráter facultativo.

Ainda em 1934, no mês de março, verificou-se significativo acontecimento na área da navegação aérea: a empresa alemã Luftschiffban Zeppelin G.a.b.H. era autorizada a ligar o Brasil à Europa com seus grandes dirigíveis.

Como se vê, muito pouco havia quanto aos transportes aéreos para o Interior do País.

O Governo da União, assim como o de quase todos os Estados, vinha compreendendo a importância da aviação em nosso País. O próprio Ministério das Relações Exteriores, em sua publicação "Brasil 1933", considerou o problema, salientando "que o governo brasileiro não podia deixar de reconhecer este fator relevante para o progresso de um País de território vastíssimo ainda desservido de meios de comunicação para todas as suas exigências de ordem política, econômica e militar".

INAUGURAÇÃO DA EMPRESA

Fundada oficialmente em 4 de novembro de 1933, assim se achava constituída a primeira diretoria da VASP:

Presidente,	Heribaldo Siciliano
Vice-Presidente,	Antonio Carlos Couto de Barros
Secretário,	José Mariano de Camargo Aranha
Tesoureiro,	Fernando Guedes Galvão

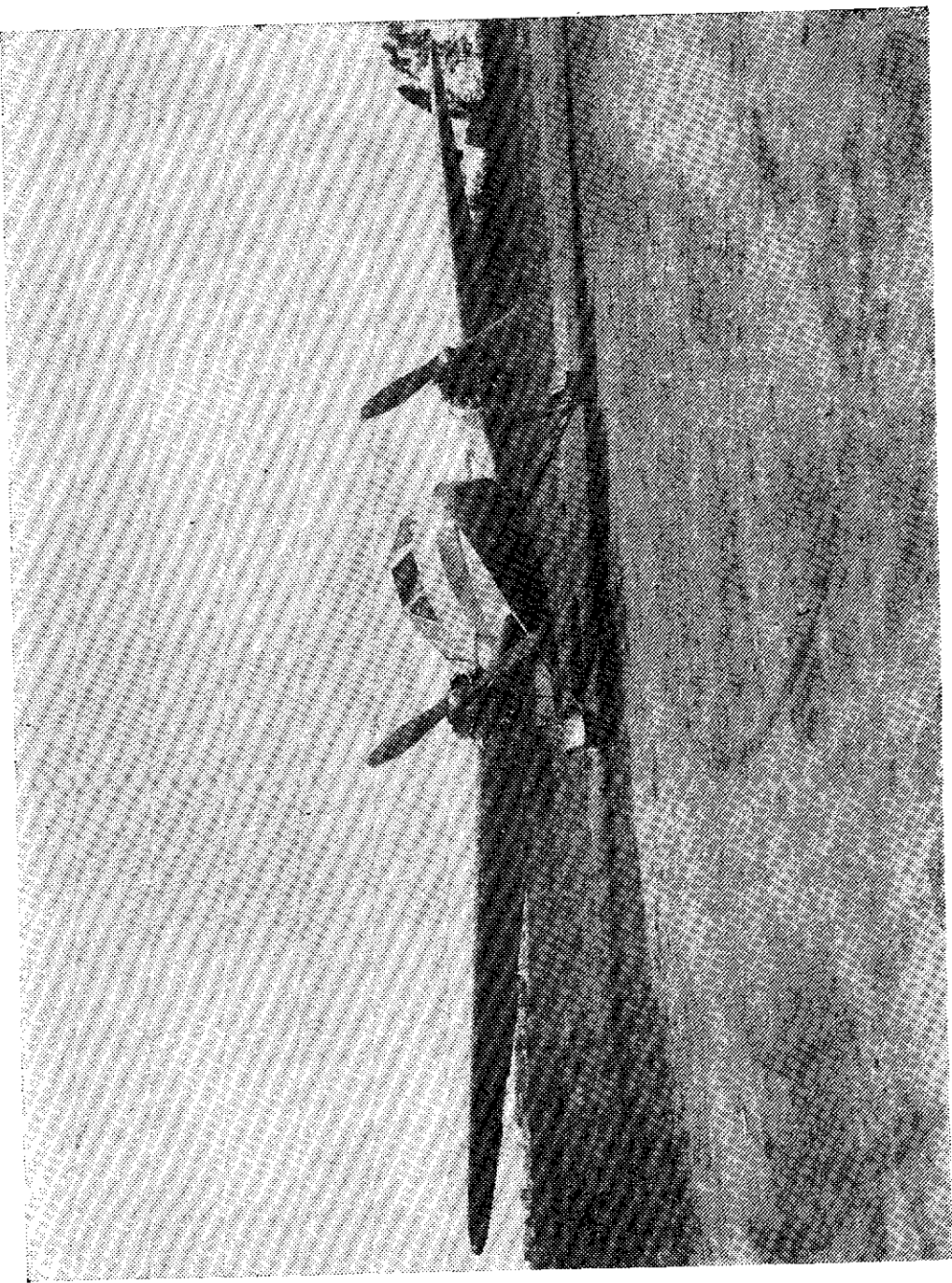
Em dezembro desse mesmo ano passou a ocupar o cargo de Diretor-Gerente José Mariano de Camargo Aranha, sendo eleito Secretário Geral Roberto Warda.

O engenheiro Heribaldo Siciliano era então carinhosamente chamado o "Pai da VASP", pois, além de seu próprio prestígio pessoal e de seu grande entusiasmo pelo empreendimento, foi quem sempre supriu, a qualquer tempo, as dificuldades financeiras da empresa.

O Dr. José Mariano de Camargo Aranha, era conceituado advogado paulista, e Roberto Warda, brasileiro naturalizado de origem alemã, ex-piloto da I Guerra Mundial e há anos radicado no Brasil, acumulava as responsabilidades do setor técnico. Aranha e Warda foram, efetivamente, os principais articuladores da fundação da VASP, idéia que surgiu de uma conversação informal entre ambos, ao questionarem as perspectivas dos transportes aéreos em nosso País. Tendo vingado tão auspiciosa idéia, a VASP tornou-se aquela que hoje conhecemos. A nova empresa contou, igualmente, na sua fase preparatória, com o trabalho e o entusiasmo dos demais membros de sua administração e de vários outros afeiçoados à aviação, os quais, todos, sem qualquer interesse pecuniário, se igualaram no esforço para o êxito do empreendimento.

A festa de inauguração ocorreu no dia 12 de novembro, às 10 horas, no Campo de Marte, com o batismo dos dois primeiros aviões, o VASP 1 (Bartolomeu de Gusmão) e o VASP 2 (Edu Chaves) prefixos PP-SPA e PP-SPB, pelas sras. Olívia Guedes Penteado e Antonieta Penteado da Silva Prado.

A Comissão Social era assim constituída: sras. Adalgisa Uchoa Dumont, Albertina Guedes Nogueira, Candida Prates, Candida Bueno Lopes de Oliveira Azevedo, Carlota Pereira de Queiroz, Carolina Penteado da Silva Telles, Edith Queiroz Mattoso, Elisa Alves Lima, Elvira de Barros Siciliano, Gabriela Dumont Villares, Georgina Guedes Galvão de Azevedo, Mara Nobre, Rachel Simonson e Theresa Lara Leite Ribeiro; srs. Affonso Taunay, Antonio Prado Junior, Attilio Matarazzo, Alexandre Siciliano Junior,



Primeiro avião da empresa — VASP 1 — tipo “Monospar”, bimotor, com capacidade para um piloto e três passageiros (ano 1933)

Domício Pacheco e Silva, Goffredo Teixeira da Silva Telles, José Luiz Barbosa de Oliveira, Jorge Americano, Jorge Corbisier, Luiz Dumont Villares, Manfredo Costa, Manoel de Barros Loureiro, Raul Crespi e Vicente de Paulo Vicente de Azevedo.

A Comissão de Recepção contava com a presença das senhoritas Anna Laura Queiroz Taunay, Cynira de Barros Villaça, Cyomara Canto de Barros, Dulce Simões Corrêa, Eglantina de Queiroz Barros, Evelita Telles Penteado, Helena Aguiar de Andrade, Julieta Couto de Barros, Laura Coimbra, Lygia de Barros Loureiro, Maria Antonieta Prates, Marina Sodré, Mercês da Silva Telles, Noemia Dumont Villares, Sarita Penteado Furtado e Violeta de Alcântara Carreira.

ACIONISTAS FUNDADORES

O capital social inicial era de 400 contos de réis. Os acionistas fundadores, em número de 72 e abaixo relacionados, eram personalidades de destaque do nosso mundo financeiro e social: Adalgisa Uchoa Dumont, Adriano de Barros, Alcyr Porchat, Alfredo Azevedo Villares, Alfredo Penteado Filho, Altimira Guedes Penteado, Américo de Barros, Américo Brasiliense Almeida Mello Filho, Anézio Augusto do Amaral, Antonietta Cottica, Antonieta Penteado Silva Prado, Antônio Carlos Couto de Barros, Antônio Cândido Vicente de Azevedo, Antônio Prado Júnior, Antônio Soares de Oliveira, Antônio Toledo Lara Filho, Argemiro Couto de Barros, Aristofanes Corrêa, Armando Souza Mursa, Arnaldo Azevedo Villares, Arnaldo Dumont Villares, Attilio Matarazzo, Beatriz Guedes Galvão, Cândida Bueno Lopes de Oliveira Azevedo, Carolina Guedes Galvão, Dante Michelin, David Ribeiro, Euzébio Barboza Queiroz Mattoso, Fernando de Almeida Nobre, Fernando Guedes Galvão, Fernando Nobre Filho, Francisca Rezende de Almeida Mello, Francisco Barros do Amaral, Francisco Morato, Francisco de Salles Vicente de Azevedo, Gastão Vidigal, Georgina Guedes Galvão de Azevedo, Goffredo Teixeira da Silva Telles, Henrique Bayma, Henrique Toledo Lara, Henrique Uchoa Santos-Dumont, Heribaldo Siciliano, José Gavião Monteiro, João Alves Lima, João Francisco de Almeida Prado, João L. Pagano, João Toldi, José Antônio Rosas, José Couto de Barros, José Fortes Guimarães, José Luiz Barbosa de Oliveira, José Mariano de Camargo Aranha, José Paulino Nogueira, José Vicente de Azevedo, Manoel de Barros Loureiro, Manoel Lopes de Oliveira Filho, Manoel de Souza Varella, Maria Thereza Vicente de Azevedo, Noé Ribeiro, Olívia Guedes Penteado, Pedro Augusto de Souza Lima, Paulo Corrêa Galvão, Pedro Luiz Pereira de Souza, Paulo Nogueira Filho, Paulo Vicente de Azevedo, Raul Crespi, Roberto Simonsen, Sabino de Barros,

Sebastião Ferraz de Sampaio, Tácito de Toledo Lara, Vicente Paulo Vicente de Azevedo e Wallace Simonsen.

NOVA ADMINISTRAÇÃO

Em maio de 1934 foi aumentado o capital social da empresa de 400 para 800 contos de réis, sendo eleitos os seguintes membros da Diretoria e do Conselho Fiscal:

DIRETORIA: Presidente, Heribaldo Siciliano; Vice-Presidentes, Antonio Carlos Couto de Barros e Paulo Vicente de Azevedo; Tesoureiro, Fernando Guedes Galvão; Diretor-Gerente, José Mariano de Camargo Aranha; Diretor-Comercial, Roberto Warda; Diretores (Interior), Manoel de Souza Varella e Dante Michelini.

CONSELHO FISCAL: Henrique Uchoa Santos-Dumont, Tácito de Toledo Lara e Euzébio Barboza de Queiroz Mattoso; Suplentes: Henrique Bayma, Noé Ribeiro e Alfredo Penteado Filho.

Os primeiros agentes nomeados foram os seguintes: Catanduva, Banco do Comércio e Indústria; Franca, Rubens S. Camargo; Ribeirão Preto, Miguel Baracchini; Santos, Agência Brasileira de Turismo; São Carlos, Helvidio Gouvêa; São José do Rio Preto, Manoel de Souza Varella; Uberaba, Fernando Sabino de Freitas.

INÍCIO DO TRÁFEGO AÉREO

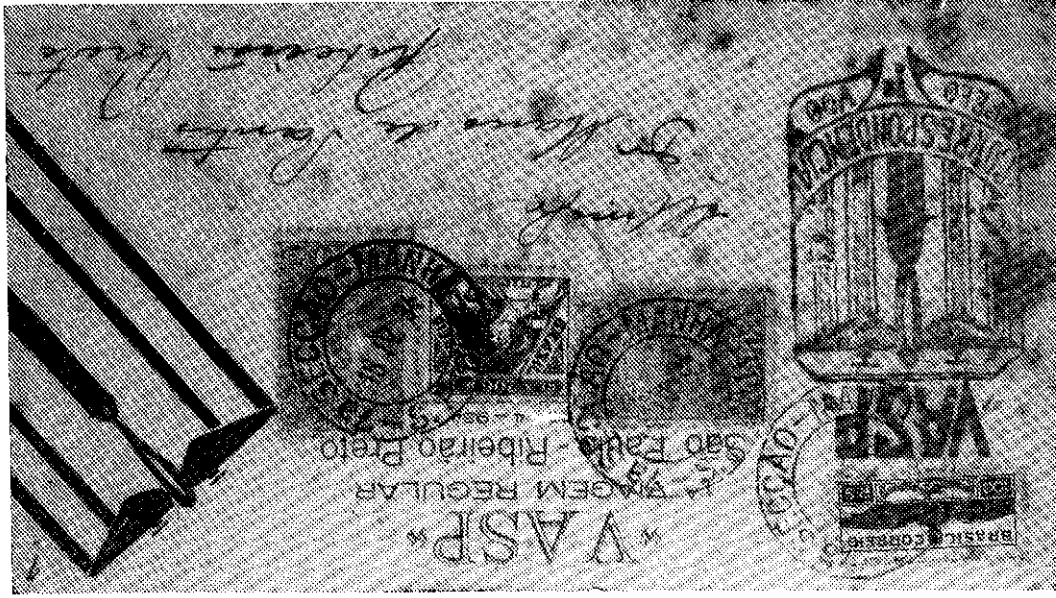
Fundada em novembro de 1933, a VASP, entretanto, somente começou a operar regularmente suas duas primeiras linhas em 16 de abril de 1934, após devidamente autorizada pelo Decreto Federal n.º 24.070, de 31 de março de 1934, promulgado pelo Chefe do Governo Provisório, Dr. Getúlio Vargas, e pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. José Américo de Almeida.

A sede da empresa, bem como sua agência de passagens em São Paulo, ocupava uma pequena loja térrea situada no n.º 23 da rua Boa Vista, no antigo prédio Pirapitingui, local esse cedido pela família de Fernando Guedes Galvão, proprietária do edifício.

O aeroporto utilizado era o Campo de Marte, já existente e localizado nas proximidades do bairro de Santana.

As duas primeiras linhas da empresa, com frequência de três viagens semanais, estabeleciam as seguintes rotas: São Paulo-São Carlos-Rio Preto (hoje São José do Rio Preto) com escalas facultativas em Matão e Catanduva, num percurso de 420 km; e São Paulo-Ribeirão Preto-Uberaba, com escala facultativa em Franca, num percurso de 450 km. Mais tarde, por motivos econômicos, o número de vôos semanais dessas duas linhas foi reduzido. Os aviões utilizados — “VASP 1” e “VASP 2” —

FILATELIA: Envelope postal aéreo comemorativo do voo inaugural da VASP — percurso S. Paulo a Ribeirão Preto — realizado em 16 de abril de 1934



eram do tipo "Monospar", bimotores, com capacidade para um piloto e três passageiros.

Para melhor traduzir a necessidade imediata de ser convenientemente desenvolvida a empresa paulista, transcrevemos abaixo um pequeno trecho do trabalho "Aviação Comercial", publicado pela própria VASP em junho de 1934:... "foi fazer sobressair uma das falhas mais graves do aparelhamento industrial de nosso Estado. São Paulo não cuidou ainda de sua aviação comercial. Não deu a ela nenhuma atenção, e, no entanto, esta questão de transportes, qualquer que ela seja, representa sempre um problema capital de economia política, a reclamar solução. A nossa gente tem o dever de empregar aí uma parte maior e melhor de suas atividades, para aperfeiçoar cada vez mais a nossa organização".

Efetivamente, a despeito de, já de início, ter a VASP apresentado completa composição técnica e legal, inclusive no que respeita ao seu patrimônio moral e material, o objetivo da empresa não se limitava ao desenvolvimento do tráfego das duas linhas implantadas. Os seus propósitos e a sua inspiração, a curto e a médio prazos, eram mais amplos e ambiciosos. O programa inicial anunciado já previa como primeiras etapas: a) desenvolvimento das duas linhas inauguradas; b) serviço de táxi-aéreo; c) serviço aerofotogramétrico; e d) linha São Paulo-Rio de Janeiro.

Em 1934, adquirida uma terceira aeronave, com capacidade para um piloto e oito passageiros, de fabricação inglesa, tipo "Dragon-DH", a linha de Uberaba foi prolongada até Goiânia, a nova capital do Estado de Goiás, e acrescida de escalas facultativas em Uberlândia e Araguari, no Estado de Minas Gerais, e em Anápolis, no Estado de Goiás.

Fato interessante, e que bem demonstra a importância e o prestígio que já era dado ao transporte aéreo por essa época, é que as Prefeituras de Uberlândia e de Araguari, associando-se à subvenção que a VASP depois passou a receber do Governo Federal — seis mil réis por km voado — também passaram a contribuir com pequena ajuda financeira para que as suas cidades fossem incluídas no percurso para Goiânia.

Ressalte-se que a direção da VASP, no intuito de oferecer maior segurança aos seus vôos, nunca se descuidou de implantar campos de emergência, distanciados entre si cerca de 50 km ao longo das rotas, para o que sempre recebeu valioso apoio das autoridades estaduais e municipais.

A administração da empresa desejava, com o maior empenho, dotar o Estado de São Paulo de uma rede aeroviária que impulsionasse o desenvolvimento de sua vida econômica e, ao mesmo tempo, criar um ambiente aeronáutico em nosso meio,

de forma a mostrar aos paulistas as possibilidades comerciais do transporte aéreo. Para isso, muito contribuiu o I Congresso Nacional de Aeronáutica, realizado pelo Aeroclube de São Paulo. Outra iniciativa notável, e que muito influenciou na propagação do conhecimento e na criação de interesse pelos problemas gerais da aviação, foi a atuação do Clube Paulista de Planadores, completa e perfeita organização técnico-esportiva. Ainda no sentido de formar idêntica consciência da população quanto às vantagens das viagens aéreas, muito concorreram os jornais, tanto os da Capital como os do Interior, colaborando espontaneamente para que a campanha surtisse os efeitos desejados e possibilitasse as condições econômicas necessárias ao desenvolvimento da aviação comercial paulista.

Já então se fazia presente na imprensa brasileira uma brilhante plêiade de jornalistas especializados em assuntos atinentes à aviação. A VASP teve integral apoio e incentivo constante desses ilustres profissionais, através de artigos e publicações frequentes. No tocante à imprensa paulista, vem-nos à lembrança, entre outros, os nomes de Dácio de Arruda Campos (Matias Arrudão), do "O Estado de São Paulo"; Raul Polillo, das "Folhas"; Pedro Monteleone e Armando Russo da "A Gazeta"; J.M. Dias Menezes, do "Diário de São Paulo"; e Antônio Machado Santana, da "A Tarde" e "Diário da Manhã" de Ribeirão Preto. Eminentemente jornalistas, como Júlio de Mesquita Filho, Assis Chateaubriand e Cásper Líbero, diretores, respectivamente, de "O Estado de São Paulo", "Diários Associados" e "A Gazeta", contribuíram de forma entusiástica e positiva para que a empresa recém-criada pudesse se tornar uma realidade.

As linhas da VASP foram sempre organizadas nas melhores condições técnicas então requeridas. Os campos de pouso, nas cidades servidas por seus aviões, foram implantados já atendendo às dimensões e aos padrões do recém-criado DAC — Departamento de Aeronáutica Civil.

Evidentemente, a legislação brasileira voltada para a aviação estava ainda em período de formação, mas já apresentava, em conjunto, uma série de normas e medidas tendentes a incentivar, facilitar e proteger, por meios diretos e indiretos, o estabelecimento de companhias de transporte aéreo no País. O regime legal era o de livre concorrência. A lei não admitia nem concedia privilégios; dava apenas concessões a companhias idôneas e regularmente organizadas para explorar o tráfego aéreo no Território Nacional. O espírito da legislação era o de nacionalizar, tanto quanto possível, a aviação comercial para atender ao Interior do Brasil; e o seu processo de proteção e amparo era o de subvenção e o de isenção de impostos. O governo

paulista, pelo Decreto n.º 6.412, de 20 de abril de 1934, estipulava idênticos auxílios.

AERONAVES E TRIPULAÇÃO

As duas primeiras linhas (São Paulo-São José do Rio Preto e São Paulo-Uberaba) foram servidas pelos dois pequenos aviões bimotores, tipo "Monospar", de fabricação inglesa da General Aircraft Ltda.-Croydon, Londres — dos quais a VASP se tornou representante para o Brasil. Tinham as seguintes características: construção em estrutura metálica, motores "Pobjoy" de 75/85 HP cada um, capacidade para três passageiros e um piloto, velocidade de cruzeiro 185 km/hora e raio de ação de 805 km. Como elemento de garantia da navegabilidade, esses aparelhos eram dotados de "horizonte artificial" (Sperry Indicator) pequenos e engenhosos instrumentos que permitiam ao piloto o "vôo no escuro", isto é, dentro das nuvens e sem nenhuma visibilidade.

Eram três os pilotos contratados, de habilitação e competência atestadas no Brasil e em outros países: Bartholomeo Cattaneo, italiano, com 23 anos de serviço ativo, possuindo o "brevet" n.º 1 da Itália e o 22.º Internacional; João Baumgartner, brasileiro, com mais de dez anos dedicados à aviação; e Júlio Fernandes Costa, também brasileiro, que obteve os "brevets" A e B na Inglaterra.

De início, e conforme previa o seu programa, a preocupação dos dirigentes da VASP consistiu no desenvolvimento e aprimoramento do tráfego das suas duas linhas recém-inauguradas. Entretanto, do Interior de São Paulo, principalmente das cidades de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto, ouviam-se vozes reclamando insistentemente aviões de maior capacidade de passageiros e de carga. Os agentes da empresa nessas cidades paulistas deliberaram, por iniciativa própria, propor o aumento do capital social da Companhia a fim de permitir a aquisição de aeronaves maiores. Aceitando a sugestão, a diretoria da VASP decidiu adquirir um terceiro aparelho, de marca "Dragon", de fabricação inglesa "De Havilland", tipo 1934, biplano, com dois motores "Gipsy-Major" de 260 HP cada, capacidade para oito passageiros, desenvolvendo velocidade-cruzeiro de 190 km/hora. Esse avião aqui chegou em agosto de 1934, entrando logo em serviço com o prefixo PP-SPC; era considerado o maior avião terrestre em uso no Brasil: na época as grandes companhias traficavam ao longo do litoral utilizando somente hidroaviões. O batismo deu-se no Hangar Militar do Campo de Marte, no dia 23 de setembro de 1934, com as bênçãos de Dom Gastão Liberal Pinto, Bispo de São Carlos; a madrinha foi a sra. Renata Crespi



Batismo do avião DRAGON — VASP 3 — realizado em 23 de setembro de 1934, no Campo de Marte, em S. Paulo. Entre outras personalidades presentes, destacam-se, da esquerda para a direita: Conde Raul Crespi, Comandante Bartholomeo Cattaneo, sra. Renata Crespi da Silva Prado, Dr. José Mariano de Camargo Aranha, eng. Heribaldo Siciliano, Prefeito Fábio da Silva Prado, Consul Geral da Inglaterra Arthur Abbott, Dr. Paulo Duarte e Dr. Paulo Vicente de Azevedo

da Silva Prado, esposa do então Prefeito de São Paulo, Fábio da Silva Prado.

A escolha das aeronaves da VASP, convém frisar, era sempre precedida de longo e atento estudo, no qual eram examinadas inúmeras propostas de fábricas européias e norte-americanas. O tipo preferido recaía naquele que melhor correspondesse às nossas condições atmosféricas e de apoio terrestre e que, igualmente, já se achasse devidamente testado em uso comercial.

CAMPO DE MARTE

O Campo de Marte, que serviu à aviação da Força Pública do Estado de São Paulo até 1930 e, provisoriamente, em julho de 1932, quando da Revolução Constitucionalista, não oferecia as condições exigidas para o desenvolvimento da nossa aviação comercial por se achar sujeito a constantes alagamentos em virtude das enchentes do rio Tietê, na época não retificado naquele trecho. Não obstante, o Campo de Marte teve papel marcante no estabelecimento da aviação militar, civil e comercial em nosso Estado. As condições de voo eram difíceis. Os três primeiros aviões da companhia — VASP 1, VASP 2 e VASP 3 — dispunham, além do “sperry indicator”, apenas de bússula, de altímetro e dos instrumentos necessários ao controle dos motores. Nessas condições, os pilotos e, conseqüentemente, os próprios passageiros, não deixavam de ser arrojados, pois desconheciam, com antecedência, as condições meteorológicas do percurso a ser coberto. A tripulação se orientava, sempre que possível, pelo traçado das linhas férreas, cujas estações, propositadamente, gravavam em seu telhado, em grandes letras bem visíveis, a denominação da localidade sobrevoada.

A base aérea do Exército, instalada no Campo de Marte após a Revolução de 1930, foi de grande valia durante os três primeiros anos de existência da empresa, não só pela cessão do hangar utilizado pela VASP, como ainda pelas instalações disponíveis e necessárias à assistência mecânica das aeronaves. Tanto os oficiais militares como os seus subordinados colaboraram entusiasticamente com a VASP. O 2.º Regimento de Aviação, comandado pelo Capitão Casemiro Montenegro Filho, tinha como Diretor da Aviação Militar, órgão do Ministério da Guerra, o então Coronel Eurico Gaspar Dutra.

VASP — SOCIEDADE DE CAPITAL MISTO

Em março de 1935, o Governo do Estado, com a participação da Municipalidade de São Paulo, adquiriu o controle acio-

nário da VASP, ainda com dois anos de vida incompletos, e nessa altura já considerada a "menina dos olhos dos paulistas", segundo expressão do jornalista Assis Chateaubriand. Tal fato ocorreu em face das dificuldades financeiras que a companhia começou a enfrentar desde o início de suas atividades. Para melhor elucidar os motivos que antecederam a transformação da empresa privada em sociedade de capital misto, transcrevemos a seguir alguns dos tópicos da mensagem que, em 28 de novembro de 1934, a diretoria da VASP enviou ao então Interventor Federal em São Paulo, Dr. Armando de Salles Oliveira, abordando os mais diferentes aspectos da empresa e as dificuldades que se antepunham à sua própria sobrevivência, e que bem espelham a situação naquela conjuntura:

"A VASP não precisa mostrar, ao Governo de São Paulo, o interesse do Estado em criar e desenvolver, o mais breve possível, a aviação comercial. É visível e imperiosa a necessidade de estabelecer, em nosso território, com incursões nos Estados vizinhos, uma rede de linhas aéreas ligando a nossa Capital e alguns centros mais importantes de produção e comércio. Este problema não admite mais discussões. Exige apenas solução imediata. Assim, a manutenção das linhas atuais da VASP, o seu aperfeiçoamento, o estabelecimento das linhas São Paulo-Rio de Janeiro e São Paulo-Poços de Caldas, além de outras menos importantes, neste momento, constituem, sem dúvida nenhuma, um dos elementos mais úteis ao desenvolvimento de nossa vida econômica. Para resolvê-lo, entretanto, em seguras condições técnicas e administrativas, é absolutamente indispensável a assistência financeira do Estado à iniciativa particular que se propôs a meter ombros à tarefa. Às vezes, o Estado, por si mesmo, instala e mantém os meios de comunicação. Outras, transfere esta faculdade a empresas particulares. Em qualquer caso, porém, a sua colaboração se torna imprescindível. Por que? Em geral, a indústria de transporte, problema de economia pública, desde sua instalação até que haja atingido a um certo grau de desenvolvimento, não costuma ser remuneradora. As causas deste fato econômico são conhecidas e não se faz necessário, por isso mesmo, apresentá-las aqui. O que se pretende é apenas fazer sentir que as companhias particulares, que exploram quaisquer meios de transporte, não logram obter remuneração de seus capitais, senão depois de um período mais ou menos longo. Todas as vias de comunicação passaram por esta fase inicial de crise: as estradas de ferro, a navegação a vapor, etc. só puderam existir e se manter graças ao apoio financeiro, econômico e técnico que obtiveram do Estado. A aviação comercial, certamente, não faz exceção a esta norma. Ao contrário, tem-se observado que em toda a parte onde ela se instalou e vai ganhando

terreno, salvo apenas, ao que sabemos, em um ou outro país completamente desprovido de qualquer meio de transporte, como a Venezuela e Colombia, está ainda na dependência do amparo oficial. Em nosso País e, sobretudo, no Estado de São Paulo, os transportes aéreos não serão, com absoluta certeza, deficitários. Mas, o seu estabelecimento e, em seguida, o seu crescimento, não poderão ser, inicialmente e durante um lapso de tempo imprevisível, compensadores dos capitais neles investidos. A consequência deste fato, em um meio como o nosso, onde ainda não se acha organizado o crédito industrial, é o mais completo retraimento dos capitais nacionais necessários à organização e exploração de serviços dessa natureza. E aí está o motivo porque todos, ou quase todos, os nossos serviços de ordem pública, força e luz, gás, telefone, tração urbana, etc. foram realizados e são explorados por homens e capitais estrangeiros. O mesmo destino, inevitavelmente, estaria reservado à nossa aviação comercial se o Estado não acudisse a tempo. Nestas condições, incumbe ao Governo, para proporcionar a criação desse gênero de transportes, facilitar-lhe os meios de seu desenvolvimento e assegurar-lhe o caráter nacional, amparar financeiramente, por meio de subvenção, durante o período de tempo que for necessário, a empresa particular que os vem executando. Fundada nestas razões, de ordem geral, que foram apenas enumeradas sem nenhum comentário, pretende a VASP uma subvenção do Estado de São Paulo. Ao formular a sua pretensão, ela pensa ser-lhe permitido proclamar, antes de tudo, a sua indiscutível idoneidade moral e comprovada capacidade técnica e comercial”.

Mais adiante, a mensagem continua:

“O espírito que presidiu à sua criação foi principalmente patriótico. As pessoas que subscreveram para o seu capital não foram animadas por nenhum intuito de lucro pecuniário: tiveram apenas a intenção de concorrer para a execução de uma idéia civilizadora e de indiscutível utilidade ao progresso de São Paulo. Os homens que tiveram a iniciativa de sua fundação, e que sempre a dirigiram, também não foram movidos por qualquer sentimento inferior de ambição pessoal. A diretoria da VASP, que já conta um ano de vida e sete meses de funcionamento regular, não é remunerada. Nem um dos seus elementos componentes, à exceção apenas do encarregado de sua direção técnica, tira os meios de sua subsistência do cargo que ocupa. Todos vivem de outras profissões. Os seus auxiliares, quer os de sua composição comercial, quer os de sua parte técnica, recebem ordenados efetivamente baixos. Igualmente, os seus agentes do interior, quase todos acionistas da Companhia, sobrecarregados por ela de obrigações, não auferem lucros”.

Após apresentar dados técnicos e números estatísticos, prossegue:

"Daí se vê que a média da renda bruta mensal foi de cerca de dez contos de réis por mês e as despesas andaram por perto de 23 contos. Houve, por conseguinte, um deficit geral de noventa e quatro contos e 196 mil e 200 réis, ou sejam, mais ou menos doze contos e quinhentos mil réis mensais (...) Além disso, com prejuízo para nossa renda, prestamos durante meses serviços de diversa natureza a uma empresa congênere, mediante remuneração insignificante. Foi um movimento de solidariedade, de cooperação".

Em verdade, os prejuízos decorriam em parte de que, durante quatro meses, e com todo o aparelhamento montado e o pessoal a postos, a VASP não pode funcionar porque o Governo Federal não havia ainda expedido o decreto autorizando-a a estabelecer o tráfego aéreo. Foram quatro meses em que se dispendiam mais de doze contos mensais e nada se podia produzir, porque a empresa estava impedida de transportar sequer um passageiro pago. Para uma pequena empresa, com capital de 400 contos, um desfalque de perto de 60 contos, aliado ao correspondente lucro cessante durante esse período, representava uma perda quase irreparável.

Nessa situação, viu-se a diretoria da VASP obrigada a procurar novos capitais para a sua manutenção. E assim, na Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 29 de maio de 1934, foi proposto e obtido o aumento do capital de 400 para 800 contos. Desse aumento, já se achavam realizados e aplicados em material de vôo cerca de 300 contos.

Prossegue a mensagem ao Interventor:

"Sem o prestígio que lhe dará o apoio oficial, dificilmente poderá ela prosseguir na realização de seus atuais serviços nem obter o capital indispensável à execução de seu programa. Bem pesadas as coisas, o que pretende a VASP é um apoio financeiro do Estado no valor correspondente à medida da utilidade do serviço público que vem realizando (...). Para a VASP, realizar a linha São Paulo-Rio de Janeiro é uma questão vital e, para a aeronáutica brasileira, um ponto de honra. Com efeito, se não estabelecermos a comunicação aérea entre as duas maiores Capitais do País, a Panair, ou outra Companhia estrangeira, o fará brevemente. E este desastre a VASP precisa evitar."

O memorial apresentou ainda ligeiros comentários sobre as diferentes formas de subvenção. Lembrava, ao mesmo tempo, "que, para a execução de serviços consideravelmente menores do que os nossos, o Estado do Rio Grande do Sul concorre, este ano, para a Varig, com a importância de 200 contos, e os Estados de Santa Catarina e Paraná, respectivamente, para o

Aerolloyd Iguassu, com as quantias de 24 e 60 contos (...). O Governo Federal paga à Condor três mil réis por km, pela realização da linha São Paulo-Campo Grande, uma vez por semana, ida e volta, num total de 532 contos anuais, e à Panair, os mesmos três mil réis pela linha Belém-Manaus, num total de 432 contos por ano. A VASP pretende para a execução e desenvolvimento de seus trabalhos a quantia de um mil e 500 réis por km voado. Cinquenta por cento menos. A VASP tem os mais seguros elementos para pensar que a linha São Paulo-Rio de Janeiro seria remuneradora para cabo de pouco tempo de funcionamento”.

Ao finalizar, a mensagem propôs com detalhes um plano para a execução do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, demonstrando, para o sucesso comercial dessa linha, a “idoneidade administrativa da VASP e a sua capacidade técnica, já comprovada em sete meses de atividade: 100% de Segurança e 95,8% de Regularidade no seu tráfego” (...) e, assim “o controle completo do Estado asseguraria a honestidade e o êxito do negócio”.

Havia, na época, interesse de particulares pela subscrição do capital da empresa. No entanto, a diretoria achou mais prudente não aceitar essas ofertas antes da obtenção dos auxílios pedidos aos Governos Estadual e Municipal, de acordo com as solicitações dirigidas ao Estado, em 28 de novembro de 1934, e ao Município de São Paulo, em 10 de janeiro de 1935. Era titular da Secretaria da Viação e Obras Públicas, pasta a que estava afeto o assunto, o Eng. Francisco Machado de Campos, cuja Diretoria de Viação era exercida pelo Eng. Benedito Roberto de Azevedo Marques; o Prefeito da Capital era o sr. Fábio da Silva Prado. O que sempre desejou a diretoria da VASP, como várias vezes já tinha manifestado, era que a empresa obtivesse, se para tal fosse julgada idônea, o auxílio que companhias congêneres recebiam do Estado e da União.

Como registro da mentalidade reinante na época, lembramo-nos de que, quando consultadas pelo Governo Estadual sobre a conveniência de amparar financeiramente a VASP, a diretoria da Estrada de Ferro Paulista e a da Estrada de Ferro Mogiana responderam de forma negativa, apresentando como razão o estímulo a uma futura concorrência às ferrovias.

CONTROLE DA EMPRESA PELO GOVERNO DO ESTADO

O Governo do Estado, após uma análise econômico-financeira da VASP realizada pela então Secretaria da Viação e Obras Públicas, houve por bem decidir-se pelo controle acionário da empresa, com plenos direitos de administração. Apesar dessa decisão não ter sido a desejada pelos seus dirigentes, estes se

viram, contudo, na contingência de aceitá-la a fim de evitar eventual colapso e de garantir, assim, a sobrevivência da VASP, o que, realmente e em última instância, almejavam.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 1935, consumou-se a transação, com a participação majoritária do Governo do Estado e da Municipalidade de São Paulo. O capital social realizado até então, e que montava a 740 contos de réis, foi depreciado para RS. 411:147\$200, segundo avaliação contábil, com a consequente desvalorização das respectivas ações.

SUBVENÇÃO ESTADUAL E AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Em julho de 1935, a Empresa conseguiu, pela promulgação do Decreto-Estadual n.º 7.308, uma subvenção anual de 500 contos de réis por um período de dez anos, concedida mediante convênio com a então Secretaria de Viação e Obras Públicas, à qual a VASP ficou vinculada; era titular dessa Secretaria o Eng. Ranulpho Pinheiro Lima, recém-empossado no cargo. Como medida complementar desse decreto, e visando a implantação da linha São Paulo-Rio de Janeiro, a diretoria obteve, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no mês de agosto do mesmo ano, autorização para aumentar o capital social para três mil contos de réis; foram igualmente transcritos os Novos Estatutos e elegendo-se a seguinte diretoria: Presidente, Heribaldo Siciiliano; Vice-Presidente, Francisco Machado de Campos; Diretores, Paulo Vicente de Azevedo; Eduardo Sabino de Oliveira; Marcos Mélega e José Mariano de Camargo Aranha.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 1936, foi aprovada a redução da diretoria para três membros apenas, passando a presidir a companhia o sr. Adalberto Bueno Netto, ex-Secretário de Estado da Agricultura. A Superintendência foi assumida pelo Dr. Marcos Mélega, advogado e diretor da Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, e a Secretaria pelo Dr. Paulo Vicente de Azevedo, advogado e agricultor. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes foram reeleitos na sua totalidade.

Em março de 1938 o eng. Argemiro Couto de Barros, ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, foi eleito presidente da VASP.

NOVA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A transformação da empresa em sociedade de capital misto, com o controle acionário pelo Poder Público, fez que os mandatos dos diretores executivos perdurassem, quando muito, ape-

nas pelo período do governo estadual empossado, que passou a conviver com o contínuo crescimento da VASP.

Assim em 1938, com a posse do Interventor Federal em São Paulo, Dr. Adhemar Pereira de Barros, foram outra vez substituídos os membros da diretoria, e, ao mesmo tempo, modificados parcialmente os Estatutos Sociais da Companhia. Em junho de 1938 assumiu a presidência o Dr. Paulo de Faria, médico, que exerceu o cargo apenas por um curto período em virtude de seu falecimento em desastre aéreo no interior do Estado; para o cargo de Superintendente foi eleito o Dr. Ismael Torres Guilherme Christiano, médico e piloto-aviador; e, para Secretário o Dr. José Mariano de Camargo Aranha, um dos fundadores da VASP.

Em outubro do mesmo ano houve nova modificação dos Estatutos que reduziu para dois o número de seus dirigentes, ficando assim constituída a diretoria: Presidente, Dr. José Mariano de Camargo Aranha e, como Superintendente, o Dr. Ismael Torres Guilherme Christiano.

Em março de 1940 foi criado um novo cargo de Diretor, para o qual foi eleito o Dr. Joaquim Monteiro de Barros, que permaneceu nessas funções até junho de 1941, quando foi substituído pelo Dr. Jayme Americano.

Durante a gestão do Interventor Federal seguinte, Dr. Fernando de Souza Costa (1941-1945) assumiu a presidência da companhia o Sr. Napoleão Lorena Marinho, empresário, voltando como Diretor-Superintendente o Dr. Marcos Mélega. Como Diretor-Secretário foi empossado o comandante Renato Pacheco Pedroso, que permaneceu no cargo por um curto período.

AEROPORTO DE CONGONHAS — SÃO PAULO

Em face do desenvolvimento previsto para as linhas da VASP, inclusive pela necessidade de pistas mais extensas para o pouso de aeronaves de maior porte, porque tudo fazia crer no agigantamento do setor aviatório de São Paulo, urgente se tornava a construção de um aeroporto civil exclusivo para aviões de passageiros e capacitado a suportar o crescimento do tráfego esperado.

Assim pelo decreto de 5 de julho de 1935, o Governo do Estado, através da Secretária da Viação e Obras Públicas, abriu crédito para a construção de um aeroporto "capaz de assegurar a prática da navegação aérea comercial nos moldes das exigências técnicas atuais".

O local escolhido, após longos e minuciosos estudos, situou-se nas imediações de Indianópolis, bairro distante, então unido à cidade por estrada asfaltada e por um perfeito serviço de ônibus, em região praticamente despovoada e conhecida como Campo das Congonhas. O terreno, uma faixa de grande extensão, foi adquirido da Companhia Auto-Estrada de Interlagos pela quan-



tia de doze mil contos de réis. Vale a pena lembrar que o primitivo projeto para a instalação do futuro aeroporto da cidade, elaborado no governo do presidente Júlio Prestes e, portanto, anterior a 1930, previa a utilização da área hoje ocupada pelo Parque Ibirapuera.

Os serviços de terraplenagem para a construção das pistas foram iniciados imediatamente, ainda no segundo semestre de 1935. Contrastando com a nova era que chegava, eram utilizadas, nos trabalhos de movimentação de terra, carrocinhas puxadas por animais.

As primeiras edificações iniciaram-se em 1936, com a construção do hangar das oficinas e de uma modesta estação de passageiros.

A inauguração do aeroporto, cuja pista e demais construções ainda não se achavam concluídas, deu-se a 5 de agosto de 1936, por ocasião do primeiro vôo oficial da linha São Paulo-Rio de Janeiro-São Paulo. Exercia o Governo do Estado, já agora investido como governador eleito, o Dr. Armando de Salles Oliveira, tendo como titular da Secretaria da Viação e Obras Públicas o Eng. Ranulpho Pinheiro Lima.

Em razão da ampliação do movimento de usuários, erigiu-se em 1939, uma nova estação de embarque, de maiores proporções e melhor aparelhada para os cada vez mais complexos serviços de terra. Considerando, entretanto, o movimento sempre crescente da base de São Paulo, a VASP entregou, em fins de 1939, ao Governo de São Paulo, um memorial que encarecia a necessidade da construção de uma estação de passageiros condigna com a cidade e que incluísse todas as dependências indispensáveis ao tráfego de terra e ar. Aprovada a idéia, foi autorizada a elaboração de projeto que, atendendo às necessidades mais urgentes, já se coadunasse, igualmente, com o futuro desenvolvimento da aviação em nossa Capital. São Paulo estava-se tornando, rapidamente, ponto de convergência de todas as linhas que operavam no País. Esse projeto deu início à atual estação de embarque de Congonhas. Ao mesmo tempo, a direção da VASP solicitava outros melhoramentos para o aeroporto: iluminação e sinalização para pouso de vôos noturnos, aumento de extensão das pistas e proteção das áreas que o circundavam, de modo a evitar edificações prejudiciais à segurança necessária ao povo e decolagem das aeronaves.

AEROPORTO SANTOS DUMONT — RIO DE JANEIRO

A primitiva Estação de Passageiros da antiga Capital da República, então já existente no Aeroporto Santos Dumont, na Ponta do Calabouço, cuja construção foi autorizada por Decreto

Federal em 1.º de fevereiro de 1933, era precária. Por volta de 1937, foi erguido nas proximidades um luxuoso prédio para o atendimento do tráfego de hidroaviões que amerissavam na Baía da Guanabara. A VASP e as demais companhias que utilizavam aviões terrestres, com exclusão da Panair do Brasil, que possuía edifício próprio, passaram também a instalar ali, provisoriamente, seus serviços de embarque e desembarque enquanto não dispusessem da nova estação, devidamente aparelhada, a qual foi construída, ainda em caráter temporário, no mesmo local da anterior.

Por essa época, com o rápido desenvolvimento da aviação terrestre, já se achava em execução um grandioso projeto para esse tipo de aviões — o atual Terminal do Aeroporto Santos Dumont — e que, tão logo concluído, na década de 40, passou a ser utilizado obrigatoriamente por todas as companhias aéreas.

A Estação destinada aos hidroaviões, aeronaves caídas em desuso, pouco tempo depois de sua inauguração, teve outra destinação.

Por oportuno, convém lembrar que a localização do Aeroporto Santos Dumont na Ponta do Calabouço, na Baía da Guanabara a cerca de dez minutos da Avenida Rio Branco, suscitou, na época, divergências acaloradas. Muitos aplaudiam a idéia, enquanto outros a condenavam, alegando encontrar-se essa área, por um lado, próxima aos morros e arranha-céus, e por outro, à Escola Naval — situada na Ilha de Villegaignon e, portanto, numa das cabeceiras da pista de pouso — e no percurso das barcas da Companhia Cantareira que ligavam o Rio de Janeiro a Niterói. Tendo prevalecido a localização, ali se encontra, em plena atividade até os dias de hoje um aeroporto que talvez seja o único no mundo a situar-se em área tão próxima do centro da cidade.

As empresas aéreas, quando de eventual interdição da pista de pouso por falta de visibilidade, dispunham das bases militares do Campo dos Afonsos e de Santa Cruz, situadas também no território da antiga Capital Federal.

OS AVIÕES JUNKERS JU-52/3m

Visando a implantação da linha São Paulo-Rio de Janeiro, e após minucioso estudo das propostas recebidas — que incluíam diferentes tipos de aviões europeus e norte-americanos — decidiu-se a VASP, em 1935, pela aquisição de dois aparelhos de fabricação alemã, os renomados Junkers Ju-52/3m, totalmente metálicos de chapas onduladas, apropriados para decolagens e pousos em campos de média extensão. Esse tipo de aeronave apresentava as seguintes características: capacidade para 17 pas-

sageiros, 3 tripulantes e 1.300 kg de carga útil; velocidade de cruzeiro de 260 km/hora; 3 motores de 9 cilindros radiais marca B.M.W.-Hornet, tipo 132/E, 650 HP cada, num total de 1.950 HP; envergadura das asas de 30 m; e peso total de 9.500 kg. Esses possantes tri-motores ofereciam, para a época, todas as garantias de segurança e conforto.

A fábrica Junkers, por intermédio de seus representantes locais, Theodor Wille & Cia. Ltda., proporcionava também vantagens excepcionais sobre os demais concorrentes: além de melhores condições de preço e de financiamento, punha ainda à disposição da empresa três pilotos experimentados, um mecânico especializado em motores, outro em fuselagem e um terceiro no setor de manutenção. Outra das razões para essa escolha foi a existência de uma oficina completa de reparação para esse tipo de avião no Rio de Janeiro, possuindo estoques de peças sobressalentes, de propriedade do Sindicato Condor Ltda., que já se utilizava de equipamento semelhante; para esse fim foi estabelecido um contrato de assistência técnica com a Condor.

E assim foi fechado o negócio. Seguiu para a Alemanha, credenciado pelo Governo do Estado, o Dr. Domicio Pacheco e Silva a fim de ultimar as negociações aqui iniciadas. Os aviões foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 1936, e levados para as oficinas da empresa aérea Condor, onde foram montados. Após efetuados os testes de vôo pelos pilotos alemães e obtidos os certificados de vistoria do Departamento de Aeronáutica Civil, as aeronaves rumaram para a base de São Paulo. Novos testes foram realizados e a tripulação nacional da VASP começou a ser devidamente treinada. Os nossos pilotos receberam instruções quanto à navegação de vôo por instrumentos, o chamado "vôo cego". Mais tarde, muitos oficiais da Aviação Militar, a convite da direção da companhia, obtiveram idêntico treinamento.

Os pilotos germânicos muito contribuíram para o desenvolvimento da empresa e, quicá, da aviação paulista e brasileira. Herman E. von Oertzen, Eduard Baron von Buldring e Helmut Zimmerman, assim se chamavam os três Comandantes que aqui aportaram juntamente com os Junkers. Zimmerman deixou a empresa por volta de 1939; von Oertzen e von Buldring em junho de 1940, em obediência à determinação do Presidente da República que obrigava as aeronaves a contar exclusivamente com tripulação formada por brasileiros natos; assim, esses pilotos se viram forçados a deixar a empresa, a que vinham exercendo, com muita competência e dedicação, suas atividades profissionais desde 1936. Os técnicos alemães também deixaram a companhia por volta de 1940.

Os dois primeiros Ju-52/3m aqui chegados foram registrados sob os prefixos PP-SPD e PP-SPE, sendo batizados com os nomes de "Cidade de São Paulo" e "Cidade do Rio de Janeiro", respectivamente. Um terceiro aparelho, adquirido dois anos depois e de prefixo PP-SPF, recebeu o nome de "Cidade de Goiânia", em homenagem à nova Capital de Goiás.

Em 1941, não obstante o período anormal por que atravessava o mundo em virtude da guerra européia, a frota da VASP foi aumentada de mais dois aparelhos Junkers Ju-52/3m, um comprado na Colômbia, e outro procedente da Alemanha — chegado até Santos por via marítima, cujo navio transportador, já em plena hostilidade, conseguiu uma grande proeza: burlar a vigilância do bloqueio da armada britânica. Adquiriu-se, também, grande estoque de peças e motores sobressalentes. Esses últimos aviões receberam os prefixos PP-SPG e PP-SPH e foram batizados, respectivamente, com os nomes de "Cidade de Santos" e "Cidade de Curitiba".

LINHA AÉREA SÃO PAULO — RIO DE JANEIRO

A inauguração da linha São Paulo-Rio de Janeiro deu-se em 5 de agosto de 1936, partindo o vôo de São Paulo do Aeroporto de Congonhas, que mal tinha terminado a sua primeira pista de pouso e que não contava com nenhum abrigo para embarque de passageiros. Todo o expediente de despacho foi feito ao relento pelo autor deste relato, auxiliado por outros funcionários da empresa. O avião era o Junkers Ju-52/3m, prefixo PP-SPD, "Cidade de São Paulo", transportando ilustres convidados e altas autoridades estaduais. Ao mesmo tempo, partia outro avião idêntico, prefixo PP-SPE, "Cidade do Rio de Janeiro", do Rio de Janeiro para São Paulo, trazendo também outros eminentes convidados, entre os quais Ministros de Estado. Coincidentemente, porém, aconteceu que, no regresso daquelas aeronaves às suas bases de origem, tanto em Congonhas como no Aeroporto Santos Dumont, ocorreram, por ocasião do pouso, ligeiros acidentes que, felizmente, não causaram danos aos passageiros e tripulantes.

Em face do ocorrido, os vôos seguintes foram cancelados e somente restabelecidos em 30 de novembro do mesmo ano, uma vez devidamente reparados os aparelhos e completada a pista de pouso de Congonhas. Reiniciou-se, assim, o tráfego da linha, inicialmente com uma viagem redonda diária, logo depois com duas, em face da procura crescente de passageiros. A distância entre as duas Capitais, em linha reta, é de 360 km e a duração do percurso pelo Ju-52/3m era de 100 minutos. O preço estabelecido para a passagem era de 220 mil réis.



Suplemento em rotogravura do jornal "O Estado de S. Paulo" — agosto de 1936 — por ocasião da inauguração da linha aérea S. Paulo-Rio de Janeiro, vendo-se nas fotos menores o A. acompanhando a pesagem dos passageiros

Concretizava-se, dessa forma, um velho sonho dos paulistas: a ligação aérea das duas maiores metrópoles do País, o que constituía um problema já considerado de ordem pública e para o qual se impunha solução imediata.

O intercâmbio diário de passageiros, carga, correspondência, jornais, etc., entre as duas Capitais, por outras vias de transporte, era bastante significativo. Somente de São Paulo para o Rio, todos os dias, pelos quatro trens da E. F. Central do Brasil, partiam em média 400 passageiros de 1.^a classe. Além do mais, os meios de comunicação e de transporte eram precários. A estrada de rodagem, apenas sofrível, era mal conservada, poeirenta e intransitável nas épocas chuvosas. As ligações marítimas não se faziam diretamente. A Central do Brasil era muito lenta: uma viagem de trem entre Rio de Janeiro e São Paulo não se efetuava em menos de doze horas.

Os estudos para a composição e funcionamento dessa importante ligação aérea, bem como os cálculos de sua manutenção e rentabilidade, foram cuidadosamente elaborados. As bases técnicas e econômicas foram igualmente estabelecidas, dando-se especial ênfase à segurança dos vôos.

Para tanto, foram instaladas estações de radiogoniometria, radiotelegrafia, observatório meteorológico, enfim, equipamentos completos para o controle de vôos por instrumentos. Em Ubatuba, ponto intermediário do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, montou-se uma estação de rádio auxiliar. No Vale do Paraíba, foram implantados campos de emergência.

A partida das linhas regulares obedecia a um horário rigoroso: sobrevoando diariamente o centro comercial da cidade de São Paulo, as aeronaves da VASP habituaram a população, pelo ronco de seus potentes motores, a controlar a "hora certa" de seus relógios.

Como os Ju-52/3m limitassem o peso máximo a ser transportado, o necessário controle se efetuava pela pesagem antecipada de toda carga útil, inclusive dos passageiros. Tempos depois, para maior comodidade dos usuários, e uma vez constatado que o volume de carga e correio era relativamente pequeno, o controle do peso dos passageiros foi abolido, fixando-se a média de 70 kg por pessoa. Aproveitou-se, igualmente a capacidade ociosa de carga útil verificada para aumentar de dezessete para vinte e quatro o número de assentos dentro da cabine de passageiros.

A agência e a sede central da VASP em São Paulo foram transferidas para melhores e mais amplas instalações situadas à rua Líbero Badaró n.ºs 82 e 92 — 1.º andar, respectivamente.

A agência do Rio de Janeiro localizou-se, de início, no Edifício Regina, na Cinelândia. Pouco tempo depois transferiu-se

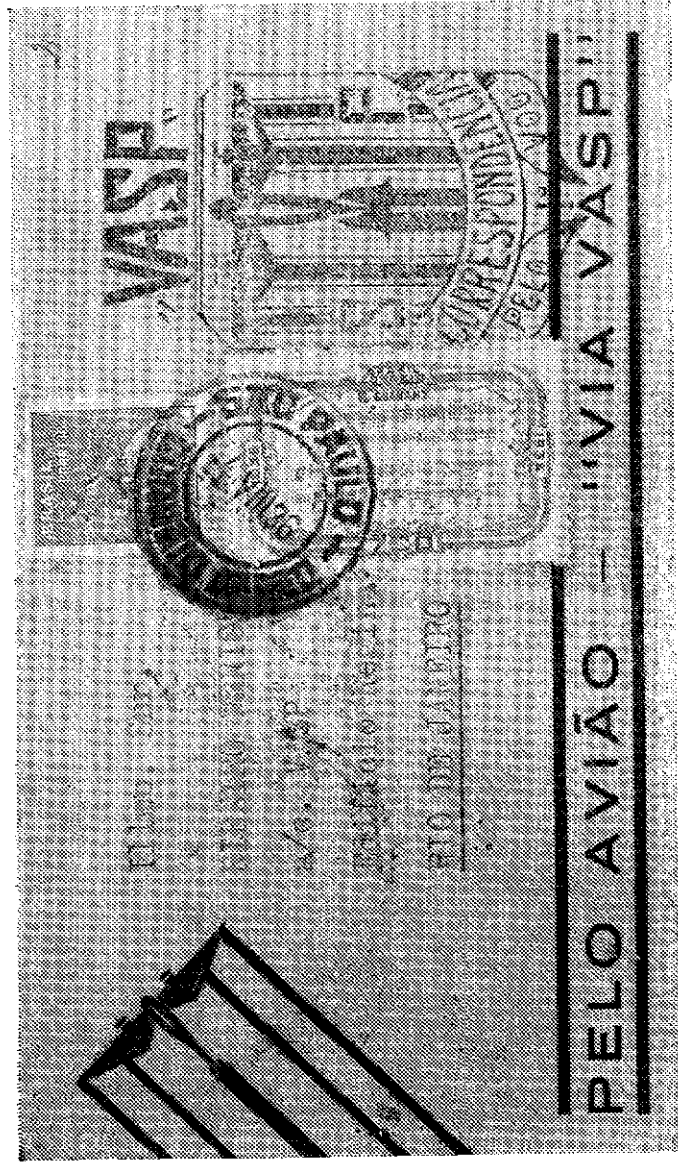
para a rua México n.º 116-A, atrás da Escola de Belas Artes, local então quase deserto: isto por insistência e a convite dos administradores do referido imóvel, recém-construído, que viam na VASP um motivo para atrair público àquela área, o que ensejava, mais rapidamente, o aluguel das demais lojas e salas de escritório. Para tanto, foram oferecidas à VASP condições especiais de locação.

Na antiga Capital Federal a agência da VASP tornou-se, por excelência, e durante muitos anos, o ponto de encontro obrigatório dos paulistas, frequentado tanto por homens de negócio como por autoridades estaduais e políticos da área federal que atuavam no Congresso. A VASP, por cerca de dez anos, monopolizou o tráfego aéreo São Paulo-Rio de Janeiro-São Paulo. Seus aviões viajavam constantemente lotados. O governo federal, nessa época, exigia no Rio uma reserva permanente até quinze minutos antes da partida das aeronaves, a fim de possibilitar o embarque de última hora de determinada autoridade ou pessoa grada de sua recomendação.

Para o sucesso do estabelecimento da linha São Paulo-Rio de Janeiro muito contribuiu o clima de simpatia reinante entre as companhias aéreas que então operavam no País, bem como o apoio recebido de autoridades federais, estaduais e municipais. Igualmente, a política de tarifas baixas mantida pela VASP e destinada a popularizar o avião e transformá-lo num meio habitual de transporte, frutificou de modo considerável com o correr dos anos.

SERVIÇO POSTAL RÁPIDO

Em virtude da morosidade que então ocorria quanto à entrega da correspondência aérea, não obstante o esforço em contrário dispendido pelo Departamento dos Correios e Telegrafos, a VASP foi autorizada, pelo próprio DCT e em caráter precário, a estabelecer um "Serviço Postal Rápido" para distribuição a domicílio das cartas aéreas em São Paulo e no Rio de Janeiro quando transportadas por seus aviões. Esse serviço foi inaugurado em 20 de dezembro de 1938 e, para tanto, a VASP instalou agências postais próprias nas duas Capitais; para a distribuição da correspondência, organizou um quadro de estafetas que se utilizavam de bicicletas e de veículos motorizados. Essa recém-criada seção postal, sob a chefia de Antônio Martins de Abreu, permaneceu em funcionamento durante alguns anos, despertando o mais vivo interesse do público, das classes empresariais e dos filatelistas.



FILATELIA: Envelope postal aéreo comemorativo do voo inaugural da linha S. Paulo ao Rio de Janeiro, realizado em 5 de agosto de 1936

LINHAS AÉREAS EM TRÁFEGO

Em 1938, a inclusão na frota de um terceiro Ju-52/3m, "Cidade de Goiânia", permitiu a ampliação do número de vôos para as linhas já em tráfego, bem como possibilitou a abertura de outras rotas para o Interior paulista e Estados vizinhos, inclusive Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

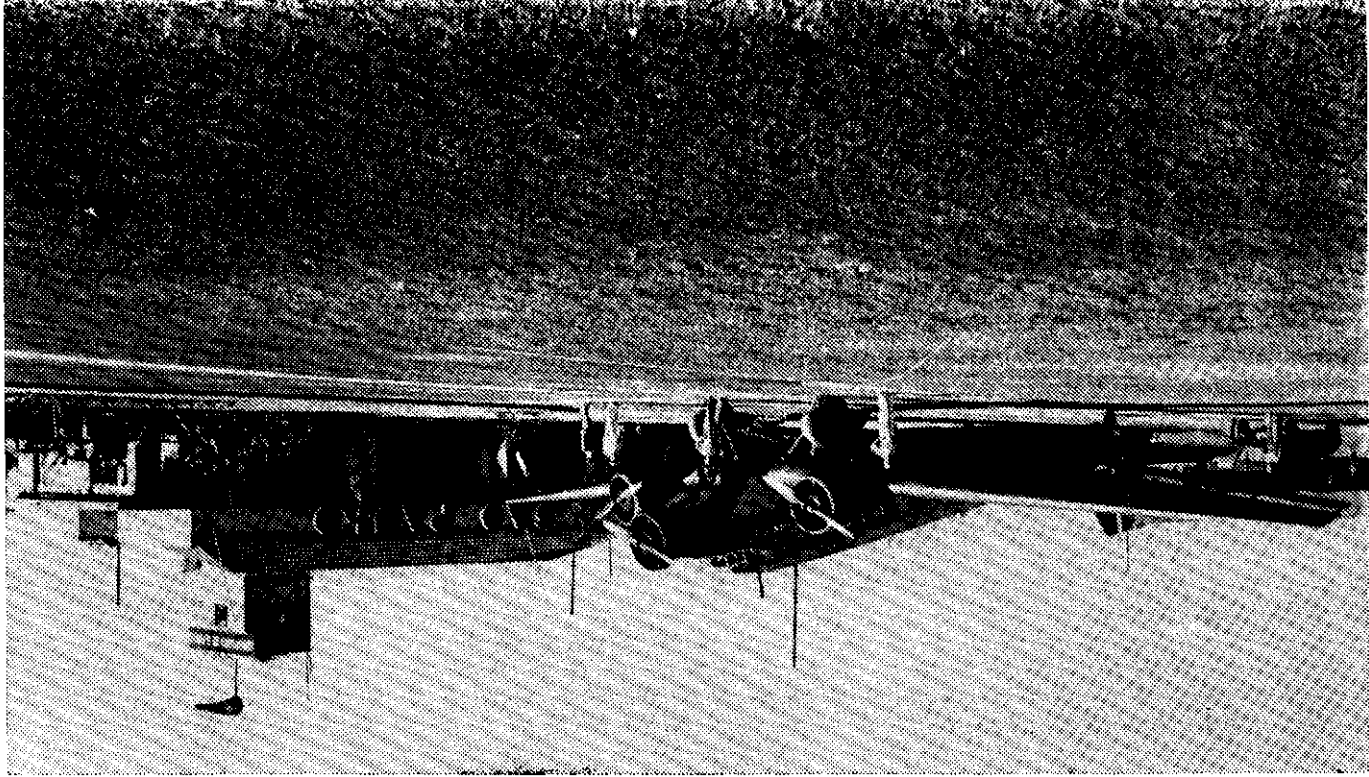
Por essa época, foi suprimida a linha São Paulo-São Carlos-São José do Rio Preto, visto que seus campos de pouso não comportavam aviões de maior porte. Além disso, as aeronaves "Monospar" e "Dragon", até então utilizadas, já estavam sendo consideradas obsoletas e anti-econômicas.

Em fins de 1939, a VASP, utilizando exclusivamente os Ju-52/3m, mantinha em tráfego as seguintes linhas domésticas: para o Rio de Janeiro, três viagens redondas diárias; para Goiânia e escalas, duas viagens semanais; para Curitiba, Itajaí e Florianópolis, duas viagens semanais; e para Porto Alegre, apenas uma viagem por semana.

Em 1940, os Departamentos de Tráfego e de Operações da companhia apresentaram às autoridades federais um completo estudo, que incluía toda a infra-estrutura necessária, inclusive radiocomunicação e radiogoniometria, para o prolongamento da linha de Goiânia até Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, com escalas em Jataí e Lageado. Esse novo trecho seria subvencionado com seis mil réis por km voado, tendo merecido aprovação do Departamento de Aeronáutica Civil. Entretanto, por motivos circunstanciais, essa nova rota não pôde ser inaugurada. Uma das principais razões foi ter sido a empresa desfalcada, em fins de 1940, de um Ju-52/3m sinistrado no Rio de Janeiro. Outra causa, igualmente importante, foi ter sido surpreendentemente denegada pelo Governo Americano, licença de exportação de dois aparelhos "Loockeed-Lodestar", com capacidade para 14 passageiros e equipados com motores "Pratt & Wittney", comprados no ano de 1940. A entrega do primeiro deles estava prevista para o início de 1941, mas, quando essa aeronave já se achava pronta em Burbank, Califórnia, já tendo partido para lá uma tripulação da empresa a fim de transportá-la em vôo para São Paulo, as autoridades dos Estados Unidos, pretextando motivos relacionados com a guerra européia, não mais permitiram a saída dos dois aparelhos anteriormente adquiridos. Esse fato inesperado ocasionou à VASP enorme prejuízo, de ordem não só operacional mas também financeira.

A empresa viu-se, assim, forçada a diferir "sine die" a inauguração do trecho Goiânia-Cuiabá, bem como a de um outro projeto que previa o estabelecimento de mais duas linhas domésticas: São Paulo-Uberlândia, com escalas em São Pedro, Ara-

Aeroporto de Congonhas — ano de 1939 — vendo-se a entrada Estação
de Passageiros e, na pista, o avião Junkers JU-52/3m



raquara e Barretos, e São Paulo-Presidente Prudente, com escalas em Botucatu, Bauru e Marília.

A VASP, entretanto, adquirindo em 1941 dois Ju-52/3m, prefixos PP-SPG e PP-SPH, conseguiu reforçar seu material de voo, mas se viu, ao mesmo tempo, obrigada a suprimir, até normalização da situação mundial, as linhas que demandavam o sul do País. Essa medida visou, sobretudo, em face das circunstâncias de guerra, a manutenção das duas linhas principais da empresa: São Paulo-Rio de Janeiro e São Paulo-Goiânia.

Os agentes da VASP, por essa época, eram os seguintes:

Agência de São Paulo

Chefe: Alfredo Salles de Oliveira Netto

Agência do Rio de Janeiro

Agente-Procurador: Sidney A. Miller

Linha São Paulo-Goiânia — Ribeirão Preto, Arlindo Carvalho; Uberaba, Fernando Sabino Jr.; Uberlândia, Afrânio Rodrigues da Cunha & Cia.; Araguari, Cia. Transportes Minas-Goiás Ltda.; Anápolis, José Fernandes Valente; Goiânia, Nicanor Brasil Gordo.

Linha São Paulo-Porto Alegre — Curitiba, Vitor Gaisler; Itajaí, Carlos Renaux S.A.; Joinville, Germano Stein S.A.; Florianópolis, Z. L. Steiner & Cia.; Porto Alegre, Hugo A. Seben.

A II GUERRA MUNDIAL E O SEU REFLEXO NO TRÁFEGO DA EMPRESA

A partir de 22 de agosto de 1942, data em que o Governo Brasileiro declarou guerra à Alemanha e à Itália, começaram a crescer para a VASP, ainda mais e de maneira acentuada, os problemas de manutenção de suas aeronaves. Por serem os seus aviões de fabricação alemã, a reposição de peças passou a representar um desafio à própria sobrevivência da empresa. A substituição de pistões e de pneumáticos, principalmente, constituía tarefa quase impossível; para a sua fabricação se exigia alta tecnologia e especialização, além de matérias-primas de difícil aquisição. Graças, porém, à colaboração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo com as indústrias bandeirantes, foi possível produzir esses e outros componentes entre nós. As peças e materiais aqui fabricados revelaram-se tão perfeitos quanto os originais. A VASP, já então, tinha organizado um excelente centro de pesquisas e de preparação de técnicos.

Ao termo das operações militares na Europa, com a rendição da Alemanha nos primeiros meses de 1945, a Embaixada Norte-Americana, por seu Adido Aeronáutico, e através do agente-procurador da VASP no Rio de Janeiro, ofereceu à empresa cerca de catorze aviões Douglas DC-47, excedentes de guerra, e que se achavam disponíveis na base militar de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. A VASP foi considerada a principal compradora potencial em face das presumíveis dificuldades de manutenção e aquisição de peças, por possuir exclusivamente equipamento germânico. O preço solicitado foi de 500 contos de réis cada um, muito abaixo do valor real. Os DC-47 — irmãos gêmeos dos DC-3 — eram aparelhos utilizados para transporte de cargas e condução de pára-quedistas, para o que exigiam apenas algumas adaptações na cabine e a instalação de poltronas. A diretoria da empresa, entretanto, decidiu-se pela aquisição apenas de dois deles, embora possuísse, na época, recursos financeiros que permitiriam a compra de todo ou da maior parte do lote oferecido. Consequentemente, os doze aparelhos restantes foram vendidos a companhias congêneres, entre elas a Varig e a Panair. A empresa aérea Real, então em fase de constituição e voltada para o serviço de táxi-aéreo, ciente da excepcional oportunidade, adquiriu dois DC-47 e, no início de 1946, após obtida das autoridades federais a concessão para o percurso São Paulo-Rio de Janeiro, o mais rentável da época, deu início às suas atividades, obtendo rápido êxito.

A decisão então tomada fez que a VASP perdesse excelente oportunidade para a ampliação imediata de suas linhas internas e, quem sabe até, para a obtenção de linhas internacionais.

Com o fim da Grande Guerra, em agosto de 1945 (rendição do Japão) o equipamento germânico até então utilizado pela VASP começou a ser substituído por aviões da série Douglas DC-3, de fabricação norte-americana, já de conceito firmado internacionalmente e que tanto contribuíram para o desenvolvimento dos transportes aéreos.

PILOTOS-COMANDANTES DAS AERONAVES

A equipe de aeronautas, durante os dez ou onze primeiros anos da VASP, foi constituída pelos seguintes pilotos, relacionados por ordem alfabética: Abel Pereira Leite, Alfredo Neumann, Bartholomeo Cattaneo, Carlos Aurichio, Cássio Simões, Ciro Novaes Armando, Eduard Baron von Büldring, Giovanni Ercole, Helmut Zimmerman, Herman E. von Oertzen, Irineu Fer-

nandes, Ismael T. Guilherme Cristiano, João Baumgartener, João F. Ferreira, Joffre Carvalho da Silva, Júlio Fernandes Costa, Luiz Carvalho Landell, Marcelo Pedrosa, Mauro Carvalho Aguiar, Paulo Carvalho da Silva, Paulo Sarubbi, Renato Pacheco Pedroso, Roberto Pedrosa e Romeu Favero de Fabret. Um deles era de nacionalidade italiana, três de nacionalidade alemã e os demais, brasileiros.



FATOS E MEMÓRIAS

Ocorrências dignas de registro, às vezes apenas memorizadas, relativas à navegação aérea no Brasil durante o período de 1930 a 1944.

1930

Em 12 de maio de 1930, o piloto francês Jean Mermoz, tendo como companheiros o navegador Jean Dabry e o rádio-operador Gimle, inaugurava a linha postal Toulouse-Santiago do Chile, por via exclusivamente aérea, dando início, com esse magnífico feito pioneiro, ao encurtamento da distância que separava o Brasil da França. A travessia dos 3.000 km do Atlântico Sul que separam o Senegal, na África, de Natal, no Brasil, foi feita em 21 horas e 15 minutos, num avião equipado com flutuadores e levando a bordo 130 kg de correio. Dois navios de apoio acompanharam a travessia.

1938

A 8 de junho, pelo Decreto-lei n.º 483, foi instituído pelo Governo Federal o Código Brasileiro do Ar, que veio "dotar o País de uma legislação capaz de regular eficientemente a aviação civil e comercial", criando ao mesmo tempo, com sede na Capital da República, o Conselho Nacional de Aeronáutica, composto de seis membros, sob a presidência do ministro da Viação e Obras Públicas, como órgão consultivo do governo na referida área.

Em 31 de dezembro, segundo estatística elaborada pelo Departamento de Aeronáutica Civil, eram oito as empresas aéreas comerciais em tráfego no Brasil: a) nacionais: Viação Aérea São Paulo S/A. (VASP), Viação Aérea Rio Grandense (VARIG), Sindicato Condor Ltda., Panair do Brasil S/A. e Aerolloyd Iguassu S/A.; b) européias: S/A. Air France, partindo de Toulouse (França) e a Deutsche Lufthansa A.G., partindo de Frankfurt (Alemanha); c) norte-americana: Pan-American Airways Inc., que procedia dos Estados Unidos.

1939

A L.A.T.I. — *Linee Aeree Transcontinentali Italiane* — subsidiária da “Alla Littoria”, sediada em Roma, inaugurava seus vôos para a América do Sul.

No mês de novembro, por despacho do Presidente da República, foi ordenada a abertura de concorrência pública para o estabelecimento de uma linha de transportes aéreos entre São Paulo e Foz de Iguaçu, com escalas em Curitiba e prolongamento até Assunção do Paraguai. A VASP apresentou-se como interessada nessa linha, mediante requerimento encaminhado ao Departamento de Aeronáutica Civil, datado de 29 do referido mês. O projeto, entretanto, não teve prosseguimento.

1940

Começaram a surgir outras empresas nacionais, aumentando o tráfego aéreo em todo o Território Brasileiro. Foi um período em que, realmente, se constatava um progresso animador nos transportes aéreos no País, tanto na aviação comercial e civil, como na militar e naval.

As primeiras indústrias aeronáuticas, devidamente estruturadas, começaram a tomar maior desenvolvimento entre nós. No Rio de Janeiro, a Cia. Nacional de Navegação Aérea (Henrique Lage) e, em São Paulo, adiantando-se às demais, a Cia. Aeronáutica Paulista (Francisco Pignatari) responsável pela produção dos primeiros aviões em série fabricados no Brasil: o “Paulistinha”.

As empresas européias — Air France, Lufthansa e LATI — por força da situação de beligerância irrompida em setembro de 1939, começaram a suprimir os seus vôos transcontinentais para a América do Sul.

A aviação comercial brasileira foi enlutada por grave acidente. No dia 8 de novembro, o avião Junkers Ju-52/3m, prefixo PP-SPF, a “Cidade de Goiânia”, quando sobrevoava a praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, em sua rota e horário regulares de viagem para São Paulo, foi colhido por um avião de turismo, precipitando-se no mar. O aparelho ficou completamente destruído, morrendo todos os seus passageiros e tripulantes. Nenhuma parcela de culpa coube à VASP. A sua tripulação era formada pelo Comandante Júlio F. Costa, pelo co-piloto Paulo Cintra Leite e pelo rádio-navegante Ely Lopes de Araújo.

1941

No dia 20 de janeiro, foi criado o Ministério da Aeronáutica pelo Decreto-lei n.º 2.961, sendo nomeado primeiro titular o Dr. Joaquim Pedro de Salgado Filho. O art. 4.º desse decreto reza: "Ficarão pertencendo ao novo Ministério, constituído inicialmente com os elementos existentes nas aeronáuticas do Exército e da Marinha e do Departamento de Aeronáutica Civil, os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no artigo 2.º (atividades de aviação nacional)". O referido decreto-lei foi assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, então considerado no País e no Continente como "Amigo da Aviação" pelo impulso que os transportes aéreos no Brasil receberam durante o seu governo.

Como consequência da criação do Ministério da Aeronáutica, o Correio Aéreo Militar e o Correio Aéreo Naval foram fundidos num único serviço — o Correio Aéreo Nacional (CAN). E seu Patrono o eminente e recém-falecido Marechal-do-Ar Eduardo Gomes. Recorde-se, a propósito, que o Correio Aéreo Militar (CAM) nasceu em 1931 de inspiração de um grupo de oficiais idealistas, destacando-se, entre eles, os Tenentes Antônio Lemos Cunha, Casemiro Montenegro Filho e Nelson Freire Lavenère-Wanderley, integrantes do Grupo Misto de Aviação, unidade aérea que se achava sob o comando do seu idealizador, o então Major Eduardo Gomes. O ex-Prefeito da cidade de São Paulo, Brigadeiro-do-Ar José Vicente de Faria Lima, também participou dessa fase pioneira do CAM.

1942

Tendo o Governo Brasileiro declarado guerra à Alemanha e à Itália, começou a brilhante atuação da Força Aérea Brasileira na Campanha do Atlântico Sul e na Itália.

Em virtude da declaração de guerra à Alemanha e da consequente incorporação de bens dos súditos do Eixo ao patrimônio nacional, a empresa Serviços Aéreos Condor Ltda., então subsidiária da empresa alemã Lufthansa, passou a denominar-se Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul. Assumiu a sua presidência o Dr. J. Bento Ribeiro Dantas, advogado de conceituado prestígio nos meios aeronáuticos do País.

1943

No dia 27 de agosto, a VASP foi vítima de uma segunda tragédia, com a perda de seu avião prefixo PP-SPE, o "Cidade do Rio de Janeiro", ocorrido também na Baía da Guanabara.

O acidente se deu numa manhã ensolarada, quando o avião se preparava para aterrisar na pista do Aeroporto Santos Dumont: repentinamente, o aparelho foi envolto por enorme colchão de nuvens que cobria também toda a extensão da pista; devido à súbita falta de visibilidade, o comandante da aeronave derivou à direita a fim de tentar um segundo pouso quando, por infelicidade, a ponta de uma das asas bateu no edifício da Escola Naval, situado próximo a uma das cabeceiras da pista. Com a queda do aparelho n'água pereceram todos os seus ocupantes com exceção de um único passageiro, que se salvou por ter sido atirado da cabine, não se sabe como, e imediatamente socorrido por um dos barcos que se encontravam nas proximidades. A tripulação era constituída pelo Comandante Romeu Favero de Fabret, pelo radionavegador Frederico A. Ewald e pelo mecânico de bordo Waldemar Mayer. Entre os passageiros encontravam-se Dom José Gaspar d'Afonseca e Silva, Primeiro Arcebispo de São Paulo, e o jornalista Cásper Líbero, diretor do jornal paulista "A Gazeta".

1944

Em virtude da interrupção do tráfego da linha tronco da E.F. Central do Brasil, ocorrida em fevereiro desse ano e motivada pelo desabamento de um túnel no Estado do Rio de Janeiro, houve verdadeira corrida de passageiros para os vôos da VASP, obrigando a um aumento considerável de viagens extras entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Até para o transporte diário de malas postais comuns entre as duas metrópoles foi solicitada, pelo Departamento dos Correios e Telegráfos, a colaboração da VASP.

Em 1944, a VASP, entre outros tantos motivos de orgulho, foi distinguida com o prêmio "Segurança", conferido pelo Conselho Inter-Americano de Segurança, sediado em Nova Iorque.

A partir de 1945, os transportes aéreos civis, tanto no Brasil quanto no Mundo, incorporando os avanços tecnológicos conquistados durante a II Grande Guerra, começaram a se desenvolver rapidamente e por etapas; com o advento, então da era do jato na segunda metade da década de 50, a aviação em geral tomou o extraordinário impulso como hoje nos é dado conhecer.

Nota da Redação — Aristides Pileggi, paulista de São Carlos, e desde cedo entusiasta das coisas da aviação, teve oportunidade de ingressar, ainda muito moço, na primeira empresa paulista de transporte aéreo comercial, tão logo se iniciaram os serviços regulares da VASP, em abril de 1934. Permaneceu nessa companhia cerca de onze anos, até meados

de 1945, tendo participado assim dos primórdios das suas atividades, no exercício de cargos de chefia e de gerência. Para implantar e desenvolver a linha pioneira São Paulo-Rio de Janeiro, transferiu-se para a então Capital Federal, no período de 1936 a 1940: na qualidade de agente e procurador da companhia, graças ao seu dinamismo, pôde consolidar as atividades da empresa junto aos órgãos oficiais, principalmente, ao Departamento de Aeronáutica Civil (DAC).

Sobre os primeiros momentos da história da VASP ninguém melhor do que Aristides Pileggi para trazê-los até nós, fazendo que esses magníficos feitos pioneiros, frutos de um ideal patriótico, sirvam de exemplo e estímulo às novas gerações. Ressalta-se, sobretudo, que os homens que a fundaram e que depois passaram a dirigi-la enfrentaram revezes de toda ordem.

Ao retirar-se da VASP, quando esta já se achava praticamente consolidada, Aristides Pileggi passou a dedicar-se à atividade privada, tendo-se tornado líder nos setores a que emprestou seu profícuo trabalho, quer pela sua capacidade empreendedora, quer pelo seu espírito público. Atualmente, além de atividades empresariais e agro-pecuária, ocupa os cargos de diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP); vice-presidente da Fundação Nelson Líbero, mantenedora da Casa de Saúde D. Pedro II, em São Paulo; sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; sócio do Rotary Clube de São Paulo Leste. Ex-diretor do Departamento de Produtividade da FIESP-CIESP, do IDORT-Instituto de Racionalização do Trabalho, da Fundação dos Rotarianos de São Paulo e ex-presidente do Sindicato da Indústria Cerâmica de Louça e Porcelana do Estado de S. Paulo. Autor do livro «Cerâmica no Brasil e no Mundo», foi agraciado em 1959 com título de sócio honorário da Associação Brasileira de Cerâmica. Entre os títulos que lhe foram conferidos, destaca-se a Medalha «Pioneiros da Aeronáutica» outorgada pela Fundação Santos Dumont.

O PÁTIO DO COLÉGIO E O MORGADO DE MATEUS

José Alves Palma

Afonso de Taunay, no seu trabalho, "O Velho São Paulo", com a sua capacidade de assinalar datas, fatos e acontecimentos — principalmente acontecimentos — tem uma passagem expressiva sobre o Pátio do Colégio: "Foi Paço de dois Imperadores e de uma Princesa Imperial, três vezes Regente do Império. E residência de três presidentes da República".

Em 1822, depois do grito do Ipiranga, tornou-se palco ou centro da política nacional, em época culminante para o Brasil; o da sua organização em Nação Independente.

Além desses seis hóspedes lustres ali tiveram morada bispos diocesanos, Capitães Generais, Governadores da Capitania, presidentes da Província, presidentes do Estado, de 1765 a 1908. Estensa resenha de nomes que vem do Morgado de Mateus ao Marquês de Aracati, do Visconde de Congonhas do Campo ao general Couto de Magalhães, de Prudente de Moraes a Jorge Tibiriçá. Abrangendo dezenas de nomes, entre os quais surgem alguns apelidos dos mais prestigiosos nos anais brasileiros".

O que nos interessa, agora, é o nome do Capitão General Morgado de Mateus. Vamos situá-lo bem no tempo, com relação ao Pátio do Colégio.

Em 1760, foram expulsos os padres da Companhia de Jesus e os seus bens confiscados num requintte da maior injustiça possível. Dessa época a 1765 o local foi residência episcopal. Em 1765, transformou-se em Palácio do Governo e o primeiro titular que veio a ocupá-lo foi esse governador.

Quem foi o Morgado de Mateus?

Américo Brasiliense, no seu trabalho — O governo do Morgado de Mateus. Capítulo IV, item 30, salientou: "Foi nesse ano (1762) que o Conde de Lippe empreendeu a reorganização do exercito português e d. Luís, official ilustrado, dedicado ao

estudo de engenharia, estratégia e história militar, foi um dos que receberam o *benéfico* influxo dessa renovação. Tinha já sucedido ao pai no Senhorio de Mateus, era tenente Coronel dos Dragões de Chaves e do Conselho de S.M. . .”

E a professora Miriam Ellis, na tese que apresentou ao Primeiro Congresso de História de São Paulo, realizado em Campina em 1972, assinalou:

“Foi o novo Capitão o mais enérgico e consciencioso e, talvez, o mais capaz, independente e ambicioso de posições dentre os Capitães Gerais do período administrativo do Vice-Rei Marquês de Lavradio.

“Contava, o Sr. de Mateus, 43 anos. Provinha de aristocrática família, cuja linhagem descendia de um ramo bastardo de Afonso III. Militar, como o pai, comandou o segundo regimento dos Braganças, durante a guerra peninsular de 1762-1763. Dois anos depois embarcava para o Brasil para cumprir a mais importante missão da sua carreira”.

Deixou a família em Portugal e partiu, com resolução, a fim de se dedicar exclusivamente ao serviço do seu Rei e da sua Pátria. Aqui chegou depois de mais de 80 dias de viagem.

No Rio conferenciou longamente e se orientou com o Vice-Rei, seguiu para Santos, onde as necessidades eram muitas e o retiveram por quase um ano. Deu-se pressa em restabelecer as finanças da Provedoria, completamente arruinadas e a disciplinar e despertar o gosto da população para o serviço militar, a fim de organizar contingentes para as lutas no sul.

E, assim, no dia 3 de janeiro de 1766, de acordo com a ordem do Vice-Rei os *aventureiros* paulistas embarcaram para o Sul, na seguinte forma: a 1.^a Companhia comandada pelo Capitão Francisco Corrêa Serrafana, de 50 homens; a 2.^a Companhia comandada pelo Capitão Manuel Lopes de Siqueira, de 51 praças; a 3.^a Companhia comandada pelo Capitão Antônio Rodrigues Fontes, de 51 praças; a 4.^a Companhia comandada pelo Capitão Bento Barbosa de Siqueira de 49 praças.

Na prestação de contas ficou a Provedoria de Santos prejudicada em algum numerário, que foi reclamado por D. Luís Antônio ao Conde da Cunha, mas sem resultado.

Em São Paulo, veio residir no Pátio do Colégio, já transformado em Palácio do Governo. Foi o primeiro Capitão General a habitá-lo, nessa nova fase.

Repartições administrativas e fiscais foram-se instalando no antigo Convento. Disse D. Luís Antônio: “Mandei fazer quase de novo a torre deste Colégio, todo o alpendre da portaria, todas as prisões e Corpo da Guarda deste governo e hospital dos soldados e dos negros, retelhar por diferentes vagas, e a cada passo (pelo perigo que correm as paredes por serem de terra) grande

quantidade de concertos particulares precisos, uma varanda que era muito necessária para desafogo dos corredores que são abafadiços”.

Saint Hilaire, no “São Paulo nos Tempos Coloniais”, o recorda com as características do momento: “Este edifício, depois que deixou de ser ocupado pelos religiosos, tomou o nome de Palácio, mas a sua aparência é de fato a de um mosteiro. O Palácio é uma grande casa de sobrado, formada por duas alas que se encontram em ângulo reto, uma das quase é terminada pela Igreja. Nesta última ala as janelas são muito próximas umas das outras e na outra muito afastadas, o que faz desagradável assimetria. Por outro lado o Palácio é tão bem situado como todos os edifícios que os jesuítas ergueram no Brasil. Construído numa extremidade da Cidade liga-se a ela pela fachada que forma um dos lados de uma pequena praça quadrada; os fundos olham para os campos. O interior dispostos como convinha a um Convento; são grandes salões, salas e muitos corredores”.

Com o espaço suficiente, o Palácio foi-se adaptando às linhas e as acomodações do Mosteiro.

Homem fino e de sociedade, D. Luís Antônio, realizou, aí, uma série de festividades cívicas e religiosas pomposas e refulgentes. O Palácio, a Igreja, as fachadas das casas vizinhas, eram, nessas ocasiões, feericamente iluminadas. Festas hípicas, procissões aparatosas, tertúlias literárias solenidades diversas moldavam aquele quadro.

Devoto de São Joaquim e de São Luís, rei da França, de quem tinha o nome, os andores desses santos, nas procissões religiosas, eram destacadamente ornamentados.

Fundou a “Academia dos Felizes”, primeira entidade de letras de que se tem notícia em São Paulo e formada de pessoas da maior cultura literária da época.

A sessão de inauguração foi realizada, com certo desrespeito, no recinto da própria Igreja do Colégio e presidida pelo Juiz de Fôra de Santos, Dr. José Gomes Pinto de Moraes, depois Coregador da Justiça.

Concebeu a fantasia de trazer para o meio Colonial daquele tempo, a etiqueta e os requintes de maneiras das Côrtes européias.

Alma de militar e de cruzado, houve por bem outorgar e oferecer, em documento assinado também por seus secretários de governo ao invicto e glorioso Santo Antônio, a Patente do Posto do Coronel das Tropas desta Capitania, para que, abençoando-as e tomando-as debaixo do seu patrocínio, as ampare e proteja em todos os seus movimentos. (Graças a gentileza do Dr. Álvaro Amaral temos aqui o texto desse documento).

A Capitania de São Paulo foi extinta por provisão de 9 de maio de 1748 e restabelecida em fevereiro de 1765, com a designação de D. Luís Antônio para regê-la.

Veio para o Brasil com instruções especiais para a reconstituição dessa Capitania. Coube-lhe, assim, a difícil missão de resuscitar uma "*Capitania morta, de umas cinzas que já não existiam*".

Não há dúvida de que os paulistas desejavam o restabelecimento da sua Capitania, senão no seu todo, como dantes, pelo menos como o permitissem as novas circunstâncias administrativas do Brasil.

Mas, o que preocupava principalmente a Coroa Portuguesa, no momento, era a segurança e a defesa do país, do seu território e das suas regiões auríferas. O colapso da Colônia do Sacramento, em 1762, e a invasão do Rio Grande do Sul, pelas tropas de Cevallos, patenteavam a necessidade de aprimorar essa defesa.

E os paulistas que apareciam como "o flagelo dos castelhanos e os que com muita utilidade dilataram" os domínios de sua Majestade até a margem septentrional do Rio da Prata, de que os tempos da aclamação do Sr. Rey D. João o 4.º, estamos de posse, eram dignos dessa aspiração política, a Capitania restaurada.

Reduto ofensivo e defensivo a ser ocupado pelos paulistas, a Capitania restaurada, antes de ser um termo de organização política e administrativa, seria a base da expulsão dos invasores, de reivindicação das terras ocupadas, e de ampliação do território brasileiro.

Daí o militarismo exacerbado e os recrutamentos forçados que por tanto tempo afligiram São Paulo. Toledo Pisa, na "*Crônica dos Tempos Coloniais*" descreve com cores sombrias esse quadro daquele tempo.

A capitania restaurada não abrangeria os seus limites primitivos e se diminuiria em extensão. Não compreenderia a *Marinha do Sul*, constituída da vertente atlântica, que permaneceria na jurisdição do Rio de Janeiro, onde se achava desde 1848; nem a área de leste da Serra do Mar de Curitiba para o Sul que continuaria na mesma jurisdição; nem os territórios de que se constuiram as Capitânias vizinhas, enquanto São Paulo permanecia como simples Comarca do Rio de Janeiro. Neste ponto o Arquivo do Morgado de Mateus é um libelo que, forçosamente desperta a nossa simpatia. De acordo com esse libelo, a Capitania perdeu, aos poucos, todo o seu sertão e *toda as suas Minas não lhe deixando mais que uma pequena tira de terra ao longo da Costa, reduzindo-a a total decadência e pobreza*. Tudo conforme o ofício desse governador ao Marquês de Pombal de 1772; o ofício a Martinho de Mello e Castro de 12 de janeiro de 1773;

e a Carta ao Conde Oeiros de 19 de dezembro de 1766. E quande número de documentos. Tendo em vista a correspondência do Morgado de Mateus e outros documentos da época, constantes do Arquivo do Estado — Documentos Interessantes — e o Mapa Corográfico que, por ordem do governador e Capitão General Bernardo José de Lorena, foi levantado pelo Engenheiro Antônio Ruiz Matosinho, conforme observação feita em 1791 e 1792, é possível delinear a Capitania restaurada. Como segue:

“Até o fim do século XVIII a área compreendida pela Capitania de São Paulo confinava, ao norte, com o Rio de Janeiro — pelo Rio Pirai até a sua confluência no Paraíba e pela Mantiqueira no trecho em que esta serra separava as Capitânias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, cujos limites eram a Mantiqueira, até a altura de Taubaté o Rio Sapucaí-Mirim, afluente do Sapucaí e o Rio Grande; a oeste com Goiás pelos Rios Grande, Paraná e Pardo, e com Mato Grosso pelo Rio Pardo, Ribeirão Claro e rios Caí, Mondego e Mbatatei.

“Estendiam os limites de oeste aos rios Paraguai onde desemboca o afluente Jejui e daí rumo a Leste até o rio Iguatemi, no ponto em que este deságua no Paraná e daí em direção ao Sul até Salto Grande junto ao Rio Uruguai.

“Ao Sul, as raías do território paulista, cujos dois pontos extremos localizavam-se ao norte, na ponta de Camborim ao norte de Uberaba, quase de frente a Ilha das Couves; ao Sul, a Vila de Guaratuba no extremo do atual Estado do Paraná, limite com Santa Catarina”.

E também a situação econômica, administrativa, social, e a possibilidade ofensiva e defensiva, podem ser deduzidas daquela vasta correspondência.

Principalmente dos seguintes documentos:

Ofício de 9 de Julho de 1770, ao Secretário do Estado Martinho de Mello Mendonça, sobre a Capitania de São Paulo; ofício de 30 de julho de 1770, ao Marques de Lavradio sobre o estado da Capitania; ofício de 27 de janeiro de 1766, ao Governador de Minas Gerais sobre o estado da Capitania de São Paulo e projetos de guerra no sul; ofício de 13 de dezembro de 1766, e de 29 de dezembro de 1766, ao Conde Oeiros sobre a Capitania de São Paulo; Carta ao Rei de 1.º de dezembro de 1767, sobre a situação em que encontrou a Capitania de São Paulo; carta de 30 de janeiro de 1768, ao Conde Oeiras sobre o atraso da lavoura de São Paulo e as suas causas; carta de 2 de dezembro de 1768, ao Conde Oeiras sobre o estado econômico da Capitania; carta de 11 de janeiro de 1768, ao Conde Oeiras sobre os costumes públicos de São Paulo; Carta de 4 de fevereiro de 1768, ao Conde Oeiras sobre o estado econômico da Capitania de São Paulo; carta de 31 de janeiro de 1768, ao Conde Oeiras sobre os cos-

tumes; carta de 2 de fevereiro de 1768, ao Conde Oeiras sobre o estado econômico da Capitania; carta de 30 de janeiro de 1768, sobre o atraso da lavoura de São Paulo; carta de 28 de novembro de 1769 ao General de Angola A. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, sobre a Capitania de São Paulo. E muitos outros.

O Morgado de Mateus encontrou uma Circunscrição Administrativa... "Sem oficiais, sem notícias, sem secretário, sem conhecimento das Ordens... e sobretudo sem dinheiro, sem rendimento e com uma Provedoria cheia de dívidas... e os povos repugnantes da vida militar, a ponto de deixarem as habitações meterem-se pelas matas, contaminados pela ociosidade e la-cidão".

Recebeu uma Capitania

"Morta, sem defesa, sem renda, sem comércio, sem lavoura, com poucas Tropas... porque só consistiam em seus Companhias pagas e as Ordenanças e sem fortificações, porque só os havia na Barra Grande do Porto de Santos e todos os outros portos estavam sem elas...

Imperava a pobreza, sendo exceção alguns do Reino, que, possuindo lavras ou sendo traficantes, em pequenos negócios de panos e sedas e outras miudezas estrangeiras conseguiam prosperar; os tropeiros, entre eles alguns paulistas, tangendo animais de Curitiba e Yiamão para negociá-los; os possuidores de lavras, em que faiscava algum ouro; os *mercadores* que exigiam preços elevados dos seus artigos para se recompensarem do que perdiam nos fiados. O fiado era uma instituição por quê quem não fiava não vendia. E quem perdia no fiado procurava ressarcir-se, cobrando em dobro de outros.

A maioria dos portugueses que aqui se achava alimentava a esperança de regressar ao Reino e por isso não se estabelecia com ânimo definitivo dos que pretendiam ficar e dedicar-se a nova terra. Não se entregava completamente ao trabalho colaborando a fama de que a terra não produzia.

Quanto a Sociedade havia duas classes: Senhores e escravos. E limitado número de mulatos. Os escravos exerciam profissões diversas, mas nenhuma da maneira perfeita. Muitos vadios e incapazes que vinham tentar a sorte, infestavam o quadro social, vivendo de maneira flutuante e desabientada. Eram mais nocivos do que meritórios à Colônia.

Esse era o quadro contristador da Capitania restaurada.

O reerguimento dessa Capitania só começaria mais tarde, lá pelo fim do século, com o estímulo da agricultura principalmente da Cana de Açúcar e do seu comércio, não obstante a escassez da mão-de-obra, de capitais e de instrumentos necessários.

A freguesia de Araritaguaba, a formação de Piracicaba, a

Vila de Sorocaba, a freguesia das Campinas, o termo de Jundiá, já produziam excelente açúcar. Cultivava-se também arroz, algodão, anil, café, farinha e mandioca, goma, coirema e aguardente.

E aqui avulta o nome do Capitão General Bernardo José de Lorena, que, de certa forma, completou os esforços do Morgado de Mateus, mesmo não sendo seu substituto imediato. O Morgado de Mateus foi estadista e militar; Lorena foi economista e homem de progresso. Os relatórios de Lorena são exaltantes e otimistas. Não há dúvida que foi um marco assinalado na economia da Capitania restaurada.

Substituição do nome de *Capitania* por *Província* já vem dos trabalhos de elaboração pelos Cortes da Constituição da Monarquia Portuguesa, de 23 de setembro de 1822, que, no Capítulo Único, Título II, estabeleceu: — “Na América o reino do Brasil se compõe das *Províncias* seguintes... E diplomas constitucionais supervenientes do Brasil confirmaram o termo e o seu uso.

Além do levantamento da Capitânia de São Paulo, a designação desse Governador teve outro objetivo: enfrentar os castelhanos no ocidente, e repeti-los no sul para além do Rio da Prata, fulco da política portuguesa na América.

Daí a série de expedições que organizou. Machado de Oliveira, no “Quadro Histórico, de certa forma, as descreve.

A expedição de Dias Cardoso, seguiu-se a que foi comandada por João Martins de Barros, que, embarcando em 1770, em Ararituaba, seguiu o mesmo rumo que a anterior, e a esta se incorporou na barra do Ivaí.

O fim latente dessa expedição, disse Machado de Oliveira, consistia em dar maior amplitude ao território que, nessa região, pertencia a Portugal. Aumentá-lo, em outros termos.

Um plano foi montado entre o Governador de São Paulo e o Vice-Rei do Brasil, sob fundamentos confidenciais recebidos do Marquês de Pombal. Devia estabelecer-se, em local adequado, um centro de defesa, a pretexto de cobrir-se, na fronteira, das excursões dos paraguaios e das gentias da *Vaccaria*, que, por vezes, tentavam forçar os limites do médio Paraná.

Reunidos os componentes dessas duas expedições na Barra do Ivaí, regressaram ao Rio Paraná, atravessaram-no e rumaram para o Rio Iguatemi, seu afluente da direita, subiram-no até certo ponto, pararam, desembarcaram, à sua margem, e plantaram roças... E, por ordem do governador de São Paulo construíram o Forte dos Prazeres onde foram recolhidos 1.227 expedicionários.

D. Carlos Morfi, governador do Paraguai, escreveu imediatamente a D. Luís Antônio de Souza, reclamando contra esse fato, ao que foi respondido que as expedições assim agiram forçados pelas circunstâncias do momento.

Outras expedições foram realizadas com o fim de penetrar nas espessas matas do Tibagi, mas sem resultado prático. Por fim realizou-se a penetração nos Campos de Guarapoava. Chefiou-a o tenente Cândido Xavier de Almeida e Souza que descreveu com precisão o roteiro da mesma. Chegou a fundar o forte do Carmo, transformado depois em aldeamento de índios, e, em seguida, na populosa cidade de Guarapuava. Daí decorreu o grande progresso do norte do Estado do Paraná.

Mas voltemos ao Iguatemi.

Em 1773, as 1.227 pessoas desembarcadas estavam reduzidas a 557 não obstante os nascimentos havidos. É que o local era pastelento e impróprio para uma fortaleza daquela ordem.

Mas, sob o ponto de vista político, *Iguatemi* é um marco fixado pelos paulistas, nas divisas dos domínios de Portugal e de Castela, à margem do rio do mesmo nome, afluente do Paraná, na segunda metade do século dezoito.

Marco oscilante e em região disputada, eis que, erigido em 1767, foi arrasado pelos hespanhóis na investida de 1777, e só aviventado mais tarde.

Azevedo Marques, nos seus "Apontamentos", V. I fls. 184, resume a história de formação do Iguatemi como Pôsto Militar, ou Colônia. em pinceladas vivas e coloridas.

O Arquivo do Estado de São Paulo, nos "Documentos Interessantes", volumes I a IX, publica, sob o título de Iguatemi, os documentos relativos à expedição do Ivai chefiada por Antônio de França Leite, bem como os referentes à expedições posteriores e aos esforços realizados por João Martins de Barros para a fundação da Colônia à margem do Rio Iguatemi.

Sobre a justificação desse objetivo nenhum documento é mais expressivo do que a carta que o governador de São Paulo D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão escreveu ao Vice-Rei, Conde da Cunha, em 20 de junho de 1767, expondo-lhe os motivos da expedição do *Ivai*.

Afirma-se, nessa carta, que representantes regias de S. Magestade Fidelíssima e Del Rei Católico com os necessários poderes e as devidas formalidades, plantaram, no ano de 1764, à margem do Rio Iguatemi um padrão divisório de ambos os domínios. Assim como outro padrão foi fixado as margens do Rio Jaurú, em Mato Grosso, tudo de acordos com os povos de ambas as nações, conservando-se, assim, durante três anos, à vista de todos com fama publica e geral aplauso. E quando foi retirado, não o foi com o Consentimento dos portugueses.

E não obstante essa posse as carrerias que os castelhanos faziam, todos os anos, até os Campos da *Vacaria*, para impedir os paulistas de povoá-la.

E quando isso não bastasse, é notório que o sertão do Ivaí sempre foi português, tanto, assim, que, tendo os paulistas notícia de que os Castelhanos haviam fundado, aí, a sua Vila-Rica, foram destruí-la e arrasá-la até os seus fundamentos.

E consta da história dos próprios Castelhanos, como se vê na segunda parte do livro "Insignes Missioneros de La Companhia de Jesus en la Provincia Del Paraguai", que, tendo ido a expedição do desbravamento do Ivaí e não podendo estabelecer-se no seu sertão, em virtude da grande quantidade de gentio que o habitava, nem podendo fazê-lo nas margens do rio Paraná, em razão de suas pestilências e carneiradas, não lhe restava outro meio de sobreviver senão o de estabelecer-se nas bordas do Iguatemi.

E que este pertence também a Portugal, não só porque está fora do Paraguai e naquelas paragens sempre percorridas pelos paulistas, mas também por que foi isso expressamente reconhecido no ano de 1754. E prossegue de maneira consequente, conforme o seguinte destaque em suas próprias palavras:

"Teremos assim um estabelecimento muito avançado entre os castelhanos e em parte que podemos socorrê-lo desta Capitania de São Paulo; uma *Atalaia* para ver o que se passa em todos aqueles sertões; um marco que adquire para os nossos domínios toda a Campanha da *Vacaria* e todos outros sertões até o rio Nanduy, porque, ainda que se consinta, quanto queiram, aos Castelhanos fazer as suas correrias, a campanha está perdida, porque a todo tempo que se lhes quiser cessar o passo na garganta dos *montes*, está acabada a dita posso, há uma chave que fecha o Cuiabá e o Mato Grosso, porque nunca poderão lá mover a guerra, que por ali se não advirta, e finalmente este é o passo mais certo que se pode dar para fraquentar os meios de abrir a porta a Conquista de tudo o que possua os espanhóis dentro do círculo do rio da Prata ou Paraguai que deve ser a nossa Raya."

O Grifo é nosso. Os *montes* referidos nesse Tópico são elevações da Serra de Maracajú, a mesma que vai ser Transportada pelo Rio Paraná formando as Sete Quedas; e o rio *Nanduy*, aí citado, é um afluente da margem direita do rio Pardo e situado à algumas léguas de distância da foz deste no rio Paraná. Entre esses pontos de referência começa a se estender a cubizada região da *Vacaria*. Também referida no texto, e que os historiadores procuram assinalar e descrever. Taunay, na "História Geral das Bandeiras", volume VI fls. 5 reporta-se a alguns desses historiadores que vamos recordar, conforme o fizemos em trabalho sobre o Iguatemi publicado a fls. 47 da Revista do Ateneu Paulista de História de 5-4-68.

Pedro Taques: Este Sertão decorre acima do nosso Sítio de Camaquã onde há viradouro, que navegam a demandar as minas da Villa Real de Cuiabá e Villa Bella de Matto Grosso; porque do dito Camaquã seguem diversas vertentes para Cuiabá; e este sertão é habitado pelo gentio Guaicuru, vulgarmente chamado cavalleiro, por andar sempre, a cavallo e é gente de natureza belicosa e briosa com grande ardor e valor para guerra."

Toledo Pisa: "A vasta zona meridional limitada pelo Rio Paraná, Serra do Maracajú e cabeceiras do Rio Pardo."

Augusto Levanger: "Os campos da Vavaria são só os que existem no lado ocidental da bacia do Paraná desde o Rio Pardo até o Brilhante e o Avinheima."

Taunay: "Em fins do século XVIII, no seu último quartel, cruzam frequentemente os paulistas em vários sentidos o sul do Matto Grosso na grande região a que deram o nome de Vacaria, hoje menos vulgar".

O *Alimena* era formado pela confluência do *Brilhante* com as correntes que eram chamadas rio da *Vacaria*.

É inegável que, no texto da carta acima transcrito, se manifesta ardente sentimento patriótico e exaltada visão de estadista quando divisa na Colônia de Iguatemi uma otalaia de observação, dos sertões do sul e um posto de defesa de Vaccaria e do Cuiabá, bem como uma base da reivindicação de tudo o que se continha no Circulo do Rio da Prata, considerado, então, o limite natural do Brasil em formação territorial.

E adverte:

"Logo que se perceber na Corte de Madrid este grande projeto e o risco em que ficam as suas conquistas de poderem perder todos os domínios que tem da parte de cá do Rio da Prata, infalivelmente fora os maiores esforços e as maiores queixas para se restituir, mas, no meu sentir, conseguido que seja o dito estabelecimento nunca se deve largar por nenhum equivalente ou ameaça, qualquer que ela seja, ainda que se proponha evacuar as terras usurpadas, depois da última guerra, e cedidas pelo tratado de paz de Paris de 10 de Fevereiro de 1963, ainda assim, eu não seria do voto que se largasse o dito estaebecimento em Iguatemy, porque os mesmo tempo que engrossarem as tropas em rio Grande, engrossaremos nós em Iguatemy; e elas não hão de sair (explico-me assim) pela porta da rua para entrar na casa alheia, deixando os inimigos armados na porta do quintal."

O governador de São Paulo viu, com clareza a situação estratégica da futura Colônia e, por isso, opinou de antemão, que não se devia abandoná-la, de maneira alguma, quando a Côrte de Madrid, percebendo os seus perigos, tentasse arrebatá-la pela diplomacia ou pela ameaça.

Entre os demais documentos sobre o Iguatemi, sobrelevam-se as cartas trocados entre o governador de São Paulo d. Luís Antônio de Souza e o governador do Paraguai d. Carlos Marfi, em que sustenta, cada um, o ponto de vista dos seus respectivos países sobre a posse das terras e dos rios que as banham.

E dessas cartas a mais relevante na justificação do direito portuguez é a de 17 de Julho de 1777, transcrita na integra, nos Apontamentos de Azevedo Marques no lugar citado.

Nesse documento o governador de São Paulo procurou mostrar o direito portuguez na região, de longa data, citando Medran, geógrafo espanhol e inimigo declarado dos portuguezes, quando ventila o que estava em poder de cada príncipe, no ano de 1686, nos quatro pontos do mundo, esclarecendo com relação ao nosso Continente:

“En la America és dueno de todo el Brasil siendo cabeza de rincon de España con el que se pordio todo lo referido...”

E que esse domínio fosse mais estenso do que é agora vê-se da descrição feita do Brasil pelo círculo máximo chamado de Alexandre:

“Los Portugueses hacen que el dicho circulo passe por la boca del Rio de los Amazonas, compehendiendo assim de área el Rio de la Plata mucho mas terra de los que los toca la quel ellos pretenden que todo e les pertenesca...”

E rematando:

“Concluyo com que toda la América Meridional exceto la dicha parte del Brasil y la punta del Chile que cabe al estracho Mogalanes menos lo que está próximo a dicho estrecho que es la Malaganica septentrional qual pertence a los chilenos y el reyno del Brasil que está por El Rei de Portugal.”

E adverte, ainda, que essas terras eram ignoradas pelos espanhóis; não possuídas, nem pisadas por elas. Mesmo algumas daquelas partes em que os Jesuítas haviam organizado as suas missões, não estavam sobre a jurisdição da Corte da Espanha. E prossegue de maneira concludente.

“Pelo contrário os portugueses tinham toda a perfeita notícia das ditas terras como mais claramente se patenteia quando pelas histórias do Paraguai e deste Brasil se lê que os mamelucos, que hoje são os paulistas, naturais desta capitania de São Paulo, desde o século 1500 e princípio de 1600 e por todo ele se acham fazendo freqüentes entradas nestes sertões, como testeficam irrefragáveis monumentos de que se vê, sem a menor Contradição ou dúvida, que sempre conquistaram, amañçaram e dominaram as nações dos índios habitantes deles, assim antes como depois da gloriosa aclamação do Senhor Rei D. João IV, de feliz memória, porque sempre destruíram, arrazaram e combateram tudo o que se opunha a sua passagem e lhes parecia ser estranha nos referidos sertões aquelas mesmas invasões que V.S. confessa em um capítulo desta sua carta de 18 de setembro de 1770 e que estou respondendo pois não podiam causar as destruições que V.S. assinala sem entranhar-se muito em os ditos sertões os quase muitos anos ainda depois destes sucessos era incognitos aos geógrafos hespanhóes como se vê em Medran.

Estas expedições continuavam sempre em todos os governos desta Capitania, porque nunca deixaram os sertanistas paulistas, de tempos mui antigos até o presente, de corroer e vadear todas as campanhas e navegar todos os rios e sertões de que estou tratando como pretendo provar com algum dos mais notórios e inegáveis acontecidos neles de que existem os documentos e memórias autenticas nesta Capitania como também nessa Província do Paraguay. Deixando muitos outros fatos que podia trazer referirei somente aqueles de que ainda não hão de estar nessa Província, esquecidas as memórias...”

E relaciona uma série de fatos que, em sertões bravios,

eram verdadeiras manifestações exteriores de um direito, ou pelo menos, de expectativa de um direito, nas terras e nos rios que as banham. Fatos caracterizadores do *uti possidetis* português na região do Iguatemi.

São as Entradas de exploração. A rota dessas entradas para o sul, rumo ao Paraguai, era pelas terras do Iguatemi, do Avinheima e do Brilhante. O governador de São Paulo os descreve e os comenta. Vamos resumi-las.

A de *Francisco Xavier Pedroso* que dominou muitas tribos selvagens. Ante porém, a força de D. Juan Andino que veio ao seu encontro, reagiu tão vivamente de uma mata onde se fortificou, que fez recuar o antagonista com grandes perdas.

A de *Francisco Dias Mainard* que conquistou os gentios do rio Avinheima, do Amambai, e os povos chamados Gualachos.

A de *João Mongelo* que, em 1680, penetrou pelo rio Jaguari ou Avinheima e correndo todas as terras até o Amambai e o Iguatemi, dali, por vários motivos, refugiou-se no Paraguai.

A de *Andre Frias Taveira e Jerônimo Ferraz*, cujo fato mais importante foi o encontro no rio Jacuí, onde muitos pereceram e Gabriel Antunes feito prisioneiro foi conduzido para Assumpção.

A de *Gaspar de Godoi Colasso* que, em 1668, penetrou as regiões de Vaccaria, da Cordilheira de Maracaju e margens do Iguatemi, cumprindo as diligências que lhe foram determinadas.

A de *Domingos Leme e João Leme*, a qual em 1720, povoou o Camapuã e correu sem reação alguma, o território da margem do Iguatemi.

A de *João Bicudo de Brito* que seguiu, também, em 1744, para a Vaccaria, rio Avinheima e rio Iguatemi, onde permaneceu todo o tempo que foi necessário aos seus objetivos.

A de *Manoel da Costa Moreira*, em 1745, para as mesmas paragens.

Taunay, mostra vários senões naquela carta.

O que importa, porém, é a essência dessa carta, inegavelmente errudita e elevada para a época em que foi escrita. As incorreções que são secundárias não prejudicam a finalidade do documento no sentido de persuadir das suas alegações, que, além de convincentes são as vezes, de fina ironia.

De conformidade com o pensamento da Metropole e com ordem emanada do Vice-Rei do Brasil, o governador de São Paulo mandou fundar o Posto Militar ou Colonia de Iguatemi, nomeado João Martins de Barros, com o título de Capitão Mor Regente para o fazer.

Seguiu o Capitão Mor, em 1767, como já vimos.

O Posto Militar estava fundado e funcionava e era inegável

os seus altos objetivos. No entanto discutia-se e duvidava-se das vantagens imediatas e remotas do empreendimento.

Azevedo Marques, nos seus Apontamentos refere-se com cores sombrias ao mérito da expedição. E fustiga com veemência as violências e opressões exercidas para o seu funcionamento.

É forçoso convir que não foi bem escolhido o local onde se levantou a Colônia — pestilento e doentio. Mas essa escolha decorreu do próprio João Martins de Barros que comandava esse empreendimento e que conhecia o pensamento do Vice-Rei do Brasil sobre o assunto, em carta de 2 de Novembro de 1766, que se funde a nossa Atalaia, onde achar mais conveniente, em sítio dotado de água doce, elevado e sadio.

Fosse seguido esse conselho e o Iguatemi não seria chamado o *Cemitério dos paulistas*.

Mas, as faces negativas do empreendimento andaram contaminando o ambiente da época. De tal forma que, quando o novo governador Martins Lopes Lobo de Saldanha, assumia o governo apressou-se em sugerir a extinção daquele Posto por inútil, dispendioso e postifero.

Antes, porém, de qualquer resolução superior sobre a sua representação, os castelhanos, como que pressentindo o ânimo do novo governador, sobre o Iguatemi, invadiram-no, em 27 de outubro de 1777, arrasando tudo o que encontraram, inclusive a Igreja e o forte de São Carlos que defendia a entrada da Fortaleza e saqueando o que puderam transportar.

Vem a proposito este paralelo de A. Toledo Pisa (Iguatemi, V. IX, fls. 92). O próprio D. Luiz Antônio de Souza, homem hábil, fino diplomata, energico, despojado mesmo, porém bem intencionado, foi logo depois substituído pelo perverso e incapaz Martins Lopes Lobo de Saldanha, que abandonou todos os planos de exploração do interior, deixando que os paraguaios tomassem e arrasassem a Colônia de Iguatemi que tantos sacrificios nos tinham custado.

Extinguiu-se, assim, melancolicamente, sem uma nota épica e sem relêvo, que justificasse o seu merecimento perante a história, a Colônia de Iguatemi que havia sido erigida sob os melhores auspícios e ardente patriotismo de um ilustre governador de São Paulo — O Capitão General D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus.

HOMENAGEM AOS SÓCIOS FALECIDOS

Vinício Stein Campos

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo encerra, com a presente sessão solene, o ano social de 1981.

Período difícil, inçado de contratempos e problemas, decorrentes, quase todos, da penosa situação econômico-financeira do país, colocou à prova a administração desta casa, numa das mais duras provações destes últimos decênios.

Não obstante isso, o Sodalício logrou manter, rasoavelmente ativos e atuantes, todos os seus serviços, órgãos e departamento. Graças à dedicação e esforços de todos, diretores e funcionários, consócios e colaboradores, o idealismo que movimentou um dia uma pleiade de abnegados, patrioticamente dirigidos por Jaguaribe, Bourroul e Toledo Piza, respondendo, agora mais do que nunca, a uma necessidade vital da sociedade paulista, — entra galhardamente em seu 88.º ano de criação, e se consolida, auspiciosamente, como uma das instituições mais prestigiosas e como um dos acervos mais opulentos, de nosso patrimônio e de nossa cultura histórica.

Mas este momento, senhores, é sobretudo um instante de recolhimento, de meditação, de reverência e de saudade. Recolhimento e meditação para sentir, em toda sua dramaticidade, as lacunas que se abriram em nossas fileiras. Reverência e saudade, para reconhecer o extraordinário valor desses queridos companheiros e o sofrimento que nos causa a sua ausência definitiva!

★

Cícero, o maravilhoso príncipe da eloquência latina, ao visitar um dia Siracusa, nomeado que fora, pelo Governo Romano, Questor da Sicília, interessou-se em conhecer o sítio em que repousava, em seu sono eterno, o mais glorioso filho da cidade,

Arquimedes, o Geômetra. E qual não foi, porém, o seu espanto, ao constatar que Siracusa se olvidara completamente do genial matemático, sua glória maior, ao ponto de ninguém saber da existência, na necrópole local, de seu jazigo.

Cícero tivera notícia de que o imortal sicarusano pedira para ornarem a sua tumba com os desenhos geométricos, da esfera e do cilindro, e com estes dados iniciou as buscas no campo santo, auxiliado por numerosa escolta. Eis que a um canto do cemitério abandonado, em meio ao matagal, lobrigou sobrepaçando à folhagem, uma coluna branca, ostentando os dois desenhos procurados. Limpo o chão, liberto o túmulo do mato que o sufocava, a lápide brilhou ao sol, vendo-se sobre ela, perfeitamente legível, o nome de Arquimedes.

E foi assim, graças ao inesperado concurso do magnífico tribuno, que Siracusa pode reencontrar-se com o seu passado, e reacender, no coração de seu povo, o culto gratificante à memória do mais ilustre filho da cidade!



Nesta casa, Senhor Presidente, esse triste episódio, denotador de total ruptura entre as épocas históricas, não teria sentido, pois o Sodalício foi fundado justamente para impedir ocorrências dessa natureza. Foi para trazer sempre viva, no sentimento do povo paulista, a memória dos servidores ilustres de nossa terra, do Estado e do País, que a 1.º de novembro de 1894, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo iniciou, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a sua caminhada luminosa, e que hoje se realiza, benfazeja e fecunda, através da Biblioteca Afonso de Taunay, da Hemeroteca Júlio de Mesquita, do Arquivo e Museu José Bonifácio, das publicações, palestras, sessões e cursos, fontes copiosas que alimentam o civismo das sucessivas gerações e as integram na inteligência salvadora da vida nacional, definindo objetivos, traçando rumos e firmando diretrizes, a serviço da Família, da Sociedade e da Pátria.

E no próprio Sodalício, no fecho de cada exercício social, como dever dos mais sagrados da casa, o Instituto reservou a sua deradeira sessão pública para a reverência dos companheiros desaparecidos, a evocação de suas vidas e trabalhos, o tributo de reconhecimento e admiração aos seus esforços e sacrifícios, a exaltação dos exemplos que nos legaram, de apego às tradições históricas e do empenho em bem preservá-las e difundí-las.

Neste ano de 1981, são doze os apóstolos desse evangelho cívico, que deveremos reverenciar, na emoção desta hora de louvor e de saudade.

1 — *Sócio Benfeitor*: DR. MÁRIO OTTOBRINI COSTA — Médico ilustre, apresenta em sua folha de serviços à comunidade e à ciência, sua presença destacada na Associação Paulista de Medicina, no Colégio Brasileiro de Cirurgiões, na Cadeira de Cirurgia da Sociedade de Medicina de São Paulo, no Corpo Clínico do Instituto dos Bancários, na Diretoria Geral do Departamento de Saúde do Estado, na Câmara Municipal de São Paulo, da qual foi integrante respeitado, íntegro e operoso.

Em momentos de dificuldades do Sodalício, acudiu prontamente aos apelos de nosso Presidente Leite Cordeiro e com a colaboração de André Nunes e Cantídio Sampaio obteve para os nossos cofres sociais os recursos indispensáveis à continuidade da publicação de nossa Revista. Em reconhecimento a esses serviços de tão alta relevância, foi merecidamente eleito, a 26 de agosto de 1950, sócio benfeitor do Instituto.

2 — *Sócio Emérito*: PROF. ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO — advogado, licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, professor de História da Civilização nessa mesma Universidade, diplomado em Farmácia, desenvolveu, através de seu magistério, importantes trabalhos de pesquisas e divulgação históricas. Participou da vida do Instituto como sócio efetivo e a seguir emérito, desde 25 de outubro de 1939.

3 — *Sócio Titular*: DR. LORENA GUARACIABA — natural de Santa Maria Madalena, do Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu a 24 de maio de 1896, filho de José Manoel Fernandes Guaraciaba e dona Joaquina Maria Freire Guaraciaba, formado em medicina, trabalhou no Laboratório da Indústria Pastoral do Ministério da Agricultura, foi Médico da Marinha Mercante, Professor de História Natural do Colégio Estadual de Tatui, Médico Assistente do Instituto do Butantã, Ex-Combatente da II Grande Guerra, possuía a Medalha de Serviços de Guerra — 2 estrelas, desenvolveu copiosa colaboração científica e histórica no Boletim do Museu Nacional, escreveu interessante estudo sobre Fernando de Noronha na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, deixou elaborada uma notável História da Botânica no Brasil, além de “Visão da América” e numerosos artigos científicos de sua especialidade. Admitido como sócio titular em 16 de março de 1957, faleceu nesta Capital a 5 de dezembro de 1980.

4 — *Sócio Titular*: MANOEL UBALDINO DE AZEVEDO — natural da Franca do Imperador, neste Estado, filho do Dr. Policarpo de Azevedo Júnior e de dona Ubaldina Campos Azevedo,

nascido em 14 de abril de 1899, foi Tabelião dos mais estimados e capazes, estudioso de nossa história forense, deixou numerosos trabalhos relativos à vida notarial paulistana, notadamente um estudo biográfico dos Presidentes de nosso Tribunal de Justiça, "Clóvis Bevilacqua — jurista, filósofo", escrito em colaboração com Raimundo de Menezes, "Testamentos" e, por ocasião de seu ingresso no Instituto, em 5 de janeiro de 1963, tinha em preparo um romance paulista.

5 — *Sócio Titular* — WALDOMIRO FRANCO DA SILVEIRA — natural de Atibaia, filho de José Franco da Silveira e de dona Júlia Tereza Silveira, nascido em 15 de setembro de 1891, diplomou-se em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, foi Vereador, Vice-Presidente e Vice-Prefeito de Rio Claro, pertenceu ao Instituto Genealógico Brasileiro e ao Gabinete de Leitura de Rio Claro, do qual foi Presidente. Genealogista emérito e estudioso de nossas fontes primárias, deixou, além de numerosos artigos na imprensa da Capital e Interior, "História de Atibaia", "Notas Genealógicas" e "Album Histórico de Rio Claro", este em colaboração com o Ministro José Romeu Ferraz. Amador Florence, opinando favoravelmente ao seu ingresso no Sodalício, escreveu: "De todos os seus trabalhos o de mais fôlego é a História de Atibaia, onde deparamos com consciencioso estudo sobre "A luta entre Pires e Camargos", onde parece esgotar tão palpitante assunto. As qualidades do pesquisador são inequívocas e a probidade com que versa a matéria o situam entre os nossos mais abalisados heuristas."

6 — *Sócio Honorário*: GERALDO DE REZENDE MARTINS — natural de Campinas, filho do Dr. João Lopes Martins e de dona Amélia Rezende Martins, nascido em 18 de janeiro de 1898, formou-se em direito, neto do Barão Geraldo de Rezende e bisneto do Marquês de Valença e Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, era primo de nosso saudoso Mestre Afonso d'E. Taunay. Deixou "Cananéia", estudo sócio-econômico do Vale do Ribeira, além de palestras proferidas no Centro Cásper Líbero e em outros grêmios literários.

7 — *Sócio Honorário*: LUÍS CAETANO MARTINS, natural do Rio de Janeiro, filho de Ascendino Caetano Martins e de dona Carmelita Borges Martins, nasceu a 5 de março de 1907, cursou a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil até o 5.º ano, pertenceu à Academia Paulista de Jornalismo, ex-Presidente da Ordem dos Velhos Jornalistas de São Paulo, colaborou desde 1945, no jornal "O Estado de S. Paulo" em crônicas que assinava

L.M., foi um dos diretores do Museu de Arte Moderna de São Paulo, inspetor federal do ensino secundário, eleito para a cadeira n.º 28 da Academia Paulista de Letras em 1969, publicou — “Lapa”, “A Terra come tudo”, “Fazenda”, “Girafa de vidro”, romances, “Cantigas da Rua Escura”, poesias, “Futebol de Madrugada”, “Noturno do Sumaré”, crônicas, — “A Pintura Moderna no Brasil”, “Arte e Polêmica”, “A Evolução Social da Pintura”, “O Patriarca e o Bacharel”, ensaios e “Noturno da Lapa”, memórias.

8 — *Sócio Honorário*: DOM PEDRO HENRIQUE DE ORLEANS E BRAGANÇA — natural da França, filho de D. Luís de Orleans e Bragança e dona Maria Pia de Bourbon e Orleans e Bragança, nascido a 13 de setembro de 1909, radicou-se no Brasil onde se dedicou às lides rurais, com fazendas de café e criação; cultivou as artes, notadamente o desenho e a pintura. Herdeiro presuntivo da Coroa do Brasil, em sua proposta de admissão a este Sodalício escreveu o prof. Almeida Magalhães: “O Príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, descendente dos Imperadores que por tantos anos governaram o Brasil, é figura de alto relevo social. Teve atuação decisiva na trasladação dos despojos da Imperatriz Leopoldina para o Panteão do Ipiranga. Não somente concordou com a iniciativa, como ainda louvou-a num belo ofício dirigido ao Presidente de nosso Sodalício. Compareceu aos atos solenes que assinalaram tal acontecimento.” Em 1972, o Príncipe, com todos os seus filhos, foi de novo uma prestigiosa presença na Capela Imperial do Ipiranga, ao lado de Aureliano Leite, na solenidade da colocação dos despojos de D. Pedro I nesse sítio histórico.

9 — *Sócio Correspondente Nacional*: ANTÔNIO MACHADO SANT’ANA — natural de Ribeirão Preto, filho de Lindoro Vicente de Sant’Ana e de dona Maria da Glória Machado de Sant’Ana, nascido aos 9 de agosto de 1905, foi membro da Academia Ribeirãopretana de Letras, cidadão honorário de várias cidades norte-americanas, diretor do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura de Ribeirão Preto, deixou, entre outros trabalhos, “Olavo Bilac — Precursor do Nacionalismo”, “Rondon — o Municipalista”, “O Café de Ribeirão Preto”, “Marcha do Municipalismo na América Latina”, “Criação da Mentalidade Municipalista desde a Escola Primária”, etc. Ingressou no Instituto em 17 de setembro de 1966.

10 — *Sócio Correspondente Nacional*: ANTÔNIO TAVARES PINHÃO — também de Ribeirão Preto, nascido a 31 de maio de 1918, ingressou muito jovem no Sodalício, aos 5 de outubro de

1942. De seus trabalhos históricos, literários e políticos, destacamos: "De Líbero Badaró à República", "Ruy e a República", "Bernardino de Campos", "Santo Varão" — com prefácio de Altino Arantes, "A Solidão de Campos Sales", "Nova História de Piratininga" e o romance histórico — "Domitila de Castro".

11 — *Sócio Correspondente Nacional*: MARCOS TITO TAMOYO DA SILVA — natural do Rio de Janeiro, filho de Alcebiades Tamoyo da Silva e d. Odila Tamoyo da Silva, nascido aos 7 de setembro de 1926, foi um dos consócios ilustres a representar condignamente entre nós a terra fluminense.

12 — *Sócio Correspondente Nacional*: MONSENHOR LUÍS CASTANHO DE ALMEIDA — encerrando a série dos estimados e saudosos consócios falecidos durante o ano social de 1980-81, a figura extraordinária do Monsenhor Castanho, pesquisador e divulgador do passado bandeirante em épocas fundamentais da estruturação sócio-geográfica de Piratininga, o tropeirismo, usos e costumes paulistas nos séculos XVIII e XIX, o bandeirismo, a sua volumosa colaboração na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, e nas Revistas do Instituto, sua presença atuante no Instituto Histórico de Sorocaba, na Academia Sorocabana de Letras, no Gabinete de Leitura Sorocabano, e, sobretudo, essa mimosa publicação histórica que editou em 1976 — "Guareí — Nossa terra", onde, sob o seu conhecido pseudônimo Aluísio de Almeida, reconstitui de maneira perfeita, encantadora, a história de sua terra natal.

Biografando seu ilustre Pai, o Coronel Anibal Castanho de Almeida, filho de Luís Castanho de Almeida e d. Francisca Kern, professores de primeiras letras, Monsenhor Castanho, após descrever a edificante vida de seu progenitor, conclui: "Devemos cultivar a memória dos homens bons de outrora, mesmo que sejamos seus filhos, para o bom exemplo das nossas pequenas e grandes comunidades."

Tivemos a ventura de sua amizade mais íntima nos últimos anos de sua vida. E quem, como nós, conheceu Monsenhor Castanho no calvário da paralisia que o perseguiu até seu derradeiro alento, a cegueira, a dificuldade de falar e escrever, os sofrimentos inenarráveis que estes esforços lhe custavam, as dores lancinantes que o torturavam, sem lhe arrancar uma queixa — em face do que esse gênio da historiografia bandeirante conseguiu produzir, apesar de todos estes terríveis e tremendos tropeços, quem teve ensejo de conhecer todo impressionante drama de sua dolorosa vida, — fica deslumbrado com a potencialidade de sua devoção a São Paulo e sente, nesse estupendo

milagre, nesse prodígio maravilhoso de sua magnífica obra de historiador e escritor, nos sacrifícios sem conta de sua vida sacerdotal admirável, a presença incontestável da assistência divina, iluminando com a Sua Graça e o Seu Conforto, todos os passos dessa existência virtuosa e fecunda!

Aí estão, Senhor Presidente Leite Cordeiro e prezados consócios, brevemente revividos, nesta hora de emoção e saudade, os 12 companheiros desaparecidos.

Bem de ver que não se foram de vez, presentes, que continuam, nesta casa, através das obras históricas que nos legaram e que permanecerão para sempre, recordando aos integrantes do Instituto o precioso concurso que emprestaram, em seu tempo, à realização do esplêndido programa cívico-cultural do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a serviço da grandiosa Pátria Brasileira.

E ao voltarmos o pensamento para o glorioso passado de nossa Pátria, especialmente aos séculos da ruptura dos limites da Linha de Tordesilhas, e do desbravamento do interior brasileiro, em que tanto se distinguiram os bandeirantes heróicos dos séculos XVI e XVII, veremos erguer-se das montanhas de Minas, na epopéia formidável de sua resoluta caminhada pelos socavões das Alterosas, aquele gigante de São Paulo, que se atirou estoicamente, um dia, na busca das esmeraldas e morreu valentemente na empreitada, apertando nas mãos a turmalina fabulosa, que se converteria depois, mercê da sementeira de sua jornada sertanista, na Monarquia e na República, a preciosa terra brasileira de Minas Gerais, sem dúvida alguma, a mais rica esmeralda levantada em nossos sertões pela imortal bandeira de Fernão Dias Pais.

Voltemos o nosso pensamento, nesta reverência cívica aos nossos mortos ilustres, também a esse inolvidável paulista, numa justíssima homenagem à sua memória, neste momento em que a nação inteira celebra o tri-centenário da morte do glorioso Bandeirante Fernão Dias Pais, o Caçador de Esmeralda, falecido nos sertões mineiros precisamente em 1681.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932(*)

Discurso de *Brasil Bandecchi*,
apresentando o Exmo. Sr. Ministro Pedro Chaves

Senhor Presidente, Senhor Ministro Pedro Chaves, Senhores e Senhoras. O Coronel Cássio, logo no início da sua fala, por excesso de modéstia, disse que estaria longe para apresentar o Ministro Pedro Chaves. O Coronel Cássio tem todos os atributos e qualidades para fazê-lo, mas, não quis, com toda certeza, invadir a minha seara, porque eu fui designado para a honrosa missão. Preferiu sair pela porta da humildade, dizendo que não o faria pelas razões invocadas. Poderia fazê-lo e com inúmeras vantagens.

O Ministro Pedro Chaves, que hoje nos encantarás, e nos ensinará muito, é um desses nomes que, em São Paulo e no Brasil, dispensam qualquer apresentação; é um nome que por si só se impõe. Mas, ao iniciar esta pequena oração, desejo dizer que acertou, e acertou em cheio, portanto foi profundamente feliz, aquele que organizou esta série de conferências.

A primeira palestra, a de abertura, foi feita pelo Desembargador Odilon da Costa Manso, e, para encerrar, aqui comparece o Ministro Pedro Chaves: dois homens que serviram à justiça com dignidade; São Paulo com altanaria e o Brasil com honradez. Dois homens da lei. E o que foi a luta constitucionalista de 32, senão a luta pela lei, pela Constituição?

Pedro Chaves, durante 40 anos serviu à justiça, em todas as instâncias, desde a distante e pequena Comarca até o mais alto cargo judiciário do Brasil, no Supremo de nossa terra. Em todos os lugares e por onde passou, não deixou apenas o nome de juiz correto, mas um nome do juiz humano, porque o sentido humano jamais pode se separar do sentido de justiça. Moço na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou, no ano de 1918, pertenceu à Liga Nacionalista.

(*) Publicado originariamente no livro **Cinquentenário da Revolução Constitucionalista**, edição do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Educação, Comissão Estadual de Moral e Civismo, São Paulo, 1982.

O que foi a Liga Nacionalista senão uma escola de civismo, ideada e fundada pelo maior dos poetas cívicos brasileiros que foi Olavo Bilac. O que foi a Liga Nacionalista senão uma escola de civismo, presidida pelo Professor Vergueiro Steidel? A Liga Nacionalista pregava o voto secreto; pregava o voto secreto porém, na mão do eleitor instruído e por isso não só fez a sua pregação mas também pregou a educação popular, e com isso abriu escolas gratuitas. E quando em 1924, um Decreto Federal fez com que elas cessassem suas atividades, mais de dez mil operários e filhos de operários nelas estudavam. E por quê? Porque o voto deve ser consciente, o voto deve ser alguma coisa que represente realmente a vontade do cidadão. De forma que desde a sua mocidade, Pedro Chaves soube defender e erguer a bandeira do civismo, e toda sua vida foi uma vida dedicada a São Paulo e ao Brasil: porque não há luta mais nobre do que aquela de lutar pelo direito e pela justiça. Onde não há direito e não há justiça, não há sociedade, não há civilização, não há respeito humano.

Membro da Academia Paulista de Letras, autor de inúmeros trabalhos, orador dos mais fluentes, homem enfim que honra e dignifica a nossa gente e a nossa terra, Pedro Chaves nos falará dos ideais de 32. Trinta e Dois, uma Revolução e uma evolução, porque revolução sem evolução não passa de uma quartelada. É preciso que haja uma idéia em evolução e essa idéia foi a idéia do estado de direito, a idéia constitucionalista, a idéia superior que todos defendem para que a sociedade possa viver organizada dentro de um estado jurídico.

Ministro Pedro Chaves, poderia me alongar, mas a tarde é sua, o tema é seu e a palavra é sua. O que eu posso fazer é dizer o seguinte: em nome de todos aqui presentes muito obrigado pela sua presença, muito obrigado pelos seus gloriosos 80 anos de vida, a serviço de São Paulo e a serviço do Brasil.

O IDEAL DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 32

Conferência pronunciada pelo Ministro Pedro Chaves

Em solenidade cívica realizada nesta cidade, a 9 de julho de 1972, enunciei certos fatos — que ratifico inteiramente porque fruto de meditação, estudo e arraigada convicção — que agora pretendo não só reafirmar, como também ampliar e acrescer, para a perpétua memória da verdade e conhecimento da mocidade e do povo, tão afastados da nossa própria história, quanto pressionados por estórias negativistas e destruidoras da Unidade Nacional.

Afirmar, então, que no Ciclo Revolucionário Brasileiro, que vai de 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964, a Revolução de 9 de Julho de 1932 apresentava a singularidade de ser uma ação político-militar a favor de um poder constituinte, ao contrário das outras, todas dirigidas contra um poder constituído.

É meu intuito, neste momento preparatório do Cinquentenário da grande epopéia cívica de 1932, ressaltar seu caráter nacional, despidido de qualquer interesse regionalista, sendo assim um movimento centrípeto de comunhão, de congregação, de unidade nacional e não um impulso de vingança dos vencidos de 30, com



Os primeiros voluntários da Epopéia de 32. Craion para um quadro a óleo, por Paulo do Valle Júnior retratando o movimento iniciado pelos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

finalidade separatória, conforme a má fé, em contubérnio com a ignorância de arautos de inconfessáveis propósitos, proclama inverídica, maldosa e contraditoriamente. Não é possível fazer a História de 1932, sem retrotrair a 1930, para conhecer o terreno, o campo, o clima político, social e econômico, palco desses dois movimentos, sua origem, sua causa, suas motivações e suas conseqüências.

Permiti, senhores, que fale por mim, Hermes Lima, Baiano, Professor de Direito, Político, Deputado, Pensador, Ministro de

Estado, Chefe de Governo do Brasil, Parlamentarista e Ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras: "Forças poderosas ostensivas e subterrâneas convergiram em 1930 na revolução da Aliança Liberal. Movimento político que parecia se conter nos limites das dissidências que, de vez em quando, agitavam 'A Família republicana', acabou a aliança herdeira de sucessivos protestos políticos e militares contra uma situação tradicionalmente manipulada pelas máquinas eleitorais dos Governadores, submissos à Presidência da República.

Arvorando o lema Representação e Justiça, beneficiava-se a oposição de um estado de espírito público que, sob a bandeira da regeneração dos costumes políticos tivera a aguçá-la acontecimentos como o levante do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes, os dois 24 de Julho, o último dos quais culminaria na ocupação da Capital Paulista. Havia, na insatisfação de muitos espíritos, um país legal repousando sobre uma estrutura política envelhecida, teimosa na manutenção de seus privilégios, de suas rotinas, de suas cumplicidades, insensível a mudanças de métodos, a aberturas favorecedoras de sistema eleitoral mais genuíno.

No quadriênio Washington Luís cessara a turbulência militar, suspendeu-se o sítio, honrada era a administração, a imprensa gozou de liberdade e o fermento da agitação talvez tivesse absorvido a providência da anistia. A favor dela, e angustiadas pela intransigência federal em apaixonantes questões setoriais, como na Paraíba e Minas Gerais; ouvi vozes isoladas, qual a do Presidente Altino Arantes, modelo de homem público, lamentar o rigidismo do Catete, assim, onde colocar dentro daquela ortodoxia rotineira e contumaz o país que se sentia inquieto, defraudado, que reivindicara pelas armas e perdera? Era ilusório identificar apenas nos militares revoltosos e já foragidos no exílio esse país descontente. Vezo da ordem estabelecida amesquinhar o contestante vencido, reduzindo-o à unidade que, punida ou expulsa, perde sentido e valor. Entretanto, pode a contestação entranhar raízes no espírito do povo, vibrando mais além de suas manifestações ostensivas. Sem dúvida, ordem é valor vivido, testado, porém suscetível de romper-se quando, de crosta endurecida, enferrujada, repele o novo que reponta na dinâmica da vida social e política.

Inicialmente, ao deflagrar-se a questão sucessória de 30, iniciativas e medidas políticas e financeiras, algumas pleiteadas pelo Governo de Minas Gerais, encaminhariam com probabilidades grandes de êxito, soluções favorecedoras da estabilidade constitucional. A solidariedade prestada por Getúlio Vargas, então na chefia do governo gaúcho, em carta famosa ao Presidente Washington Luís, talvez traduzisse antes a consciência dessa probabilidade do que armadilha preparada à boa-fé do correligionário. Mas, de certo ponto em diante, tornou-se inviável o esforço concí-

liatório pois, ao agravar-se a crise do café, revigorou-se o ímpeto conspirativo e fixaram-se atitudes oscilantes predispostas à acomodação. Não fora indiferente o governo à sorte do café, porém novas quedas do preço no exterior, a repugnância oficial em despachar providências para impedir execuções de hipotecas de lavradores, a recusa em conceder mais crédito ao Instituto de Café de São Paulo destinado ao financiamento de estoques reforçaram a urdidura dos conspiradores. O general Café montara definitivo o cenário da revolução. E no mundo, o 'crack' americano de 29 montara o cenário de dificuldades que a todos atingiram. Se a estrita resistência legal represava inconformismos, ambições, desejos de servir, um tiro mortal no Recife incendiou a atmosfera, comoveu a nação e da Tribuna da Câmara Lindolfo Collor apostrofou: 'Presidente Washington Luís, que fizeste do Presidente João Pessoa?'

Acossado pela intransigência federal, pela sedição de Princesa, mas fortalecido por cáldo apoio popular, o Presidente da Paraíba reagia bravamente à investida contra sua posição e autoridade e contra a degola da bancada na Câmara. Nessa ambiência ferviam e se exaltavam incompatibilidades como a que passou a extremar Dantas e Pessoa. Letrado, jornalista atrevido, contundente, compelido pela hostilidade local, João Dantas transferiu-se para o Recife e das colunas de 'O Jornal do Comércio' encetou violentíssima campanha contra o Presidente da Paraíba, a quem, por telegrama, ameaçou de morte. Antes lhe haviam invadido a casa, do cofre arrombado retiraram o 'Diário' em que rememorava caso íntimo de amor, e cartas e papéis particulares. Muita coisa se publicou nas colunas de 'A União', órgão oficial do Estado, em cuja redação o 'Diário' permaneceu exposto ao público. A esse espetáculo de furor publicitário, juntou-se depois a nota trágica do suicídio da moça amada de João Dantas. Sem dúvida, no curso da crise política, estalou em João Dantas a decisão de matar João Pessoa. Mas quem lhe armou a mão foi o orgulho ferido, a honra lançada à carniça" (Hermes Lima, "Travessia", Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1974, pp. 58, 59 e 60).

Aí está, claramente demonstrada, a origem da Revolução de 1930 e suas causas verdadeiras, como o chamado sistema da "Linha do Cadáver" que, posteriormente, prosseguiu sua trajetória pela política nacional.

Como já se evidenciou, pela palavra autorizada de Hermes Lima, foram várias e numerosas as raízes da Revolução de 30, de natureza política, moral, econômica e pessoal, sendo de salientar que São Paulo — o maior prejudicado econômica e financeiramente pelos eventos da crise do café e da crise monetária mundial — se não concorreu militarmente para a vitória do Movimento de 30, prestou o maior apoio aos que levantaram a legenda da Re-

apresentação e Justiça, lançada pela primeira vez na terra paulista pela pregação da Liga Nacionalista, mandada fechar pelo Poder Federal depois do 5 de julho de 1924. Parece curioso dizer que a Revolução Constitucionalista nasceu ao mesmo tempo em que veio à luz a Revolução da Aliança Nacional. Vejamos o que nos vai contar um grande político do Rio Grande do Sul, participe do tumultuoso processo desde os primeiros passos da unificação do grande Estado Sulino em torno de seu então Presidente.

Relatando uma sessão do diretório do Partido Liberal — nascido da união da dissidência do PR, chefiada por Assis Brasil, com os últimos seguidores de Silveira Martins, na sua posição parlamentarista — na função de secretário, registra o eminente autor. “De todas as sessões, porém, a mais dramática e que não se apaga do meu coração, foi a de outubro de 1930, antes de Vargas tomar o trem da vitória, abanando a mãozinha para a multidão.”

O problema era difícil. A revolução estourara no dia 3 de outubro. Seu chefe civil ia embarcar para assumir o comando das tropas na Batalha de Itararé, que não houve. A vitória eram favas contadas ou a contar. Qual a posição do partido integrante no caso de triunfo? proclamar Getúlio o novo Presidente ou exigir uma junta provisória?

Assis Brasil presidia. Expôs o caso com lógica cartesiana e concluiu aconselhando a primeira alternativa. Silêncio. “Se não há ninguém que deseje a palavra vou passar a votação”. “Peço a palavra, Senhor Presidente”, era Pilla que, vencendo a timidez, dirigia-se ao Presidente. Aceitava a argumentação mas ao seu juízo não deveria a revolução impor a posse de Getúlio, e sim, pelos *ofícios* de um governo provisório, uma junta militar preparar o povo para eleição honesta, e convocar uma assembléia constituinte. Defendeu a tese com clareza e vigor lógico embora a palavra lhe não fosse fácil. “Está em votação” (Pausa), “Está aprovado”. “Senhor Presidente, requeiro que o meu voto conste da ata pois entendo que o partido comete grave erro. Só os que não conhecem de perto o Senhor Getúlio Vargas podem ter ilusões a seu respeito. Ele não merece fé.”

Pilla falava, pálido e emocionado. Aliás, a comoção dominava o salão de Armando Tavares, amigo de Gaspar, agora cego, porém inflamado pelo mesmo ardor de 93. Pilla sozinho. Os demais não sei como estavam, porque o secretário, na ânsia de não perder palavra e engasgado de emoção, nada podia fazer senão escrever e admirar aqueles homens seus modelos para a vida pública.”

Prossegue o autor: “No dia seguinte uma comissão oficial, com Assis Brasil à frente, foi ao Palácio levar a decisão ao presidente do Estado. Recebidos os representantes, Getúlio ouviu, sorridente, a exposição do velho Assis cuja cultura, como se vai ver, não lhe prejudicava o senso de humor.”

Desmanchou-se o dono da casa em agradecimentos. "Sim. Tinha exata consciência de sua dívida para com os Libertadores. Não fossem eles, não teria sido possível firmar a Frente Única no Estado e, portanto, nem imaginável a sua candidatura. E, também, sem a Frente Única, inviável a Aliança Liberal. Sem a Aliança e, muito especialmente, sem a colaboração do Partido Libertador, não haveria a Revolução do dia 3. E, agora que ela já se podia considerar vitoriosa, eis os velhos maragatos e assisistas os primeiros a tomar a atitude que era a sua maior honra e também maior responsabilidade."

Quando parecia haver concluído, Assis interveio: "Muito nos alegria ouvir, de V. Exa., estas declarações." Como disse, entendemos que a V. Exa. cabe assumir a Presidência da República mas, a respeito, vem a calhar um episódio da história política norte-americana. O presidente Garfield foi assassinado, como é sabido, por um demente que, por esta circunstância, passou o resto da vida num manicômio. De lá, sempre que necessitado, escrevia à senhora do vice em exercício pedindo dinheiro, remédios, roupas. E, invariavelmente, fechava suas cartas com estas palavras: "Lembre-se a senhora que, se não fosse eu, seu marido não seria presidente."

Então, doutor Getúlio, em face das afirmações de sua dívida para com o Partido Libertador, tomarei a liberdade, sempre que necessário, de escrever-lhe reclamando providências ou correção de erros, com a sentença do assassino do Presidente Garfield. "Lembre-se, doutor Getúlio Vargas, que, se não fossem os Libertadores, V. Exa. não seria presidente..."

Deu sua gargalhada clássica, um dos segredos que a esfinge lhe confiara, e acompanhou a delegação até à porta do palácio. Ai, entre cumprimentos e abraços, Assis deu-lhe a segunda estocada: "Agora, Dr. Getúlio, que já o proclamamos Presidente da República, penso que nos cabe o direito de repetir a frase com que os reis de Castela encerravam os títulos de nomeação de seus oficiais e dignatários, para lhes avivar a consciência da responsabilidade: "Y no se olvide usted de su puesto."

Vargas apenas sorriu e muito depressa se olvidó, não de su puesto, pero de su responsabilidad. E daí — 1932. É bom prosseguir na transcrição:

"Protestos, advertências, inclusive as do velho Borges, críticas da imprensa, nada conseguia forçar Getúlio à convocação das eleições para a Assembléia Constituinte. Afinal, cansados, invadidos pela frustração, os políticos independentes começaram a conspirar.

Impunha-se a Revolução.

O foco estava em São Paulo, onde maiores haviam sido as decepções e para onde convergiam os líderes do movimento". No Rio Grande, as coisas pareciam fáceis, pois os revoltosos tinham

certa a adesão do interventor Flores da Cunha. E ainda, de qualquer forma, o ponto da conspirata estava no apartamento de Lindolfo Collor, no edifício do cinema imperial, Praça da Alfândega. Diária e noturnamente se reunia a nata dos Libertadores e Republicanos. A certa altura, as ilusões desvaneceram; Flores ficava com Getúlio.

Atordoados com o golpe, ainda se pensou trazer de Cachoeira o venerando chefe para tentar comover o discípulo arredo. Houve, então, um jogo que em política se chama de hábil.

Quase todas as tardes, João Carlos Machado, Secretário da Justiça, ia à casa do dr. Medeiros e lá demorava horas. Dia seguinte, a federação, órgão oficial do Governo, publicava em negrito: "Esteve ontem, na residência do Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, chefe supremo do Partido Republicano, o eminente Secretário da Justiça, dr. João Carlos Machado. Os dois homens públicos mantiveram larga conferência, que se caracterizou pela cordialidade e harmonia de vistas."

Que fazer? A idéia foi mandar emissário a São Paulo, a fim de prevenir a reviravolta e mostrar que o Rio Grande necessitava de tempo para organizar forças que, pelo menos parcialmente, preenchessem a lacuna. A resposta veio arrasadora: a situação se agravava com a notícia oficial de que o Coronel Bertoldo Klinger, comandante da guarnição de Mato Grosso e escolhido chefe do movimento, fora reformado administrativamente. Precipitaram-se os acontecimentos. Não havia como deter a pedra que despencava. Houve choro e ranger de dentes. O Rio Grande estava desonrado, morto em sua tradição de luta. O resultado foi o desespero. Pequenos focos, sem articulação, sem armas e munições começaram a correr, recrutando homens, fingindo reação e vontade de enganar o general Flores.

O Coronel Marcial Terra saiu, de Tupanciretã (terra da Mãe de Deus), com uma peona da guapa e muito bacharel de rifle só conhecia a tribuna forense. O ponto mais sério foi em Vacaria, onde o ex-sargento, Otacílio Fernandes, reuniu gente das redondezas e se preparou para resistir ou mesmo para seguir para Santa Catarina, tentando imitar, 40 anos passados, a epopéia de Gumerindo Saraiva. Em breve, porém, o sonho murchou: Vacaria estava cercada por todos os lados. Foi nestas andanças dos preparos de 32 que os moços libertadores mais se agitaram em distribuir uma proclamação, asinada por Borges de Medeiros e Raul Pilla, impressa em mimeógrafo, na casa de Alberto Pasqualini. Agora o resto: tudo que lhes fosse pedido ou que entendessem útil. Eu estava em todas, soprando fogo.

Já contei que casara a 16 de abril? Pois estávamos em julho e antes do fim do mês meteram-me nas grades. Bem, nas grades mesmo, não. Puseram-me num batalhão da Brigada Militar, na Praia de Belas. Sala ampla, mobiliada com sobriedade, sozinho

andava de cá para lá ruminando furores, quando me apareceu um oficial. Apresentou-se e conversou. E sem muitos rodeios foi dizendo ele que todos os colegas do batalhão estavam com a revolução. E por que não se manifestam, articulam, agem? Porque precisamos de uma palavra oficial do dr. Medeiros para metermos o ombro no andar. Mas o dr. Borges já assinou um manifesto com o dr. Pilla, conclamando todos à luta. Esse documento porém não trazia a assinatura original do chefe Republicano; era apenas mimeografado e a oficialidade, para atuar, reclamava o jamegão do morubixaba. Sem ele ninguém daria fé ao papel que poderia parecer falso... Troussessem-lhes a firma, mesmo não reconhecida em cartório, e tudo estaria resolvido. Dois dias depois, o general Andrade Neves, amigo de meu pai desde os tempos de Cadete, comandante da Terceira Região Militar, interveio em meu favor obtendo logo o assentimento de Flores. Em liberdade, dirigi-me a Raul Pilla, contando-lhe o que se passara comigo; logo no primeiro dia a oficialidade, com exceção do comandante, havia ido levar-me seu apoio. Uma palavra do dr. Borges e o batalhão que devia seguir dentro de poucos dias, para completar o cerco às tropas de Otacílio Fernandes, seria suficiente para mudar radicalmente o rumo dos acontecimentos. Pilla concordou comigo e fomos ao velho republicano, hospedado na casa do dr. Sinval Saldanha. Encontramos a sala cheia de chefes e chefetes. Dr. Pilla explicou o caso e me passou a palavra. O que sucedeu, a seguir, foi tragicômico. O guri inflamado, fervendo de entusiasmo, certo de trazer a fórmula salvadora, começou a falar que a oficialidade da Brigada estava com a revolução; que só precisava de uma ordem expressa e autêntica do grande chefe e iria toda com ele para onde ele mandasse. Silêncio de morte. Borges de Medeiros, com seus olhos esverdeados, mais frio que a Sibéria, olhava sem tugar nem mugir, fui me exaltando. Estava a estourar e o silêncio, se me estrangulava, dava-me ganas de berrar. Não agüentei muito tempo diante da barra de gelo. — Dr. Medeiros, a sorte da revolução está em suas mãos. Mas é preciso convencer a Brigada de que o senhor quer chefiar o movimento. É necessário um ato seu, claro e positivo. O batalhão em que estive só deseja ordem sua para ir a Vacaria e de lá aderir às forças revolucionárias. Somadas e ainda com o apoio das outras unidades derrotam o coronel Valzumiro, dominam o norte do Estado e invadem Santa Catarina.

O silêncio continuava. As moscas zumbiam, só elas. Não me segurei mais. — Olhe dr. Medeiros o que necessitamos é convencer a opinião pública e a Brigada de que o senhor está conosco. Basta um gesto seu. Silêncio. Basta que o senhor saia daqui comigo; vamos até à Praça da Alfândega, eu subo num banco começo a falar pregando revolução, porque assim, logo que for preso, a notícia se espalha, graças à sua presença e desmentimos

de uma vez por todas as balelas da Federação com as histórias das visitas do João Carlos a sua casa. O silêncio continuou por mais alguns segundos, passada a pequena pausa, o Dr. Medeiros, olhando-me como se visse um lobisomem ou melhor como se não visse nada, como se ninguém lhe houvesse falado, virou-se na cadeira e dirigindo-se ao parente, continuou: ... Como íamos combinando Sinval, amanhã... saí com mais raiva dele do que do Getúlio. Pilla, encabulado, acompanhou-me. O silêncio continuava. Pasqualini, que tinha largas relações em Santa Maria, para lá se deslocara e encontrou o mesmo tropeço: as tropas da Brigada, todas revolucionárias, pediam uma ordem direta do velho soba. Desesperado, o homem que viria a ser o "Teórico do Trabalho", mandou por meu intermédio um caderno manuscrito com o título que dizia tudo: — Manual Elementar Para Fazer Uma Revolução dedicado ao dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros. Nada adiantou nada. E hoje que estou velho compreendo o outro velho: ele fora Republicano toda a vida, fundara o PRR com Júlio de Castilhos, sempre governo, 25 anos de governo, mentalidade governista, de cimento armado. Como pedir peras al omo? Como imaginar que aquele guardião do dogma positivista — "A ordem por base..." da noite para o dia mudasse sua cabeça arrumadinha e virasse "bandoleiro" como chamavam aos libertadores. Sua vocação era a estreiteza da ordem, a nossa vocação era a da peleja pelos ideais da época. Compreendo e perdôo, mesmo porque, quando já tudo estava perdido o venerando Republicano como desejando comprovar sua posição e honrar a palavra saiu de Porto Alegre, em aventura própria de um revolucionário de trinta anos: em uma canoa, a de leiteiro, se bandeou para Pedras Brancas, de onde, a cavalo organizou uma coluna com Luzardo. Pilla, também fugido da cidade, com eles se encontrou. O chefe Libertador seguiu para o Uruguai à procura de armas e Luzardo e Borges partiram com cerca de 200 homens, encarangados de frio, cavalhada sem comer, correndo atrás de outras colunas. Até Cerro Alegre, em Piratini. Cercados por forças dez vezes mais poderosas, Borges teve a grandeza de mandar Luzardo sair do fogo para ir procurar a coluna de um oficial brigadiano de que se tinham vagas notícias. Ficou só. Revólver, atrás da cortina do casarão da fazenda que os abrigara, aguardou impávido o fim. E quando alguém lhe ponderou que era loucura resistir, ele disparou o último cartucho e esperou, frio, erecto, duro como toda a vida o fora. Redimiui-se. Entrou na história e com a originalidade quase graciosa de se haver tornado, depois de 40 anos de legalismo irreduzível, o último caudilho — se caudilho se lhe pode chamar — a dar o último tiro numa revolução no Rio Grande, honra lhe seja." (Mem de Sá — "Tempo de Lembrar" — José Olympio Editora — 1981).

Ouvimos até aqui as palavras respeitáveis de um baiano ilustre e a de um ilustre gaúcho, participantes de qualquer forma das altas camadas políticas e culturais do Brasil. Ouçamos agora o que ocorreu em Minas Gerais, pela palavra de um de seus maiores filhos, culminância da sua tradicional vocação pela liberdade e pela autonomia, e que pelas suas qualidades pessoais pode disputar a posição de porta-bandeira da cultura mineira. Trata-se de Paulo Pinheiro Chagas, autor do livro "Esse Velho Vento da Aventura", clássico pelo estilo e pela forma, clássico como história de uma época das mais confusas de nossa terra brasileira, remarcado pelas sinceridades e veracidades com que o ilustre escritor abre os escaninhos de sua memória para oferecer à posteridade o conhecimento de fatos de que foi partícipe, com a espontaneidade, com a religiosidade de quem reparte o seu pão de cada dia com o irmão necessitado.

Temos nesse depoimento tudo quanto se passou nas alterosas Minas Gerais em 1930 e 1932, do princípio até o trágico final. Depois de analisar todo o processo de destruição do PRM, movido pelos extremistas da Legião de Outubro chefiada pelo sr. Francisco de Campos, com o intuito de atacar e destruir o presidente Artur Bernardes, a tentativa frustrada da destituição do sr. Olegário Maciel, o "lamentável equívoco" como definiu sem maiores explicações o sr. Osvaldo Aranha, passa o autor a narrar o levante de São Paulo: "Como lembra Hélio Silva em seu livro, o coronel Euclides Figueiredo, um dos principais chefes do movimento, ligara-se, em Minas, com Artur Bernardes, Mário Brant, General Pinheiro Chagas e Teodomiro Santiago. Não deixa de ser sugestivo esse 'General Pinheiro Chagas' a que se refere o autor de 'O Ciclo de Vargas'. Mostra até que ponto havia chegado a notoriedade de Djalma, elevado ao generalato ao modo dos caudilhos do sul. Djalma Pinheiro Chagas veio para São Paulo para cumprir o compromisso do PRM". O autor continuou em Minas e começou a conspirar; ouçamô-lo: "Atirei-me à conspiração, em companhia da turma de sempre: José Carlos de Campos Cristo, Aluísio Leite Guimarães, João Gomes Teixeira, Eliseu Laborme, João Edmundo Caldeira Brant, Olvídio Andrade, João Franzen de Lima, José Monteiro de Castro, Camilo Chaves, Mário Dias, Clóvis Pinto, Francisco Caracioli, Hugo Gouthier e Mário Werneck entre outros. Dois chefes perremistas trabalhavam intensamente em Belo Horizonte, por São Paulo: Mário Brant, hospedado no Grande Hotel, e Cristiano Machado que morava com o pai à rua Tupis". E prossegue na p. 202: "Em Minas, tinha-se como certo que Olegário Maciel ficaria neutro, na pior das hipóteses. A pureza era o que se comentava e havia motivo para essas esperanças. Um documento vindo a lume em 1967 nos dá conta, *a posteriori*, dessas razões, só agora reveladas. Hélio Silva, em sua obra monumental, "O Ciclo de Vargas", desentranhou do arquivo de

Getúlio uma carta de Wenceslau Brás a Olegário, cujas palavras inequívocas põem fim a muita *controvérsia*. Com data de 11 de julho, escrevia o antigo Presidente da República, figura veneranda e incapaz de uma assertiva menos verídica: "Meu caro Olegário. Afetuosas saudações. Há alguns meses, quando se falava em revolução em São Paulo e comentando nós dois os acontecimentos que se desenrolariam, perguntei a você se, na hipótese de falar do movimento naquele Estado, Minas atacaria São Paulo; respondeu-me você, imediatamente, que não praticaria este ato. Aplaudi com ardor essa resolução. Mais tarde, conferenciando com Altino Arantes e manifestando-me contra qualquer revolução, disse-me que também era contra, mas que a dignidade de São Paulo espezinhada iria até às armas e desejaria a colaboração de Minas. Respondi que, sendo contrário à revolução, não poderia pedir ao Presidente de Minas que agisse nesse sentido, mas que está certo de que no caso de insurreição de São Paulo, Minas não o atacaria, e que era este o pensamento do Presidente Olegário. Não há muitos dias, em conferência sua com o Antonio Carlos e Mário Brant, segundo estou informado, você fez a mesma declaração. O Antonio Carlos comunicou o fato ao José Braz e Mário Brant ao Djalma Pinheiro Chagas, os quais deram do mesmo, conhecimento ao João Neves. Muito ponderada e nobre essa atitude que atendia ao mesmo tempo os laços fraternos que nos ligam a São Paulo e aos altos interesses do Brasil, cuja grandeza e prosperidade dependem da inteira solidariedade entre os Estados, principalmente entre os dois maiores, vizinhos e irmãos, pelo sangue e pela velha amizade; separá-los, como fez Washington Luís, é abalar os alicerces da unidade da pátria é cometer um grave crime de lesa-patriotismo. São Paulo é permanente, os Chefes de Governo, constitucionais ou não, são efêmeros. Com grande e desagradável surpresa, portanto, fui informado de que o governo de Minas ia por à disposição do federal a brava força mineira que, a meu ver, deve apenas defender a ordem no Estado e guardar as suas fronteiras. Não posso crer nessa notícia por ser contrária às afirmações do amigo, aliás como sempre, conformes com a sua boa razão e o bom senso. Para minha tranquilidade de espírito espero, pois, uma palavra sua nesse sentido. Não se iluda meu caro Olegário, a Nação quer a Constituinte no menor prazo e está cansada de ser ludibriada. Seu sentir e seu pensar estão com a Revolução de São Paulo. O Presidente Getúlio não correspondeu às esperanças do povo brasileiro e não se manterá no governo, quaisquer que sejam os esforços, violências e atentados que cometa, os quais só lhe poderão apressar a queda, que é fatal. Não desejo ver a sorte do eminente Presidente Olegário, meu velho amigo, ligada à daquele que tão mal fez à Nação. Repito: espero ansioso sua contestação das notícias propaladas. Como quer que seja, não posso concordar com a ofensiva de Minas a São Paulo que luta

por uma causa pela qual está a grande maioria do povo mineiro. É o meu coração de brasileiro que se revolta contra tal hipótese. Sofra eu o que sofrer no fim de minha vida, cumpro ainda hoje o meu dever de patriota e de verdadeiro amigo. Abraços do seu Wenceslau Brás”.

É de ver que esta carta nunca teve resposta e foi misteriosamente parar no arquivo de Getúlio. E ela mostra, à saciedade, que Olegário garantira não atacar São Paulo, em caso de revolução. Aí estão os testemunhos insuspeitos de Wenceslau Brás, Antonio Carlos, Mário Brant e Djalma que, por sua vez, deram conta dessa orientação ao Rio Grande do Sul, através de João Neves, e a São Paulo, por intermédio de Altino Arantes. Por que, então, a nova atitude de Olegário? porque em torno do velho Presidente, já otogenário, abriram um aceiro, que o isolava. Francisco Campos, Amaro Lanari, Capanema, Leopoldo Maciel, Gabriel Passos e Mário Casassanta, entre outros, envolveram o líder mineiro, conduzindo-o para outros caminhos. Era a força secreta que atuava nos bastidores, constituída de intelectuais sequiosos de poder. Eram os jovens turcos da política mineira. O recuo de Olegário, mandando a Força Pública atacar São Paulo, deitava tudo a perder. O então Tenente e hoje General reformado José Carlos de Campos Cristo fizera as articulações em Minas, em nome do Coronel Euclides Figueiredo, que viria a ser o Chefe do Estado Maior da Revolução Constitucionalista. Todas as unidades federais, aquarteladas em território mineiro, pediam para São Paulo: o 4.º RCD de Três Corações, sob o comando do Coronel Eurico Dutra; 12.º RI de Belo Horizonte, chefiado pelo Coronel Suetônio Lopes Siqueira Cambusé; 4.º RE, de Itajubá, comandado pelo Coronel Lebon Régis, e o 4.º RAM, de Pouso Alegre, dirigido pelo Coronel Trompovsky. Eram todos simpatizantes da causa Constitucionalista. O 12.º RI foi a ponto de se dividir, ao chegar em Barra Mansa: uma parte continuou pelo Vale do Paraíba, solidarizando-se com a legalidade e a outra rumou para São Paulo, aderindo à revolução. Diante, porém, da atitude de Olegário, e a conselho do próprio Wenceslau Brás, a tropa federal sediada em Minas, ficou firme ao lado de Getúlio.”

Assim se vê que o povo e as tropas de Minas estavam com os ideais Paulistas, mas que o precipitar dos acontecimentos, as violências do poder, as pessoas ilegais de toda sorte mudaram o rumo dos acontecimentos. Não apenas mineiros e gaúchos, porém, manifestaram-se favoravelmente à Revolução Constitucionalista. A heróica Bahia do 2 de Julho, cantado pelo verso sagrado de Castro Alves, também tomou o partido de São Paulo e, a 22 de agosto de 1932, pela mocidade de sua tradicional Faculdade de Medicina, rompeu os grilhões da ditadura e deu o seu sangue generoso como manifestação de solidariedade a São Paulo. E o Pará, lá ao norte, também não ficou indiferente à sorte da legi-

timidade da Revolução de 1932. Sua mocidade estudiosa entrou em ação, chegou a controlar grande parte de Belém e só foi dominada após gravar com seu sangue generoso o nome de um herói — Paulo Cícero Teixeira! Os revoltosos do Pará contavam ainda com um bravo soldado, já homenageado em São Paulo, um menino de 12 anos de idade que também teve seu nome na história e que é hoje o Senador Jarbas Passarinho.

Estão aí as provas de que a Revolução de 9 de Julho de 1932 não era separatista nem revanchista, mas sim a legítima expressão de todos brasileiros livres, desde os que habitavam a região equatorial, até os que honravam as terras da fronteira sul. Mesmo os que não ouviram as palavras de Raul Pilla e as advertências de Assis Brasil. A Revolução era Constitucionalista, por vontade unânime do povo brasileiro. As calúnias, as infâmias, as mentiras que reuniram a maioria das forças militares, que obrigaram São Paulo a combater sozinho em seis frentes, tão fáceis de destruir, de há muito as arrasou o grande Ministro Costa Manso, nome tutelar da terra paulista.

Os escribas e arautos da ditadura, na tarefa fratricida contra São Paulo, mentiram e investiram contra os princípios mais rudimentares da lógica, injuriando a inteligência do povo. No afã a que se propunham, de ferir a Liberdade e o Direito da manifestação da vontade, além da aplicação dos métodos mais violentos, alegaram que a Revolução de 9 de Julho era separatista, intentada pelos vencidos de 30, carcomidos, para voltar ao poder. Estranho separatismo que lança o seu primeiro manifesto ao povo paulista, assinado pelo General Isidoro Dias Lopes e pelo Coronel Euclides de Figueiredo, do Exército do Brasil. Manifesto que diz em seu preâmbulo: "Neste momento assumimos a inteira responsabilidade do comando das Forças Revolucionárias, empenhadas na luta pela imediata constitucionalização do País." Deixando clara e insofismável a finalidade da Revolução. Esse manifesto foi o primeiro a circular pela imprensa na manhã de 10 de julho. Ao movimento paulista, ainda em viagem, aderiram o General Luiz Pereira de Vasconcelos, que vinha assumir o comando da Segunda Região Militar, o então Tenente Coronel Nilton de Freitas de Almeida, Chefe do Estado Maior, o Capitão Armando Vilas Novas Vasconcelos e o Tenente Ademar Cruz. Aderiram todos as unidades federais e estaduais, ressalvada numerosa oficialidade federal, respeitosamente presa em suas residências sob palavra, sendo que Miguel Costa, o legendário Chefe da Coluna Prestes, declarou não pegar armas contra São Paulo. O General Bertoldo Klinger, chega a São Paulo pronunciando a frase que simbolizava a finalidade da revolução: "Desembainho A Espada Em Continência À Lei."

Nesse mesmo dia 12, já com as assinaturas do General Klinger, de Isidoro e dos Presidentes dos dois partidos políticos de

São Paulo os vencedores de 30 e os vencidos: o PRP representado pela respeitável figura do seu Presidente o impoluto Pádua Salles e PD, pelo seu eminente e notável chefe Francisco Morato — Pedro de Toledo lança proclamação ao povo brasileiro, conclamando-o a fazer “Tudo pela união, felicidade e grandeza do Brasil.”

Era possível falar em separatismo numa revolução desencadeada e dirigida por militares cuja função precípua era manter a ordem nacional?

Como atribuir ao revanchismo dos vencidos de 30 a força que se fundia com os grandes vencedores de 30, Assis Brasil, Artur Bernardes, Raul Pilla, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Borges de Medeiros e Djalma Pinheiro Chagas, o General civil de Minas Gerais? E João Neves Fontoura?

Como poderia a separação esperar auxílio dos Palimércios, dos Paiva Sampaio, dos Teopombos, dos Abílio de Resende, nobres espadas do Brasil, unidos às togas impolutas de Washington Osório de Oliveira, de um cearense da altura moral de Bruno Barbosa, do venerando gaúcho Antonio Mercado e do próprio irmão do governador da Paraíba — O Inspetor da Alfândega de Santos? e os Ivo Borges, os Lysias Rodrigues e Aci Nóbrega e Motta Lima? E o civil Machado Bittencourt?

Para concluir:

A Revolução de 1932, representou o sentimento do país inteiro. Nasceu no mesmo momento em que o futuro ditador iniciava sua mudança definitiva para o Catete.

São Paulo arcou só com toda a guerra, por circunstâncias ocasionais. Ao final, a derrota militar transformou-se em vitória, pois a Constituinte foi convocada e promulgada nova Constituição, logo surrupiada pelo prestidigitador de São Borja, que trocou mais tarde por nazi-fascista, esta mesma nunca submetida ao prometido plebiscito.

Por força de um movimento militar, foi o ditador destituído. A sombra de outra Constituição, promulgada em 1946, volta Getúlio ao poder, para o fim com trágico suicídio, marcado por um “mar de lama”. São Paulo, no entanto, paga até hoje o preço de sua altivez e de sua bravura. Alijado da participação política, assiste angustiado ao desaparecimento da Federação e da Representação, que da autonomia pouco resta. Apesar de tudo, porém, não dobra sua Bandeira Republicana e Democrática, não tolera qualquer forma de Ditadura, a não ser aquela preconizada pelo gênio de Cícero:

“Legum omnes servi sumus uti liberi esse possimus” (todos somos escravos da lei para que possamos ser livres).

ATA DA REUNIÃO ADMINISTRATIVA DE 14-01-1981

Aos catorze dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e um, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, no auditório, reuniu-se em sessão plenária administrativa o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Estiveram presentes: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Mário Savelli, Orador Oficial, Lycurgo de Castro Santos Filho, Pe. Hélio Abranched Viotti, D. Martinho Jonhson O. S. B., João Gabriel Santana, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Manoel Vitor, Délio Freire dos Santos, Duílio Crispim Farina, Paulo Romano, Leonardo Arroyo, Geraldo Sesso Júnior e Joaquim Fernandes Moreira. Na abertura dos trabalhos, como estivessem ausentes os 2.º, 3.º e 4.º Secretários, o sr. Presidente convidou, para formar a mesa, como 2.º Secretário ad-hoc, o sr. Gabriel Sant'Ana, que aceitou a designação. O sr. Presidente solicitou a inscrição, em ata, de um voto de pesar pelo falecimento dos saudosos consócios Lorena Guaraciaba e Geraldo de Rezende Martins. Lido o Relatório do exercício de 1980, foi o mesmo aprovado com as retificações propostas por Mário Savelli e Délio Freire dos Santos. O sr. Alberto Prado Guimarães referiu-se entusiasticamente ao teor do Relatório que acabava de ser lido. Seguiu-se a leitura do balancete, pelo sr. Tesoureiro, igualmente aprovado pelo plenário, com palmas. O sr. Prado Guimarães novamente com a palavra, elogiou o trabalho da Tesouraria. O sr. Mário Savelli, entendendo que o Relatório estava em perfeita ordem, teceu considerações muito justas e oportunas em sua abertura, sobre a visita do Sto. Pe. João Paulo II e a beatificação do Venerável Pe. José de Anchieta, propõe o encaminhamento de uma cópia à Nunciatura Apostólica no R. de Janeiro, o que foi aprovado. O sr. Presidente comunicou que se encontra pronto, à disposição dos Associados, o Colar do Instituto, empenhando-se em que todos se aprestem para usá-lo na sessão solene do dia 25 do corrente, devendo, para tanto, entender-se com a Tesouraria. E convoca a todos para prestigiarem a sessão solene do dia de São Paulo, 25, que será realizada às 15 horas neste mesmo local, como é de praxe. Os srs. Duílio Crispim Farina e João Gabriel Sant'Ana pronunciaram breve improviso no qual exaltam as figuras dos diretores do Sodalício, do passado e do presente. O sr. Heliodoro Tenório da Rocha Marques comunica que o consócio general Langendank Soares Pinheiro transferiu sua resistência para Minas Gerais onde continuará à disposição dos srs. Consócios e do Sodalício. O sr. Presidente agradece e coloca em 2.ª votação as propostas, para sócios titulares, dos srs. Moysés Gicovatti e

Douglas Michalany, que foram aprovados e declarados eleitos. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente que lida e achada conforme será devidamente assinada. Tácito Langendancck, José Pedro Leite Cordeiro. ilegível.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE 25 DE JANEIRO DE 1981

Posse da Diretoria para o triênio 1981-1984.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e um, na Igreja do Pátio do Colégio, nesta Capital, às 15,00 horas, foi instalada a Sessão Magna do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo comemorativa da data de fundação da cidade e de posse da Diretoria eleita a 1.º de outubro de 1980, para o triênio 1981-84.

Dando início à sessão o Presidente, Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, declarou empossados os Diretores que, presentes assinaram o Termo de Posse. A seguir deu a palavra ao Sócio Emérito Dr. Joaquim de Lima Fernandes Moreira para uma exposição referente ao significado e características do Colar instituído como insígnia de Sócio da entidade, usado pela primeira vez na reunião solene.

Em prosseguimento, o Orador Oficial, Vinício Stein Campos, pronunciou magistral oração alusiva à data. Após relembrar a marcante atuação cultural e cívica do Instituto nos 87 anos de profícua existência, teceu doughtas considerações sobre o evoluer de São Paulo na trajetória luminosa pela qual o solitário burgo situado não distante da orla do Planalto do grande destino e junto à linha Tropical, como compensação ao trabalho infatigável de sua impávida Gente, se transmudou na maior e mais cosmopolita metrópole do Hemisfério Sul. Cessadas as palmas que coroaram a notável oração, o Presidente agradeceu ao brilhante tribuno e, prosseguindo, disse que, por certo, a Divina Providência determinara o fato motivador do inesperado impedimento da sede oficial do Instituto para que se realizasse no templo rememorador das origens da urbe estuante, decorridos 427 anos da Santa Missa inaugural, a reunião festiva e de preito aos construtores da Grande São Paulo e de início de atividades da Diretoria empossada. E, após agradecer ao Rvmo. Padre Hélio Abranches Viotti a cessão do nobre ambiente para a solenidade, externou gratidão às personalidades que prestigiaram o evento e aos sócios presentes — os seguintes: José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Mário Saveili, J. Pereira, Dra. Nilva de Mello, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, J. Gabriel Sant'Ana, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Armandino Seabra, Joaquim Fernandes Lima Morita digo Joaquim de Lima

Fernandes Moreira, Lauro Ribeiro Escobar, Tsunezo Sato, José Leandro Barros Pimentel, Geraldo Sesso Jr. Lycurgo de Castro Santos Fo., Alexandre Nelson de Mello, Pedro Brasil Bandecchi, Miguel Ângelo Barros Ferreira, Odilon Nogueira de Mattos, Geraldo Dutra de Moraes, Eldino Brancante Rudolf Robert Hinner, Itamar Bopp, Odilon da Costa Manso, Duílio Crispim Farina, Pe. Hélio Abranches Viotti, J. B. Silveira Peixoto, Maria Helena Brancante, Raul de Andrade e Silva, Manoel Vitor, Lúcia de Tomasi, Alberto Prado Guimarães e Pedro Ferraz do Amaral.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta Ata que, após aprovada, recebeu a assinatura do Presidente e dois Secretários. Ilegíveis.

ATA DA SESSÃO CULTURAL DE 4 DE FEVEREIRO DE 1981

Aos quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e um, nesta cidade, no Salão nobre da sede da entidade, às dezoito horas, reuniu-se, em sessão ordinária, o Instituto Histórico e Geográfico com a presença dos seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Mário Savelli, J. Pereira, Nilva de Mello, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, J. B. Galvão Bueno Trigueirinho por engano na consulta da lista de presença renovamos a enumeração excluindo os nomes anteriormente citados pelos digo substituindo-os pelos seguintes: José Pedro Leite Cordeiro, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, João Gabriel Sant'Ana, Mário Savelli, José Leandro Barros Pimentel, Geraldo Sesso Jr.; Divaldo Gaspar de Freitas, Paulo da Silveira Santos, Eduardo Vilhena de Moraes, Adauto F. de Andrade, José Gonçalves Salvador, Paulo Romano, Antônio Barbosa Lima, Vinício Stein Campos, Duílio Crispim Farina, Roberto M. Carvalho, Alberto Prado Guimarães, José da Veiga Oliveira e Henrique Alves.

O Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, na ausência do titular, convidou para 2.º Secretário "ad hoc" o Cel. Adauto Fernandes de Andrade. Dando início aos trabalhos, o Presidente exibiu uma preciosa oferta feita ao Instituto pelo Sr. Torquato Virgílio Dante Ariosto Martire: um retrato do Imperador Pedro II na mocidade. A seguir, fez a entrega da medalha cívico-cultural D. Pedro II ao sócio titular Geraldo Sesso Jr. Para saudar o laureado, fez uso do palavra o Orador Oficial, Prof. Vinício Stein Campos, que, após referir-se à personalidade do agraciado, a quem, com justiça, denominou o "historiador brasileiro do cinema", enalteceu a obra do Segundo Imperador, apresentando, em feliz lembrança, como prova da proficuidade de quase meio século de atuação do grande Monarca a estabi-

lidade nesse largo período do valor de nossa moeda. Em prosseguimento, ocupou ainda a tribuna o brilhante Orador Oficial para comunicação atinente a notável documento da Geografia Paulista do período 1813 a 1820, que evidencia como ainda no primeiro vintênio do século passado, eram diminutos os conhecimentos da configuração Geográfica do País, pois, ao ser decidido criar-se a Paróquia de S. João Batista de Capivari, pela incerteza na denominação dos afluentes do Tietê, chegou-se a admitir (engano reiterado em vários documentos) que os limites desse território de administração eclesiástica atingiam a região de Cuiabá. O Prof. Vinício esclareceu que apresentara apenas os informes preliminares relacionados com o documento, pois pretende ampliar sua comunicação para que seja inserta na Revista do Instituto, com o que oferecerá valiosíssima contribuição à nossa historiografia. Ao término da exposição, grande autoridade que é em museologia, recomendou aos presentes uma visita ao Museu de Americana, situado na fazenda Salto Grande, que, além do apreciável acervo que possui, oferece deslumbrante visão da confluência dos rios Jaguari e Atibáia, formadores do Piracicaba. Fez uso da palavra o Dr. Duílio Crispim Farina, para em breve e cultíssima intervenção, lembrar as personalidades de Cesário Motta, um dos fundadores da entidade que está a merecer um aprofundado estudo biográfico, e de Aloísio de Castro, médico, polígrafo e esteta de méritos altíssimos, cujo Centenário de nascimento ocorre neste ano. O mesmo orador lembrou o primeiro século de desaparecimento de Thomas Carlyle o altíssimo autor de "História da Revolução Francesa", de "O Culto dos Heróis" e de "Cartas e discursos de Oliver Cronwell".

O consócio Eduardo Vilhena de Moraes, com expressões doutas, lembrou que a 1.º de março p.v. ocorrerá o Centenário de nascimento do Senador Cândido Mendes de Almeida e, após mencionar os altos méritos do evocado, informou que, no decorrer deste ano, ocupará a tribuna para apresentar amplo trabalho sobre essa grande personalidade. O Dr. Pedro Brasil Bandecchi fez uso da palavra para encaminhar à mesa mais uma sua notável obra: "Notas e Perfis", constituindo o vol. 9 da Coleção do Museu Paulista, Edição da Universidade de S. Paulo. O Presidente agradeceu a preciosa oferta, congratulando-se com o autor. Por último falou o eng. Alberto Prado Guimarães para efetuar a entrega de dois livros: "Roteiro Inconcluso", de Fernando Whitaker da Cunha, e "Das Coisas e... não dos homens" de Arruda Camargo. No atinente a este trabalho, entregou à mesa original de um artigo, do qual transcrevemos este excerto: "Parabéns ao jornalista Arruda Camargo por, neste meio tão grosseiramente materializado, se destacar pelo espírito peregrin-

no de quem tem Fé e, levado por esses sentimentos delicados vive cheio de esperanças num mundo melhor". Nesse artigo, o autor corrobora as críticas à tônica de ofensas aos princípios da ética que desvaloriza grande parte das manifestações intelectuais de hoje.

Após consultar a casa sobre as datas preferidas para as sessões de março, ante o fato da primeira quarta-feira ser o dia de cinzas, o Presidente marcou a 2.^a e a 4.^a quarta-feira, isto é, os dias 11 e 25.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela lavrada esta ata, que, após aprovada será assinada pelo Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 1981

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e um, (1981) nesta cidade de São Paulo, às dezoito horas, reuniu-se, em sessão ordinária, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos seguintes sócios: José Pedro Leite Cordeiro, Marília Antunes Alves, Tácito van Langendonck, Délio Freire Santos, Ulysses Lemos Torres, José Leandro Pimentel, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Lycurgo de Castro Santos Filho, Vinício Stein Campos, Leonardo Arroyo, Geraldo Sesso Jr. Arrisson de Souza Ferraz, Roberto Machado de Carvalho, Odilon Nogueira de Mattos, Moisés Gicovate, Honório de Sylos, Duílio Crispim Farina, Eduardo Vilhena de Moraes, Pedro Ferraz do Amaral e Mário Savelli. Na ausência do titular, o Presidente indicou Secretário "ad hoc" ao Dr. Tácito Remi de Macedo van Langendonck. Dando início aos trabalhos, o Presidente determinou a leitura do expediente pelo 1.^o Secretário, que, entre as comunicações, destacou carta do Prof. Moisés Gicovate, recentemente eleito sócio titular e ainda não empossado, presente à sessão, agradecendo aos seus pares a acolhida nesta casa de cultura. A seguir, fez uso da palavra o eng. Mário Savelli para propor a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de ilustre dama paulista: D. Renata Crespi da Silva Prado, lembrando-a sobretudo como colaboradora de seu esposo, o Dr. Fábio da Silva Prado, quando para uma administração magnífica, este foi Prefeito de São Paulo. O Dr. Pedro Brasil Bandecchi mencionou, com encômios, a presença profícua de D. Renata na Prefeitura do Guarujá e o Presidente citou a doação pela nobre extinta da mansão onde residiu para sede do Museu da Casa Brasileira. A proposta foi aprovada por unanimidade. O prof. Vinício Stein Campos solicitou o registro do

pesar da entidade pelo falecimento do venerando Prof. Paulo Decourt e envio de mensagem de condolências à família. O Dr. Duílio Crispim Farina, após complementar com doudas considerações o elogio do Prof. Decourt, relembrou, com palavras elegantes e sentidas, a figura infatigável e proficiente do Prof. Zeferino Vaz, há pouco falecido, propondo a inclusão na ata, dos sentimentos da casa pelo desaparecimento desse ilustre cientista. A proposta foi unanimemente aceita. Falou, a seguir, o Prof. Miguel digo Moisés Gicovate para reiterar os termos da carta pela qual agradeceu sua eleição e associar-se ao preito à memória dos Profs. Decourt e Zeferino Vaz. O Dr. Duílio Crispim Farina mais uma vez usou da palavra para, rememorando o transcurso, em junho do corrente ano, do Centenário de nascimento do Prof. Aloísio de Castro, propôs a realização, na galeria do Auditório nobre da sede, de uma exposição evocadora da figura do grande médico, polígrafo e esteta. A idéia foi aprovada por unanimidade, sendo incluída no preito a ilustre personalidade, a ser realizado de 14 a 20 de junho do ano em curso, uma conferência que será proferida pelo acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. Para a elaboração e realização do programa dessa homenagem, o Presidente nomeou uma comissão constituída pelos Dr. Duílio Crispim Farina, Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho e Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques. O Prof. Odilon Nogueira de Mattos comunicou a publicação do 100.º volume dos Anais da Biblioteca Nacional, contendo o índice da matéria inserta em todos os números anteriores. Determinou o Presidente que o Instituto manifeste seus aplausos por essa contribuição à cultura, através de ofício endereçado ao Diretor da Biblioteca, o escritor Plínio Doyle, cuja proficua atuação no grande órgão deverá ser mencionada em nossa comunicação. Por último, o eng. Mário Savelli propôs que se retorne à forma da leitura das Efemérides nacionais e paulistas no início das sessões. Essa recomendação foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela lavrada esta ata que, aprovada, leva as assinaturas do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 11 DE MARÇO DE 1981

Aos onze dias de março de 1981, nesta cidade de São Paulo, no salão nobre da sede da entidade, às dezoito horas, reuniu-se, em sessão ordinária, o Instituto Histórico e Geográfico, com a presença dos seguintes sócios: José Pedro Leite Cordeiro, Brasil Bandecchi, Lycurgo de Castro Santos Filho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Mário Savelli, Geraldo Sesso Jr. Honório de

Sylos, Joaquim de Lima Fernandes Moreira, Pedro Ferraz do Amaral, Rudolf Robert Hinner, Raul de Andrade e Silva, Tsunezo Sato, J. Andrade, Délio F. Santos, Arrison de Sousa Ferraz, Antônio Barbosa Lima, Roberto M. Carvalho, João Gabriel Sant'Ana, Paulo Romano, Eduardo Vilhena de Moraes, Pe. Hélio Abranches Viotti, Alberto Prado Guimarães e Rui Calazans de Araújo. Na ausência do titular, o Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, convocou como 1.º secretário "ad-hoc" o Cel. Adauto Fernandes de Andrade. Após reverenciar a memória do ilustre historiador Aluísio de Almeida — Monsenhor Luís Castanho de Almeida, recentemente falecido, em Sorocaba, o Presidente convidou os presentes para a sessão solene comemorativa do Centenário de nascimento de Antônio Batista Pereira, a 19 do corrente, da qual será orador o Prof. Raul de Andrade e Silva. A seguir, para apresentação do n.º 100 de "Notícia Bibliográfica e Histórica e da obra "Non ducor, duco" de autoria de Afonso E. Taunay, ambas editadas pelo Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas sob a orientação douda e infatigável do Prof. Odilon Nogueira de Mattos, fez uso da palavra, com o costumeiro brilho, o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, que propôs, com unânime aprovação da casa, a inserção em ata de voto de louvor pelo constante e delongado trabalho do Prof. Odilon Nogueira de Mattos, em prol de nossa cultura. Determinou o Presidente que dos elogios proferidos na tribuna à profícua atuação fosse dado, por ofício, conhecimento ao Prof. Nogueira de Mattos. Tendo o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho comunicado que em breve será prestada ao Prof. Odilon Nogueira de Mattos, em Campinas uma homenagem pelo seu labor cultural, o Presidente indicou para representar o Instituto no justo preito a seguinte comissão: José Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, Pedro Brasil Bandecchi, Honório de Sylos, Moisés Gicovate e Raul de Andrade e Silva. A seguir, o 1.º Secretário fez a leitura do expediente, no qual deu destaque ao recebimento dos seguintes livros: "Encontro com o passado", de Senervil Baptista Pereira; "Ciranda de Idéias", do Prof. Ulysses Lemos Torres; "Memórias de Sta. Helena de Goiás", de César de Freitas e Silva — recebido por intermédio do consócio Antônio Barbosa Lima e História do Tribunal de Justiça da Paraíba, de Deusdedit Leitão. Todas as remessas foram agradecidas por ofício. O dr. Pedro Brasil Bandecchi fez uso da palavra para, numa magistral síntese, relembrar a ocorrência a sete de abril p.v. do Sesquicentenário da Abdicação do Imperador Pedro I. Sugeriu que, em sessão cultural, seja feita conferência referente ao magno fato histórico, e o Presidente, acolhendo a recomendação, designou o próprio dr. Brasil Bandecchi: para, na sessão de 1.º de abril

próximo, ser o orador dessa comemoração. Como orador inscrito para a sessão, falou o consócio Nélson Martins de Almeida que, com excepcional brilho, desdobrou um fascinante tema: a história de vários logradouros públicos da cidade de São Paulo. A seguir o cel. Arrison de Souza Ferraz proferiu bela e sentida oração de preito à memória do douto Aluísio de Almeida, o magistral relator das tradições sorocabanas. O prof. Gabriel Sant'Ana lembrou a ocorrência neste ano, do Centenário de nascimento do Presidente Júlio Prestes e, com emoção, evocou instantes da exemplar existência do notável estadista, convidando para a missa que, como início das comemorações do evento, será oficiada a 16 do corrente, às 18 hs., na Igreja do Pátio do Colégio. O dr. Roberto Machado de Carvalho mencionou através de magnífico relato biográfico, a próxima ocorrência do Sesquicentenário de Antônio de Queirós Telles, o Visconde de Parnaíba, propondo que o Instituto promova rememoração do fato histórico. O Presidente, acolhendo a proposta, nomeou comissão integrada pelos consócios Roberto Machado de Carvalho, Brasil Bandecchi, Honório de Sylos, Raul de Andrada e Silva e Lycurgo de Castro Santos Filho para a programação do preito, lembrando a possibilidade de iniciativa conjunta com outras entidades culturais. Fez ainda uso da palavra o eng. Alberto Prado Guimarães, para se informar sobre algumas obras planejadas de melhora das condições de acústica e de conforto no auditório nobre, com intervenção esclarecedora do dr. Rui Calazans de Araújo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos registrados nesta ata que, após lida e aprovada, recebeu a assinatura do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1981

A dezenove de março de mil novecentos e oitenta e um, para o fim especial de comemoração do Centenário de nascimento de Antônio Baptista Pereira, que foi membro destacado da entidade, realizou o Instituto Histórico e Geográfico sessão solene no Salão Nobre de sua sede. Às 21 horas, dando início aos trabalhos, o Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, convocou para a mesa as seguintes personalidades: Prof. Lucas Nogueira Garcez, representando os integrantes da Comissão promotora das comemorações do Centenário do grande tribuno e polígrafo, Antônio Baptista Pereira Jr. representando a Exma Família do homenageado, o Dr. Gastão Vidigal Baptista Pereira, representando o Banco Mercantil de São Paulo, o dr. Luiz F. Guarinon, representando o Sr. Secretário de Cultura do Município de São

Paulo, Ministro Alfredo Buzaid, o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente da Academia Paulista de História, dr. Ruy Calazans de Araújo, Dr. Tácito Remi de Macedo van Langendonk, Prof. Antônio Carlos Pacheco e Silva, dep. Antônio Henrique Cunha Bueno, Secretário de Cultura do Estado, dr. Américo Massei Lacombe, dr. Demócrito de Castro e Silva, 2.^o Secretário "ad hoc", e dr. Duílio Crispim Farina, orador.

O Presidente, após mencionar a fato motivador da solenidade e, em nome do Instituto rendeu preito ao autor de o "Diário da Capela", agradeceu ao Banco Mercantil de São Paulo o ter feito generosamente editar, como vínculo de perpetuação dos méritos do grande polígrafo, o livro "Baptista Pereira e São Paulo", um primor bibliográfico distribuído aos presentes. A seguir, para falar dessa ilustre figura reverenciada, deu a palavra ao orador da noite — o Prof. Raul de Andrada e Silva que proferiu magistral oração digo conferência. Cessados os calorosos aplausos que coroaram as palavras do culto e elegante orador, ocupou a tribuna para, em nome da família Baptista Pereira agradecer a homenagem, a Reverendíssima Irmã Ana Maria de Lourdes — no século Lucila Maria Baptista Pereira, — cuja oração, pura e plena de ternura, empolgou e comoveu o auditório. Encerrando a sessão, o Presidente fez novas e justas referências à personalidade lembrada e, após agradecer aos ilustres oradores e numerosas presenças, encerrou os trabalhos registrados nesta ata que, depois de lida e aprovada, recebeu a assinatura do Presidente e Secretário Mário Savelli. Adendo:- o Prof. Lucas Nogueira Garcez, representou, também, o acadêmico Francisco Marins, Presidente da APL — José Pedro Leite Cordeiro, Mário Savelli. do notável estadista, convidando os presentes para a missa que... Por engano, ao transpor a página na transcrição da Ata da sessão de 11 de março, escrevemos o trecho acima daquele documento nesta página. Anulamos, com essa explicação, os dizeres das duas linhas. Mário Savelli Secretário.

ATA DA SESSÃO DE 25 DE MARÇO DE 1981

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e um, no Salão nobre da sede da entidade, à rua Benjamin Constant, 158, em São Paulo, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico com a presença dos seguintes associados: José Pedro Leite Cordeiro, Geraldo Sesso Júnior, Lycurgo de Castro Santos Filho, Raul de Andrada e Silva, Paulo Romano, Arrison de Souza Ferraz, Mário Savelli, Padre Hélio Abranches Viotti, Duílio Crispim Farina, Armandino Seabra, J. Gabriel Sant'Ana, Roberto Machado de Carvalho, Tá-

cita van Langendonck, Roberto Vilhena de Moraes, Paulo Silveira Santos, J. Leandro de Barros Pimentel e Tsuneso Sato.

A seguir digo o Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, dando início aos trabalhos, convocou o consócio Manoel Vitor de Azevedo para a função de 2.º Secretário na ausência do titular. A seguir informou a casa sobre as solenidades que, no próximo mês de maio, serão realizadas em Campinas para comemorar o tombamento de Catedral — templo de altíssima tradição histórica e expressão espiritual além do invaliável valor artístico, sobretudo pelas obras de entalhe em madeira que constituem os altares e os elementos decorativos principais. Comunicou ainda que vários membros do Instituto já se comprometeram comparecer aos atos festivos e que o convite é extensivo a todos os integrantes da entidade. O Secretário Geral, eng. Mário Savelli, fez a leitura das Atas das sessões de 18 de fevereiro, de 11 de março e de 19 de março último, todas aprovadas na íntegra e por unanimidade. No prosseguimento da pauta, falou o consócio Duílio Crispim Farina para propor um voto de júbilo e encômio ao Condephaat — órgão da Secretaria de Cultura do Estado — pelo tombamento dos prédios das Cadeiras Básicas da Faculdade de Medicina da USP e do Instituto Oscar Freire, preservando, assim, para a posteridade edifícios onde hauriram ensinamentos, gerações nascentes de futuros profissionais que elevaram a Medicina Brasileira a alto prestígio internacional. A proposta — que incluiu a recomendação do envio de ofícios congratulatórios ao Prof. Mário Ramos de Oliveira, Diretor da Faculdade de Medicina da USP, e ao Prof. Carlos da Silva Lacaz, ex-Diretor da mesma Faculdade e preconizador do ato que incorpora de forma definitiva ao nosso patrimônio cultural os prédios do renomado centro de ensino superior. A Presidência da Mesa, considerando que o Dr. Duílio Crispim Farina, com sua atividade profícua e persistente, foi um dos artífices maiores da grande conquista cultural, determinou que os encômios fossem extensivos ao nosso douto confrade. Essa decisão plena de justiça recebeu caloroso apoio de todo o plenário.

A seguir, o Com. Joaquim Fernandes Moreira, após relembrar o transcurso do Centenário de aquisição, graças à generosidade do casal Antônio Pinto do Rego Freitas e de Rafael Tobias de Aguiar, Pais de Barros (2.º Barão de Piracicaba) das 10.000 braças quadradas de terreno onde foram erguidos os edifícios que constituem a majestosa instalação hospitalar da Santa Casa de Misericórdia, proferiu, de improviso, uma notável comunicação de alto sentido histórico sobre a trajetória de inestimáveis serviços prestados pelo grande nosocômio, que hoje tem o nosso ilustre confrade como um dos dirigentes mais ativos e destacados. Aos informes relacionados com a vultosa realização

paulistana, com opulência de dados e escorreitas palavras, o Comendador Fernandes Moreira aduziu um relato da trajetória benemerente das Santas Casas, citando-as como obra de origem marcadamente lusitana criada que foi a primeira das Misericórdias nos fins do século XV por D. Leonor de Lencastre, viúva do rei D. João II. O Presidente agradeceu a exposição magistral, recomendando ao orador transmudá-la numa obra escrita que constituirá precioso preito histórico relembrador à posteridade da empolgante gesta do bem que é a longa vida do asilo de enfermos maior de São Paulo. O Dr. Duílio Crispim Farina — Mestre da História da Medicina — aduziu brilhantes comentários e dados à exposição magnífica do Comendador Fernandes Moreira.

Passou-se, a seguir, ao exame de propostas de novos membros da entidade, com o julgamento, em Primeira Discussão, das referentes aos seguintes candidatos:

Para sócio Correspondente: Tarcísio Antônio da Costa.

Taborda — aprovada por unanimidade — 20 votos;

Sócio Titular — Antônio de Arruda Camargo — 17 votos a favor e 3 contra;

Sócio Honorário Emílio Ippolito — 19 votos a favor e 1 contra.

Concluída a votação, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos relatados nesta Ata que, lida e aprovada, recebe a assinatura do Presidente e 2 Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 1.º DE ABRIL DE 1981

No dia primeiro do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e um, no Salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, com início às 18 horas, realizou-se a sessão ordinária da entidade, com a presença dos seguintes associados: José Pedro Leite Cordeiro, Tácito van Langendonck, Lúcia de Tomasi, Joaquim Fernandes Moreira, Ulysses Lemos Torres, José Leandro de Barros Pimentel; Renato Baez, Mário Savelli, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Odilon Nogueira de Mattos, Raul de Andrada e Silva, Duílio Crispim Farina, Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Vilhena de Moraes, Alberto Prado Guimarães, J. Gabriel Sant'Ana, Paulo Romano, Geraldo Sesso Jr., Myrian Ellis, Pedro Ferraz do Amaral, Roberto Machado de Carvalho, Tsunezo Sato, Pedro Brasil Bandecchi e Mário Hoepfner Dutra.

O Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, dando

início aos trabalhos, convocou para Secretário "ad hoc" ao Prof. João Gabriel Sant'Ana, na ausência do titular. A seguir convidou para integrarem a Mesa ao acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. Presidente em exercício da Academia Paulista de História, ao Des. Mário Hoepfner Dutra, Presidente da Academia Paulista de Direito, ao acadêmico Pedro Ferraz do Amaral, Presidente do Pen Center de São Paulo, e a Profa. Myriam Ellis, representante da Família do Grande historiador Alfredo Ellis Jr. Comunicou o Presidente a posse do novo membro Titular do Instituto, o Dr. Douglas Michelany, e para introduzi-lo no recinto indicou os consócios Prof. Myriam Ellis, Lycurgo de Castro Santos Filho e Brasil Bandecchi. Após a entrega do Diploma e imposição do Colar ao novo integrante da entidade e a leitura por este do compromisso de posse, usou da palavra o Dr. Duílio Crispim Farina, orador oficial, que em magistral oração, plena de evocações da nobre figura do projenitor do recipiendário e citação dos méritos do novo confrade, saudou a este em nome do Instituto. A seguir, o novo membro de casa proferiu vibrante e douto discurso de agradecimento ao sodalício pela recepção em seu ambiente de estudo e culta convivência e de rememorações da nobre vida de seu Patrono: o Prof. Alfredo Ellis Jr. Encerrando a reunião, o Presidente agradeceu aos presentes e de forma especial aos oradores e externou o júbilo do Instituto ao acolher a figura exponencial de nossa cultura que é o Dr. Douglas Michelany. Dos trabalhos foi feita completa menção nesta Ata que, após lida e aprovada, recebe a assinatura do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 22 DE ABRIL DE 1981

No dia vinte e dois de abril de 1981 (mil novecentos e oitenta e um), nesta cidade, no salão nobre da sede da entidade, as dezoito horas, reuniu-se, em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos seguintes sócios: José Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, Geraldo Sesso Jr, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Paulo Romano, Arrison de Sousa Ferraz, Mário Savelli, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Alfredo João Rabaçal, J. Gabriel Sant'Ana, Roberto Machado de Carvalho, Pedro Ferraz do Amaral, Duílio Crispim Farina, Douglas Michelany, Marília Antunes Alves, Manoel Victor, Honório de Sylós, Pedro Brasil, Bandecchi, José Leandro de Barros Pimentel e Paulo Bomfim. Dando início à reunião, o Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro deu a palavra ao Sr. Lycurgo de Castro Santos Filho que

propôs a inserção na Ata de um voto de pesar pelo falecimento, em Campinas, do dr. Francisco José Monteiro Salles, um dos altos valores da Medicina Brasileira, filho do Dep. Dagoberto Salles e sobrinho-neto do Presidente Campos Salles. O extinto, além do exemplo de seus altos méritos profissionais, legou dois notáveis trabalhos biográficos sobre Thomaz Alves e Joaquim Correa de Mello, grandes expressões da Medicina da Farmácia e da Botânica brasileiras. A recomendação recebeu unânime apoio do plenário. O Dr. Duílio Crispim Farina, citando, com encômio o nome de todos os magníficos oradores que participaram da Semana de História da Faculdade de Direito — realizada de 6 a 10 do mês de abril, ressaltou a atuação do Dr. Pedro Brasil Bandecchi, o artífice maior da notável iniciativa cultural. Mencionou ainda a comemoração do Centenário do Ministro Laudo de Camargo antecipando o elogio a oração que, no Instituto dos Advogados, seria — com o brilho de sempre, por certo — proferida pelo Dr. Pedro Brasil Bandecchi. O Presidente deu conhecimento à casa do honroso convite formulado ao Dr. Duílio Crispim Farina para organizar na Faculdade de Medicina da USP uma série de palestras referentes à História da douta Casa de Arnaldo, nos moldes da realizada na tradicional Faculdade das Arcadas por inspiração do Dr. Brasil Bandecchi. O Dr. Duílio Crispim Farina lembrou a ocorrência, a 4 de novembro próximo, de 140 anos do nascimento do Presidente Prudente José de Moraes Barros e informou do convite que lhe foi formulado para, na cidade de Piracicaba, falar sobre o Primeiro Presidente Civil da República quando das justas comemorações da efeméride. O Presidente congratulou-se com o orador pelo honroso e justo convite. Pelo eng. Mário Savelli foram apresentados votos de pesar pelo falecimento do Dr. Aureliano Cândido do Amaral, irmão do consócio Alvaro Amaral e da esposa do consócio Desembargador Mário Hoepfner Dutra.

Ambas as propostas tiveram aprovação unânime. O Dr. Brasil Bandecchi mencionou a ocorrência a 12 de setembro p.v. do Sesquicentenário do nascimento de Manuel Antônio Alvares de Azevedo e recomendou que se oficie à Prefeitura Municipal solicitando que seja recolocado na Praça da República o busto do autor imortal de “Lira dos Vinte Anos”. Lembrou, ainda, que se faça solicitação análoga com referência à estátua do Regente Feijó retirada, para a efetuação de obras viárias, do antigo Largo da Liberdade e não mais construída. O dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, ao render preito à memória de D. Maria Antonieta Altenfelder e Silva, recentemente falecida, evocou a obra de seu Progenitor — o Dr. Bento de Abreu Sampaio Vital — para o progresso de São Paulo.

Passou-se, a seguir, ao exame e votação de propostas de novos membros da entidade, com estes resultados:

Em segunda votação.

Antônio de Arruda Camargo — Membro Titular — 16 votos a favor e 1 contra;

Dr. Emilio Ippolito — Sócio Honorário — 17 votos a favor e 1 contra.

Prof. Tarcísio Antônio Costa Taborda — Correspondente Nacional — 18 votos a favor e um contra, digo 0 contra.

Em primeira discussão:

Dr. Alfredo Cecilio Lopes — Sócio Honorário — 18 votos a favor e 0 contra.

Dr. Francisco Klors Werneck — Correspondente Nacional — 17 votos a favor e 1 contra.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e relatado o ocorrido nesta Ata que, após lida e aprovada, recebe a assinatura do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 6 DE MAIO DE 1981

Aos 6 dias do mês de maio de 1981 (mil novecentos e oitenta e um), no salão nobre da sede, à rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico com a presença dos seguintes associados: José Pedro Leite Cordeiro, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Honório de Sylos, Mário Savelli, Geraldo Sesso Jr., Tácito van Langendonck, Aduino F. de Andrade, Lycurgo de Castro Santos Filho, Duílio Crispim Farina, Arrison de Souza Ferraz, José da Veiga Oliveira, Paulo Romano, Odilon da Costa Manso, J. Pereira, Douglas Michelany, Isaac Grinberg, José Gonçalves Salgado, João Gabriel Santana, Demócrito de Castro e Silva, Roberto M. de Carvalho, Mário Mazzuia, Henrique Alves e Eduardo Vilhena de Moraes.

O Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, dando início aos trabalhos, na ausência do titular, convida para Secretário "ad hoc" o Cel. Aduino Fernandes de Andrade. A seguir convidou para constituírem a mesa condutora dos trabalhos, ao Dr. José Roberto de Vasconcelos, MM. Juiz de Direito de São José do Rio Pardo, ao Dr. Márcio José Lauria, Presidente do Centro Euclidianista de São José do Rio Pardo, ao Dr. Osvaldo Callotti, Presidente do Centro de Debates Euclides da Cunha de São Paulo, ao Dr. José Aloísio Rodrigues Correa, Diretor da Casa de Euclides da Cunha de S. José do Rio Pardo e representante do Exmo. Sr. Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, ao dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente da Academia Paulista de His-

tória, e desembargador Odilon da Costa Manso. Passando-se à solenidade de posse do novo Sócio Titular Prof. Moisés Gicovate, o Presidente indicou a seguinte Comissão para introduzir o recipiendário no salão nobre: acadêmico Honório de Sylos, desembargador Odilon da Costa Manso e dr. Tácito van Langendonck. Após a leitura do compromisso imposição do Colar e entrega do diploma ao Prof. Gicovate, o Presidente deu a palavra ao Orador Oficial, Dr. Duílio Crispim Farina, que saudando o ilustre confrade, pronunciou discurso magistral de reconhecimento aos muitos méritos do companheiro que se agregou à nossa jornada de culto à Pátria. Cessados os aplausos que coroaram as palavras douradas e belas do Dr. Farina, o Titular empossado proferiu sua notável oração inaugural, externando seu júbilo em ingressar no sodalício e evocando, através de magnífico estudo biográfico, a figura exponencial e apolínea de seu patrono: Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. Calorosas e merecidas palmas coroaram a memorável oração. A seguir, o eng. Mário Savelli convidou os presentes para a homenagem que no dia 8 será prestada na Igreja do Pátio do Colégio, à Sua Eminência Reverendíssima D. Agnelo Rossi, Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos e ex-Arcebispo Paolopolitano, que se encontra no Brasil para comemoração de seu jubileu de Prata Episcopal. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e, relatando o ocorrido, lavrou-se esta ata que, após aprovada, é assinada pelo Presidente e dois Secretários. Em tempo, o Dr. Márcio José Lauria fez uso da palavra para, de forma brilhante, saudar o Prof. Gicovate em nome dos Euclidianos de São José do Rio Pardo. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE MAIO DE 1981

Aos 20 dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e um, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se em sessão ordinária a entidade com a presença dos seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro, Divaldo Gaspar de Freitas, Raul de Andrada e Silva, Lycurgo de Castro Santos Filho, José Alves Palma, Tácito van Langendonck, Geraldo Sesso Jr., Duílio Crispim Farina, Paulo Romano, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Luís Wanderley Torres, Marília Antunes Alves, Moisés Gicovate, Roberto Machado de Carvalho, Adauto Fernandes de Andrade, Alberto Prado Guimarães e Mário Savelli.

Dando início à reunião, o Presidente convocou para Secretário "ad-hoc" o Cel. Adauto Fernandes de Andrade. O Presiden-

te externa o júbilo da entidade pela presença no Brasil, para comemorar seu jubileu de Prata Episcopal, do consócio Cardeal D. Agnelo Rossi, Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos e ex-Arcebispo Paolopolitano. A seguir, o Secretário fez a leitura das Atas das Sessões de 1.º e 22 de abril p.p., aprovadas por unanimidade, após a inclusão, na do dia 22, de um adendo proposto pelo Prof. Moisés Gicovate atinentemente a um dos oradores da sessão. Após relatar o expediente, o Secretário, eng. Mário Savelli, propôs um voto congratulatório à consócia Maria Amélia Botelho de Souza Aranha pela magnífica exposição de pinturas que de 4 a 25 do mês em curso está efetuando na Galeria Pública da Secretaria de Cultura do Estado. Passa-se no prosseguimento dos trabalhos ao exame, em segunda votação, das propostas para ingresso de dois novos membros do sodalício, com os seguintes resultados:

Dr. Alfredo Cecílio Lopes — Honorário — 15 votos a favor e 0 contra;

Dr. Francisco Klars Werneck — Correspondente Nacional — 14 votos a favor e 1 contra.

O Presidente proclamou eleitos os dois candidatos. A seguir pede a palavra o Dr. José Benedito Silveira Peixoto para recomendar, fossem postas em primeira votação as propostas dos candidatos Samuel Nobrega Siqueira, Correspondente Nacional e Durval Brito Cardoso, Titular. Essa sugestão gerou debate de natureza interpretativa de determinações estatutárias e regimentais do qual participaram, com brilhante argumentação, o Dr. Silveira Peixoto, o Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, o Dr. Duílio Crispim Farina, o eng. Alberto Prado Guimarães e o Dr. Tácito van Langendonck. Após apresentadas amplamente as opiniões de todos os interessados no exame do assunto e esclarecimentos oferecidos pelo Presidente chegou-se à conclusão que recebeu o apoio unânime do Plenário: a de, atentos à determinação do Regimento, serem colocados no quadro de comunicações da sede social os nomes dos dois ilustres candidatos, para que dentro do prazo estatutário, sejam as propostas correspondentes examinadas pelos associados que desejem fazê-lo, e na sessão administrativa do mês de junho próximo, apresentadas ao Plenário para a primeira discussão e consequente votação. Foi concedida a palavra ao eng. Alberto Prado Guimarães para render preito à memória do eng. Mariano Wendell, cujos despojos serão no dia 23 de maio trasladados para o Mausoléu dos participantes do Movimento Constitucionalista no Ibirapuera. Na sua oração, vibrante e plena de civismo, o eng. Prado Guimarães rememorou a decisiva ação de Mariano Wendell no empolgante apoio industrial à luta pela Lei, heroicamente enfrentada por São Paulo, durante três meses. Calorosas palmas saudaram

as memoráveis palavras de Prado Guimarães. Por último falou o Dr. Duílio Crispim Farina, para informar do intenso trabalho de preservação da memória histórica do Brasil — e de forma especial da Medicina Brasileira — mediante a coleta de documentos e publicações de natureza cultural realizados pela Faculdade de Medicina digo Associação Paulista de Medicina, mencionando a permuta da Revista do Instituto com as da Associação, que vem solicitando o envio de obras. Agradeceu as generosas e valiosíssimas ofertas de livros feitas com tal propósito pelos acadêmicos José Pedro Leite Cordeiro e Lycurgo de Castro Santos Filho. Propôs ainda, com apoio unânime da casa, que o Instituto envie ofício ao Prof. João Carvalhal Ribas, Sócio Honorário da entidade, pela brilhante conquista da Cátedra de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP. Por fim, ofereceu à Biblioteca do Instituto, após discorrer sobre os méritos da obra, o livro “Juliano Moreira” de autoria de Alexandre Passo. O Presidente, após agradecer aos dois ocupantes da tribuna, deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 3 DE JUNHO DE 1981

Aos três de junho do ano de mil novecentos e oitenta e um, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico, à rua Benjamin Constant, 158, as dezoito horas, reuniu-se em sessão ordinária a entidade com a presença dos seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro, Célio Debes, Tácito van Langendonck, Geraldo Sesso Jr., Mário Savelli; Celso Maria de Mello Pupo, Vinício Stein Campos, Tsunezo Sato, Odilon Nogueira de Mattos, Roberto Machado de Campos, Cel. Adauto Fernandes de Andrade, Cel. Arrison de Souza Ferraz, José Gonçalves Salvador, Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Honório de Sylos, Moisés Gicovate, Alvaro do Amaral, Raul de Andrada e Silva, J. Gabriel Sant’Ana, Paulo Bomfim e Paulo Silveira Santos. Dando início aos trabalhos, o Presidente, acadêmico Pedro de Oliveira Ribeiro digo José Pedro Leite Cordeiro, comunicou a posse do novo Sócio Titular, o jornalista Antônio de Arruda Camargo, nomeando para introduzi-lo no Plenário comissão constituída pelos consócios Odilon Nogueira de Mattos, Cel. Arrison de Souza Ferraz e Cel. Heliodoro da Rocha Marques. Após a leitura do compromisso e a entrega do diploma ao ilustre recipiendário, fez uso da palavra o Orador Oficial, Dr. Duílio Crispim Farina que, em magistral oração, saudou o novel integrante em nome da entidade. A seguir, em bela evocação da figura de seu Patrono, o Padre Manuel

de Paiva, falou o jornalista Arruda Camargo, que, ao concluir suas douradas palavras, agradeceu a honra de ingressar na nossa casa que cultua a tradição e a História de nossa Pátria. O eng. Mário Savelli transmitiu aos presentes convites para as comemorações do dia de Anchieta, com a colocação da imagem do Apóstolo do Brasil no altarmór da igreja do Pátio do Colégio, no dia 9 de junho, data do falecimento, há trezentos e oitenta e quatro anos, do grande catequista. A seguir, para proferir memorável palestra sobre a ática figura de Alcântara Machado — com o sub-título “Paulista sou há quatrocentos anos”, ocupou a tribuna o ilustre consócio Mário Pires. As palavras do orador, que se caracterizaram como uma glorificação dos paulistas digo labor paulista em benefício da Pátria comum, foram coroadas pelo numeroso auditório com calorosos aplausos. O presidente, após tecer encômios à oração de Mário Pires, procedeu à entrega da Medalha Alexandre de Gusmão ao consócio Geraldo Sesso Jr. e do Colar Pedro I ao Cel. Adauto Fernandes de Andrade, Membro Titular do Instituto. Saudando, com a eloquência de sempre, aos laureados, falou o Orador Oficial, Dr. Duílio Crispim Farina. Em nome dos agraciados fez uso da palavra, com propriedade e erudição, o bel. Adauto Fernandes de Andrade. Por último, falou a Profa. Maria do Carmo Godoy Ramos, dirigente do Movimento de Arregimentação Feminina, para relatar o programa da 14.^a Semana de Anchieta que teve início a 3 do corrente no auditório da Secretaria de Cultura do Estado e prosseguirá até o dia 9, com a solenidade já anunciada pelo eng. Mário Savelli. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual foi lavrada esta Ata que, após lida e aprovada, recebeu a assinatura do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 1981

Aos dezessete dias de junho do ano de mil novecentos e oitenta e um, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se em sessão Ordinária a entidade com a presença dos seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Lycurgo de Castro Santos Filho, Tácito van Langendonck, Álvaro Amaral, Mário Savelli, Geraldo Sesso Jr., Rudolph Hinner, Arrison de Souza Ferraz, J. B. Silveira Peixoto, Bueno de Azevedo Filho, Roberto Machado de Carvalho, Moisés Gicovate, Honório de Sylos, E. Vilhena de Moraes, Alberto Prado Guimarães, Pedro Brasil Bandecchi e Adauto Fernandes de Andrade. Dando início aos trabalhos, o Presidente, na ausência do titular, convoca para a função de Secretário “ad-hoc” ao Cel. Adauto Fernandes de Andrade.

A seguir, o Presidente propõe a inscrição na Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Antônio Bernardes de Oliveira e faz o elogio do notável mestre da Medicina e do cidadão que, a par de perfeito gentil-homem, foi exemplo alto de civismo. A seguir, deu a palavra ao Dr. Duílio Crispim Farina para externar o sentir do Instituto pelo desaparecimento do Prof. Bernardes de Oliveira. O Orador Oficial, em magistral improviso, remonta toda a luminosa trajetória profissional do extinto desde a formatura, em 1926, pela Faculdade de Medicina hoje integrada na magnífica Universidade de São Paulo. Com a aprovação unânime do voto proposto, o Presidente determina o envio de condolência à ilustre Família enlutada. Após referir-se à próxima conferência que será proferida neste Instituto pelo acadêmico Honório de Sylos sobre a figura imortal de Euclides da Cunha, o Presidente comunicou a determinação de recolocar neste Auditório Nobre a placa de bronze, rememorada da leitura, na antiga séde da entidade a 5 de fevereiro de 1898, pelo grande polígrafo, dos originais de excerto de "Os Sertões" referente à geologia da região baiana. O eng. Mário Savelli propõe a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Brigadeiro Eduardo Gomes, criador do Correio Aéreo Nacional e, por duas vezes candidato à Presidência da República. O Dr. Duílio Crispim Farina ofereceu à Biblioteca Affonso D'Escragnole Taunay um exemplar de seu mais recente trabalho: Medicina no Planalto de Piratininga. Após tecer encômios ao livro que vem integrar a vultosa e valiosa obra do Dr. Farina — obra que projeta o notável profissional como expoente da História da Medicina — o Presidente agradeceu a doação ao ilustre autor. O consócio Moisés Gicovate fez preciosa oferta à Biblioteca: um exemplar da 1.^a edição (1900) do livro "Minha Formação" de Joaquim Nabuco, Patrono do doador.

O eng. Alberto Prado Guimarães fez uso da palavra para discordar das obras que, baseadas em projeto recentemente premiado em concorrência de âmbito nacional, é proposito da Prefeitura da Capital iniciar ampla reurbanização do vale do Anhangabaú. Afirmou o eng. Prado Guimarães que o plano apresentado desfigura o mais belo e, sobretudo o mais expressivo dos logradouros paulistanos no que remanesce da nobre concepção do notável arquiteto Bouvard, que a convite do primeiro Prefeito de São Paulo o infatigável Conselheiro Antônio Prado — elaborou o projeto, cuja concretização em obra dar-se-ia na proficiente administração de Raymundo Duprat. Em apoio às veementes palavras do eng. Prado Guimarães, falou o eng. Mário Savelli, informando que a Sociedade "Amigos da Cidade" — Sodalício que, há doze anos, preside — propõe-se liderar um movimento intendendo evitar a realização das obras em projeto, destruidora do tradicional Parque Anhangabaú e, em rápidas palavras, apresen-

tou uma síntese do evoluer da Cidade de São Paulo neste século transmutando-se na maior das metrópoles austrais. Ante a significação do assunto, o Presidente determinou ao 1.º Secretário que convoque as Comissões de História da Engenharia e da História de São Paulo para darem parecer no atinente à posição do Instituto em assunto de tanta importância para nossa Capital.

A seguir, de acordo com o decidido na sessão de 20 de maio pp. passou-se ao exame e primeira votação das propostas de dois novos membros, com o seguinte resultado.

Durval Breda Cardoso — Titular — 12 votos a favor e 2 contra.

Samuel Nobrega da Siqueira — Correspondente Nacional — 13 votos a favor e 1 contra.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi lavrada esta Ata que, após lida e aprovada, recebeu a assinatura do Presidente e dos Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 1.º DE JULHO DE 1981

No primeiro dia de julho do ano de mil novecentos e oitenta e um, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico Pedro Brasil Bandecchi, com início às 18,00 horas, reuniu-se em sessão ordinária o plenário da entidade, com a presença dos seguintes associados: Pedro Brasil Bandecchi, Mário Savelli, Lycurgo de Castro Santos Filho, Geraldo Sesso Jr. Tácito van Langendonck, J. Gabriel Sant'Ana, Alberto Prado Guimarães, Moisés Gicovate, Vinício Stein Campos, Duílio Crispim Farina, Arrison de Souza Ferraz, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, A. C. Pacheco e Silva, J. B. Silveira Peixoto, Isaac Grinberg, Roberto Machado de Carvalho, Divaldo Gaspar de Freitas, Paulo Romano, Eduardo Vilhena de Moraes e Nelson de Almeida. Para introduzir no recinto o ilustre recipiendário, o Presidente nomeou comissão constituída pelos consócios Duílio Crispim Farina, Arrison de Souza Ferraz e Roberto Machado de Carvalho, o novo Membro Titular — Prof. Sílvio Maroni — após ler o termo de compromisso e recebido o Colar da instituição, foi saudado em brilhante e doura oração pelo Prof. Vinício Stein Campos — Orador Oficial. Em suas palavras, ao receber uma das altas expressões de nossa Medicina atual, o Prof. Vinício, com muita propriedade, elegância e justiça relembrou as figuras ilustres dos médicos que já ocuparam a Presidência do Instituto: Cesário Mota, Ernesto de Souza Campos e José Pedro Leite Cordeiro. No seu discurso de posse, em magistral improvisado, o Dr.

Sylvio Marone fez o elogio de seu douto Patrono: o Prof. Eduardo Monteiro. A seguir, ocupou a tribuna, para falar sobre a personalidade múltipla de Aloysio de Castro, o Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, Mestre da História da Medicina, possuidor de ampla cultura humanística, escritor elegante e orador fluente, o Dr. Lycurgo de forma perfeita comemorou o Centenário de nascimento do grande médico, polígrafo e esteta. O eng. Mário Freire Filho, através da palavra lúcida do eng. Alberto Prado Guimarães, fez a entrega de dois preciosos documentos ao Instituto: uma carta assinada pelo Dr. Heitor Penteado, na ocasião Presidente do Estado, em exercício, e todo seu Secretariado, transferindo o Governo do Estado ao General Hastimphilo de Moura, ao término da Revolução de 1930 e o livro do ilustre Militar, Comandante das tropas federais sediadas em São Paulo, denominado "Da Primeira à Segunda República" e hoje raridade bibliográfica. O Presidente agradeceu a valiosíssima oferta e, após tecer alguns comentários referentes a monumentos que devem ser recolocados em logradouros públicos de São Paulo — os de Alvares de Azevedo, Padre Diogo Antônio Feijó e Olavo Bilac —, deu por encerrada a reunião da qual lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, recebeu a assinatura do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 15 DE JULHO DE 1981

No dia 15 de julho de 1981 — mil novecentos e oitenta e um —, no Salão nobre da sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com início às 18 horas, sob a presidência do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, reuniu-se, em sessão ordinária, o plenário da entidade, com a presença dos seguintes associados: José Pedro Leite Cordeiro, Pedro Ferraz do Amaral, Vinício Stein Campos, Geraldo Sesso Jr., Lycurgo de Castro Santos Filho, Ulysses Lemos Torres, Celso Maria de Mello Pupo, Antônio Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Antônio de Arruda Camargo, Silveira Peixoto, Tácito van Langendonck, Nivaldo Gaspar de Freitas, Isaac Grinberg, Roberto Machado de Carvalho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Mário Savelli, Honório de Sylos, Mello Migliorini, Moisés Gicovate, Adriano Campanhole e Antônio Barbosa Lima. Dando início aos trabalhos, o Presidente indica para secretário "ad-hoc" o dr. Luiz Wanderley Torres. A seguir, o 1.º Secretário faz a leitura das atas das reuniões de 16 de junho e 1.º de julho, aprovadas, sem emendas, por unanimidade. Ainda o 1.º Secretário faz a leitura do expediente do mês. Prosseguindo na pauta, o Presidente após fazer o elogio do Príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança,

propos a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre herdeiro presuntivo da Côroa, lembrando os altos méritos artísticos — como pintor — do nobre desaparecido. O eng. Mário Savelli comunicou a instalação, na Galeria da Secretaria de Cultura do Estado, de uma exposição de aquarelas do Príncipe-artista. O acadêmico Honório de Sylos apresentou indicação para que seja publicado em comemoração do 50.º aniversário do Movimento Constitucionalista de 1932, uma História Geral desse magno evento, devendo a obra ser confiada a historiador de altos méritos, com remuneração condigna, para o que — ante a não disponibilidade de recursos do Instituto — sugere seja feito apelo às Secretarias de Cultura do Estado e do Município da Capital. A proposta foi aprovada sob calorosos aplausos, tendo o Presidente nomeado para tratar da matéria Comissão constituída pelos consócios: Honório de Sylos, José Benedito Silveira Peixoto, Pedro Ferraz do Amaral, Moisés Gicovate e cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques. Na 26.ª ausência do titular, o Presidente convocou para as funções de 2.º Secretário “ad-hoc” o Dr. Luiz Wanderley Torres. O 1.º Secretário fez a leitura das atas das sessões de 17 de junho e 1.º de julho, aprovadas por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o Presidente, após fazer o elogio do Príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, herdeiro presuntivo do trono brasileiro, propôs a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do ilustre titular, lembrando os altos méritos artísticos — como pintor — do nobre desaparecido. O eng. Mário Savelli comunicou a instalação, na Galeria de Secretaria de Cultura do Estado, de uma exposição de aquarelas do Príncipe-artista. O acadêmico Honório de Sylos apresentou indicação (apresentou indicação) para que seja publicada em comemoração do 50.º aniversário do Movimento Constitucionalista de 1932, uma História Geral desse fato de tanto relevo para os destinos da nacionalidade, confiando-se a obra a historiador de renome com remuneração condizente com a importância do trabalho para o que sugere seja feito apelo à Secretaria da Cultura do Estado. A proposta foi aprovada por unanimidade recebendo calorosos aplausos e para tratar do assunto — *Nota* — Por lamentável equívoco, o 1.º Secretário transcreveu a partir da 26.ª linha da fl 131 pela segunda vez o texto da ata. Apresentada, com solicitação de escusas, esta explanação, fica anulada essa parte lançada em duplicidade. O consócio Roberto Machado de Carvalho, referindo-se ao Sesquicentenário do Visconde de Parnaíba (Antônio Queirós Telles) — o grande incentivador do fluxo imigratório atlântico-mediterrâneo e do surto ferroviário paulista —, anunciou o programa organizado para a comemoração da ocorrência, constituído de conferências a serem pronunciadas por ele (Roberto Machado

de Carvalho) em Jundiaí — cidade natal do evocado, a 19 de julho, no Auditório nobre deste Instituto a 5 de agosto, pelo acadêmico Honório de Sylos, em Jundiaí, a 17 de julho, e pelo Prof. Odilon Nogueira de Mattos em Itu e Campinas. Com a realização dessas conferências, considera cumprido o programa elaborado pela Comissão que, sob sua Presidência, foi constituída neste Instituto para rememorar o século e meio do nascimento do ilustre paulista. O Prof. Vinício Stein Campos propõe a inserção na Ata de um voto congratulatório pela ocorrência, a 10 de julho, de 149 anos da criação do Município de Capivari, mencionando os preparativos para a comemoração, no próximo ano, do Sesquicentenário da autonomia executiva da comuna de Amadeu Amaral e Rodrigues de Abreu. A proposta foi aprovada por unanimidade, motivando calorosos aplausos. O Prof. Vinício fez referência ao celere desenvolvimento de sua cidade, que chega a ameaçar a memória histórica do antigo burgo do cônego Oliveira Bueno, mencionando o desaparecimento da morada de Cesário Motta, que foi o primeiro Presidente de nosso Instituto, e ameaça que grava sobre o prédio do colégio que pertenceu a Júlio Ribeiro. Sugeriu que o Instituto se manifeste, solicitando a preservação dos imóveis que se inscreveram em nosso patrimônio histórico e cultural. Passando-se à parte da reunião destinada ao exame de proposta de novos membros da entidade e subsequente votação, o 1.º Vice-Presidente acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, propôs uma alteração na forma de coleta dos votos a fim de propiciar ainda maior sigilo. Após amplo debate sobre o assunto, o Presidente nomeou, para acurado estudo e apresentação de parecer orientador ao Plenário, uma Comissão constituída pelos sócios Lycurgo de Castro Santos Filho, José Benedito Silveira Peixoto e Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques.

Para primeira discussão foram apresentadas duas propostas de sócios, que receberam a seguinte votação:

Wanderley dos Santos — Titular — votos favoráveis — 17; votos contra 2,

José Augusto Vaz Valente — votos favoráveis — 18; votos contra 1.

Duas propostas para segunda votação apresentaram estes resultados:

Samuel Nobrega da Siqueira — Correspondente Nacional — votos favoráveis — 13, votos contra 6

Durval Breda Cardoso — Titular — votos favoráveis 11; votos contra 8. O Presidente declarou eleitos estes dois candidatos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, recebeu a assina-

tura do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro. ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 5 DE AGOSTO DE 1981

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e um, no salão nobre da sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, as dezoito horas, reuniu-se, em sessão ordinária, o Plenário da entidade com a presença dos seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro, J. Gonçalves Salvador, Raul de Andrada e Silva, Tácito van Langendonck, Luiz Wanderley Torres, Ulysses Lemos Torres, Odilon Nogueira de Mattos, J. B. Silveira Peixoto, Geraldo Sesso Jr. Mário Savelli, Cel. Heliodoro T. da Rocha Marques, J. L. de Barros Pimentel, Honório de Sylos, Vinício Stein Campos, Américo Bologna, Alberto P. Guimarães, Adáuto F. de Andrade, Ariovaldo Correa, Maria A. C. Gillions, Douglas Michalany, Paulo Romano, Mário Massuia, Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado de Carvalho, Délio Freire dos Santos, Eduardo Vilhena de Moraes, Antônio Barbosa Lima e Henrique L. Alves.

Dando início aos trabalhos, o Presidente comunicou que na sessão seria efetuada a entrega da Medalha Alexandre de Gusmão ao Prof. Luís Occhini e do Colar Pedro I.º ao dr. Emanuel von Laurestein Massarani. Conferidas as veneras, o Orador Oficial, Prof. Vinício Stein Campos, saudou, em vibrante oração, os laureados e, em nome destes, usou da palavra o dr. Emanuel V. S. Massane, para externar agradecimentos durante o qual fez notáveis referências à projeção de nosso País no Velho Mundo. O Presidente agradeceu as belas expressões do dr. Massarane, a seguir, solicitou permissão para retirar-se, a fim de atender compromisso inamovível. Assumiu a presidência dos trabalhos o 1.º Vice-Presidente, Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho. O Prof. Vinício Stein Campos mais uma vez usou da palavra para relembrar a ocorrência dos Centenários de nascimento do Conde Silvío Álvares Penteado e do polígrafo Mário Pinto Serva e do Tricentenário da morte de Fernão Dias Pais. Assinalou, também, o transcurso do 25.º aniversário — a 3 de agosto — da criação dos quatro primeiros Museus Históricos e Pedagógicos do Estado: — o Rodrigues Alves, de Guaratinguetá; o Prudente de Moraes, de Piracicaba; o Campos Salles, de Campinas, e o Washington Luís, de Batatais. Concluindo, agradeceu digo relembrou com encômios a decisiva colaboração do Instituto, através do seu Presidente, o acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, para a sobrevivência da notável obra cultural em instante inicial difícil e solicitou, ainda,

à nossa entidade que envie mensagem congratulatória ao consócio Prof. Solón Borges dos Reis, Diretor do Departamento de Educação quando da criação dos citados museus.

O Prof. Antônio D'Ávila justificou, com elegantes expressões, a forçada ausência da Prof.^a Lenisa Fraccaroli à solenidade de entrega do Colar Pedro I ao Dr. Emanuel Massarane. O consócio Dr. Luiz Wanderlei Torres, fez uso da palavra para efetuar a entrega à mesa de cópia de documentos de alto valor, referentes à figura inolvidável do escritor Monteiro Lobato. A seguir, o Presidente passou a palavra ao dr. Roberto Machado de Carvalho para proferir a anunciada conferência comemorativa do Sesqui-centenário de Antônio Queiroz Telles, Barão e Visconde de Paranaíba, o estadista que, com êxito correspondente aos seus excepcionais méritos de empreendedor, foi figura zenital em duas realizações decisivas em prol do desenvolvimento do Estado de São Paulo: a constituição de extensa rede ferroviária e o incremento do fluxo imigratório — sobretudo o atlanto-mediterrâneo — destinado ao amanho da gleba, atividade que teve sua expressão maior na lavoura cafeeira que o douto Enrico Ferri definira como “O milagre do Século XX”. A conferência do dr. Machado de Carvalho, aprofundado trabalho de pesquisa, é opulenta de dados históricos e percucientes considerações coordenadas por escorreita linguagem, suscitou calorosa salva de palmas e constituir-se-á, por certo, em subsídio precioso para os que queiram estudar a figura exponencial do grande judiaense.

Após as magistrais palavras do conferencista da sessão, o dr. J. B. Silveira Peixoto, com veemência, verberou um fato do qual acabara de receber notícia: o da remoção da praça principal de Piracicaba do Monumento ao Soldado Constitucionalista. Após condenar a ocorrência, o dr. Silveira Peixoto solicitou que o Instituto envie mensagem de protesto ao Prefeito de Piracicaba, recomendação que recebeu apoio unânime do Plenário.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se dela esta Ata que, após lida e aprovada, receberá as assinaturas do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1981

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e um, no Salão Nobre da sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, reuniu-se, em sessão ordinária, o plenário da entidade, com a presença dos seguintes associados: José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Celso Maria

de Melo Pupo, Geraldo Sesso Jr., Paulo Romano, Antônio de Arruda Camargo, Adauto F. de Andrade, Moisés Gicovate, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Pedro Ferraz do Amaral, Douglas Michelany, Pedro Brasil Bandecchi, Alberto Prado Guimarães, Eduardo Vilhena de Moraes, Odilon da Costa Manso, Hélio Damante, J. Gabriel Sant'Ana, Délio F. dos Santos, Rudolf Roberto Hinner e Mário Savelli. O eng. Mário Savelli, Secretário, leu as Atas das duas sessões anteriores: de 15 de julho e 5 de agosto —, ambas aprovadas por unanimidade. Lê, a seguir, o expediente do mês. Como devia ausentar-se, para cumprimento de compromisso social inadiável, o Secretário solicitou, por tal fim, licença, antes, porém, apresentou proposta de inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Deodato Ferreira Leite, aprovada por unanimidade. O dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho assume a 1.^a Secretaria, e, para integrar a mesa, o Presidente convida o Cel. Adauto Fernandes de Andrade, para as funções de 1.^o Secretário "ad-hoc". A seguir, passou-se ao exame e votação de propostas de novos membros da entidade. Em segunda votação entraram as propostas referentes aos candidatos Wanderley dos Santos — titular — e José Augusto Vaz Valente. O primeiro — Wanderley dos Santos teve 21 votos favoráveis e 1 contra. No atinente ao segundo — José Augusto Vaz Valente — o Dr. Pedro Brasil Bandecchi, primeiro signatário da proposta, solicitou adiamento na votação, no que foi atendido pelo Plenário. Entraram, a seguir, em primeira discussão mais três propostas, com estes resultados no escrutínio:

João Rabello de Aguiar Vallim — Titular — 20 votos favoráveis e 2 contra;

Israel Dias Novais — Titular — 15 votos favoráveis e 6 contra; Francisco Brasileiro — Titular — 16 votos favoráveis e 4 contra.

Pelo Presidente foi proclamado eleito Sócio Titular o Dr. Wanderley dos Santos.

No prosseguimento dos trabalhos, o consócio Vinício Stein Campos propôs: um voto congratulatório ao Prefeito de Guarulhos pelo propósito de instalação neste ano do Museu Municipal, criado por Lei datada de 1960; envio de mensagem à Dona Conceição Borges Ribeiro Camargo pelo transcurso do 25.^o aniversário do Museu da Basílica de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e representação ao Prefeito da Capital, eng. Reynaldo Emygdio de Barros, solicitando providências no sentido de ser protegido da ação de marginais o local histórico do Monumento da Independência, principalmente as escadas e os corredores subterrâneos conducentes à Capela Imperial. Propôs o orador a vedação desses acessos, para impedir as profanações que ferem nossos foros de Povo civilizado. O Cel. Adauto Fernandes de Andrade apresentou seu testemunho pessoal quanto ao estado

lastimável em que se encontra o Monumento, de contínuo deprimido, como, aliás, todo o Parque do Ipiranga, que se tornou um dos locais mais inseguros da cidade.

O Presidente lembrou as precárias condições do local de culto patriótico quando da realização da Santa Missa oficiada a 7 de setembro do ano passado sob os auspícios do Instituto, tendo considerado providencial o pequeno comparecimento de pessoas na ocasião ante o estado lastimável do ambiente. O dr. Brasil Bandecchi informou que já se entendera com o Senhor Secretário de Cultura do Município, dr. Mário Chamie, no sentido de ser preparada a Capela para a Santa Missa programada para a data da Independência; todavia, sugeriu mais uma averiguação das condições do local e que se comunicasse ao mesmo titular o que informara o Presidente. O Presidente concordando com o proposto pelo Prof. Vinício Stein Campos determinou que as comunicações referentes aos assuntos tratados sejam feitas na forma do costume. O Prof. Moisés Gicovate solicitou um voto de pesar pelo falecimento da escritora Carolina Nabuco e o Comendador Joaquim Fernandes Moreira outro pelo falecimento em trágico acidente, do eng. Luís Gomes Cardim Sangirardi, ambos aprovados por unanimidade.

Nada mais, havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se dela esta Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 2 DE SETEMBRO DE 1981

Aos dois dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e um, no Salão Nobre da Sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, reuniu-se, em sessão Ordinária, o Plenário da entidade com a presença dos seguintes associados: José Pedro Leite Cordeiro, Pedro Brasil Bandecchi, Roberto de Paula Leite, Lycurgo de Castro Santos Filho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Adauto F. de Andrade, Emílio Ippolito, Alberto Prado Guimarães, Vinício Stein Campos, Arrison de Souza Ferraz, Moisés Gicovate, Geraldo Sesso Jr., Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Odilon Nogueira de Mattos, Eduardo Vilhena de Moraes, Paulo Donovan Kigar, Manoel Vitor, Douglas Michelany, Paulo Romano e Roberto Machado de Carvalho.

Dando início aos trabalhos, o Presidente anunciou que será empossado o novo Sócio Honorário dr. Emílio Hipólito, designando para introduzi-lo no recinto os consócios dr. Pedro Brasil Bandecchi e Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques. O recipiendário, após ler o termo de posse, recebeu o Colar — insignia

do Instituto. A seguir, foi entregue ao consócio Cel. Arrison de Souza Ferraz a Medalha Pedro II. Dada a palavra ao Orador Oficial, Prof. Vinício Stein Campos, para saudar o novo Confrade e o laureado com a venera portadora da efígie do Segundo Imperador, o interprete do sentir da casa pronunciou magnífica oração pondo em evidência os méritos das duas personalidades homenageadas. O dr. Emílio Ippolito agradeceu com elegantes expressões a honra do ingresso na entidade e, a seguir, pronunciou magistral elogio ao seu ilustre Patrono: dr. Manoel de Matos Ayres. Ocupou a tribuna, para falar sobre o Sesquicentenário do Hino Nacional, o douto confrade Odilon Nogueira de Mattos, que, de forma escorreita, culta e agradável, abordou, com objetividade o fascinante tema que lhe fora proposto, desde a gênese da vibrante composição de Francisco Manoel da Silva (sem dúvida, das mais expressivas do hinário oficial das nações), com intercalações de notícias sobre aspectos pitorescos do processo de inspiração até o lançamento no pentagrama das notas que constituem empolgante mensagem patriótica de esperanças. O Presidente, após saudar com elegância o novo integrante do sodalício e fazer elogiosas referências à magistral palestra pronunciada pelo Prof. Odilon Nogueira de Mattos, deu por encerrada a sessão, da qual lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 1981

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de 1981 (mil novecentos e oitenta e um), no Salão Nobre da sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, Capital, às 18,00 horas, reuniu-se, em sessão ordinária, o Plenário da entidade, sob a presidência do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, com a presença dos seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro Isaac Grinberg, Tácito van Langendonck, Vinício Stein Campos, Geraldo Sesso Jr., Leandro Barros Pimentel, Alvaro Veiga Coimbra, Paul Donovan Kigar, Silveira Peixoto, Moisés Gicovate, J. Gabriel Sant'Ana, Duílio Crispim Farina, Lycurgo de Castro Santos Filho, Douglas Michelany, Pedro Ferraz do Amaral, Adriano Campanhole, Joaquim Fernandes Moreira, Antônio, digo Emílio Ippolito, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Paulo Romano, Paulo da Silveira Santos, Mário Savelli, Heliodoro Tenório da Rocha Marques. Dando início aos trabalhos, o Presidente rememorou a ocorrência do Sesquicentenário do nascimento de Álvares de Azevedo e do nonagésimo aniversário do falecimento de Caetano de Campos. Comunicou, também, o falecimento do Sócio Correspondente Nacional, Antônio Macha-

do Sant'Ana, propondo a inserção em Ata de um voto de pesar pela infausta ocorrência.

Passou-se, a seguir, ao exame e votação de Propostas para Sócio com os seguintes resultados: 2.^a votação —

João Rabelo de Aguiar Valim — Titular — votos a favor — 16; votos contra — 5;

Israel Dias Novais — Titular —

Votos a favor — 13; votos contra — 7;

Francisco Brasileiro — Titular —

votos a favor — 15; votos contra — 5.

1.^a votação:

Carlos Heitor da Silva Castelo Branco — *Titular*

votos a favor — 19; votos contra — 1

Ruy Fernandes Serrão Assis e Santos — *Honorário*

votos a favor — 18; votos contra — 2

Fausto Pires de Oliveira — *Correspondente Nacional* —

votos a favor — 16; votos contra — 4.

O Presidente declarou eleitos os Srs. João Rabelo de Aguiar Valim — Titular; Israel Dias Novais — Titular — e Francisco Brasileiro — Titular.

Passando-se a examinar a sugestão apresentada pelo acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho de modificação na forma de votação das propostas de sócios, considerada a ausência do membro da Comissão Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, decidiu-se transferir a matéria para uma próxima sessão; todavia, o Presidente deu conhecimento ao Plenário do inteiro teor do Parecer da Comissão. Antes do encerramento dos trabalhos, o consócio José Benedicto Silveira Peixoto proferiu palavras de pesar pelo falecimento do consócio Antônio Machado Sant'Ana, reiterando o pedido de inscrição de um voto de profundo pesar na Ata pelo desaparecimento do ilustre Sócio Correspondente, de Ribeirão Preto.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, lavrando-se dela esta Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 1981.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e um, no Salão Nobre da Sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, Capital, às 18,00 horas, reuniu-se, em sessão ordinária, o Plenário da entidade, sob a presidência do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, com a presença dos seguintes membros José Pedro Leite Cordeiro, José da Veiga Oliveira, Lycurgo de Castro Santos

Filho, Vinício Stein Campos, Mário Savelli, Tácito van Langendonck, Pedro Brasil Bandecchi, Honório de Sylos, Geraldo Sesso Jr., Nelson Martins de Almeida, Douglas Michelany, Ulysses Lemos Torres, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, J. G. Sant'Ana, Antônio de Arruda Camargo, Roberto Machado de Carvalho, Adaauto Fernandes de Andrade, Paulo Pereira dos Reis, Raul de Andrada e Silva, Teodoro de Souza Campos Jr., Antônio D'Ávila, Eduardo Vilhena de Moraes, Manoel Vitor e Mário Pires.

Dando início aos trabalhos, o Presidente convocou para integrarem a Mesa o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente da Academia Paulista de História, o Sr. Deputado Carvalho Sobrinho, o Prof. Antônio D'Ávila, representando a Prof. Lenira Fraccaroli, e o Sr. Santa Paula Neto, representando a Academia de Letras de São Paulo. Após convocar para Secretário "ad-hoc" o Cel. Adaauto Fernandes de Andrade, o Presidente saudou os novos confrades Francisco Brasileiro e João Rabello de Aguiar Vallim, que pela primeira vez compareceram a uma sessão plenária. A seguir, passou-se à solenidade de entrega da Medalha Pedro II ao Prof. Mário Pires e do Colar Pedro I ao Comendador Teodoro de Souza Campos Jr. e ao Prof. Ulysses Lemos Torres. A palavra é dada ao Prof. Vinício Stein Campos, Orador Oficial, para saudar os agraciados, e, por estes, responde, com agradecimentos, o Prof. Ulysses Lemos Torres. Ainda o Prof. Vinício Stein Campos, com o costumeiro brilho, propõe uma homenagem, recebida por unânimes aplausos, ao Prof. J. C. de Ataliba Nogueira pelo transcurso do cinquentenário de ingresso na entidade desse ilustre mestre do Direito. A seguir, o Prof. Ulysses Lemos Torres, em palavras douradas e plenas de emoção, fez o elogio de seu Patrono na Cadeira que, com grandes méritos, ocupa no Instituto: seu Progenitor, o Prof. Álvaro Lemos Torres. Com a palavra, o acadêmico Pedro Brasil Bandecchi oferece aula magistral sobre a figura de Joaquim Gonçalves Ledo, lembrando o transcurso — que se dará a 12 de dezembro p.v. do Segundo Centenário de nascimento desse prócer da hábil e heróica ação conducente à Independência de nossa Pátria. Por último, para proferir notável oração referente à figura de Martinho da Silva Prado, grande artifice do desenvolvimento paulista, ocupou a tribuna o consócio Nelson Martins de Almeida. Esgotada a pauta, o Presidente deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta Ata, que, após lida e aprovada, recebe as assinaturas do Presidente e dois Secretários. José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 14 DE OUTUBRO DE 1981

Aos quatorze dias de outubro do ano de mil novecentos e

oitenta e um, no Salão Nobre da Sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant n.º 158, Capital, às 18,00 horas, reuniu-se, em sessão de caráter administrativo e social, sob a presidência do acadêmico, José Pedro Leite Cordeiro, com a presença dos seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro, Honório de Sylos, Tácito van Langendonck, Ulysses Lemos Torres, Odilon da Costa Manso, Divaldo Gaspar de Freitas, Lycurgo de Castro Santos Filho, Duílio Crispim Farina, Lúcia Falkenberg, Délio Freire dos Santos, Vinício Stein Campos, Alfredo João Rabaul, Roberto Machado de Carvalho, Mário Savelli, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, João Rabello de Aguiar Vallin e Hernani Donato. Por engano no emprego de anotações relacionadas com as atividades associativas, foi mencionada incorretamente a finalidade desta sessão, por esse motivo e com o pedido de desculpas e esclarecimentos do Secretário redator do documento (eng. Mário Savelli) é feita a seguinte emenda: onde se lê... destinada a prestar preito aos membros da entidade falecidos no decorrer do Exercício... “leia-se” de caráter administrativo e social, o Plenário...”. Essa retificação envolve as linhas 7 e 8 do texto.

Dando início à sessão, o Presidente anunciou a posse de novo Membro Titular: o Dr. João Rabello de Aguiar Vallim. Introduzido no recinto pela Comissão indicada pela Presidência, o Recipiendário após ler o termo-compromisso, recebeu o Colar-Insignia do Instituto e foi saudado com belíssimas palavras pelo Orador Oficial. A seguir, o novo Titular pronunciou magistral discurso de posse e de elogio ao seu ilustre Patrono: o General Manoel Rabello. No prosseguimento da pauta, o Presidente fez proceder à primeira discussão e votação da proposta para Membro Titular do nome do historiador José Sebastião Willer. A proposta foi aprovada e a segunda votação dar-se-á no próximo Exercício. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, dela sendo lavrada esta Ata que, depois de lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e dois Secretários, José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

ATA DA SESSÃO DE 21 DE OUTUBRO DE 1982

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e um, no Salão Nobre da Sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, Capital, às 18,00 horas, reuniu-se o Plenário para a sessão destinada a, de acordo com determinação estatutária e tradição afetiva da entidade, render preito aos confrades falecidos no decorrer do Exercício que, com essa sessão, se encerra.

O Presidente após, com expressões repassadas de saudade, re-

ferir-se ao motivo da reunião especial, deu a palavra ao Orador Oficial Prof. Vinício Stein Campos, que (com digo) numa oração plena de emoções relembrou as vidas exemplares das personalidades desaparecidas, as seguintes: Sócio Titular — Lorena Guaraciaba, Manoel Ubaldino de Azevedo e Waldomiro Franco da Silveira. — Sócios Honorários — Geraldo de Rezende Martins, Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança e Luís Caetano Martins. — Sócio Benfeitor — Mário Ottobriní Costa. — Sócio Emérito — Astrogildo Rodrigues de Mello e Sócios Correspondentes Nacionais: — Luiz Castilho de Almeida, Marcos Tito Tamoyo da Silva, Antônio Tavares Pinhão e Antônio Machado Santana.

O Presidente, após aditar mais algumas palavras evocadoras dos confrades extintos, comunicou o recesso anual da entidade e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão da qual participaram os seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, Tácito van Langendonck, José Alves Palma, Sílvio Maroni, Arrison de Souza Ferraz, Moisés Gicovate, Vinício Stein Campos, J. Gabriel Sant'Ana, Mário Savelli, Celso Maria de Mello Pupo, Fausto Ribeiro de Barros, Paulo Romano, José Leandro de Barros Pimentel, Adauto Fernandes de Andrade, Álvaro da Veiga Coimbra, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Roberto Machado de Carvalho, Antônio Barbosa Lima, Manoel Vitor, Antônio de Arruda Camargo, Eduardo Vilhena de Moraes, Duílio C. Farina.

Para registro permanente do ocorrido, foi lavrada esta Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e dois Secretários, leia-se na primeira lauda, 1981 e não 1982, José Pedro Leite Cordeiro, ilegíveis.

RELATÓRIO DA DIRETORIA — EXERCÍCIO DE 1981

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em atenção ao determinado pelo Artigo 16 (letra E) do Estatuto, apresenta aos senhores consócios, o Relatório das Atividades durante o exercício de 1981.

SESSÃO SOLENE DE INÍCIO DO ANO SOCIAL

A sessão solene inaugural das atividades sociais no exercício em que ocorreu o octagésimo sétimo aniversário de fundação do Instituto, realizou-se aos 25 de janeiro na Igreja do Pátio do Colégio, tendo o Presidente, acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, ao agradecer às muitas personalidades presentes, declarado que considerava esse fato prenunciador de êxito nos trabalhos do novo período administrativo pois é iniciado no templo réplica da mais antiga casa de preces da hoje estuante metrópole, erigida no local onde, há 427 anos, Manoel de Paiva oficiou a Santa Missa demarcadora espiritual do começo da trajetória civilizadora que tem como fulcro a primitiva São Paulo de Piratininga.

Dando início aos trabalhos, o Presidente declarou empossados os Diretores eleitos a 1.º de outubro de 1980 para o triênio 81/84 e que, presentes, assinaram o termo de posse.

A seguir fez uso da palavra o Sócio Benfeitor Comendador Joaquim Fernandes Moreira para exposição, precisa e elegante, do significado e características do colar instituído como insígnia de membro da entidade, concepção magnífica do consócio eng. Álvaro da Veiga Coimbra —, usado pela primeira vez nesta reunião solene. Em prosseguimento, o Orador Oficial Prof. Vinício Stein Campos, pronunciou oração alusiva à data, e na qual, após relembrar a marcante atuação cultural e cívica do Instituto nos oitenta e sete anos de existência, teceu considerações sobre o evoluer de São Paulo, o solitário burgo situado junto ao trópico e não distante da orla do planalto de grande destino que, como compensação ao infatigável trabalho de sua impávida gente, se transmutou na maior e mais cosmopolita metrópole subequato-

rial. Mencionou os Oradores Oficiais que, em sua trajetória cultural, ocuparam a tribuna do Instituto.

SESSÃO ADMINISTRATIVA DE ABERTURA DOS TRABALHOS ANUAIS

A 14 de janeiro, na sessão administrativa de abertura do exercício, foram apresentados ao plenário o Relatório e o Balanço da Diretoria relativos ao ano de 1980, aprovados unanimemente.

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Foram realizadas no decorrer do exercício: vinte e uma sessão plenárias, a saber, duas solenes, nove culturais, nove administrativas e uma extraordinária.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE ANTÔNIO BAPTISTA PEREIRA

A 19 de março teve lugar a sessão solene comemorativa do Centenário de Nascimento de Antônio Baptista Pereira, membro destacado da entidade. Para o preito ao ilustre autor do "Diário da Capela", ocupou a tribuna o Prof. Raul de Andrada e Silva que pronunciou conferência sob o título "Presença de Baptista Pereira".

Em nome da família do homenageado, fez uso da palavra a Reverendíssima Irmã Ana Maria de Lourdes — no século Lucila Maria Baptista Pereira — cuja oração, bela e plena de ternura, empolgou e comoveu o numeroso auditório. Ao término da sessão, fez-se o lançamento do livro "Baptista Pereira e São Paulo", editado sob o patrocínio do Banco Mercantil de São Paulo e ofertado aos presente.

QUATRO SOCIAL

No decorrer do Exercício foram eleitos os seguintes novos membros:

Titulares — Antônio de Arruda Camargo, Carlos Heitor da Silva Castello Branco, Douglas Michalany, Durval Breda Cardoso, Francisco Brasileiro, Israel Dias Novaes, João Rabello de Aguiar Vallim, Moisés Gicovate, Wanderley dos Santos.

Honorários — Alfredo Cecílio Lopes, Emílio Ippólito e Rui Fernando Serrão Assis e Santos.

Correspondentes Nacionais — Fausto Pires de Oliveira, Francisco Klörs Werneck, Samuel Nóbrega de Siqueira, e Tarcísio Antônio Costa Taborda.

Tomaram posse e pronunciaram o elogio dos seus respectivos Patronos: Douglas Michalany, Patrono — Alfredo Ellis Jr.; João Rabello de Aguiar Vallim, Patrono — Gen. Manoel Rabello; Moisés Gicovate, Patrono — Joaquim Nabuco; Sílvio Marone, Patrono — Eduardo Monteiro; Ulisses Lemos Torres, Patrono — Álvaro Lemos Torres; Antônio de Arruda Camargo, Patrono — Padre Manoel de Paiva e Emílio Ippolito Patrono — Manoel Mattos Ayres.

COLAR D. PEDRO I

Foram agraciados com a venera as seguintes personalidades: Cel. Adauto Fernandes de Andrade, Dr. Emanuel Von Lauenstein Massarani e Prof. Ulisses Lemos Torres.

MEDALHA D. PEDRO II

Essa láurea foi conferida às seguintes personalidades: Profa. Maria Kadune, Dr. Mário Pires e Cel. Arrison de Souza Ferraz.

MEDALHA ALEXANDRE DE GUSMÃO

Entregue com a solenidade usual ao Sr. Geraldo Sesso Jr. e ao Prof. Luiz Occhini.

REVISTA

Está praticamente concluído o trabalho de impressão do volume 77 da Revista do Instituto. A distribuição dar-se-á nas primeiras semanas de 1982. Foi reunido todo o material que constituirá o n.º 78, a ser distribuído no primeiro semestre do próximo Exercício.

SEDE SOCIAL

No relacionado com a Sede, a preocupação maior durante o período, foi, por muito dispendiosa, a proveniente das exigências da Prefeitura Municipal com relação às medidas de proteção contra incêndio, que se estendem a todos os edifícios comerciais e prédios para residências com mais de seis pisos. As determinações oficiais são mais instantes com relação aos imóveis da Zona Central, e obrigam, preliminarmente, a elaboração, por firmas ou profissionais credenciados, de um relatório que especifique as providências a serem tomadas para atender às rigorosas normas legais de segurança.

À vista da aprovação pela Prefeitura Municipal, já no exercício anterior, do projeto para construção de lage de concreto de

cobertura e alteração no último piso do edificio do Instituto, (trabalhos condicionados à disponibilidade de recursos), a mesma Prefeitura expediu notificação esclarecendo que a obrigatoriedade da apresentação do relatório de vistoria técnica fica transferida até quando (dentro do prazo de validade do alvará para a construção) for solicitado o "habite-se" referente à obra programada. Como medida preparatória no cumprimento da determinação legal, solicitou-se, porém, um parecer do Corpo de Bombeiros, no que a entidade viu-se prontamente atendida pela gloriosa Corporação a qual apresentou um elenco moderado de exigências a serem oportunamente satisfeitas.

Durante o exercício, sob responsabilidade integral do Banco Itamarati — locatário de toda a área não utilizada pelo Instituto no prédio sede —, executaram-se reformas gerais dos dois elevadores do edificio e ambos passaram a funcionar durante os períodos normais de expediente comercial, tendo o Banco Itamarati contratado para esse fim um ascensorista.

SESSÕES PLENÁRIAS

Em sessões plenárias normais, sobretudo nas de caráter cultural (as da primeira quarta-feira de cada mês), além dos discursos regimentais de posse e de outorga de veneras, abordaram-se numerosos temas, mas com predominância dos de natureza histórica, conforme se depreende desta relação limitada aos pronunciamentos que mais evidenciaram a amplitude da atuação do Instituto:

SESSÃO DE 4 DE FEVEREIRO

Vinício Stein Campos, fez comunicação referente a documento que informa de como, ainda no primeiro vintênio do século passado, eram diminutos os conhecimentos da geografia paulista.

Duílio Crispim Farina focalizou as personalidades de Cesário Motta, um dos fundadores do Instituto, e de Aloísio de Castro, lembrando a ocorrência, no decorrer do ano, do centenário de nascimento deste ilustre médico e polígrafo. Relembrou, também, o centenário do nascimento de Thomaz Carlyle.

SESSÃO DE 11 DE MARÇO

Nelson Martins de Almeida falou sobre a História de vários logradouros públicos da cidade de São Paulo e Arrison de Souza Ferraz proferiu oração em homenagem à memória do historiador Aluísio de Almeida. Nessa mesma sessão foi nomeada comissão para elaborar programa de comemoração do Sesquicentenário de Antônio de Queiroz Telles, Visconde de Parnaíba.

SESSÃO DE 25 DE MARÇO

Foi apresentado voto congratulatório com o CONDEPHAAT pelo tombamento dos prédios das Cadeiras Básicas da Faculdade de Medicina da USP e do Instituto Oscar Freire. O Com. Joaquim Fernandes Moreira relembrou o transcurso do centenário de aquisição, pela generosidade de Antônio Pinto Rego Freitas e esposa e de Rafael Tobias de Aguiar Paes de Barros (2.º Barão de Piracicaba), do terreno onde se erigiu a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Fêz magnífico relato histórico da trajetória benemerente das "Santas Casas", remontando à primeira das "Misericórdias", que definiu como "iniciativa marcantemente lusitana", criada, em fins do século XV, por D. Leonor de Lencastre viúva do rei D. João II.

SESSÃO DE 22 DE ABRIL

Duílio Crispim Farina rememorou a ocorrência do centenário do nascimento do Ministro Laudo de Camargo, dos noventa anos da morte de Caetano de Campos e dos cento e quarenta anos do nascimento do Presidente Prudente José de Moraes Barros. Pedro Brasil Bandecchi, relembrou a ocorrência, a 12 de setembro, do sesquicentenário de Alvares de Azevedo, bem como do centenário de João Mendes de Almeida, que se passa este ano.

SESSÃO DE 20 DE MAIO

O eng. Alberto Prado Guimarães rendeu preito à memória do eng. Mariano Wendell — figura exponencial na mobilização do parque industrial paulista nos dias heróicos do Movimento Constitucionalista de 32 — e cujos despojos foram, a 23 do mês, transladados para o Mausoléu do Soldado Constitucionalista no Ibirapuera.

SESSÃO DE 3 DE JUNHO

O consócio Mário Pires proferiu oração evocando a figura de Alcântara Machado, sob o título "Paulista sou há quatrocentos anos".

SESSÃO DE 17 DE JUNHO

O eng. Alberto Prado Guimarães solicitou a adesão do Instituto ao movimento contrário ao plano da Prefeitura Municipal desfigurador do aspecto tradicional ainda perdurante do Vale do Anhangabaú, a bela concepção do arquiteto Bouvard ao tempo

em que exercia, com proficiência, o cargo de Prefeito da Capital o Conselheiro Antônio Prado. O Presidente determinou ao Secretário a convocação das Comissões de História da Engenharia e da História de São Paulo para opinarem sobre o assunto. O sobrestamento na execução da obra fez com que, até o fim do exercício, se adiasse a convocação, que, se necessária, far-se-á, oportunamente.

SESSÃO DE 1.º DE JULHO

O Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho pronunciou notável conferência, rememorando a passagem do centenário de nascimento da figura insigne de Aloísio de Castro.

SESSÃO DE 15 DE JULHO

O acadêmico Honório de Sylos apresentou, com unânime concordância dos presentes, indicação para ser publicada, em comemoração ao aniversário do Movimento Constitucionalista de 1932, uma História Geral do evento, devendo a obra ser confiada a historiador de altos méritos, com remuneração condigna, para o que sugeriu — ante a não disponibilidade de recursos do Instituto — apelar-se às Secretarias de Cultura do Estado e do Município.

O consócio Roberto Machado de Carvalho proferiu oração comemorativa do sesquicentenário de Antônio de Queiroz Telles, Visconde de Parnaíba, estimulador do surto ferroviário e do fluxo imigratório atlântico-mediterrâneo, fatores de influência decisiva no desenvolvimento de São Paulo. Com essa conferência concluiu-se a tarefa confiada à comissão constituída no Instituto para as comemorações da figura do infatigável empreendedor — comemorações que incluíram palestras realizadas pelo Acadêmico Honório de Sylos, em Jundiá, e pelo Prof. Odilon Nogueira de Mattos, em Itú e Campinas.

SESSÃO DE 2 DE SETEMBRO .

O Prof. Odilon Nogueira de Mattos proferiu douda conferência a respeito do Hino Nacional, na passagem do seu sesquicentenário.

SESSÃO DE 7 DE SETEMBRO

O Orador Oficial, Prof. Vinício Stein Campos, propôs homenagem, recebida com calorosos aplausos, pelo transcurso do cinquentenário do ingresso do Acadêmico J. C. Ataliba Nogueira no Instituto, atualmente o mais antigo integrante do Sodalício.

SESSÃO DE 7 DE OUTUBRO

O consócio Acadêmico Pedro Brasil Bandecchi lembrou a figura de Joaquim Gonçalves Lêdo cujo segundo centenário de nascimento ocorrerá a 15 de dezembro — ocasião em que o Sodalício estará em recesso.

O consócio Nelson Martins de Almeida proferiu bela conferência referente à figura de Martinho da Silva Prado.

SESSÃO DE 21 DE OUTUBRO

Esta sessão foi, atendendo às determinações estatutárias, dedicada a homenagem aos consócios desaparecidos no decorrer do exercício. O orador oficial, Prof. Vinício Stein Campos, proferiu sentidas palavras de saudades aos seguintes companheiros falecidos:

- *Sócio Emérito* — Astrogildo Rodrigues de Mello.
- *Sócio Benfeitor* — Mário Ottobri Costa.
- *Sócios Titulares* — Lorena Guaraciaba, Manoel Ubaldino de Azevedo, Waldomiro Franco da Silveira.
- *Sócios Honorários* — Geraldo de Rezende Martins, Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança e Luiz Caetano Martins.
- *Sócios Correspondentes Nacionais* — Luiz Castanho de Almeida, Marcos Tito Tamoyo da Silva, Antônio Tavares Pinhão e Antônio Machado Santana.

CURSO DE GENEALOGIA E HERÁLDICA

Promovido pelo Instituto Genealógico Brasileiro, sob o patrocínio deste Instituto e da Secretaria Municipal de Cultura, realizou-se no período de 30 de outubro a 15 de dezembro, no salão nobre de nossa sede, o 5.º Curso de Genealogia e Heráldica constituído por quinze conferências-aulas, sobre os seguintes temas:

- O Hino Nacional Brasileiro no seu Sesquicentenário — Prof. Odilon Nogueira de Mattos.
- Facetas pouco divulgadas de vidas ilustres — Prof. João Gabriel Sant'Ana.
- Famílias Paranaenses e Paulistas de torna viagem — Com. Joaquim Fernandes Moreira.
- A arte e a técnica dos brasões — Ten. Henrique Carlos Wiederspahn.
- Heráldica de domínio: Elaboração do projeto de brasão e bandeira — Prof. Wallace de Oliveira Guirelli.
- O Conde de Parnaíba: Perfil de um estadista no seu sesquicentenário de nascimento — Prof. Roberto Machado de Carvalho.

- Titulares da Academia do Largo de São Francisco — Acadêmico Pedro Brasil Bandecchi.
- Famílias Paulistas — O Prados e os Chaves — Dr. Alberto Prado Guimarães.
- Origens Paulistas na Genealogia Paranaense — Dr. Vasco José Taborda Ribas.
- Famílias Paulistas do Jaú — Desemb. João Batista de Arruda Sampaio.
- Famílias Paulistas — Os Junqueiras — Desemb. Humberto de Andrade Junqueira.
- A Permanência dos Lemes — Desemb. Odilon da Costa Manso.
- Da legitimidade dos Títulos de Nobreza e Ordens Honoríficas Atuais — Desemb. Antônio Carlos Alves Braga.
- Trezentos Anos de Fernão Dias Paes — Com. Paul Donovan Kigar.

COMISSÃO GERAL DO CINQUENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Nos trabalhos preparatórios da Comissão Geral do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 32, constituída pela Sociedade Veteranos de 32 — MMDC, e oficializada pelo Governo do Estado, e cuja comissão de história é presidida por nosso presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro, o Instituto Histórico e Geográfico organizou o curso preparatório de professores que, por todo o Estado, sob auspícios da Secretaria de Educação, farão preleções aos alunos do ensino primário e secundário, propiciando às novas gerações informes sobre a heróica luta pela lei.

O Instituto indicou os oradores, todos seus integrantes. O temário foi organizado pelo Instituto e abrangeu múltiplos aspectos do grande evento de 32, explanado num ciclo de conferências com numerosa assistência, no auditório do Club Piratininga, de 10 a 12 de novembro de 1981.

Todos os autores das preleções são membros do Sodalício: o Prof. Antônio Carlos Pacheco e Silva, o Desembargador Odilon da Costa Manso, o eng. Mário Savelli, o Prof. Reynaldo Saldanha da Gama, a Profa. Carolina Ribeiro e o Ministro Pedro Rodvalho Marcondes Chaves, os quais, respectivamente, desenvolveram o seguinte temário: “A mobilização da Retaguarda em 32”; “Pródomos de 32”; “A Indústria e a Tecnologia em 32”; “A Campanha Militar em 32”; “A Presença da Mulher em 32” e “O Ideal da Revolução Constitucionalista de 32”.

Ainda, através do trabalho e dedicação do nosso confrade e membro da Diretoria, Dr. Alvaro da Veiga Coimbra, foi elaborada uma bibliografia sobre as obras escritas a respeito do Movimento

de 1932. Teve o Dr. Coimbra a valiosa colaboração de Dna. Conceição Guardaim, bibliotecária de nossa Instituição.

Assinale-se que o confrade Alfredo João Rabaçal desempenhou importante papel em toda essa programação e, através da Secretária Estadual de Educação, fará publicar não apenas as conferências, mas, também, a bibliografia.

Outro de nossos Diretores e confrades, o Sr. Pedro Ferraz do Amaral, baseado na obra do Sr. Paulo Nogueira Filho, em breve, concluirá um resumo sobre o Movimento Constitucionalista de 32.

O Instituto continuará a dar pleno apoio às comemorações durante todo o seu evolver.

DIRETORIA

No decorrer do exercício, solicitaram demissão, por motivos pessoais, o Diretor da Hemeroteca, Prof. Antônio Barreto do Amaral, o 1.º Tesoureiro, Com. Joaquim Fernandes Moreira, bem como o Sr. Pedro Ferraz do Amaral. A todos foram apresentados agradecimentos pelos grandes serviços prestados à entidade. Para interinamente ocupar a Tesouraria foi, na reunião de Diretoria de 2 de dezembro, indicado o eng. Mário Savelli que acumulou essas funções com o cargo de 1.º Secretário. Foi publicado edital na imprensa convocando os sócios para realização de eleições em Assembléia a ser realizada a 6 de janeiro de 1982, destinadas ao preenchimento dos três cargos vagos. As eleições deverão se processar em janeiro de 1982.

CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Já no término do exercício, o Instituto firmou convênio com a Secretaria de Cultura do Estado, em cuja direção se encontra o Deputado Antônio Henrique da Cunha Bueno. Obtivemos uma dotação de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), com vigência para o exercício de 1982, destinada a promoções culturais inscritas nas finalidades do Instituto. Ao recebermos, no próximo exercício, a importância referente a esse convênio, daremos aos membros da entidade informes sobre a aplicação dos recursos obtidos.

DOAÇÕES

O Sr. Torquato Virgílio Dante Ariosto Martire doou um retrato do Imperador Pedro II na mocidade.

O eng. Mário Freire Filho ofereceu original de uma carta do

Dr. Heitor Penteado transferindo o Governo do Estado de São Paulo ao General Hastimphilo de Moura quando do término da Revolução de 1930 e uma obra de alto valor bibliográfico: o livro de autoria do mencionado oficial: "Da Primeira à Segunda República".

ASPECTOS FINANCEIROS

De extrema dificuldade financeira o ano de 1981 foi para a nação, percalço que atingiu todas as atividades e do qual não pode eximir-se nosso Instituto.

No relatório do exercício anterior houve referência à situação que se apresentava preocupante, a ponto de serem adotadas medidas restritivas quanto ao quadro de funcionários — todas tomadas com pleno acatamento das normas legais disciplinadoras das relações trabalhistas e estudadas pela comissão especial para tal fim designada e que consultou reconhecidas autoridades no complexo assunto da legislação previdenciária.

No decorrer do exercício não se dispensou funcionário algum mas os encargos decorrentes da política salarial adotada pelo Governo possivelmente obrigarão em breve futuro, a outras medidas moderadoras de despesas, que deverão se impor como as anteriores — especialmente com relação à dispensa de funcionários — muito a contra-gosto e somente se de todo imprescindíveis.

SUBVENÇÕES

Durante o exercício o Instituto recebeu Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), provenientes de três subvenções, obtidas nos anos de 1979, 1980 e 1981, do Governo Federal, através dos deputados Israel Dias Novaes e Antônio Henrique da Cunha Bueno.

AGRADECIMENTO

Tendo o Sodalício cumprido suas finalidades culturais e atendido às normas administrativas, para o que foram decisivas a cooperação e a confiança com que o prestigiaram seus ilustres componentes, cumpre à Diretoria apresentar a esses colaboradores os testemunhos de gratidão, na certeza de que o novo exercício será portador de todos os êxitos à nobre missão cultural e cívica, objetivo da entidade em todo o decorrer de sua trajetória iniciada no século passado. Isto o faz ao mesmo tempo em que solicita sejam apontadas as falhas e omissões do presente relatório.

QUADRO SOCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 1981 a 1984

PRESIDENTE	José Pedro Leite Cordeiro
1.º VICE-PRESIDENTE	Lycurgo de Castro Santos Filho
2.º VICE-PRESIDENTE	Pedro Brasil Bandecchi
3.º VICE-PRESIDENTE	Heliodoro Tenório da Rocha Marques
1.º SECRETÁRIO	Mário Savelli
2.º SECRETÁRIO	Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
3.º SECRETÁRIO	Geraldo Dutra de Moraes
4.º SECRETÁRIO	Maria Helena Brancante
1.º TESOUREIRO	Joaquim de Lima Fernandes Moreira
2.º TESOUREIRO	Pedro Ferraz do Amaral
1.º ORADOR	Vinício Stein Campos
2.º ORADOR	Duílio Crispim Farina
1.º BIBLIOTECÁRIO	José Leandro de Barros Pimentel
2.º BIBLIOTECÁRIO	Padre Helio Abranches Viotti
HEMEROTECÁRIO	Antônio Barreto do Amaral
DIRETOR DO MUSEU, ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO	Alvaro da Veiga Coimbra

PRESIDENTE HONORÁRIO

Ernesto de Moraes Leme

GRANDES BENEMÉRITOS

Alvaro da Veiga Coimbra	Dom Duarte Leopoldo e Silva
Ernesto de Moraes Leme	Reynaldo Porchat
José Pedro Leite Cordeiro	Dom Bernardo Rodrigues Nogueira
Tito Lívio Ferreira	Francisco Adolfo Varnhagen

PATRONOS

BENEMÉRITOS

Antônio Sylvio Cunha Bueno	Rafael Tobias de Aguiar
Arrisson de Souza Ferraz	João Francisco Lisboa
Carlos Alberto da Costa Nunes	
Eldino da Fonseca Brancante	
Fausto Ribeiro de Barros	

Francisco Teive de Almeida Magalhães	Orville Derby
Joaquim Canuto Mendes de Almeida	Visconde de São Leopoldo
Vinício Stein Campos	Cesário Nazianzeno de Azevedo
	Motta Magalhães Júnior

BENFEITORES

Américo Bologna	Sílvio de Almeida
Benedito de Ulhoa Vieira	Dom Gastão Liberal Pinto
Cantídio Nogueira Sampaio	
Dimas de Melo Pimenta	Bartolomeu Lourenço de Gusmão
Joaquim de Lima Fernandes Moreira	José Carlos de Macedo Soares
José Carlos de Figueiredo Ferraz	
Lúcia de Tomasi	Vital Brasil Mineiro da Campanha
Luiz Morrone	Ettore Ximenes
Mário Ottobri Costa	Antônio Cândido de Camargo
Nelson Marcondes do Amaral	
Paulo Romano	

EMÉRITOS

Alice Piffer Canabrava	
Amadeu Nogueira	Antônio Bento
Antônio Barreto do Amaral	Afonso de Freitas
Antônio Ferreira Cesarino Júnior	
Antônio Soares Amora	
Ari França	
Astrogildo Rodrigues de Mello	
Aziz Nacib Ab'Saber	
Carlos Drummond	Plínio Marques da Silva Ayrosa
Carlos de Meira Mattos	
Carlos Penteado de Rezende	Alexandre Levi
Divaldo Gaspar de Freitas	
Edmundo Zenha	
Eduardo Oliveira França	
Emanuel Soares Veiga Garcia	
Emília da Costa Viotti	
Flamínio Fávero	Ovídio Pires de Campos
Francisco Cimino	Raimundo de Farias
Geraldo Cardoso de Melo	Cacique Piquerobi
Geraldo Dutra de Moraes	Antônio Francisco Lisboa
Henrique Oscar Wiederspahn	Gen. A. Tasso Fragoso
Pe. Hélio Abranches Viotti	Padre Diogo Nunes S. J.
Hélio Damante	Adolfo Augusto Pinto
Hernani Donato	Amadeu Amaral
Honório de Sylos	Júlio Prestes de Albuquerque
Jesus Machado Tambellini	
João Benedito Martins Ramos	
João Fernando de Almeida Prado	
João Nery Guimarães	
Joaquim Alfredo da Fonseca	Duarte Pacheco Pereira
José Benedito Silveira Peixoto	
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho	Pedro Vicente de Azevedo
José Carlos de Ataliba Nogueira	Dom João Batista Corrêa Nery
José Ferreira Carrato	
José Hipólito Trigueirinho	Cel. Antônio Batista da Luz
José Inácio Penteado da Silva Telles	
José de Melo Pimenta	Padre Manoel da Nóbrega

José Ribeiro de Araújo Filho	
Josué de Camargo Mendes	M. G. de Oliveira Roxo
Leonardo Arroyo	Francisco José de Lacerda e Almeida
Lycurgo de Castro Santos Filho	Fernão Dias Paes
Lygia Ferreira Lopes	
Mafalda Piva Zemella	
Manoel Rodrigues Ferreira	Pedro Taques de A. P. Leme
Maria da Conceição Martins Ribeiro ..	
Maria de Lourdes Paula Martins	
Miguel Franchini Netto	
Myriam Ellis	Basilio de Magalhães
Nice Lecoq Muller	José de Freitas Vale
Nicia Vilela Luz	
Nicolau Duarte e Silva	Júlio Mesquita (Pai)
Odilon Nogueira de Mattos	
Olga Pantaleão	
Paulo Barbosa de Campos Filho	
Paulo Lébeis Bomfim	
Paulo Ricardo da Silveira Santos	Joaquim Silveira Santos
Pedro Brasil Bandecchi	Padre José de Anchieta
Pedro Rodovalho Marcondes Chaves ..	Matheus Silva Chaves
Raimundo Alvaro de Menezes	Capistrano de Abreu
Raul de Andrada e Silva	
Rui Calazans de Araújo	Barão do Rio Branco
Sérgio Buarque de Holanda	Otávio Tarquínio de Souza
Solon Borges dos Reis	
Ulisses Guimarães	
Victor Leintz	
Waldemar Baroni Santos	Carlos Von Martius
Waldomiro Franco da Silveira	Luís Gonzaga da Silva Leme

TITULARES

Abgvar Bastos Damasceno	Domingos Antônio Rayol
Adauto Fernandes de Andrade	Pedro Arbues Rodrigues Xavier (Cel.)
Adelino Ricciardi	
Adriano Campanhole	
Dom Agnelo Rossi	Dom Francisco de Campos Barreto
Alberto dos Santos Franco	Alberto I, de Mônaco
Alberto Lemos	Anhanguera II (Bartolomeu Bueno da Silva)
Alberto Prado Guimarães	Dom José Gaspar de Affonseca e Silva
Alcindo Brito	Frei Vicente do Salvador
Alexandre Nelson de Mello	
Alfredo Buzaid	Hélio Vianna
Alfredo João Rabaçal	Gustavo Barroso
Alvaro do Amaral	Duque de Caxias
Ana Maria de Almeida Camargo	Laudo Ferreira Camargo
Antonio de Arruda Camargo	Pe. Manoel de Paiva
Antônio Barbosa Lima	Brenno Ferraz do Amaral
Antônio Benedicto Machado Florence	Locoten Antônio de Oliveira
Antônio De Lorenzo Neto	Bernardo Pereira de Vasconcelos
Antônio Joaquim Alves Motta Sobrinho	
Antônio Rocha Penteado	
Antônio Roberto de Paula Leite	Alberto Salles
Aristides Pilegi	Armando de A. Pereira

Armandino Seabra	Joaquim Pinto de Araújo Cintra (Barão de Campinas)
Augusto Benedito Galvão Bueno Tri- gueirinho	Frei Antônio Santana Galvão
Benedito Lima de Toledo	Bernardo José Maria de Lorena
Benito Serpa	Tiradentes
Biron Gaspar	
Caio Porfírio de Castro Carneiro	João Brígido dos Santos
Carlos Heitor da Silva Castelo Branco	
Carlos da Silva Lacaz	Carlos Chagas
Carlota Pereira de Queirós	Armando de Sales Oliveira
Célio Salomão Debes	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
Celso Maria de Mello Pupo	Frei Antônio de Pádua Teixeira
Cláudio Moreira Bento	
Délio Freire dos Santos	D. Pedro I
Demócrito de Castro e Silva	Epitácio Pessoa
Douglas Michalany	Alfredo Ellis Junior
Duilio Crispim Farina	Diogo Toledo de Lara e Ordonhes
Durval Breda Cardoso	
Durval Sarmento da Rosa Borges	Agenor Couto de Magalhães
Eduardo Vilhena de Moraes	Benedito Calixto
Erasmus de Almeida Magalhães	Arthur Ramos
Flávio de Almeida Prado Galvão	Américo de Campos — O Velho
Francisco Brasileiro	José Castiglioni
Francisco Ferrari Marins	
Gabriel Marques	Monteiro Lobato
Genésio Cândido Pereira Filho	
Geraldo Goulart	Artur Goulart Penteado
Geraldo Sesso Junior	Barão de Ataliba Nogueira
Gilberto Leite de Barros	D. Luiz Antônio de Souza Botelho
	Mourão Morgado de Mateus
	Irineu Evangelista de Souza
Hélio Falchi	Waldemar Martins Ferreira
Heliodoro Tenório da Rocha Marques	Nina Rodrigues
Henrique Losinskas Alves	
Hermes Pio Vieira	
Homero Silveira	José Pedro da Silveira
Isaac Crinberg	
Israel Dias Novaes	
Itamar Bopp	Fabiano Pereira Barreto
James Martin Harvey	Francisco de Assis Carvalho Franco
Jesuino Felicíssimo Júnior	José Bonifácio de Andrada e Silva
João Gabriel Sant'Ana	Carlos da Silveira
João Rabelo de Aguiar Vallim	Manoel Rabello
João Teixeira de Paula	Manoel Borba Gato
Padre José Afonso de Moraes Bueno	
Passos	Conde de Parnaíba
José Aleixo Irmão	Júlio Ribeiro
José Alves Palma	Simão de Vasconcelos
José Castellani	Aureliano Leite
José de Freitas Nobre	Clóvis Bevilacqua
José Gonçalves Salvador	José Francisco da Rocha Pombo
José Geraldo Evangelista	João Dias da Silveira
José Leandro de Barros Pimentel	Paulo Ayres
José Pereira	Guilherme de Almeida
José da Veiga Oliveira	
Judith Mac Knicht Jones	
Lauro Ribeiro Escobar	José Ribeiro Escobar
Leda Maria Pereira Rodrigues	Prudente José de Moraes Barros
Lorena Guaraciaba	Batista Caetano de Almeida Nogueira
Lúcia Piza Figueira de Mello Falken-	

Luciana Pallestrini	Osvaldo Cruz
Luiz Ellmerich	Carlos de Campos
Luiz Wanderley Torres	André Vidal de Negreiros
Manoel Ubaldino de Azevedo	Pedro Augusto Cesar Lessa
Manoel Victor de Azevedo	Padre Luiz Marcigaglia
Maria Amália Correa Giffoni	
Maria Amélia Arruda Botelho de Souza	
Aranha	Imperatriz Leopoldina
Maria Helena Brancante	Braz Cubas
Mário Ferreira Migliano	Carlos Botelho
Mário Graciotti	Castro Alves
Mário Hoepfner Dutra	Nelson Hungria
Mário Savelli	Roberto Simonsen
Dom Martinho Johnson, O. S. B.	Frei Domingos da Transfiguração
	Machado, O. S. B.
Menotti Del Picchia	
Miguel Angelo Barros Ferreira	
Miguel Reale	Pimenta Bueno
Moacyr Lobo da Costa	
Moises Gicovate	Joaquim Nabuco
Nello Garcia Migliorini	
Nelson Martins de Almeida	Washington Luís Pereira de Souza
Nilva Rogick de Mello	
Odilon da Costa Manso	Manuel da Costa Manso
Olavo Batista Filho	
Osmar Muniz Pimentel	Antônio da Gama Rodrigues
Paul Donovan Kigar	Almirante Tamandaré
Paulo Fraletti	Paulo Eikó
Paulo Pereira dos Reis	
Paulo Zingg	Marechal Humberto de Alencar
	Castelo Branco
Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto	Dario Ribeiro
Pedro Ferraz do Amaral	Paulo Nogueira Filho
Raul Leme Monteiro	José Maria Whitaker
Reginaldo Moreira de Miranda	Ten. Gen. Cândido Xavier de
	Almeida e Souza
Roberto Machado Carvalho	Francisco Nardy Filho
Rodrigo Soares Júnior	José Maria Lisboa
Rosemarie Erika Horch	Oliveira Lima
Rossini Tavares de Lima	Mário de Andrade
Rubens José Rodrigues dos Santos ..	
Rudolf Robert Hinner	Almirante Henrique Boiteaux
Rui Martins Ferreira	José Ferraz de Almeida Júnior
Silvio Marone	Eduardo Monteiro
Tácito Remi de Macedo Van Langen-	
dönck	Visconde de Serro Formoso - Cel.
	Francisco Pereira de Macedo
Tsunezo Sato	
Waldemar Pio dos Santos	
Wilson Maia Fina	Ten. Gen. Arouche Rendon

HONORÁRIOS

Abelardo Duarte	
Ada Rogato	João Ribeiro de Barros (Comandante)
Aldo Andreoni	
Alfredo Lencastre da Veiga	
Alfredo Cecílio Lopes	
Amadeu da Silveira Saraiva	Júlio César Ribeiro de Souza

Amador Cintra do Prado	
Américo Jacobina Lacombe	
Anita Ferreira de Maria	Alfredo D'Escagnole Taunay
Antenor Romano Barreto	João Marcondes de Moura Romeiro
Antônio de Almeida Moraes Jr.	Dom Lourenço Epaminondas Nunes D'Ávila
Antônio Baldijão Seixas	Afonso José de Carvalho
Antônio Carlos Pacheco e Silva	Pérsio Pacheco e Silva
Antônio Campagnolo	
Antônio D'Ávila	João Lourenço Rodrigues
Antônio Eloy Paulini Miranda	João Lúcio Brandão
Antônio Rangel de Torres Bandeira ..	Antônio Egidio Martins
Antônio de Oliveira Mello	Afonso Arinos
Antônio dos Santos Oliveira Júnior ..	Percival de Oliveira
Arnaldo Wildberger	Francisco Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço)
Augusto Gonzaga	
Benjamin Antônio Salles Arcuri	D. ^a Felipa de Lancaster
Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos	
Motta	Dom José Arcoverde
Carlos Macieira Ary dos Santos	Ten. Gen. Francisco da Cunha e Menezes
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e	
Bragança	Dom Pedro II
Carlos Torres	
Carolina Ribeiro	
Dante de Laytano	Venâncio Ayres
David Antônio da Silva Carneiro	
Dulcídio Tavares de Lacerda	
Edgard de Cerqueira Falcão	
Eduardo de Jesus Moraes do Nasci-	
mento	
Emílio Amadei Berinchs	
Emílio Ipolito	Manoel de Matos Ayres
Epifânio da Fonseca Doria de Menezes	
Esther de Figueiredo Ferraz	Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz
Fauze Saadi	Antonio Teixeira Guerra
Florêncio de Abreu	
Francisco Grainha do Vale	Almirante Gago Coutinho
Frederico Abranches Brotero	
Geraldo de Rezende Martins	Carlos Euler
Gualter Godinho	Alm. Arthur Silveira da Motta (Barão de Jaceguai)
Hélio Silveira	
Henrique Guilherme Muller	Alexandre de Gusmão
Henrique Paulo Bahiana	Joaquim Ribeiro
Hermano Roberto Santamaria	Manoel Ferraz de Campos Sales
Horácio de Almeida	
Hovanir Alcântara Silveira	
Ibiapaba de Oliveira Martins	Afonso Schmidt
Ivolino de Vasconcelos	
Jayme de Sá Menezes	
João Alfredo Pegado Cortez	Alm. Pedro Borges Lynch
João Alves das Neves	João de Barros
João Carvalhal Ribas	Francisco Franco da Rocha
João Chiarini	Mário Dedini
João de Scantimburgo	Dom Luiz de Bragança
João da Cunha Caldeira Filho	Heitor Vilas Lobo

João Hermes Pereira de Araújo	
João Horta de Macedo	
João Pereira Dias	
Joaquim Vitorino Portella Ferreira Alves	
Dom Joaquim de Arruda Zamith, OBS	
Jonas de Moraes Correia Filho	
Jorge Calmon Moniz de Bittencourt .	
José de Almeida Santos	
José Armando de Macedo Soares Affonseca	
José Bento Faria Ferraz	
José Botelho de Athaide	
José Cândido de Andrade Murici	
José Calazans Brandão da Silva	
José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho	
José Eduardo Pizzarro Drumond	Carlos Xavier Paes Barreto
José Fernandes Soares	Euclides da Cunha
José Ferreira de Carvalho	
José Honorato Gago da Câmara Medeiros	
José Luís Pasin	Francisco de Assis Oliveira Borges (Visconde de Guaratinguetá)
José Nogueira Sampaio	
José do Patrocínio Lefort	
José Pedro Galvão de Souza	
Langleberto Pinheiro Soares	Gen. Antônio Paiva Sampaio
Lauro de Barros Siciliano	
Leticia Pagano	Carlos Gomes
Lucas Nogueira Garcez	Alberto Souza
Luís Alberto Whately	Oscar Weinshenck
Luiz de Azevedo Castro	Arnolfo Azevedo
Luís Caetano Martins	José Bonifácio (Moço)
Luís da Câmara Cascudo	
Luís de Castro Souza	
Luís Fernando Whitaker Tavares da Cunha	Vicente Licínio Cardoso
Luís Gonzaga Noveli Júnior	
Luís Sérgio Thomás	
Luís de Toledo Piza Sobrinho	Pe. Carlos Correa de Toledo
Manoel Albano Amora	
Manoel Augusto Vieira Neto	Paulo Setúbal
Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	
Manuel Valladão	
Maria Imaculada Xavier da Silveira ..	
Marília Antunes Alves	Assis Chateaubriand
Mário Pires	Altino Arantes
Neise Gomes	Maria Garcia Betim
Nello Ferrentini	Hipólito José da Costa
Nelson de Athayde Ribeiro	Plácido de Castro
Newton Gonçalves de Barros	Cônego Melchior Rodrigues do Prado
Nicanor Teixeira de Miranda	
Octaviano A. Gaiarsa	
Octávio Marcondes Ferraz	Vivaldo Coaracy
Oldemar Adriano do Couto	
Olympio Costa Júnior	

Orentino Martins	Luís Bueno Horta Barbosa
Oswaldo Barbosa Guisard	Timóteo Corrêa de Toledo
Oswaldo Monteiro de Fleury	Brig. José Vieira do Couto Magalhães
Othon de Almeida Costa	
Paulino Inácio Jacques	Alfredo Ferreira Rodrigues
Paulo Emílio de Andrade Vilhena ..	João Pedro da Veiga Filho
Dom Paulo Evaristo Arns	Dom Antônio Joaquim de Mello
Paulo Emílio D'Alessandro	José Athayde Marcondes
Paulo Henrique da Rocha Corrêa	Brig. Lysias Augusto Rodrigues
Paulo Nathanael Pereira de Souza ..	Paulo Prado
Paulo Penteado de Faria e Silva	
Paulo Roberto de Aquino Noronha ..	
Pedro Calmon Moniz Bittencourt	
Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança	
Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança	
Péricles Eugênio da Silva Ramos ...	Adoasto de Godoi
Rafael Pinheiro de Ulhoa Cintra	
Raul Apocalipse	Bernardo Guimarães
Raul Renato Cardoso de Melo Tucunduva	João Arruda
Rui Fernando Serrão Assis e Santos .	
Reynaldo Ramos de Saldanha da Gama	Júlio de Mesquita Filho
Roberval Francisco Bezerra de Menezes	
Rosalvo Florentino de Souza	João Ribeiro
Ruy Cardoso de Mello Tucunduva ...	José Joaquim Cardoso de Mello
Ruy Rebello Pinho	
Sebastião da Silva Barreto	José do Patrocínio
Sebastião da Silva Furtado	
Sebastião Romano Machado	João Antônio Adreoni (Antonil)
Thomaz Oscar Marcondes de Souza	
Júnior	Leôncio do Amaral Gurgel
Ulisses Lemos Torres	Alvaro Lemos Torres
Valério Giuli	
Vicente Marcheti Zioni	
Vicente de Paula Lima	
Victor Figueira de Freitas	Anibal de Freitas
Mons. Victor Rodrigues de Assis	Mons. José Paulino de Andrade
Waldemar de Almeida Barbosa	Augusto de Lima
Waldemar do Amaral Gurgel Vianna .	
Waldemar Panadés	
Waldomiro Benedito de Abreu	Felix Guisard Filho
Walter Fernandes Piazza	
William Roberto Marinho Lutz	Adolfo Lutz
Wilson Dias Castejón	Américo Brasiliense de Almeida Mello

CORRESPONDENTES NACIONAIS

CIDADE

Adalberto José Pizzarro Loureiro	(Rio de Janeiro)
Sacerd. Adalberto Ortmann	(Florianópolis)
Agenor Pinheiro Rodrigues Valle	(Rio de Janeiro)
Pe. Alcionilio Bruzi Alves da Silva — Dom Francisco de Aquino Corrêa	(Manaus)
Amaro Soares Quintas	(Recife)
Amir Borges Fortes — Jonatas da Costa Rego Monteiro	(Porto Alegre)
Sacerd. Angelo Jayme Venturelli	(Cuiabá)
Antenor Ribeiro	(Mogi-Mirim-SP)
Antônio Loureiro de Souza	(Salvador)
Antônio Machado Sant'Ana	(Rib. Preto-SP)
Antônio Tavares Pinhão	(Rib. Preto-SP)
Aristides M. de Carvalho e Silva	(Rio de Janeiro)
Ariovaldo Correa — Joaquim Maria Machado de Assis	(Mirassol - S. P.)
Archimedes Pereira Guimarães — Teodoro Fernandes Sampaio	(Belo Horizonte)
Arthur Ferreira Filho	(Porto Alegre)
Arthur Napoleão Figueiredo — José Veríssimo	(Belém)
Austregésilo de Athayde	(Rio de Janeiro)
Benedicto Pires de Almeida — Cel. Francisco Correia de Almeida Moraes	(Tietê-SP)
Carlos Studart Filho	(Rio de Janeiro)
Carlyle de Figueiredo Martins	(Fortaleza)
Celso Ferraz de Camargo	(Campinas-SP)
Celso M. Schroeder	(Porto Alegre)
Celso Vieira Camargo	(Tatuí-SP)
Conceição Borges Ribeiro Camargo — Conde de Assumar — D. Pedro M. de Almeida Portugal e Vasconcelos	(Aparecida-SP)
Dário Abranches Viotti — Cons. Avelar Brotero	(Belo Horizonte)
Dermeval José Pimenta	(Belo Horizonte)
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso	(Rio de Janeiro)
Edgard Bahiense de Almeida Victor	(Brasília)
Edith Mendes da Gama e Abreu	(Salvador)
Eduardo Canabrava Barreiros	(Rio de Janeiro)
Eduardo Santos Maia	(Salvador)
Enelio Lima Petrovich	(Natal)
Eugênio Vilhena de Moraes	(Rio de Janeiro)
Fábio Nelson Guimarães — José Carneiro Felipe	(S. João Del Rei)
Fernando Monteiro	(Rio de Janeiro)
Flávio Guerra — Cons. João Alfredo C. de Oliveira	(Recife)
Fausto Pêres de Oliveira — Rodolfo Miranda	(São Simão S.P.)
Francisco de Campos Abreu	(Campinas-SP)
Francisco Klórs Werneck — Joaquim Osório Duque Estrada	(Rio de Janeiro)
Francisco Ruas Santos	(Belo Horizonte)
Gilberto de Mello Freire	(Recife)
Heitor Ferrão Moniz de Aragão	(Rio de Janeiro)
Sacerd. Heitor Otaviano de Araújo	(Salvador)
Henrique Jorge Hurley	(Belém)
Humberto Peregrino Seabra Fagundes	(Rio de Janeiro)

Jerônimo de Aquino Araújo	(Guaratinguetá-SP)
João Batista de Sá	(Campinas-SP)
João Lanaro — Alvaro Ribeiro	(Campinas-SP)
Joaquim de Paula Guimarães	(Cruzeiro-SP)
Joaquim Thomaz de Paiva	(Rio de Janeiro)
Joaquim Vicente Rondon	(Rio de Janeiro)
Jorge Moreira da Rocha	(Fortaleza)
José Antônio Gonçalves de Melo — Duarte Coelho	(Recife)
José Bandeira de Mello	(Rio de Janeiro)
José Carlos Ferreira Maia	(Guaratinguetá-SP)
José Geraldo de Faria	(Belo Horizonte)
José Guimarães	(Ouro Fino)
José Honório Rodrigues	(Rio de Janeiro)
José Loureiro de Ascensão Fernandes	(Curitiba)
José Mariz de Moraes	(Rio de Janeiro)
José Pompeu de Camargo	(Campinas-SP)
José Roberto do Amaral Lapa	(Campinas-SP)
Lauro Monteiro de Carvalho e Silva — D. Joaquim Mamede da Silva	(Mogi-Mirim-SP)
Lourenço Luiz Lacombe	(Rio de Janeiro)
Luís Carlos de Moraes	(Porto Alegre)
Cônego Luís Castanho de Almeida	(Sorocaba-SP)
Luís Felipe da Silva Wiedemann — Joaquim Caetano da Silva	(Campinas-SP)
Luís Marques Poliano	(Rio de Janeiro)
Luís Menezes Monteiro da Costa	(Salvador)
Luiz Philipe Pereira Leite	(Cuiabá)
Luís Vital Duarte — Rui Barbosa	(Olinda)
Mons. Manoel Aquino Barbosa	(Salvador)
Marcos Tito Tamoyo da Silva	(Rio de Janeiro)
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres	(Campinas-SP)
Mário Mazzuia — Anselmo Mazola	(Jundiá - S. P.)
Murilo de Miranda Bastos	(Rio de Janeiro)
Pe. Murilo Moutinho	(Rio de Janeiro)
Nelson Abel de Almeida	(Vitória do Espírito Santo)
Nelson Omega	(Rio de Janeiro)
Newton Carneiro — Moysés Marcondes	(Curitiba)
Octávia Correia dos Santos Oliveira	(Rio de Janeiro)
Oiliam José	(Belo Horizonte)
Clavo Dantas	(Rio de Janeiro)
Orlando M. de Albuquerque Cavalcanti	(Recife)
Oscar de Arruda Penteado	(Rio Claro-SP)
Dom Oscar de Oliveira — Salomão de Vasconcelos	(Belo Horizonte)
Paulo Camilher Florençano	(Taubaté-SP)
Pedro Alves Camelo — Frei Joaquim do Amor Divino Caneca	(Recife)
Raimundo Magalhães Júnior	(Rio de Janeiro)
Raul do Rêgo Lima	(Rio de Janeiro)
Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier	(Rio de Janeiro)
Rubens Borba Alves de Moraes	(Bragança Paulista S. P.)
Rui Vieira da Cunha	(Rio de Janeiro)
Samuel Nóbrega de Siqueira — Walter Spaljino	(Niterói)
Sebastião Almeida Oliveira	(Tanabi-SP)
Silvio Júlio de Albuquerque Lima	(Recife)

Theodoro de Souza Campos Júnior — Bernardo de Souza Campos	(Campinas-SP)
Thereza Regina de Camargo Maia	(Guaratinguetá-SP)
Vera Ravagnani Job	(Sorocaba-SP)
Sacerd. Vitor Hugo	(Manaus)
Vivaldi Moreira	(Belo Horizonte)

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Alberto Iria	Lisboa
Alfredo Augusto Pereira de Lima	Moçambique
Alfredo V. de Moura Mattoso	Coimbra
Alamiro de Avila Martel	Santiago
Alexandre Nelson de Armond Marchant	Estados Unidos
Álvaro J. da Costa Pimpão	Coimbra
Angelo de Mojana Di Cologna	Milão
Antônio Gomes da Rocha Madahil	Coimbra
Antônio Henrique D'Araújo Stott Howorth	Lisboa
Ariosto D. Gonzales	Uruguai
Carlos Henrique Ferreira Lemond de Macedo	Portugal
Carlos Péres Cânepe Jimenes	Lima (Peru)
Carlos Pérez Montero	Uruguai
Daniel Castelanos	Uruguai
Eduardo Brazão	Lisboa
Eduardo Correia	Coimbra
Elbano Provenzale Heredia	Venezuela
Felippe Ferrero	Uruguai
Fortuné Koller	Bruxelas
Gaspar do Couto Ribeiro Villas	Lisboa
Gaston Benedict de Benedicts	Califórnia
Giuseppe Castruccio	Itália
Henrique Gutersonh	Zurich
Henrique de Gândia	Buenos Aires
Jesus Vasques Gayoso	México
José Crisanto Lopes Jimenes	Espanha
José Hermano Saraiva	Portugal
José Pedro Machado	Lisboa
Juan S. Pivel Devoto	Montevideu
Júlio César Chaves	Asunción
Princ. Ligny de Luxemburgo	Boulogne Sur
	Seine - França
Luís Soares de Oliveira	Moçambique
Manoel Lopes D'Almeida	Coimbra
Manoel da Silveira S. Cardoso	Washington
Miguel Angel Martinez Galvez	Buenos Aires
Dom Nicola Gianastasio	Roma
Pierre A. Wassal	França
Rafael Schiaffino	Uruguai
Ramon Antônio Ramos	Paraguai
Ramon de Castro Esteves	Argentina
Raul Monteiro Bustamante	Uruguai
Ricardo Roman Blanco	Espanha
Richard Mc Gee Morse	Nova Jersey
Simon L. Lucuix	Uruguai
Tomaz Waverley Palmer Júnior	Connecticut
Torquato B. de Souza Soares	Coimbra
Umberto Pranzini	Itália

DEPARTAMENTOS**Cinema Educativo**

— Fausto Ribeiro de Barros

Cursos Públicos

— Raul de Andrada e Silva

Exposições

— Luiz Wanderley Torres

Mapoteca

— Jesuino Felicissimo Jr.

Publicações

— Francisco Ferrari Marins

Sede Social

— Tacito Remi de Macedo van Langendonck

COMISSÕES ORGÂNICAS**FINANÇAS**

- 5 — Itamar Bopp
- 2 — Antonio Sylvio Cunha Bueno
- 3 — Arrisson de Souza Ferraz

SUPLENTES

- 1 — Manoel Victor de Azevedo
- 2 — Paulo Romano
- 3 — Luiz Wanderley Torres

SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Divaldo Gaspar de Freitas
- 2 — Alvaro de Amaral
- 3 — Célio Salomão Debes

SUPLENTES

- 1 — Alexandre Nelson de Mello
- 2 — Adauto Fernandes de Andrade
- 3 — Antonio Barbosa Lima

COMISSÕES PERMANENTES**GEOGRAFIA DO BRASIL**

- 1 — Antonio Rocha Penteado
- 2 — Ana Maria de Almeida Camargo
- 3 — Mário Savelli
- 4 — Fausto Ribeiro de Barros

GEOGRAFIA FÍSICA

- 1 — Joaquim Alfredo da Fonseca
- 2 — Heliodoro Tenório da Rocha Marques
- 3 — Mário Savelli
- 4 — Nilva Rogick de Mello

GEOGRAFIA HUMANA

- 1 — Ari França
- 2 — Hernani Donato
- 3 — Roberto Machado Carvalho
- 4 — Fause Saadi

HISTÓRIA DA AMÉRICA

- 1 — Antonio Sylvio Cunha Bueno
- 2 — Alvaro do Amaral
- 3 — Henrique Oscar Wiederspahn
- 4 — Luiz Wanderley Torres

HISTÓRIA GERAL

- 1 — Olga Pantaleão
- 2 — José Carlos de Ataliba Nogueira
- 3 — Nicolau Duarte e Silva
- 4 — Luis Fernando Whitaker Tavares da Cunha

HISTÓRIA MILITAR

- 1 — Arrisson de Souza Ferraz
- 2 — José Hipólito Trigueirinho
- 3 — Geraldo Goulart
- 4 — Langleberto Pinheiro Soares
- 5 — Henrique Oscar Wiederspahn

HISTÓRIA DE SÃO PAULO

- 1 — Myrian Ellis
- 2 — Maria da Conceição Martins Ribeiro
- 3 — Antenor Romano Barreto
- 4 — Wilson Maia Fina
- 5 — Isaac Grinberg
- 6 — Antonio Barreto do Amaral

**HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS
CÍVICOS DE SÃO PAULO**

- 1 — Heliodoro Tenório da Rocha Marques
- 2 — Honório de Syllos
- 3 — Antonio Benedito Machado Florence

HISTÓRIA DO BRASIL

- 1 — Tito Livio Ferreira
- 2 — Divaldo Gaspar de Freitas
- 3 — Lycurgo de Castro Santos Filho
- 4 — Hernani Donato

HISTÓRIA DA MEDICINA

- 1 — Divaldo Gaspar de Freitas
- 2 — Carlota Pereira de Queiroz
- 3 — Alexandre Nelson de Mello
- 4 — Lycurgo de Castro Santos Filho
- 5 — Duilio Crispim Farina

HISTÓRIA DO DIREITO

- 1 — Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
- 2 — Manoel Augusto Vieira Neto
- 3 — Ernesto de Moraes Leme
- 4 — Pedro Brasil Bandecchi
- 5 — Rui Rebello Pinho
- 6 — Odilon da Costa Manso

HISTÓRIA DA ENGENHARIA

- 1 — Alberto Prado Guimarães
- 2 — Mário Savelli
- 3 — Jesuino Felicíssimo Junior
- 4 — Octávio Marcondes Ferraz

**HISTÓRIA DA IGREJA
NO BRASIL**

- 1 — Helio Abranches Viotti
- 2 — José Afonso de Moraes Bueno Passos
- 3 — Martinho Johnson, O.S.B.
- 4 — Maria Angela (Leda Maria Pereira Rodrigues).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

- 1 — Antonio Barbosa Lima
- 2 — Antonor Romano Barreto
- 3 — Geraldo Cardoso de Mello
- 4 — Antonio D'Ávila
- 5 — Ana Maria de Almeida Camargo

REDAÇÃO DA REVISTA

- 1 — Antonor Romano Barreto
- 2 — Helio Abranches Viotti
- 3 — José Benedito Silveira Peixoto
- 4 — Vinicio Stein Campos
- 5 — Pedro Ferraz do Amaral
- 6 — Celio Salomão Bedes
- 7 — Nilva Rogick de Mello

FOLCLORE

- 1 — Maria Amália Correia Giffoni
- 2 — Fausto Ribeiro de Barros
- 3 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 4 — José de Mello Pimenta

NUMISMÁTICA

- 1 — Alvaro da Veiga Coimbra
- 2 — Tsunezo Sato
- 3 — Ruy Martins Ferreira
- 4 — Lúcia De Tomasi
- 5 — José Leandro de Barros Pimentel

HERÁLDICA

- 1 — Alvaro da Veiga Coimbra
- 2 — Lygia Ferreira Lopes
- 3 — Henrique Oscar Wiederspahn
- 4 — Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
- 5 — Eldino da Fonseca Brancante
- 6 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 7 — Lauro Ribeiro Escobar

MUSICOLOGIA

- 1 — Geraldo Dutra de Moraes
- 2 — Luiz Ellmerich
- 3 — Armandino Seabra
- 4 — João da Cunha Caldeira Filho
- 5 — José da Veiga Oliveira

HISTÓRIA DA LITERATURA

- 1 — Mário Graciotti
- 2 — Hernani Donato
- 3 — Raimundo Alvaro de Menezes
- 4 — Antonio Soares Amora

HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICAS

- 1 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha.
- 2 — Luiz Morrone
- 3 — Wilson Maia Fina
- 4 — Ruy Martins Ferreira
- 5 — Geraldo Dutra de Moraes

HISTÓRIA DA CULTURA

- 1 — Alfredo Buzaid
- 2 — João de Scantimburgo
- 3 — Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
- 4 — Carlos Alberto da Costa Nunes
- 5 — José Carlos de Ataliba Nogueira

RELAÇÕES PÚBLICAS

- 1 — Itamar Bopp
- 2 — Alberto Prado Guimarães
- 3 — José Leandro de Barros Pimentel
- 4 — Paulo Romano
- 5 — Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg
- 6 — Tacito Remi de Macedo van Langendonck

ESTATÍSTICA

- 1 — Honório de Sylos
- 2 — Américo Bologna
- 3 — Celso Maria de Mello Pupo
- 4 — Armandino Seabra

GENEALOGIA

- 1 — Theodoro de Souza Campos Jr.
- 2 — José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
- 3 — Odilon da Costa Manso
- 4 — Itamar Bopp
- 5 — Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho

BIBLIOGRAFIA E CIÊNCIA DOS INCUNÁBULOS

- 1 — Odilon da Costa Manso
- 2 — Antonio Barreto do Amaral
- 3 — Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg
- 4 — Antônio D'Ávila

ETNOLOGIA E ARQUEOLOGIA

- 1 — Carlos Drumond
- 2 — Erasmo d'Almeida Magalhães
- 3 — Álvaro do Amaral

FILATELIA

- 1 — Arrisson de Souza Ferraz
- 2 — Álvaro da Veiga Coimbra
- 3 — Lygia Ferreira Lopes
- 4 — José Leandro de Barros Pimentel
- 5 — Itamar Bopp
- 6 — Paul Donovan Kigar

ICONOGRAFIA E EPIGRAFIA

- 1 — Fause Saadi
- 2 — Carlos Penteado de Rezende
- 3 — Edgard de Cerqueira Falcão
- 4 — Eldino da Fonseca Brancante

PALEOGRAFIA

- 1 — José Afonso de Moraes Passos
- 2 — Carlos Penteado de Rezende
- 3 — Nello García Migliorini

LINGÜÍSTICA E TOPONÍMIA

- 1 — Antonio Roberto de Paula Leite
- 2 — Erasmo d'Almeida Magalhães
- 3 — Antonio Soares Amora
- 4 — Pedro Ferraz do Amaral

MUSEOLOGIA

- 1 — Álvaro da Veiga Coimbra
- 2 — Vinício Stein Campos
- 3 — Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro Neto
- 4 — Maria Helena Brancante
- 5 — Lúcia De Tomasi
- 6 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 7 — Geraldo Dutra de Moraes

CONSELHO DO COLAR

DOM PEDRO I

Presidente — Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Dr. Mário Savelli
Tesoureiro — Sr. Pedro Ferraz do Amaral

Ministro Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
Prof. Lucas Nogueira Garcez
Dr. Duílio Crispim Farina
Acadêmico Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto
Acadêmico Mário Graciotti
Prof. Tito Lívio Ferreira
Cel. Arrisson de Souza Ferraz
Prof. Alvaro da Veiga Coimbra
Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques
Dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
Dr. Lauro Ribeiro Escobar
Sr. José Leandro de Barros Pimentel
Dr. Tácito Remi de Macedo van Langendonck
Acadêmico Hernâni Donato
Sr. Itamar Bopp
Dr. Célio Salomão Debes
D.^a Maria Helena Brancante

CONSELHO DA MEDALHA

ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente — Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Dr. Mário Savelli
Tesoureiro — Sr. Pedro Ferraz do Amaral

Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno
Prof. Alvaro da Veiga Coimbra
Sr. Antônio Barreto do Amaral
Dr. Eldino da Fonseca Brancante
D.^a Lucia De Tomasi
Prof. Vinicio Stein Campos

CONSELHO DA MEDALHA

DOM PEDRO II

Presidente — Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Dr. Mário Savelli
Tesoureiro — Sr. Pedro Ferraz do Amaral

Prof. Alvaro da Veiga Coimbra
Sr. Antônio Barreto do Amaral
Dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
Dr. Geraldo Dutra de Moraes
Dr. Pedro Brasil Bandecchi
Desembargador Odilon da Costa Manso
Prof. Vinicio Stein Campos

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

C.G.C. 62.926.977/0001-91

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

Variações Passivas		Variações Ativas	
Despesa		Receita	
Desp. c/Pessoal	2.219.697,12	Patrimonial	
Desp. c/Previd.	255.892,20	Alugueis	2.643.788,96
Desp. c/Cons.Prédio	981.348,55	Rep. p/Cons.Prédio	743.067,94 3.386.856,90
Desp. c/Administ.	752.389,40 4.209.327,27	Social	
		Medalhas e Diplomas	55.500,00
		Colares	32.400,00
		Subvenções	75.000,00 162.900,00
Variação Econômica		Financeira	
Superavit do Exerc.	1.591.146,88	Aplicações Financeiras	2.250.717,25
	5.800.474,15		5.800.474,15

A T I V O

IMOBILIZADO

Móveis e Utensílios	360.131,88	
Instalações	4.400,00	
Biblioteca	16.828,00	
Telefone	34.353,00 415.712,88	

FINANCEIRO

Caixa	19.024,50	
Bancos c/Mov.	209.176,72	
Bancos Prazo Fixo	5.239.987,00 5.468.188,22	
	5.883.901,10	

P A S S I V O

PERMANENTE

Patrimônio	3.704.236,32	
Superavit	1.591.146,88 5.295.383,20	

RECEITA DIFERIDA

Juros Vencíveis	588.517,96	
	5.883.901,10	

a) Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Presidente

a) Mário Savelli a) José Geniculo Filho
- 1.º Tesoureiro Contador-CRCsp. 7224

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Tendo examinado o Balanço do Movimento Financeiro de 1981, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encerrado em 31 de dezembro de 1981, bem como o Livro Caixa e todos os documentos e demonstrações que o ilustram, achamos tudo em perfeita ordem, podendo, por isso, sugerir a sua aprovação pelo plenário reunido conforme determina o artigo n.º 30 dos Estatutos.